FRONTEIRAS MAPEADAS

Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira

André Reyes Novaes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutorado em Geografia

Orientadora: Prof. Dr. Lia Osório Machado

Rio de Janeiro

2010

FRONTEIRAS MAPEADAS

Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira

André Reyes Novaes

Tese submetida ao Corpo Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários á obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

_____
Prof. Drª. Lia Osório Machado, PPGG – UFRJ

_____
Prof. Drª. Ana Maria Lima Daou, PPGG – UFRJ

_____
Prof. Dr. Paulo César da Costa Gomes, PPGG - UFRJ

_____
Prof. Dr. Rogério Medeiros, PPGAV - EBA - UFRJ

_____
Prof. Drª. Margarethe Born Steinberger, CECS - UFABC

Rio de Janeiro
2010

Agradecimentos

À minha orientadora, Lia Osório Machado, por quem guardo profunda admiração, pelos tantos anos de convivência e aprendizado.

A todos do grupo Retis de pesquisa pelas trocas no trabalho e na vida.

Aos professores Maurício Abreu, Roberto Lobato Corrêa, Ana Maria Lima Daou, Paulo César Gomes e Maria Célia Nunes Coelho pelos estímulos e contribuições que recebi desde os tempos de graduação.

À professora Zeny Rosendhal, aos bolsistas no NEPEC e todos os colegas da UERJ, com quem compartilhei meus primeiros anos de docência como professor universitário, pela acolhida e incentivo.

À Capes, por viabilizar minha enriquecedora participação no Programa Doutorado com Estágio no Exterior.

Aos professores Felix Driver e Luciana Martins pela recepção e pelas contribuições oferecidas em meu período na Inglaterra.

A todos os professores e alunos envolvidos nos encontros do "*Landscape Surgery*" realizados pelo departamento de geografia da Royal Holloway University of London, pelos instigantes debates.

A todos os amigos do Cap e do Fundão pelo apoio, companheirismo e alegria.

Às minhas queridas irmãs, Mariana e Fernanda, seus companheiros Flavio e Lugui, pela cumplicidade de sempre.

Aos meus lindos sobrinhos pelos prazerosos encontros nos fins de semana.

À minha família de Salvador, Rô, Rui, Vicente, Diogo, Martin e Chico, pelo imenso carinho e inspiração.

Aos meus pais, Regina e Beto, fundamentais para viabilizar esta caminhada, pelo exemplo, carinho e estímulo.

À minha companheira de vida, Cacá, por colorir o dia-a-dia com sons e sorrisos.

Resumo

NOVAES, André Reyes. Fronteiras Mapeadas. Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG. 2010. Tese.
Orientadora: Prof. Drª. Lia Osório Machado.

Para grande parte da população brasileira, pertencente a um país que se desenvolveu intensamente orientado para o Atlântico, os espaços próximos aos limites internacionais com os países vizinhos são majoritariamente conhecidos através de mediações jornalísticas. Entre os vários meios utilizados para apresentar espaços desconhecidos pela maioria de seus leitores, os jornais geralmente valorizam um tipo peculiar de imagem: os mapas. Este trabalho tem como objeto de estudo a *cartografia jornalística produzida por revistas e jornais brasileiros de grande circulação para representar os espaços de fronteira entre o Brasil e os países limítrofes entre 1964 e 2008. C*onsiderando estas imagens como documentos figurativos de alta circulação, que podem difundir e revelar concepções distintas sobre estas regiões, o objetivo da tese é identificar os significados associados aos espaços de fronteira a partir da linguagem cartográfica dos mapas na imprensa. Ao relacionar *imaginação, cartografia e geopolítica*, a análise dos mapas coletados possibilitou a identificação de temas recorrentes que apontam para movimentos de "abertura" e "fechamento" das fronteiras sul-americanas. Nesta perspectiva, este estudo pode contribuir para incentivar novos caminhos de reflexão sobre o uso das imagens na geografia assim como - ainda que indiretamente - pode estimular uma necessária revisão das concepções que justificam grande parte dos programas e ações governamentais voltadas para estas regiões fronteiriças na América do Sul.

Abstract

NOVAES, André Reyes. Mapped Borders. Imaginative Geographies of South American Borders in Brazilian Journalistic Cartography. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG. 2010. Thesis.
Supervisor: Prof. Drª. Lia Osório Machado.

For the majority of the Brazilian population, who belong to a country which has developed intensively towards the Atlantic, the areas close to the international borders of the neighbouring countries are known mostly through the media. Among the various means used by the press to provide information about these international border regions, which are unknown, by most newspaper readers, the newspapers generally value a particular kind of image: maps. This work aims to study the journalistic cartography produced from 1964 to 2008 by Brazilian newspapers and magazines with wide circulation to represent borders between Brazil and its neighbouring countries. By considering these images as figurative documents of high circulation that can spread and reveal different conceptions about these regions, the goal here is to identify different meanings associated with South American borders using the specific language of maps in the press. In the light of the approach of imaginative geography, the analysis of the maps seeks to relate cartography and geopolitics in order to identify recurring themes related to movements of "opening" and "closing" at the borders in South America. Hence in this sense, this study may help to encourage new ways of thinking about the uses of images in geography and – albeit indirectly – to stimulate a review of concepts used to justify a large part of government programs and actions aimed at these border regions in South America.

Índice

Introdução.....1

Parte 1 – Contribuições para o Estudo dos Mapas na Imprensa

I - Abordagem e Delimitação do Objeto de Estudo.....10

1.1 - Fronteiras e Mapas: uma Hipótese.....11
1.2 - Cartografia, Imaginação, Geopolítica e Imagem:
Caminhos Metodológicos.....24
1.3 - Período e Fontes de Pesquisa: o Universo Documental.....42

II - Mapa como Arte e como Linguagem.....49

2.1 - O Mapa como Arte: Diálogos com a História da Arte.....51
2.2 - Iconografia e Iconologia: Níveis de Significado na Cartográfica da Imprensa...56
2.3 - Problemas e Alternativas na Iconologia.....66
2.4 - O mapa como Linguagem: Diálogos com a Semiótica.....79
2.5 - Denotação e Conotação: Níveis de Significado nos Mapas da Imprensa.....95
2.6 - Problemas e Alternativas da Semiótica.....103

III - Geopolítica e Linguagem dos Mapas na Imprensa.....108

3.1 - O Uso dos Mapas na Imprensa Alemã:
Cartografia Persuasiva e Geopolítica.....109
3.2 - O Uso dos Mapas na Imprensa Norte-Americana:
"Idade do Ar" e Imaginação Geográfica.....124
3.3 - Evolução Tecnológica e Tendências de Estudo:
Epistemologia da Cartografia e Mapas na Imprensa.....138

Parte 2 – Mapeando as Fronteiras Sul-Americanas

IV - Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas.....159

4.1 - As Fronteiras como Terra Incógnita: Imaginação do Território Colonial.....160
4.2 - Da Terra Incógnita à Terra Cógnita: Exploração e Delimitação da Fronteira...166
4.3 - A Persistência da Terra Incógnita:
Geopolítica e Colonização das Fronteiras no Século XX.....174

V – Cartografia das Fronteiras Sul-Americanas: Porosidade e Abertura.....192

5.1 - Infra-Estrutura Conectiva: Articulação para além da Fronteira.....194
5.2 - Turismo e Irmandade: A Fronteira como Encontro.....208
5.3 - A Questão Ambiental e a Fronteira Internacional.....223
5.4 - Blocos Econômicos: O Fim das Fronteiras?.....237
5.5 - Iconologia dos Temas de Abertura das Fronteiras.....255

VI - Cartografia das Fronteiras Sul-Americanas: Vigilância e Fechamento.....260

6.1 – Demarcação Territorial: A Fronteira como Linha.....260
6.2 - Ilegalidade: A Fronteira como Lugar do Crime.....279
6.3 - Geopolítica: Vigilância e Conflito na Fronteira.....303
6.4 - Iconologia dos Temas de Fechamento das Fronteiras.....339

Para Concluir.....344

Bibliografia.....353

Lista de Figuras

Figura 1.1 - O Globo, 30/10/2000, Veja, 13/3/1991, Geografia, 13/3/2007.
Figura 1.2 - Geografia em Ação, 2007
Figura 1.3 - Veja, 10/1/2007
Figura 2.2 - Salx, 1957
Figura 2.3 - Salx, 1957
Figura 2.4 - Foto do Autor 2009
Figura 2.5 - Bertin, 1967
Figura 2.6 - O Globo, 3/6/1991
Figura 2.7 - O Estado de São Paulo, 15/7/1997
Figura 2.8 - Robinson, 1984
Figura 2.9 - MacEachren, 1995
Figura 3.1 - Shumacher, 1934
Figura 3.2 - Shumacher, 1935
Figura 3.3 - Shumacher, 1934
Figura 3.4 - Shumacher, 1934
Figura 3.5 - Speier, 1941
Figura 3.6 - Quam, 1943
Figura 3.7 - Jornal a Noite, 24/12/1939
Figura 3.8 - Ristow, 1957
Figura 3.9 - Schulten, 1998
Figura 3.10 - Schulten 1998
Figura 3.11 - Henrikson, 1975
Figura 3.12 - Cosgrove, 2005
Figura 3.13 - O Globo, 9/5/1975
Figura 3.14 - Veja, 10/1/2007
Figura 3.15 - Herley e Blackemore, 1980
Figura 4.1 - Tesouro dos Mapas. Instituto Cultural Banco Santos, 2000
Figura 4.2 - Moser, 2005
Figura 4.3 - Soares, 1973
Figura 4.4 - Soares, 1973.
Figura 4.5 - *Tesouro dos Mapas. Instituto Cultural Banco Santos, 2000.*
Figura 4.6 - O Estado de São Paulo, 12/5/1976.
Figura 4.7 - Couto e Silva,1967.
Figura 4.8 - Couto e Silva, 1955.
Figura 4.9 - Jornal do Brasil, 26/8/1974.
Figura 4.10 - Jornal do Brasil em 25/10/1981
Figura 5.1 - Jornal do Brasil, 2/7/1972
Figura 5.2 - O Estado de São Paulo, 12/5/1976
Figura 5.3 - O Globo, 7/7/1996.
Figura 5.4 - Veja, 13/5/1989
Figura 5.5 - Istoé,13/7/1996
Figura 5.6 - O Estado de São Paulo, 27/6/2008
Figura 5.7 - Folha de São Paulo, 22/2/1985
Figura 5.8 - Jornal do Brasil, 29/5/1985
Figura 5.9 - Folha de São Paulo, 24/3/1988.
Figura 5.10 - Folha de São Paulo, 11/12/1986
Figura 5.11 - Veja, 14/10/1998.
Figura 5.12 - Jornal do Brasil, 26/6/2006.
Figura 5.13 - Folha de São Paulo, 1/7/1983.

Figura 5.14 - Folha de São Paulo, 15/10/2000.
Figura 5.15 - Veja, 24/12/1997.
Figura 5.16 - O Estado de São Paulo, 8/4/2007.
Figura 5.17 - Folha de São Paulo, 5/12/2006.
Figura 5.18 - O Estado de São Paulo, 24/12/1989
Figura 5.19 - Jornal do Brasil, 14/6/1994
Figura 5.20 - O Estado de São Paulo, 1/7/1992.
Figura 5.21 - Jornal do Brasil, 2/9/1991
Figura 5.22 - Gazeta Mercantil, 23/2/1994
Figura 5.23 - Gazeta Mercantil, 15/12/1995.
Figura 5.24 - O Globo, 29/12/1996.
Figura 5.25 - Folha de São Paulo, 6/1/1993.
Figura 5.26 - Istoé, 26/1/1994
Figura 5.27 - O Estado de São Paulo, 30/1/1994
Figura 5.28 - Folha de São Paulo, 25/10/2007
Figura 5.29 - O Estado de São Paulo, 30/11/2000
Figura 6.1 - Gazeta Mercantil, 25/5/1999
Figura 6.2 - Jornal do Brasil, 5/1/1966
Figura 6.3 - Jornal do Brasil, 11/9/1972
Figura 6.4 - O Estado de São Paulo, 13/4/1988
Figura 6.5 - O Estado de São Paulo, 18/8/1988
Figura 6.6 - Jornal do Brasil, 4/7/1969
Figura 6.7 - O Globo, 10/5/1989
Figura 6.8 - Folha de São Paulo, 22/1/1991
Figura 6.9 - Jornal do Brasil, 13/8/1996
Figura 6.10 - Jornal do Brasil, 1/10/1989
Figura 6.11 - Jornal do Brasil, 30/11/1998
Figura 6.12 - O Globo, 14/5/1995
Figura 6.13 - Jornal do Brasil, 20/7/1975
Figura 6.14 - O Globo, 4/6/1990
Figura 6.15 - Veja, 10/1/2007
Figura 6.16 - O Estado de São Paulo, 15/5/1997
Figura 6.17 - Folha de São Paulo, 28/11/1994
Figura 6.18 - O Globo, 19/4/2005
Figura 6.19 - Istoé, 13/4/1994
Figura 6.20 - Jornal do Brasil:30/11/1986
Figura 6.21 - Jornal do Brasil, 31/8/1986
Figura 6.22 - O Estado de São Paulo, 29/1/1989
Figura 6.23 - Folha de São Paulo, 28/1/1992
Figura 6.24 - Folha de São Paulo, 29/1/1992
Figura 6.25 - O Estado de São Paulo, 30/1/1992
Figura 6.26 - Folha de São Paulo, 2/2/1992
Figura 6.27 - Folha de São Paulo, 2/2/1992
Figura 6.28 - O Globo, 5/5/1993
Figura 6.29 - O Globo 2/3/1991
Figura 6.30 - Jornal do Brasil, 3/3/1991
Figura 6.31 - Istoé, 13/3/1991
Figura 6.32 - Jornal do Brasil, 5/3/1991
Figura 6.33 - Folha de São Paulo, 12/8/1993
Figura 6.34 - O Globo, 4/11/1998
Figura 6.35 - *El Tiempo*, 9/11/1998
Figura 6.36 - *El Tiempo*, 4/11/1998
Figura 6.37 - O Globo, 30/8/2000

Figura 6.38 - Folha de São Paulo, 20/8/2000
Figura 6.39 - O Globo, 11/6/2000

Introdução

A imaginação sobre um espaço desconhecido foi um estímulo importante para a elaboração deste trabalho. Ainda na graduação, iniciando a trajetória na iniciação científica, minha orientadora me surpreendeu com a notícia de que eu participaria de um trabalho de campo na região fronteiriça entre o Brasil e a Colômbia. A euforia de um geógrafo em formação deu rapidamente lugar a um intenso e talvez inconsciente exercício de imaginação: o que esperar da minha visita à fronteira?

Rapidamente fui juntando os cacos, isto é, juntando as informações que eu armazenara sobre aquela região a qual estava prestes a conhecer. Recordando aulas, filmes, mapas, artigos científicos e reportagens de jornal, foi se definindo minha expectativa para o trabalho de campo. No entanto, mesmo que meu conhecimento sobre as fronteiras brasileiras fosse proveniente de fontes diversificadas, constatei a recorrência de imagens repletas de arquétipos e estereótipos espaciais pejorativos. Por estarem geralmente situadas em regiões distante dos centros de poder dos Estados nacionais, as fronteiras são freqüentemente classificadas como um lugar "remoto", "longínquo" e "perigoso" no contexto sul-americano. Passados alguns anos, tendo em conta esta motivação inicial, dois aspectos estimularam a elaboração do presente trabalho de tese.

Primeiramente foi importante compreender como “imaginar” um espaço desconhecido pressupõe um processo de coleta e ordenamento de informações obtidas em fontes secundárias. De acordo com o historiador da arte E. Gombrich (1986), a representação do desconhecido sempre traduz uma busca por um "esquema", um "modelo", onde o indivíduo procura “na gaveta dos seus estereótipos mentais o clichê apropriado” (p.61). Neste sentido, o confronto com meus próprios clichês e estereótipos relativos aos espaços de fronteira entre Brasil e Colômbia já demarcava o início do processo de construção do objeto aqui estudado.

Uma segunda observação importante foi a de que os "esquemas" e "modelos" acionados para caracterizar os espaços de fronteira não eram fruto da minha imaginação individual, mas socialmente compartilhados por grande parte da população metropolitana brasileira. De acordo com Driver (2005), a palavra "imaginação" tem sido muito associada com indivíduos, mas o termo "geografia imaginativa" refere-se necessariamente a "percepções mais do que subjetivas e

individuais". A opção pelo segundo termo se justifica aqui pela constatação de que existe um repertório comum compartilhado sobre as fronteiras continentais sul-americanas.

A identificação da força deste repertório se deu no decorrer dos dias de preparação para o trabalho de campo, pois vários colegas e familiares me alertaram com relação aos "perigos" que eu poderia enfrentar ao "cruzar a fronteira", expressando representações pejorativas e alarmistas. Há aqui possivelmente a identificação de uma "comunidade de interpretação", que, segundo Said (1997:36), baseia-se em "códigos consensuais de compreensão para imprimir suas paixões, interesses políticos e preconceitos no processo de conhecimento do espaço do 'outro'". A representação das fronteiras, enquanto espaços de transição entre o similar e o diferente, geralmente traz este tipo de "dualismo" entre quem representa e quem é representado, uma característica marcante na descrição de lugares e regiões (Duncan, 1993:39).

O pressuposto de exterioridade daquele que descreve ou imagina uma poção do espaço é uma característica constante na produção e na difusão do conhecimento geográfico. Este pressuposto se aplica aqui na representação das fronteiras sul-americanas considerando a visão dos grandes centros metropolitanos brasileiros. Se existe uma "comunidade de interpretação" que não conhece diretamente as fronteiras sul-americanas, mas constrói imagens sobre estes espaços a partir de informações mediadas, (re) apresentações, resta-nos uma pergunta bastante óbvia: quais seriam as fontes de informação mais importantes para a difusão de uma geografia imaginativa sobre as fronteiras continentais brasileiras?

Esta pergunta certamente possibilita uma infinidade de respostas, mas gostaria de destacar aqui como a mídia vêm sendo considerada uma fonte de informação importante para estudar estas relações entre geografia e imaginação. Sabe-se que, há bastante tempo, as aulas de geografia e as narrativas pessoais não estão mais sozinhas na difusão de informações sobre o espaço para o grande público. Escrevendo em 1947, o renomado geógrafo John K. Wright já constatava que, para além de um “núcleo” acadêmico produtor e difusor de informações sobre o espaço, a geografia teria uma “uma zona periférica muito mais vasta”, em “livros de viagens, em revistas e jornais, em muitas páginas de ficção e poesia e em muitas telas” (Wright, 1984:180). Através de jornais, revistas, televisores e computadores o público recebe uma grande

quantidade de informação que influencia no processo de qualificação e significação das fronteiras sul-americanas.

Em artigo dedicado a J. Wright, Lowenthal (1961) desenvolve esta diferenciação entre experiência e mediação, distinguindo a existência de uma forma direta de se obter informação sobre o espaço, através de "experiências frescas, de primeira mão" (p.258), de outra indireta, que seria representada pelos "mundos sobre os quais lemos e vemos nas obras de arte" (p.260). Para Burgess (1987) esta divisão tem sido importante para o trabalho dos geógrafos que estudam a qualificação dos espaços na mídia. No entanto, deve-se compreender que não há como eleger formas mais ou menos legítimas de acesso à informação, considerando que no mundo moderno a "informação mediada é mais central do que secundária" (Burgess, 1987:7). Embora a circulação por diferentes espaços tenha se intensificado, dificilmente conhecemos um lugar sem tê-lo experimentado antes de forma mediada, principalmente se considerarmos as imagens difundidas pela imprensa.

Para grande parte da população brasileira, pertencente a um país que se desenvolveu intensamente orientado para o Atlântico, os espaços próximos aos limites internacionais dos países vizinhos são majoritariamente conhecidos através de mediações jornalísticas. Se concordarmos que na atualidade "a maioria dos adultos recebe a maioria de sua informação geográfica indiretamente, selecionada e empacotada pelos jornais" (Monmonier, 1989:1), a mídia parece então ser um elemento fundamental para a construção de uma geografia imaginativa compartilhada sobre as fronteiras sul-americanas.

O estudo da mídia e sua influência na construção de significados sobre as distintas porções do espaço geográfico é um tema que ganhou fôlego apenas recentemente no âmbito da geografia. Como nos relata Burgess (1987), até a década de 1970 os geógrafos que estudaram a mídia focavam majoritariamente suas análises em metodologias quantitativas para mensurar o crescimento das telecomunicações. Identificando uma nova agenda de pesquisa sobre mídia na geografia, Burgess (1987) observa uma valorização de estudos sobre o "conteúdo das reportagens e seu impacto nas imagens individuais e grupais dos lugares" (p.9), o que incentiva uma abordagem voltada para aprender os significados e as repercussões das informações sobre as fronteiras pelos meios de comunicação, particularmente pela imprensa.

As informações geográficas são comunicadas na imprensa através de meios

distintos, porém, ao representarem um espaço desconhecido para a maioria de seus leitores, os jornais geralmente valorizam um tipo peculiar de imagem: os mapas. Entre os vários tipos de signos utilizados na imprensa para representar as fronteiras, a cartografia merece destaque, pois localizar *onde* ocorreu um evento ou fenômeno é uma função muito solicitada quando se trata de uma notícia situada fora do eixo de circulação dos jornais (Monmonier, 1989). Em outras palavras, para noticiar um acontecimento em cidades fronteiriças "remotas" como Tabatinga (AM), Corumbá (MT) ou Uruguaiana (RS), geralmente necessita-se de um mapa, pois os leitores dos principais jornais nacionais, amplamente concentrados nas grandes cidades do sudeste do país, não possuem conhecimento prévio para situarem sozinhos estas cidades no território nacional.

Considerando a importância da cartografia na difusão de informações sobre as fronteiras na imprensa, o presente trabalho tem como objeto de estudo a *cartografia jornalística construída para representar os espaços de fronteira entre o Brasil e os países limítrofes.* Seu objetivo é identificar os significados associados aos espaços de fronteira a partir da linguagem cartográfica dos mapas jornalísticos, considerando estas imagens como documentos figurativos de alta circulação que podem difundir e revelar concepções distintas sobre estas regiões.

Partindo da idéia de que os mapas jornalísticos contribuem para "formar o conhecimento das pessoas e a sua imagem do mundo" (Gilmartin 1985:1), este trabalho busca compreender as relações entre cartografia, imaginação e geopolítica na representação das fronteiras sul-americanas entre 1964 e 2008. Tendo como objeto de análise os mapas veiculados em revistas e jornais brasileiros de grande circulação[1], o período selecionado contempla momentos distintos da geopolítica sul-americana. O marco inicial se relaciona com a ascensão da ditadura militar brasileira e as décadas seguintes são freqüentemente caracterizadas por processos de "abertura", "democratização" e intensificação das trocas entre os países do continente. Além disso, há um visível desenvolvimento na produção de mapas na imprensa brasileira nas últimas décadas do século XX.

Certamente não há nenhuma novidade na identificação das qualidades

[1] Como será detalhado no primeiro capítulo, os mapas coletados na imprensa - cerca de 250 - contemplaram exemplos provenientes dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Gazeta Mercantil, e das revistas Veja e Istoé. O recorte temporal também será mais detalhadamente justificado no capítulo seguinte.

"persuasivas" dos mapas na imprensa (Speier, 1941). Sendo provavelmente os produtos cartográficos com maior circulação na atualidade (Gilmartin, 1985), os mapas veiculados na imprensa são responsáveis por grande parte da informação espacial recebida pelo público (Kent e Sanders, 1993). No entanto, embora já existam inclusive congressos especializados para a discussão destes mapas (Gauthier, 1986, Schafer, 1997), a atenção dada à cartografia jornalística segue relativamente limitada. Na geografia brasileira, o estudo específico dos mapas veiculados na imprensa vem sendo feito de forma bastante tímida, havendo poucos trabalhos disponíveis sobre a cartografia na imprensa nacional (Biaggi, 1996, Novaes, 2005).

Ao eleger os mapas veiculados na imprensa como uma fonte de informação sobre as geografias imaginativas das fronteiras sul-americanas, creio ser necessário fazer dois alertas iniciais. Primeiramente é importante destacar que este trabalho não se propõe a comparar as informações dos mapas jornalísticos com outros mais "precisos" ou "verídicos". Não buscarei aqui seguir a tendência das pesquisas que discutem os mapas na imprensa através da identificação de seus "erros" e "problemas", frente a uma representação científica mais "exata" e "objetiva" (Balchin, 1988). A idéia de que todo mapa possui aspectos subjetivos e simbólicos já é lugar comum na geografia (Whight, 1942), o objetivo aqui é desenvolver uma abordagem interpretativa específica para o estudo dos mapas na imprensa.

Como segundo alerta, gostaria de destacar que tampouco pretendo sugerir a existência de uma fronteira *per se*, que seria deformada a partir da representação da imprensa brasileira. Parafraseando Said (2007:33), gostaria de deixar claro que não tenho nenhuma fronteira "real" a defender. A preocupação maior aqui esta em discutir *como* as fronteiras são representadas sobre diferentes óticas, não em estabelecer uma forma de "checagem" entre representação e realidade. Desenvolvendo uma abordagem interpretativa para a literatura, Said (2007:51) destaca que no estudo das geografias imaginativas "os dados a serem observados são o estilo, as figuras de retórica, o cenário, os esquemas narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, e não a *correção* da representação, nem sua *fidelidade* a algum grande original"

Os historiadores da arte já discutem há bastante tempo como ao analisar uma imagem não se deve tentar "olhar sobre os ombros dos artistas", pois um quadro, por exemplo, sempre tem mais relação com outros quadros do que com a paisagem observada pelo pintor. Segundo Gombrich (1986:63), um artista nunca começa a

pintar a partir da sua própria impressão visual, mas a partir da "idéia" ou do "esquema" que tem sobre o objeto representado. Sendo assim, a identificação de modelos de representação pode acabar dizendo muito mais sobre quem o produz do que sobre os objetos representados.

Levando em conta estes alertas, os questionamentos aqui propostos se relacionam tanto com os discursos sobre as fronteiras quanto com a linguagem cartográfica utilizada para representar estes espaços. Através da seleção de práticas cartográficas específicas os mapas podem representar as fronteiras através de formas e temáticas muito variadas. Os questionamentos gerais do presente trabalho buscam justamente relacionar os "modelos" e "esquemas" construídos para representar as fronteiras com as características peculiares da comunicação cartográfica na imprensa.

Com este intuito, buscarei desenvolver a análise do objeto proposto tentando contemplar três questões básicas que apontam para direções distintas da problemática aqui esboçada: *como a fronteira é representada? O que é representado na fronteira? O que a fronteira representa?* Estas questões podem parecer redundantes, porém tratam de dimensões diferenciadas do objeto aqui proposto.

A primeira questão apresenta uma relação direta com a linguagem dos mapas na imprensa, considerando de forma abrangente *como as fronteiras vêm sendo representadas*. Esta questão nos conduz necessariamente ao estudo das práticas cartográficas aplicadas na construção dos mapas, considerando seus aspectos técnicos e sua seletividade na representação das fronteiras.

Já a segunda questão busca discutir os temas mais recorrentemente mapeados nas representações cartográficas dos espaços de fronteira, indagando *o que é representado*. Esta pergunta me parece fundamental para compreender quais atributos vêem sendo associados às regiões de fronteira, o que pode auxiliar na identificação de variações temporais e espaciais nos processos de significação destes espaços. Certamente as fronteiras não foram representadas da mesma forma ao longo do tempo e tampouco há uma homogeneidade nas geografias imaginativas associadas aos diferentes segmentos de fronteira do país. Dependendo do contexto geopolítico vigente e das relações em cada região, as fronteiras são percebidas e representadas a partir de temas diferenciados na imprensa brasileira.

Por fim, a identificação de omissões e destaques na representação das fronteiras nos conduz a uma terceira questão: *o que as fronteiras representam*. Trata-

se aqui de explorar mais intensamente as relações entre os temas associados às fronteiras e aos modelos mais amplamente utilizados para qualificar estes espaços. Entendidas como pontos de contato ou conflito entre os Estados, as fronteiras podem ser representadas de formas extremamente diferenciadas dependendo das práticas cartográficas aplicadas e dos temas mapeados na imprensa. Esta última questão trata, portanto, dos discursos geopolíticos mais amplos associados aos espaços de fronteira.

No intuito de responder estes questionamentos a presente tese foi dividida em duas partes que discutem os caminhos metodológicos no tratamento dos mapas estudados e as tendências identificadas na pesquisa documental. A primeira parte define os recortes da pesquisa e apresenta contribuições conceituais e metodológicas para a análise da cartografia jornalística. Já a segunda se volta mais sistematicamente para as fronteiras Sul-Americanas e suas representações na cartografia da imprensa brasileira, considerando as formas de representação e os conteúdos mais freqüentemente associados a estes espaços.

Em consonância com os objetivos da primeira parte do trabalho o capítulo 1 desenvolve algumas idéias já apresentadas nesta introdução, no intuito de delimitar mais claramente o objeto, a hipótese, as opções teórico-metodológicas, o período e as fontes que nortearam a pesquisa documental realizada.

O capítulo 2 apresenta as ferramentas conceituais disponíveis na literatura contemporânea para a análise dos significados dos mapas na imprensa. A reflexão sobre o uso das imagens como fonte de informação para uma pesquisa geográfica é aqui explorada como parte de uma reflexão sobre distintas "metodologias visuais" (Rose, 2001). Entre as metodologias de análise das imagens disponíveis, dois campos foram aqui selecionados para uma discussão mais aprofundada: a história da arte e a semiologia. Discutindo potencialidades e limitações dos conceitos oferecidos por estes campos, este capítulo apresenta uma reflexão sobre as tendências metodológicas que nortearam o estudo dos significados nos mapas na imprensa.

O terceiro capítulo está dedicado à linguagem da cartografia veiculada na imprensa e busca relacionar estas imagens peculiares com o exercício e a difusão de idéias geopolíticas. Observaremos aqui como os mapas aplicaram práticas específicas para garantir a comunicação com um grande público e como o surgimento, o desenvolvimento, a difusão e o estudo dos mapas na imprensa não podem ser

entendidos sem o estabelecimento de uma relação com idéias geopolíticas específicas. Neste capítulo, definem-se ainda as bases teórico-metodológicas selecionadas para estudar os mapas pesquisados na imprensa brasileira.

O capítulo 4, marcando o início da segunda parte do trabalho, introduz algumas informações históricas sobre a formação das fronteiras no Brasil através de mapas veiculados em meios distintos, como jornais, trabalhos acadêmicos de militares brasileiros ou antigos relatos de viagem. A idéia aqui seria revisitar os modelos de representação das fronteiras brasileiras, evidenciando especificamente como a cartografia pode participar na difusão de certas geografias imaginativas sobre estas regiões.

Após introduzir informações consideradas básicas para a compreensão dos discursos geopolíticos sobre as fronteiras brasileiras, os capítulos 5 e 6 analisam um conjunto de exemplos selecionados no âmbito da pesquisa documental na qual se ancora este trabalho. Dividindo os mapas veiculados na imprensa brasileira através dos temas associados às fronteiras, a analise do material empírico está voltada tanto para responder sobre *como as fronteiras são representadas*, quanto sobre *o que é representado nas fronteiras*. Explorando as relações entre as práticas cartográficas selecionadas e as temáticas majoritariamente mapeadas, estes capítulos buscam também apontar discursos recorrentes na representação destes espaços, discutindo *o que as fronteiras representam.*

A classificação dos mapas coletados possibilitou a identificação de sete temas principais que evocam a presença das fronteiras na imprensa brasileira. Observando estes mapas, suas formas e seus conteúdos, concluiu-se que seus significados apontavam para uma dualidade bastante comum nos estudos sobre fronteiras, que ora qualificam estes espaços como locais de contato e troca, ora os associam ao conflito e o confronto (Newman, 2006).

Os mapas que qualificavam as fronteiras como *locais de encontro e passagem* são discutidos no capítulo 5, através da seleção de reportagens que tratavam de temas como a criação de vias de circulação, a divulgação de lugares turísticos, a descrição de processos ambientais e a formação de blocos econômicos. Já os mapas com práticas cartográficas que destacam as tensões e disputas associadas aos espaços

fronteiriços, acompanhando reportagens sobre demarcação de limites, ilegalidade ou geopolítica, são explorados no capítulo 6.

Se no primeiro eixo temático identificado as fronteiras aparecem muitas vezes borradas ou transpostas, no segundo, elas são mais destacadas como um local de tensão, reforçando o papel dos limites internacionais enquanto *locais de disjunção e conflito* entre os Estados. Buscando relacionar as práticas cartográficas adotadas com as temáticas, períodos e espaços representados na imprensa, os capítulos 5 e 6 buscam desenvolver o esboço de uma abordagem iconológica sobre os mapas na imprensa.

Para concluir, destacam-se algumas tendências gerais identificados na representação das fronteiras sul-americanas na cartografia da imprensa brasileira. A identificação de relações entre as práticas cartográficas utilizadas na imprensa e os variados discursos associados aos espaços de fronteira, revela como os mapas são documentos figurativos que podem nos informar sobre as distintas geografias imaginativas que circulam na sociedade. Embora o presente trabalho não esteja voltado para a analise das repercussões práticas destas representações no que diz respeito às formulações de políticas públicas para regiões de fronteiras, acreditamos que a analise destes mapas pode contribuir para sua "desnaturalização" e, indiretamente, para uma necessária revisão de programas e ações governamentais voltadas para estas regiões.

Parte 1 – Contribuições para o Estudo dos Mapas na Imprensa

I - Abordagem e Delimitação do Objeto de Estudo

Este capítulo reúne informações sobre os percursos metodológicos e as principais idéias que inspiraram o estudo das representações cartográficas sobre as fronteiras sul-americanas na imprensa. Seu objetivo é apresentar a construção da hipótese, o recorte da problemática e os procedimentos que guiaram a pesquisa documental.

Através de uma breve discussão sobre as relações entre cartografia e fronteiras, a primeira seção delimita o objeto e esboça a hipótese central do trabalho. Considerando alguns atributos peculiares das fronteiras, busca-se evidenciar como estes espaços podem ser representados de formas distintas nos mapas estudados.

No intuito de criar um embasamento teórico e um vocabulário comum para a construção da problemática, a segunda seção explora discussões contemporâneas sobre cartografia, imaginação, geopolítica e imagem. Através da apresentação de alguns debates em torno de termos como "geografia imaginativa", "geopolítica crítica" e "metodologias visuais", busca-se recortar mais claramente a problemática a ser explorada.

Por fim, a última seção, apresenta os recortes temporais e documentais da pesquisa, justificando a escolha do período e explicitando os desafios encontrados nas fontes documentais selecionadas para o estudo.

1.1 - Fronteiras e Mapas: uma Hipótese

Pode-se considerar que as relações entre mapas e fronteiras são bastante óbvias. Afinal, a delimitação de unidades políticas foi um dos principais temas na historia da cartografia (Black, 1997). As divisões entre "reinos", "domínios" ou "possessões" concentraram boa parte do esforço empreendido na construção de mapas. É justamente devido a esta relação explícita que podemos considerar a cartografia como uma fonte de informação privilegiada para se interpretar concepções de fronteiras existentes em momentos históricos distintos. Esta abordagem interpretativa, essencial para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta, está presente em grande parte dos trabalhos sobre a história da cartografia que buscam relacionar as formas dos mapas com concepções vigentes nos seus contextos históricos de produção e difusão (Harley e Blakemore, 1980).

Um exemplo interessante sobre a interpretação das concepções de fronteiras em mapas antigos é oferecido pela monografia de Brauer (1995), que discute os "limites e fronteiras na geografia árabe medieval". Fazendo uso de uma série de mapas e textos árabes da idade média, o autor chega à conclusão de que os "geógrafos" da época "reconheciam a existência de fronteiras políticas no sentido de uma área que progrediria para fora do centro do estado" (p.5). Para Brauer (1995), os mapas árabes antigos evidenciam uma concepção de fronteira como "zonas de transição" (p.5), "separando dois reinos com uma transição gradual de poder administrativo" (p.28). Esta concepção define as fronteira através de sua posição de marginalidade em relação a um poder central e a considera como uma "faixa" ou "zona", mostrada nos mapas através de símbolos de área.

Dependendo do contexto histórico, as fronteiras podem ser representadas de formas distintas. Segundo Mesa (2002), qualquer estudo sobre fronteiras deve primeiramente reconhecer que estes espaços não têm apenas um significado, mas um horizonte de significados, podendo ser caracterizados de forma polissêmica como “poder diluído, espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo de interações” entre outras definições. De certa forma, os mapas podem servir como fonte de informação para captar esta diversidade de significados atribuídos às fronteiras. Através da cartografia, pode-se, por exemplo, evitar análises calcadas em um

modelo evolutivo-civilizatório que vai das fronteiras aos limites, definindo um estágio primitivo ou tribal "onde as linhas não existem" e um estágio ideal, com "linhas fixas" (Brigham, 1919 apud Machado e Steiman, 1997). Embora os limites, enquanto linhas demarcadas que separam conjuntos territoriais não apareçam nos mapas árabes medievais, estes podem estar presentes na cartografia de outras civilizações antigas.

Utilizando o trabalho do norte americano Owen Lattimore (1937), Machado e Steiman (1997) nos alertam, por exemplo, como as fronteiras foram significadas e representadas de formas distintas entre romanos e chinesas. Enquanto os romanos não tinham a necessidade de estabelecer limites fixos[1], pois buscavam incorporar os seus vizinhos, os chineses pretendiam cristalizar as fronteiras para manter-se afastados dos povos considerados "bárbaros". Talvez por isso, alguns autores identifiquem a presença constante das grandes muralhas nos mapas chineses não apenas como "recurso de orientação", mas como uma representação que incentivava uma reação etnocêntrica quanto aos não-chineses e reforçava as idéias acerca da extensão "natural" da China (Black, 2005:17).

As relações com o vizinho e os objetivos do mapeamento são, portanto, elementos fundamentais para definir as formas com que os limites e as fronteiras aparecem nas representações cartográficas. A forma de classificação do "outro" e o contexto histórico de produção do mapa podem direcionar tendências na construção das imagens. Neste sentido, grande parte da polissemia existente na representação das fronteiras tem relação com a própria polissemia construída nas relações de vizinhança. Sendo um conceito que pressupõem o fim de um domínio - metafórico ou real - e o início de outro (Machado et alli, 2009), as fronteiras estão sempre "entre" os conjuntos espaciais e são freqüentemente caracterizadas como "espaços de transição" entre o similar e o diferente.

Devido à posição peculiar das fronteiras - situadas "entre" domínios distintos - os discursos associados a estes espaços tendem a variar em torno de divisões binárias entre "nós" e "eles", o "incluído" e o "excluído" (Newman, 2006:143).

[1] Esta relação entre os romanos e suas fronteiras não deve ser confundida com a ausência de demarcações territoriais como muros ou fortificações. Os limites existiam, mas eram constantemente superados através do avanço das fronteiras e da anexação de novos territórios.

Segundo Newman (2006), estas divisões acabaram limitando os estudos sobre fronteira, focados em dualismos já bastante conhecidos como "confronto/contato" e "fechamento/abertura". Neste sentido, a própria distinção terminológica associada às fronteiras e limites internacionais pode ir além de uma simples diferença entre a representação de uma linha e uma área, tendo, com freqüência, relação com este tipo de dualismo construído na relação de alteridade.

Para Machado (1999), por exemplo, o limite jurídico seria "um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas", enquanto as fronteiras seriam o "lugar da comunicação e da troca" (p.10). Os limites pertenceriam ao "domínio da alta diplomacia" e as fronteiras ao "domínio dos povos" (p.11). Esta distinção aparece de forma análoga na língua inglesa, onde, há uma diferenciação comum na literatura entre "*border*" ou "*boundary*" de um lado, e "*frontier*" ou "*borderland*" do outro (Newman, 2006). Há aqui a mesma oposição de critérios aplicados para definir a fronteira a partir das diferenças ou similaridades, dos conflitos entre os Estados ou do contato entre os povos. Como local de potencial encontro ou conflito com o diferente as fronteiras tendem a assumir este papel dual que simultaneamente conecta e separa.

O desenvolvimento dos Estados Nacionais modernos e das idéias nacionalistas que emergiram na Europa e se difundiram por todo o globo, certamente acentuou as "funções de separação" dos espaços de fronteiras. Foi no cenário do Estado-Nação moderno que as distinções entre limite e fronteira ficaram mais confusas, pois haveria um esforço para fazer coincidir no plano simbólico e material o limite com a fronteira (Machado, 1999). Neste contexto, as fronteiras são muitas vezes associadas com as linhas dos mapas e o "papel das linhas" (Black, 1997:121) seria essencialmente o de estabelecer uma separação entre as unidades territoriais conflitantes. Mesmo longe de uma perspectiva evolucionista, pode-se afirmar que “a noção de fronteira é diferente e mais antiga que daquela de limite internacional” (Machado, 2002:5), pois é somente no século XIX, a partir do surgimento do direito internacional em moldes modernos, que se completa a demarcação da maior parte dos limites internacionais.

Raffestin (1993) discute este processo de "linearização" das fronteiras a partir de uma pergunta aparentemente pontual: "quando a fronteira tornou-se um sinal?” Para o autor, as fronteiras passaram a comandar de forma inédita a circulação de pessoas no território quanto o Estado moderno atingiu um controle territorial

"absoluto" e "tornou unívoca a mensagem fronteira = limite sagrado". Neste contexto, a definição de linhas "rígidas" aparece como um elemento fundamental na constituição do Estado moderno e esta só teria sido possível "graças ao surgimento e à vulgarização de um instrumento de representação, o mapa". Para Rafesttin (1993), o mapa é o "instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira" e teria sido fundamental na passagem de uma representação "vaga" para uma representação "clara" dos espaços identitários nacionais modernos.

Se, como afirma Hall (2000:106), o processo de identificação envolve sempre "um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas", pode-se considerar que os mapas atuam ativamente na difusão destes “efeitos de fronteiras”, fundamentais para a difusão de identidades nacionalistas. Em seu famoso livro que discute o surgimento das chamadas “comunidades imaginadas”, Anderson (2008) também dá atenção especial a esta “contribuição da cartografia para a imaginação nacionalista” (p.22). Juntamente com o censo e o museu, o autor considera que os mapas “moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava seu domínio” (p.227). Os mapas cumpriram, portanto, um papel fundamental na delimitação e na demarcação material e simbólica das fronteiras entre os Estados, atuando não apenas no inventário de informações, mas também enquanto “símbolo de unidade nacional e independência” (Monmonier, 1989).

Neste sentido, os mapas dos Estados modernos também deixam transparecer significados específicos associados aos espaços de fronteiras e, portanto, podem ser "lidos" como documentos históricos. O exemplo oferecido por Anderson (2008) a partir do estudo do historiador tailandês Thongchai Winichakul é bastante elucidativo com relação à participação dos mapas na criação de um sentimento de pertencimento a um território abstrato. Discutindo os processos complexos de surgimento das fronteiras do Sião entre 1850 e 1910, o autor evidencia como antes da institucionalização do Estado o país não representava fronteiras nos mapas pois o território era imaginado “em termos de capitais sagradas e centros populacionais visíveis e descontínuos” (p.238). Após a institucionalização do Estado e a difusão do mapa de fronteiras nas escolas, esta concepção muda e a população do Sião passa a imaginar o seu país “nos termos invisíveis de um espaço físico contínuo“.

Os mapas são certamente a melhor forma (se não a única) de se tornar o território de um país visível e "representável" e as fronteiras são a essência deste

processo de delimitação, que define os "incluídos" e os "excluídos" no sistema territorial representado. Como no exemplo acima, a cartografia pode muitas vezes atuar representando uma relação que nem sequer existe no terreno, sendo utilizada para "antecipar a realidade espacial" e auxiliar na difusão de novas formas de se perceber e imaginar o espaço. Segundo Winichakul, comentando o processo estudado sobre a representação das fronteiras do Sião, "o mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar, ele havia se tornado um instrumento real para concretizar projeções sobre a superfície terrestre" (apud Anderson, 2008:239).

Conclui-se, portanto, que embora as fronteiras ocupem sempre uma posição peculiar entre os sistemas territoriais, podendo ser entendidas como espaços de contato ou de conflito, o contexto trazido pelo sistema interestatal valorizou o entendimento destes espaços enquanto áreas de dissidência. Como evidencia Bigo (1997:82), uma das principais estratégias de manutenção da soberania sobre o território nacional seria a militarização das faixas de fronteira, que, segundo o autor, esteve calcada na identificação inequívoca do inimigo como o outro Estado que, em geral, corresponde a um país vizinho.

Esta concepção também estimulou a maioria dos estudos sobre as fronteiras no meio acadêmico ao longo do século XX. No caso da geografia, as reflexões sobre estes espaços estão presentes desde a institucionalização da disciplina no final do século XIX, e certamente a maioria dos trabalhos priorizou o estudo das fronteiras a partir do conflito entre os Estado e não do contato entre os povos. Na concepção clássica da geografia política e, particularmente, da geopolítica, a noção de fronteira estaria associada às “estruturas espaciais elementares, de forma linear [que correspondem] ao invólucro contínuo de um conjunto espacial e, mais especificamente, de um Estado-Nação” (Foucher, 1991: 38). Restrita à escala nacional e privilegiando suas funções demarcatórias, reais e simbólicas, a fronteira designaria uma descontinuidade política, coincidindo com o limite jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado.

Desta forma a fronteira foi trabalhada por geógrafos políticos clássicos, como Frederich Ratzel (1897 *apud* Machado, 2002), que vinculando o conceito de Estado ao território preocupou-se em definir os elementos que determinam as fronteiras dos

Estados Nacionais. A posição geográfica, o caráter do povo e os agentes físicos atuariam como elementos fundamentais na luta entre os estados nacionais para garantir a expansão de suas fronteiras, idéias que partiam do pressuposto de uma competição freqüente entre sistemas territoriais vizinhos. Seguindo as reflexões da geografia política de Ratzel e as aplicações mais diretas da geopolítica do sueco Kjellen, outros autores alemães, como Haushofer[2], desenvolveram uma escola que pensava as fronteiras através de "uma perspectiva expansionista, militarizada e exclusivamente vinculada ao Estado" (Mesa, 2002:41). Poderíamos, assim, identificar que o Estado-Nação - como unidade de poder - e as fronteiras - como espaços dissidentes e militarizados - são legados reforçados pela geopolítica clássica.

Por outro lado, ainda que não caiba apresentar aqui a totalidade das formas de estudos sobre as fronteiras na geografia, é importante lembrar que os estudos não se limitaram ao tipo de análise oferecida pela geopolítica clássica. Entre as várias tendências de estudo, há autores que consideraram a elaboração de tipologias relacionadas com os processos de demarcação e delimitação das fronteiras frente a paisagens culturais específicas (Minghi, 1963, Hartshorne, 1933, Boggs, 1944, entre outros).

No entanto, de maneira geral, pode-se afirmar que no contexto geopolítico clássico vigente em grande parte do século XX, as fronteiras foram espaços privilegiados para dissidências e confrontos militares, o que certamente influenciou na construção de representações e imagens sobre estas localidades e sobre seus habitantes. Mas no contexto geopolítico atual, qual seria a importância militar dos espaços- fronteiras?

Uma pista para responder a esta indagação pode ser encontrada no trabalho do geopolítico holandês erradicado nos Estados Unidos Nicholas Spykman que, em 1942, já discutia a diminuição da importância militar dos espaços de fronteira no contexto de uma guerra tridimensional, comandada por aviões. Spykman (1942) constata que o sistema de fronteiras foi focado majoritariamente na construção de proteções militares, sendo esta a principal função destes espaços. O autor abre inclusive a possibilidade de se discutir uma longa história da fortificação dos limites, considerando desde as pedras de tribos primitivas, passando pelos muros dos Persas e

[2] As contribuições do autor sobre geopolítica e cartografia na imprensa serão detalhadas no capítulo 3.

Chineses, e pelos castelos feudais até chegar às trincheiras das guerras do século XX (p.444). No entanto, um ano antes de sua morte, em 1943, o Spykman observava uma ruptura na importância do papel militar das fronteiras e de seus fixos, o que poderia estar progressivamente redirecionando os interesses e as concepções sociais relativas a estes espaços de contato/conflito.

Constatando que as fronteiras se adaptam as técnicas de guerra, Spykman (1942) destaca que a guerra tridimensional, que é disputada por aviões, diminui o papel militar da fronteira. As bases naturais e os estados tampões, temas tão discutidos na geopolítica clássica, perdem importância, pois no contexto de uma guerra tridimensional "não são as florestas e desertos na zona de fronteira, mas em grande medida, os campos de batalha dispersos e as industrias descentralizadas" (Spykman, 1942:439) que configuram elementos espaciais estratégicos para a proteção do território. Observa-se assim, o inicio de um processo que vem gerando impactos até a atualidade, onde, segundo Spykman (1942:444), o interesse pelas fronteiras não seria mais de valor estratégico, focado na proteção dos limites, mas sim direcionado para o potencial de exploração econômica da região.

Neste sentido, ao longo do século XX, as fronteiras teoricamente perderiam importância militar, o que abriria espaço para uma visão mais relacionada às potencialidades de contatos e trocas. No contexto atual, o próprio "inimigo" está deixando de ser identificado com um estado nacional, o que impõe mudanças no campo teórico e prático da geopolítica. Estruturado em rede (terrorista ou não), o "inimigo infiltrou-se, está dentro e fora" (Bigo, 1997) o que seria mais um argumento para a perda substancial de importância militar das fronteiras.

Pode-se, portanto, identificar este novo contexto geopolítico que se consolida na segunda metade do século XX, onde o poder organizador e regulador dos estados nacionais estaria "sendo solapado, desde dentro e desde fora de cada estado, pelo aumento de intensidade e complexidade de intercâmbios não-estatais" (Machado 2002:4). A intensificação da circulação mundial e a tendência de diminuição da função militar das fronteiras são fatores que podem gerar uma valorização crescente da cooperação e da interação trans-fronteiriça.

Seguindo esta direção, muitos autores têm buscado conceituar as fronteiras

como local de troca e integração, espaços particulares onde a cultura de dois povos pode promover combinações muito ricas. Nas palavras de Brunet (1992:282), a fronteira seria acima de tudo um espaço onde “ocorrem fenômenos originais, trocas entre duas partes, modificação de uma pela outra e exploração da diferença pelos atores sociais”. Pode-se, portanto, identificar uma tendência no reconhecimento da especificidade do contexto regional da zona de fronteira, o que gera inclusive alertas sobre a necessidade de políticas públicas adequadas para o seu desenvolvimento (House, 1980). Segundo Newman (2006), a idéia de um "mundo sem fronteiras" onde as barreiras estatais ficariam mais "flexíveis" e "permeáveis" teria estimulado muitos trabalhos a partir da década de 1990. Grande parte do "novo" interesse pelas fronteiras se associaria com a re-funcionalização destas regiões no interior dos blocos econômicos, tendo a União Européia como grande paradigma de cooperação trans-fronteiriça.

Este novo contexto poderia auxiliar na diminuição da confusão conceitual existente entre as fronteiras enquanto zonas de contato e os limites enquanto linha que separam sistemas territoriais distintos. Mas até que ponto estas mudanças sociais econômicas e políticas podem estar interferindo nas representações cartográficas e geografias imaginativas sobre os espaços de fronteira? Se a cartografia acompanhou tão intensamente a tarefa de delimitar, separar e distinguir os espaços fronteiriços, estaria ela ganhando uma nova função deste possível contexto de intensificação das aberturas e trocas entre os países?

As relações entre mapas e fronteiras são tão fortes que uma reflexão sobre o "fim das fronteiras" poderia nos conduzir para uma reflexão sobre "o fim dos mapas" enquanto uma ferramenta de construção das identidades. Neste sentido, poderíamos acabar criando uma indagação muito parecida com a do filósofo colombiano Martín-Barbero (2002:11): “mapas para que? Quando a estabilidade do terreno, dos referentes e das medidas é soterrada pelo fluxo da vida urbana e a fluidez da experiência cosmopolita”. Em um mundo caracterizado por trocas intensas a relação entre mapas e identidade territorial poderia perder importância, pois “nossa identidade não pode definir-se mais pela permanência exclusiva a uma comunidade nacional” (Canclini, 1993:43). Ao diminuir nossa dependência de uma “entidade espacialmente delimitada” para criar sentimentos de pertencimento, o mundo globalizado daria

menos importância à representação cartográfica dos espaços fronteiriços entre os Estados Nacionais, pois estes perdem suas funções militares e identitárias. Mas estaria a cartografia, sobre as fronteiras, condenada a ser apenas um signo que representa fenômenos e processos identitários na escala nacional?

Martín-Barbero (2002:11) responde a esta indagação com outra pergunta: “quem disse que a cartografia só pode representar fronteiras e não construir imagens das relações e dos entrelaçamentos, dos caminhos de fuga e labirintos?” Neste sentido, a cartografia poderia ser um meio que também difunde imagens renovadas das fronteiras, que inclusive relativizariam sua posição de marginalidade e a colocariam como espaços ricos para trocas culturais e econômicas. Este tipo de indagação poderia estimular o estudo da representação das fronteiras nos mapas jornalísticos a partir da expectativa de que estes apresentassem exemplos de contatos e trocas atuais existentes nas regiões de fronteira, mas não é essa a hipótese aqui proposta.

Mesmo sabendo que existem tendências de flexibilização das fronteiras na América do Sul, a partir da criação de blocos econômicos - como o Mercosul - e da institucionalização crescente de uma série de acordos bilaterais, não se pode afirmar que os mapas na imprensa brasileira vêm representando as fronteiras no contexto de um mundo mais aberto e poroso. Ao contrário, a hipótese do presente trabalho é que nas formas de representação cartográfica das fronteiras na imprensa nas últimas décadas prevalecem aspectos de continuidade, de persistência, de manutenção e renovação de uma visão geopolítica tradicional. Esta hipótese surgiu a partir de uma constatação introdutória da pesquisa, que observou como os mapas sobre as fronteiras apareciam nos jornais brasileiros com maior freqüência nas páginas policiais e internacionais do que naquelas relacionadas com o turismo ou atividades culturais.

Os jornais certamente representam de forma bastante original os processos e eventos que cruzam as fronteiras dos Estados, evidenciando formas de interação entre vizinhos raramente representadas na cartografia "oficial" - estatal ou acadêmica. No entanto, a maioria das interações representadas é geralmente qualificada como "problema" ou "ameaça", como é o caso do contrabando e do tráfico de drogas. Ao representar uma interação indesejada, muitas vezes os jornais podem estimular a caracterização das fronteiras como locais que devem ser militarizados, vigiados e protegidos, promovendo associações que seguem vinculando estes espaços a questões

geopolíticas como a soberania do território nacional. Uma rápida seleção de imagens e textos que circulam na imprensa pode evidenciar esta associação entre fronteiras e atividades militares, uma observação que estimulou a definição da hipótese aqui proposta.

Figura 1.1

Fonte: Folha de São Paulo 3/8/1999, O Globo, 30/10/2000, Veja, 13/3/1991, Geografia, 13/3/2007.

As imagens e textos presentes na colagem acima provavelmente não surpreenderiam um leitor pertencente às “comunidades de interpretação” (Said, 1997) situadas nas grandes metrópoles brasileiras, acostumado a acompanhar notícias sobre a militarização das fronteiras. Frente a esta persistente relação, muitos autores têm voltado a enfatizar os processos de fechamento vigilância nas fronteiras, após um período no qual vigoraram trabalhos acadêmicos sobre “porosidade” e novas formas de interação econômica. Segundo Newman (2006), os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 recolocaram o foco de muitos pesquisadores da discussão sobre como as fronteiras podem ser mais rigidamente controladas. Para o autor, o discurso de abertura, que vinha sendo difundido durante a década de 1990, se chocou com um discurso repressor de vigilância nos anos 2000, que tem se sobressaído nos debates acadêmicos e nas representações midiáticas.

Segundo o geógrafo brasileiro André Martin (1998), é "bem provável que para

a grande maioria das pessoas a simples menção da palavra 'fronteira' provocaria [ainda] uma reação negativa", posto que, efetivamente, a "memória humana" registra um "sem-número de conflitos e muitos sofrimentos em torno do seu estabelecimento, manutenção e destruição". Certamente esta "memória" humana não foi ainda apagada e os acontecimentos e representações atuais tendem a reforçar essa idéia geopolítica de fronteira. Neste contexto, a concepção das fronteiras como pontos de troca e contato seria uma "desviante", uma alternativa que se manifesta apenas em casos pontuais (Newman, 2006).

Segundo Newman (2006:148), "a função tradicional das fronteiras tem sido criar barreiras para o movimento, mais do que a de promover pontes possibilitando o contato". Apesar de existirem mudanças significativas nas idéias sobre as fronteiras, estas ainda se relacionam com suas origens etimológicas, apresentando uma forte conotação militar e exercendo de forma recorrente seu papel de "front" ou "frente de batalha"[3] (Foucher, 1991:77).

A partir deste enfoque na continuidade e transformação das formas de controle nas fronteiras internacionais, os próprios blocos econômicos vêm sendo questionados como paradigmas para uma integração internacional. Discutindo as relações entre fronteiras políticas e culturais, Grimson (2001) é um dos autores que discorda das teorias pós-modernas sobre o fim do Estado e destaca que temos um longo caminho a percorrer para desenvolver políticas de integração nas regiões fronteiriças. Para o autor, nem os blocos econômicos como a União Européia, o Nafta e o Mercosul, geralmente considerados os grandes responsáveis pela re-funcionalização dos espaços de fronteira, tem contribuído de fato para uma transformação das imagens que circulam sobre as fronteiras no mundo.

A União Européia seria um caso emblemático para se observar o surgimento de possíveis representações sociais que evidenciam a grande interação existente entre os países a partir da eliminação das fronteiras internas. A valorização dos pontos de contato entre os países pertencentes ao bloco pode estimular o surgimento de novas concepções sobre as fronteiras. Mas, segundo Grimson (2001), a permanência de uma política pública defensiva em relação às fronteiras fica evidente também na Europa a

[3] Michel Foucher (1991) evidencia como a etimologia da palavra fronteira apresenta forte conotação militar, pois esta teria sido originada da idéia de "front", um termo empregado no período medieval para designar uma ordem de batalha que se encontrava na vanguarda das tropas combatentes.

partir dos limites externos do bloco, onde os níveis de militarização e controle atingem graus inigualáveis na história.

Já o Nafta e o Mercosul, são blocos que privilegiam as trocas econômicas em grande escala e não tendem a desenvolver políticas públicas que fortaleçam os nódulos locais de conexão entre os países. Devido ao grande temor de ascensão do déficit de segurança interna, os países pertencentes a estes blocos fortalecem a circulação de mercadorias, mas podem inibir brutalmente o fluxo de pessoas em regiões onde as conexões locais - entre áreas periféricas de dois países distintos - já ocorriam há muito tempo. Grimson (2001) evidencia este processo através de exemplos no Mercosul, onde "populações de espaços fronteiriços com livre intercâmbio de produtos durante décadas vêem aparecer reforços nos postos aduaneiros" (p.12) e no Nafta, onde a "integração" traz uma dificuldades cada vez maior para se entrar nos Estados Unidos. Observamos assim, que a partir da chamada "integração", "os estados chegam com forças renovadas nas fronteiras" (Grimson 2001:12).

Por ocasião da realização de uma pesquisa de campo nas regiões fronteiriças sul-americanas (CNPq, 2007), pude perceber como esta "força renovada" dos Estados muitas vezes é motivo de protesto por parte da população local. Um exemplo bastante explícito de representações locais com caráter reivindicatório foi observado na cidade equatoriana de Tulcán, que faz fronteira com Ipiales na Colômbia. Durante os dias que estive na cidade pude observar sistematicamente a veiculação na imprensa local das reivindicações de comerciantes que eram impedidos de vender produtos agrícolas do outro lado da fronteira. O jornal "*La Hora*" relatou por três dias seguidos a polêmica dos "Pequenos Comerciantes Dispostos a Protestar" (21 de março de 2007), atuando como veiculador das necessidades de integração da população local.

A reportagem citada, que alerta para a chegada de mais aparato militar do lado colombiano, dá grande destaque para opiniões de comerciantes que querem vender pequenas quantidades de fruta na cidade vizinha e são constantemente impedidos pelos controles nacionais, expressando claramente a divergência entre a função política dos limites e a função econômica das fronteiras (Machado, 2000). Afirmando que se trata de um comércio antigo, um dos comerciantes entrevistados na reportagem pede por uma legislação especifica para a localidade, solicitando que ao

menos “não confisquem nossas frutas e verduras, porque são poucas quantidades comercializadas apenas em Ipiales” (*La Hora*, 21/3/ 2007). Uma reportagem como essa, explicita a presença renovada dos estados nos espaços de fronteira com um forte aparato de controle, contrastando com as necessidades de integração da população local.

A partir destes exemplos, podemos compreender porque Raffestin (1993) qualifica as idéias de abolição e flexibilização das fronteiras como um "mito" contemporâneo. Para além de uma simples intensificação de sua porosidade, as fronteiras seguem exercendo a função de sublinhar diferenças através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos, calcados na separação entre “nacionais” e “não-nacionais”. Seguindo uma tendência de revalorização da geopolítica, os trabalhos aqui apresentados evidenciam como a dita "integração econômica" tem estimulado a presença dos Estados na região de fronteira de uma forma bastante similar à concepção da geopolítica tradicional: pouca infra-estrutura e muitas aduanas e pelotões militares.

No entanto, mesmo baseando minha hipótese na continuidade e predominância do modelo geopolítico de representação das fronteiras, é importante afirmar que os discursos relacionados a estes espaços na imprensa não podem ser vistos de maneira uniforme ou monolítica. Não há aqui a pretensão de se identificar "o" significado das fronteiras e, aceitando sua polissemia como premissa, considera-se que existem representações variadas sobre estes espaços na imprensa. Por este motivo busquei fugir aqui de qualquer definição fechada do termo "fronteira", sob pena de excluir uma série de significados que possam ser difundidos nos jornais.

Ou seja, mesmo que a hipótese aqui delimitada considere uma possível concentração dos mapas jornalísticos sobre as fronteiras em temáticas geopolíticas ligadas a militarização e ao fechamento, assume-se que a polissemia será uma freqüente na representação destes espaços. As fronteiras aqui poderão ser "terras incógnitas", "frentes de expansão", "campo de batalha", "lugares de troca", "espaço de transição", e muitos outros significados difundidos pelos jornais através da cobertura de eventos e temas diferenciados.

Como observamos nos exemplos aqui pontuados, os discursos sobre as fronteiras podem ser difundidos e revelados através de representações cartográficas.

Um mapa pode representar as fronteiras como uma área de interação ou uma linha de separação e os temas associados às fronteiras podem possivelmente revelar seletividades e tendências nestas representações. Ao relacionar cartografia, fronteira e discurso, o presente trabalho se encontra em um ponto de intercessão entre tendências metodológicas que vêm influenciando a pesquisa geográfica contemporânea. Buscando explorar estas tendências a seção seguinte considera como a noção de discurso tem estimulado debates sobre cartografia, imaginação, geopolítica e imagem na geografia.

1.2 - Cartografia, Imaginação, Geopolítica e Imagem: Caminhos Metodológicos

A idéia básica de que a cartografia deve ser *interpretada* enquanto um discurso socialmente produzido e não apenas *consultada*, enquanto um instrumento que nos dá acesso a informações sobre o que "esta lá", sobre o que "realmente existe" no espaço, certamente não é nova. Há bastante tempo e com a contribuição de campos distintos do conhecimento, o alerta de que "o mapa não é o território" (Korzybski, 1948) vem sendo relativamente difundido no meio científico e artístico. Talvez as famosas metáforas de Lewis Carroll (1832 - 1898), que brincam com mapas hipotéticos que excluem ou incluem a totalidade dos elementos do terreno, ainda representem os exemplos mais eficientes para mostrar os limites e seletividades inevitáveis da representação cartográfica.

Em "*The Hunting of the Snark"* de 1876, o escritor britânico[4] brinca com a idéia de um mapa do oceano que, por não representar "ilhas e cabos", seria um "absoluto e perfeito branco" que "todos podiam entender" (Carroll, 1995:56). Já em "*Sylvie and Bruno*" de 1889, o autor comenta um mapa onde cabiam "todas as coisas". Neste romance, um professor alemão explica para as crianças como os cartógrafos do seu país produziram um mapa 1:1, contra o qual os fazendeiros protestaram pois o mapa era tão grande que cobriria todo o terreno e bloquearia a luz do sol. Através destes exemplos metafóricos, Carroll evidencia como o mapa é sempre seletivo e não pode de forma alguma conter todos os elementos do território. Existem, por exemplo,

[4] Como se sabe, Lewis Carroll era o nome artístico utilizado por Charles Lutwidge Dodgson, professor de matemática e escritor que viveu toda sua vida em Oxford e ficou mais famoso pelo seu livro *Alice in the Wonderland*, de 1865, ou Alice no País das Maravilhas na versão em português.

infindáveis atributos a serem representados em cada local de fronteira e a impossibilidade de representação da totalidade é uma premissa fundamental da cartografia.

No entanto, para além de apenas constatar que a cartografia é composta por "signos meramente convencionais" (Carroll, 1995:55) e que um mapa é sempre incompleto, podemos discutir as lógicas atuantes no seu processo seletivo. Embora seja um aspecto inerente da cartografia, a inclusão e a exclusão também podem ser associadas a questões de conhecimento e poder, discutindo o papel dos mapas na difusão de discursos específicos. Mesmo que os alertas sobre a incompletude do mapa sejam bastante antigos, inclusive no interior da própria geografia (Whight, 1942, 1947), pode-se afirmar que o estudo das questões sobre representação e poder não se desenvolveram de maneira sistemática na cartografia antes da década de 1970.

O presente trabalho foi bastante estimulado pelas abordagens interpretativas que influenciaram a geografia - e muitos outros campos do conhecimento - nas últimas décadas do século XX. Através de tendências relacionadas a uma nova geografia cultural, ou um "*cultural turn*"[5], muitos geógrafos e cartógrafos vêm questionando uma certa "neutralidade" e "objetividade" associada aos mapas, propondo inserir o seu estudo em um sistema de signos políticos mais amplo (Harley, 1996). Escrevendo em 1996, Agnew afirmava que "até recentemente" o estudo da cartografia era preocupado somente com questões técnicas e práticas profissionais associadas ao mapeamento. O trabalho de autores como J. B. Harley contribuíram para instituir uma nova agenda de pesquisa na cartografia, discutindo as conexões entre mapas, conhecimento e poder (Agnew, 1996:422).

Para ir além de uma simples constatação dos processos seletivos da representação cartográfica, geógrafos e cartógrafos têm promovido um diálogo com campos distintos do conhecimento. Muitos autores, como "Cassier, Gombrich, Piaget, Panofsky, Kuhn, Barthes e Eco" são citados por Harley (1996:423) como possíveis contribuições para desenvolver uma abordagem interpretativa na cartografia. Algumas destas contribuições metodológicas serão retomadas ao longo da tese, mas por hora

[5] Por ter encontrado dificuldade em traduzir de forma satisfatória a palavra "*turn"*, as expressões que a acompanham serão sempre apresentadas em inglês ao longo do trabalho. De qualquer forma, o termo refere-se a uma nova "tendência", ou mais literalmente, uma "virada" cultural na geografia que aparece principalmente no meio acadêmico anglo-saxão a partir dos anos 1980. Sobre os avanços e limites desta perspectiva ver Barnett (1998).

gostaria apenas de evidenciar como esta tendência de estudo da cartografia é bastante influenciada pela noção de discurso, principalmente como trabalhada por Michel Foucault.

Segundo Agnew (1996), as abordagens interpretativas desenvolvidas por Harley e outros autores a partir da década de 1970 seriam uma elaboração geográfica de pontos feitos "previamente por autores como Michel Foucault" (p.422). Não pretendo aqui tratar das variadas influências do filósofo francês na geografia, mas apenas evidenciar como a noção de discurso proposta por este autor tem influenciado tendências distintas na disciplina e pode ser relevante para o presente trabalho.

Para o objetivo aqui proposto, é suficiente dizer que um discurso pode ser definido como um conjunto de declarações que estruturam formas de pensamento e ação. Na concepção Foucaultiana (1997), os discursos não apenas estruturam o conhecimento, mas também definem o que pode e o que não pode ser incluído como conhecimento (Sharp, 2009). Neste sentido, os discursos também podem influenciar na decisão do que pode e o que não pode ser incluído nos mapas veiculados na imprensa. Para além da discussão do complexo quadro teórico que envolve a noção de discurso, gostaria apenas de evidenciar como esta pode ser considerada como uma ferramenta epistemológica e metodológica importante para o estudo da geopolítica na imprensa sul-americana (Steinberger, 2005).

A preocupação central de Foucault em livros como Arqueologia do Saber (1997) e As Palavras e Coisas (1967) teria, segundo Gregolin (2003), um caráter teórico-metodológico, onde o autor busca sistematizar uma série de conceitos basilares para a abordagem do discurso. Para Foucault (1997), os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori*, cabendo à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando as “regras de formação” que regem os discursos. Assim, para o autor, “sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (1997: 43).

Desta forma, seria importante identificar formações discursivas sobre as fronteiras Sul-Americanas, apreendendo suas "escolhas temáticas" - o que é representado nas fronteiras - e seus "tipos de enunciação" - como as fronteiras são

representadas. Para atender aos objetivos aqui propostos, torna-se necessário estudar como estes discursos são articulados através da linguagem visual dos mapas na imprensa. Se uma imagem - assim como um texto - sempre atribui visibilidade ou invisibilidade aos elementos do espaço, é claramente possível "pensar a visualidade como uma forma de discurso" (Rose, 2001:137). O mapa é um tipo de imagem particular que também vêm sendo considerada a partir da noção de discurso.

Para Harley (1996), a revelação chave nos trabalhos de Foucault seria a onipresença do poder em qualquer forma de conhecimento e o autor se propõe a discutir o poder no conhecimento cartográfico. Para tanto, Harley (1996:426) explora o estudo das "regras" que revelam os "aspectos escondidos do discurso cartográfico". Combinando tendências distintas para estudar os discursos e a retórica da cartografia, Harley (1996) abre uma perspectiva de análise dos mapas muito útil para a construção da problemática do presente trabalho. Algumas ferramentas metodológicas sugeridas por Harley para o desenvolvimento de uma abordagem interpretativa na cartografia serão discutidas mais detalhadamente ao longo da tese. Por hora cabe apenas perguntar que outras tendências na geografia - também influenciadas pela noção de discurso de Foucault - podem contribuir para a construção da problemática aqui proposta.

Para se compreender os processos seletivos da cartografia, ou mais especificamente as omissões e destaques presentes na construção dos mapas jornalísticos sobre as fronteiras, a noção de imaginação geográfica ou "geografia imaginativa" também parece importante. A forma como imaginamos um continente, um país, uma região ou uma rua, influencia na forma como decidimos representar e agir sobre estes espaços. Embora esteja presente em qualquer processo de mapeamento, a imaginação é particularmente evidente quando se trata da representação de um espaço desconhecido, sobre o qual desenvolvem-se sentimentos de alteridade. A forma como imagino o "outro" certamente influencia na seletividade aplicada no momento de elencar "características", "temas" ou "assuntos" a serem representados.

No caso da representação do "desconhecido", como ocorre freqüentemente com as representações metropolitanas sobre os espaços de fronteira, os discursos passam a desempenhar um papel central na imaginação, auxiliando na difusão de associações simplistas entre atributos selecionados e zonas geográficas específicas. As

aulas escolares de geografia, por exemplo, podem ser consideradas muitas vezes como um importante discurso qualificador dos espaços, associando seguidamente "zonas" e "características" de forma naturalizada. A análise crítica deste tipo de associação tem encontrado bastante espaço no trabalho de geógrafos contemporâneos, que discutem a relação entre discurso e imaginação geográfica.

Autores como Gregory (1995) e Driver (1992, 1999, 2005), por exemplo, utilizaram criticamente o termo “geografia imaginativa”, evidenciando como o conhecimento geográfico apresenta uma forte relação com a difusão de discursos sobre o espaço. Uma influencia fundamental para a renovação do interesse pelo estudo da imaginação geográfica nas últimas décadas foi certamente oferecida pelo trabalho do professor de literatura comparada Edward Said, que tem “tido especial influencia na geografia cultural anglo-americana” (Martins, 1998:16) e pode ser caracterizado como “fundador do criticismo pós-colonial contemporâneo” (Driver, 2001:7). Principalmente através de seu livro publicado em 1978, que discute "o Oriente como invenção do Ocidente", Said tem sido considerado o autor de "um dos textos mais influentes nas ciências sociais e nas artes nas últimas décadas do século XX" (Sharp, 2009:16).

O ponto de partida de Said (2007) para definir o que passou a chamar de uma "geografia imaginativa", foi a suposição de que entidades geográficas como “Oriente” e “Ocidente” são historicamente construídas. O autor busca estender as observações históricas de Vico, relativas ao fato de que "os homens fazem sua própria história", para a geografia, enfatizando que "lugares, regiões e setores geográficos" estão sempre associados a "um imaginário, uma tradição de pensamento, um vocabulário que lhe dá realidade e presença" (Said, 2007: 31). Mesmo sendo um professor de literatura comparada, Said teria em seu projeto a pretensão de "repensar a geografia" (Gregory, 1995), evidenciando como a "força" da disciplina não estaria "apenas em soldados e canhões", mas também em "imagens e imaginários" (Said, 2007).

Desconsiderando algumas leituras focadas nas diferenças teóricas existentes entre os trabalhos de Said e de Foucault, Gregory (1995) busca relacionar estes dois autores para contribuir no estudo de geografias imaginativas. Para Gregory (1995), um dos argumentos centrais de Foucault é que a sociedade é discursivamente construída através de uma série de julgamentos normatizantes baseados em "sistemas de divisões, exclusões e oposições" (p.457). Segundo Foucault (1967), mesmo na

"experiência mais ingênua" há sempre a "aplicação de um critério prévio" que permite estabelecer o "limiar acima do qual haverá *diferenças* e abaixo no qual haverá *similitude*" (p.8). Neste sentido, observa-se que grande parte das análises de Foucault serve de base para o estabelecimento da oposição aplicadas por Said, que considera como o Ocidente define sua identidade através do uso do Oriente como seu contrário e negativo.

Na base do argumento de Said (2007) está a idéia de que o discurso orientalista promove sempre uma qualificação dual, entre um Ocidente "racional", "histórico", "moderno", "masculino" e um Oriente "irracional", "eterno", "atrasado", "feminino". É através deste tipo de oposição dual que Said (2007) define os processos de construção das identidades e geografia imaginativas associadas aos espaços. As áreas estudadas por Said (2007) são amplas o suficiente para dividir o mundo em duas unidades distintas - Oriente e Ocidente - mas o autor também evidencia a possibilidade de aplicação destas idéias a escalas mais reduzidas, pois mesmo "um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre suas terras e os arredores", que serão chamados de "terra dos bárbaros" (p.91).

Baseado nas oposições e exclusões comentadas por Foucault, Said (2007) considera a existência de uma "prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é 'o nosso', e um espaço não familiar além do 'nosso', que é o 'deles'". Este tipo de imaginação geográfica proposta por Said é claramente relevante para um estudo que discute as formas de representação dos espaços fronteiriços, situados justamente "entre" "nós" e "eles". Segundo Said (2007) este tipo de discurso evidencia como as identidades territoriais de desenvolveram "de modo negativo" e o autor estuda detalhadamente as oposições criadas para definir a identidade européia frente ao resto do mundo, ou o "Oriente".

Quando escreveu seu artigo intitulado "geografias imaginativas", Gregory (1995) alertava para o fato de que embora a geografia estivesse muito presente nos escritos de Said, seu trabalho recebia pouca atenção por parte de geógrafos. Atualmente, pode-se afirmar que este quadro mudou. Passados mais de dez anos da publicação de artigos pioneiros por parte de autores como Gregory (1995) e Driver (1992), o termo "geografia imaginativa" aparece com freqüência nos trabalhos de geógrafos, principalmente no universo anglo-saxão. No entanto, estes trabalhos ainda se concentram amplamente na construção da identidade européia durante o período de

colonização, considerando as imagens que os europeus construíram para representar regiões que vinham sendo descobertas e colonizadas em outras localidades do mundo. Reconhecendo esta concentração, gostaria de discutir as contribuições das idéias de Said no estudo das geografias imaginativas das fronteiras Sul-Americanas.

No presente trabalho, considero que assim como “Oriente” ou "trópico", a palavra “fronteira” também “acumulou uma ampla gama de significados, associações e conotações” (Said, 2007: 203). Também há aqui um processo de imaginação e de "criação" de um setor geográfico no intuito de construir uma "(re) presença", ou uma representação para uma população metropolitana que não tem acesso direto ao espaço. Guardadas as grandes diferenças entre o exemplo aqui explorado e o trabalho de Said sobre a qualificação do Oriente, a idéia de exterioridade e sua relação com a construção de geografias imaginativas podem ser relevantes para o estudo de outras configurações geográficas.

Uma característica marcante da representação das fronteiras Sul-Americanas na grande imprensa brasileira é a exterioridade, ou seja, o repórter, geralmente proveniente das grandes cidades do sudeste do país, esta freqüentemente em uma posição exterior aquilo que descreve. O "tipo de voz narrativa que ele adota, o tipo de estrutura que constrói, os tipos de imagens, temas, motivos que circulam em seus textos" (Said, 2007: 50) evidenciam esta exterioridade. Parafraseando Said, pode-se dizer que a fronteira é descrita "por e para" as cidades metropolitanas, onde se concentra a grande maioria dos leitores que geralmente tem pouco conhecimento sobre o território e a população situados na e além das fronteiras internacionais.

Para compreender como a imprensa brasileira representa os espaços de fronteira sul-americanos, é importante também considerar como a população que vive nos centros metropolitanos brasileiros imagina os países vizinhos. Sendo o único país de língua portuguesa no continente, possuindo um território com dimensões continentais e tendo um desenvolvimento urbano intensamente concentrado ao longo da costa do Atlântico, o Brasil é um país que cresceu "de costas" para o seu continente. Segundo Sader (2001), este sentimento é tão forte que chega a parecer que o Brasil não faz parte da América do Sul: “ela estaria ali, ao nosso lado, bastava sair inadvertidamente por terra que chegaríamos lá, terra de ‘cucarachos’ e não de conterrâneos” (p.9).

A idéia de "sair inadvertidamente por terra" evidencia como a América do Sul

se desenvolveu de forma muito desintegrada, o que certamente se relaciona com seu passado colonial. Devido à imposição das metrópoles, as partes individuais do continente não podiam comercializar entre si e apenas o contrabando possibilitava um comércio paralelo entre as colônias (Anderson, 2008:91). Vivendo sobre o comando de uma metrópole distinta de todos os demais países do continente, o Brasil acabou se diferenciando também por normas e processos históricos peculiares. Discutindo o nascimento de "comunidades imaginadas" fora da Europa, Anderson (2008) busca oferecer respostas para explicar "por que o nacionalismo brasileiro se desenvolveu tão tarde e de maneira tão idiossincrática em comparação ao de outros países latino-americanos" (p.21). Devido a uma série de peculiaridades, a relação entre o Brasil e seus vizinhos pode constituir um bom caso para pensar sobre as relações de alteridade entre países de um mesmo continente.

Entre as várias razões apontadas por Anderson (2008) para justificar as especificidades do nacionalismo brasileiro estão os processos de independência do país. Enquanto em vários países andinos as "elites crioulas" expulsaram os espanhóis para fundar uma república independente, como no exemplo dos países libertados por Simon Bolívar, no Brasil a imigração do imperador português em 1808 acabou desencadeando um processo de independência que coroou o filho do próprio rei como novo imperador do Brasil independente. Outra diferença tem relação com a formação acadêmica nas colônias, pois enquanto nas possessões espanholas existiam 23 universidades, os portugueses "se recusavam sistematicamente a permitir a organização de qualquer instituição de ensino superior em suas colônias" (Anderson, 2008:89).

Comparando justamente o surgimento de universidades no Brasil e em outros países Sul-Americanos, Lovisolo (2000) discute a formação dos discursos sobre identidade nacional no continente. Segundo o autor, enquanto os países hispânicos recorreram à idéia de América Latina para responder sobre "o que somos" - sem colocar os outros países do continente como sua negativa - no Brasil ocorreu o contrário e a "não-identidade com os outros países latino-americanos" acabou contribuindo para a sua "especificidade ou diferença" (p.9). Embora o Brasil fosse extremamente desarticulado e voltado para o exterior do continente, pode-se afirmar que, assim como do exemplo mais amplo discutido por Said, a sua diferença com um outro espaço contribuiu para a definição de sua identidade. Segundo Lovisolo (2000),

no século XIX a fragmentação das colônias hispânicas era "o mal a ser evitado" e os vizinhos "com suas lutas internas, seus caudilhismos e o fracionamento político, eram o lado negativo da história".

No entanto, diferente do caso estudado por Said (2007), onde o Ocidente produz muitas interpretações e representações sobre o Oriente, pode-se argumentar que os países Sul-Americanos tiveram recorrentemente o exterior do continente como padrão comparativo e os vizinhos são praticamente ignorados. No caso brasileiro, pode-se identificar uma escassez de material para alimentar as geografias imaginativas sobre os outros países do continente. Escrevendo na segunda metade do século XIX, o historiador da literatura José Veríssimo (1857 - 1916), observa como as dimensões continentais e o fato de ser o único país de língua portuguesa do continente intensificavam a falta de comunicação e a ignorância brasileira para com os seus vizinhos. Grande admirador da literatura latino-americana, o autor achava que o Brasil deveria "sair da insulação" e do "mútuo isolamento com seus vizinhos" (Veríssimo, 1986).

A esperança de Veríssimo era que com o "natural progresso", o Brasil e os outros países do continente estariam "destinados, num futuro mais ou menos demorado, a se relacionarem mais estreitamente, a se freqüentarem e tratarem mais de perto". No entanto, ao contrário das esperanças de Veríssimo, podemos considerar que até hoje existe uma escassez relativa de informação sobre os vizinhos no Brasil, prevalecendo ainda a difusão de uma série de estereótipos e imagens simplistas. Segundo Lovisolo (2000), deve-se reconhecer que o Brasil é o país da América Latina que "menos olha para os vizinhos de modo sistemático", pois "a própria imprensa brasileira dedicou, e ainda dedica, pouco espaço e tempo aos vizinhos, mesmo quando existem características semelhantes significativas" (p.8). Se, talvez, possa ser excessivo afirmar que a América Latina é o "outro" que constitui a identidade brasileira, certamente seria mais incorreto ainda classificá-la como "mesmo", pois a identidade do país certamente passa longe da construção de laços com seus vizinhos.

Uma rápida observação nas informações sobre os demais países Sul-Americanos que circulam para o grande público brasileiro pode evidenciar sua escassez, seu padrão temático repetitivo e sua simplicidade elementar. Mesmo com a formalização de blocos econômicos e o crescimento das trocas comerciais nas ultimas décadas do século XX, nota-se que as relações de alteridade e a ignorância mútua

seguem fortes no continente. De certa forma, ainda mantemos e criamos estereótipos espaciais simplistas relativos aos nossos vizinhos, difundindo informações que alimentam as geografias imaginativas nos grandes centros metropolitanos brasileiros através de jornais, revistas ou livros didáticos de geografia (fig. 1.2).

Figura 1.2

Fonte: Geografia em Ação, 2007.

O exemplo acima foi retirado de um livro didático de geografia e combina mapa e fotografias para qualificar os "tipos" específicos que habitam além das fronteiras brasileiras. A escolha de nomes e trajes "típicos" evidencia que o objetivo da imagem é inserir o aluno em um esquema comum de classificação, um modelo de representação dos vizinhos compartilhado por grande parte dos brasileiros. “Oscar” representa a Bolívia com seu chapéu andino e feições indígena, enquanto “Carlitos” representa a Argentina através de seus trajes e feições européias. A simplicidade e a "naturalidade" da representação reforça os estereótipos já difundidos na sociedade e facilita a comunicação de uma geografia imaginativa que associa um "tipo nacional" e um país limítrofe peculiar. Mesmo que muitos alunos brasileiros tenham feições

similares ao “Oscar” ou ao “Carlitos“, a imagem os classifica necessariamente em uma outra categoria implícita - criança brasileira - que deve ser, por definição, diferente dos seus vizinhos.

Sobre esta questão é válido lembrar que a identificação de "tipos" já foi uma parte fundamental dos trabalhos de geógrafos e antropólogos que, segundo Said (2007), dividiam freqüentemente os tipos humanos para servir ao colonialismo e ao imperialismo. As idéias de que "o americano é vermelho, colérico, ereto, o asiático amarelo, melancólico, rígido e o africano negro, fleumático, lasso" (Said, 1978:174), circulavam através de diversos meios na sociedade colonial e poderiam servir para nortear ações concretas sobre estes povos. Esta relação entre qualificação textual e ação concreta dá uma dica sobre a relevância possível de um estudo sobre as geografias imaginativas das fronteiras.

Uma crítica recorrente com relação ao estudo das geografias imaginativas tem sido direcionada ao seu "textualismo excessivo" e sua "abstração", pois o estudo da imaginação não teria relação com o que "realmente ocorre" nas relações de poder do mundo (Smith, 1994). Driver (2003:144) ironiza esta questão perguntando: "porque focar nas geografias 'imaginativas' quando há tantos problemas 'reais' para serem tratados no mundo?” No caso das fronteiras, poderíamos aqui indagar porque estudar a sua geografia imaginativa se existem tantos problemas "urgentes", "concretos" e "imediatos" relacionados com políticas públicas e problemas geopolíticos específicos para cada segmento?

Driver (2003) responde a sua própria indagação através da articulação entre representação e materialidade, evidenciando como as formas de imaginar um espaço são profundamente articuladas com ações sobre os mesmos. Neste sentido, as geografias imaginativas teriam importância devido aos seus "efeitos reais" sobre o espaço. Na mesma direção, Gregory (1995) destaca que Said promove uma relação freqüente entre "violência textual e violência física", entre a forma como imaginamos e construímos modelos esquematizados de representação e nossa forma de ação sobre os espaços.

Nesse sentido, o conceito de geografia imaginativa pressupõe uma profunda articulação com as ações materiais promovidas sobre o espaço representado, considerando que a imaginação pode influenciar inclusive ações e políticas publicas governamentais. Principalmente em seus livros chamados "Cultura e

Imperialismo"(1995) e "*Covering Islã*" (1997), Said desenvolve com maior intensidade esta relação já anteriormente esboçada, afirmando que a imaginação e a representação podiam "preparar o caminho para que os exércitos, as administrações e as burocracias fariam mais tarde no local". (p.178). O mesmo pode ocorrer com as fronteiras sul-americanas, muitas vezes sujeitas a políticas públicas formuladas a partir de centros de decisão e interesse afastados de sua realidade cotidiana.

Construídas e difundidas nas metrópoles e centros de decisão política, as geografias imaginativas também têm vida material e concreta nas fronteiras, influenciando o cotidiano daqueles que nelas habitam e circulam. Decidir entre a construção de uma estrada, uma ponte, um batalhão militar ou um muro entre dois países não é uma tarefa exclusivamente técnica e objetiva. A forma como imaginamos os sistemas territoriais vizinhos e seus pontos de conexão com o território nacional orienta nossas ações sobre as fronteiras. É neste sentido que autores contemporâneos vêm chamando a atenção para o fato de que o estudo das geografias imaginativas segue tendo muita relevância para se compreender a construção do espaço geográfico na atualidade, já que "as imagens, também, têm efeitos reais" (Driver, 2005:145).

A idéia de que as geografias imaginativas influenciam ações concretas sobre o espaço, incluindo políticas públicas governamentais, também vêm influenciando novas agendas de pesquisa dentro do pensamento geopolítico. As afirmações de Said (1978: 40) de que os textos midiáticos sobre o Oriente seriam uma "distribuição de consciência geopolítica" foi um dos estímulos importantes para que autores anglo-saxões desenvolvessem novas tendências de estudos que exploram as relações entre discurso e prática geopolítica.

Partindo do pressuposto de que "a forma como descrevemos o mundo, as palavras que usamos, moldam como decidimos agir", autores como Tuathail e Agnew (1992) também introduziram premissas foucaultinas sobre conhecimento e poder para re-conceitualizar a geopolítica como "prática discursiva". Desta maneira, seguindo os argumentos de Steinberger (2005), considero que o estudo dos discursos na mídia sul-americana pode se nutrir da agenda de pesquisa desenvolvida em torno da chamada "geopolítica crítica" (Tuathail, 1996).

Segundo Tuathail e Dalby (1998), um estudo crítico da geopolítica fundamenta-se numa análise da imaginação geopolítica estatal e da desconstrução de “mitologias culturais do Estado” (p.3). Estudando a geopolítica como uma prática

social com “formas de expressão elitistas e populares” (p.4), estes autores identificam três esferas distintas de estudo da disciplina: a geopolítica formal, a geopolítica prática e a geopolítica popular. A geopolítica formal se refere a comunidade estratégica de acadêmicos que produzem “estudos estratégicos, relatórios burocráticos e doutrinas políticas” (Tuathail, 1998:8). A geopolítica prática trata do aparato burocrático do governo e seus dirigentes, que produzem discursos políticos, ações estatais e práticas diplomáticas. Por fim, a chamada geopolítica popular é expressa através da cultura midiática de massa.

Uma das conseqüências da caracterização da geopolítica enquanto uma prática discursiva é a consideração de que os discursos não podem se limitar a poucos "homens de conhecimento". Em outras palavras, a geopolítica não é uma atividade e um pensamento exclusivo de uma elite formalizada, confinada em um pequeno grupo de acadêmicos e estadistas (Thuathail e Agnew, 1992). Pelo contrário, ela está nas ruas e através de discursos populares é constantemente produzida e reproduzida utilizando meios de comunicação variados.

O desenvolvimento daquilo que têm se chamado de geopolítica popular, têm estimulado o estudo das representações midiáticas de lugares específicos através de objetos diversificados. Estudando filmes (Power and Crampton, 2005), revistas (Sharp, 2000), cartuns (Dodds, 1996), quadrinhos (Dittmer, 2005, 2007) e, inclusive, mapas jornalísticos (Vujakovic, 2002, Kosonen, 1999), estes trabalhos vêm utilizando a geopolítica crítica como abordagem teórica para o estudo da mídia como uma importante fonte de informação sobre o imaginário geopolítico.

Embora seja possível separar a produção de discursos geopolíticos em esferas distintas, relacionadas a academia, o governo ou a mídia, é importante deixar claro que estas esferas interagem mutuamente. Os discursos geopolíticos produzidos no âmbito “formal” da Escola Superior de Guerra no Brasil, por exemplo, apareceu com muita força nas falas e políticas públicas de muitos governantes brasileiros e também são reproduzidos com freqüência na imprensa. Por outro lado, os discursos midiáticos também podem atuar estimulando ou legitimando certos tipos de política pública ou concepção teórica quando atuam para "fabricar o consenso" (Chomsky apud Said 1995:354) e formar a opinião pública.

Embora esta tese não se proponha a analisar as políticas públicas entre o Brasil e os países limítrofes, é preciso reconhecer que sua motivação inicial surgiu ao longo

dos trabalhos de campo que participei como pesquisador com o grupo Retis para o Ministério da Integração Nacional. Ao trabalhar na “esfera” da geopolítica “prática”, produzindo diagnósticos locais nas fronteiras para subsidiar as ações do Estado na “proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento para a faixa de fronteira” (Brasil, 2005), pude observar de perto as relações entre as várias “esferas” de discursos geopolíticos.

A participação na elaboração de políticas públicas para as fronteiras evidenciou como mesmo que se produzam propostas inovadoras de integração, complementaridade e infra-estrutura conectiva, os discursos provenientes de várias esferas ainda tendem a direcionar as políticas públicas nos espaços fronteiriços para o lado da vigilância e do policiamento. O contraste entre a vontade de integração da população local e a falta de vontade política para se alterar mais significativamente as ações do Estado nas fronteiras ficou bastante evidente através desta experiência. Neste sentido, a elaboração de um relatório - com propostas para uma política integrada de desenvolvimento regional para as fronteiras - parece perder força quando se choca com o grande volume de representações midiáticas que sugerem o fechamento e a militarização destes espaços.

O texto da reportagem abaixo (fig. 1.3), pode ser utilizado como um exemplo claro sobre as possíveis articulações entre os discursos que circulam na geopolítica popular e as ações governamentais tomadas no âmbito da geopolítica prática. Discutindo o trânsito de produtos ilegais na fronteira entre o Brasil e o Suriname, o jornalista destaca "os perigos do vizinho" e propõe algumas ações para"resolver o problema". Neste sentido, observamos como a mídia pode difundir informações que influenciem ações concretas sobre as fronteiras.

Figura 1.3

COMO RESOLVER O PROBLEMA

■ Criar uma Guarda Costeira que fiscalize o fluxo de embarcações no extremo norte do país. Hoje, embora o fluxo de armas e drogas entre o Brasil e o Suriname seja feito, basicamente, por via marítima, a Marinha faz apenas operações esporádicas na região.

■ Abrir um posto bem equipado da Polícia Federal em Abaetetuba, cidade portuária onde é desembarcada a maior parte do carregamento ilegal originário do Suriname. A cidade, que na década de 80 chegou a ser chamada de "a Medellín brasileira", é a base dos principais grupos de contrabandistas e traficantes em operação no Pará.

■ Instalar um posto de fiscalização na cidade de Oiapoque, no Amapá. Embora a cidade esteja localizada na fronteira com a Guiana Francesa, faz parte da rota utilizada pelas quadrilhas que atuam naquela área.

■ Criar um posto bem equipado da Polícia Federal na fronteira de selva com o Suriname, a fim de prevenir que as armas passem a entrar no Brasil por via terrestre.

■ Instalar câmeras e sensores de movimento nos rios que dividem os dois países, nos moldes do equipamento que já existe na fronteira do Brasil com a Colômbia. Embarcações suspeitas poderiam ser, assim, identificadas e revistadas.

■ Realizar forte pressão diplomática no sentido de que o governo do Suriname coíba as práticas criminosas que transbordam para o território brasileiro. ■

Fonte: Veja, 10/1/2007

Qualificando o Suriname como "Paraguai do Norte", o repórter exige de forma enfática a intensificação de políticas de vigilância nas fronteiras. As primeiras palavras dos pontos propostos para "resolver o problema" já evidenciam claramente o tipo de ação pública estimulada pela reportagem: "criar guarda costeira", "abrir um porto bem equipado da Polícia", "instalar posto de fiscalização", "instalar câmeras e sensores de movimento", "realizar forte pressão diplomática". Há aqui um estímulo explícito para o desenvolvimento de políticas públicas de fechamento das fronteiras, exemplificando como mídia pode legitimas e estimular ações governamentais específicas na região.

A análise interpretativa dos discursos presentes em documentos oficiais e midiáticos vêm sendo produzida a mais de dez anos no ambiente acadêmico anglo-saxão com o desenvolvimento da "geopolítica crítica" (Dodds, 2008)[6]. O exemplo da reportagem acima, trata de uma representação textual que pode claramente conter um discursos geopolítico sobre as fronteiras. No entanto, este uso intenso que os geógrafos contemporâneos têm feito de representações midiáticas em seus estudos

[6] Sabe-se, no entanto, que as idéias deste campo "ecoam" muitas concepções que já haviam sido desenvolvidas no ambiente acadêmico francês, que teria sido pioneiro na criação de um "novo início crítico" na história da geopolítica (Thuathail, 1996).

traz a tona uma necessidade latente no desenvolvimento do conhecimento geográfico: a reflexão metodológica sobre os usos da imagem na disciplina.

Justamente por ser um crítico literário e estudar o orientalismo através de romances e textos variados, Said (2007) não discute o papel específico das imagens na construção de geografias imaginativas. Embora as capas de seus livros sejam freqüentemente ilustradas com esplêndidas pinturas européias sobre o "exótico" mundo "Oriental" e em muitas entrevistas o autor cite o papel de filmes e fotografias na imprensa para a criação de estereótipos, suas análises são basicamente textuais. Da mesma forma, muitos geógrafos que trabalham no campo da geopolítica crítica também não refletem sistematicamente sobre as especificidades existentes no uso das imagens como fonte de informação. Como última noção relacionada com a construção da metodologia do presente trabalho, gostaria de evidenciar a necessidade de se explicitar uma "metodologia visual" para considerar as peculiaridades existentes no processo de comunicação através das imagens na imprensa.

A influencia das relações estabelecidas por Foucault entre conhecimento e poder também estimularam o desenvolvimento de abordagens críticas com relação ao uso das imagens na geografia, uma disciplina comumente associada ao "visual". Segundo a geógrafa britânica Gillian Rose (2003), embora a afirmação de que a geografia é uma "disciplina visual" seja muito comum entre os geógrafos (Tuan, 1979, Gregory 1994, Smith, 2000), há pouca reflexão crítica e debates metodológicos sobre as imagens como um objeto de estudo *per se* na disciplina. Muitos geógrafos usam imagem e poucos a estudam como uma forma particular de se produzir e comunicar conhecimento.

O uso de imagens como mapas, fotografias, desenhos e filmes têm acompanhado a história da produção do conhecimento geográfico. No entanto, este uso freqüente de recursos visuais não tem estimulado uma reflexão sistemática sobre as imagens na disciplina. Nas palavras de Rose (2003), é como se por ser uma "disciplina visual" o geógrafo já entendesse o "visual" e não necessitasse de um sub-campo específico para discutir as imagens como um objeto de estudo. No entanto, desde as seções de lanterna mágica em congressos das associações geográficas na Europa imperial (Driver, 2003), até o freqüente - e por vezes exagerado - uso de slides nas apresentações em encontros de geografia na atualidade (Rose, 2003), os geógrafos seguem acreditando que a sua disciplina é uma "forma especial de visualização",

como afirmava o geógrafo e geopolítico britânico Halford Mackinder (Ó Tuathail, 1996 apud Driver).

Uma aula de geografia sem imagens seria "como uma aula de anatomia sem esqueleto" (Tuan, 1979), o que evidencia como o geógrafo depende do "visual" para produzir e difundir seu conhecimento. A despeito dessa relação, a geografia não seguiu a tendência de outras disciplinas de estabelecer sub campos para o debate da imagem, como ocorre, por exemplo, na antropologia com o campo conhecido como "antropologia visual". Discutindo o uso da fotografia na pesquisa etnográfica, o antropólogo brasileiro Milton Guran (1997), diferencia duas formas de se utilizar as imagens na construção de uma pesquisa científica que tem aparecido de forma análoga na geografia[7].

Primeiramente uma imagem pode ser utilizada "para contar", sendo considerada um registro verossímil e auxiliando o pesquisador a ilustrar sua narrativa. Quando um etnógrafo "registra" um ritual indígena ou um geógrafo "registra" as paisagens de fronteira através de fotografias tiradas em um trabalho de campo, há aqui freqüentemente um uso das imagens como "signos verdadeiros do que foi fotografado" (Rose, 2003:214). Esta é a forma mais comum de uso da imagem na geografia, onde as figuras - sejam elas de um glacial na Antártida, de um rio na Amazônia ou de uma rua antiga no Rio de Janeiro - são apresentadas como verossímeis, corroborando com o discurso do pesquisador. Neste sentido a audiência é sempre "convidada a acreditar no que é mostrado" e haveria uma "performance" peculiar na forma de apresentação do conteúdo através das imagens (Rose, 2003:213).

Por outro lado, pode-se utilizar imagens em uma pesquisa científica "para descobrir" (Guran, 1997), considerando os processos de produção e recepção das imagens em contextos sociais distintos. Quando um antropólogo mostra uma foto de uma mão cheia de calos para discutir os significados do trabalho com um grupo de camponeses, ou um geógrafo analisa um mapa imperial como um símbolo de poder e apropriação territorial, as imagens são necessariamente "interpretadas" e não há aqui o pressuposto da verossimilhança em relação ao motivo representado. O objetivo do pesquisador aqui é notar os "princípios de inclusão e exclusão" (Fyfe e Law, 1988),

[7] As colocações de Guran (1997) são certamente mais direcionadas para o uso da fotografia na pesquisa antropológica, mas suas idéias podem ser úteis para a reflexão sobre o uso das imagens nas ciências como um todo. As categorias criadas pelo autor são similares as de outras contribuições que buscam discutir de forma mais geral o uso das imagens na história das ciências (Rose, 2001).

no intuito de decodificar as hierarquias e diferenças naturalizadas pela difusão da imagem.

Pelas tendências metodológicas desenvolvidas até aqui, fica evidente que o presente trabalho se enquadra mais na segunda possibilidade de uso das imagens em um estudo científico. Desde o chamado "*cultural turn*" na geografia, tem crescido o número de trabalhos que utilizam imagens "para descobrir", interpretando documentos visuais variados e relacionando o uso das imagens com formas específicas de exercício de poder. Seguindo esta tendência, busca-se aqui definir um caminho específico para estudar os mapas jornalísticos, através da tentativa de construção de uma "metodologia visual crítica" (Rose, 2001).

Para Rose (2001:3) a idéia de uma "metodologia visual crítica" pressupõem "abordagens que pensam sobre o visual em termos de significados culturais, práticas sociais e relações de poder, que são produzidas, articuladas e confrontadas por formas de ver e imaginar". É justamente esta abordagem que buscarei aplicar nesse trabalho, relacionando os mapas sobre as fronteiras veiculados na imprensa com relações de poder e formas de imaginação específicas existentes na sociedade brasileira. No início desta seção, observamos que o trabalho de Harley foi importante para introduzir uma abordagem interpretativa na cartografia, mas quais seriam as "metodologias visuais" utilizadas por Harley para discutir os significados e discursos existentes nos mapas?

Embora combine diferentes matrizes conceituais, Harley segue uma tendência existente no trabalho de muitos geógrafos humanos a partir da década de 1970, dialogando com a *história da arte* e a *semiologia* em busca de conceitos para uma análise do significado nos mapas. Através das formulações que deram aos conceitos de iconografia e iconologia, os historiadores da arte têm influenciado o trabalho de muitos geógrafos que estudam as paisagens, fotografias e mapas como indícios, documentos que revelam "valores simbólicos" específicos sobre o espaço geográfico (Cosgrove, 1984, 1987, 2000, Harley, 1988, 1996, entre outros).

Por outro lado, a semiologia tem estabelecido um diálogo frutífero com a geografia, contribuindo tanto no que diz respeito às possibilidades de construção de produtos gráficos para representar o espaço (Bertin, 1967 Bodin, 1984 Gauthiner, 1984), como na identificação de discursos difundidos a partir de signos específicos (Wood, 1992 Duncan, 1990 e Duncan e Duncan, 1992, Aitken, 1991, entre outros).

As possibilidades de aplicação destas duas matrizes conceituais para a

interpretação de mapas são apresentadas de forma bastante explícita em uma monografia escrita por Harley e Blakemore (1980). Após uma discussão extensa sobre as formas de estudo da história da cartografia os autores terminam a monografia com dois capítulos de proposição metodológica. No sexto capítulo, intitulado "significados culturais: a iconografia dos mapas", os autores discutem como é através da história da arte - "mais especificamente da iconografia com sua longa tradição de estudo dos significados simbólicos nas representações gráficas - que uma estrutura mais imediatamente aplicável pode ser derivada para a história da cartografia". Já no sétimo capítulo, intitulado "mapas antigos como linguagem" há uma defesa da apropriação da semiologia na análise simbólica dos mapas, pois o "conceito de mapa como linguagem oferece a estrutura mais apropriada para a história da cartografia" (p.87).

É a partir destes diálogos que foram definidas as tendências metodológicas para desenvolver uma análise interpretativa dos espaços de fronteira nos mapas jornalísticos pesquisados. Através da linguagem dos mapas veiculados na imprensa brasileira, discutindo as relações entre imaginação geográfica, geopolítica e comunicação através de imagens, pode-se acessar os principais modelos de representação das fronteiras Sul-Americanas. De certa forma, ao aplicar "metodologias visuais" específicas na análise da cartografia jornalística, este trabalho pode contribuir na construção de caminhos para responder a instigante pergunta de Harley e Blakemore (1980:103): "como, exatamente, a cartografia ajuda a construir concepções de lugar e espaço?". Para tanto, torna-se necessário definir as fontes e os recortes temporais que permitam a delimitação do universo documental. É sobre esta pesquisa que trata a seção seguinte.

1.3 - Período e Fontes de Pesquisa: o Universo Documental

A construção de uma pesquisa acadêmica sobre as geografias imaginativas das fronteiras Sul-Americanas requer necessariamente a definição de recortes metodológicos. De fato, o estudo das representações das fronteiras nos centros metropolitanos brasileiros poderia ser feito com uma infinidade de documentos e em períodos históricos muito distintos. Buscarei aqui inicialmente justificar o período escolhido para a pesquisa, para em seguida discutir os critérios que nortearam a delimitação do universo documental.

O recorte temporal da presente pesquisa justifica-se em duas dimensões: a dimensão técnica considera mudanças significativas nas condições de produção dos mapas jornalísticos e a dimensão societária que considera o contexto geopolítico no qual circulam informações sobre as fronteiras.

Embora tenha-se buscado mapas sobre as fronteiras veiculados na imprensa brasileira desde 1964, tendo como marco o início da ditadura militar brasileira, o mapa mais antigo incluído na pesquisa documental data do ano de 1966 e os últimos exemplos são do ano de 2008, quando finalizei o trabalho de busca, seleção e organização de mapas veiculados na imprensa brasileira. Neste intervalo de 42 anos, novas formas de produção e reprodução dos mapas jornalísticos foram introduzidas na imprensa brasileira. A década de 1970 é reconhecida como um momento peculiar na intensificação do uso de imagens na mídia impressa. Como evidenciou Monmonier (1989), a competição com a televisão estimulou este processo, que foi ainda mais intensificado nos anos posteriores pela introdução da edição computadorizada e novas técnicas de impressão. Neste contexto, os mapas se tornam mais freqüentes na imprensa, pois o trabalho mais lento e planejado que dependia das habilidades artísticas de quem "desenhava" o mapa, é substituído por bases computadorizadas e o uso de modelos previamente estabelecidos nas respectivas "editorias de arte" de cada jornal.

Diferente da imprensa Norte Americana e Européia, que contava com artistas gráficos permanentes que produziam coleções de mapa para jornais e revistas desde a década de 1940 (como apontam Ristow, 1957, Schulten, 1998, Cosgrove, 2005), a imprensa brasileira ainda não possuía editorias de arte organizadas até a década de 1970. Embora o "apuro estético" tenha crescido na imprensa nacional desde a década de 1950, foi apenas durante a ditadura militar, duas décadas depois, que a "expansão econômica aliada a concentração resultaram em um avanço tecnocrático dos jornais", permitindo o uso de técnicas avançadas nos grandes jornais brasileiros, como a "tipografia off-set" e o "uso de fotocomposição eletrônica" (Biaggi, 1996:48).

Ao longo da década de 1980 os principais jornais brasileiros organizaram uma estrutura interna para produzir com maior freqüência produtos gráficos como mapas, tabelas e desenhos esquemáticos. Neste contexto, a imprensa nacional que freqüentemente apenas reproduzia mapas feitos em outros ambientes (acadêmicos,

governamentais ou militares), passa a produzir com maior intensidade os mapas veiculados nos jornais. As transformações dos processos de produção e reprodução dos mapas na imprensa brasileira justificam uma discussão sobre as técnicas de produção dos mapas jornalísticos ao longo do período selecionado.

Outra justificativa para a definição do recorte temporal a ser estudado se relaciona com as grandes mudanças na geopolítica do continente ao longo do período, que certamente influenciam nos modelos de representação das fronteiras na imprensa. Durante as décadas de 1960 e 1970, grande parte dos países Sul-Americanos, inclusive o Brasil, viviam sobre o governo de ditaduras militares. Atuando no contexto global da guerra fria e desenvolvendo projetos de colonização para as fronteiras, enquanto frentes de povoamento, estes governos difundiam modelos específicos de caracterização destes espaços, freqüentemente reproduzidos na grande imprensa nacional.

O processo de redemocratização e a emergência de novos elementos na geopolítica do continente - como a intensificação das redes de tráfico de drogas - conformam um novo cenário para a representação das fronteiras a partir da década de 1980. Nas décadas seguintes, há uma intensificação das trocas comerciais na América do Sul e a formalização de blocos econômicos importantes como o Mercosul, o que pode ter estimulado a emergência de novos modelos para se representar as fronteiras na imprensa.

Já a definição dos recortes da pesquisa documental pode ser justificada a partir de dois elementos distintos: as tendências e posicionamentos político-ideológicos dos jornais selecionados e a capacidade destes jornais de criarem produtos cartográficos pertinentes para a análise aqui proposta. Foram selecionados inicialmente para a pesquisa documental os quatro jornais brasileiros de grande circulação atuantes ao longo de todo o período estudado: Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Estado de São Paulo.

Apesar da pretensão de uma circulação nacional estes jornais apresentam uma forte característica regionalista (Hons, 1984), pois são produzidos e majoritariamente vendidos nas duas principais cidades do país, localizadas na região sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo. Além de se concentrarem na região mais rica do país, estes

jornais também são frequentemente associados com as classes mais abastadas (Silva, 1989), sendo uma fonte de informação privilegiada para compreender a visão "central" da grande mídia brasileira. A escolha destes jornais teve, portanto, a intenção de captar representações compartilhadas por uma “comunidade de interpretação” (Said, 1997) específica, que frequentemente qualifica as fronteiras enquanto áreas "periféricas". Neste sentido, trata-se de captar uma visão sobre as fronteiras que não parte do contato cotidiano com sua realidade, mas sim de uma perspectiva externa e distante.

Muitos trabalhos sobre geografia e mídia seguem caminhos distintos da delimitação aqui estabelecida, buscando, por exemplo, comparar o "conteúdo da mídia e a visão dos habitantes locais” (Burgess, 1987:11). Em trabalhos pioneiros na análise do significado geográfico dos conteúdos midiáticos, Burgess (1978) discutiu o papel da mídia local, regional e nacional na manutenção e no reforço de imagens variadas relacionadas a uma cidade no norte da Inglaterra. A autora observa um claro contraste entre a literatura promocional da cidade veiculada em jornais locais e os estereótipos externos majoritariamente presentes nos jornais de circulação nacional. Certamente é possível fazer uma pesquisa similar para a representação midiáticas de cidades situadas nas fronteiras sul-americanas.

Esta possibilidade foi explorada, por exemplo, pelo trabalho de Ortíz (2004) que discute a representação midiática da tríplice fronteira entre Argentina/Brasil/Paraguai ilustrando as diferentes possibilidades de representação de um mesmo espaço em jornais distintos. O autor estabelece uma comparação entre as representações locais e extra-locais na imprensa sobre uma das tríplices fronteiras mais noticiadas da América do Sul que conecta Brasil (Foz do Iguaçu), Argentina (Puerto Iguaçu) e Paraguai (Ciudad de Leste). Enquanto os jornais de diversos países tendem a estigmatizar a localidade, vinculando-a a atividades ilegais e terroristas, através de inumeráveis reportagens negativas, a imprensa local, incomodada, busca evidenciar como os empresários e as autoridades locais estariam “cansados de sofrer estes ataques da imprensa sensacionalista”, como publicou o jornal local Gazeta do Iguaçu (Ortiz, 2004).

Ortiz (2004) compara as reportagens do jornalista americano Jeffrey Robinson sobre a tríplice fronteira que classificava *Ciudad del Este* como “lugar perfeito para

reuniões secretas", habitado por "prostitutas, arruaceiros, revolucionários, traficantes e viciados em drogas" entre outros tipos que caracterizariam a população local (Ortiz, 2004:41). E as representações locais que publicavam inúmeras declarações afirmando que "o jornalista não tem o direito de falar mentiras sobre a cidade e os habitantes da região", como noticiava o periódico local *"Noticias de Paraguay"* (Ortiz, 2204:44).

No entanto, embora estas análises comparativas entre jornais de diferentes níveis de circulação possam oferecer conclusões interessantes, elas se concentram apenas nos textos escritos pois nem todos os jornais produzem, com intensidade, suas próprias imagens. Através da coleta de uma série de jornais locais em trabalhos de campo realizados nas regiões de fronteira sul-americanas, pude constatar que a imprensa local dificilmente publica imagens cartográficas em suas páginas. Trabalhando com equipes editoriais reduzidas, os jornais locais normamente não têm capacidade de criar seus próprios gráficos e mapas. Desta forma, buscando compreender siginificados e repercussões da linguagem utilizada nos mapas na imprensa, a pesquisa documental se concentrou nas representações das fronteiras veiculadas nos principais jornais de circulação nacional.

Após a definição dos jornais a serem pesquisados apareceu um problema prático para a viabilidade da pesquisa: como encontrar reportagens sobre as fronteiras que contenham mapas nos jornais selecionados? Como operacionalizar a pesquisa documental? Iniciei minha busca na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro onde tive acesso ao material micro-filmado dos quatro jornais selecionados. Buscando reportagens sobre as fronteiras brasileiras que contassem com a presença de mapas através de uma pesquisa sem o acesso a nenhuma forma de busca temática, logo percebi que se tratava de buscar "agulha no palheiro". Direcionei-me então aos centros de pesquisa dos jornais e me surpreendi com as dificuldades existentes para efetuar a pesquisa temática, pois mesmo os grandes jornais nacionais não dispõem de um sistema de busca eletrônica por palavras chave para todo o período selecionado[8].

Após observar a inviabilidade para se realizar uma pesquisa temática nas bases digitais dos jornais selecionados, busquei me informar se os mesmos não dispunham

[8] O Jornal o Globo, que apresenta um dos centros de pesquisa mais bem estruturados, dispõe apenas de material digitalizado a partir do ano de 1999.

de nenhuma organização temática do material impresso. Foi aí que descobri um acervo bastante completo selecionado por "pastas temáticas" no centro de pesquisas do jornal O Globo, que conta com publicações de vários jornais e revistas representativos da "grande imprensa" brasileira classificados a partir da década de 1960. Com intuito inicial de criar uma base para pesquisas jornalística internas, os arquivos do jornal o Globo, que tinham a assinatura dos principais jornais e revistas do país, passaram a classificar este material diariamente em pastas através de temas específicos. O encontro com este material muito rico e previamente selecionado ao longo do período escolhido foi fundamental para a viabilidade da pesquisa documental.

Dentre as mais de cem pastas repletas de reportagens extraídas dos maiores jornais e revistas do país, haviam doze diretamente organizadas através da palavra "fronteira". Dentre estas, oito se relacionavam com as fronteiras brasileiras e sul-americanas: Fronteiras Brasil, Fronteiras Brasil - Bolívia, Fronteiras Brasil - Paraguai, Fronteiras Brasil - Venezuela, Fronteiras Brasil - Colombia, Fronteiras Brasil - Perú, Fronteiras Brasil - Uruguai, Fronteiras Brasil - Argentina. Os demais países limítrofes, como as Guianas e o Suriname não tiveram pastas temáticas individuais, mas as representações de suas fronteiras apareceram em pastas dedicadas a outras áreas ou a temáticas específicas.

Após concluir a pesquisa em todo este material, observei que, mesmo não possuindo a palavra "fronteira" no seu título classificatório, outras pastas poderiam conter reportagens úteis para tratar dos temas associados aos espaços estudados. Com esta expectativa, expandi a busca por mais 9 pastas temáticas, contendo como palavra-chave "América-Latina" - relacionadas ao turismo, terrorismo, Pacto Andino, Mercosul e Operação Condor em periodos distintos - e 6 tendo como palavra-chave "Amazônia", relacionadas a colonização, desmatamento e preservação. Somaram-se, portanto, o total de 23 pastas analisadas, de onde selecionei mais de 200 exemplos de mapas representando as fronteiras sul-americanas na grande imprensa brasileira através de temas variados.

Frente a riqueza do material encontrado mas pastas temáticas do jornal O Globo, resolvi concentrar minha pesquisa apenas nesta fonte documental, onde encontrei mapas veiculados nos quatro jornais previamente selecionados e em muitas

outras publicações de "circulação nacional". Este fato fez com que, embora a pesquisa ficasse majoritariamente concentrada nos quatro jornais propostos, não fossem desprezados materiais provenientes de outros jornais e revistas encontrados no acervo pesquisado. Sendo assim, algumas reportagens de revistas e jornais que apresentavam a mesma características de "centralidade" dos outros veiculos selecionados também foram incorporados - Veja, Istoé e Gazeta Mercantil - enriquecendo a análise da difusão de geografias imaginativas sobre as fronteiras Sul Americanas nos centros metropolitanos brasileiros[9].

Outra "tolerância" da pesquisa documental, que também enriqueceu o material a ser analisado, foi o levantamento complementar para a tese realizado no principal jornal colombiano, *El Tiempo*. As oportunidades que tive de visitar a fronteira entre o Brasil e a Colômbia e a importância desta região específica para a formulação inicial do presente trabalho me estimularam a incorporar alguns mapas feitos naquele país para retratar conflitos ocorridos nas fronteiras com o Brasil. Embora muito rico este material foi aproveitado em apenas um caso relativo a um incidente diplomático entre Brasil e Colômbia explorado no sexto capítulo.

O presente capítulo apresentou o processo de construção do objeto deste estudo, enfatizando tanto as principais referências bibliográficas quanto os condicionantes sociais que fundamentaram a escolha dos caminhos da pesquisa. No entanto, para aumentar a compreensão da problemática proposta e, assim, ampliar as possibilidades de analise do material coletado, é necessário refletir um pouco mais sobre as chamadas "metodologias visuais" indagando até que ponto elas oferecem ferramentas conceituais que permitem uma análise sobre mapas veiculados na imprensa brasileira.

[9] É válido ressaltar que embora as pastas temáticas apresentassem um material muito rico e diversificado foi difícil obter informações sobre os critérios de seleção e classificação do material. Os próprios funcionários do jornal não sabiam explicitar os critérios e procedimentos de classificação com clareza e a escassez de informação foi considerada como uma característica inerente do universo documental pesquisado.

II - O Mapa como Arte e como Linguagem

O uso de imagens como fonte de informação demanda uma reflexão sobre métodos e técnicas especificas. Mesmo sendo uma disciplina freqüentemente associada a mapas, fotos e filmes, a geografia não possui uma tradição no estudo interpretativo do significados das imagens. Por este motivo, geógrafos têm buscado estabelecer um diálogo com outros campos do conhecimento em busca de referências teóricas e ferramentas metodológicas para o estudo do significado das imagens, tais como a psicologia, a antropologia, a semiologia, a filosofia, a lingüística, a história da arte, entre outros.

Ao longo do século XX muitos autores discutiram a importância das imagens na sociedade contemporânea, afirmando de diversas formas a idéia de que "vivemos em uma cultura dominada por figuras, simulações visuais, estereótipos, ilusões, cópias, reproduções, imitações e fantasias" (Mitchell, 1994:2). No entanto, segundo Mitchell (1994:13), embora existam muitos trabalhos sobre o "visual", "nós continuamos sem saber exatamente o que as imagens são, qual é a sua linguagem, como elas operam nos observadores e no mundo, como a sua história deve ser entendida, e o que deve ser feito com ou sobre elas".

Sem nenhuma pretensão de responder estas questões, que atravessaram o século XX e seguem abertas no século XXI, creio ser importante explicitar o debate teórico e os desafios metodológicos encontrados nesta pesquisa na qual se busca utilizar imagens gráficas - mais especificamente dos mapas na imprensa - como fonte de informação sobre a geografia imaginativa das fronteiras.

Dentre as várias contribuições disponíveis destacarei aqui duas matrizes que são recorrentes no trabalho de geógrafos interessados em discutir as relações entre imagem e significado: *a história da arte e a semiologia*. A história da arte pode ser considerada como a "mais longa disciplina acadêmica continuamente preocupada com o estudo dos artefatos visuais" (Manghani et alli, 2006:83), o que faz dela um "ponto de partida essencial para qualquer pesquisa visual" (Rose, 2001:144). Através do chamado método iconográfico/iconológico, esta disciplina pode contribuir com a discussão sobre as possíveis relações entre imagens gráficas e "valores simbólicos" existentes na sociedade (Panofsky, 1979).

Por outro lado, tendo surgido a partir de uma profunda relação com a lingüística, a semiologia, ou semiótica, tem sido "aplicada amplamente nas análises de

imagens na mídia, comunicações e estudos culturais" (Manghani et alli, 2006:102). A semiologia é certamente uma corrente importante para se compreender as idéias das ciências humanas no século XX, influenciando diversos campos disciplinares como a antropologia, a literatura, a história e a geografia. Esta influencia é tão marcante que alguns autores tem caracterizado o impacto da semiologia nas ciências sociais como um "*linguistic turn*" (Rorty, 1979:263)[1], onde toda a vida social e cultural é criticamente analisada em termos de "textualidades" e "discursos". Os mapas não escaparam desta tendência e também vêm sendo compreendidos e estudados como "sistemas de signos".

Contudo como as idéias provenientes da história da arte e da semiologia vêm sendo apropriadas pela geografia e pela cartografia? Talvez pela força do chamado "linguistic turn", a semiótica têm sido mais intensamente difundia na geografia e pode-se constatar um diálogo freqüente entre estes campos ao longo do século XX (Mondada e Racine, 1993). Por outro lado, a história da arte vem conquistando espaço e sendo apropriada para o estudo de paisagens (Cosgrove, 2001), mapas históricos (Blakemore e Harley, 1980) e até mesmo mapas veiculados na imprensa (Kosonen, 1999; Novaes, 2005).

Mesmo que ainda apareça de forma mais tímida, a apropriação crescente do trabalho dos historiadores da arte na geografia talvez seja um sintoma da tendência que Mitchell (1994) identifica como "*picture turn*". Segundo o autor, a busca por uma teoria das imagens nas ciências humanas poderia definir um novo momento epistemológico, onde a história da arte substituiria "sua marginalidade teórica" por uma "centralidade intelectual" (p.14).

É importante sublinhar que não se trata aqui de trabalhar com estas duas metodologias no intuito de compará-las para eleger um caminho mais apropriado ou mais legítimo para o estudo dos mapas na imprensa. Pelo contrário, a idéia é ir "além da comparação entre disciplinas verbais e visuais" (Mitchell, 1994), para buscar pontos de contato e contribuições mútuas na construção de uma metodologia de análise interpretativa para o estudo das imagens.

Profundamente relacionados com os textos das reportagens, os mapas da imprensa são objetos privilegiados para se discutir a participação conjunta de textos e imagem nos processos de comunicação. Neste sentido, a história da arte e a

[1] O termo "linguistic turn" foi utilizado por autores como Rorty (1978) e Mitchell (1994) para discutir a influência da lingüística e da semiologia em outros campos do conhecimento.

semiologia podem contribuir enquanto campos que refletem as fronteiras tênues e mal demarcadas que existem entre disciplinas "verbais" e "visuais". Enquanto na história da arte o método iconológico valorizou a busca por informações históricas em textos escritos, na semiologia o arcabouço conceitual criado para discutir a linguagem foi rapidamente adaptado para a análise de signos pictóricos e imagens de todos os tipos. Acredito, portanto, que o contato com discussões teóricas e ferramentas metodológicas provenientes destes campos pode auxiliar na definição de um caminho colaborativo para o estudo das imagens cartográficas.

Este capítulo, considerando as contribuições de cada vertente e os diálogos entre a história da arte e a semiologia, busca apontar caminhos para uma análise interpretativa das imagens e, mais especificamente, dos mapas na imprensa. Com este intuito, as três primeiras seções estão mais voltadas para as contribuições da história da arte - mapa como arte - e as últimas três para a semiótica - mapa como linguagem.

2.1 - O Mapa como Arte: Diálogos com a História da Arte

A relação entre cartografia e arte vem sendo debatida com relativa intensidade a partir da década de 1980. Problematizando o modelo evolucionista, no qual a cartografia teria abandonado progressivamente os modos artísticos de representação para se tornar uma ciência normativa, alguns autores vêm valorizando e debatendo as "ligações históricas entre cartografia e arte", título do artigo do geógrafo Ronald Rees publicado em 1980. Rees (1980) foi pioneiro na ênfase nas relações entre mapeamento e pinturas de paisagem, o que despertou o interesse de muitos pesquisadores para o estudo destas conexões na fase pré-científica da cartografia.

A partir do artigo de Rees (1980), muitos historiadores e geógrafos passaram a estudar as relações entre cartógrafos e pintores, focando majoritariamente em exemplos de mapas produzidos na Itália antes do século XVIII. Ao organizar um seminário sobre história da cartografia, o cartógrafo norte-americano David Woodward juntou estes autores e publicou seus artigos em 1987 em uma famosa coleção de ensaios chamada "*Art and Cartography*" (Woodward, 1987).

A difusão de um modelo representacionista, ou um "*cultural turn*" na cartografia intensificou o estimulo na discussão sobre as relações entre cartografia e arte. Como nos relata Cosgrove (2005), em 1988 a "*International Conference for the History of Cartography*" contou com uma seção intitulada "a cartografia entre a arte a

ciência", onde Brian Harley teceu fortes críticas a "dicotomia sagrada" na historia da cartografia e buscou "desmantelar o dualismo arbitrário" existente entre modos artísticos e científicos de representação.

Os trabalhos de Harley e Woodward, entre outros, teriam alterado profundamente as idéias de "progresso" na produção de mapas, apontando novas direções para o estudo das relações entre cartografia e arte. No entanto, é curioso o fato de que a grande maioria dos trabalhos focados nestas relações se debruça sobre uma fase pré-científica dos mapas. Cosgrove (2005) chama a atenção para estas limitações, destacando a importância de se discutir as relações entre "arte e cartografia no século XX". Segundo o autor, os cientistas seguem utilizando o senso estético na escolha das imagens que compõem os seus trabalhos e a arte também segue dialogando intensamente com a cartografia em nichos específicos de produção. Por estes motivos, os cartógrafos e geógrafos não deveriam ser tão tímidos no estudo das relações entre cartografia e arte no século XX.

Buscando identificar nichos onde exista uma relação explicita entre mapa e arte no século XX, Cosgrove (2005) divide seu artigo em dois momentos. Primeiramente o autor trata da relação entre cartografia e movimentos artísticos específicos, como o surrealismo e o situacionismo, discutindo como diversos artistas vêm se apropriando de signos cartográficos em suas obras ao longo do século XX. Posteriormente, as relações entre cartografia e arte são tratadas através dos mapas na imprensa, considerados como produtos privilegiados para essa análise.

Cosgrove (2005) lamenta o fato de alguns autores explicitarem com freqüência sua "infelicidade" com relação aos mapas na imprensa, que seriam "simples no conteúdo e na simbolização" e refletiriam "uma ignorância nas projeções e convenções cartográficas" (Monmonier, 1989). Neste sentido, Cosgrove (2005) elogia o fato de a cartografia na imprensa nunca ter abandonado elementos explicitamente artísticos, o que estimulou, ao longo do século XX, um dialogo entre a cartografia e formas artísticas que vão além da pintura, como o cinema, a fotografia e os quadrinhos.

Discutindo as composições dos mapas jornalísticos do artista Charles Owens, Cosgrove (2005) apresenta inclusive uma possível influência entre sua forma de mapear os eventos da Segunda Guerra Mundial e a obra de artistas como Picasso, pioneiro na construção de colagens através de fragmentos de diversas mídias, como "imagens naturalistas, textos e símbolos cartográficos, por exemplo" (p.47). Para

Cosgrove (2005), autores como Owen dialogavam com os meios artísticos de sua época para produzir mapas que - ao mesmo tempo - localizassem, decorassem e narrassem os eventos representados, utilizando recursos que lembravam os "storyboards" da crescente industria cinematográfica de Hollywood.

No entanto, mesmo que o interesse pela relação entre cartografia e arte no século XX tenha crescido, sua discussão ainda é incipiente e majoritariamente concentrada no trabalho de artistas plásticos que se apropriam de signos cartográficos (Wood, 2006). Neste sentido, o trabalho de Cosgrove (2005) é muito relevante e inovador, principalmente pelo fato de estudar as conexões entre cartografia e arte no século XX através dos mapas na imprensa.

Se o diálogo com a história da arte tem se desenvolvido de forma intensa para o estudo de mapas "pré-científicos" ou feitos por artistas plásticos contemporâneos, possivelmente alguns dos métodos aplicados neste campo também podem ser apropriados para o estudo dos mapas na imprensa. Segundo Cosgrove (2005), o debate sobre as relações entre cartografia e arte conduziu a uma aplicação vasta dos "métodos iconográficos dos historiadores da arte" (p.36). Porém, quais seriam as contribuições teóricas e ferramentas metodológicas que este campo pode oferecer para o estudo dos mapas na imprensa? Como o trabalho dos historiadores da arte vêm sendo apropriado no estudo do significado de gêneros cartográficos distintos?

Ao me referir aqui a história da arte, gostaria primeiramente de delimitar a escola e os autores que mais influenciaram trabalhos interpretativos na geografia e na cartografia. Quando os geógrafos Cosgrove e Jackson (2000:22) escrevem que “a iconografia dos historiadores da arte é o melhor método de interpretação das imagens visuais já desenvolvido”, estes autores estão se referindo basicamente a metodologia desenvolvida na escola de Aby Warburg, historiador da arte que depois de fundar uma biblioteca em Hamburgo foi responsável pela criação de um instituto de pesquisa em Londres no início do século XX[2]. É a partir da influência desta escola que muitos geógrafos e cartógrafos encontraram sustentação teórica para introduzirem uma análise interpretativa sobre o significado de diferentes imagens, sejam elas pinturas, fotografias, paisagens ou mapas.

De acordo com o historiador Carlo Ginzburg (1989), um passo inicial

[2] Algumas referências utilizadas ao longo deste capítulo foram adquiridas na própria biblioteca do *Warburg Institute* a qual tive a oportunidade de visitar através do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior oferecido pela Capes.

importante para aqueles que querem reivindicar o “método warburgniano” para alguma pesquisa especifica, seria questionar o seu valor intrínseco. É importante também “esclarecer até que ponto a obra de Warburg foi levada à frente por seus seguidores” (Ginzburg, 1989:42), conhecendo debates internos dos historiadores da arte no intuito de diferenciar as possíveis contribuições teóricas para a análise empírica proposta.

Pode-se afirmar que a escola criada em torno do Instituto Warburg de história da arte fundou um novo olhar sobre as imagens. Ginzburg (1989) destaca que na década de 1930 diversos artigos já reconheciam plenamente a importância do trabalho de Warburg na criação de um método distinto de análise das imagens artísticas. Distinguindo-se de historiadores da arte que seguiam uma corrente clássica formalista (como Riegl e Wölfflin), que se propunham a “anular qualquer ligação entre história da arte e história da cultura” (p.48), o autor será pioneiro na busca por estabelecer relações entre as imagens artísticas e o contexto em que foram criadas, estimulando uma “história da imagem do ponto de vista cultural” (Ginzburg, 1989:47).

A principal ferramenta utilizada por Warburg para ultrapassar as barreiras disciplinares e driblar a "polícia de fronteira"[3], foi o que o autor chamou de "análise iconológica". Segundo Heckscher (1985), a tarefa de se discutir a "gênese da iconologia" oferece duas opções. A primeira estaria relacionada com o resgate das raízes do termo, já presente em documentos do século XVI, como no texto freqüentemente citado de Cesare Ripa (1543), chamado "Iconologia". A segunda, que é a opção adotada pelo autor, seria evocar o desenvolvimento da "iconologia moderna", que surge no início do século XX através do trabalho de Warburg. Seguindo a história do termo no século XX, a iconologia teria nascido no mês de outubro de 1912, quando Warburg utiliza o termo "análise iconólogica" pela primeira vez como uma idéia chave de sua palestra no congresso de historiadores da arte em Roma (Heckscher, 1985:239).

A partir deste método, que relacionava imagem, história e cultura, o historiador da arte não estaria mais preocupado apenas com as classificações estilísticas e formais, mas sim com as possíveis "implicações políticas e religiosas sugeridas pela escolha particular de um tema e a forma como este é representado"

[3] Expressão utilizada por Warburg, como aponta Heckscher (1985).

(Cassidy, 1993:5). Neste sentido, o autor é pioneiro na abertura de um "programa interpretativo" na história da arte, fundando uma agenda de pesquisa que relaciona a produção de imagens artísticas com "valores simbólicos" existentes na sociedade (Panofsky, 1979).

Segundo Ginzburg (1989:56), Warburg abre uma nova frente de pesquisa sobre as imagens artísticas no início do século XX, pois seu trabalho apresentava um objetivo duplo que renova este campo de estudo: por um lado, era preciso considerar as imagens a partir de testemunhos históricos que esclarecessem a gênese de seu significado e suas articulações com o quadro da época, por outro, as próprias imagens e figurações deveriam ser interpretadas como fontes *suis generis* para a reconstrução das concepções sociais existentes em um dado momento. Partindo do objetivo específico de discutir o significado da Antiguidade Clássica para a cultura artística da Renascença, Warburg colaborou na construção de um método que relaciona os dados formais das imagens com seus contextos culturais de criação.

O presente trabalho foi bastante inspirado nesta perspectiva que abre a possibilidade de estudar um dado formal de uma imagem (como Warburg explorou os movimentos das vestes e cabelos em pinturas e esculturas) e relacioná-lo com as "atitudes de uma civilização" (como Warburg fez para a civilização renascentista). Seguindo este caminho, a tarefa aqui seria estabelecer relações entre as linhas, cores e volumes dos mapas veiculados na imprensa brasileira com "valores simbólicos" que certas "comunidades de interpretação" (Said, 1997) associam aos espaços de fronteira sul-americanos.

De certa forma, quando apresento a proposta de observar concepções contemporâneas sobre os espaços de fronteira nas imagens cartográficas da imprensa, estou considerando que, em consonância com o segundo objetivo de Warburg, as imagens são fontes *suis generis* de informação, documentos figurativos que permitem a reconstrução de concepções sociais sobre um espaço específico. No entanto, isto não significa fazer uma absorção acrítica deste método de análise, pois há muito que problematizar na pretensiosa tarefa de se articular as imagens e seu contexto cultural de criação. Assim sendo, trata-se de evidenciar aqui as potencialidades e limitações deste caminho metodológico. A seguir, apresentarei as principais contribuições teóricas da história da arte para a cartografia, destacando inicialmente as famosas

distinções entre iconografia e iconologia presentes no trabalho de Panofsky (1979). Através do pensamento dos "seguidores" da escola de Warurg - a saber, Panofsky, Salx e Gombrich - buscarei evidenciar como este campo do conhecimento pode auxiliar na construção de uma linha de análise interpretativa para o estudo dos mapas na imprensa.

2.2 - Iconografia e Iconologia: Níveis de Significado na Cartográfica da Imprensa

Mesmo tendo sua origem na Renascença e aparecendo de forma pioneira nos trabalhos de Warburg, a diferenciação entre os conceitos de iconografia e iconologia geralmente remete aos trabalhos de Panofsky, um dos mais célebres divulgadores, e, para alguns, também "criadores" do "método warburgiano"[4] (Woodfield, 2001). Utilizando argumentos refinados, Panofsky (1979) acreditava que toda a descrição é sempre acompanhada de algum nível de significação, o que o leva a desconfiar das análises formalistas e descritivas das imagens na história da arte tradicional. Segundo Panofsky (1979), o seu campo de interesse teria como ponto de partida a iconografia, enquanto “ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras em contraposição à sua forma”(p.47). Definindo diferentes "níveis de significado" existentes em uma imagem, Panofsky teria dado maior aplicabilidade às contribuições teóricas da obra de Warburg.

Panofsky (1979) fez uso das tendências interpretativas de Warburg para estudar os aspectos simbólicos da arte renascentista, por ele descrita e interpretada a partir de três níveis de significados existentes nas imagens: um nível natural (pré-iconográfico), um nível convencional (iconográfico) e um nível intrínseco (iconológico). O nível natural, cuja análise conduz a um levantamento pré-iconográfico, seria elementar e facilmente compreensível, tendo relação com a identificação de formas puras. Assim, primeiramente, é possível identificar os motivos e significados primários de um quadro, relacionando a suas linhas, cores e volumes para concluir que este representa, por exemplo, pessoas sentadas em uma mesa.

Já no nível convencional, cuja identificação conduz a uma análise

[4] Woodfield (2001) alerta para o fato de que o trabalho de Warburg demorou muito para ser traduzido para o inglês, o que ocorreu apenas em 1999. Este fato fez com que a leitura e divulgação de seus seguidores fossem muitas vezes mais fortes do que o próprio trabalho do autor. Segundo Woodfield, em muitos momentos "o método de Warburg é estranho ao seu trabalho" (p.259).

iconográfica, há uma ligação entre os motivos artísticos e assuntos específicos. Neste nível, identifica-se um significado secundário onde o observador familiarizado percebe que "um grupo de figuras, sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição e pose, representa a *Última Ceia*" (Panofsky, 1979:50).

Por último, pode-se definir um nível de significado intrínseco ou conteúdo das imagens, identificando, a partir de uma abordagem iconológica, "a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica" que poderia estar "condensada numa obra" (Panofsky, 1979:52). A partir da concepção de que uma imagem poderia conter manifestações de valores simbólicos básicos e gerais, Panofsky (1979:53) formula teoricamente a possibilidade de se considerar uma imagem famosa como a "*Última Ceia"*, como "um documento da personalidade de Leonardo, ou da civilização da Alta Renascença italiana". Assim o autor define as bases metodológicas de sua abordagem iconográfica e iconológica, onde o dever do estudioso estaria em alcançar as últimas camadas de significado a partir de uma compreensão do contexto social de criação da imagem.

Para o autor, a iconografia descreve e classifica o significado das imagens, já que o sufixo *grafia* vem do verbo grego "escrever", implicando em um método mais descritivo. Já a iconologia se diferenciaria por focar sua análise na descoberta e interpretação de "valores simbólicos"[5] de grupos ou sociedades específicas. O sufixo *logia* vem de *logos*, pensamento, razão, denotando uma postura menos descritiva e mais interpretativa do estudo das imagens. Por isso a iconologia trata da gênese e significação dos objetos artísticos e pode ser considerada como "uma iconografia que se torna interpretativa" (Panofsky, 1979:54).

Ao introduzir a reflexão sobre o significado na avaliação das obras e privilegiar questões como "a influência de idéias filosóficas, teológicas e políticas, [além dos] propósitos e inclinações individuais de artistas e patronos", Panofsky (1979:53) foi talvez o principal divulgador da escola de Warburg e seu trabalho vêm sendo apropriado por geógrafos e cartógrafos preocupados em estabelecer relações entre imagem e significado.

[5] A concepção de "valores simbólicos" utilizada por Panofsky (1979) está respaldada nas colocações de Ernst Cassirer, sintetizando a noção de princípios básicos ou gerais que influenciam a construção das imagens.

A influência dos historiadores da arte tem importância significativa, por exemplo, para a construção das bases teóricas dos trabalhos do cartógrafo J. B. Harley. O próprio autor afirma que um de seus principais objetivos seria o de “equiparar os níveis de interpretação de Panofsky, na pintura, com níveis similares presentes nos mapas” (Harley 1988:279). É através da iconologia que Harley considera os mapas como “parte da larga família das imagens carregadas de valor” (Harley, 1988:278), buscando “identificar não somente a superfície ou o nível literal de significados, mas também seu nível profundo, freqüentemente associado à dimensão simbólica no ato de enviar ou receber uma mensagem” (Harley, 1988:279). Neste sentido, Harley busca atingir o nível “intrínseco ou conteúdo” (como definiu Panofsky) das formas que compõe o mapa, associando a seletividade das práticas cartográficas com valores simbólicos da sociedade.

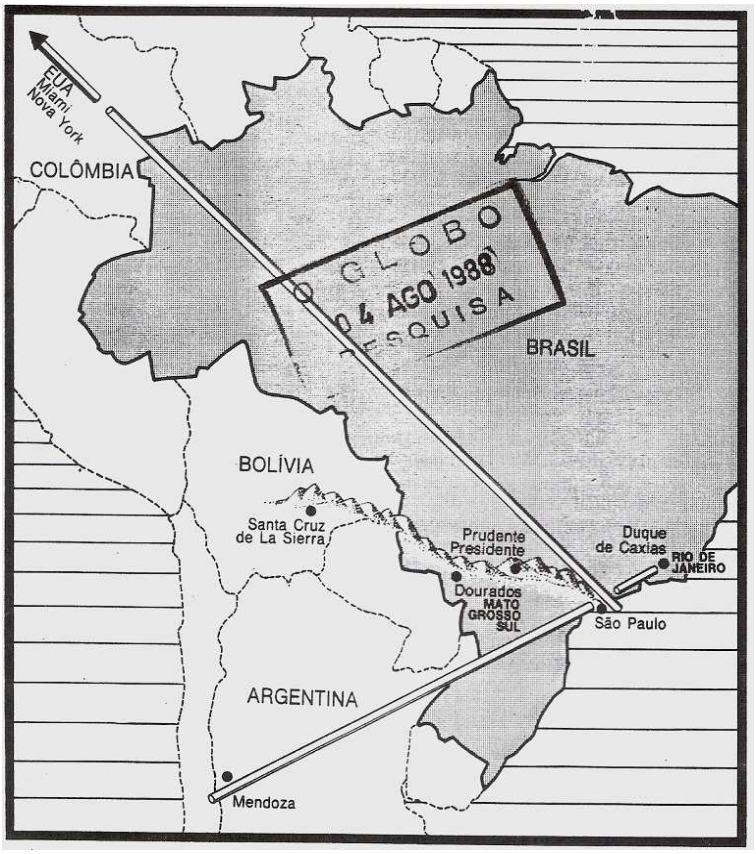
Em sua monografia publicada em conjunto com M. J. Blakemore em 1980, Harley busca na iconografia um arcabouço conceitual "imediatamente aplicável" (p.76) para uma abordagem interpretativa na história da cartografia. Embora os autores façam uma ressalva de que "uma transferência exata da terminologia" dos historiadores da arte poderia não ser plenamente apropriada, Blakemore e Harley (1980) nos oferecem uma sistemática adaptação dos "níveis de significado" definidos por Panofsky (1979) para o estudo das imagens cartográficas. Buscarei aqui exemplificar estas possibilidades através das observações destes autores, porém como a grande maioria de seus exemplos está relacionada aos mapas antigos, farei uso de um mapa retirado do universo de pesquisa da presente tese, evidenciando as possibilidades de se desenvolver uma abordagem iconológica com um mapa jornalístico brasileiro produzido no século XX.

O primeiro nível definido por Panofsky (1979), onde o pesquisador buscaria identificar "formas puras" que representariam "objetos naturais" em uma pintura ou escultura poderia, segundo Harley e Blakemore (1980), ser facilmente aplicado na cartografia caso as palavras "objetos naturais" fossem substituídas por "características geográficas" (p.77). Segundo os autores, "o símbolo de uma montanha, uma cidade, uma floresta ou um lago poderia ser lembrado como o equivalente do mapa ao motivo artístico" (p.78). Estes símbolos poderiam ser considerados como portadores de um significado primário, pois fazem uso freqüente de emblemas naturalísticos e são facilmente identificados pelos usuários dos mapas. Neste sentido, "o estudo geral do

desenvolvimento dos símbolos cartográficos pertence a este primeiro estrato", compondo uma descrição pré-iconográfica.

Se buscarmos adaptar este passo inicial para o mapa abaixo, publicado no jornal o Globo em 4/8/1988, poderíamos afirmar que o mapa representa a América do Sul, destacando algumas cidades e utilizando símbolos pictóricos que representam uma cordilheira montanhosa e linhas na forma de "tubos" que conectam o território. Mas o que este mapa representa? Ou, para utilizar o vocabulário dos historiadores da arte, qual seria o tema, assunto ou conteúdo da obra?

Figura 2.1



Fonte: O Globo, 4/8/1988.

A abordagem iconográfica pressupõe que se considere as formas do mapa como "portadoras de significados secundários ou convencionais", explicitando seu "conteúdo manifesto" (Burke, 1972). Harley e Blakmore (1980) chamam a atenção para o fato de que este nível também seria claramente aplicável na cartografia para o estudo dos temas tratados em mapas de diferentes épocas. No caso do mapa em

questão, embora não se trate de uma conclusão óbvia para muitos leitores e seja necessário acionar uma série de conhecimentos prévios sobre o território e o tema representados, pode-se afirmar que o assunto do mapa é relacionado às rotas de tráfico de drogas ilícitas no continente Sul Americano. Mas quais foram os elementos nos induzem a concluir que este é o assunto tratado pela imagem?

Relacionando os símbolos do mapa com o tema das drogas ilícitas, buscando identificar significados "secundários e convencionais", poderíamos, por exemplo, classificar os "tubos" que cruzam o continente enquanto "canudos", um instrumento muito utilizado para o consumo de cocaína, droga que influenciava intensamente a geopolítica Sul Americana no final da década de 1980 (Olmo, 1990). Já a "cordilheira" representada pictoricamente ligando a Bolívia ao Brasil é estranha para qualquer pessoa que conheça minimamente o relevo do continente. A América do Sul não tem grandes cordilheiras orientadas horizontalmente, mas a associação entre "pequenas montanhas" e "canudos" pode dar sentido aos símbolos, nos remetendo, por convenção, a uma forma específica de uso da cocaína desenvolvida ao longo do século XX.

Circulando em grupos e momentos históricos específicos, os símbolos do mapa ganham sentidos e podem se associar a temas ou assuntos peculiares. Se Panofsky (1979) exemplificava o nível iconográfico com imagens como a de "um homem com uma faca na mão", que representaria São Bartolomeu, ou "pessoas sentadas em uma mesa", que representariam a Última Ceia, considero aqui que, no contexto de circulação do mapa em questão, uma linha de montanhas com "canudos" apontados para uma de suas extremidades, poderia estar fazendo referência ao consumo de cocaína. Mas, para além de identificar o tema da imagem e seu significado convencional, cabe indagar como esta pode nos informar sobre "significados intrínsecos", ou "valores simbólicos" relacionados a temática em questão, buscando desenvolver uma abordagem iconológica.

Harley e Blakemore (1980) chamam a atenção para o fato de que a idéia de se explorar os níveis mais profundos de significado, buscando identificar "conteúdos latentes" presentes nos mapas, requer que o historiador da cartografia esteja "familiarizado com a linguagem simbólica dos mapas" (p.81). Caso o pesquisador não conheça o contexto de circulação da imagem, ele pode se tornar "incapaz de decifrar

as estruturas profundas do subconsciente e os valores que eram comunicados para os produtores e usuários do mapa em seu contexto original". Ou seja, uma análise iconológica requer informação histórica para produzir uma abordagem interpretativa.

No mapa em questão, a utilização de símbolos que nos remetem ao consumo de cocaína para traçar linhas de conexão entre cidades de países distintos da América do Sul, pode ser associada às concepções geopolíticas sobre fronteiras e integração que circulavam no continente no final da década de 1980. Há aqui uma associação simplista entre integração continental e tráfico de drogas, como se as conexões entre Bolívia, Brasil, Argentina e Colômbia passassem necessariamente pela ilegalidade e demandassem uma ação repressiva dos governos centrais. Se, como foi colocado anteriormente, o "método warburgniano" busca discutir as "implicações políticas e religiosas sugeridas pela escolha particular de um tema e a forma como este é representado" (Cassidy, 1993:5), podemos considerar que a escolha sistemática pelo tema da circulação das drogas ilícitas ao representar as interações entre os países Sul Americanos pode ser uma questão passível de análise iconológica nos mapas veiculados na imprensa brasileira.

A associação simplista freqüente entre os eixos de conexão com o país vizinho e a circulação de drogas ilícitas pode certamente ter "implicações políticas" na forma como concebemos e agimos sobre as regiões de fronteira do continente. De forma indireta ou "latente", este tipo de representação pode estimular políticas de fechamento das fronteiras e a persistência de uma geopolítica territorial protecionista entre os países, buscando diminuir o déficit de segurança interna causado pela circulação ilegal de drogas. Uma discussão nesta direção, buscando relacionar a imagem analisada com "valores simbólicos" e concepções sociais mais amplas, poderia talvez alcançar o terceiro nível de significação discutido por Panofsky, chamado de iconológico. Nesta perspectiva, um mapa sobre as rotas de tráfico na América do Sul não representaria apenas os possíveis "caminhos" das drogas ilícitas em um dado momento histórico, mas também poderia exprimir discursos sociais sobre geopolítica, ilegalidades e espaços de fronteira.

Este nível de significado "intrínseco" foi o mais fartamente exemplificado por Blackemore e Harley (1980). Utilizando o trabalho de Warner (1979), os autores buscam evidenciar, por exemplo, como as cartas celestes podem não apenas ser

entendidas como documentos que nos informam sobre as posições das estrelas conhecidas por uma cultura particular, mas estas também representam figuras relacionadas a "valores mitológicos, religiosos e simbólicos" (p.80). É realmente curioso observar como diferentes grupos traçaram diferentes imagens ligando os pontos que representavam as estrelas. O centauro, que chegou até a Europa renascentista através do resgate à antiguidade clássica, teve seu pé transformado no cruzeiro do sul, concebido por portugueses e espanhóis envolvidos com a contra-reforma que queriam "despaganizar" os símbolos celestes. Já durante o iluminismo, lunetas e compasso foram projetados nos céus, o que pode evidenciar como cada momento histórico e contexto social tende a produzir novos símbolos (Blakemore e Harley, 1980).

Na busca por explicitar as potencialidades de uma análise iconológica para o estudo dos mapas, Blakemore e Harley, 1980 discutem exemplos provenientes de contextos sociais distintos. Um mapa de Veneza de 1500 pode ser entendido como símbolo da riqueza e da pujança dos venezianos, transmitidos através de uma representação "naturalisticamente detalhada", que busca exatidão e clareza (Schultz, 1978 apud Blakemore e Harley, 1980). Já um mapa produzido na Inglaterra Vitoriana, não seria apenas um documento sobre o campo inglês e sua organização de casas em estilo Tudor, mas um símbolo relacionado à unidade nacional e ao orgulho do país.

De forma bastante criativa, Blakemore e Harley (1980) estendem estas perspectivas iconológicas para os mapas dos dias atuais, brincando com a possibilidade de um historiador da cartografia do século XXII analisar um mapa de estradas feito no final do século XX como "uma celebração do automóvel na sociedade antes do fim do petróleo". Observa-se assim, como uma abordagem iconológica não apenas é possível na cartografia, mas também pode ser aplicada para uma análise de mapas que circulam na imprensa brasileira no final do século XX e início do século XXI. Seguindo os historiadores da cartografia, gostaria de discutir os mapas publicados em um período histórico relativamente recente com este mesmo objetivo interpretativo.

O supra citado capítulo da monografia de Blakemore e Harley (1980), termina evidenciando algumas vantagens mais abrangentes do diálogo com os historiadores da arte. Segundo os autores esta abordagem evita a tendência comparativa entre a "exatidão" dos mapas modernos e a "imprecisão" dos mapas antigos, quebrando

qualquer polarização entre representações "decorativas" ou "científicas". Seguindo este caminho, o historiador da cartografia passa a prestar atenção em todos os detalhes figurativos do mapa, que não seriam mais tratados como "ornamentos supérfluos", mas sim como imagens que participam da qualificação do espaço geográfico.

Neste sentido, desenvolve-se aqui algo bastante similar a um "paradigma indiciário" (Ginzburg, 1989), que busca identificar indícios pouco evidentes e chamativos para revelar os significados das obras de arte. Segundo Blakemore e Harley (1980), "uma abordagem iconográfica pode encorajar os historiadores da cartografia a procurar por significado em todos os detalhes dos artefatos que eles estudam". Os menores textos e símbolos pictóricos não podem ser classificados como secundários na comunicação cartográfica, pois podem ser fontes de informação importantes para relacionar o mapa com seu contexto cultural de criação.

Por fim, creio ser relevante ressaltar que a apropriação das idéias dos historiadores da arte na geografia não se limita ao estudo dos mapas. Concebendo a paisagem como uma imagem cultural, uma “forma de ver” que expressa uma série de significados relacionados ao uso do espaço, autores como Cosgrove (1987:1) também aplicam análises iconográficas e iconológicas sobre diferentes objetos espaciais. Segundo o autor, Panofsky ampliou sua concepção iconográfica de “ler o que vemos” para todas as formas, construídas ou pintadas, daí a ampla possibilidade de utilização desses conceitos na investigação dos significados das paisagens. Neste sentido, a história da arte também passa a ser uma das matrizes teóricas que influenciam o trabalho de “geógrafos que querem dar mais ênfase às imagens na análise da representação da paisagem” (Cosgrove e Jackson 2000:22).

A identificação de significados culturais atrelados à paisagem é central na obra de Cosgrove, que trabalha com imagens diversificadas como fonte de informação, inclusive com mapas e pinturas paisagísticas dos séculos XVIII e XIX (Cosgrove e Daniels, 1988). Segundo Hubbard (2002), Cosgrove utiliza estas imagens a partir da concepção de que elas incorporam uma “iconografia, um conjunto de símbolos que criam certos significados para o lugar de acordo com o interesse de grupos particulares” (p.140). Neste sentido, Cosgrove aproxima-se bastante do método desenvolvido na escola de Warburg, relacionando diretamente “modos de representação” e “ordens sociais”.

Mesmo sendo uma grande referência na apropriação da iconografia para a leitura da paisagem, Cosgrove (1984) também recorre aos mapas na introdução do seu livro sobre formação social e paisagem. O autor compara dois mapas que revelam as divergências entre a ordem social feudal e a ordem social imperialista. O primeiro é um mapa mundi circular feito no século XIV. Centrado na cidade de Jerusalém, o mapa representa Europa, Ásia e a África, dividindo ainda o mundo a partir das esferas celeste e terrena. Segundo Cosgrove (1984:8), este mapa "reflete o mundo material sem hierarquias, uma geografia de ordens naturais, análoga à ordem social do feudalismo". Já o segundo mapa, retirado de um Atlas escolar do final do século XIX, é centrado na Inglaterra e mostra as posses territoriais do império inglês, revelando uma outra ordem social hierarquizada frente ao imperialismo dos estados.

Desta forma, Cosgrove (1984) utiliza as imagens dos mapas e das paisagens como documentos figurativos que refletem a ordem social em que foram criados, seguindo os passos de uma abordagem iconológica. Mesmo sendo muito criticado entre os próprios historiadores da arte nas últimas décadas, este método foi apropriado em diversos campos das ciências sociais para discutir os "níveis de significado" em diferentes tipos de imagem. No entanto, mesmo utilizando com freqüência as imagens como fonte de informação, poucos cientistas se perguntam quais seriam as conseqüências e as particularidades de se utilizar as imagens enquanto fontes *suis generis* de informação histórica. Até que ponto seria possível estabelecer este tipo de associação entre uma imagem particular e um contexto social amplo? Nas palavras de Gombrich (1996), quais seriam os "limites da iconologia?".

Com efeito, os métodos interpretativos dos historiadores da arte – que estão sendo tomados como uma inspiração teórica fundamental para o presente trabalho – sofreram uma série de críticas a partir de meados do século XX. Muitas indagações começaram a surgir sobre a validade da iconologia e do uso das imagens como fonte de documentação histórica (Ginzburg, 1989). Seria realmente possível extrair níveis profundos de significado de uma imagem? Quais informações seriam realmente retiradas das imagens e quais emergem no diálogo com outras fontes, como os textos? Haveria realmente um significado intrínseco a ser revelado nas imagens?

Voltando ao exemplo do mapa jornalístico discutido nesta seção, seria válido indagar até que ponto o texto da reportagem - cujo título era "conexões do tráfico no

continente" - encurtou e direcionou o meu caminho para interpretar a imagem e associar os símbolos do mapa com o tráfico de drogas. Questões como a interação entre signos lingüísticos e pictóricos na transmissão de uma mensagem e a absorção diferenciada desta por tipos de observadores distintos são claramente ausentes nos trabalhos dos historiadores da arte associados mais diretamente à escola de Warburg. Buscando novas apropriações para o método iconológico, a seção seguinte busca tecer algumas críticas e apontar novas direções para a aplicação de uma metodologia interpretativa da história da arte na cartografia.

2.3 - Problemas e Alternativas na Iconologia

A partir da tendência identificada como "*cultural turn*" na geografia e na cartografia, as imagens passaram a aparecer de forma freqüente em pesquisas que buscam estudar simbolismos e reconstruir processos histórico de significação relacionados a paisagens e lugares específicos. No entanto, como já foi dito anteriormente, a discussão sobre as especificidades no uso das imagens como fonte de informação não é intensamente realizada. A problematização do método dos historiadores da arte pode contribuir para complexificar a abordagem aqui proposta e estimular o diálogo da iconologia com ferramentas provenientes de outros campos do conhecimento. Com este objetivo, a presente seção buscará discutir e exemplificar alguns problemas e alternativas que vêm sendo apontados com relação a tradição warbugniana de estudo das imagens.

A primeira questão problemática que gostaria de destacar sobre a abordagem iconológica têm relação com o que Ginzburg (1989) caracterizou como "o risco dos argumentos circulares". O autor critica o trabalho de muitos historiadores da arte que se propõem a utilizar as imagens, como fonte de informação histórica, mas acabam apenas ilustrando com imagens aquilo que já sabem "por outros meios", principalmente através de textos escritos. Seguindo as críticas de Ginzburg (1989) somos levados a indagar se o vasto uso das imagens nas ciências sociais na atualidade corresponde de fato a uma apropriação intensa destas representações como fonte "*suis generis*" de informação, ou se estas imagens são utilizadas apenas para "ilustrar" as informações adquiridas por outros meios.

Para exemplificar os "riscos" da iconologia, Ginzburg comenta um caso trabalhado pelo historiador da arte Fritz Salx, um dos principais seguidores da linha de pesquisa de Warburg. Em uma série de palestras oferecidas em Hamburgo na década de 1920, Salx buscava aplicar o que chamava de "método warburgniano" para estudar "a vida das imagens" (Salx, 1957). Buscando “aproximar-se de um problema histórico com instrumentos oferecidos pela história da arte” o autor estudou a atuação de artistas do século XVI na difusão de novas idéias religiosas, analisando os "panfletos ilustrados da Reforma" (p.230). Seguindo os passos de Warburg, que

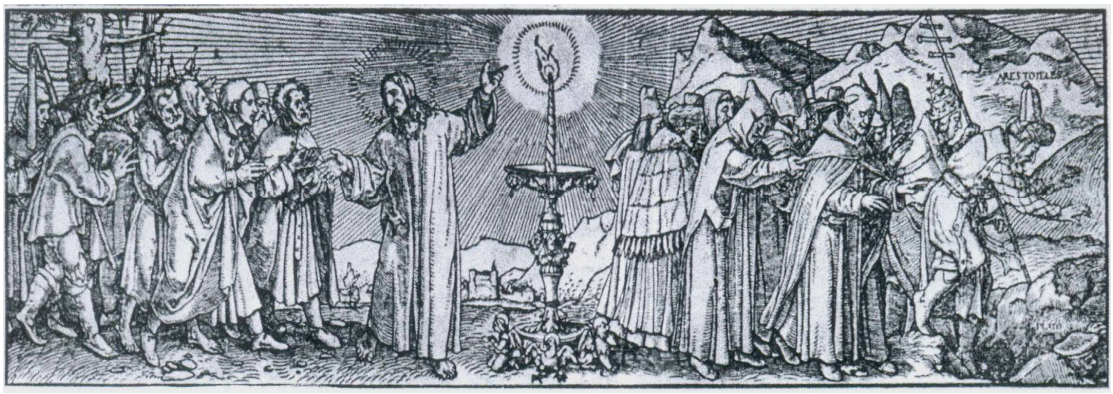
buscava informações históricas tanto em quadros famosos quanto em selos postais[6], Salx (1957:239) afirmava que "as gravações em madeira, cartazes e panfletos do século XV e da Reforma não são grandes obras de arte, mas são interessantes de serem estudados como o *espelho* do temperamento de uma época" (grifo nosso).

Salx (1957) alerta para o fato de que as propagandas religiosas, tanto católicas quanto protestantes, circulavam entre um público majoritariamente analfabeto nas feiras e comércios no século XV, o que estimulava o uso de "panfletos ilustrados". Outro fator que limitava o uso de textos no período era relacionado com a técnica de impressão, pois como "as primeiras gravações de madeira foram feitas no início do século XV" (p.230), cada letra ainda era talhada individualmente nos blocos de madeira, o que não permitia a utilização de frases extensas. Neste sentido, o autor define as imagens panfletárias como fontes de informação sobre o período da Reforma, considerando que "os textos que os acompanham servem de dados adicionais". Buscando aplicar uma abordagem iconológica, o autor considera como "palavras e imagens juntas evocam um retrato vivo" (p.239), sendo fundamentais no estudo das relações entre os artistas da época e as novas correntes religiosas que emergiam.

Dentre as várias reflexões de Salx, Ginzburg (1989) escolheu uma palestra proferida em 1925, chamada "Holbein e a Reforma" para exemplificar os problemas relacionados a o "método warburgniano" que pretendemos seguir de alguma forma neste trabalho. A pergunta histórica de Salx se relacionava com as posições religiosas de Holbein, indagando se este artista era protestante e se ele havia seguido as propostas do maior reformador alemão, Lutero. Recorrendo as imagens como fonte de informação, Salx responde a primeira questão através de uma gravação em madeira feita por Holbein (fig. 2.2). Na imagem, Cristo se relaciona diretamente com os pobres, sem a intermediação dos monges e do Papa que parecem iniciar a decida para um abismo ao lado direito da gravura, junto com filósofos como Aristóteles e Platão. Segundo Salx (1957), a "mensagem do cartaz é clara" e reflete os valores religiosos do artista e de certos grupos na sociedade européia do século XIV, que tinham o objetivo de difundir propagandas anti-romanas.

[6] Informação destacada por Gombrich (1986).

Figura 2.2



Fonte: Salx, 1957.

No entanto, Salx pretende ir mais longe em sua análise, indagando até que ponto os panfletos de propaganda compostos por Holbein não são apenas anti-romanos, mas também “refletem o espírito de Lutero” (Ginzburg, 1989:59). Comparando esta gravura com outras explicitamente Luteranas, Salx (1957) chega à conclusão histórica de que Holbein não tinha se convertido ao Luteranismo, responsável pela difusão de imagens mais “agressivas” e “vulgares”, como padres católicos com caras de bezerros monstruosos. Segundo Salx (1957), os panfletos Luteranos tinham um programa especificamente agressivo a igreja católica, como no exemplo abaixo feito por Freyberg, que buscava comparar o comando do Papa à igreja com uma "cabeça de burro" comandando um "corpo humano" (p.233).

Figura 2.3

Fonte: Salx, 1957.

Eis aqui um exemplo de como se pode chegar a uma conclusão histórica utilizando apenas as formas e significados existentes nas imagens como fonte de informação: a comparação entre as gravuras revela que Holbein era anti-romano, mas ainda não havia se convertido ao Luteranismo. No entanto, segundo Ginzburg (1989), ao mesmo tempo em que esta conclusão mostra o poder da abordagem “warburniana”, evidenciando como as imagens podem revelar concepções existentes na sociedade, ela também explicita suas limitações, sendo “um caso exemplar dos riscos ligados a um método” (p.61). Ginzburg (1989) nos recorda de que a imagem é uma fonte de informação inevitavelmente mais ambígua e aberta a interpretações distintas e a confirmação de concepções sociais através de uma pesquisa que considera exclusivamente documentos figurativos pode ser perigosa.

Para caracterizar as imagens luteranas, Salx escolheu uma figura extrema representando monges monstruosos com caras de burro, o que permitiu afirmar que Holbein, mais contido e sutil, não compartilhava da agressividade de Lutero. Ginzburg (1989) alerta para o fato de que há uma extrema subjetividade no método desenvolvido por Warburg, pois caso Salx escolhesse outras imagens luteranas, como as de Cranach, não chegaria às mesmas conclusões, pois não encontraria as características de “vulgaridade” e “agressividade” relacionadas diretamente a Lutero. O perigo de se considerar as imagens como documentos figurativos, que nos relatam concepções existentes na sociedade, seria justamente os chamados "argumentos circulares". Para Ginzburg (1989), documentos de outra natureza já informavam Salx de que Holbein não era luterano e o uso da imagem teve apenas o papel ilustrativo, confirmando uma informação pré-existente. Neste sentido, ao utilizar os documentos figurativos como fonte de informação, freqüentemente o pesquisador apenas “lê neles o que já sabe, ou crê saber, por outras vias” (Ginzburg, 1989:63).

Este alerta é muito importante para o presente trabalho que corre um grande risco de cair em argumentos circulares ao aplicar os conceitos de iconografia e iconologia para estudar a representação das fronteiras na cartografia da imprensa. Ao estudar a representação das fronteiras sul-americanas nos mapas jornalísticos brasileiros, por exemplo, as leituras e pesquisas prévias me conduzem a elaborar a hipótese de que estes espaços são majoritariamente significados enquanto “perigo” ou “ameaça”. Partindo deste pressuposto, seria relativamente fácil procurar exemplos de mapas que explicitamente qualificassem o país vizinho e a região de fronteira como

inimigos ameaçadores, como os padres monstruosos selecionados por Salx na obra dos artistas Luteranos.

Não sei se conseguirei fugir desta armadilha. Mas a idéia é cotejar informações produzidas por meio da análise das imagens, com outras informações provenientes da leitura dos textos das reportagens na busca por formas distintas de representação das fronteiras em questão. Ao invés de buscar uma análise exclusiva da imagem ou do texto, buscarei identificar complementaridades, evidenciando como esta divisão não é relevante para um estudo dos mapas na imprensa. Inseridos nos jornais, os mapas estão rodeados de palavras, que também aparecem geralmente no interior da imagem, através de topônimos e caixas de texto. Por sua vez, as palavras também são passíveis de interpretação e têm aprofundado suas relações com a imagem, utilizando designers e estilos específicos. Neste sentido, creio que os mapas na imprensa podem ser objetos privilegiados para ir "além da comparação" entre imagens e textos (Mitchell, 1994).

Buscando desenvolver uma "teoria da imagem", Mitchell (1994:85) lamenta que o método comparativo tem sido considerado a única forma sistemática para falar das relações entre o "verbal" e o "visual". Neste sentido, o autor se propõe a "conectar e cruzar as fronteiras" (p.88), considerando que as interações entre figuras e textos são, na realidade, constitutivas do próprio ato de representar: "todas as mídias são mistas, e todas as representações são heterogêneas, não há nenhuma arte "puramente" visual ou verbal" (p.5). Seguindo as sugestões de Mitchell (1994), não se trata de identificar as diferenças entre o "pictórico" e o "lingüístico", o que interessa é compreender como estas formas distintas de representação interagem na mensagem difundida pelos mapas na imprensa para expressar "questões de poder, valor e interesse" (Mitchell, 1994:5).

Contudo, vale indagar ainda, até que ponto o enfoque na complementaridade entre estes signos garante um acesso ao significado das imagens a serem analisadas? Como se sabe, no movimento de "mergulho" nas camadas de significado da iconologia, há sempre algo a ser "revelado" ou "desvendado" através de informações adicionais provenientes de imagens ou textos. Enfurnados em bibliotecas e arquivos históricos, muitas gerações de historiadores da arte do século XX passaram a buscar informações que lhe revelassem o significado de uma pintura específica e suas

relações com "quadro da época" (Cassid, 1993). Mas até que ponto o significado de uma imagem pode ser buscado em um arquivo de biblioteca? Indo mais além, haveria mesmo "um significado" a ser revelado nas imagens? Até que ponto a necessidade de relacionar a imagem com "valores simbólicos" e "totalidade históricas" não tira do método iconológico a possibilidade de considerar "interpretações conflitantes" e "resistências"?

As perguntas acima me conduzem a segunda questão problemática relacionada com o método iconológico, que seria a sua limitada consideração para o que Gombrich (1986) chamou de "participação do observador". Buscando revelar um significado "intrínseco" nas imagens, a iconologia com freqüência não dá muita atenção as "falhas na cultura, fraturas na representação e resistência dos espectadores" (Mitchell, 1994). Um mapa jornalístico de grande circulação é possivelmente lido de formas muito distintas e sabemos muito pouco sobre sua recepção (Gilmartin, 1983) e sobre as intenções daqueles que os produzem. É muito difícil afirmar que um designer de um jornal anteviu de maneira intencional os possíveis significados "intrínsecos" de suas imagens. Frente a qualquer análise iconológica de seus mapas, estes artistas provavelmente reproduziriam a declaração do pintor Turner, que se surpreendia com os comentários que Ruskin fazia de suas obras: "ele sabe mais sobre as minhas pinturas do que eu, ele coloca coisas na minha cabeça e aponta significados que eu nunca pretendi" (citado em Cassid, 1993:7).

Gostaria de exemplificar a importância de se considerar a "participação do observador" como uma questão fundamental para uma abordagem iconológica dos mapas na imprensa através de um exemplo oferecido por Gombrich (1996), em seu texto que se propõe a discutir os "objetivos e limites da iconologia". O autor inicia o texto descrevendo uma estátua localizada no centro da cidade de Londres (fig. 2.4) e tentando definir os seus significados secundários. Um pesquisador que fosse as bibliotecas buscar fontes de informação para identificar o "tema" ou "assunto" da obra, reconstituiria rapidamente a história de que esta estatua foi feita no final do século XIX, em homenagem ao Lord Shaftesbury, um inglês filantrópico que viveu no período vitoriano. Seguindo uma metodologia iconográfica, um historiador da arte poderia relacionar a estátua do "garoto com asas" com o mito de Eros, o que nos levaria a considerar a imagem como um símbolo de caridade, utilizado para homenagear as ações filantrópicas de um aristocrata.

Figura 2.4

Fonte: Foto do Autor 2009

No entanto, Gombrich (1996) nos alerta que há uma diferença entre a intenção original de significado da figura, determinado pela "comissão memorial" e o seu "significado popular", atribuído por aqueles que passam cotidianamente pela estátua no centro de Londres. Para estes últimos, a representação de um "garoto com asas" segurando um arco nas mãos como se disparasse uma flecha na direção de quem passa nas ruas ganhou fama como a representação de um cupido, significado comumente associado a esta imagem na tradição ocidental. O curioso é que o autor da obra, Gilbert, vai progressivamente aderindo às interpretações populares, e em 1911 já dava declarações como se sua estátua representasse realmente o "deus do amor". Gombrich (1996) utiliza este exemplo para fazer um alerta em relação à iconologia: a idéia de procurar o "significado real" que o artista buscava na execução da obra "pode não nos levar a lugar nenhum" (p.459).

Se constatamos que "Eros significa uma coisa para os moradores de Londres e outra para o comitê memorial" (Gombrich, 1996:460), evidencia-se como pode ser problemático o objetivo de buscar um significado intrínseco único nas obras de arte, que permita associá-la com "totalidades históricas" de uma época ou período. Para Gombrich (1994), é fundamental reconhecer que o significado de uma obra depende

muito da "participação do observador", pois esta "não tem um significado mas um conjunto de significados, que por sua vez são determinados pelo contexto" (p.466). Neste sentido, "a escultura não apenas abstrai a cor e a textura, ela também não pode significar nada além de si mesma" (p.461), seus significados secundários podem ser remodelados no processo de apropriação e resistência dos observadores.

Este segundo alerta sobre os "riscos" do método iconológico também é importante para o presente trabalho, que não pode se propor a discutir um significado único e final relacionado às fronteiras nos mapas estudados. Também não pretendo afirmar aqui que a análise dos mapas jornalísticos nos oferece um acesso à totalidade das concepções e significados associados aos espaços de fronteira nos momentos históricos selecionados. A idéia seria identificar discursos sobre as fronteiras que circulam na imprensa em períodos distintos e fazem sentido para "comunidades de interpretação" específicas (Said, 1997), sem a pretensão de oferecer totalidades históricas ou significados únicos. De fato, sabe-se muito pouco sobre os processos diversificados de recepção dos mapas jornalísticos (Gilmartin, 1985), mas como não pretendo aqui promover nenhum tipo de pesquisa empírica do tipo "cognitiva"[7], buscarei apenas seguir algumas sugestões de Gombrich (1986) e identificar "esquemas" (ou shematas) que garantem a comunicação de mensagens específicas entre o produtor e o leitor dos mapas.

Comparado com seus predecessores, como Panofsky e Salx, Gombrich, que presidiu por três décadas o Warburg Institute, é um autor que apresenta uma postura mais cautelosa com relação a iconografia e a iconologia, pois problematiza as relações “fáceis” e “imediatas” entre imagens artísticas e contextos sociais amplos (Ginzburg, 1989:73). Mesmo que o autor reconheça que “já podemos ver os *contornos* da iconologia, que investiga a função das imagens na alegoria e no simbolismo e sua referência ao que se poderia chamar de o invisível mundo das idéias” (Gombrich, 1986:7, 1ª edição de 1959), há claramente em seus trabalhos uma postura crítica aos "riscos" de se utilizar as imagens artísticas para se produzir afirmações generalizantes e inconsistentes.

[7] Para fazer uma pesquisa cognitiva seria necessário realizar entrevistas com diferentes segmentos sociais de leitores dos mapas buscando apreender diferenciados significados presentes na recepção das imagens e textos. Este tipo de abordagem foge da proposta inicial da tese.

A maior crítica de Gombrich (1986) a este método era direcionada à forma como se concebiam os estilos, quase enquanto uma “personalidade coletiva” ou uma “super obra de arte” que dominava todos os artistas de uma época e garantia a relação entre imagem e contexto histórico. Assim, todos os cartógrafos do século XIV só construíam mapas que relatavam aspectos da ordem social feudal, como os pintores do Renascimento repetiam os mesmos motivos e temas artísticos que remetiam a Antiguidade. Para Gombrich (1986) haveria muitas vezes um “imediatismo” e uma “facilidade” nestas articulações entre uma obra individual e um contexto social amplo. Neste sentido, como afirma Ginzburg (1989:79), “o terreno de Gombrich é mais firme e mais árido”. Talvez por isso seu trabalho encontre uma difusão menor nas discussões sobre imagem na geografia.

Buscando re-conceitualizar a questão do estilo, Gombrich (1986) considera a relação entre o pintor e o leitor do quadro, pensando de forma pioneira a existência de um “esquema” de representação e uma função específica da imagem que influenciará sua forma. Segundo o autor, “uma mudança de função dá lugar a uma mudança de forma”, pois os estilos mudam para atender as exigências distintas do espectador (Gombrich, 1986). A imagem artística é para Gombrich uma “mensagem particular, que pode ser entendida pelo espectador na medida em que conhece as alternativas possíveis, o contexto lingüístico em que se situa a mensagem” (Ginzburg, 1989:76). Embora menos claros e atraentes, os caminhos traçados por Gombrich podem ser muito úteis para o desenvolvimento de uma abordagem reflexiva sobre a circulação das imagens cartográficas, considerando os "esquemas" que permitem a comunicação entre produtor e leitor dos mapas. Uma incorporação mais sistemática de sua obra é, portanto, um desafio instigante para geógrafos e cartógrafos preocupados em relacionar imagem e significado.

Mesmo sendo mais cauteloso com a aplicação da iconologia e promovendo diálogos entre a história da arte e a psicologia, Gombrich foi incluído no grupo de historiadores da arte classificados como "tradicionais" por autores que buscaram renovar a disciplina nas décadas de 1970 e 1980. Manghani et alli (2006:84) relatam esta transformação na história da arte através de trabalhos como os de Alpers (1983) que sugeriam que "nem Panofsky nem Gombrich prestaram atenção suficiente aos elementos composicionais da figura que nos permite entendê-las como representações de relações sociais reais no mundo" (p.83). Grande parte das reflexões de Gombrich

parte da relação entre arte, *mimesis* e ilusão, o que passou a ser criticado por artistas que começaram a escrever sobre suas próprias obras e evidenciar como as observações do autor não serviam para se discutir a arte abstrata ou não ocidental (Moxey, 1993). Já Panofsky teve seus "níveis de significados" criticados por não problematizarem a divisão entre os processos físicos da visão e a sua forma cultural, aceitando uma diferença clara entre o natural e o convencional (Cray, 1992).

Discutindo o "fim da teoria da arte" (Burgin, 1986) e as possibilidades de desenvolver uma "nova história da arte" (Rees e Borzello, 1986), autores de campos distintos buscaram apresentar alternativas para a leitura e discussão das obras artísticas. Moxey (1993), por exemplo, chamou a atenção para a natureza inerentemente política das imagens, enquanto Clark (1985) e Pollock (1988) são representantes de "novas" caras marxistas e feministas da história da arte. Não pretendo entrar aqui na discussão interna dos historiadores da arte, que questionam inclusive "o quão revolucionária é a nova história da arte" (Bann, 1986), nem oferecer um panorama geral dos novos caminhos na disciplina, mas apenas pontuar algumas possibilidades de continuidade no uso dos métodos iconográficos e iconológicos que podem ser úteis para a análise dos mapas aqui propostos.

Uma forma de continuidade da iconografia que não pode deixar de ser citada foi a criação de sistemas classificatórios que organizavam as obras de arte através dos "temas" ou "assuntos tratados". Uma contribuição importante neste sentido veio através do historiador da arte holandês, Henri van de Waal, e seu sistema conhecido como "*Iconclass*". Segundo Lavin (1993:39) é necessário ter em mente que este e outros sistemas de classificação foram desenvolvidos no intuito de ajudar a história da arte a escapar do "atoleiro subjetivo" de suas associações generalizantes. Muito influenciado por Panofsky e sua "catalogação dos motivos artísticos", Waal desenvolveu, durante a década de 1950, um sistema que promoveu os meios para classificar os objetos de arte em uma base puramente temática, não se importando com quando ou onde eles foram produzidos.

O sistema de Waal foi sendo aperfeiçoado e foi usado para promover uma grande classificação de obras publicada no ano de 1973. Nesta, as obras são primeiramente organizadas em nove temas - por exemplo, arte abstrata, religião e magia, natureza, ser humano, entre outros. Cada um destes temas tem um

desdobramento, considerando novamente os assuntos tratados. A natureza, por exemplo, se divide em mais nove temas - terra, fenômenos naturais, tempo, corpos celestiais, entre outros. Já na classificação das representações da terra, há um novo desdobramento - mapas e atlas, representação alegórica dos continentes, fenômenos geológicos, entre outros. Desta forma, a classificação do "*Iconclass*" permite agregar obras de diferentes tempos e lugares em torno de temas específicos, facilitando os estudos que queiram discutir as várias representações de um assunto ao longo da história da arte.

Uma classificação análoga poderia provavelmente ser adaptada para a classificação dos mapas na imprensa. Muitos autores estudaram estes mapas através dos temas representados, como por exemplo, Monmonier (1989), que dividiu as representações cartográficas na mídia em nove temas específicos - crime, trabalhos públicos e planejamento, turismo, política e eleição, ciência e exploração, conflitos militares, entre outros. No entanto, esta tendência dificilmente discute a variação de um mesmo tema, aprofundando as divisões temáticas como faz a classificação do *Iconclass*. Na pesquisa documental, que discutirei nos capítulos 5 e 6, além de classificar os mapas que tinham as fronteiras como tema, foi necessário realizar uma nova classificação interna por assuntos representados dentro desta temática, dividindo os mapas em sete temas - infra-estrutura conectiva, turismo, meio ambiente, blocos econômicos, ilegalidade e geopolítica. A idéia foi juntar representações distintas de um mesmo tema para tentar apontar significados mais amplos relacionados às fronteiras, sugerindo uma análise iconológica.

Embora o "*Iconclass*" possa ser classificado como uma "importante ferramenta" e uma das "grandes propostas dos anos recentes", que ofereceu "novas direções para a metodologia de pesquisa iconográfica" (Straten, 1986:165), é importante destacar que este tipo de sistema classificatório não se propõe a construir uma análise iconológica. O sistema se limita a classificar as imagens e não busca associá-las com valores simbólicos mais profundos relacionados a períodos históricos e grupos sociais específicos. Neste sentido, o "Iconclass" garantiu a continuidade de uma discussão em torno da iconografia, mas a iconologia seguiu sendo uma questão aberta e problemática deixada para os pesquisadores que trabalham com a representação de temáticas específicas. Buscando reformular a iconologia, alguns pesquisadores têm buscado um diálogo com outros conceitos e disciplinas,

estabelecendo uma troca intensa com a semiologia.

Neste contexto, muitos autores envolvidos com a história da arte têm proposto um abandono das terminologias do método iconográfico/iconológico e sua substituição pela terminologia "moderna" proveniente da semiótica (Argan, 1980:21). Caracterizando Panofsky como “o Saussure da história da arte”, Argan (1980:17) defende que o desenvolvimento desta disciplina depende de uma troca intensa com o campo da lingüística e que a iconologia deveria ser incorporada pela semiótica. Escrevendo em 1978 sobre as relações entre "Panofsky, iconografia e semiótica", Hasenmueller ainda se surpreendia como havia "pouca experimentação ativa na extensão dos métodos e conceitos do estruturalismo e da semiologia para os assuntos tratados na história da arte" (p.289). No entanto, alguns anos mais tarde as discussões sobre "semiologia e interpretação visual" na história da arte (Bryson, 1991) já aparecem de forma bastante recorrente.

Moxey (1993) é um dos "novos historiadores da arte" que defende a semiótica como alternativa para desenvolver estudos que não tenham a pretensão de acessar verdades históricas através dos símbolos artísticos. Segundo o autor, a semiótica não pretende oferecer um significado único para a obra de arte e apresenta uma estrutura teórica que valoriza o observador. Para Moxey (1993), somente a partir de uma "perspectiva semiótica, a iconografia poderia estudar as convenções usadas por uma cultura particular para codificar os valores e estruturar sua identidade" (p.30). Este seria um caminho para evitar as associações simplistas com totalidades históricas, pois a semiótica não buscaria penetrar em níveis profundos de significado, mas sim "desembaraçar a estrutura em todos os pontos e todos os níveis" (Moxey, 1993 citando Roland Barthes), sendo uma metodologia mais indicada para o estudo das imagens artísticas.

Segundo Mitchell (1994:14), esta alternativa de diálogo com a semiologia seria bastante "previsível" e estaria "inundando" os jornais científicos especializados de artigos que discutem como as artes visuais seriam "sistemas de significação", informado por "convenções". Seguindo tendências já bastante desgastadas de um "*linguistic turn*" estruturalista nas ciências humanas, estes trabalhos estariam discutindo imagens variadas através de uma preocupação com seus "discursos" e "textualidades". Defendendo uma certa "resistência" das artes visuais ao "*linguintic*

turn", Mitchell (1994) relativiza os benefícios desta tendência, afirmando que "talvez a experiência visual possa não ser completamente explicada pelo modelo da textualidade" (p.14). Nesta direção, Mitchell (1994) alerta para o fato de que as ciências humanas deveriam prestar atenção no "*picture turn*" e valorizar teorias relacionadas às imagens. Esta posição é compartilhada por alguns cartógrafos, que resistem em aceitar a metáfora de considerar seus mapas como "textos" e afirmam que os símbolos pictóricos dos mapas são diferentes dos signos lingüísticos estudados pelos semióticos (Robinson, 1993).

Por outro lado, uma breve pesquisa bibliográfica pode comprovar como o estudo da cartografia foi influenciado com maior intensidade pela semiótica do que pela história da arte. Talvez pela própria força do "*linguístic turn*" nas ciências humanas, os conceitos da semiótica aparecem com muito mais freqüência no trabalho de geógrafos e cartógrafos do que os métodos relacionados a iconografia e a iconologia. Muitos autores têm utilizado as ferramentas da metáfora textual para discutir tanto uma possível "gramática" a ser aplicada na produção dos mapas (Bertin, 1967, MacEachen, 1995) como para estudar os significados de "signos" específicos inseridos nos mapas (Wood, 1986). Defendendo a aplicação da semiótica para o estudo das artes visuais, Bal e Bryson (1991) argumentam que a semiótica vai além do "*linguístic turn*" e seria uma "teoria trans-disciplinar", fato que evitaria qualquer privilégio da linguagem nos estudos sobre a cultura visual. Segundo os autores, "mais do que um "*linguístic turn*" eles estariam propondo um "*semiotic turn*" para a história da arte (p.175).

Sendo um método muito difundido e aplicado no estudo dos significados dos mapas, creio ser importante definir com mais clareza o que é aqui entendido por semiologia e de que forma esta vem sendo aplicada na cartografia e na geografia. Estes são os objetivos da seção seguinte, onde buscarei discutir a possibilidade de uma aplicação semiológica para o estudo dos mapas na imprensa. Primeiramente, discutirei as possibilidades de se considerar a cartografia como uma linguagem, para em seguida apresentar algumas ferramentas que este campo tem a oferecer para uma discussão sobre as imagens na geografia.

2.4 - O mapa como Linguagem: Diálogos com a Semiótica

A analogia entre o mapa e o "texto" é bastante comum. Pode-se considerar que as teorias provenientes da lingüística influenciaram diferentes linhas de estudo na cartografia e na geografia. Como afirmam Mondada e Racine (1992:239), o encontro entre estas disciplinas "não é um acontecimento documentado" e nem pode ser "considerado como uma corrente particular", mas claramente apresenta um nível consolidado com apropriações em direções diferenciadas. A idéia de se considerar os símbolos dos mapas como um "alfabeto cartográfico" (Campbell, 1962), buscando definir uma "linguagem ou vocabulário" para as imagens, atraiu muitos autores que buscaram apropriar uma abordagem semiótica para a cartografia.

O cartógrafo francês Jacques Bertin (1967:1) desejava que "todo indivíduo escolarizado" soubesse construir um mapa da mesma forma que ele sabe construir uma frase. Já os norte-americanos Robinson e Petchenik (1976:92), usaram a analogia com o texto para valorizar a função comunicativa dos mapas, afirmando que "assim como a escrita assume um leitor, a maioria do mapeamento assume um observador". Alguns anos mais tarde, Wood e Fels (1986:54) já usavam a semiótica para discutir "mitos e significados nos mapas", considerando que a "estrutura do discurso cartográfico" é expressa através de "circunstâncias semióticas". Mas quais seriam as ferramentas metodológicas, as potencialidades e os limites da contribuição da semiótica para a construção de uma abordagem interpretativa para a cartografia na imprensa?

No intuito de responder esta questão, gostaria inicialmente de identificar dois momentos no diálogo entre cartografia e semiótica. O primeiro, com origem nos anos 1950, apresenta relação profunda com a emergência de um modelo comunicativo que buscava contribuir para construção de um "vocabulário" na cartografia. Já o segundo, que se desenvolve majoritariamente a partir da década de 1980, estaria menos preocupado com o estabelecimento de "regras" para a construção dos mapas e mais direcionada para a leitura de questões de poder e conhecimento em mapas previamente produzidos.

Ao dividir o debate sobre a apropriação da semiótica na cartografia em dois momentos distintos, não pretendo aqui apenas constatar suas diferenças e incompatibilidades, mas sim discutir como as diferentes tendências podem oferecer ferramentas metodológicas distintas e complementares. Discutindo os diferentes usos

da semiótica na cartografia, MacEachren (1995) argumenta justamente por um diálogo entre as perspectivas mais "tradicionais" e mais "críticas" de encontro entre estes campos. Na presente sessão, buscarei explorar mais especificamente a influência de alguns aspectos gerais das teorias pioneiras da semiótica na cartografia comunicativa mais "tradicional", para, na sessão seguinte, discutir ferramentas básicas da semiótica das imagens utilizadas em análises mais "críticas".

Para melhor compreender as variadas tendências de uso da semiótica na cartografia, é importante primeiramente apresentar de maneira breve alguns pioneiros deste campo. Só assim poderemos entender o quanto pode ser "difícil a tarefa de adaptar para os mapas o modelo lingüístico ou semiótico" (Harley e Blakemore, 1980:96). Seguindo as colocações de Eco (2004) e as determinações da Associação Internacional para Estudos Semióticos (1969), os termos semiologia e semiótica serão aqui considerados como sinônimos[8]. No entanto, sabe-se que embora exista um objetivo comum que justifica o desenvolvimento unificado de uma "ciência dos signos", o seu pilar permanecerá sempre duplo a partir dos trabalhos pioneiros de Ferdinand de Saussure e Charles Peirce. A seguir apresento algumas contribuições básicas destes autores e suas apropriações para o estudo dos mapas.

A história da semiologia geralmente tem seu marco inicial relacionado ao ano de 1916, quando o lingüista suíço Ferdinand Saussure publica postumamente (o autor morreu em 1913) o seu "Curso de Lingüística Geral". Com esta publicação, o autor postulava a existência de uma ciência geral dos signos, chamada por ele de Semiologia:

> "a língua é um sistema de signos que exprime idéias, sendo, por isso, comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de cortesia, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o mais importante desses sistemas. Pode-se então conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social, chama-la-emos de Semiologia (do grego *semeion*, signo)" (Saussurre, 1916 apud Eco, 2004).

[8] A relação entre os termos "Semiótica" e "Semiologia" foi alvo de muita polêmica entre os estudiosos destas áreas. Após intensos debates o Congresso da Associação Internacional para Estudos Semióticos de 1969 decidiu considerar os termos como sinônimos. Aqui buscarei utilizar semiótica quando me refere a tradição de Peirce e semiologia quando me referir a trabalhos mais relacionados com a abordagem de Saussure. Mas de qualquer forma, os termos são considerados como sinônimos e, portanto, intercambiáveis.

A grande preocupação de Saussure era com o processo que atribui significados a língua, mas o autor abre a possibilidade de se estudar outros objetos enquanto sistema de signos, o que posteriormente legitimará o nascimento de uma semiologia das imagens. No contexto da lingüística, o signo seria definido por uma relação dupla entre um significante (que pode ser uma imagem, um gesto corporal ou uma palavra) e um significado (uma idéia ou um conceito associado com aquele significante específico). Segundo Penn (2000), a grande contribuição do trabalho de Saussure foi considerar que esta junção é arbitrária e definir um campo de estudo focado nesta relação convencional.

Além da arbitrariedade do signo, Saussure também discute a relação entre os signos, buscando desenvolver uma "teoria das alternativas". Para o semiólogo, o significado emerge na língua a partir da identificação dos termos não escolhidos e da relação entre os termos escolhidos. Penn (2000) exemplifica este método a partir de uma simples frase como "o chapéu de Alice é verde", onde criamos classes e compreendemos o contexto de relação entre as palavras. Sabemos que é um chapéu e não um boné, é Alice e não Maria, é verde e não vermelho, neste sentido é que Saussure (1915:117 apud Penn, 2000:320) falava que o caráter mais preciso do signo é "ser o que os outros não são".

A proposta mais clara e sistemática na tentativa de se estabelecer uma "gramática da cartografia" com base na lingüística talvez seja o famoso trabalho de Jacques Bertin (1967), no qual o autor busca estabelecer um "método prático de utilização e redação da representação gráfica" (p.4). Colocando o problema das unidades mínimas da cartografia e sua articulação em uma verdadeira gramática, Bertin (1967) descreve suas possibilidades de comunicação e sintaxe. Estabelecendo uma "*sémiologie graphique*", Bertin (1967) propõe a possibilidade de separar os conteúdos (significados) dos continentes (significantes) definindo um repertório para a construção de mapas comunicativos. Neste sentido, Bertin (1967) argumenta em favor da generalização dos processos fundamentais que regem o mapa (Mondada e Racine, 1992), diferenciando-se de abordagens mais interpretativas da semiologia e aproximando-se de seus primeiros teóricos estruturalistas ligados à lingüística, como Saussure.

Ao elaborar um repertório preciso e definido, Bertin (1967) universaliza a

possibilidade de se construir um tratamento gráfico da informação e cria uma escola em torno da semiologia gráfica. Um de seus alunos, Brunet (1987), desenvolve inclusive a chamada "teoria dos Coremas", estipulando três figuras geométricas (ponto, linha e área) e sete signos de base (fluxo, passagem, polarização, etc) para escrever as formas do espaço produzido pela sociedade. Segundo Mondada e Racine (1992), “se a semiótica dos mapas pesquisa as regras de composição das unidades mínimas de uma linguagem cartográfica, o desenvolvimento da teoria dos Coremas ilustram o papel destas unidades dentro da prática geográfica” (p.252).

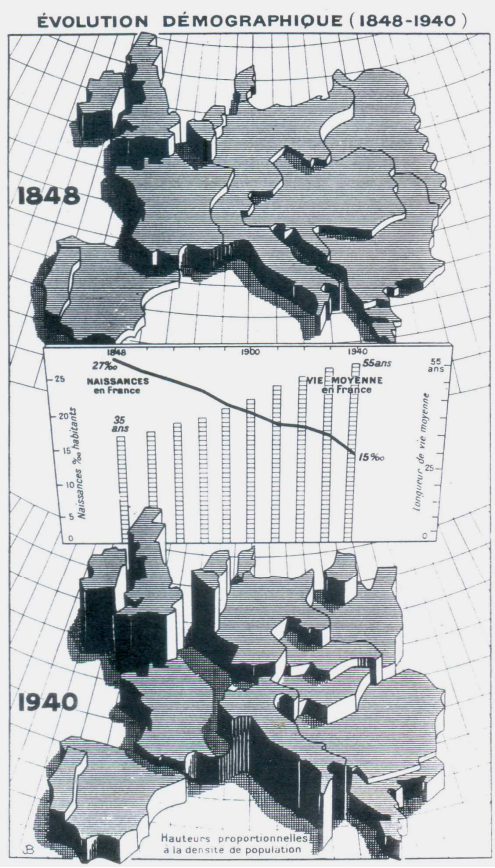
O trabalho de Bertin (1967) apresenta uma grande contribuição para a formação de cartógrafos que, de fato, tem privilegiado as questões relacionadas à tecnologia em “detrimento daquilo que é fundamental para a eficiência do mapa: os problemas de visualização” (Bonin, 1982:74). No entanto, ao buscar uma abordagem universal em sua gramática cartográfica, esta escola de “semiologia gráfica” acaba definindo formas “melhores” e mais “corretas” de representação, limitando as trocas entre cartografia e semiologia por não considerar muito os aspectos relativos aos processos de significação dos mapas e suas possibilidades distintas de construção.

Neto (2003), professor da Universidade Federal de Goiás, formado na escola de Bertin, exemplifica esta posição, afirmando que “feito à mão ou com auxílio do computador, a função do mapa é uma só: dar forma visual *correta* aos conteúdos do espaço” (p.8 *grifo* nosso), ou seja, seguir rigidamente as regras da semiologia gráfica. Não por acaso autores desta escola, na discussão sobre o caráter dos mapas jornalísticos, freqüentemente propuseram enquadrá-los nas regras de representação definidas por Bertin (Gauthier, 1988, Bodin, 1988). Para estes autores, a grande solução para a cartografia da imprensa seria a qualificação de profissionais para a aplicação da semiologia gráfica nos mapas jornalísticos, mas este caminho certamente não abole o risco desta normatização extrema vir a “instaurar o próprio espaço que pretende decifrar”. (Jacob, 1992 *apud* Mondada e Racine, 1992:251).

Seguindo esta direção crítica, MacEachren (1995) chama a atenção para o fato de que Bertin classifica a cartografia como um sistema de códigos monossêmicos, o que teoricamente poderia eliminar dos mapas "a possibilidade de variações estilísticas ou conotativas abundantes nos códigos poéticos" (p.236). Para MacEachren (1995) essa visão estruturalista e puramente lingüística da cartografia é claramente

relacionada com o modelo comunicativo que busca por mapas mais "científicos". O curioso destas críticas é que quando observamos as ilustrações do livro de Bertin (1967), encontramos muitos mapas experimentais, pouco comuns na academia, havendo uma similaridade com o tipo de linguagem comunicativa que observamos nos jornais. No mapa abaixo, Bertin (1967) experimenta, por exemplo, a utilização da perspectiva para comparar o crescimento populacional dos países europeus em 1848 e 1940, relacionando a intensidade da elevação dos territórios com a quantidade de pessoas neles quantificadas, uma prática que provavelmente não seria vista com bons olhos no meio acadêmico.

Figura 2.5



Fonte: Bertin,1967.

Buscando normatizar e estandardizar as possibilidades de uso das práticas cartográficas, Bertin (1967) propôs formas de "uso apropriado" das variáveis por ele elencadas como fundamentais na construção de um mapa. No entanto, embora a tipologia e a sintaxe de Bertin tenham tido um impacto considerável no pensamento cartográfico, MacEachren (1995) alerta que poucos autores aceitaram suas propostas

para a construção de mapas. Talvez até mesmo pelos exemplos ilustrativos e comunicativos oferecidos pelo autor, alguns críticos não acharam seu modelo útil e chegam até a afirmar que em seu livro não haveria "uma única boa ilustração" MacEachren (1995)[9].

A reação negativa ao trabalho de Bertin (1967) certamente tem relação com o modelo normativo proposto para a comunicação cartográfica, partindo de "princípios gerais da percepção" sem efetuar nenhum tipo de pesquisa empírica. Além de criticarem o modelo "doutrinário" oferecido por Bertin, muitos autores também questionam uma equivalência direta entre mapas e palavras, destacando as especificidades dos signos lingüísticos e pictóricos e relativizando a apropriação direta do modelo saussuriano. Robinson e Petchenik (1976), pioneiros no desenvolvimento do modelo comunicativo na cartografia (discutido no capítulo 3), criticam as possibilidades de se definir a sintaxe dos mapas. Os autores lembram que para a definição da sintaxe, a ordem dos signos é fundamental, o que coloca ênfase na seqüência de leitura que seria definida no texto e indefinida na imagem.

Argumentando contra uma abordagem puramente lingüística na cartografia, Robinson e Petchenik (1976) apontam que mapas individuais não têm seqüência de leitura pré-determinada, e, portanto, nenhuma "palavra" que permita a identificação de uma sintaxe. Robinson (1995) vai além na critica a absorção direta das idéias de Saussure na cartografia questionando a definição dos mapas como signos arbitrários. Segundo o autor, "na terminologia da lingüística como pensada por Saussure, os nomes são 'signos' e os signos são arbitrários" (p.3). Já no caso dos mapas, a situação seria oposta, pois a relação do signo com o objeto seria "mimética" (p.3), apresentando graus variados de semelhança com o referente. Na perspectiva de Robinson (1995), as projeções do ambiente, tão cruciais para a mimesis do mapa, constituem uma "diferença fundamental entre mapas e linguagem" (p.4), fato que estimulou o autor a defender que os "mapas não são uma forma de linguagem".

Discutindo a apropriação do trabalho de Saussure nas artes visuais, Iversen (1986) também critica a ênfase dada pelo autor à língua como um padrão para o estudo da semiologia em geral. Sob o ponto de vista da lingüística, todos os signos

[9] MacEachen (1995) cita o comentário anônimo de um crítico do trabalho de Bertin em uma conferência internacional de cartografia.

são arbitrários, pois, na maioria dos casos, o som de uma palavra e seu significado só podem ser associados através de "regras" e "convenções". Porém, para Iversen (1986), os signos visuais são "motivados", pois podem ter uma relação de semelhança com o referente, ou seja, "a palavra cachorro e a figura de um cachorro claramente não significam da mesma forma" (p.85).

A opinião de Iversen (1986), para quem é "seguro afirmar que a teoria da semiótica baseada na lingüística não oferece uma abordagem completa para a significação visual" (p.85), seria certamente corroborada por muitos cartógrafos que consideram os signos do mapa como miméticos. Segundo Harley e Blakemore (1980) a grande maioria dos cartógrafos concordam que "a linguagem cartográfica é distinta quando comparada com outros modos de comunicação como a musica, os números e a linguagem" (p.96). No entanto, apesar de considerarem qualquer tentativa de aplicar teorias lingüísticas aos mapas como um "esforço perdido" (Robinson e Petchenik, 1976:76), alguns autores ligados ao modelo comunicativo da cartografia seguiram buscando outras alternativas de incorporação da semiótica. O próprio Robinson (1995:4), por exemplo, se propõe a construir uma "semiótica projetiva", que seria "benéfica para a cartografia" ao discutir "como a mimesis bi-dimensional comunica informação sobre as suas origens tri-dimensionais".

Buscando alternativas para uma aplicação da semiologia na análise das imagens, muitos autores não seguiram a tradição saussuriana, mas sim o trabalho de outro pioneiro na reflexão sistemática sobre a natureza dos signos, o filósofo norte-americano Charles Peirce. Propondo-se a comparar "Saussure versus Peirce" no intuito de definir caminhos para a construção de uma semiótica das imagens, Ivensen (1986) defende que enquanto Saussure "pode apenas nos dizer que o sistema de signos é arbitrário", "a rica tipologia" de Peirce apresenta "maior potencial" para contribuir na construção de uma "semiótica das artes visuais" (Iversen, 1986: 86). MacEachen (1995) segue esta mesma tendência, afirmando que as idéias de Peirce tem sido, certamente, o "critério de categorização dos signos mais importante para as implicações cartográficas (e certamente a que mais tem atraído a atenção de semióticos e cartógrafos)" (p.222). A seguir, buscarei evidenciar algumas possibilidades do trabalho deste autor para a análise dos mapas.

Ao contrário de Saussurre, que colocava a linguística como padrão de estudo

para a semiologia, Peirce, partindo do campo da lógica, desenvolveu um modelo que incorporava desde o princípio a análise das imagens como parte da semiótica. A diferença fundamental aqui é que Peirce tem seu enfoque mais voltado para o processo de comunicação, discutindo os graus distintos de convenção necessários para se transmitir e compreender um signo. No mesmo momento que Saussure, o autor definiu uma ciência chamada semiótica, focada na comunicação dos signos a partir de um modelo de três elementos: "um signo, seu objeto e seu interpretante, não podendo de forma alguma, essa influência tri-relativa resolver-se em ações pares" (Peirce, 1931 apud Eco, 2004:3). A preocupação central aqui é com o grau de convenção necessária para se interpretar e comunicar os signos.

Segundo Eco (2004:3), o foco no interpretante torna a perspectiva peirciana mais ampla do que a saussuriana, pois considera a possibilidade de interpretação dos signos mesmo quando não há remetente claro (como no caso de fenômenos naturais como a aceleração de um batimento cardíaco ou uma fumaça que indica fogo). Por outro lado, Peirce também se baseia no conceito de signo como união entre um significante e um significado e, a despeito do trabalho de Saussure, se coloca como pioneiro no desenvolvimento de uma ciência dos signos:

> "Sou, tanto quanto me é dado saber, um pioneiro, ou melhor, um mateiro no trabalho de desbravar o que eu chamo de Semiótica, isto é, a ciência da natureza essencial e das variedades fundamentais de semioses possíveis" (Peirce, 1931 apud Eco, 2004:4).

Buscando fundar as bases da semiótica, Peirce (1931) não foca suas análises diretamente na natureza dos signos, mas pensa de forma mais intensa o seu processo de comunicação. Uma das grandes contribuições de Peirce (1931) foi discutir a diferença entre tipos de signos a partir de suas relações com os referentes que eram representados. Buscando discutir o grau de convenção de tipos distintos de signo, o autor pode colaborar com ferramentas metodológicas para se pensar as imagens cartográficas. Embora o trabalho de Peirce (1931) apresente a criação de uma série de tipologias, considerando o signo por óticas diferenciadas, a distinção entre ícones, índices e símbolos, focada nas relações entre o signo e o referente, é considerada

como a mais relevante para se discutir os signos cartográficos (MacEahan, 1995: 222).

De acordo com a tipologia de Peirce (2009), um signo poderia possuir ao mesmo tempo as qualidades de ícone, índice e símbolo, sendo a intensidade destas características o fator variável. Os ícones seriam signos menos convencionais, com uma relação de acentuada semelhança com o referente, adquirindo significado "meramente pela virtude de suas próprias características" (Peirce, 2009:109). Neste sentido, estes signos representariam os objetos através de "qualidades visuais similares" diminuindo a necessidade de regras de convenção. Apesar de recordar o fato de que não existem ícones absolutos, principalmente se considerarmos as suas possibilidades de uso na cartografia, MacEacheren (1995:223) exemplifica o uso destes signos nos mapas através de desenhos de guaritas de vigias que buscam representar os pontos de controle em um mapa de um parque nacional.

As características de um ícone podem aparecer nos signos utilizados pela cartografia na imprensa de diferentes maneiras. Freqüentemente estes signos aparecem no interior dos mapas, através de desenhos esquemáticos ou fotografias que representem elementos da paisagem ou do evento noticiado. O diálogo freqüente entre a cartografia na imprensa e as técnicas dos quadrinhos e das "colagens", garantem uma presença freqüente de signos com características icônicas ao redor ou no interior dos mapas, como observamos no exemplo da figura 2.6.

Figura 2.6

Fonte: O Globo, 3/6/1991

Mesmo que saibamos que toda leitura de imagem depende de "esquemas" aprendidos e compartilhados através de convenções (Gombrich, 1986), pode-se admitir que não há necessidade de um conhecimento convencional ou associativo muito restrito para se compreender que, ao menos no nível denotativo, as figuras de um avião e um caminhão representam os transportes aéreos e terrestres. Certamente trata-se aqui de um signo com características diferentes das estrelas, por exemplo, que sem nenhuma associação com o referente representam as "zonas produtoras" de drogas ilícitas. A facilidade de se identificar rapidamente a presença de aviões, caminhões e barcos na imagem acima pode estar relacionada justamente com as suas "qualidades visuais similares", o que evidencia suas características icônicas.

Outra categoria de signo definida por Peirce (1931) foram os índices, os quais "não se referem ao seu objeto por alguma similaridade ou analogia", mas sim por associações. O chão molhado que indica a chuva, o estetoscópio indicando a profissão médica, um chifre indicando a presença de gado, seriam exemplos de índices, um tipo

de signo freqüentemente utilizado nos mapas, particularmente nas legendas. Em um certo sentido, o índice segue tendo algum significado mesmo que o observador não compreenda todas as suas associações. O exemplo oferecido por Peirce (2009) é um buraco de bala que poderia funcionar como signo de um tiro, mas mesmo que o observador do signo não interprete o buraco como indício de tiro, "o buraco continua lá". Neste sentido, um índice sempre significa através de associações, que podem se basear em contigüidades, substituições ou "memórias" do observador Peirce (2009). A legenda de um mapa jornalístico sobre as fronteiras brasileiras, (fig. 2.7), pode servir de exemplo sobre o uso de índices na linguagem dos mapas na imprensa.

Figura 2.7

Fonte: O Estado de São Paulo, 15/7/1997

Nesta complexa legenda, muitas associações são construídas através dos índices, utilizados para representar as atividades ilícitas que ocorrem nas fronteiras Sul Americanas. Um dos índices mais óbvios da legenda são os signos representando tubos de ensaio que, mesmo não sendo imagens icônicas de um laboratório, representam estes espaços através de associações, pois são instrumentos usualmente utilizados em um laboratório e aparecem no mapa para representar refinarias de

drogas ilícitas. Nota-se que há aqui uma necessidade maior de estabelecer convenções para "decifrar" os índices. Nem todos os leitores podem associar rapidamente, por exemplo, o tubo de ensaio ao "laboratório" de processamento das drogas. Estas imagens são índices das atividades que pretendem representar, pois são elementos a elas relacionados e associados por caminhos mentais peculiares.

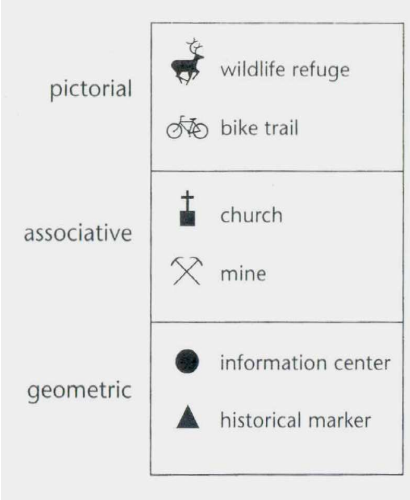
O último tipo de signo identificado por Peirce (1931), os símbolos, também são muito utilizados nas legendas dos mapas, necessitando, no entanto, de uma relação muito convencional com o referente para ser compreendido. As bandeiras dos países e alguns símbolos tradicionais da cartografia se enquadram nesta categoria de signo. Para Peirce (2009: 109), o símbolo só é um signo porque é usado e entendido como tal, atuando sempre através de uma "relação convencional com o objeto". Como afirma MacEachren (1995), o signo teria sempre relação com uma "lei" ou uma "regra", pois só a convenção garante, por exemplo, que um quadrado com um circulo preenchido no meio represente a capital de um país no mapa. Na legenda comentada acima, poderíamos considerar que o brasão que representa a Política Federal e a imagem de um coração representando os órgãos humanos, seriam exemplos de signos com predominância de características simbólicas convencionalizadas através da legenda.

A tendência de se discutir os signos através da criação de tipologias baseadas nas distintas relações entre as imagens e seus referentes foi bastante desenvolvida na semiótica ao longo do século XX. Eco (1984), por exemplo, chega a propor um desdobramento das categorias de Peirce em dez tipos distintos, enquanto MacEachen (1995), discutindo a adaptação desta tipologia a cartografia, adiciona a categoria "sinal", definindo mapas que guiam uma ação direta do leitor, como direções de transito em um mapa rodoviário. Mesmo que existam muitos questionamentos e alternativas com relação à criação deste tipo de categoria na semiótica, a comparação entre os graus de "iconicidade" ou "convencionalidade" dos signos cartográficos tem inspirados muitas análises dos elementos constituintes dos mapas.

Embora não apresentassem uma referência explícita ao trabalho de Peirce, Robinson et alli (1984) discutem os signos cartográficos de forma similar possivelmente inspirada nas tendências tipológicas descritas acima. As três categorias de símbolos de ponto, apresentadas pelos autores para a cartografia, podem ser

facilmente associadas com a semiótica de Peirce, pois os signos "pictóricos", "associativos" e "geométricos" podem ser diretamente relacionados com ícones, índices e símbolos. Nas figuras abaixo observamos alguns exemplos destas categorias, definidas por Robinson (1984) como uma "variação sucessiva contínua" que vai do mais analógico e mimético até o "puramente arbitrário", seguindo claramente a tendência de reflexão de Peirce.

Figura 2.8



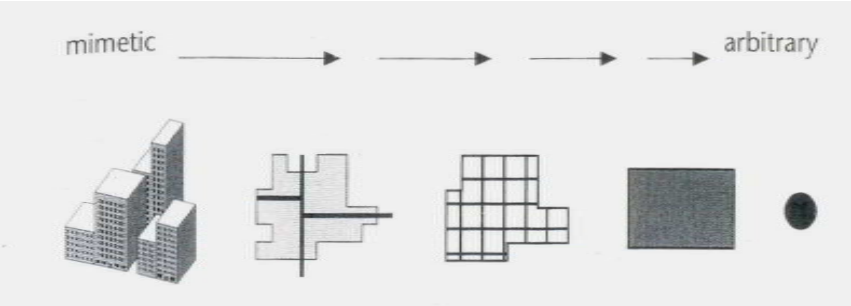
Fonte: Robinson, 1984.

Considerando que “os símbolos pictóricos devem comunicar sem a necessidade de legenda”, Robinson (1984:286) claramente associa estes signos com os ícones, que se relacionam com seus referentes a partir uma relação de semelhança e não apresentam um alto grau de arbitrariedade. Já os símbolos de ponto "associativos", são relacionados justamente com os vínculos estabelecidos pelos índices, como fica explícito nas imagens de duas picaretas representando uma mina, ou uma cruz representando uma igreja. Já os símbolos geométricos, seriam os próprios "símbolos" de Peirce, pois dependem totalmente das convenções para serem compreendidos, sendo "puramente arbitrários”.

Segundo MacEachren (1995), esta divisão também aparece de forma explícita no artigo de Robinson e Petchenik (1976), onde os autores afirmam categoricamente que o conceito de significado no mapeamento requer que nós "distingamos claramente

entre aquelas marcas que são visualmente arbitrárias, e aquelas que retém alguma característica gráfica que pode ser visualmente ou conceitualmente relacionada com o referente" (p.61). Neste sentido, os autores sugerem um contínuo nos signos do mapa, que iriam do mimético ao arbitrário (fig. 2.9), evidenciando a apropriação de idéias da semiótica no desenvolvimento de uma abordagem comunicativa na cartografia.

Figura 2.9



Fonte: MacEachren, 1995

Este tipo de classificação, tão comum nas abordagens comunicativas dos mapas, pode ser muito útil para a análise dos mapas na imprensa, já que estes tendem a utilizar toda a variedade de signos oferecidos para a elaboração de uma imagem. Embora não sejam muito comuns na academia, os signos icônicos (mais miméticos) são muito comuns nos mapas da imprensa, que, de forma pictórica, buscam representar os atributos do espaço sem o uso de legendas.

A "cidade" representada com prédios em perspectiva, por exemplo, é muito comum nos mapas da imprensa. No entanto, para além de uma apropriação acrítica destas categorias, é importante questionar até que ponto pode-se afirmar que um signo icônico é sempre menos arbitrário e convencional. Eco (1985:181) chama a atenção de que "convencional" não necessariamente significa "arbitrário" e que "motivação" não necessariamente exclui "acordos culturais". Ou seja, há certamente a necessidade de "acordos" e "convenções" para se associe as formas geométricas em perspectiva, apresentadas como miméticas na figura 2.9, com a idéia de uma cidade.

Seguindo as reflexões já aqui elaboradas no âmbito da história da arte, pode-se facilmente afirmar que mesmo a leitura dos signos icônicos depende de normas e

varia dependendo dos contextos e grupos sociais considerados como receptores. Se afirmamos acima que muitos cartógrafos concordam que os mapas são tipos peculiares de signos, seria justo destacar que o atributo desta especificidade não apresenta um consenso tão amplo, principalmente a partir da década de 1980. A argumentação de que os mapas são evidentemente miméticos e não textuais (Robinson, 1995), por exemplo, vem sendo criticamente debatida por geógrafos, cartógrafos. Segundo Duncan (1992), há muitas divergências entre os geógrafos que se propõe a desenvolver metáforas textuais, mas o grande consenso existente entre os autores no final do século XX seria que a "representação mimética é um sonho que temos que abandonar" (p.13).

O trabalho de Mitchell (1986), como já foi explicitado nas sessões anteriores, é um exemplo de relativização da clássica distinção entre palavras (convencionais) e imagens (naturais), defendendo que a *mimesis* e a convenção sempre dialogam no processo de comunicação verbal e visual. Como o autor afirma, sua proposta não busca negar as diferenças entre palavras e imagens, mas evidenciar como estas "são muito mais complexas do que parecem ser a primeira vista" (p.4). Talvez, um caminho mais interessante do que buscar definir os mapas enquanto signos "miméticos" ou "arbitrários" seria reconhecer que estas imagens "são únicas em sua justaposição e combinação de signos altamente motivados (miméticos) e altamente convencionais (abstratos)", como sugere MacEachren (1995:267).

Buscando discutir a apropriação da semiótica na cartografia, MacEachren (1995) divide suas reflexões em dois capítulos para diferenciar as perspectivas mais "funcionais", na qual o objetivo seria "sugerir princípios pelos quais cartógrafos poderiam construir signos lógicos" (p.311), e outra "crítica", onde "a questão dos signos corretos ou incorretos se torna secundária" e os trabalhos buscam discutir o contexto social de circulação dos signos. Para um entendimento mais completo de como os mapas funcionam, temos que considerar como a cartografia - sendo um sistema semiótico peculiar - está envolvida em múltiplos níveis de significado através do meio social no qual está inserida.

Buscando desenvolver os diálogos entre cartografia e semiótica em outras direções, muitos autores têm buscado analisar criticamente os signos dos mapas, relacionando-os com concepções mentais mais amplas que circulam na sociedade. Na

perspectiva presente na cartografia representacionista, a partir da década de 1980, o dialogo com a semiótica não seria justificado pela sistematização de ferramentas que possibilitariam a construção de mapas mais compreensíveis, mas sim pela análise crítica de imagens cartográficas que circulam na sociedade e podem influenciar e revelar uma série de "geografias imaginativas" relacionadas a sistemas de signos específicos. Na seção seguinte, buscarei discutir como a semiologia das imagens pode contribuir para o estudo de "níveis de significado" mais "profundos" nos mapas da imprensa.

2.5 - Denotação e Conotação: Níveis de Significado nos Mapas da Imprensa

As reflexões sobre a aplicação das idéias da semiótica na cartografia foram inicialmente focadas nas possíveis contribuições dos pioneiros deste campo, como Saussure e Peirce. Buscando produzir mapas "melhores" e mais comunicativos, o paradigma funcionalista via na semiótica uma ferramenta para sistematizar "regras" de construção dos mapas, como aquelas sugeridas por Bertin (1967). No entanto, o "nível de significado" discutido nos trabalhos pioneiros da semiótica é claramente superficial, primário ou mesmo literal. O diálogo entre a semiótica e a cartografia a partir da década de 1980 apresenta tendências distintas e renovadas, valorizando uma contextualização mais ampla dos sistemas de signos que envolvem a comunicação através da imagem.

Harley (1996), por exemplo, ironiza a perspectiva de definição de regras para a comunicação cartográfica, afirmando que estas seriam majoritariamente sociais, como as "regras do etnocentrismo" (MacEachren, 1995). Estas regras podem ditar, por exemplo, a centralidade e o isolamento dos espaços no mapa, definindo relações de subordinação e dominância entre os elementos representados. Pode-se, portanto, afirmar que enquanto o modelo funcionalista da cartografia busca identificar regras de comunicação, o modelo crítico se propõe a identificar regras sociais, o que evidencia duas formas distintas de apropriação da semiótica na cartografia.

Buscando estudar as "regras sociais" da cartografia, muitos geógrafos e cartógrafos acabaram se apropriando mais diretamente de reflexões semiológicas desenvolvidas ao longo do século XX focadas mais diretamente ao estudo das imagens. No intuito de discutir como os mapas apresentam níveis profundos e implícitos de significados, Wood e Fels (1986), por exemplo, recorreram às reflexões do filósofo francês Roland Barthes, autor que refletiu sistematicamente sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma semiologia aplicada as imagens. Segundo Mondada e Racine (1992), os trabalhos de Barthes influenciaram diversas pesquisas na geografia justamente pela forma como este autor aplicou pioneiramente a semiologia para estudar a “retórica das imagens” (Barthes, 1990, 1ª edição de 1962).

Ao trabalhar com brasões e símbolos nacionais, pioneiros como Peirce (1931) já apontavam para as possibilidades de utilização da semiótica do estudo das imagens. Curiosamente, as reflexões de Barthes sobre as imagens têm como ponto de partida as

categorias de Saussure, utilizando a lingüística como base para discutir os signos visuais. Identificando a existência de signos nas imagens, o autor propõe a possibilidade de desenvolver uma metodologia de estudo inspirada nas concepções lingüísticas do estruturalismo francês[10]. Na proposta de Barthes (1990), seria possível identificar os significantes e significados que compõe uma imagem, pois "a imagem transforma-se num texto a partir do momento em que é significativa" (Barthes, 1993:132 1ª edição de 1956) e conseqüentemente "o semiólogo deve tratar do mesmo modo a escrita e a imagem" (p.137).

É importante recordar que a adoção da metáfora textual não significa uma equivalência entre estes tipos distintos de signo, como já foi alertado acima. Barthes (1990:28) também reconhece que a imagem é mais polissêmica que a palavra, pois os seus significantes podem revelar interpretações muito distintas, daí o exemplo das legendas das fotos que fazem um processo de "ancoragem" do significado disperso da imagem. O autor ainda reconhece a dificuldade no desenvolvimento de uma semiologia das imagens devido ao fato de que por vezes não é fácil separar os termos, que na imagem aparece como "uma série de signos descontínuos" (Barthes, 1990:28). Segundo Barthes (1990), os signos da imagem seriam apresentados de uma forma simultânea e a suas relações seriam espaciais e não temporais como no caso do nas frases de um texto, comentário bastante similar ao de Robinson em sua crítica a utilização da lingüística na cartografia. No entanto, mesmo com estas dificuldades, Barthes aplica sistematicamente a semiologia no estudo das imagens, principalmente com a discussão em torno das imagens publicitárias.

Para estudar os signos nas imagens, Barthes (1990:28) escolheu o exemplo da publicidade por um motivo explícito: "se a imagem contém signos é certo que na publicidade estes signos são plenos. A imagem publicitária é franca, ou ao menos enfática, intencional". As intenções explícitas da publicidade permitiram Barthes se focar mais no "como" do que no "o que" e desenvolver dois métodos distintos de estudo das imagens a partir da semiologia, como nos relata Joly (2000).

[10] Mesmo que não seja possível no escopo deste trabalho aprofundar esta discussão, é válido ressaltar que embora Barthes se apóie no trabalho de Saussure, ele inverteu a relação proposta pelo autor entre lingüística e semiologia. Segundo Barthes, (1979:13), "a Lingüística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: a Semiologia é que é uma parte da Lingüística". Defendendo a importância da escrita na determinação de significados este autor atribui grande importância as palavras e a língua.

Com seu famoso exemplo de uma propaganda das massas “Panzani”, Barthes (1990) desenvolve um método que estuda as imagens partindo do significado para o significante. Ou seja, primeiro há o reconhecimento de que a marca Panzani busca vender seus produtos através de uma associação direta com a culinária italiana e posteriormente identifica-se os significantes relacionados a este significado. Com este objetivo, Barthes (1990) define três tipos de significantes na imagem que podem ser associados a “italianidade”: o lingüístico, o plástico e o icônico.

O significante lingüístico seria representado pelos textos existentes na imagem, Barthes (1990) dá o exemplo do signo Panzani, que “não se limita a informar o nome da firma, como também, por sua assonância, tem um significado suplementar que é a ‘italianidade’” (p.28). Os significantes plásticos seriam representados pelas cores, com predominância do verde, do vermelho e do branco, que são as cores da bandeira italiana e os icônicos através dos objetos culturalmente reconhecidos existentes na imagem, como pimentões frescos e produtos tipicamente italianos. O que nos interessa aqui não é o exemplo, e sim o método desenvolvido por Barthes (1990), que a partir de um significado pré-reconhecido busca os significantes existentes na imagem.

Segundo Joly (2000) uma outra possibilidade metodológica seria partir da identificação dos significantes no intuito de revelar seus significados, descobrindo uma mensagem implícita a partir de um caminho inverso. A dificuldade aqui está em separar os significantes da imagem devido a sua característica de simultaneidade, mas, depois de separados, estes signos devem ser submetidos a oposições e permutas similares a metodologia saussuriana. Assim seria possível desenvolver uma semiologia das imagens buscando “interpretar cores, formas e motivos pelo que são, mas, sobretudo, pelo que não são” (Joly, 2000:53), focando nas escolhas para revelar a intencionalidade da representação.

A idéia de que cada elemento presente em uma imagem foi escolhido de um conjunto de elementos ausentes possibilita um estudo das imagens como sistemas de signo, considerando que, como afirma Joly (2000:53), “para compreender melhor o que a mensagem representa concretamente, devo me esforçar para imaginar que outra coisa poderia ver nela”. Seguindo as substituições saussurianas observo uma imagem constatando que “vejo vermelho e não o verde, vejo círculo e não triangulo, nem

quadrado, vejo linhas curvas e não retas" (Joly, 2000:52). Desta forma, a oposição e a permutação podem ser úteis na análise semiológica das imagens e particularmente dos mapas, questionando o processo de seleção de temas, cores, projeções, escalas e símbolos usados para representar um espaço.

O grande objetivo deste método que vai dos significantes aos significados seria, segundo Barthes (1993:137), a possibilidade de identificar o que ele chamou de "sistemas semiológicos de segunda ordem". Expandindo o modelo saussuriano, Barthes (1993) indica que com freqüência um signo poderia exercer o papel de um significante quando, posteriormente, se considera uma nova camada de significado. Penn (2000:323) exemplifica esta possibilidade a partir de um signo como "raposa" (ou da imagem de uma raposa). Em um sistema de primeira ordem, o significante "raposa" define um significado específico (canino avermelhado com uma calda fechada, etc.), já na segunda ordem este signo torna-se significante para um novo significado, como astuto ou ardiloso (Penn, 2000:323).

O curioso é que os sistemas de segunda ordem são geralmente mais convencionais e contextuais, pois dependendo da sociedade, do tempo e do espaço a "raposa" pode significar muitas outras coisas distintas. Neste sentido, Barthes (1990) define que a leitura da retórica das imagens depende muito dos "léxicos"[11] mobilizados pelo interpretante, gerando sistemas de segunda ordem distintos. Os sistemas de primeira ordem estariam relacionados a uma descrição denotativa, onde o "léxico" é mínimo e literal, "quase antropológico" (Barthes, 1990:30). Quando olhamos para uma imagem e reconhecemos a "raposa" interpretamos uma "mensagem literal" (p.30). Já os sistemas de segunda ordem, trazem "mensagens simbólicas não literais", mais convencionais, o que define um sistema de conotação. Conclui-se assim, que "a imagem literal é denotada, e a imagem simbólica é conotada" (Barthes, 1990:31), distinções fundamentais para o desenvolvimento de uma semiologia das imagens.

É a partir da existência deste "sistema semiológico segundo" que Barthes (1990:136) desenvolve a idéia de estudo da mitologia, que seria "apenas um fragmento desta vasta ciência dos signos que Saussure postulou" (p.133). Seguindo as

[11] Definidos como "uma porção do plano simbólico que corresponde a um conjunto de práticas e técnicas" (Barthes, 1990:38).

concepções de Barthes, o mito nasce a partir da ampliação de um sistema semiológico de primeira ordem e da naturalização de sua mensagem, transformando "história em natureza" (p.150). O exemplo utilizado pelo autor para evidenciar a propagação de mitos através das imagens é a de uma propaganda do exército francês onde se vê um jovem negro de uniforme fazendo uma saudação militar. Barthes (1990) utiliza-se desta imagem para aplicar a operação de "leitura ou deciframento"(p.136) que caracteriza a semiologia, afirmando que esta imagem propaga claramente a idéia de que " a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, a servem fielmente sobre a sua bandeira" (p.138).

Com esse exemplo, Barthes nos alerta para a "naturalidade" como uma das características da propagação dos mitos, pois "o mito existe a partir do momento preciso em que a imperialidade francesa adquire um estatuto natural" (p.151). Talvez tenha sido justamente esta possibilidade de discutir o mito como uma "fala definida pela sua intenção", sendo esta intenção constantemente "petrificada", "purificada", "eternizada", "tornada ausente", que atraiu alguns cartógrafos e geógrafos para utilizar estas concepções e considerar as características "mitológicas" da cartografia, uma forma de representação freqüentemente associada a "precisão" e "veracidade". Os trabalhos de Barthes contribuíram para a consolidação de um campo de análise das imagens através de uma base semiológica, estimulando a incorporação - direta ou indireta - destas idéias no debate sobre os mapas.

Segundo Belyea (1992), os objetivos de Harley e Wood são extremamente influenciados pelas concepções de Barthes, pois tentam "desmascarar" as dimensões políticas e a neutralidade dos mapas. Talvez Wood e Fels (1986) tenham oferecido a incorporação mais explícita das idéias de Barthes na cartografia, discutindo como "o mito (ou o mapa) é experimentado como um discurso inocente" porque sua intenção estaria "naturalizada" (p.63). A partir da análise de um mapa de estradas da Carolina do Norte, os autores (1986) buscam discutir os mapas tanto como "instrumentos de descrição" como de "persuasão", identificando “discursos” existentes em um "simples mapa rodoviário" (p.62).

Seguindo o modelo de Barthes, que inclusive é reproduzido graficamente no artigo, Wood e Fels (1986) descrevem inicialmente os sistemas de primeira ordem relacionados a linguagem do mapa, discutindo as práticas cartográficas utilizadas

como legendas, cores e decorações. Posteriormente, os autores entram no nível mitológico, discutindo como estas práticas conotam uma série de idéias sobre a "atratividade" e a "receptividade" existentes na Carolina do Norte. Segundo Wood e Fels (1986), a cartografia é um dos sistemas de signo mais "invisíveis" e, por isso, é muito eficaz no objetivo mitológico de "naturalização do cultural" (p.63).

As idéias de Harley também podem ser utilizadas como exemplo de uma apropriação "crítica" da semiologia na geografia a partir da década de 1980. O autor apresenta a semiologia como uma de suas bases teóricas no intuito de considerar os mapas como um “tipo de linguagem”, afirmando claramente que “a idéia de uma linguagem cartográfica é proveniente de uma aproximação derivada diretamente da semiologia” (p.285). Considerando os mapas como “textos gráficos”, Harley (1996:432) explicita como “a palavra ‘texto’ seria deliberadamente escolhida”, pois “é agora geralmente aceito que o modelo de texto pode ter uma vasta aplicação para além dos textos literários”.

Neste sentido, Harley aumenta o coro daqueles que acreditam que o que define um texto não é a presença de elementos lingüísticos, mas o “ato de construção”. Como os mapas são construídos sob um sistema de signos específico, tornam-se textos e pressupõe uma “consciência significante”, afirma Harley (1996:432) citando o famoso texto de Barthes sobre as "mitologias". MacEahren (1995) também considera Wood e Harley como duas referências importantes na incorporação da semiologia na cartografia de uma forma crítica e busca sistematizar a aplicação das idéias de Barthes na cartografia. Com este intuito, o autor apresenta uma reflexão sobre a "abordagem léxica" na cartografia, onde se busca discutir o "significado *nos* mapas" - denotação - e o "significado *dos* mapas" - conotação.

A análise dos "significados nos mapas" seria equivalente ao nível denotativo, pressupondo uma descrição de idéias básicas através das legendas ou das convenções pré-estabelecidas com os leitores. A idéia de que o azul deve representar a água e que o tamanho dos símbolos deve corresponder à intensidade do fenômeno representado, são exemplos de convenções que operam no nível denotativo (MacEachren, 1995:312). Seguindo o método de Barthes, que parte da descrição dos significantes para buscar inferir significados mais profundos (Joly, 2000), uma abordagem semiótica na cartografia deve também valorizar a descrição dos mapas, considerando

sua forma e seus significados mais primários.

Já a idéia de explorar o "significado dos mapas", traz a necessidade de discussão de significados secundários ou conotativos, associados aos signos do mapa através de sua interpretação em contextos sociais específicos. A forma como MacEachren (1995) exemplifica este nível de análise na cartografia é particularmente relevante para o presente trabalho. O autor recorda principalmente das colocações de Harley sobre os mapas representado as fronteiras nacionais, que seriam uma das "tentativas mais óbvias de persuadir o leitor do mapa para aceitar um ponto de vista ou para se comportar de certa forma". Para além de apenas delimitar um país, as linhas das fronteiras no mapa podem conotar clamores territoriais e controle das forças externas. Como afirmava Harley (1996), o próprio ato de delimitação "é repleto de conotações de poder, controle e obrigação" (p. 336).

Enumerando diferentes tipos de conotação, MacEachren (1995) também utiliza o exemplo de um mapa de fronteiras para discutir a possibilidade de uma conotação chama de "incisiva". Neste caso, a conotação seria "um chamado para a ação" influenciando o comportamento do observador (p.338). Um mapa representando uma disputa de território na fronteira, por exemplo, pode estimular uma necessidade de ação emergencial sobre a zona de conflito, seja por parte dos governos envolvidos ou mesmo por forças externas.

Na perspectiva de Barthes (1990), a conotação dificilmente é "inocente", pois o remetente do signo geralmente antecipa as conotações que serão associadas e é precisamente por isso um signo seria escolhido e outro não. Para MacEachren (1995), a aplicação da semiologia oferecida por Harley (1997) segue estas idéias de Barthes, o que leva o autor a não considerar a possibilidade de mapas "inocentemente" conotativos. No entanto, mesmo que exclua a inocência como uma característica de qualquer mapa, Harley apresenta certamente argumentos mais complexos sobre a intencionalidade dos cartógrafos, considerando a influência de contextos “epistemológico” na produção dos mapas.

A idéia de se identificar “silêncios” nos mapas é claramente mais uma expressão da influência da semiótica e da lingüística nos trabalhos de Harley (1997) na cartografia. Buscando "ler" a linguagem dos mapas, o autor considerava que algumas vezes os silêncios poderiam se tornar "parte determinante da mensagem

cartográfica" (p.86). Dividindo diferentes “tipos” de silêncios na cartografia, Harley (1997) identifica silêncios "intencionais" e os silêncios "não intencionais" ou "epistemológicos" nos mapas. Os silêncios intencionais são divididos em estratégicos e comerciais, pressupondo uma manipulação deliberada da linguagem dos mapas para atender a interesses específicos. Já os silêncios epistemológicos não parecem ter sido "explicitamente comandados" por padrões ou normas instituídas, sendo estimulados por "regras históricas” que estruturam a produção do conhecimento cartográfico.

Não pretendo me aprofundar no debate sobre os graus de intencionalidade existente nas conotações associadas a um mapa, mas gostaria apenas de explicitar que considero que as mensagens conotativas difundidas através dos mapas da imprensa operam majoritariamente no nível "epistemológico". Seria difícil atribuir uma intenção explícita ao designer gráfico que produz um mapa para acompanhar uma reportagem na imprensa. Na maioria dos casos, o artista apenas representa aspectos pré-determinados e temas previamente selecionados através de arranjos complexos que envolvem a difusão, por vezes inconsciente, de geografias imaginativas na sociedade. Mesmo na análise dos "silêncios não intencionais", podemos aplicar a idéia de se estudar o mapa "não feito", considerando o significado dos elementos não mapeados.

Em um certo sentido, as idéias de silêncios na cartografia nos conduzem a uma "teoria das alternativas" bem próxima às concepções de signo em uma abordagem saussuriana, onde estes "se definem pelo que não são". Segundo MacEachren (1995) esta seria a conotação mais básica do mapa, aquela que difunde a idéia de que os elementos mais importantes são os selecionados para a representação, o que não é representado é automaticamente menos importante. Harley (1997:103) chama a atenção para o exemplo de que as "casas dos reis" sempre foram mais mapeadas do que a "casa dos ordinários" e que muitos grupos seguiram por anos sem serem representados nos mapas, ficando constantemente "sem geografia". Buscando entender os princípios de inclusão e exclusão utilizados nos signos cartográficos, as idéias de Harley são importantes para o desenvolvimento de qualquer incorporação crítica das idéias da semiótica na cartografia.

A partir dos exemplos aqui explorados, fica clara a possibilidade de se desenvolver uma análise das imagens cartográficas sobre as fronteiras na imprensa

utilizando ferramentas e concepções de uma abordagem semiológica. Através da incorporação de uma abordagem funcionalista - que descreve o sistema de signos utilizados na cartografia - e de uma concepção crítica - que busca identificar níveis conotativos de significado nos mapas - pode-se desenvolver um uso mais prático das idéias da semiologia no estudo dos mapas na imprensa. A seguir, gostaria apenas de apresentar alguns limites e alternativas existentes na apropriação da semiótica.

2.6 - Problemas e Alternativas da Semiótica

O enfoque dado pela semiologia no estudo de diferentes "níveis de significado" apresenta muitos pontos similares com o método iconográfico utilizado pelos historiadores da arte. O movimento de "mergulho" da análise em direção a camadas mais profundas, buscando "revelar" significados implícitos relacionados com concepções sociais amplas, aparece de maneira bastante equivalente na semiologia e na história da arte. Na realidade, a escolha destas duas "metodologias visuais" como base para uma análise do significado dos mapas na imprensa teve muita relação com as similaridades e diálogos possíveis entre estes campos.

Além de serem matrizes já apropriadas de maneira relativamente consolidada tanto na cartografia quanto na geografia, a semiologia e a história de arte também estudam as imagens em direções muito parecidas. Não é a toa que, segundo Rose (2001:147), uma comparação constante têm sido feita entre a iconografia e as "formas mais estruturalistas de semiologia". De fato, parece bastante óbvio elaborar um paralelo entre a denotação e o primeiro nível de interpretação definido por Panosfky, o pré-iconográfico ou primário. Já a conotação poderia corresponder ao nível iconográfico que parece se desdobrar em iconologia quando, por vezes, o semiólogo se debruça sobre concepções bastante generalizantes, como a idéia de “imperialidade francesa”. Observamos, portanto, a existência de uma certa "correspondência entre o pensamento de Panofsky e o vocabulário conceitual da semiologia" (Hasenmueller, 1978:289).

Segundo Hasenmuller (1978), ao relacionar as formas das pinturas com conteúdos simbólicos específicos o trabalho dos historiadores da arte claramente separam significantes e significados, mesmo que a palavra "signo" não seja utilizada.

É importante destacar, no entanto, que não há uma correspondência ideal entre os termos desenvolvidos a partir de análises provenientes das artes visuais e da lingüística. Barthes (1990), por exemplo, problematizou as tentativas de aplicação da semiologia à pintura, afirmando que nenhum trabalho ainda "consegue formular nem o léxico nem a gramática geral da pintura a separar, de um lado os significantes do quadro, de outro seus significados" (p.135). Outra questão tem relação com o nível iconológico de análise que, segundo alguns autores, seria mais dificilmente comparável de forma análoga com as categorias da semiologia (Hasenmuller, 1978).

Mesmo que existam muitas assimetrias e diferenças nas relações entre os conceitos provenientes da semiologia e da história da arte, há certamente uma similaridade na concepção do método (Hasenmuller, 1978:296). De fato, tanto iconografia e iconologia quanto denotação e conotação são conceitos que chegaram por caminhos distintos à percepção de camadas de significado existentes em uma imagem. Neste sentido, pode-se considerar que tanto as potencialidades quanto as críticas e problemas podem se repetir na discussão dos dois métodos aqui explorados.

Grande parte das ponderações feitas em relação ao trabalho dos historiadores da arte, como seus "argumentos circulares", seu acesso simplista a "totalidades históricas" e sua descoberta de "significados latentes", também podem ser direcionadas ao trabalho de muitos semiólogos. Por esse motivo não apresentarei aqui uma crítica extensa a este método, mas apenas pontuo algumas relações com o debate já promovido anteriormente. Explorando uma série de trabalhos críticos ao desenvolvimento de uma semiologia das imagens, Penn (2000) discute justamente os problemas relacionados a "subjetividade do método" e a "busca por significados latentes", questões comumente direcionadas aos historiadores da arte.

Questionando "até que ponto o sentido está na mente daquele que olha", as críticas de Penn (2000:334) à subjetividade das análises conotativas se aproximam muito das críticas que Ginzburg (1989) faz aos "argumentos circulares" do método iconológico. Citando os trabalhos de Leiss (1977) e Cook (1992), Penn (2000) critica o tom geral das explicações semiológicas que reivindicam uma posição superior privilegiando as análises conotativas. A busca por mitos ocultos cegaria o pesquisador para os detalhes e a estrutura de superfície estimulando uma leitura direcionada da imagem onde se lê o que já se sabia por outras vias (base da crítica de Ginzburg ao método iconológico).

O perigo da semiologia (e também da história da arte) seria, portanto, “focar o significado às custas do significante e de focar ordens mais altas de significação às custas da denotação” (Cook, 1992 *apud* Penn, 2000:336). Assim, ao promover uma análise “profunda”, “intrínseca”, “conotativa”, “iconológica”, o pesquisador freqüentemente “pouco pode fazer além de apresentar o óbvio, de uma maneira complexa e muitas vezes pretensiosa” (Laiss, 1997:214 apud Penn, 2000:334). Para Penn (2000), não são as análises muito eruditas, relacionadas a leituras idiossincráticas que interessam o estudioso da imagem. Utilizando o conceito de léxico de Barthes a autora afirma que a atenção deve estar voltada para as “associações e os mitos culturalmente partilhados que os leitores empregam” (p.334). Este enfoque estimularia o desenvolvimento de entrevistas, grupos focais e análises descritivas de conteúdo nas imagens, rumo a uma “semiologia híbrida” (Penn, 2000:338).

Outra crítica a semiologia, ao menos em sua forma estruturalista apresentada aqui, vêm do chamado pós-estruturalismo, que também "rejeita a existência de uma estrutura oculta sobre a qual o significado pode descasar seguro e salvo" (Stoley, 1993:89)[12]. Neste sentido, filósofos como Jacques Derrida discutem a instabilidade do significado e o consideram como uma "pausa" momentânea em um fluxo contínuo de interpretações. Caracterizando os signos sempre como instáveis e contextuais, os pós-estruturalistas criticam as oposições binárias presentes nas análises semiológicas que, geralmente, contrastam natureza e cultura para discutir os níveis de arbitrariedade do signo.

Seguindo esta tendência de "desconstrução" de categorias, o próprio Barthes irá relativizar a possibilidade de diferenciar claramente um nível denotativo e outro conotativo. O autor argumenta que a denotação não pode ser considerada em um nível neutro ou literal, pois ela própria poderia fazer parte da construção do mito. Discutindo uma concepção que decretaria a "morte do autor", Barthes alerta que o texto não pode ser visto como um meio de explicitar as intenções de quem o produz,

[12] É importante sublinhar que o presente trabalho não incorpora as concepções pós-estruturalistas neste campo representadas por autores como Deleuze e o próprio Barthes. Uma das críticas interessantes feitas pelo pós-estruturalismo seria a quebra de categorias dicotômicas e binárias tão comuns nas análises semiológicas saussurianas. No entanto estas contribuições, apesar de importantes, não forneciam muitas ferramentas de análise para os mapas jornalísticos objeto de nossa reflexão. Idéias desconstrucionistas recentes discutem a impossibilidade de determinar o que é conotação e o que é denotação, assim como criticam outras dicotomias (MacEahren, 1995).

pois quem de fato lhe atribui significado é o "processo ativo de intertextualidade" por parte dos leitores. Neste sentido, Barthes contribui com a quebra da oposição binária entre signos miméticos e arbitrários, naturais e simbólicos, tão presente nas análises semiológicas.

Com esta perspectiva, a busca por uma metodologia interpretativa não traz para o presente trabalho a pretensão de revelar algum “mito oculto na sociedade” (Penn, 2000), nem de diferenciar claramente significados "naturais" e "simbólicos". O objetivo aqui não difere muito do de outros geógrafos que buscaram estabelecer um diálogo com a semiologia e a história da arte: observar como uma forma de linguagem específica (no caso a cartografia jornalística) pode atuar na difusão de certas imagens sobre o espaço. Neste sentido, creio não correr aqui o risco de dar menos atenção às descrições denotativas e iconográficas, que geralmente apresentam grande importância no trabalho de geógrafos.

É interessante observar que geralmente os trabalhos geográficos que se apropriam destes conceitos tendem a dar bastante importância para a descrição dos significados, sem ter a pretensão de atingir um nível muito profundo. Não é por acaso que Cosgrove e Daniels (1986) optam pelo desenvolvimento de uma “iconografia da paisagem” e não por uma “iconologia”. Talvez a tradição descritiva da geografia afaste um pouco o risco de se privilegiar a conotação em detrimento da denotação, ou a iconologia em detrimento da iconografia.

Sendo assim, mesmo com a incorporação de diversas críticas aos métodos aqui selecionados, creio que o uso atento das categorias da história da arte e da semiologia ainda pode ser útil para o desenvolvimento de uma análise interpretativa dos mapas na imprensa. A idéia aqui seria descrever inicialmente as práticas cartográficas utilizadas e os temas mais freqüentemente associados às fronteiras na cartografia jornalística. Posteriormente, buscarei discutir a seletividade nas formas de representação destes espaços, acessando discursos sobre as fronteiras para, se possível, desenvolver uma abordagem mais interpretativa, rumo a um nível conotativo ou mesmo iconológico.

Embora seja possível identificar um desenvolvimento considerável no uso de teorias provenientes da história da arte e da semiologia na geografia e na cartografia, é curioso observar como sua apropriação ainda é muito tímida no estudo da cartografia na imprensa. Ao meu ver, o diálogo com a história da arte e a semiologia parece

bastante promissor para o desenvolvimento de uma metodologia interpretativa no estudo dos mapas na imprensa. Há certamente muitos desdobramentos e ferramentas práticas destes campos que não foram aqui explorados, mas podem futuramente auxiliar os geógrafos a observarem as imagens - tão comuns em seus trabalhos - de forma mais crítica e interpretativa.

Por ora, considero que, para além da definição de procedimentos pontuais, categorias fixas ou "fórmulas de bolo" para o estudo das imagens, o diálogo com historiadores da arte e semiólogos pode nos oferecer uma “postura” interpretativa e uma concepção que valoriza os contextos sociais de criação e difusão das imagens. É a partir desta "postura" que pretendo discutir os mapas jornalísticos sobre as fronteiras sul-americanas e suas relações com a geopolítica.

Para tanto, seria necessário compreender como os jornais vêm desenvolvendo uma linguagem peculiar para se comunicar com o público através de mapas. Ou, mais especificamente, discutir quais seriam as especificidades da cartografia veiculada na imprensa. Como os mapas jornalísticos vêm desenvolvendo uma linguagem específica para a comunicação de idéias geopolíticas para o grande público? Antecedendo o debate sobre as informações colhidas durante a pesquisa documental, o capítulo seguinte buscar apontar alguns caminhos para se entender os mapas na imprensa como um gênero cartográfico peculiar.

III - Geopolítica e Linguagem dos Mapas na Imprensa

Discutir as geografias imaginativas relativas às fronteiras sul-americanas através de mapas jornalísticos requer necessariamente uma discussão sobre a natureza peculiar destas imagens. O presente capítulo busca compreender como a cartografia jornalística desenvolveu uma linguagem específica, direcionada para a comunicação com um grande público, tendo como estímulo fundamental a representação de questões geopolíticas.

Primeiramente, buscarei discutir o contexto de desenvolvimento da linguagem dos mapas na imprensa, evidenciando suas relações com eventos de caráter geopolítico, principalmente a segunda guerra mundial. Com este intuito, as duas primeiras seções trazem as contribuições de artistas alemães e norte-americanos para o desenvolvimento de uma linguagem peculiar para os mapas na imprensa, considerando as relações entre cartografia jornalística, imaginação geográfica e geopolítica.

Posteriormente, apresentarei algumas linhas gerais de estudo dos mapas na imprensa, discutindo como geógrafos e cartógrafos aplicaram metodologias e abordagens distintas para a análise destas imagens. Considerando o desenvolvimento de uma linguagem específica para os mapas na imprensa e as principais metodologias aplicadas no seu estudo, discutirei como os mapas jornalísticos foram entendidos no presente trabalho.

3.1 - O Uso dos Mapas na Imprensa Alemã: Cartografia Persuasiva e Geopolítica

As relações entre imprensa e cartografia são muito antigas e remontam ao início da reportagem ilustrada (Monmonier, 1989). No entanto, sabe-se que foi durante o século XIX e no início do século XX, que o "mundo preponderantemente textual dos jornais se diversifica gradualmente para uma mistura mais complexa de palavras e imagens visuais" (Heffernan, 2009:261). A pesquisa pioneira de Monmonier (1989), que estudou a quantidade de mapas em jornais Norte Americanos de 1870 até 1980, evidenciou como os mapas eram raros na imprensa antes de 1900 e se tornaram comuns apenas em meados do século XX. Mas quais seriam os fatores que estimularam o desenvolvimento dos mapas na imprensa durante as primeiras décadas do século XX?

Uma resposta óbvia está relacionada com a evolução na tecnologia de produção e reprodução dos jornais. O crescimento da imprensa mundial e o uso de novas técnicas de impressão fizeram com que os jornais pudessem “distribuir mapas em grande escala e a baixo custo” de forma inédita (Speier, 1941:310). Escrevendo em 1941, o geógrafo norte-americano Hans Speier notava que os mapas passavam a se endereçar para um grande público durante o século XX, estando presentes em "propagandas, revistas, jornais e folhetos" (p.311). No entanto, para além das importantes justificativas técnicas, gostaria aqui de destacar como o desenvolvimento de uma linguagem peculiar para a veiculação de mapas na imprensa também foi estimulado por contextos geopolíticos específicos.

Pode-se considerar como um consenso entre diversos autores o fato de que a cartografia jornalística tornou-se mais noticiável ou visível a partir da segunda guerra mundial (Speier, 1941, Ristow, 1957, Monmonier, 1989, Gilmartin, 1992, Kent e Sanders, 1993, Green, 1999, entre outros). O interesse do público pelos mapas e pela geografia teria sido intensificado pela “extensão global da guerra” (Ristow, 1957:369), que estimulou a expansão da cartografia jornalística em diferentes países. Neste contexto, autores Norte-Americanos e Alemães vêm sendo identificados como os principais criadores de uma linguagem cartográfica utilizada para representar a guerra na imprensa (Speier, 1941, Quam, 1943, Ristow, 1957, Herb, 1989, 1997, Schulten, 1998, 2001, Cosgrove, 2005). Reportando o conflito para um grande público e influenciando a imaginação popular sobre a guerra, artistas e teóricos de

ambos os países desenvolveram tendências específicas para utilização dos mapas na imprensa. Não por acaso, é em torno deste acontecimento geopolítico que surgem os primeiros trabalhos científicos tendo estes mapas como objeto de pesquisa.

A chamada "cartografia persuasiva Alemã" deu certamente uma contribuição muito importante para a criação de uma linguagem específica para a construção de mapas a serem difundidos para um público amplo. Embora estas contribuições fossem muito criticadas por geógrafos norte-americanos, que em meados do século XX freqüentemente alertavam que os Alemães estariam criando mapas "persuasivos", "propagandísticos" ou "mágicos" (Speier, 1941, Quam, 1943, Boggs, 1942), é inegável que os Alemães foram pioneiros na sistematização de regras e tendências para uma "cartografia popular" (Herb, 1997). Mesmo sabendo que não podemos considerar a famosa escola geopolítica Alemã através de uma relação direta e simplista com o Nazismo (Herb, 1989), pode-se afirmar que entre 1933 e 1945 “nenhum outro grupo explorou o mapa como uma arma intelectual tão evidentemente, tão intensamente, tão persistentemente e com tanta variedade” (Monmonier, 1993:99).

Grande parte das contribuições para o desenvolvimento de uma cartografia "persuasiva" acessível ao grande público na Alemanha têm sido creditada ao Instituto de Geopolítica de Munique. Desde as primeiras décadas do século XX, geopolíticos alemães discutiam o uso do mapa como "uma poderosa ferramenta de convencimento", como afirmava o famoso "general-geógrafo" Karl Haushofer (1932 apud Herb, 1989). Para compreendermos os estímulos geopolíticos que levaram esses autores, de forma pioneira, a sistematizarem as práticas persuasivas na cartografia, é necessário o entendimento do contexto político-social do Estado Alemão após a primeira guerra mundial. Analisando a evolução da cartografia persuasiva, Herb (1989) afirma que a primeira guerra mundial e principalmente o tratado de Versalhes tiveram influência decisiva para que os Alemães buscassem meios para “fazer do mapa uma arma” (Shumacher, 1934).

Assinado ao fim da primeira guerra mundial, mais precisamente em 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes utilizou a cartografia para re-arranjar e estrutura de poder na Europa central. Novos Estados foram criados as custas de territórios alemães e do Império Austro-Húngaro, que haviam sido derrotados na guerra. Diversos mapas foram utilizados para traçar as fronteiras dos novos Estados, inclusive mapas alemães, o que levou o general Haushofer a argumentar que a precisão exagerada e os detalhes nos mapas alemães ajudaram os inimigos na

determinação de novas fronteiras (Herb, 1989: 291).

Preparando-se para novos confrontos, buscando reaver seus territórios e necessitando de articulação interna, a Alemanha dispunha de variados motivos para estimular o desenvolvimento de uma cartografia persuasiva, utilizando a iconografia para “cimentar” os sentimentos nacionalistas. Nesse contexto "entre guerras", a escola geopolítica alemã desenvolveu uma cartografia específica, chamando a atenção para as grandes perdas territoriais do Estado alemão com o tratado de Versalhes. Figuras importantes como o general Karl Haushofer (1928), estimulam uma reflexão nos ciclos acadêmicos alemães sobre "o uso de mapas sugestivos", com o intuito de discutir meios para “omitir elementos indesejáveis e elevar aqueles que dão suporte ao argumento para maximizar os efeitos psicológicos na audiência dos mapas” (Haushofer, 1932 apud Herb 1989:291).

A principal revista de geopolítica Alemã, “Zeitschrift für Geopolitik”, fundada em 1924 com a participação decisiva de Haushofer, foi, neste contexto, um meio importante para se discutir a popularização da geopolítica e da leitura dos mapas esquemáticos na sociedade alemã. Um dos principais autores que discutiu de forma sistemática o desenvolvimento de uma linguagem peculiar para a veiculação de mapas na imprensa, foi o aristocrata Austríaco Rupert von Shumacher, que, segundo Herb (1997:154), teria oferecido "o primeiro tratamento teórico para os princípios de design de mapas sugestivos". O princípio básico que regia as propostas de Shumacher (1934, 1935) era a simplificação, baseando o design dos mapas em sua audiência com o intuito de facilitar a transmissão da mensagem. Argumentando que somente os leitores "cientificamente treinados" eram capazes de ler mapas complexos, o autor sugere que os mapas a serem amplamente difundidos deveriam focar em questões individuais e efetuar uma simplificação no design (Shumacher, 1934:640).

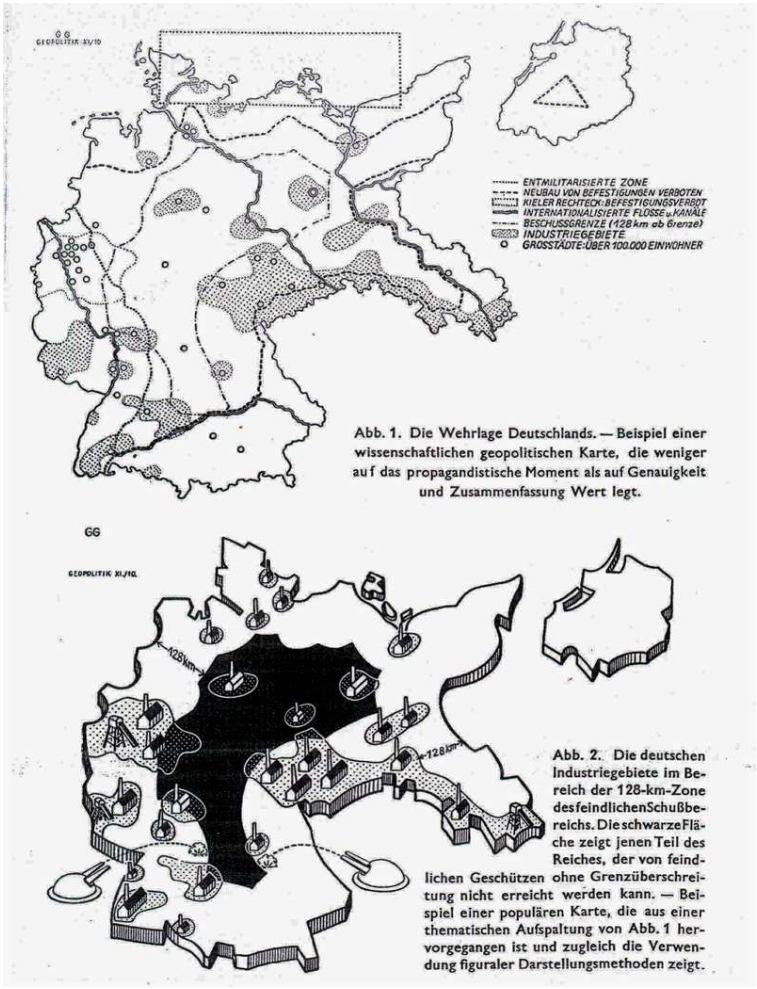
Em seu artigo sobre a "teoria do *raumdarspellung*"[1], Shumacher inicia sua reflexão evidenciando como havia na Alemanha um ambiente de discussão sobre a "geopolítica dos mapas" (Maull, 1928) ou os "mapas sugestivos" (Haushofer, 1932). No entanto, em contraste com outros autores, que eram treinados tanto em cartografia como em design gráfico, Shumacher era formado em direito e nunca desenhava seus próprios mapas[2]. Talvez se aproveitando do fato de não possuir treinamento

[1] Uma possível tradução literal do termo seria “representação do espaço”.

[2] Schumacher apenas concebia mapas com idéias simplificadas, e suas idéias eram executadas pelos artistas Guido Gebhardt e G. Jedermann (Herb, 1997).

específico, o autor concebia formas de representação acessíveis para o público leigo, opondo a criação de um design "popular" a um design "científico". Em seus artigos há uma série de exemplos, onde o autor tenta opor estas duas formas de representação.

Figura 3.1



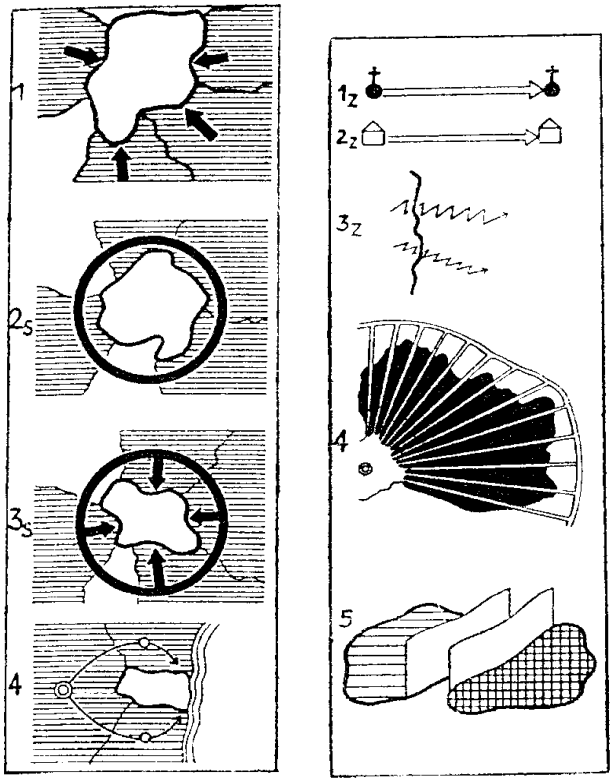
Fonte: Shumacher, 1934.

Na figura acima, o primeiro mapa apresentado por Shumacher (1934) representaria o design científico: nele são utilizados quatro tipos distintos de símbolos de linha que são explicados em uma legenda com sete categorias. Sem utilizar símbolos pictóricos e sobrepondo áreas qualificadas em categorias distintas, o leitor depende da legenda e de sua habilidade para identificar padrões espaciais específicos na localização de "áreas desmilitarizadas", "áreas proibidas para a construção de novas fortificações", "distritos industriais", "grandes cidades", entre outras categorias. Já o mapa popular, exclui a legenda e faz uso de símbolos pictóricos para representar um número reduzido de restrições e possíveis alvos (Herb, 1997:154). A

representação pictórica de armas nos países vizinhos e o destaque da área central escura no interior do país, facilitam a compreensão da mensagem para um público sem treinamento cartográfico, evidenciando áreas mais vulneráveis e mais protegidas no território em um possível combate com os vizinhos.

Recomendando uma extrema simplificação dos mapas persuasivos, Shumacher (1934) sugere a exclusão de legendas e escalas, além de discutir o uso de textos e cores. Os primeiros deveriam ser limpos, claros e alinhados, para favorecer a leitura rápida que não necessitasse mover o jornal em direções distintas. Já as cores, deveriam ter um uso moderado, privilegiando o verde e o vermelho para focar a atenção do leitor no elemento a ser destacado (Shumacher, 1934:648). Os símbolos são particularmente enfatizados pelo autor que em seu artigo de 1935, onde há a apresentação de um guia de símbolos sugestivos que, em contraste com símbolos cartográficos regulares, eram restritos para representar as "expressões de poder político". Alguns símbolos deste catálogo encontram-se abaixo, retirados do trabalho do autor que buscou dividir 130 símbolos classificados em 11 assuntos destacados, incluindo tópicos geopolíticos relacionados a ataque, "cercamento" e bloqueio.

Figura 3.2

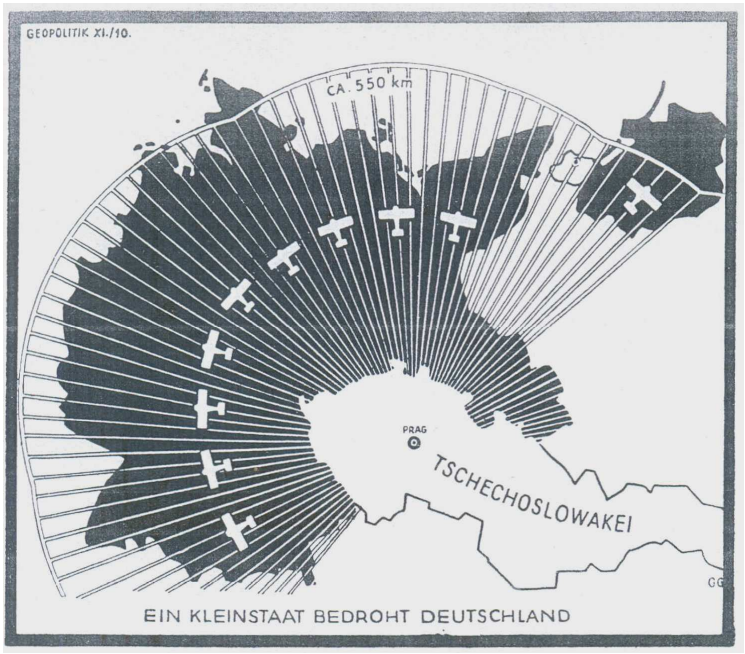


Fonte: Shumacher, 1935.

Buscando definir uma linguagem específica para os mapas sugestivos, Shumacher (1935) deixava clara sua intenção de "enfatizar algumas características, suprimir informações contraditórias e escolher símbolos provocativos e dramáticos" (Monmonier, 1991: 87). À esquerda observamos alguns símbolos de “cercamento”, que eram fundamentais para a representação das perdas e ameaças existentes sobre o Estado Alemão após o tratado de Versalhes. À direita, observamos símbolos de projeção territorial, que poderiam ser utilizados para evidenciar tendências expansionistas e ameaças territoriais. Certamente, as idéias de ameaça territorial, “cercamento” e expansionismo, representadas nos símbolos de Shumacher (1935), acabavam destacando as funções geopolíticas dos espaços de fronteira, enquanto regiões de conflito e disputa entre países vizinhos.

Muitos dos símbolos apresentados por Shumacher (1935) em seu "catálogo de símbolos sugestivos" haviam sido aplicados anteriormente pelo autor para evidenciar formas de representação da vulnerabilidade do Estado alemão após o tratado de Versalhes (Shumacher, 1934). No mapa abaixo, Shumacher aplicava um dos símbolos propostos em seu catálogo - símbolo 4 na coluna á direita - no intuito de evidenciar a vulnerabilidade a ataques aéreos a que a Alemanha estaria submetida após a criação da Tchecoslováquia, mostrando como “um Estado menor ameaça a Alemanha” (Shumacher, 1934). No mapa abaixo o raio de atuação da esquadra aérea que sai do país vizinho cobre praticamente toda a Alemanha, representando com alto grau de simplificação o alcance da frota aérea de um país recém criado.

Figura 3.3



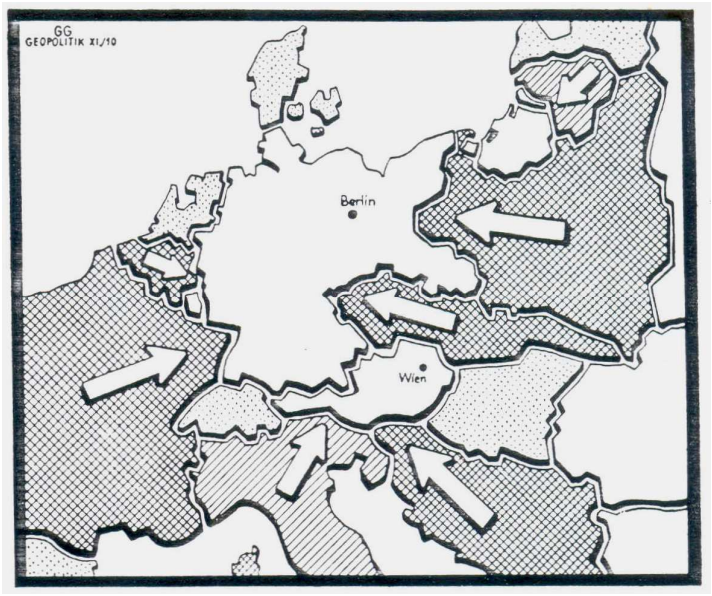
Fonte: Shumacher, 1934.

Segundo Monmonier (1991), militares e propagandistas encontraram um uso particular para o símbolo do *círculo*, que seria ideal para representar alcances de ataques aéreos e impactos de bombas e mísseis. O círculo traria para o mapa uma "pureza geométrica, facilmente confundida com precisão e autoridade" (Monmonier, 1991:110). O símbolo do *meio círculo* utilizado por Shumacher é justamente uma generalização que tende a ganhar um caráter objetivo através da figura geométrica, difundindo para um público não especializado a grande ameaça que os países visinhos representavam para a Alemanha.

Além da vulnerabilidade aérea, Shumacher (1934) também propôs formas de representação para evidenciar as ameaças terrestres as quais o Estado Alemão estaria sujeito. O autor faz aqui o uso dos símbolos de seta, que segundo Monmonier (1991) seriam os símbolos mais recorrentes em mapeamentos "persuasivos" ou "sugestivos". Shumacher (1934) simbolizou a vulnerabilidade terrestre do território alemão a partir de sete setas que cercam todo o país - utilizando mais especificamente o símbolo 1 da coluna a esquerda representada acima. Se considerarmos que um conjunto de setas pode "dramatizar um ataque a uma fronteira, exagerar uma concentração de tropas e talvez possa até justificar ataques preventivos" (Monmonier, 1991:107), compreendemos como estes mapas poderiam ser utilizados para mobilizar a população Alemã contra o tratado de Versalhes e preparar os clamores territoriais para

a segunda guerra mundial.

Figura 3.4



Fonte: Schumacher, 1934

Assim como no mapa anterior, é notório o grau de simplificação aqui aplicado. São esquemas gráficos que retiram todos os elementos que poderiam criar “ruídos” na comunicação da informação. Não há necessidade de escala nem de legenda para a compreensão da mensagem, conduzindo o leitor a uma rápida interpretação da imagem a partir da omissão de todos os elementos contraditórios. O maior exemplo aqui seria o relevo, que foi desconsiderado para a representação das possibilidades de uma invasão terrestre, como notou Herb (1989).

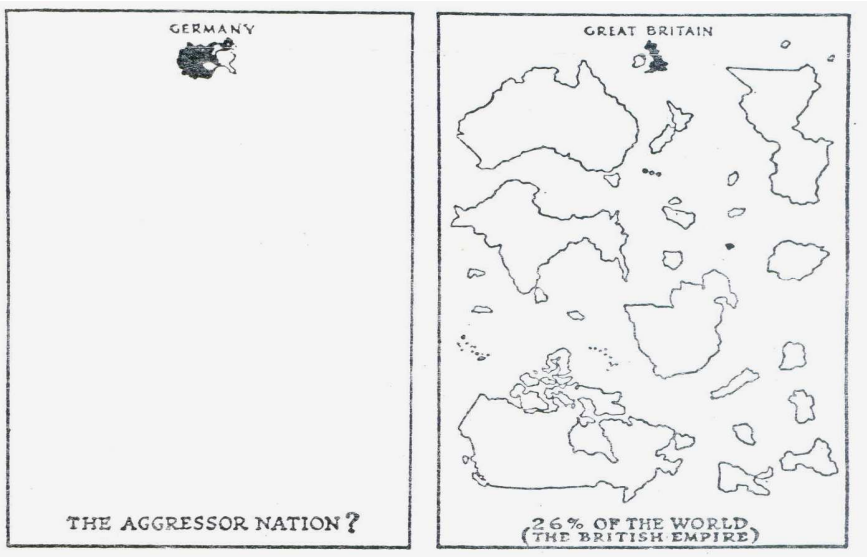
Herb (1997) utiliza os mapas de Shumacher no intuito de evidenciar como a sistematização de uma cartografia popular na Alemanha antecede a chegada dos Nazistas ao poder. Segundo o autor, os esforços para se desenvolver uma cartografia persuasiva estavam presentes na Alemanha desde o final do século XIX, porém, a despeito deste interesse precoce, não se pode definir a existência de uma tendência única para este tipo de cartografia no país. O próprio trabalho de Shumacher não foi considerado como paradigma e embora o Ministro da propaganda sugerisse uma "estandardização do mapeamento sugestivo", as propostas do autor só foram adotadas oficialmente pelo governo em uma reconfiguração dos atlas escolares (Herb, 1997:158).

No entanto, mesmo que não adotassem um padrão específico para a construção de mapas sugestivos, os trabalhos anteriores a ascensão dos Nazistas ao poder

certamente influenciaram a cartografia popular alemã produzida durante a segunda guerra mundial. Com o início da guerra em 1939, os mapas passam a ocupar um papel de destaque na imprensa mundial, e os alemães utilizaram sua experiência acumulada com a cartografia popular para construir mapas a serem veiculados como uma ferramenta de convencimento em países ainda neutros no confronto. Principalmente a população Norte-Americana será alvo de uma campanha massiva, que buscava convencer a opinião pública internacional sobre a legitimidade do expansionismo territorial do Estado Alemão.

Após a tomada de Paris e o início de um confronto direto com o Inglaterra, os alemães passaram a considerar a neutralidade Norte-Americana como um elemento fundamental para garantir suas intenções expansionistas. Este fato estimulou a publicação de uma série de mapas e reportagens para convencer a população norte-americana sobre a legitimidade da guerra. Neste contexto, os alemães veicularam muitos mapas nos EUA, na forma de revistas, como a "Facts in Review", ou Atlas, como o "War in Maps", ambos publicados em Nova York pela biblioteca alemã de informação (Quam, 1943). O próprio trabalho de Shumacher, foi adaptado e publicado tanto na revista quanto no atlas citados. A combinação de mapas abaixo havia sido publicada em alemão por Shumacher e Hummel em um livro de 1937, onde os autores refletiram sobre as relações entre cartografia e propaganda, e foi reeditado para uma versão em inglês e ser difundida para o público internacional na revista Facts in Review.

Figura 3.5



Fonte: Speier, 1941.

A necessidade da criação de jornais e revistas ressalta como a atuação persuasiva do mapa na sociedade é condicionada pela existência da imprensa. Cada vez alcançando um público mais diversificado, a cartografia persuasiva procura constantemente por práticas cartográficas que permitam difundir rapidamente as mensagens geopolíticas que estimulavam sua criação. Com o propósito específico de criticar a extensão do Império britânico e justificar as ambições territoriais alemães, tentando manter países como os EUA fora da guerra, o esquema gráfico de Shumacher e Hummel combinava porções territoriais sem arranjá-las ou localizá-las no espaço. Tanto o texto como a representação gráfica nos conduzem a comparar os territórios Alemães e Britânicos, mostrando como os ingleses detinham 26% do mundo, enquanto a Alemanha, que foi classificada como “nação agressora” após a primeira guerra mundial, teria posses territoriais muito reduzidas.

Este uso persuasivo de mapas na imprensa rapidamente chamou a atenção de geógrafos e cartógrafos norte-americanos, que se apressaram em informar o público como os "geopolíticos alemães" teriam percebido que "os mapas são um dos melhores métodos para apresentar idéias para as pessoas" (Quam, 1943:21). O geógrafo Hans Speier (1941:330) foi um dos primeiros a escreverem sobre como os alemães estariam produzindo uma "geografia mágica" com a cartografia na imprensa, incorporando elementos “estranhos ao propósito científico do mapa” e “violentando seu espírito” (p.330). O principal objetivo do artigo do autor era alertar o público sobre como “a geografia como ciência e a cartografia como técnica tornaram-se subservientes à manipulação” (p.330).

Após o artigo se Speier (1941), muitos autores norte-americanos seguem até hoje utilizando os mesmos exemplos veiculados na revista Facts in Review para exemplificar as possibilidades de se "mentir com os mapas" (Monmonier, 1991). Escrevendo apenas dois anos após Speier (1941), Quam (1943) repetiu alguns exemplos para discutir a linguagem dos "mapas propagandísticos". Fazendo clara referência as classificações de Shumacher (1935) e citando o artigo de Haushofer (1928), o autor discute como os alemães estariam "estudando cuidadosamente" as possibilidades de se utilizar a cartografia como "ferramenta psicológica" (p.21).

Com objetivo de alertar o público, o autor afirmava que “a circulação destes mapas em panfletos, livros e cartões postais fora da Alemanha estaria ajudando a vender para o mundo a necessidade da expansão Alemã" (p.28). Neste sentido, Quam (1943), buscava "traduzir" para o público norte-americano o uso desta linguagem

cartográfica persuasiva, como no caso das setas de agressão, diversificação ou frustração de ataques militares (fig 4), presentes em seu artigo para exemplificar os "símbolos freqüentemente usados por propagandistas" (p.22)

Figura 3.6

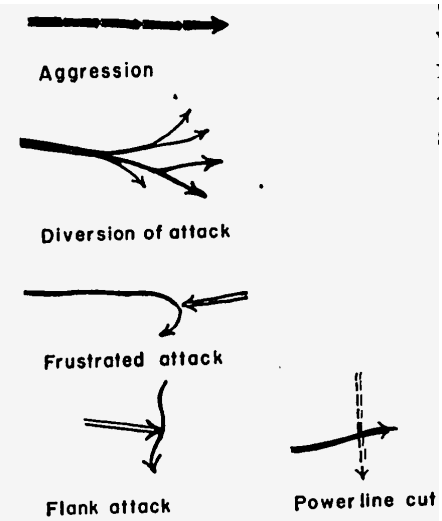


Fig. 1. Symbols commonly used on propaganda maps.

Fonte: Quam, 1943.

A discussão de Quam (1943) é bastante completa e nos interessa aqui por ser focada na linguagem utilizada pelos mapas propagandísticos. O autor enumera uma série de práticas cartográficas utilizadas e apresenta vários exemplos de uso de símbolos de ação, cor, linhas de fronteira, simplificação no design, e escolha de projeção específica. Uma das práticas destacadas pelo autor é a combinação de dois mapas que podem estimular o leitor a "traçar paralelos e facilitar a comparação".

Esta prática pode ser utilizada tanto para evidenciar as desigualdades de poder e de território entre dois países - como no exemplo da figura 3 aqui apresentada - como para comparar temporalmente a força de uma potência militar em dois momentos distintos. Neste último caso, Quam (1943) comenta um mapa muito famoso que também aparece nos trabalhos de outros autores (Speier, 1941 Monmonier, 1991 entre outros), onde os Alemães mostravam como a situação do país seria mais vantajosa na segunda guerra mundial do que havia sido na primeira.

Utilizando estes mapas os alemães estariam tentando produzir uma "ofensiva psicológica para manter a América neutra" (Quam, 1943:28), amedrontando países

que ainda não tinham uma posição definida na guerra. Mesmo que os EUA fossem o alvo principal das propagandas alemães, as trocas de informação na imprensa internacional também faziam com que estes mapas circulassem em países mais periféricos ao conflito, como o Brasil. Sob a presidência ditatorial de Getúlio Vargas, sabe-se que o Brasil oscilou bastante em seu apoio aos Aliados na segunda guerra mundial. O país permaneceu neutro ao conflito e, inclusive, chegou a cogitar uma declaração de apoio as forças Nazistas antes de enviar tropas para combater ao lado dos Aliados em 1944 sob forte pressão Norte Americana.

Uma rápida busca por mapas veiculados na imprensa brasileira no ano de inicio da segunda guerra mundial evidenciou que os mapas propagandísticos alemães também chegaram ao país e eram reproduzidos na imprensa nacional em jornais como o "A Noite". O mapa abaixo foi veiculado na edição de 24 de dezembro de 1939 deste jornal e publicava uma versão adaptada do famoso mapa Alemão publicado no mesmo ano na revista Facts in Review (Spaier, 1941, Quam, 1943, Monmonier, 1991). Utilizando o recurso de imprimir dois mapas em uma mesma página, esta imagem estimulava a comparação da situação alemã da primeira guerra mundial, em 1914, com a segunda, iniciada em 1939.

Figura 3.7

Fonte: Jornal a Noite, 24/12/1939.

Embora o uso de imagens não fosse algo novo para a imprensa brasileira, que desde a década de 1920 já adotava o fotojornalismo como uma prática recorrente em sua imprensa diária (Morel, 2003:73), a produção própria de mapas no país ainda era muito limitada, sendo mais comum a adaptação de mapas que circulavam na imprensa internacional. Segundo Monmonier (1991), o mapa acima trazia a tona o tema persistentemente anti-britânico e buscava convencer os países neutros da grande possibilidade de vitória alemã na segunda guerra. O geógrafo norte-americano Speier (1941),evidenciou como os propagandistas faziam uso de uma "combinação de mapas" para transmitir uma mensagem geopolítica clara: "desta vez não estamos cercados" (Speier, 1941:317).

Segundo Speier (1941) os nazistas tinham o interesse óbvio de afastar a crença de que esta guerra poderia ser uma repetição do que havia ocorrido na guerra anterior. Na versão brasileira, o mapa de 1914 está na parte de baixo da página frontal do jornal e evidencia como a Alemanha e o Império Austro-Húngaro estariam cercados pelos aliados, principalmente por França, Rússia e Grã-Bretanha. Já no mapa de 1939, o pacto de não agressão entre Alemanha e Rússia justifica uma grande mancha escura a direita do mapa, acabando com as possibilidades de cercamento das ambições expansionistas Alemães. Muitos países que seriam aliados a luta Nazista, como a Itália, aparecem ainda aqui como neutros, polarizando a guerra entre a Alemanha e seus principais inimigos na guerra anterior, a França e a Inglaterra. A representação da Polônia como um país posicionado ao lado dos Aliados, imprensado entre a Rússia e a Alemanha, também justificaria a invasão deste país, o que de fato correspondeu a primeira ação militar Alemã na guerra.

Embora existam diferenças entre as versões deste mapa veiculado nas imprensas norte-americanas, alemã e brasileira[3], a mensagem principal básica é a mantida: a força que a Alemanha teria para vencer os Aliados na segunda guerra mundial. Pertencente a um país ainda neutro no confronto, o jornal brasileiro apenas se limita a indagar se "a guerra de 1939 [será] mais terrível e prolongada que a de 1914-18". Independente da posição política do país e dos detalhes específicos sobre o processo histórico das guerras que me fogem no momento, a presente seção buscou evidenciar dois pontos básicos para a compreensão do desenvolvimento de uma linguagem peculiar para os mapas na imprensa.

Primeiramente observamos que a linguagem dos mapas populares pressupõe um alto grau de simplificação, seguindo o obvio princípio de que “toda comunicação consiste em fazer concessões ao conhecimento da pessoa que a recebe” (Gombrich, 1986:200). Em segundo lugar, além de discutir alguns traços marcantes da cartografia na imprensa, a presente seção também evidenciou que as questões geopolíticas foram o principal estímulo para a criação desta linguagem cartográfica peculiar, daí a grande importância de eventos geopolíticos de grande envergadura, como as guerras mundiais, para intensificar o estímulo para a criação de uma cartografia popular.

Certamente a influência dos mapas Alemães, enquanto pioneiros na sistematização de regras para a criação de mapas simples com mensagens explícitas,

[3] Speier (1941), por exemplo, comenta o mapa original Alemão que era feito em cores.

extrapolou as fronteiras deste país e influenciou o desenvolvimento da cartografia na imprensa de outras localidades. De forma geral, a influência direta da cartografia alemã no Brasil pode ser considerada tímida, pelo simples fato de que o país não apresentou um grande volume de produções cartográficas próprias antes da década de 1980, basicamente adaptando e reproduzindo mapas que circulavam na imprensa internacional ou eram produzidos em instituições acadêmicas do país.

Já no caso da imprensa norte-americana, que também vinha desde o início do século XX desenvolvendo uma forma própria de linguagem para os mapas da imprensa, a cartografia persuasiva alemã e os acontecimentos da segunda guerra mundial estimularam um incrível "boom" cartográfico na imprensa. Embora grande parte dos teóricos norte-americanos da época acusasse os mapas Alemães de "subverterem a ciência cartográfica", afirmando que "quanto menos geografia sobra no mapa melhor ele é para a propaganda" (Speier, 1941), muitos jornais norte-americanos passaram a veicular mapas estimulando uma intervenção militar dos EUA na guerra. Talvez estimulados pela idéia de que "os mapas propagandísticos devem ser combatidos com outros mapas ao invés de palavras" (Speier, 1941:311), muitos jornais norte-americanos passaram a publicar mapas evidenciando a importância da participação do país na guerra.

Na seção seguinte, discutirei o desenvolvimento de uma linguagem cartográfica peculiar na imprensa norte-americana, evidenciando como os fenômenos geopolíticos da segunda guerra estimularam não apenas o desenvolvimento de uma forma peculiar de cartografia, mas também direcionaram as tendências de estudo deste objeto específico.

3.2 - O Uso dos Mapas na Imprensa Norte-Americana: "Idade do Ar" e Imaginação Geográfica

Contrastando com a tendência de denuncia e acusação presente nos estudos sobre os mapas "sugestivos" alemães nos EUA, os artigos de geógrafos e cartógrafos norte-americanos sobre os mapas produzidos pela imprensa de seu próprio país tem sido mais elogios e apreciativos (Ristow, 1957). O temor de que os mapas alemães influenciassem a opinião pública americana estimulou autores como Speier (1941), Quam (1943) e Boggs (1945) a discutirem de forma alarmista como os mapas populares "não são guiados pelo estandarte da ciência" (Speier, 1941:313). No entanto, o estudo da cartografia jornalística norte-americana estimulou trabalhos que, ao invés de buscarem identificar os aspectos persuasivos dos mapas, exaltavam o sucesso desta forma de representação, que teria sido "extremamente eficiente em introduzir os mapas para o homem das ruas, e levá-lo a uma melhor compreensão da geografia do mundo" (Ristow, 1957: 389).

Reconhecidamente, o primeiro estudo sobre a "cartografia jornalística" norte-americana foi feito pelo geógrafo W. W. Ristow (1957), pioneiro na utilização do termo[4] (como apontam Gilmartin, 1985, Monmonier, 1989, Kent e Sanders, 1993, Green, 1999). Segundo Ristow (1957), as notícias da segunda guerra mundial não poderiam ser transmitidas adequadamente com o uso exclusivo de textos e certamente "os leitores tiveram a partir dos mapas uma idéia melhor do progresso da guerra do que eles poderiam ter apenas com palavras impressas" (p.370). Palavras como "persuasão", "propaganda", "hipnose" e "mágica" não aparecem na análise do autor.

Através de grandes elogios aos artistas dos jornais norte-americanos, Ristow (1957) considera que "no esforço para simplificar, para o leigo, o entendimento dos mapas e a geografia do mundo, a cartografia jornalística foi conduzida a experimentar com novas idéias no design e simbolização" (p.369). Dependendo do material analisado e dos objetivos de quem escreve, a simplificação dos mapas populares pode significar pobreza ideológica ou de inovação experimental. Nesta seção, buscarei explorar alguns exemplos de mapas produzidos pela imprensa norte-americana, no intuito de evidenciar como estes também são passíveis de serem estudados enquanto

[4] Monmonier (1989) observa que este é único artigo sobre cartografia jornalística encontrado em uma pesquisa feita na seção de mapas e geografia da "Library of Congress", contemplando o período de 1875 até 1971. O autor destaca ainda que o tema continua a ser negligenciado em anos

imagens persuasivas e propagandísticas. Além disso, gostaria de explicitar mais algumas práticas cartográficas recorrentes nos mapas da imprensa, considerando as contribuições dos artistas norte-americanos para o desenvolvimento de uma linguagem peculiar para os mapas na imprensa.

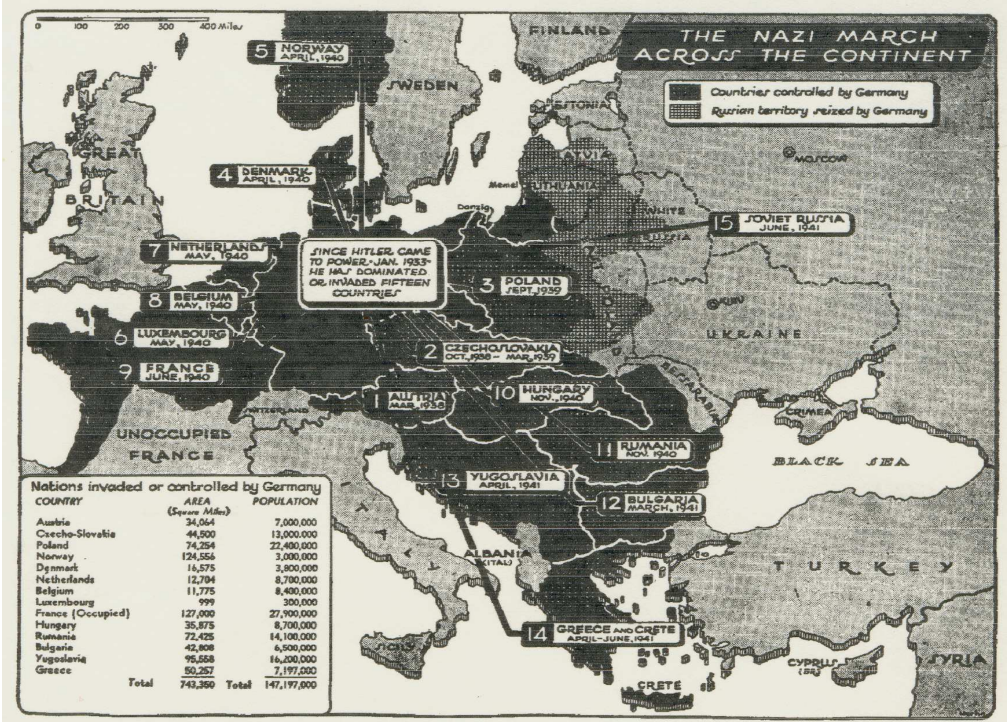
É importante destacar que alguns trabalhos da década de 1940 já alertavam para o fato de que os professores de geografia deveriam tomar cuidado com a persuasão em *todos* os mapas, pois "o mapa mais preciso segue sendo uma representação imperfeita da terra" (Quam, 1943). Neste contexto, todo mapa estaria sujeito a "subjetividade" seu autor, pois "todo cartógrafo é humano" (Wrigth, 1942). No entanto, o enfoque dado nos mapas alemães e o contexto geopolítico de realização das pesquisas acabou conduzindo estes autores a estabelecerem uma diferença clara entre mapas "persuasivos" e "científicos"[5]. Ao discutir como os cartógrafos deveriam se comportar nos EUA, Quam (1943:42) propõe uma combinação curiosa: "eles devem batalhar para fazer seus mapas precisos e em harmonia com os ideais democráticos da nossa causa".

A curiosidade na proposta de Quam (1943) é a combinação entre uma certa "áurea de cientificidade" do mapa, relacionado a sua "precisão", com a intenção de difundir "ideais democráticos", relacionados com "a nossa causa". Embora esta não tenha sido uma prática muito comum nos trabalhos sobre os mapas jornalísticos norte-americanos, um breve olhar sobre os exemplos discutidos no artigo de Ristow (1957) evidencia como os mapas norte-americanos também podem ser considerados a partir de seus aspectos simbólicos ou "persuasivos". O mapa abaixo, publicado pelo artista Emil Herlin (1941) no New York Times em Junho de 1941 evidencia a difusão de uma perspectiva alarmista nos EUA em relação ao avanço territorial Nazista.

posteriores, pois de 1972 até 1979 não aparece nem um artigo sobre cartografia jornalística.

[5] Uma exceção a ser destacada é o pioneiro artigo de J. K. Wright (1942), sobre a subjetividade na cartografia.

Figura 3.8



Fonte: Ristow, 1957.

Este mapa foi classificado por Ristow (1947) como um dos melhores exemplos de mapas jornalísticos nos tempos de guerra e foi publicado alguns meses antes da entrada dos norte-americanos na guerra. Em um momento em que os meios acadêmicos, governamentais e a opinião pública debatiam intensamente se os EUA deveriam intervir na guerra ou seguir com sua política isolacionista, este mapa tem claramente o objetivo de alertar a população para os avanços da Alemanha nazista sobre o continente europeu. A "mancha negra" se espalhando pela a Europa enfatiza claramente a necessidade de posicionamento do exército norte-americano.

O estilo cartográfico de Herlin é certamente menos simplificado que muitos mapas alemães, apresentando elementos como escala e legenda, no entanto, a representação tem um propósito geopolítico claro e não há a necessidade de conhecimentos cartográficos específicos para se compreender a mensagem do mapa. Através do uso de etiquetas sobre os países ocupados, o mapa enumera cronologicamente as invasões militares alemães durante a segunda guerra mundial, o que o título classifica como “A marcha nazista sobre o continente”. A prática de numeração, associada as datas tomada das cidades pelos alemães, possibilita a representação espacial simultânea de eventos que ocorreram em tempos diferenciados.

Esta prática pode ser considerada uma inovação da cartografia jornalística, como notou o editor James Linen (citado por Ristow, 1957:387) ao afirmar que “os mapas históricos convencionais freqüentemente mostram apenas um ponto no tempo”.

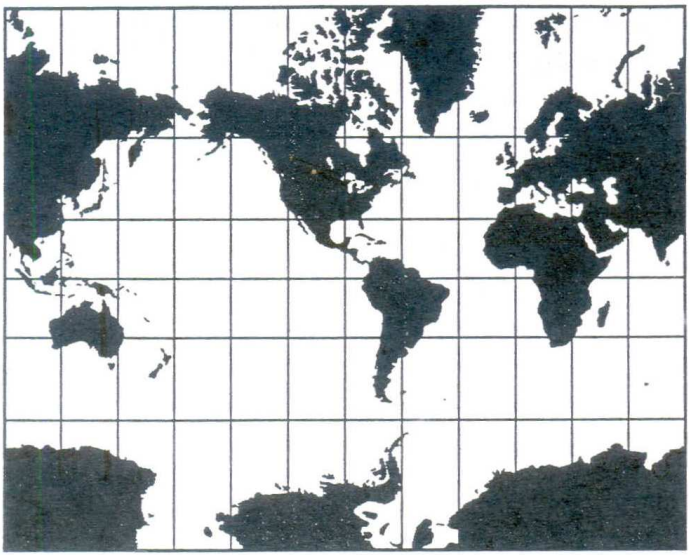
As etiquetas enumeradas são conectadas com o centro do mapa, exatamente onde se localiza a Alemanha. Em cima do território alemão o mapa incorpora um pequeno texto, que reafirma o fato de que já seriam 15 países invadidos na Europa desde que Hitler chegou ao poder. Há também uma informação suplementar na tabela que se localizada no canto esquerdo do mapa, informando o total da área e da população que estariam sob domínio dos alemães. Todas essas informações destacadas são estímulos evidentes para os americanos entrarem na guerra de forma efetiva, pois os nazistas já dominavam grande parte da Europa. Mesmo após a entrada dos norte-americanos na guerra, fato ocorrido em dezembro de 1941, os jornais continuaram publicando mapas que buscavam “mostrar *porque* os americanos estão lutando em um lugar estranho”, como afirmava o capítulo introdutório de um Atlas publicado pela revista Fortune em 1944 (Ristow, 1957:378).

O desenvolvimento e a popularidade da cartografia na imprensa americana foram tão intensos que os mapas veiculados não apenas ajudaram a convencer a opinião pública da importância da participação na segunda guerra mundial, mas também tem sido também apontados como um dos responsáveis por uma grande transformação na "imaginação geográfica" dos norte-americanos durante os anos 1940 (Henrikson, 1975, Shulten, 1991, Cosgrove, 2005). Segundo Henrikson (1975), ao se posicionar militarmente em uma guerra em escala global, "os Americanos fizeram algo mais profundo do que simplesmente adotar uma nova política externa, esquecendo o "isolacionismo" pelo "internacionalismo", eles "re-imaginaram o contexto físico no qual sua política vinha sendo conduzida" (p.20).

O artigo de Henrikson (1975), propõe uma relação pioneira entre a "mudança na psicologia geográfica", a cartografia na imprensa e a política externa norte-americana durante e após a segunda guerra mundial (p.20). O autor evidencia como a visão de mundo do norte-americano antes da guerra era ainda muito influenciada pelo mapa na projeção Mercator, que favorecia um certo "isolacionismo" do país. Neste momento, "o mundo parecia menor e mais compacto" (Henrikson, 1975:19) e os norte-americanos se imaginavam protegidos pelas duas barreiras oceânicas, o Atlântico e o Pacífico. O mapa abaixo, feito em projeção Mercator e centrado nos EUA, foi utilizado por Shulten (2001) em sua discussão sobre a imaginação

geográfica norte-americana e suas transformações entre 1880 e 1950.

Figura 3.9



Fonte: Shulten, 2001

Criada durante o século XVI com intuito de facilitar a navegação, a projeção Mercator segue até hoje sendo muito influente na forma como imaginamos o mundo. Conservando as formas em detrimento das proporções, esta projeção diminui as áreas próximas ao equador e tem sido usada para "naturalizar" uma certa "ordem global". No caso brasileiro, imaginamos a Europa no centro do mundo, sendo o Hemisfério norte situado na parte de cima do mapa e a América do Sul no canto inferior esquerdo. Os norte-americanos educavam há bastante tempo suas crianças através de mapas Mercatorcom os EUA no "centro do mundo", o que, de certa forma, reforçava a percepção de um certo "isolamento" do país, protegido por dois mares. Segundo Schulten (2001), A idéia de mundo da projeção Mercator só começará a ser alterada na segunda guerra mundial, "quando mais Americanos tiveram contato com mapas do que em qualquer outro período da história" (p.1).

Embora a imaginação geográfica da população norte-americana estivesse sendo transformada deste as primeiras décadas do século XX, o debate sobre "isolacionismo" e "internacionalismo" na política externa norte-americana foi definitivamente encerrado após a o ataque de Pearl Harbor. Segundo Henrikson (1975), este foi um evento geopolítico que "revolucionou a imaginação gegráfica dos Americanos". A surpresa não estava relacionada com o ataque japonês em si,

realizado as 7:55 da manhã de domingo em 7 de dezembro de 1941, mas sim com a distância percorrida entre o ponto de partida e o destino do ataque, rompendo com a descontinuidade visual existente entre EUA e Japão na projeção Mercator.

Tendo na cabeça o mundo marítimo de Mercator, os norte-americanos nunca imaginavam que os aviões japoneses cruzariam 3.500 milhas de mar aberto para atacar o Havaí, pois "ocidente era ocidente e oriente era oriente" (Henrikson, 1975). Este acontecimento desestabilizava ainda mais a concepção espacial dos EUA enquanto um território isolado e o país entrou em guerra quatro dias após o ataque. Em seu discurso justificando a entrada dos Americanos na guerra, em 23 de fevereiro de 1942, o então presidente Roosevelt deixava clara a relação entre imaginação geográfica e política internacional, afirmando que os Americanos aprenderam uma lição: "não podemos mensurar nossa segurança em termos de milhas em nenhum mapa nunca mais".

Afirmando que "esta guerra é diferente de todas no passado, não apenas por seus métodos e armas, mas também por sua geografia", o presidente norte-americano deu amplo destaque à representação cartográfica para justificar a necessidade de uma guerra global. O presidente deixava clara sua vontade de mobilizar a população para compreender porque o governo enviaria jovens americanos para lutar em países desconhecidos por grande parte da população: "nós lutaremos nestes locais vastos e distantes porque é onde os inimigos estão". Neste contexto Roosevelt estimulou diretamente a divulgação de mapas na imprensa para "auxiliar" na compreensão da guerra, se dirigindo a população quase como um "professor de geografia" (Henrikson, 1975):

> "Eu vou pedir aos Americanos para jogar fora seus mapas. Eu vou falar sobre lugares estranhos que muitos nunca ouviram falar - lugares que são agora o campo de batalha para a civilização. Eu *vou pedir aos jornais para imprimir mapas de todo o mundo.* Eu quero explicar para as pessoas algo sobre geografia" (Rosevelt, 1942 apud Henrikson, 1975. grifo nosso).

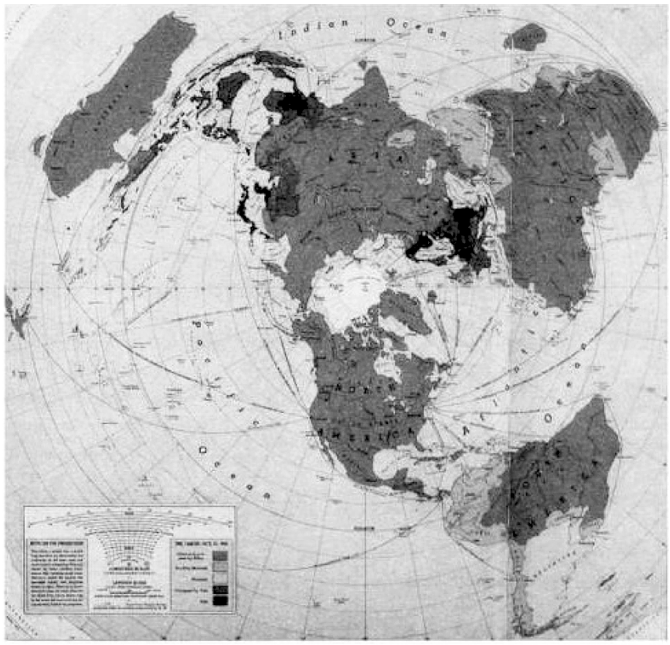
Este contexto valorizou os artistas que produziam mapas para os jornais, pois o interesse pela cartografia cresceu enormemente. Ristow (1957) reconstitui este processo no qual o trabalho do artista gráfico, que era desvalorizada e feito geralmente por um "*freelancers*", passa a ser valorizado como um posto importante

em jornais e revistas que associavam seus mapas com o estilo do design gráfico da reportagem. Muitos artistas alcançam uma certa fama neste período, como Herlin, no New York Times, Owen, no Los Angeles Post e Harrison, na revista Fortune, que certamente foi o artista mais influente na imprensa norte-americana neste período

Richard Edes Harrison tem sido apontado como um dos principais expoentes de uma série de artistas gráficos que popularizaram uma nova visão de mundo entre os norte-americanos. Formado em arquitetura e tendo trabalhado com design de interiores, o autor compreendeu que mais do que mapas precisos e cartas de locais longínquos, o que os norte-americanos necessitavam de uma "figura mental renovada do mundo e das inter-relações geográficas e estratégicas entre suas partes" (Henrikson, 1975).

Tendo em vista esse objetivo, Harrison publicou um mapa com uma projeção polar azimutal em uma edição especial da revista Fortune em março de 1942. A revista, publicada alguns meses antes da entrada dos EUA na guerra, trazia uma série de reportagens sobre as possibilidades de internacionalização da guerra. O mapa de Harrison, centrado no Pólo Norte, aproximava os EUA de outros continentes e consequentemente auxiliava a diminuir a noção de "isolacionismo". Aproximando EUA, Europa e Asia, este mapa transformava "o Pólo Norte de uma barreira para uma arena de comunicação e conflito" (Shulten, 2001:217) e foi re-publicado na edição de março de 1942 em uma reportagem com o sugestivo título "um mundo, uma guerra".

Figura 3.10



Fonte: Schulten, 1998.

As notícias da guerra e o investimento na produção de mapas para o grande público estimularam uma certa "map-mania" (Schulten, 1998) entre os norte-americanos no início dos anos 1940. Neste contexto, os mapas de Harrison, que se tornaram muito populares e passaram a decorar muitas casas de família e escolas, certamente foram importantes para legitimar a internacionalização da guerra. Nas palavras de Schulten (1998:180), o "trabalho de Harrison encorajou os Americanos a abraçarem um destino internacional e se prepararem para o compromisso total com a causa Aliada". A imagem abaixo apresenta a projeção polar azimutal, popularizada por Harrison, sendo incorporada a um livro didático de geografia em 1944. Schulten (1998), utiliza esta imagem para evidenciar como durante a década de 1940 as escolas adotaram um "currículo geopolítico" e os mapas com esta projeção eram importantes para criar um "senso de proximidade" (p.177).

Figura 3.11

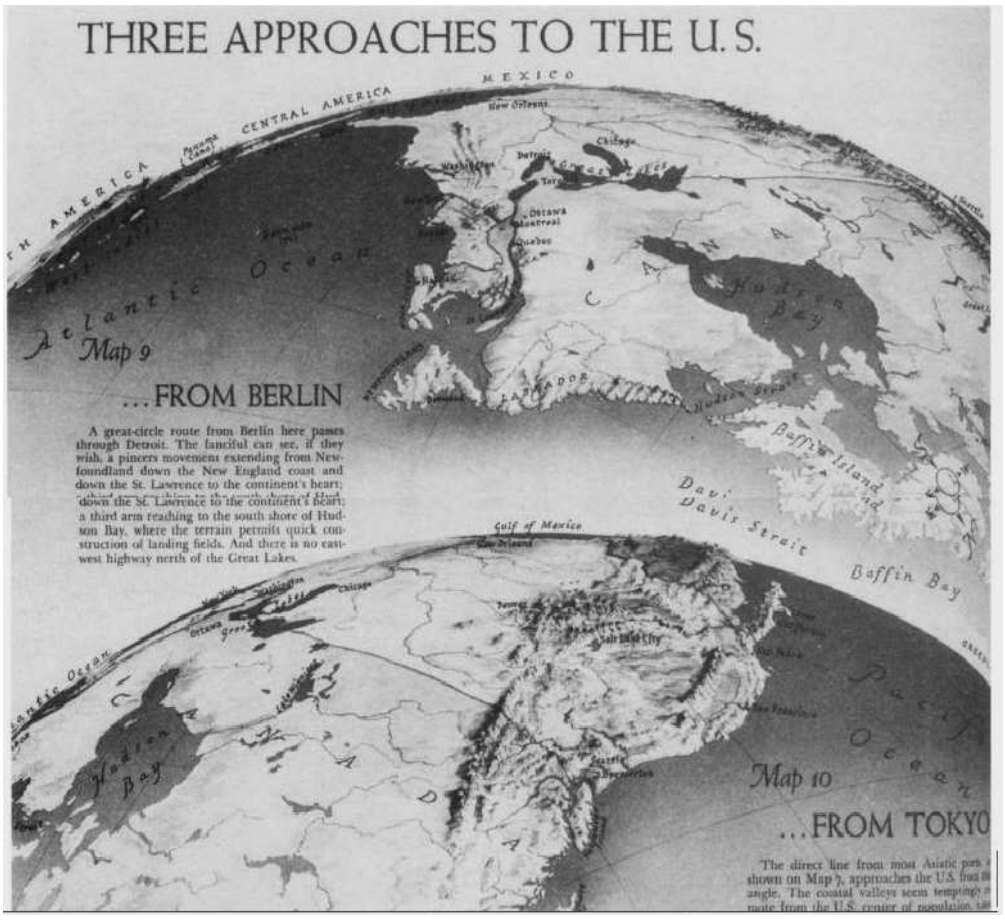
Fonte: Schulten, 1998

Outra projeção muito freqüentemente adotada por Harrison, e que talvez tenha sido a mais importante para difundir uma nova "idade do ar" na cartografia e na imaginação popular norte-americana, foi à ortográfica, chamada por Cosgrove (2005:388) de "high-oblique perspective". Essa projeção, popularmente conhecida como "olhos de pássaro" ("*bird's eye view*") foi, segundo Cosgrove (2005),

desenvolvida dos primeiros anos da cartografia moderna européia, relacionada com a arte de pintura de paisagens. O autor cita como exemplo cartógrafos venezianos de 1500, que faziam mapas da cidade tomando como pontos de vista uma perspectiva obliqua, como se o artista estivesse sobrevoando a cidade.

Esta representação "quase pictórica", que se apresentava "como uma fotografia de satélite" (Henrikson, 1975:33), teria sido a forma mais eficiente encontrada por Harrison para sugerir a esfericidade da terra e situar o leitor em pontos de vista diferenciados no globo. Usando uma projeção com métodos bastante artísticos, Harrison colocava o leitor "dentro do mapa" para lembrar que o "a aviação teria criado novas realidades para as viagens e movimentos" (Schulten, 1998:180). Substituindo a visão Mercator centrada no "homem-do-mar", Harrison auxilia na difusão de uma nova visão de mundo, focada agora no "homem-do-ar", como fica claro nos exemplos reproduzidos abaixo (Henrikson, 1975, Schulten, 1998 e Cosgrove, 2005).

Figura 3.12



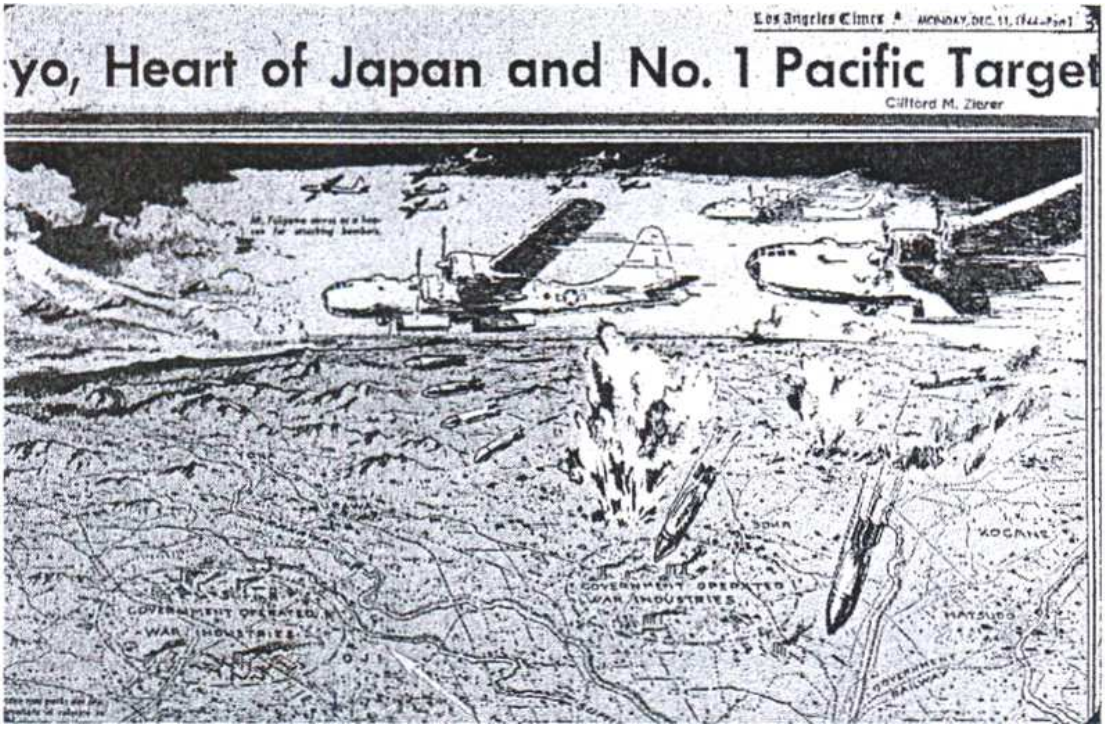
Fonte: Henrikson, 1975.

Estreitamente ligados com o novo período da aviação mundial, os mapas de Harrison foram inclusive aproveitados pelo exercito norte-americano para treinar pilotos que jogariam bombas em locais distantes e pouco conhecidos (Henrikson, 1975). Apresentando os EUA "visto" de diferentes posições do globo, o autor ajudava a retratar a guerra para o público de uma forma menos "tradicional e estática" como se era visto em muitos mapas com caráter mais "científico" (Ristow, 1957). Na visão dos EUA a partir de Tókio, observa-se como este tipo de projeção introduzia uma nova forma de imaginação geográfica na cabeça dos norte-americanos, pois "a rota polar conectando o Japão com o Alaska, efetivamente transformava o Oceano Pacifico de um corpo massivo de água protegendo os EUA em um pequeno lago", que poderia ser cruzado facilmente como ocorreu no caso de Pearl Harbour (Schulten, 1998:180).

Embora Harrison seja considerado o autor dos mapas mais populares durante o período de guerra, outros artistas norte-americanos também deram contribuições interessantes para o desenvolvimento de uma linguagem peculiar nos mapas da imprensa. Cosgrove (2005) nos alerta para o fato de que outros artistas, como Charles Owen dos Los Angeles Times, também faziam uso de novas projeções para representar o Oceano Pacífico como palco da segunda guerra mundial. Entre fevereiro de 1942 e Agosto de 1945, este artista trabalhou representando a guerra para os jornais e contribuiu com técnicas inovadores, intensificando, por exemplo, o uso de collagens para representar o movimento existente nos eventos da guerra (Cosgrove, 2005).

Segundo Cosgrove (2005:379) Owen "empregava técnicas gráficas similares ao mapeamento da 'geopolítica persuasiva'", que tanto incomodava geógrafos acadêmicos como Speier (1941) e Quam, (1943), também utilizava outras práticas cartográficas para representar os movimentos da guerra. O autor fazia, por exemplo, o uso freqüente de símbolos pictóricos nos mapas, o que, para Cosgrove (2005), tinha uma profunda relação com o contexto de produção de suas imagens em Los Angeles, cidade que possibilitava o contato do autor com imagens fotográficas, cinematográficas e a linguagem dos quadrinhos. No mapa abaixo, que estaria relacionado com uma "geografia da violência e da destruição" e seria "partidário se não abertamente propagandístico", o artista utilizava uma "geografia pictórica" que freqüentemente "invadia" seus mapas (Cosgrove, 2005:382).

Figura 3.13



Fonte: Cosgrove, 2005.

O mapa acima mostra aviões jogando bombas em um plano de ruas de Tókio, onde existem círculos para localizar os locais de "operação do governo e industrias de guerra". Comentando o estilo peculiar de Owen, Cosgrove (2005) alerta para o fato de que o artista apaga as fronteiras entre os espaços representacionais dentro e fora do mapa e que seu uso de signos cartográficos agressivos produzem um efeito dinâmico similar as reportagens mostradas nos cinemas (p.382). A diferença dos mapas de Owen para os de Harrison é que o primeiro freqüentemente reportava eventos, ao invés de ilustrar a geografia mais "duradoura", como as relações espaciais dos mapas geopolíticos de Harrison.

Para além das diferenças pontuais, os mapas dos artistas apresentados nesta seção evidenciam claramente que a cartografia na imprensa norte-americana também se desenvolveu com forte influência de estímulos geopolíticos. Neste sentido, a classificação dos mapas populares alemães enquanto "ideológicos" e "persuasivos", contrastando com os norte-americanos, que seriam "esclarecedores" e "inovadores", pode ser considerada no mínimo uma divisão simplista e errônea. Através de motivações geopolíticas, artistas de ambos os países contribuíram para o desenvolvimento de uma linguagem peculiar nos mapas da imprensa, que, mesmo que

não tenha sido normatizada em regras e estatutos internacionais, certamente seguem influenciando a difusão de mapas na imprensa até a atualidade.

Além do impulso dado pela geopolítica e da própria linguagem dos mapas na imprensa, outras similaridades podem ser encontradas na produção de mapas persuasivos na Alemanha e nos EUA. Guardadas as enormes diferenças no contexto político de cada país, aos grupos sociais envolvidos no processo de criação dos mapas apresenta certas similaridades. Primeiramente é importante destacar que em ambos os países a prática do mapeamento popular não foi conduzida diretamente por nenhuma agência aos governos, sendo majoritariamente feito por grupos privados e artistas individuais. Posteriormente, podemos constatar como os artistas em questão, quer fossem alemães ou norte-americanos, não tinham treinamento especializado em cartografia ou geografia, o que pode ter sido um fator importante para sua contribuição com o desenvolvimento dos mapas na imprensa.

No caso da Alemanha, onde o mapeamento persuasivo foi constantemente descrito como uma empreitada monolítica centrada no "Institut für Geopolitik" de Munique para promover uma propaganda Nazista, estudos feitos desde o final do século XX têm revelado que a idéia de que a "Geopolítica" tinha um papel central no Socialismo Nacional era incorreta (Jacobsen, 1979, Bassin, 1987, Herb, 1989, 1997). Segundo Herb (1997), a "Geopolitik" não foi uma escola unificada de pensamento e o Instituto de Geopolítica nunca existiu da forma como imaginavam os norte-americanos. Neste sentido o mapeamento propagandístico estava majoritariamente situado na mão de grupos privados ligados a direita nacionalista Alemã. De forma geral, este processo se reproduziu nos EUA, que, embora tivesse um contexto político totalmente diferenciado, também produzia mapas propagandísticos através de grupos privados que apoiavam estritamente a política externa proposta pelo governo.

É interessante também observar como nenhum dos mapas apresentados ao longo deste capítulo, fossem eles feitos por alemães ou norte-americanos, foi produzidos e concebidos por autores com treinamento especializado. Este fato talvez tenha deixado estes artistas mais livres para experimentarem novas formas de representação sem uma repressão direta das "regras acadêmicas", o que certamente auxiliou no desenvolvimento de uma linguagem distinta para os mapas na imprensa. Mas estas inovações não foram feitas sem oposição. Enquanto a imprensa estimulava o trabalho experimental dos artistas gráficos e o público consumia freneticamente estas representações, muitos acadêmicos, principalmente nos EUA, seguiam

criticando a cartografia na imprensa, acusando inclusive os mapas feitos por seus conterrâneos como "imprecisos" e "pobres".

Nem todos os geógrafos e cartógrafos norte-americanos consideravam os mapas jornalísticos com o mesmo entusiasmo de Ristow (1957), para quem o jornalismo seria um dos únicos campos onde os autores ainda teriam "rédeas livres" para criar e experimentar novas práticas cartográficas. Enquanto Ristow (1957) elogiava o trabalho de Harrison, Herlin e outros artistas norte-americanos, destacando a popularização de projeções pouco usuais na academia, como a perspectiva (em 1935), a azimutal eqüidistante (1936), a ortográfica (1936), além da “grotescamente distorcida, mas extremamente útil projeção polar gnomic” (Ristow 1957:377), outros autores criticavam estes mapas e inclusive comparavam suas práticas com aquelas utilizadas pelo mapeamento persuasivo da geopolítica alemã, tão criticado nos EUA.

O importante cartógrafo da Nacional Geographic Society, Wellman Chamberlin, por exemplo, julgava o trabalho de Harrison mais como artístico do que cartográfico e conectava a "abordagem não científica de Harrison com o uso propagandístico dos mapas Nazistas alemães" (Schulten, 1998:185). Segundo Chamberlin (1947 apud Schulten, 1998:185), os mapas de Harrison eram focados na "ilustração dramática" em detrimento da precisão matemática, o que também levou o autor a questionar a "moralidade" destes mapas e associá-los com as tendências da escola de cartografia Nazista. Chamberlin via uma grande diferença entre os mapas "propagandísticos" e os mapas "objetivos", feitos por organizações sérias como a National Geographic. Society.

Outro exemplo de crítica a própria cartografia norte-americana na imprensa, foi feito por Charles Colby (1941), professor do departamento de geografia da Universidade de Chicago, para quem "muitas destas exibições que vocês chamam de mapas, não são mapas na realidade" (apud Schulten, 1998:185). Segundo o autor, um mapa "deve ter coordenadas", uma "projeção e uma escala", a "direção norte-sul deve ser paralela a direção longitudinal da página" e "qualquer desvio destas idéias pode confundir os leitores". Dessa forma, Colby se direcionava especificamente para Harrison, afirmando que "muitos dos seus mapas têm aparência bagunçada e são confusos nos detalhes" (Colby, 1941 apud Schulten, 1998:185).

Este tipo de comentário, feito por alguns cartógrafos e geógrafos acadêmicos impactados com a popularidade dos mapas na imprensa, pode ser facilmente relacionado com os chamados "cânones da cartografia tradicional", que, segundo

Harley (1988:278), estariam calcados em oposições binárias entre mapas “verdadeiros e falsos”, “exatos e inexatos”, “literais e simbólicos”, “objetivos e subjetivos”, fundamentados em “integridade científica” ou “deformações ideológicas". Pickles (1991:197) também critica esta oposição simplista que divide de forma idealizada um cartógrafo "perfeito", que apenas usa a "técnica cartográfica para mostrar informação de forma precisa e compreensível", de outro "propagandístico", que "seleciona a informação para dar suporte a sua causa" com o objetivo de promover "impacto visual" e "convencer o leitor de seus argumentos" (p.196).

Embora existissem críticas à linguagem desenvolvida pela cartografia na imprensa, os mapas veiculados em jornais e revistas acabavam sendo extremamente populares justamente pela forma com que se comunicava com o público. A história dos mapas feitos pela artista Charles Owen evidencia a importância do desenvolvimento de uma linguagem peculiar para a cartografia na imprensa. Como nos relata Cosgrove (2005), quatro meses após o ataque de Pearl Harbor o jornal Los Angeles Times inaugurou um novo serviço para os seus leitores. Todas as segundas e quartas-feiras o jornal ocupava uma página inteira com um mapa colorido para dar um melhor entendimento do progresso da guerra para o público.

Os mapas de segunda eram desenhados por Owen, em seu estilo considerado "pictórico e auto-explicativo", já os de quarta, eram feitos de modo mais "tradicional e científico" pelo cartógrafo Rand McNally. O que me chamou a atenção na descrição de Cosgrove (2005), foi que enquanto os mapas de McNally, feitos freqüentemente em projeção Mercator, tiveram duração de menos de três meses, Owen seguiu fazendo mapas "pictóricos" sobre a guerra por mais de três anos para o jornal (Cosgrove, 2005:379).

Em resposta a seus críticos acadêmicos, Harrison criticava a "timidez" das companhias em aplicar qualquer prática cartográfica que estivesse fora da cartografia "ortodoxa" ditada pela a academia. Segundo o autor, práticas limitadas como a impossibilidade de apresentar uma projeção ortográfica que não fosse centrada no equador e a regra de que o "norte deveria sempre estar no topo das páginas", evidenciavam como "diretores de educação e professores com influência no ensino de geografia são capazes de ditar os mapas das companhias" (Harrison, 1941 apud Schulten, 2001: 224). Corroborando com Harrison, alguns acadêmicos também criticavam a produção de mapas "estáticos" e "monótonos". Como o trabalho já citado de Ristow (1957), que era amigo pessoal de Harrison e considerava que o

desenvolvimento dos mapas jornalísticos poderia estar contribuindo inclusive para a cartografia como um todo. Segundo o autor, “muitos princípios de design, primeiramente apresentados sobre a capa de revistas, tiveram impacto sobre os ramos mais antigos e convencionais da cartografia” (Ristow, 1957:374).

A esta altura, evidencia-se como o estudo da linguagem dos mapas na imprensa requer necessariamente uma discussão das idéias diferenciadas que envolvem o processo de definição do que se entende por "cartografia" e "mapa". Segundo Pickles (1991:202), a noção de que os mapas propagandísticos seriam "aberrações" teria desencorajado a sua consideração em uma "teoria dos mapas". Na seção seguinte, buscarei explorar de forma mais específicas as diferentes concepções que envolveram o estudo dos mapas na imprensa. Vistos como inovadores, criativos e atraentes, ou como atrasados, persuasivos e incorretos, os mapas veiculados na imprensa suscitaram opiniões distintas no meio acadêmico. Entre o repúdio e a admiração, poucos trabalhos buscaram uma reflexão sistemática sobre como estes mapas qualificam poções específicas do espaço geográfico. A seção seguinte busca relacionar os modelos teóricos existentes na história da cartografia, com a forma com que os mapas veiculados na imprensa vêm sendo estudados na academia.

3.3 - Evolução Tecnológica e Tendências de Estudo: Epistemologia da Cartografia e os Mapas na Imprensa

A segunda guerra mundial foi certamente um momento de grande difusão dos mapas na imprensa e conseqüentemente também contribuiu para que estas imagens fossem sistematicamente estudadas e debatidas no meio acadêmico. É interessante observar como existe uma relação entre o interesse acadêmico pelos mapas jornalísticos e a quantidade de mapas publicados na imprensa em momentos históricos específicos. Como observou Monmonier (1989), a quantidade de mapas veiculados nos jornais declinou bastante após a segunda guerra. Segundo o autor, o famoso "boom" de mapas na imprensa durante a década de 1940 pode ser considerado um "falso pico" estimulado pela guerra, pois as décadas posteriores não mantiveram a mesma quantidade de mapas publicados, embora sua variedade temática tenha crescido.

Na década de 1950 os mapas jornalísticos passaram a representar questões diversas como viagens, obras públicas e rotas de comércio (Kent e Sanders, 1993). No

entanto, mesmo que este momento possa ser caracterizado como a "consolidação" deste gênero cartográfico (Kent e Sanders, 1993), sabe-se que há um declínio da quantidade de mapas e conseqüentemente o interesse acadêmico por estas imagens também é reduzido. Segundo Monmonier (1989), a média diária de mapas publicados nos jornais só voltou a crescer a partir das décadas de 1970 e 1980, refletindo o desenvolvimento das tecnologias de produção e reprodução das imagens e a popularização da televisão, fato que estimulou os jornais a incorporarem cada vez mais imagens em suas páginas.

A década de 1980 pode ser considerada como um marco na introdução das tecnologias digitais na cartografia. Segundo Robinson (1993), o barateamento da tecnologia computacional e o crescimento na produção de gráficos populares diferenciam essa revolução técnica no processo de produção dos mapas de todas as outras. Para o autor, a cartografia digital desenvolvida ao longo dos anos 1980 representou um aumento tanto na facilidade de produzir mapas como no interesse da sociedade pela produção cartográfica. Estas inovações técnicas permitirão um desenvolvimento acelerado dos mapas na imprensa o que atrairá novamente a atenção de geógrafos e cartógrafos.

Não é por acaso que apenas na década de 1980 as pesquisas sobre cartografia jornalística se tornam mais freqüentes, quando, segundo Gilmartin (1985:4), o assunto "começa a receber a atenção que merece". O desenvolvimento da cartografia na imprensa estimula o seu estudo na academia e metodologias distintas serão criadas para discutir estes mapas. No entanto, o estímulo predominante para se pesquisar a cartografia jornalística nos início dos anos 1980 ainda era profundamente relacionado a identificação de seus problemas, evidenciando os “erros” cartográficos existentes e os principais fatores que limitavam os mapas na imprensa.

A dissertação de mestrado de Judith Leimar (1982, apud Gilmartin, 1985 e Monmonier 1989), por exemplo, tinha o objetivo de identificar os gargalos que impediam o desenvolvimento pleno da cartografia jornalística, discutindo e enumerando seus fatores limitantes. A autora aponta a baixa qualidade do papel, as técnicas de impressão, a escassez de recurso e de tempo para o mapeamento, a necessidade de adaptação às colunas do jornal e a falta de profissionais qualificados como fatores que impossibilitavam uma representação mais precisa na cartografia

jornalística. Em um momento de profunda transformação técnica da cartografia, Leimar (1982 apud Gilmartin, 1985) atribuía o uso “limitado” dos mapas na imprensa a fatores majoritariamente técnicos, que justificavam a distância entre a cartografia jornalística e as normas cartográficas tradicionais.

O trabalho de Leimar (1982 apud Gilmartin, 1985) chamou a atenção de muitos autores para o papel dos elementos técnicos no processo de produção dos mapas na imprensa (Gilmartin, 1985; Monmonier, 1989; Kent e Sanders, 1993). Porém, a partir de meados dos anos 1980 eram comuns os comentários de que os fatores limitantes de caráter técnico que impediam a evolução da cartografia jornalística já estavam sendo superados. Escrevendo em 1985, Gilmartin ainda concordava que os fatores apontados por Leimar (1982) atribuíam um uso mais limitado dos sistemas de símbolos cartográficos aos mapas jornalísticos. Todavia, a autora já afirmava que melhorias nas tecnologias de impressão e o desenvolvimento de novos softwares trariam, “em curto prazo”, um aprimoramento na cartografia jornalística (p.15).

A estruturação de departamentos de arte equipados com alta tecnologia disponibilizou a utilização de um amplo sistema de simbolização na construção de mapas jornalísticos. Como observou Monmonier (1989:148) poucos anos depois das colocações de Gilmartin (1985), “em meados dos anos 1980 os computadores gráficos tinham apenas começado a fazer contribuições significativas para os mapas e gráficos nos jornais”. Embora as técnicas de produção dos mapas não constituam o foco do presente trabalho, realizei uma entrevista com o diretor de arte do jornal O Globo, Leo Travejansky, no intuito de obter informações sobre a absorção destas novas técnicas de produção dos mapas na imprensa brasileira. Segundo o artista, que trabalha há 40 anos produzindo mapas em jornais brasileiros, os computares também alteraram profundamente a produção de mapas na imprensa nacional:

> "A partir dos anos 1980, a partir de 1985 por aí, com a chegada do computador mudou a maneira de fazer os mapas. Antes você abria um atlas e com o papel vegetal e a caneta nanquim você desenhava o mapa por cima do original. Eu fazia o mapa junto com o trabalho de design, usando caneta "pilot". A infografia está sempre se transformando e antes os mapas apareciam mais em ocasiões especiais, como nas guerras. As agências internacionais mandavam fotos de mapas que eram reproduzidos aqui. Quando produzíamos o mapa aqui mesmo, aplicávamos retículas para diferenciar o mar da terra, mas era muito trabalhoso porque agora você aperta um botão e você tem diversas cores no mapa rapidinho. Naquela época era suado". (Travejanky, entrevista cedida para o autor em fevereiro de 2010).

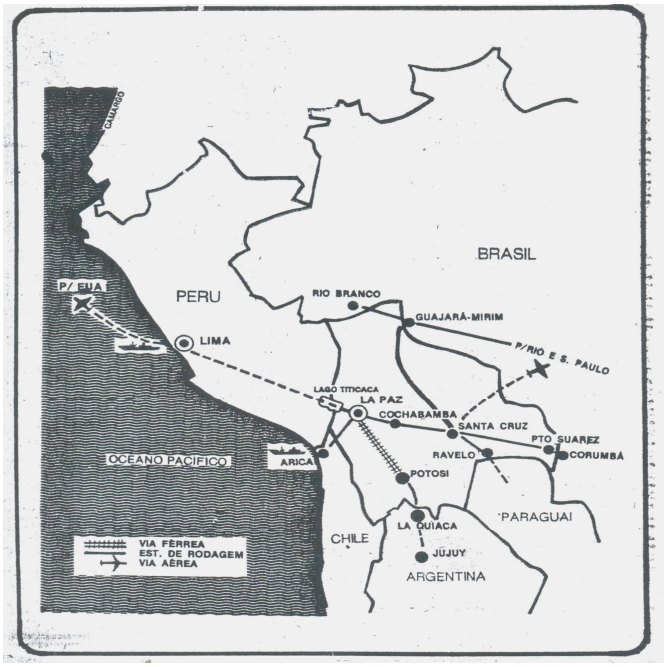
Certamente os computadores alteraram profundamente a cartografia na imprensa brasileira, possibilitando uma intensificação na produção de mapas inéditos, feitos pelos próprios jornais. Porém, considerando que em qualquer forma de representação "a técnica sempre restringe a liberdade de escolha" (Gombrich, 1986), sabemos que ao mesmo tempo em que os computadores podem potencializar a presença dos mapas na imprensa, eles também podem retirar uma certa liberdade dos artistas. A dependência das habilidades manuais do autor fazia com que o trabalho fosse mais demorado, mas as opções de estilo e criação de símbolos pictóricos eram praticamente infinitas. Com a absorção de técnicas digitais, poderia haver uma tendência maior de uso de bases estandardizadas para a escolha dos símbolos dos mapas, o que significaria uma pobreza maior na variedade do design. Segundo muitos autores, que escreviam no início da década de 1980, a incorporação dos computadores aumentaria a qualidade dos mapas na imprensa devido ao uso de bases estandardizadas que aproximariam os mapas jornalísticos das normas cartográficas científicas.

Mas até que ponto a evolução técnica realmente aproximou as práticas cartográficas utilizadas nos mapas "acadêmicos" e "jornalísticos"? Segundo Leo Travejanky, até hoje a escolha dos símbolos na imprensa brasileira "ainda é bem livre" e não há uma tendência de padronização geral.

A comparação entre mapas veiculados nos anos 1970 e 1990 pode subsidiar uma reflexão a esse respeito. Abaixo observamos dois mapas veiculados na imprensa brasileira representando as rotas de tráfico de drogas que articulam o Brasil e seus vizinhos. O primeiro mapa foi veiculado em um caderno especial do jornal O Estado

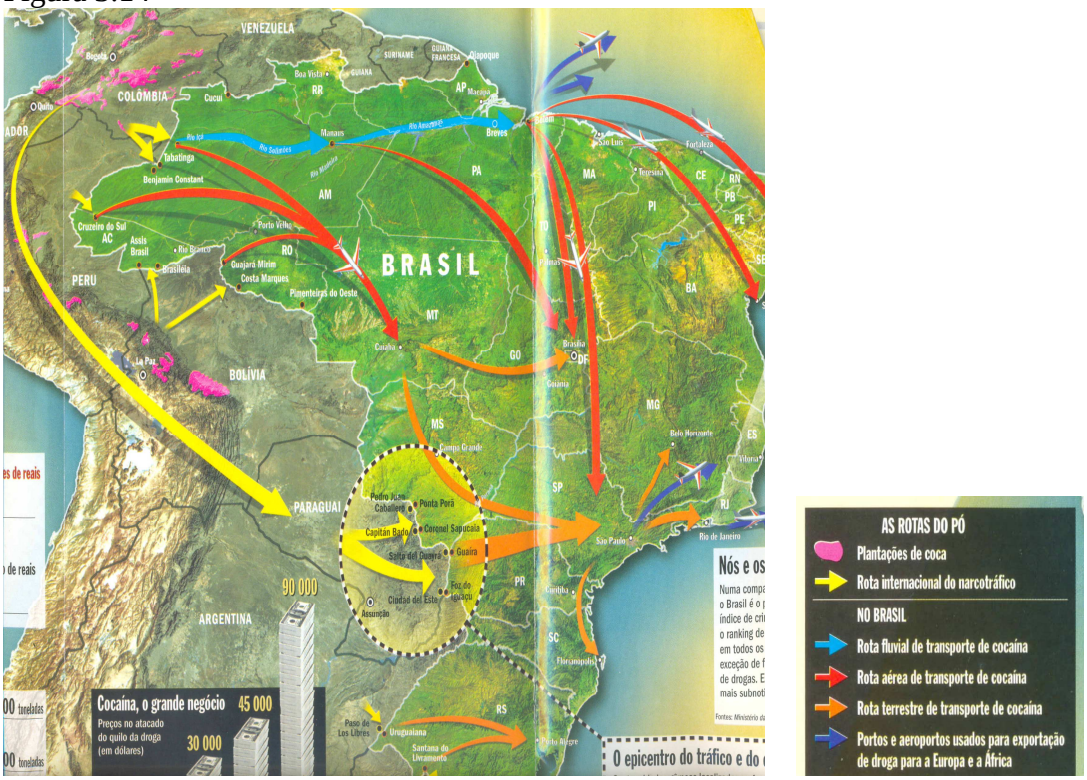
de São Paulo em 1975 e o segundo na revista Veja em 2002.

Figura 3.13



Fonte: O Globo, 9/5/1975

Figura 3.14



Fonte: Revista Veja, 10/1/2007

Feito em "preto e branco" a partir de técnicas manuais, o mapa veiculado em 1975 apresenta as rotas de exportação das drogas ilícitas e seus caminhos nas fronteiras sul-americanas através de uma legenda que diferencia a circulação por "via férrea", "estrada de rodagem" ou "via aérea". As formas dos países aparecem de maneira bastante generalizada. O estado brasileiro do Acre, por exemplo, evidencia como o autor não se preocupou primordialmente com a precisão das formas. Símbolos pictóricos de aviões e barcos auxiliam na compreensão dos modos de circulação das drogas e as localidades envolvidas aparecem nomeadas de forma bastante detalhada.

Já o segundo mapa faz um uso intenso de cores para construir um mapa atrativo para os leitores e apresenta o mesmo objetivo de diferenciar as modalidades de circulação das drogas ilícitas no continente. As cores diferenciam as rotas "fluviais", "aérea" e "terrestre" no transporte de cocaína e os "aeroportos usados para exportação das drogas" também são ilustrados com símbolos pictóricos representando os aviões. O primeiro mapa nomeia as cidades na fronteira entre o Brasil e a Bolívia e o outro utiliza setas e um círculo pontilhado para destacar a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. As cores do segundo mapa nos fazem lembrar uma foto de satélite, diferenciando os países próximos da cordilheira dos Andes do chamativo verde que colore o território brasileiro. A cores também auxiliam na localização das áreas produtoras de coca nos países vizinhos, representadas com um rosa bastante forte que chama a atenção do leitor.

A descrição acima revela que as formas dos mapas selecionados apresentam grandes diferenças, que certamente se relacionam os as técnicas distintas de construção das imagens. No entanto, não podemos afirmar que os mapas apresentam conteúdos muito diferenciados e, muito menos, que o segundo mapa estaria mais próximo de um mapeamento mais "científico" ou "acadêmico" porque utiliza técnicas digitais. Esta comparação nos conduz a uma conclusão preliminar: as inovações tecnológicas nos processos de produção e reprodução dos mapas, que intensificaram sua presença na imprensa, não necessariamente conduziram a cartografia jornalística à construção de regras e normas que apresentassem como parâmetro as convenções da cartografia tradicional. Pelo contrário, há ainda uma intensificação do uso do tipo de linguagem que já vinha sendo aplicada nos mapas da imprensa pelo menos desde o início do século XX: setas alarmistas, cores provocativas e símbolos pictóricos.

O símbolo pictórico representando um avião, por exemplo, aparece nos dois mapas, embora tenham sido feitos com técnicas diferenciadas. Esta recorrência indica

como mesmo apresentando mais de 25 anos de diferença na data de publicação, os exemplos selecionados utilizam elementos bastante similares. Pode-se assim caracterizar os mapas na imprensa pelo uso freqüente de certas práticas cartográficas. Sob este ponto de vista, seria irrelevante cobrar que a cartografia na imprensa siga os cânones e normas da cartografia tradicional, pois estes mapas se inserem em um contexto diferenciado que justifica o uso de práticas cartográficas e designs distintos.

A comunicação com um público leigo acaba definindo as características dos mapas na imprensa e prevalecendo sobre qualquer sistema rígido de projeção ou simbolização criado no meio acadêmico. Como observou Monmonier (1989:14): “porque sua audiência é grande – certamente maior do que qualquer outro gênero cartográfico – os mapas jornalísticos são geralmente simples no conteúdo e na simbolização e podem ser entendidos sem treinamento especializado”. Pode-se afirmar que esta tendência não é superada pela introdução de técnicas computacionais, pois o leitor segue sendo leigo na leitura de mapas "científicos".

Na contramão daqueles que defendem uma normatização dos mapas na imprensa, Green (1999) considera que o público muito diversificado e a liberdade de produção seriam os grandes trunfos dos mapas na imprensa. No final da década de 1990, o autor preocupava-se com o fato de que a padronização dos computadores e a pressão acadêmica poderiam retirar a autenticidade dos mapas jornalísticos. A liberdade para criar mapas “inovares, únicos e esteticamente atraentes” (Green, 1999:141), pode ter sido a chave do sucesso da difusão destas representações, pois, neste caso, “não importa o quanto o mapa é cartograficamente correto, ele falha se não atrair o leitor para o jornal e passar a informação efetivamente” (p.151).

Como já havia sido observado na seção anterior, a apreciação dos mapas jornalísticos enquanto "incorretos e imprecisos" ou "inovadores e atraentes" depende das concepções epistemológicas e dos objetivos do pesquisador. A grande difusão de mapas na imprensa durante a segunda guerra mundial já estimulava opiniões distintas. Enquanto alguns autores consideravam que estas imagens não seriam realmente "mapas" (Colby, 1941 apud Schulten, 2001), outros defendiam que este ramo peculiar da cartografia poderia auxiliar no desenvolvimento da disciplina como um todo (Ristow, 1957). No intuito de ilustrar as tendências distintas no estudo dos mapas na imprensa a partir da renovação do interesse sobre este objeto na década de 1980, gostaria de apresentar três formas de estudo destas imagens baseadas em modelos epistemológicos diferenciados sobre a cartografia enquanto um campo do

conhecimento: o "modelo tradicional", o "modelo comunicativo" e o "modelo representacionista".

O primeiro modelo "acadêmico" na história da cartografia, que será aqui chamado de "tradicional", emerge com o nascimento da disciplina enquanto um saber científico, o que estimulou a institucionalização de normas e definições que buscavam distanciar a cartografia do fazer artístico. Em seu artigo pioneiro sobre as relações entre cartografia e arte, Rees (1980) discute como antes do século XX ainda não era recorrente a prática de separar claramente mapas e pinturas, que eram feitas muitas vezes "pelas mesmas mãos". De fato, a "cartografia é um campo com uma longa história prática e uma curta história acadêmica" (MacEachren, 1995:vii) e sua institucionalização enquanto "ciência" trouxe a necessidade de distanciamento de seu passado mais artístico e pictórico.

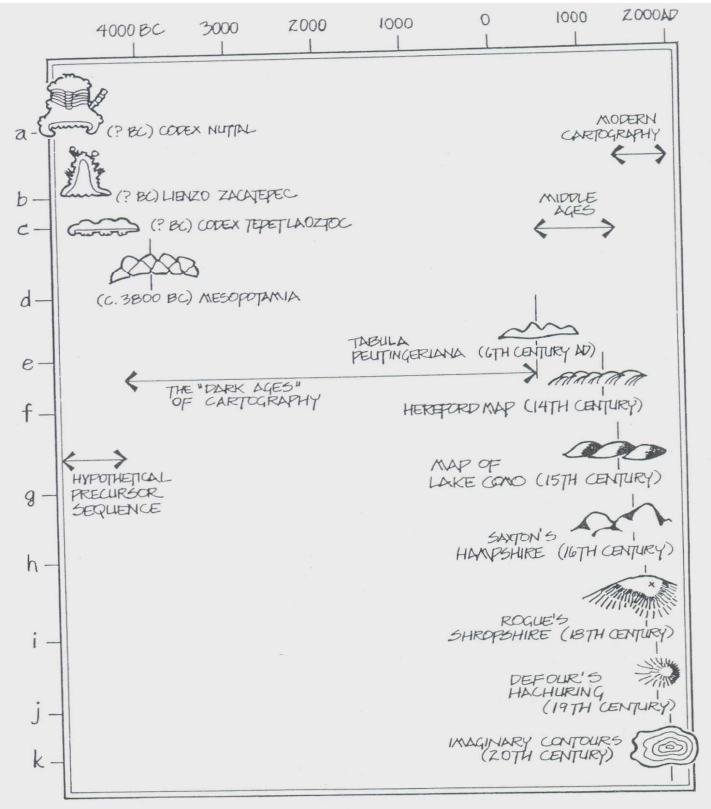
Rees (1980) busca identificar este momento de ruptura que culminou no surgimento da cartografia normatizada e científica. Nesta concepção, a função decorativa do mapa pertenceria a uma fase informal, pré-científica da cartografia e progressivamente a introdução de técnicas e instrumentos poderia substituir os olhos de artistas e desenhistas. Neste processo, os signos pictóricos profundamente individualizados anteriormente, vão se tornando convencionais, o que facilitaria uma reprodução e uma apreensão mais uniforme. A uniformidade dos signos utilizados na cartografia corrobora com a busca de atribuir maior cientificidade ao mapa, em um processo onde progressivamente “os fatos substituem a fantasia” e os “signos convencionais substituem as imagens pictóricas” (Rees, 1980:71). Define-se assim a “incompatibilidade entre o pictórico e o preciso”.

Segundo Pickles (1991), o primeiro ponto para se identificar uma teoria tradicional na cartografia estaria ligado com as "noções representacionais de correspondência, onde as imagens são espelhos da natureza" (p.193). Nesta perspectiva, não se problematiza a relação entre o mapa e o mundo e parte-se do pressuposto que as normas científicas fariam dos mapas produtos cada vez mais "objetivos" e "precisos". A compreensão da história da cartografia a partir do modelo tradicional conduz geralmente ao que Harley e Blakemore (1980) chamaram de "paradigma darwinista", que considera a "evolução" da cartografia através de "estágios de desenvolvimento". Considerando as mudanças desde os "mapas de pessoas primitivas" até os mais recentes "esforços para estabelecer a cartografia como ciência precisa" (Bricker e Tooley, 1968:5), esta tendência entende a história da

cartografia tendo como base a idéia de progresso.

Para Harley e Blakemore (1980), ao utilizar este tipo de estrutura temporal, os historiadores da cartografia tendem a ver sua própria cultura como a mais avançada, classificando todas as culturas prévias em uma série de níveis como nas clássicas árvores de estrutura de Darwin. No intuito de ilustrar esta concepção, os autores citam um trabalho de Denis Wood de 1977, onde o autor aplicou de forma explícita o paradigma darwinista para estudar a evolução dos símbolos topográficos. Neste trabalho Wood (1977) faz uma comparação entre os símbolos utilizados para representar montanhas na história da cartografia - desde culturas antigas no México até as curvas de nível dos tempos modernos - com os desenhos de montanhas realizados em um experimento com pessoas de 3 há 30 anos na Carolina do Norte. A idéia básica de Wood (1977) é que havia um "paralelo notável" entre as formas de se representar as montanhas no passado e as formar utilizadas por crianças na atualidade, evidenciando um processo evolutivo no interior da cartografia que o autor descreveu com o quadro abaixo.

Figura 3.15



Fonte: Harley e Blackemore, 1980.

O historiador medieval P. D. A. Harvey (1980) utilizou as idéias de Wood (1977) para escrever uma "nova história do mapeamento topográfico", identificando "padrões básicos de progressão em três estágios evolutivos": primeiro os símbolos, depois as figuras e por fim as curvas de nível, ou os "contornos imaginários" que, segundo o esquema de Wood (1977) emergem no século XX. Segundo Harley e Blakemore (1980), esta tentativa de explicar a história através de leis gerais com ciclos e estágios de desenvolvimento é típica de um paradigma darwinista na cartografia.

Para os autores, este modelo pode ser notado também quando se negligencia certos tipos de mapas que não seguem os cânones da cartografia tradicional, geralmente classificados como "toscos, distorcidos, plagiados, efêmeros, ultra-simplificados". Estas imagens são geralmente descartadas como "mapas" propriamente ditos e tratados como "estranhos" ou como "curiosidades cartográficas".

Por não seguir os cânones da cartografia normativa, utilizando símbolos pictóricos não padronizados e mantendo suas funções decorativas, os mapas jornalísticos foram negligenciados e criticados por aqueles que compreendem a história da cartografia através de um modelo tradicional. Nenhum dos símbolos apresentados no quadro evolutivo de Wood (1977) é descartado pelos mapas da imprensa, que dependendo do público alvo em questão podem fazer uso dos mais variados símbolos para representar o relevo de uma localidade. Contrastando com a cartografia "acadêmica" contemporânea, os mapas na imprensa não negam o passado artístico da cartografia e podem ser inclusive um nicho importante para se discutir a relação entre mapa e arte na atualidade (Cosgrove, 2005).

Questionando a objetividade das normas cartográficas tradicionais, Harley (1996:424) ironiza, por exemplo, a definição de cartografia da “Britsh Cartographic Society” de 1989, mostrando como há uma preocupação em criar uma oposição binária entre cartografia “científica” e “não científica”. A BCS propôs uma divisão entre duas definições de cartografia, uma seria para os cartógrafos profissionais e outra para o público em geral. A definição para o público, como uma definição leiga e menos científica dizia: “a cartografia é a arte, ciência e técnica de fazer mapas” (p.424). Já para os profissionais da disciplina a cartografia seria “a ciência e a tecnologia de análise e interpretação de relações geográficas, e comunica os resultados pelos significados dos mapas” (p.424).

O surpreendente destas duas definições, segundo J. B. Harley (1996), é que a arte não faz parte da cartografia profissional, deixando clara a intenção de divulgar a cartografia como uma disciplina objetiva e normativa, que certamente exclui os mapas jornalísticos, feitos para o "público em geral". Evidenciar o interesse que havia na criação de uma oposição binária entre cartografia científica e não-científica é fundamental para compreender a forma como a cartografia jornalística foi tratada por muitos geógrafos e cartógrafos na década de 1980: um campo problemático e atrasado que necessitava de interferência urgente dos profissionais acadêmicos.

O melhor exemplo de estudo sobre os mapas na imprensa nesta perspectiva foi dado na Inglaterra, com a organização "Media Map Watch", um monitoramento feito por centenas de geógrafos britânicos que analisaram milhares de mapas veiculados em jornais, revistas e televisões no mês de novembro de 1984. Como nos relata Balchin (1988), a idéia do "Media Map Watch" nasceu de discussões feitas nas associações geográficas sobre os sérios "defeitos" encontrados nos mapas veiculados na imprensa e teve imediatamente o suporte da Royal Geographical Society e outras instituições de geógrafos e cartógrafos britânicos. A partir deste suporte institucional, com o objetivo de monitorar os mapas, centenas de geógrafos foram convidados para identificar "deficiências, erros, imprecisões e omissões, bem como exemplos de apresentações *excepcionalmente* boas" (Balchin, 1988:35, grifo nosso).

A partir destes objetivos, o estudo conjunto levantou uma série de exemplos de imprecisões relacionadas a títulos, projeções, mapas sem escala, sem orientação, com reduções ou generalizações extremas, e criaram até uma categoria chamada "mystery maps", quando o mapa só podia ser compreendido a partir da leitura do texto da reportagem tamanha a deficiência de informações na representação gráfica. A metodologia e os objetivos do "Media Map Watch" evidenciam que o que incomodava estes profissionais, abertamente críticos a cartografia jornalística, era, sobretudo, a falta de normas cartográficas oficiais nos mapas veiculados na imprensa. Guardadas as devidas diferenças, há neste trabalho uma concepção bastante similar a de Speier (1941), que acusava a cartografia da imprensa de persuasiva por não seguir as normas cartográficas científicas, estas sim relacionadas diretamente a objetividade e comunicabilidade. Segundo Balchin (1985:343), poucos exemplos de mapas entre os mapas analisados "escapavam do criticismo de uma cartógrafo "*expert*".

É curioso observar que muitos trabalhos de meados da década de 1980 reconhecem a superação das limitações técnicas para o uso dos mapas na imprensa,

mas seguem freqüentemente esta mesma metodologia que busca apontar “erros” e “problemas” da cartografia jornalística. Os trabalhos de Chappell (1983), Gilmartin (1985) e Porter (1985), por exemplo, discutem respectivamente as representações da guerra das ilhas Malvinas, a derrubada de um avião Koreano por soviéticos e a guerra do Vietnã, comparando as representações destes eventos geopolíticos em jornais distintos. Estes autores avançam em muitos pontos e são referencias fundamentais para o estudo da cartografia jornalística, mas o objetivo principal de seus trabalhos permanece sendo o de procurar estabelecer os “erros e acertos” de cada forma de representação, freqüentemente tendo como ponto de partida as normas tradicionais da cartografia.

No entanto, mesmo que ainda cobrassem uma melhoria na qualidade dos mapas na imprensa, muitos destes trabalhos de meados da década de 1980 também passaram a compreender os mapas jornalísticos em seu contexto. Para além de apenas criticar e enumerar os problemas destas imagens, alguns trabalhos passaram a buscar propostas para melhorar sua qualidade e quantidade, considerando também as especificidades deste nicho cartográfico peculiar. Esta perspectiva foi impulsionada pela difusão de um modelo comunicativo na cartografia, que passa a considerar o usuário e o contexto de difusão do mapa como elementos importantes para compreender as necessidades envolvidas no seu design e simbolização.

O modelo comunicativo na cartografia tem sua origem em meados do século XX e se difunde com maior intensidade durante a década de 1970. As origens deste modelo dos conduzem certamente as contribuições do cartógrafo Arthur Robinson, que durante a segunda guerra havia trabalhado produzindo mapas para o governo norte-americano e em 1952 escreve uma dissertação sobre simbolização e design na cartografia, intitulada "*The Look of Maps*". Neste trabalho, o autor ainda não propõe o que viria a ser conhecido como um "modelo comunicativo na cartografia", mas já apontava para uma discussão sobre a "eficácia" e a "funcionalidade" dos mapas.

Talvez se referindo aos mapas jornalísticos tão populares na segunda guerra mundial, Robinson (1952) criticava as relações entre cartografia e arte, que conduziam a decisões "arbitrárias e caprichosas". Frente a necessidade de uso do mapa como um meio de comunicação o autor via apenas duas opções. A primeira seria estandardizar toda a cartografia, o que acabaria com possíveis confusões em relação ao significado dos símbolos. A segunda, defendida pelo autor, traria a necessidade de um estudo das percepções dos usuários, no intuito de basear as

decisões sobre características do design e simbolização em regras "objetivas".

Segundo MacEachren (1995), os cartógrafos das décadas seguintes foram progressivamente seguindo a segunda opção e através de pesquisas baseadas em "estímulo-resposta" buscavam testar a "eficiência" dos mapas e definir as regras para sua construção. Argumentando em prol de um "design funcional", Robinson introduziu de forma irreversível o leitor do mapa na teria da cartografia, o que será a base para o surgimento da emergência de um modelo comunicativo na disciplina. Na segunda metade da década de 1960 o trabalho de cartógrafos provenientes de países distintos já buscava discutir de forma recorrente o uso do mapa e as características do seu público leitor (Boad, 1967, Bertin, 1967, Kolácný, 1968)

Escrevendo em 1968, o cartógrafo tcheco Kolácný (1968:1) criticava o fato de que "até recentemente" a teoria e a prática da cartografia não davam atenção para o "uso do mapa", partindo da pressuposição de que o usuário deveria se "submeter as condições do cartógrafo". Neste contexto novos modelos de design e simbolização são sugeridos para se considerar as relações entre o mapa e o observador. O francês Bertin (1967) propõe a construção de uma "semiologia gráfica" que construiria uma gramática de "utilização universal" para a construção de imagens. Como será discutido mais a frente, o autor busca individualizar os signos do mapa, afirmando categoricamente como a forma de apresentação das informações geográficas resultaria sempre de uma "escolha humana" (Bertin, 1967:285). Neste sentido, Bertin (1967) assume a impossibilidade de se construir "mapas exatos", mas segue buscando discutir os "graus de exatidão dos mapas", relacionados com a precisão da informação e da representação (p.285).

A perspectiva de que o mapa seria um modelo, apresentando limitações inerentes a sua construção, passa também a ser destacada por geógrafos norte-americanos. Escrevendo na famosa coleção de Chorley e Hagget (1967), intitulada "models in geography", Boad buscava discutir os mapas como modelos, dialogando com esquemas provenientes da teoria da comunicação, que definiam elementos como "fonte", "meio", "mensagem", "receptor" e "ruído". Na mesma direção de Bertin (1967), Boad (1967) reconhece que não existem modelos "perfeitos e verdadeiros", mas propões um complexo sistema que classifica uma série de mapas através de "níveis" de abstração e realidade (p.23) com graus de proximidade com a realidade.

Na década de 1970, há uma consolidação deste novo modelo comunicativo da cartografia, como indica o artigo escrito por Robinson e Petnick (1977), intitulado

"*The Map as a Comunication Sistem*". Também se apropriando da teoria da comunicação, Robinson propõe um estudo da psicologia da percepção através de pesquisas de estímulo-resposta no intuito reduzir o "ruído" na comunicação com o leitor. Segundo os autores, "assim como a escrita assume um leitor, a maioria do mapeamento assume um observador para quem o mapa comunica informação" (p.92). Este pressuposto traz a idéia de que "um mapa não deve conter nada além do que um usuário normalmente inteligente não possa ver facilmente" e para isso seria necessário seguir as "leis da visão", formuladas a partir da observação da experiência dos leitores dos mapas"(p.95).

A perspectiva de que a tarefa do design do mapa é aumentar a habilidade do usuário receber a informação e de que “a aparência do mapa depende largamente de sua intenção de uso” (Robinson, 1993:11), abre caminho para análises e estudos que não exijam da cartografia jornalística a normatização existente nos mapas científicos. Nesta perspectiva, Gilmartin (1985), inclusive citando o trabalho de Robinson (1977 apud Gilmartin, 1985), levanta a possibilidade de se enquadrar os mapas jornalísticos na mesma categoria que os mapas do metrô, que se apresentam de forma muito simplificada, sem padrões cartográficos precisos, mas alcançam grande sucesso na comunicação com o público. A partir da reflexão sobre um modelo comunicativo na cartografia, muitos trabalhos surgiram reconhecendo as especificidades dos mapas veiculados na imprensa.

No entanto, mesmo reconhecendo a especificidade da cartografia jornalística muitos destes autores acabavam propondo um modelo de regras específicas e ainda buscavam combater as “rédeas livres” dos designers (Ristow, 1957). Segundo Crampton (2003), a crítica que poderia ser feita ao modelo de comunicação na cartografia é que este acaba buscando a definição de um “mapa ótimo”, que represente as informações claramente e que seja baseado nos conhecimentos prévios do usuário. O problema para Crampton (2003) é que este objetivo acabou gerando a construção de novos sistemas de regras normatizadas. De fato, muitos dos autores que se apropriam desta base conceitual para estudar a cartografia jornalística acabam propondo um sistema de regras especificas para este tipo de mapeamento.

Esta perspectiva predomina, por exemplo, em uma seção do encontro da Canadian Cartographic Association, que foi pioneiro na discussão dos mapas na imprensa, promovendo diálogos entre estudiosos da cartografia jornalística e designers gráficos que produziam estes mapas. Artigos produzidos por profissionais

distintos e as transcrições dos diálogos entre eles foram reunidos em uma publicação organizada por Gauthier (1988), denominada "*Cartographie dans les Médias*". A preocupação aqui era menos denunciativa e mais propositiva, discutindo como a ciência poderia atuar na melhoria dos mapas, mas de certa forma, a busca por uma normatização prossegue sendo um elemento marcante nos trabalhos, seguindo o novo modelo comunicativo da cartografia.

Neste contexto francofônico, muitas das tentativas de definição das regras para o funcionamento dos mapas jornalísticos foram oferecidas por semiólogos formados na escola de Bertin. Gauthier (1988), Gronoff (1988) e Bodin (1988), por exemplo, defendem a adoção da semiologia gráfica do autor como método para orientar a construção de mapas na imprensa. Serge Bodin (1988), por exemplo, defendia que o uso limitado de mapas e diagramas na imprensa seria ultrapassado por uma dupla evolução: a evolução dos computadores, facilitando muito a construção dos mapas, e a aplicação das regras da semiologia gráfica, que garantiria a precisão e a comunicação com o público.

De fato, os computadores influenciaram profundamente na quantidade e da qualidade dos mapas da imprensa, mas o estabelecimento de regras precisas para a construção destes mapas constitui uma previsão que merece uma reflexão mais aprofundada. O próprio Bertin, em sua proposta de construir representações com uma "utilidade universal" (1967:5) admitia a necessidade de educação dos indivíduos, pois embora os signos definidos seguissem tendências gerais da percepção, havia a necessidade de uma "alfabetização", até o dia que "todo indivíduo escolarizado saberá ler e construir uma imagem" (p.5). A história evidenciou que esta alfabetização gráfica está muito longe de ser universalizada e paralelamente os mapas da imprensa são difundidos para um público cada vez mais vasto.

Enaltecendo a total liberdade para a criação dos mapas na imprensa, Green (1999) descorda de qualquer tentativa de estandardização destas imagens. Segundo o autor, o esforço para fazer os mapas na imprensa mais "cartograficamente corretos" poderia servir para remover, ou na pior das hipóteses, destruir a liberdade de expressão tipicamente associada e desenvolvida na evolução deste tipo de cartografia ao longo dos anos. Observando como os diálogos e a cobrança acadêmica estava conduzindo os mapas britânicos a um uso recorrente de elementos como escalas e rosa-dos-ventos, Green (1999) alerta como "no passado alguns dos mapas mais criativos e inovadores foram fruto de uma liberdade completa de qualquer forma de

constrangimento” (Green, 1999:151).

Mesmo reconhecendo o papel do usuário e o contexto específico de circulação dos mapas na imprensa, o modelo comunicativo na cartografia ainda buscava identificar "leis gerais" para a construção de um "mapa ótimo" o que traria a necessidade de treinamento para os designers gráficos. Apesar de reconhecer a importância do treinamento, Green (1999) destaca que este não garante o desenvolvimento pleno das funções comunicativas do mapa. Questionando “o quão vital é a inclusão de uma barra de escala e uma seta para o norte” (Green, 1999:152), o autor temia pelo fim da liberdade da cartografia na imprensa, que poderia acabar “levando a uma forma estéril de cartografia, o que deve acontecer com a cartografia jornalística no futuro”, profetizava Green (1999:152).

Segundo MacEachren (1995), um dos grandes problemas do modelo comunicativo foi a busca por leis gerais de forma simplista a partir de estudos de estímulo-resposta. O autor alerta para o fato de que enquanto os cartógrafos da década de 1970 buscavam estipular as leis da percepção através desta metodologia, os próprios psicólogos behavioristas já discutiam como esta não era a melhor forma de se compreender a percepção e o comportamento. Outra crítica ao modelo comunicativo é que a maioria dos estudos estaria direcionado aos estágios medianos do sistema, que seriam "a transformação cartográfica de informação selecionada em um mapa e a extração inicial de informação pelo usuário". Pouca atenção estaria sendo dada aos níveis mais extremos que discutem, por exemplo, as decisões sobre "o que deve e o que não deve ser mapeado" ou a influencia de imagens mentais do leitor na avaliação da informação do mapa como um todo.

A consideração da imaginação geográfica dos produtores e usuários dos mapas e da seletividade de temas e informações a serem mapeadas requer necessariamente uma abordagem mais interpretativa e menos propositiva, como no caso do modelo comunicativo. Ainda que venha sendo aplicada de forma tímida para o estudo da cartografia jornalística, esta perspectiva interpretativa vem ganhando espaço através da difusão de um modelo representacionista na cartografia. A partir da década de 1980, alguns cartógrafos e geógrafos vêm incorporando teorias sobre o significado das imagens em seus trabalhos e utilizando metodologias visuais específicas para o estudo simbólico dos mapas.

Alguns autores, como J. Agnew (1996), afirmam que o cartógrafo J. B. Harley pode ser considerado o “líder de uma virada crítica na história da cartografia" (p.422).

Durante os anos 80 e 90 o autor (que faleceu em 1991) escreveu mais de 20 artigos abordando as relações entre mapas e poder, buscando bases conceituais para "desconstruir" a retórica científica dos mapas. Comentando as tendências epistemológicas da cartografia na segunda metade dos anos 1980, Kitchin e Dodge (2007:332) afirmam a existência de uma corrente de "cartógrafos científicos", que buscava refinar o modelo comunicativo de Robinson e outra de "cartógrafos críticos", que questionavam a racionalidade dos princípios da cartografia e teriam como ponto de partida os trabalhos de Harley.

Afirmando que todos os passos para a construção dos mapas - como a seleção, a simplificação, a projeção e a simbolização – são inerentemente retóricos, Harley (1996) desenvolveu uma crítica aos cânones da cartografia tradicional e contribuiu para "desmantelar o dualismo arbitrário entre modos artísticos e científicos de representação" (Harley, 1996:437). Na perspectiva do autor, todo mapa é "produto do poder e produz poder" (Kitchin e Dodge, 2007:332), o que estimula uma abordagem focada no significado das práticas cartográficas de qualquer mapa. Segundo Crampton (2001), uma das grandes vantagens da abordagem de Harley reside justamente no fato de que esta "evita que se privilegiem certas formas de mapas como melhores porque são mais científicos" (p.242).

Seguindo as idéias de Harley, a perspectiva representacionista incorpora as noções de "retórica" e "discurso" e introduz a análise dos mapas em debates contemporâneos sobre o significado das imagens. Se a filosofia da representação nos indica que "não existem imagens mais ou menos legítimas" (Mitchell, 1986), Harley (1996) busca desenvolver uma metodologia que evidencie como "a questão não é que alguns mapas sejam retóricos, enquanto outros mapas são parcialmente retóricos, mas estender esta retórica aos aspectos universais de todo o texto cartográfico" (Harley 1996:436).

Mesmo tendo formulado novas idéias sobre a história da cartografia de forma bastante original, Harley não está sozinho na construção de uma concepção interpretativa e simbólica no estudo dos mapas. Autores como D. Wood, J. Pickles, M. Curry, M. Edney e B. Belya, D. Woodward, C. Jacob, são associados ao modelo de concepção do mapa como construção social (Crampton, 2001), dialogando, como propunha Harley (1996:423), com idéias diversificadas proveniente da "teoria informacional, lingüística, semiótica, estruturalismo, fenomenologia, teoria comportamental, hermenêutica, iconologia, marxismo e ideologia".

No entanto, como observa Crampton (2001), apesar de ter influenciado o trabalho de muitos autores e estimulado a difusão de uma nova base teórica na cartografia, a morte precoce de Harley, aos 59 anos, não permitiu que o autor oferecesse uma agenda prática de pesquisa consolidada. Seus trabalhos foram desdobrados em proposições bastante distintas, o que gerou acalorados debates sobre sua concepção e as novas possibilidades de se trabalhar a cartografia[6].

Curiosamente a abrangência da chamada agenda 'harleana' de pesquisa (Crampton, 2001:244) parece ter chegado de forma muito tímida à cartografia jornalística. Harley (1996) inclusive chega a tecer críticas ao “Media Map Watch” na Inglaterra e a apontar o interesse renovado dos geógrafos pelos mapas jornalísticos. Mas, dentre os diversos autores que discutem a sua contribuição e pensam nos mapas como construções sociais, poucos se concentraram de forma sistemática na cartografia jornalística a partir das bases teóricas propostas pelo modelo representacionista.

A primeira conferencia internacional exclusivamente dedicada aos mapas na imprensa, a "*International Conference on Mass Media Maps*", realizada em Berlin em 1997 (Schafer, 1997), evidencia como a maioria dos trabalhos ainda tinha como preocupação a avaliação dos mapas e a formulação de propostas típicas do modelo comunicativo. Um dos autores que apresentou uma contribuição diferenciada na conferencia foi o geógrafo Peter Vujakovik, que se associa a uma nova tendência que relaciona os mapas na imprensa com teorias sobre discursos e significados políticos.

Analisando a situação das pesquisas sobre os mapas na imprensa no Reino Unido, o autor afirma que estas ainda permaneceriam "esparsas e fragmentadas" e que as teorias de Harley não estariam sendo utilizadas de forma sistemática (Vujakovik, 1997:53). Neste sentido, as discussões sobre a qualidade dos mapas jornalísticos ainda seriam mais recorrentes do que "pesquisas sobre o papel dos mapas da mídia nos discursos políticos e nas percepções públicas e oficiais do mundo contemporâneo" (p.54).

Afirmando que haveria uma "necessidade clara de uma abordagem mais crítica para se ver os mapas como mais um elemento em um amplo processo intertextual de representação ideológica", Vujakovic (1977:53) propõem duas matrizes para se

[6] Optei aqui por não aprofundar esse debate recente. Mas vale sublinhar que, principalmente em um artigo de 1993, D. Wood faz críticas diretas ao trabalho de Harley. Outros autores, como B. Belyea, não vêem consistência nas críticas de Wood, pois consideram que em todo seu trabalho apenas “ecoam as idéias de Harley" (Belyea, 1992:94). Para analisar a intensidade desse debate, ver: “Review Article of Denis Wood’s The Power of Maps and the Author’s reply”. *Cartographica*, 1992.

discutir os mapas na imprensa. A primeira seria relacionada a geografia cultural e o modelo representacionista na cartografia e a segundo a idéia de uma geopolítica crítica, que associa discurso políticos e representação popular. Em outros artigos (Vujakovic, 1998, 1999, 2002), o autor desenvolve esta perspectiva, principalmente relacionada a geopolítica crítica, muito presente nos trabalhos sobre cartografia na imprensa no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Neste novo contexto, questões relacionadas ao nacionalismo e ao discurso geopolítico tornam-se centrais nas análises simbólicas sobre os mapas na imprensa. Kosonen (1999), por exemplo, busca considerar os mapas na imprensa como um símbolo nacionalista, comparável a "bandeira" e o "hino nacional", que teriam contribuído para formar as opiniões e as imagens da população finlandesa entre 1900 e 1941. Mais focados nas contribuições da geopolítica crítica, Churchill e Slarshy (2004) analisaram a narrativa cartográfica na mídia impressa sobre os episódios terroristas e 11 de setembro nos EUA e o mesmo Churchill escreveu posteriormente um artigo em conjunto com Stege (2006) onde analisa os mapas sobre o Iraque e o Afeganistão na imprensa norte-americana.

É curioso observar como esta relação entre modelo representacionista na cartografia e concepções provenientes da geopolítica crítica são comuns nos trabalhos de todos estes autores, que geralmente citam o trabalho de Harley como uma grande referência para suas concepções sobre o conhecimento cartográfico. Outro exemplo interessante e bastante explícito é o trabalho de Culcasi (2006), que discute o discurso orientalista sobre o Kurdistão nos mapas veiculados na imprensa norte-americana. Certamente estes trabalhos têm promovido uma nova agenda de pesquisa para a cartografia jornalística, consolidando uma abordagem interpretativa para o estudo destes mapas. Segue abaixo um quadro síntese sobre a relação entre os modelos epistemológicos na cartografia e as formas de estudo da cartografia na imprensa, destacando também alguns exemplos de estudo nas vertentes distintas.

Tabela 1: Tendências Epistemológicas no Estudo dos Mapas na Imprensa

Modelo Epistemológico	Modelo Tradicional	Modelo Comunicativo	Modelo Representacionista
Forma de Estudo da Cartografia na Imprensa	Denunciar erros e imprecisões nos mapas da imprensa	Propor a adoção de regras gerais, baseadas na percepção do usuário, para melhorar a qualidade dos mapas na imprensa.	Interpretar o significado dos mapas na imprensa e associá-los com discursos ideológicos e questões de poder na sociedade.
Exemplos	Speier (1941), Quam (1943). Balchin (1985)	Grauthier (1988). Gronoff (1988), Bodin (1988)	Vujakovic (1997), Culcasi (2006), Kosonen (1999)

Fonte: Organização do Autor

O quadro acima certamente não dá conta de todas as formas de estudo da cartografia na imprensa, excluindo, por exemplo, os trabalhos fundamentais sobre evolução tecnológica dos mapas na imprensa. No entanto, o quadro é válido para situar as tendências do presente trabalho, que certamente seguem majoritariamente a linha do modelo representacionista, já que o objetivo aqui é interpretar as representações das fronteiras sul-americanas através da linguagem cartográfica dos mapas na imprensa brasileira. Porém, é importante destacar que a maioria dos trabalhos construídos nesta tendência apresentam um enfoque bastante concentrado em questões relacionadas as narrativas geopolíticas. De forma geral, as reflexões sobre metodologias de análise das imagens ainda são debatidas timidamente e este é um ponto que buscarei discutir de forma mais aprofundada ao longo da tese.

Como afirmou Vujakovic (1997), "um dos maiores problemas para desenvolver uma abordagem crítica para o estudo dos mapas na imprensa é a necessidade de aplicar uma estrutura teórica apropriada à análise de imagens gráficas" (p.53). De fato, esta reflexão ainda parece bastante incipiente e poucos trabalhos sobre cartografia na imprensa se aprofundam de forma mais consistente em teorias sobre imagem e significado. Uma exceção a esta tendência é o já citado trabalho de Kosonen (1999) sobre cartografia jornalística e nacionalismo na Finlândia, onde a

autora defende que "as conexões sociais e políticas do mapa podem ser traçadas e interpretadas nas bases de uma análise iconográfica e iconológica" (p.91).

A autora alerta que estes métodos, utilizados inicialmente na história da arte, vêm sendo aplicados na geografia humana e foram explicitamente propostos por Harley e Blakemore (1980) para o desenvolvimento de uma abordagem interpretativa dos mapas. Embora concentre sua análise iconológica, buscando considerar "os mapas jornalísticos como "qualquer outro documento histórico" (p.92), a autora também cita como a troca com a semiótica pode ser importante para uma análise dos mapas na imprensa. Certamente Kosonen (1999) ecoa aqui os argumentos de Harley e Blakemore (1980) que se apropriam da iconologia e da semiótica como matrizes que auxilia na construção de um novo modelo de estudo da história da cartografia.

Enfim, se uma abordagem iconológica requer a compreensão do contexto histórico e dos léxicos que envolvem a produção e a difusão de uma imagem, é importante que se compreenda as formas pelas quais o objeto estudado vêm sendo representado em uma comunidade de interpretação específica. Portanto, considerado as tendências aqui resgatadas para o estudo das representações das fronteiras sul-americanas na imprensa brasileira, é necessário refletir sobre como estes espaços foram qualificados no imaginário nacional brasileiro. A segunda parte da tese, a seguir, trata mais especificamente da cartografia das fronteiras sul-americanas, considerando como a imaginação geográfica pode direcionar formas específicas de representação destes espaços.

Parte 2 – Mapeando as Fronteiras Sul-Americanas

IV - A Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas

Este capítulo é dedicado ao resgate de alguns elementos históricos importantes presentes na formação de um imaginário nacional sobre as fronteiras sul-americanas. Não se pretende aqui oferecer uma reconstituição histórica da formação das fronteiras brasileiras, nem abarcar a totalidade de modelos relacionados à imaginação geográfica sobre estes espaços. O objetivo proposto é identificar mudanças e persistências nas geografias imaginativas sobre as fronteiras brasileiras através de representações cartográficas publicadas em meios diferenciados, como antigos relatos de viagem, livros de militares brasileiros e publicações em jornais de grande circulação nacional. Para tanto, destacam-se três momentos distintos.

O primeiro se refere a um período em que grande parte das fronteiras sul-americanas era classificada como regiões "desconhecidas" pelos europeus, pois se situavam "entre" a colonização portuguesa no litoral e a espanhola nos Andes. Posteriormente, discute-se a incorporação destas regiões na cartografia européia, em um processo em que estes espaços deixam de ser considerados como "terras incógnitas" e passam a ser conhecidos e representados nos mapas coloniais. Por fim, buscarei discutir a existência de uma persistência da qualificação das fronteiras enquanto locais desconhecidos e longínquos, através dos discursos difundidos por geopolíticos militares e pela imprensa brasileiros ao longo do século XX.

Explorando distintas formas de imaginação das fronteiras em momentos anteriores a periodização definida para este trabalho, o presente capítulo pretende oferecer alguns dados históricos que facilitam a compreensão das relações atuais entre imaginação, fronteiras e geopolítica na América do Sul.

4.1 - As Fronteiras como Terra Incógnita: Imaginação do Território Colonial.

Hoje inteiramente delimitada e conhecida, a região de fronteira entre o Brasil e os países limítrofes já foi classificada por muito tempo como uma "terra incógnita", um local desconhecido e inexplorado do ponto de vista daqueles que ocupavam e mapeavam o território colonial. A expressão terra incógnita - *terrae incognitae* - já aparecia em mapas da antiguidade[1], mas torna-se muito recorrente na cartografia européia do século XVI, que estimulava a exploração geográfica representando terras "ainda não conhecidas" (Hiatt, 2008:3). Como o "canto das sereias" (Wright, 1947), as terras incógnitas impeliram o homem a explorar e colonizar áreas consideradas "longínquas" e "misteriosas" que, simultaneamente, representavam perigos e oportunidades, ameaças e riquezas, contrastes que estimulavam sua representação nos antigos mapas.

Não por acaso, as idéias de "exploração" e "descobrimento" são importantes para se compreender a história da formação das fronteiras brasileiras e suas percepções no século XX. A qualificação das fronteiras enquanto "espaços vazios a serem explorados", foi uma idéia presente com muita força no processo de ocupação do território brasileiro e pode ter influenciando na criação e na persistência de certas geografias imaginativas sobre as fronteiras. Com o objetivo de relacionar a história das fronteiras com os discursos existentes para representá-la, destacarei aqui alguns elementos sobre o processo de formação dos limites do estado brasileiro através do trabalho de autores que buscaram interpretá-lo em momentos distintos do século XX (Ribeiro, 1930; Cortesão, 1953; Couto e Silva, 1955; Soares, 1973; Machado, 1986, entre outros).

No processo histórico de exploração e institucionalização das fronteiras brasileiras, muitos atores – via de regra ligados a instituições militares - produziram mapas e outros produtos gráficos para acompanhar seus textos e facilitar a compreensão dos argumentos apresentados. Se considerarmos que os mapas veiculados na imprensa brasileira compilam freqüentemente imagens de fontes governamentais e acadêmicas, é possível conceber a existência de diálogos, ora mais convergentes, ora mais divergentes, entre os modelos de representação das fronteiras na academia e na imprensa nacional. As noções de "espaço vazio" e "exploração",

[1]Ver, por exemplo, o famoso mapa *mundi* de Ptolomeu onde o sul do continente Africano, desconhecido pelos gregos antigos, é nomeado com o topônimo: "terrae incognitae".

serão aqui utilizadas como possíveis exemplos destes diálogos, pois são fundamentais para se compreender os discursos envolvidos na história da formação das fronteiras brasileiras.

Afastada das principais linhas de povoamento no continente e situada "entre" as colônias pertencentes às potências ibéricas, a região onde se encontra atualmente grande parte das fronteiras políticas brasileiras foi constantemente caracterizada como uma terra incógnita literal no passado colonial. Enquanto os portugueses concentravam sua ocupação no litoral Atlântico, onde atualmente encontramos a maioria das cidades brasileiras, os espanhóis exploravam o continente seguindo as cadeias montanhosas dos Andes, onde ainda hoje está concentrada a maioria da população dos países Andinos. Estes padrões de ocupação acabaram criando uma vasta zona desconhecida no interior do continente que, por muitos anos, atuou como uma fronteira intransponível, uma "zona de transição natural" entre as colônias ibéricas.

A quantidade de mapas europeus do século XVI e XVII representando o Brasil como um litoral detalhado e um interior oculto ou "não descoberto" evidencia as limitações de conhecimento territorial dos exploradores. É importante destacar que a qualificação do interior da América do Sul enquanto uma região "incógnita" revela o ponto de vista dos descobridores que chegavam ao continente através dos mares. Como alertou Wright (1947), a identificação de uma área enquanto conhecida ou desconhecida “depende obviamente tanto de quem conhece como de que classe de conhecimento se tome em conta” (p.167). Para a população indígena, por exemplo, que sempre morou nas regiões onde atualmente se situam as fronteiras sul-americanas, as terras "desconhecidas" e "longínquas" poderiam ser representadas pelo litoral onde cresciam as cidades coloniais.

Em seu artigo sobre as representações cartográficas dos "confins da colônia", Safier (2009) discute como o "vácuo de conhecimento territorial" teve óbvias conseqüências nos mapas criados para representar o continente Sul Americano. O reconhecimento de que a região entre as colônias portuguesas e espanholas era uma terra incógnita, ainda não completamente conhecida, dava aos cartógrafos "carta branca para preencher os espaços vazios do mapa" (Safier, 2009:136). Monstros, índios, e lugares míticos geralmente ocupavam o interior do continente nos mapas no período de expansão das colônias ibéricas.

Muitos destes que mapas circulavam entre um público limitado nos centros

urbanos latino-americanos, e principalmente europeus, influenciavam e estimulavam a imaginação da população com relação ao interior do continente. Circulando muitas vezes como relatos de viagem, acompanhados de textos descritivos, os mapas do século XVI eram freqüentemente compilados e reproduzidos para além das metrópoles ibéricas, como era o caso da produção de cartógrafos franceses e italianos que alimentavam a crescente curiosidade sobre as terras do "novo mundo".

Um exemplo muito famoso é o mapa do italiano Giacomo Gastaldi (1565), reproduzido muitas vezes nos relatos de viagem publicados pelo "geógrafo, historiador, tradutor e editor" Giovanni Batistta Ramusio (1485 - 1557), "*Raccolta di Navigationi et Viaggi" (1550 - 1559).* Esta obra, ilustrada com xilogravuras, teve edições sucessivas até 1623 e vêm sendo utilizada com freqüência como exemplo da limitação das informações sobre o interior do território sul-americano no período (Safier, 2009). O topônimo que qualifica o interior do continente evidencia a falta de conhecimento dos europeus: "*terra non descoperta*".

Figura 4.1

Fonte: *Tesouro dos Mapas. Instituto Cultural Banco Santo, 2000.*

Por se tratar de um mapa presente em uma publicação italiana relatando navegações e viagens, esta imagem não pode ser considerada como representante do estado do conhecimento sobre o continente no momento de sua construção. Certamente cartógrafos espanhóis e principalmente portugueses já possuíam informações para construírem mapas mais detalhados do interior, mas esse exemplo é representativo das formas de difusão do limitado conhecimento sobre o continente sul americano nas cidades européias. No mapa há um claro contraste entre o litoral povoado e o interior desconhecido e uma grande riqueza de símbolos pictóricos representando cenas da colonização e do trabalho indígena. Chama a atenção o fato de que a orientação do mapa é correspondente à percepção de quem chegava no país através das caravelas, sendo os rios - "marañon" e "prata" - os pontos principais de referência para a orientação horizontal do mapa.

No entanto, mesmo que o interior do país fosse em grande parte desconhecido pelos europeus, este fato não impediu que Portugal e Espanha dividissem a América do Sul - e o mundo - em regiões "a serem descobertas". Frente aos eminentes conflitos entre as duas coroas, o papa Alexandre VI sugeriu a institucionalização de uma linha imaginária cruzando de pólo a pólo o globo terrestre como marco divisório para as possessões a serem colonizadas. Com atuação decisiva do papa, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494, instituindo o primeiro "limite" territorial entre as colônias portuguesas e espanholas. Para além dos detalhes históricos que envolvem este tratado, o importante aqui é evidenciar como o primeiro limite traçado na América do Sul correspondeu a uma linha imaginária desenhada sob um território literalmente desconhecido pelos atores envolvidos.

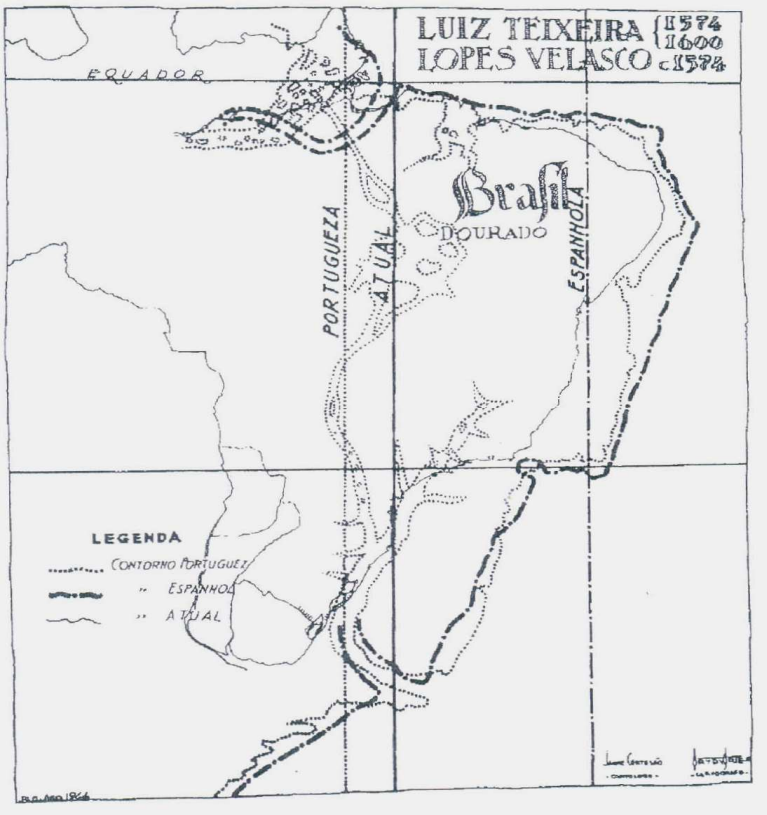
Segundo João Ribeiro (1947, original de 1930), um dos primeiros autores a escreverem um livro com uma descrição histórica do processo de construção das fronteiras entre o Brasil e seus países limítrofes, o Tratado de Tordesilhas teria sido uma "decisão arbitral" de um "papa de origem espanhola", evidenciando a "imprecisão geográfica num tempo em que o Brasil ainda não fora inteiramente descoberto" (p.9). Para o autor, este acordo seria apenas uma "convenção imaginária entre as possibilidades de ambos os países, com o intuito evidente de embargar a audácia dos navegadores portugueses"(p.9). Observa-se como o autor se posicionava com o intuito de justificar as ações expansionistas portuguesas, consideradas como fundamentais para as futuras negociações brasileiras para delimitar seu território

nacional.

Tendo sido definida a partir de referências pouco precisas, como um ponto a 370 léguas de uma ilha não especificada no arquipélago de Cabo Verde, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas vêm sendo freqüentemente discutida como um exemplo do pouco conhecimento territorial e das disputas geopolíticas existentes durante o início da colonização do continente Sul Americano. A idéia de se dividir um "espaço vazio" e o desconhecimento do território facilitavam a construção de mapas portugueses e espanhóis localizando a linha do tratado de forma conflitante. Um dos maiores estudiosos da cartografia do território brasileiro, Jaime Cortesão (1884-1976), utilizava com freqüência as representações cartográficas sobre o Tratado de Tordesilhas em seus famosos cursos oferecido no Itamaraty na década de 1940, com o intuito de evidenciar a limitação das informações sobre o interior do continente e as intencionalidades políticas existentes nas representações cartográficas do tratado.

Acreditando que "o estudo dos mapas é inseparável da análise do processo geopolítico que os cria" (Moser, 2005:71), o autor produziu, com o auxilio do ilustrador Ary Duarte, um mapa didático que evidencia a imprecisão e os propósitos políticos presentes nas representações do Tratado de Tordesilhas. Cortesão superpôs no mesmo mapa a localização da linha do tratado feita por um cartógrafo espanhol, Juan Lopez de Velasco (1574) e um cartógrafo português, Luís Teixeira (1586), destacando a imensa diferença no tamanho do território da colônia portuguesa (futuro Brasil) dependendo do "posicionamento da costa em relação a linha de demarcação" (Moser, 2005:72).

Figura 4.2



Fonte: Moser, 2005.

Discutindo as relações entre mapas e política, Black (1997:121) afirma que o mapeamento das fronteiras é sempre difícil, pois ele "requer ao menos o consenso entre duas partes". O curioso do contexto no mapeamento das fronteiras em um momento em que o espaço demarcado ainda não havia sido explorado, é que talvez o consenso não fosse tão necessário, pois não havia ainda a possibilidade de demarcar, no terreno, as linhas conflitantes desenhadas nos mapas. Cortesão ainda acrescentou no mapa a "posição correta da linha", chamada no mapa de "atual", que cruzava alguns espaços onde nenhuma das coroas possuía presença ou ocupação constante.

Se concordarmos que a divisão proposta no Tratado de Tordesilhas não pode ser concretizada devido ao desconhecimento do território Sul Americano, cabe aqui uma indagação histórica básica: como se deu o processo de apropriação da região desconhecida situada no interior do Brasil? Quais foram os "cantos da sereia" (Wright, 1947) que estimularam a exploração deste território, promovendo sua transformação de "terra incógnita" para "terra cógnita", ao menos em termos literais?

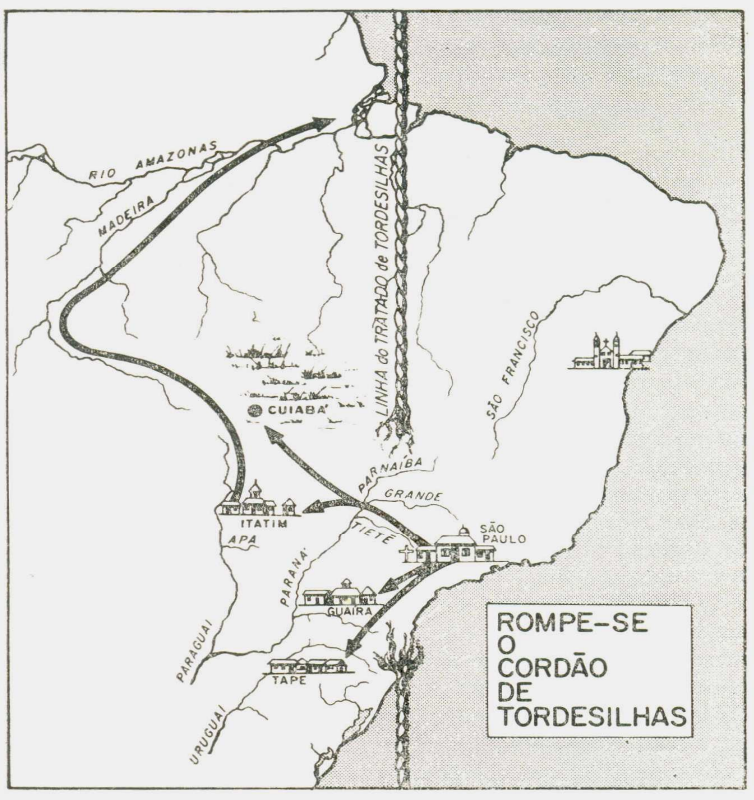
4.2 - Da Terra Incógnita à Terra Cógnita: Exploração e Delimitação da Fronteira

Um dos estímulos fundamentais para a exploração do interior da colônia portuguesa foi certamente a procura por metais preciosos, que já estavam sendo explorados em grande quantidade nas áreas andinas pertencentes a coroa espanhola. Segundo Teixeira Soares (1973:26), em seu livro que busca reconstituir a história da formação das fronteiras no Brasil, "a lenda espanhola do *El Dorado* estava na boca dos aventureiros", e "a terra ali estava a seduzir o aventureiro". Neste contexto, os "cantos da sereia" na América do Sul eram dourados e brilhantes, estimulando a organização de muitas expedições para o interior do país através de grupos de europeus e indígenas conhecidos como bandeirantes.

Este ímpeto explorador foi intensificado pela união das coroas ibéricas entre 1580 e 1640, quando através do domínio de Felipe II os portugueses e missionários que habitavam o Brasil tiveram "inteira liberdade de movimento expansionista aumentando a área dos seus domínios" (Ribeiro, 1947:11). Mesmo com o retorno da divisão entre as coroas, a história das fronteiras do Brasil se fará através de um avanço constante para além da linha estabelecida no Tratado de Tordesilhas, na busca por explorar e conhecer os recursos existentes no interior da colônia.

Através de um intenso esforço de exploração e interiorização a coroa portuguesa expandiu a área sobre sua influência na América do Sul. Segundo Soares (1973:29) "caberá aos bandeirantes de São Paulo a função histórica de triplicar a área do Brasil estabelecida pelo tratado de Tordesilhas". De forma bastante ilustrativa, Soares (1973) representa esta expansão para além de Tordesilhas através de um mapa com símbolos pictóricos que destacam como a linha imaginária foi "quebrada" e o Brasil pôde se expandir em direção ao continente. A idéia de que as fronteiras brasileiras foram construídas através da heróica exploração do interior da América do Sul, com a ação de "exploradores e colonizadores destemidos", deixará marcas profundas nas geografias imaginativas sobre as fronteiras no país. A imagem de uma "corda partida" abrindo caminho para a exploração (fig. 2.3) enfatiza esta narrativa tão recorrente nas obras que buscam reconstruir a história da formação das fronteiras brasileiras.

Figura 4.3



Fonte: Soares, 1973

Penetrando o interior do continente e tornando "cógnitas" as terras desconhecidas, os bandeirantes promoveram uma verdadeira "marcha para o Oeste" na América do Sul. O mapa de Soares (1973), assim como as colocações de Ribeiro (1947), buscam legitimar este processo valorizando o "espírito político de explorador português" (Soares, 1973), sem dar muito destaque às contribuições indígenas ou ao que pode ser chamado de "histórias escondidas da exploração" (Driver, 2009). Como evidenciam os trajetos representados no mapa, os bandeirantes que saíam de São Paulo abriram caminhos de conexão interna do país, incorporando por terra as bacias do Amazonas e do Prata, anteriormente pontos de referência conectados apenas pela navegação de cabanagem.

Além de descobrirem novos caminhos no interior do continente, a ação dos bandeirantes também contribuiu para fundar novas localidades que solidificavam a ocupação portuguesa. As vilas fundadas são representadas nos mapa através dos símbolos pictóricos de pequenas construções e em alguns casos podemos ver a presença da igreja católica, tão fundamental para o processo de consolidação da ocupação territorial. Apenas Cuiabá não aparece representada como uma pequena

vila, sendo associada a símbolos que remetem a vegetação local encontrada no centro-oeste brasileiro. Embora não tenha grande destaque no mapa, a descoberta das minas gerais fortaleceu ainda mais este processo de interiorização e além de coroar a ação dos "exploradores", tornou latente a necessidade da criação de acordos territoriais mais precisos entre Portugal e Espanha, o que veio a ocorrer apenas no século XVIII.

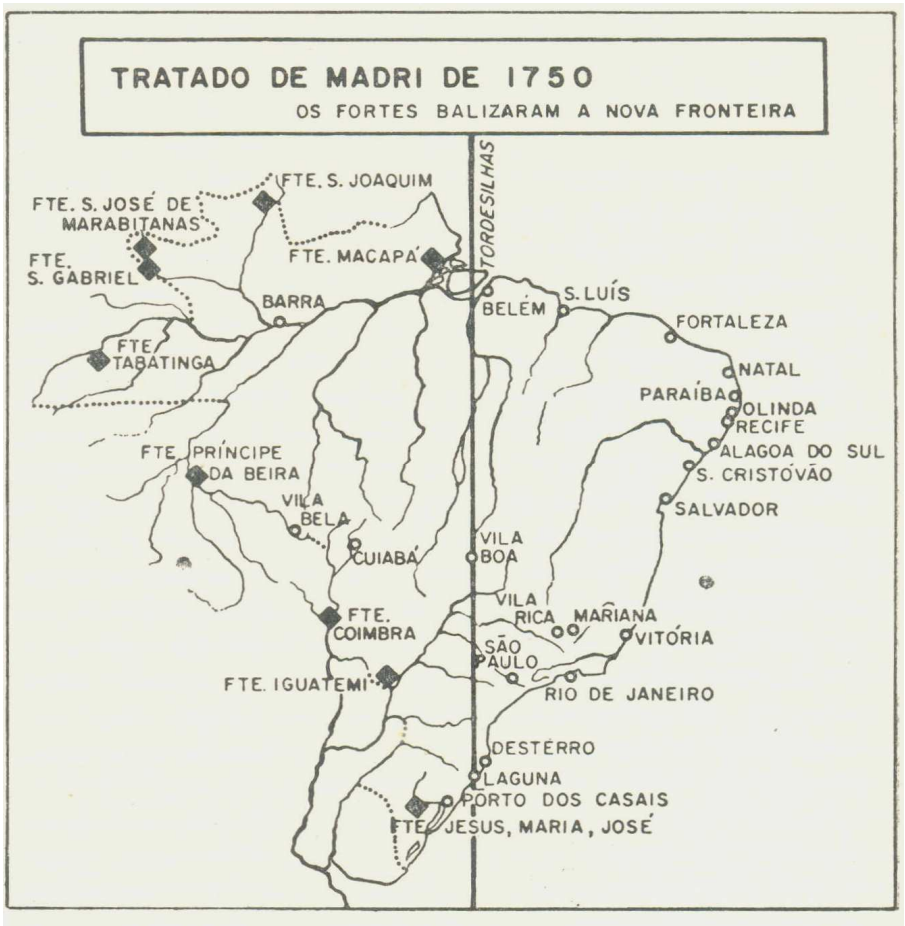
De acordo com Machado (1986), pode-se afirmar que até o século XVIII os limites das possessões territoriais entre os estados eram freqüentemente imprecisos. Foi durante este século que se estendeu "a noção de *muro-fronteira*, isto é, de cercado nacional". Descrito nas palavras do militar Teixeira Soares (1973), este processo de criação de limites entre as colônias ganha tom épico, vangloriando o fato de que no século XVIII "o grande poema é a conquista da terra", que seria agora delimitada e mapeada para dar origem ao próprio símbolo da soberania nacional. Segundo o autor, é a partir do século XVIII que "o Brasil tem consciência da consolidação de suas fronteiras, tanto na Amazônia como no Oeste e no Sul. Essa consolidação é uma tarefa militar essencialmente política, e, sendo política, é também militar".

As interpretações dos processos políticos vigentes na América do Sul no século XVIII evidenciam como é neste século que emerge a noção de limite político, enquanto uma linha demarcatória que deve ser monitorada e militarizada para garantir a soberania nos Estados Nacionais. Transportando idéias de soberania e militarismo - tão fundamentais para compreender as fronteiras no século XX - para a delimitação das fronteiras no século XVIII, Soares (1973) exalta a atuação dos governantes para garantir as extensões e a proteção do território que formaria o Estado brasileiro. Um dos atores mais citados por sua atuação na delimitação e no controle das fronteiras brasileiras foi Sebastião Jose de Carvalho (1750 - 1777), que ocupou o governo metropolitano português no Brasil e posteriormente tornou-se o Marques de Pombal.

Foi no contexto das reformas pombalinas que surgiu o interesse de se promover uma delimitação institucional mais precisa entre as colônias portuguesas e espanholas. Segundo Machado (1986), a intenção de estabelecer, juridicamente, os limites dos domínios territoriais na América do Sul fazem parte do processo de "modificação das formas de controle territorial e constitui uma prova cabal do peso cada vez maior das colônias nas economias ibéricas". A autora destaca os aspectos políticos e econômicos como fundamentais para estimular a reforma pombalina, quando "se produziu o primeiro intento de formalizar os limites da atual Amazônia brasileira e do futuro Brasil".

Embora não seja meu objetivo aqui discutir os detalhes e tratados múltiplos que envolveram a política das colônias no momento em que Pombal esteve à frente da colônia, é importante observar como há neste momento uma modernização nos princípios de governo, com políticas de controle territorial inovadoras. Um exemplo a este respeito foi o projeto pombalino de construir fortificações nos locais extremos de ocupação portuguesa, que posteriormente serviram de base para a formação dos limites brasileiros (Soares, 1973, Machado, 1986). Segundo Machado (1986) a construção de fortes com o intuito de "controlar" e "proteger" o território, sugerem que o estado português tinha neste momento uma "pré-visão mais ampla da fronteira como linha-limite de um território". O mapa abaixo (fig. 2.4), acompanhava o texto de Soares (1973) justamente com o objetivo de relacionar a construção dos fortes com os limites brasileiros que seriam institucionalizados posteriormente com o Tratado de Madrid.

Figura 4.4



Fonte: Soares, 1973.

O Tratado de Madri (1750), único tratado sobre fronteiras entre Portugal e Espanha após anos de obsolescência das delimitações imprecisas de Tordesilhas (1494), foi muito importante na criação de uma nova imagem do território brasileiro após a exploração do interior do continente. Esta imagem veio a ser difundida através de novas cartografias que serviram posteriormente de símbolo para a criação de uma identidade nacional. De certa forma, o Tratado de Madri também auxiliou na difusão da idéia de que o Brasil construiu suas fronteiras através da ocupação no terreno, pois o tratado teria basicamente reconhecido diplomaticamente as possessões que já vinham sendo exploradas pelos bandeirantes.

Na leitura de muitos, o tratado em questão teria sido uma "vitória do bandeirismo", legitimando a exploração e o "expansionismo" como meios de institucionalização do território. Soares (1973:56) é um dos autores que apresentam grande entusiasmo ao descrever a importância da ação bandeirante na conquista das fronteiras, para o autor "mesmo com a precariedade dos meios defensivos", representados pelos poucos fortes espalhados nas fronteiras brasileiras (fig. 2.4), "o espírito combativo dos bandeirantes se impôs aos espanhóis, que não se atreveram a defrontá-los".

Mesmo escrevendo em outro momento histórico, Goes (1999) também defende que a formação das fronteiras brasileiras dependeu de uma articulação entre bandeirantes e diplomatas. Os primeiros exploravam e ocupavam o território e os segundos buscavam legalizar as ocupações através de acordos. Neste sentido, um dos principais debates jurídicos no contexto do Tratado de Madri teve relação com o deslocamento do principio romano do Direito Civil, denominado de *uti possidetis* - consagrado ao direito de propriedade e posse sobre terras - para o campo do Direito Publico (Machado, 1986). Este foi um argumento fundamental para que o Brasil obtivesse um reconhecimento *"de jure"* do que já estava sendo ocupado *"de facto"*. Desta forma, legitimava-se o expansionismo como forma de obtenção de terras, pois como se dizia nas "preliminares do Tratado de Madri", "cada parte ficaria com o que atualmente possuísse" (Ribeiro, 1947:16). Mesmo com a existência de acordos e retirada de populações de alguns pontos específicos[2], pode-se afirmar que o Brasil

[2] No acordo, Portugal cederia a Colônia de Sacramento, o território ao norte do rio da Prata e as terras ocupadas pelos portugueses no Alto Amazonas (entre o Japurá e o Iça na margem setentrional). Em troca, a Espanha renunciaria a todo o direito que alegava ter as terras possuídas pelos portugueses ao ocidente da linha do meridiano (estabelecido por Tordesilhas na boca do Amazonas), e cederia no sul, as terras e povoações da margem oriental do rio Uruguai (onde estavam os Sete Povos das Missões) e no centro-oeste o vale do rio Guaporé.

adquiriu grande parte daquilo que tinha sido ocupado pelo seu "expansionismo" para o oeste.

No entanto, além da discussão em termos jurídicos e legalistas, o Tratado de Madri também teve sua condução fundamentada por uma nova cartografia do território sul americano. No intuito de visualizar a delimitação das fronteiras e fazer uma proposta mais eficaz para o Tratado, o secretário do estado português, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, ordenou a confecção de um mapa que se tornaria um marco para a exploração e a mensuração das fronteiras entre as colônias ibéricas, o famoso "mapa das cortes" (Cortesão, 1953). Este mapa reuniu informações de fontes distintas e sua construção foi importante para os processos de negociação do tratado e para a emergência de novas geografias imaginativas sobre as fronteiras Sul Americanas no século XVIII.

Figura 4.5

Fonte: *Tesouro dos Mapas. Instituto Cultural Banco Santo, 2000.*.

O trabalho de Cortesão (1953) sobre "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri" é uma fonte peculiar na análise do papel da cartografia nos processos de resolução de litígios de fronteira. Discutindo a ação do famoso diplomata luso-brasileiro na negociação dos limites sul-americanos, o autor destaca como muitas

reuniões dos ministros plenipotenciários de Portugal e de Espanha tiveram lugar com “mapas a vista”[3]. Considerando uma certa "ignorância" dos espanhóis frente ao território negociado, esta "carta geral" auxiliou na aceitação dos limites propostos por Portugal, pois permitiria a visualização de "todo o giro dos confins de que tratamos”, nas palavras do secretário de estado português Tomas da Silva Teles. Este mesmo secretário relatou com entusiasmo o impacto do mapa no processo de negociação, afirmando que, ao ver o mapa, o negociador espanhol sentiu "a grande admiração que experimenta um cego quando vê a luz clara de que se achava privado desde o seu nascimento" (Ferreira, 2007).

No entanto, mesmo considerando o impacto do Mapa das Cortes na imaginação e no conhecimento sobre as fronteiras entre as colônias ibéricas, é importante afirmar que este foi construído com uma intencionalidade diplomática específica, e apresentava distorções que não se relacionavam somente com as limitações no conhecimento cartográfico e territorial do período. Segundo o historiador português Mario Clemente Ferreira (2007), muitos conhecimentos já disponíveis no momento de construção do mapa foram sucumbidos, no intuito de promover um "alargamento intencional dos domínios espanhóis para o ocidente" e uma "minimização da dimensão dos territórios portugueses" (Ferreira, 2007:52). As fontes do mapa são incertas, variadas e seguem sendo debatidas na academia (Ferreira, 2007), mas sabe-se que as mesmas foram selecionadas para atender as intencionalidades diplomáticas portuguesas.

Como salientou Cortesão (1953), ao colocar o canal do Rio Grande de São Pedro aproximadamente sobre o meridiano de Belém do Pará, Alexandre Gusmão e os outros atores envolvidos na construção do mapa deslocavam, propositadamente, o sul do Brasil cerca de 3º e 30’ para oriente. Nesse sentido podemos afirmar que a construção do mapa se fez com a "viciação ou a ocultação de conhecimentos já então disponíveis" (Ferreira, 2007), e que através de práticas cartográficas como a distensão da costa nordeste, o desvio para leste do alto Paraguai e o encurtamento do Amazonas, Gusmão conseguiu fazer crer em Madrid que os avanços de Portugal na América do Sul eram menores do que se poderia supor (Cortesão, 1953).

No entanto, mesmo com distorções deliberadas relacionadas ao processo de negociação diplomática, pode-se afirmar que "o traçado cartográfico das fronteiras

[3] Como afirmava por carta o ministro português Tomás da Silva Teles (Cortesão, 1953).

legou uma imagem, com certa implicação jurídica do que era o território 'brasileiro'" (Machado, 1986). Segundo Machado (1986), esse é um dos aspectos que pode explicar a imensa importância consignada ao tratado de Madri na historiografia das fronteiras brasileiras, pois não há duvida de que o mapa desenhado a partir das linhas do tratado "se tornou um símbolo de uma apropriação territorial". "As fronteiras seguiam sendo um 'espaço vazio', mas [agora] delimitado cartograficamente".

Através de acordos que sucederam o tratado de Madri, também foram promovidas "expedições de fronteira", quando grupos "armados de compassos, astrolábios e pêndulos" (Safier, 2009:145) seguiram os acidentes naturais para buscar marcar no terreno as linhas negociadas nos mapas. Segundo Machado (1986), "as expedições de demarcação foram responsáveis não só por uma cartografia até então inexistente da fronteira com as colônias castelhanas", mas também intensificaram o processo de exploração territorial, tornando as fronteiras brasileiras cada vez mais "cógnitas". Este processo de apropriação territorial terá um impacto óbvio nas geografias imaginativas sobre as fronteiras Sul-Americanas.

Já no contexto da independência, após a separação oficial entre o Brasil e a coroa portuguesa em 1822, o país seguiu com uma política diplomática ativa para garantir a delimitação do seu território herdado dos tratados entre portugueses e espanhóis. Neste momento, surgem personagens como o diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, que utilizando uma aguçada habilidade diplomática combinada com o estudo minucioso de documentos históricos negociou grande parte dos limites brasileiros com os países limítrofes.

Entre 1850 e 1910 o Brasil assinou tratados finais de limites com todos os seus vizinhos, alcançando resultados positivos às suas pretensões em praticamente todas as negociações - com a exceção da negociação com os territórios ingleses na Guiana. Neste contexto, seria provável que as fronteiras passassem a ser imaginadas de formas renovadas no século XX, onde teoricamente não haveria mais justificativas para classificar estes espaços como "desconhecidos" ou "incógnitos". Certamente não se trata aqui de promover uma correlação simplista entre as formas de representação das fronteiras sul-americanas ao longo da história e seus modelos de imaginação no século XX. No entanto, creio ser possível reconhecer a existência de certas persistências nos modelos de representação destas localidades. Principalmente através dos discursos geopolíticos difundidos por militares brasileiros, podemos indagar até que ponto as fronteiras seguem sendo associadas à idéia de um "espaço vazio", um

território a ser "explorado", "colonizado" e "defendido" a partir de ações provenientes de um centro de decisão política afastado de sua realidade cotidiana.

4.3 - A Persistência da Terra Incógnita: Geopolítica e Colonização das Fronteiras no Século XX

Ao inaugurar a Conferencia da Associação de Geógrafos Americanos de 1947 discutindo a relação entre geografia e imaginação a partir da expressão "terra incógnita", o então presidente da instituição, John K. Wright, evidenciou como o termo poderia ser utilizado em um sentido metafórico e simbólico. Discutindo a relação entre geografia e exploração, Wright (1947) admitia que, em meados do século XX, um geógrafo não tinha mais a oportunidade de entrar em "territórios totalmente inexplorados" (p.70). No entanto, segundo o autor, "as vozes das sereias" escutadas por exploradores como Colombo, Livingstone, e - por que não - os bandeirantes "brasileiros", diferem somente em intensidade, mas não muito em qualidade das que atualmente nos chamam para explorar nossas "aparentemente mais prosaicas e fastidiosas terras incógnitas" (p.70). Neste sentido, haveria ainda a possibilidade de se discutir a relação entre imaginação, exploração e geografia no século XX.

Segundo Hiatt (2008), a expressão terra incógnita é hoje essencialmente uma metáfora, pois mesmo na era do poderoso "Google Earth", ela segue sendo aplicada para se discutir a relação entre imaginação e espaços "desconhecidos" por grupos específicos. Embora as terras incógnitas literais tenham desaparecido no século XX, ainda seguimos qualificando espaços longínquos a partir de "concepções imaginativas que tendemos a compartilhar com os outros", o que nos permite discutir a persistência de certas "terras incógnitas metafóricas" na atualidade (Wright, 1947:166). Como terras incógnitas literais, as fronteiras sul-americanas passaram séculos sem serem devidamente exploradas e representadas pelos cartógrafos europeus. Como terras incógnitas metafóricas, essas regiões seguem sendo recorrentemente qualificadas através da imaginação e da narrativa compartilhada nos centros metropolitanos.

Embora este não fosse seu objetivo principal, certamente as colocações de Wright dialogavam com uma série de trabalhos que vinham discutindo de forma alarmista o fim de uma era de explorações e descobrimentos, pois o mapa do mundo havia sido fechado e completo no século XX. Um destes autores, bastante destacado

por Driver (2003) em seu pioneiro livro sobre a relação entre o Império Britânico e a cultura da exploração, foi Joseph Conrad. Segundo Conrad, em artigo publicado na revista National Geographic em 1924 (apud Driver, 2003), a história do conhecimento geográfico estaria dividida em três momentos distintos.

O primeiro momento seria caracterizado como "geografia fabulosa", uma fase de especulações e mitos ilustrados pelos fantasiosos mapas medievais (exemplificado aqui através do mapa 4.1). Posteriormente haveria a época de ouro da geografia, a chamada "geografia militante", marcada pelas explorações e descobertas feitas por "homens de aventura e devoção", estimulados pela necessidade de conhecimento empírico sobre a terra - o que pode ser ilustrado pelo Mapa das Cortes. Por fim, haveria a fase da "geografia triunfante", marcada pelo fim do heroísmo e pelo fechamento dos espaços abertos no globo.

Outros autores, como Mackinder (1904), também lamentavam o fim das terras incógnitas e conseqüentemente do trabalho dos exploradores e aventureiros. Anunciando o fim da "era de Colombo", que havia estruturado o padrão político do mundo por cinco séculos, o autor constatava que com o mapeamento completo do globo era inaugurada a era de "espaços fechados". De certa forma as afirmações de Wright (1947) evidenciavam que mesmo em um mundo já totalmente mapeado, as relações entre geografia e imaginação ainda apresentavam muita relevância. Como afirmou Allen (1968:52), em texto comemorativo ao trabalho de Wright, existe uma diferença entre "dizer que uma informação geográfica esta disponível como resultado da exploração" e "dizer que a região é conhecida e vivida empiricamente". Nas palavras de Wright (1947:72), "se hoje não há terra incógnita em sentido absoluto, tampouco há alguma terra absolutamente cógnita".

Há certamente um problema na acepção de que o conhecimento dos exploradores e o mapeamento atuam como uma "luz branca" que ilumina as "sombras que tem escondido terras desconhecidas da vista do homem" (Allen, 1968:42). Para Allen (1968), o conhecimento geográfico não é uma luz branca, e sim "um espectro com lentes pesadas de diferentes tamanhos e valores" (p.42). Ao analisar este espectro é difícil separar o que é "verdadeiramente conhecido do que se pensa ser conhecido" e com isso o pressuposto da absoluta descoberta do mundo seria inteiramente superficial e falacioso. Assim como nas primeiras expedições geográficas, nossas imagens pré-concebidas sobre o espaço seguem moldando a nossa experiência e as geografias imaginativas permanecem representando certas áreas como "remotas" e

"longínquas".

Discutindo as observações de Conrad sobre o fim de uma "geografia militante", Driver (2003) oferece uma abordagem crítica sobre o suposto declínio da cultura da exploração no século XX. Segundo o autor, existe uma grande sobrevida da geografia militante na cultura popular, através de jornais, revistas, filmes e livros escolares. A presente seção buscará discutir como mesmo após todo o processo de exploração e demarcação das fronteiras brasileiras, esta região segue sendo associada de forma recorrente com as idéias de "espaço vazio" e "desconhecido", o que evidencia a existência de uma certa persistência da terra incógnita.

O próprio Joseph Conrad também reconhecia, porém de forma pessimista, a difusão da cultura da exploração na imprensa no século XX, afirmando que "os dias das viagens heróicas se foram, excluindo, é claro, no senso jornalístico, no qual o heroísmo como tudo mais no mundo se tornou comum" (apud Driver, 2003: 199). No entanto, segundo Driver (2003) as críticas do autor à reprodução de uma geografia militante na mídia, eram calcadas em uma visão profundamente mitificada dos exploradores britânicos. Estes certamente não atuavam apenas de forma "destemida" com "espírito aventureiro", mas também dependiam do suporte e da difusão de informações feita pelos centros de poder nas metrópoles, para quem os exploradores descobriam novas terras a serem colonizadas. Da mesma forma, muitos autores brasileiros apresentam as explorações dos bandeirantes colonizando o interior do Brasil como os grandes "desbravadores da pátria", buscando mitificar personagens específicos ao descrever a corajosa "marcha para o oeste" no século XVIII (Ricardo, 1942).

Para além das discussões sobre as relações de poder que se estabelecem no processo de colonização e exploração de uma terra incógnita, esta seção busca discutir justamente a sobrevida da cultura da exploração nas fronteiras brasileiras no século XX. No mesmo sentido de Driver (2003), considero que o processo de mapeamento e demarcação das fronteiras brasileiras que se estendeu até o início do século XX, não acabou com a existência de uma cultura da exploração nas fronteiras brasileiras, que seguem "vivas" e intensamente imaginadas e representadas na cultura popular dos centros metropolitanos. Nas palavras do mesmo autor: "longe de terem sido simplesmente erradicadas dos mapas pelas forças da modernidade, as fronteiras tem sido reinstaladas em outros lugares, tanto materiais como imaginados" (Driver, 2003:201).

Mesmo antes de entrar em contato com a literatura específica que relaciona geografia imaginativa e exploração, uma série de reportagens publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em 1976 chamou minha atenção para o que pode ser chamado de uma persistência da idéia de terra incógnita na representação das fronteiras brasileiras no século XX. Saindo de Brasília para "percorrer 15.719 quilômetros de extensão nas fronteiras continentais brasileiras", os repórteres Claudio Bojunga e Fernando Portela relataram os perigos e desafios de se fazer uma "viajem ao Brasil desconhecido". Posteriormente, em 1978, os jornalistas publicaram um livro com as reportagens, acrescentando alguns textos complementares e produzido basicamente um relato de viagem contemporâneo, uma sobre-vida da "geografia militante" na imprensa brasileira na década de 1970.

Na introdução das reportagens já fica claro como as idéias de "remoticidade", "conflito" e "colonização" estarão presentes como eixo condutor de toda a série. Descrevendo a árdua trajetória dos jornalistas, que partiram de Brasília em duas equipes para as fronteiras norte e sul, a apresentação da reportagem destaca que: "ambos descobriram um Brasil em formação, *além Tordesilhas*. E viram que esse país *praticamente desconhecido* está preocupado com seus pontos extremos, lá onde toca seus vizinhos. Nesse *Brasil longínquo*, há planos grandiosos e há conflito de civilizações" (Estado de São Paulo, 1976). A narrativa dos autores revela uma profunda exterioridade com relação ao objeto representando, intensificando a explícita relação entre jornalismo e cultura da exploração no século XX.

Esta relação fica particularmente clara em uma reportagem em que o jornalista Fernando Portela acompanha o trabalho de dois funcionários da comissão de demarcação de fronteiras do Itamaraty na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. O jornalista destaca o fato de serem apenas dois funcionários para garantir a demarcação de "9 mil e 747 quilômetros, uma fronteira de desolação e morte, selva e solidão" (O Estado de São Paulo, 1976). Enaltecendo o trabalho dos demarcadores - ou seriam exploradores? - o repórter pede para que "todo e qualquer brasileiro que esteja em condições de observar o mapa do seu país, dê um pouco mais de atenção e respeito àquela linha, em geral um pouco mais grossa que as outras, e sem dúvida bastante irregular, que divide o Brasil dos países limítrofes".

Desenvolvendo uma variação das tendências mais comuns da permanência da geografia militante na imprensa, nesta reportagem o jornalista não se coloca como "explorador" ou "descobridor", mas se relaciona com a cultura da exploração através

da descrição do trabalho dos demarcadores, apresentados como "desbravadores", ou "os homens que desenham o Brasil":

> "Na Amazônia desolada, a fronteira é constantemente percorrida, demarcada, redesenhada - rio a rio, serra a serra - como se a floresta sempre estivesse pronta a cobrir a linha, a qualquer descuido dos homens. (...) Eles [os demarcadores] pulam de helicóptero sem pára-quedas, são alpinistas, observam as estrelas, consultam barômetros, cronômetros e curvímetros, são atacados por malárias e índios, quebram braços, partem costelas, recebem morros de presente. Eles reúnem competências de geógrafo, diplomata, poliglota, astrônomo e descobridor. Dilermano e Joaquim: anônimos, fascinantes, imprescindíveis" (O Estado de São Paulo, 12/5/1976).

Como "Livingstones" ou "bandeirantes" contemporâneos, os demarcadores viram exploradores "destemidos" com habilidades múltiplas necessária para garantir as posses territoriais para o Brasil. De fato, esta foi uma das primeiras reportagens selecionadas na pesquisa documental que chamaram minha atenção para a relação entre cultura da exploração e representação das fronteiras, tão evidente no trecho acima. Mesmo que essa reportagem não fosse muito rica em termos de representações cartográficas, seu conteúdo evidenciou um discurso bastante recorrente na imprensa brasileira na década de 1970.

Abaixo, seguem algumas imagens veiculadas na reportagem que expressam esta relação direta entre fronteiras e exploração: uma foto mostrando a rústica "volta dos descobridores", que foram conduzidos até o marco de fronteira por crianças locais. Um mapa representando os marcos de fronteira e o "palco de operação da dupla", localizando o leitor e evidenciando a extensão da área a ser delimitada. E por fim, uma foto tirada provavelmente de um helicóptero que mostra a presença da fronteira natural como "repouso dos marcadores".

Figura 4.6

Fonte: O Estado de São Paulo, 12/5/1976.

A partir da constatação da existência de terras incógnitas metafóricas na qualificação das fronteiras brasileiras durante o século XX, cabe aqui uma indagação histórica básica: como explicar a existência de uma reportagem que relaciona as fronteiras a "espaços vazios" e locais que ainda necessitam ser consolidados pelo Estado Brasileiro em plena década de 1970? Quais foram os modelos de representação das fronteiras que circularam durante o século XX no Brasil que poderiam estimular ou dialogar com a representação jornalística em questão?

Para além de uma resposta objetiva, empiricamente relacionada com a falta de estrutura e conexão interna do Estado Nacional ainda na segunda metade do século XX, gostaria aqui de discutir a relação estreita entre as concepções de fronteira dos militares brasileiros, que na década de 1970 governavam o país sustentando uma ditadura, e alguns modelos de representação das fronteiras veiculados na imprensa neste período. Nos parágrafos seguintes buscarei, portanto, articular o pensamento geopolítico brasileiro sobre fronteiras com algumas formas de representação midiática sobre estes espaços que podem ter estimulado uma certa "persistência da terra incógnita" na imaginação relacionada a estas localidades.

A chamada "escola brasileira de geopolítica" (Mattos, 1975), formada

basicamente por acadêmicos ligados a instituições militares, foi uma fonte importante na difusão de geografias imaginativas sobre as fronteiras brasileiras no século XX. Esta importância se deve não somente ao fato de que grande parte das obras sobre a historia da formação das fronteiras políticas no país são de autoria de militares, mas também porque as idéias geopolíticas influenciaram massivas ações governamentais sobre o território durante o período de ditadura. As idéias geopolíticas brasileiras, que vêm sendo estudadas com muito interesse por geógrafos anglo-saxões (Child, 1979, 1988, Kelly, 1988, Pitmann, 1990, Dodds, 1993), chamam a atenção por ter sido um nicho de permanência do pensamento geopolítico mesmo após o declínio e a perda de prestígio desta disciplina após a segunda guerra mundial.

O pensamento geopolítico brasileiro remonta pelo menos ao início do século XX, através da contribuição de autores como Everardo Backheuser e o Coronel Mario Travassos. Influenciando muitos escritos posteriores, estes autores já alertavam para temas que seriam recorrentes na geopolítica brasileira e ganhariam força na década de 1970 durante a ditadura militar. A idéia principal relacionada às fronteiras brasileiras vinculava-se a necessidade de expansão e povoamento destes espaços, no sentido de garantir as conquistas territoriais adquiridas através da diplomacia de atores como o Barão do Rio Branco. A idéia de que o Brasil necessitava ocupar e defender suas fronteiras, fazendo coincidir o "espaço físico com o espaço político" (Backheuser, 1925), será constante dos escritos da geopolítica brasileira, que recorrentemente qualifica estes espaços periféricos enquanto "remotos" e "desconhecidos".

Publicado em 1935, o livro de Mario Travassos, "Projeção Continental do Brasil", é um bom exemplo do início desta articulação entre pensamento geopolítico e necessidade de ocupação das fronteiras brasileiras. O autor inicia o livro com uma análise da distribuição da população brasileira, e, como afirma Child (1985) ele descobre o óbvio: a concentração populacional ao longo da costa. Travassos usou inclusive uma metáfora organicista, o que era muito comum na época, afirmando que os brasileiros se agarravam a costa e as praias como um "caranguejo se agarra nas pedras". A partir deste reconhecimento, Travassos (1935) sugere uma política de interiorização populacional e militar do país no intuito de garantir a construção de um "Brasil longitudinal". A colonização dos territórios no Mato Grosso e na Amazônia, consolidando a defesa das fronteiras, era para o autor essencial para garantir a "projeção continental do país".

Já Everardo Backheuser foi pioneiro na utilização sistemática de teorias

geopolíticas alemães para se discutir as fronteiras brasileiras, chegando inclusive a contribuir com um artigo sobre o território brasileiro na mais famosa revista de geopolítica da história, a "*Zeitshrift für Geopolitik*", organizada pelo "general-geógrafo" alemão Karl Haushofer (Backheuser, 1925). As metáforas organicistas para o crescimento dos Estados presentes na obra do geógrafo alemão Fririch Ratzel e desenvolvidas pelo sueco Rudolf Kjellén - considerado como criador do termo "geopolítica" - influenciaram diretamente os diversos artigos publicados por o Backheuser entre 1925 e 1952.

Segundo Couto e Silva (1965), Backheuser teria difundido as idéias da geopolítica alemã no Brasil "com a mais pura fidelidade" (p.165), aplicando de forma pioneira estas teorias para discutir o território e as fronteiras do país. Seguindo as metáforas organicistas presentes em obras como "O Estado como forma de vida" (Kjellén, 1916) e "As Leis de Crescimento dos Estados" (Ratzel, 1896), Backheuser (1925) considerava as fronteiras como a "epiderme" de um organismo em crescimento. Discutindo o expansionismo e a consolidação do Estado brasileiro, o autor desenvolve, a partir da idéias geopolíticas como "espaço vital" e "lebensraum", o termo "fronteiras vivas", defendendo que as fronteiras não são estáticas, mas podem variar devido às "pressões relativas externadas pelas nações de cada lado". O autor faz questão de defender seu ponto de vista através das "eruditas páginas da "Politische Geographie" de Ratzel, onde o "grande mestre mostra à evidência que, politicamente, cada Estado está a toda hora sob o influxo de atrações exteriores" (Backheuser, 1942)

Ao mesmo tempo esta forma de conceitualização das fronteiras poderia estimular e legitimar um certo "expansionismo brasileiro", que, embora fosse pouco realizável, já suscitava reclamações e temores por parte dos países vizinhos (Child, 1979, 1985, Kelly, 1989). Considerada como "epiderme", as fronteiras seriam necessariamente um "órgão periférico do estado" (Ratzel, 1896), situando-se afastada de um centro político que deve trabalhar para garantir sua colonização e sua inviolabilidade. Neste sentido, Backheuser (1952) defendia o povoamento e o controle das fronteiras para garantir e desenvolver o território brasileiro. De forma mais ou menos original, muitos geopolíticos brasileiros repetiram os clamores de Travassos (1935) e Backheuser (1925, 1952) pela "ocupação" e "colonização" do imenso "vazio" que ocupava o interior do território brasileiro.

Estas idéias aparecem na década de 1940, por exemplo, nos trabalhos de autores como Cassiano Ricardo (1942), que defendia que o Brasil deveria seguir o

exemplo dos bandeirantes e promover uma nova "Marcha para o Oeste". Já Lysias A. Rodrigues (1947), em trabalho prefaciado por seu professor, Beckheuser, tratava da "Geopolítica do Brasil" e suas relações com as fronteiras. Na perspectiva de Rodrigues (1947), o Brasil seria "um caso único na história" devido as suas "largas regiões do '*hinterland*' praticamente desconhecidas, habitadas apenas por índios selvagens, integradas sim em um Estado, mas, politicamente fora do espaço político real" (p.67). Estes exemplos evidenciam uma certa continuidade na caracterização das fronteiras brasileiras como um "espaço vazio", o que levava estes autores a "exigir por parte de governo federal uma maior atuação, visando a defesa dos interesses nacionais" (Rodrigues, 1947:67).

Mas qual seria o real peso das idéias geopolíticas na condução das políticas públicas governamentais para as fronteiras brasileiras no século XX? Embora fossem escritas por militares muito influentes, estas idéias não foram amplamente popularizadas e difundidas (mesmo dentro de uma elite governante) antes da ditadura militar de 1964. Após o fim da segunda guerra mundial, em 1945, a geopolítica "declina em respeitabilidade e prestigio devido à associação com as teorias nazistas de conquista do mundo" (Child, 1975), não gozando de muita influência nos meios intelectuais brasileiros. Muitos autores contemporâneos como Tuathail (1992) reconhecem a existência de uma grande rejeição das teorias geopolíticas associadas a atuação da escola de Munique e do "general-geógrafo" Karl Haushofer, geopolítico e conselheiro próximo de Adolf Hitler.

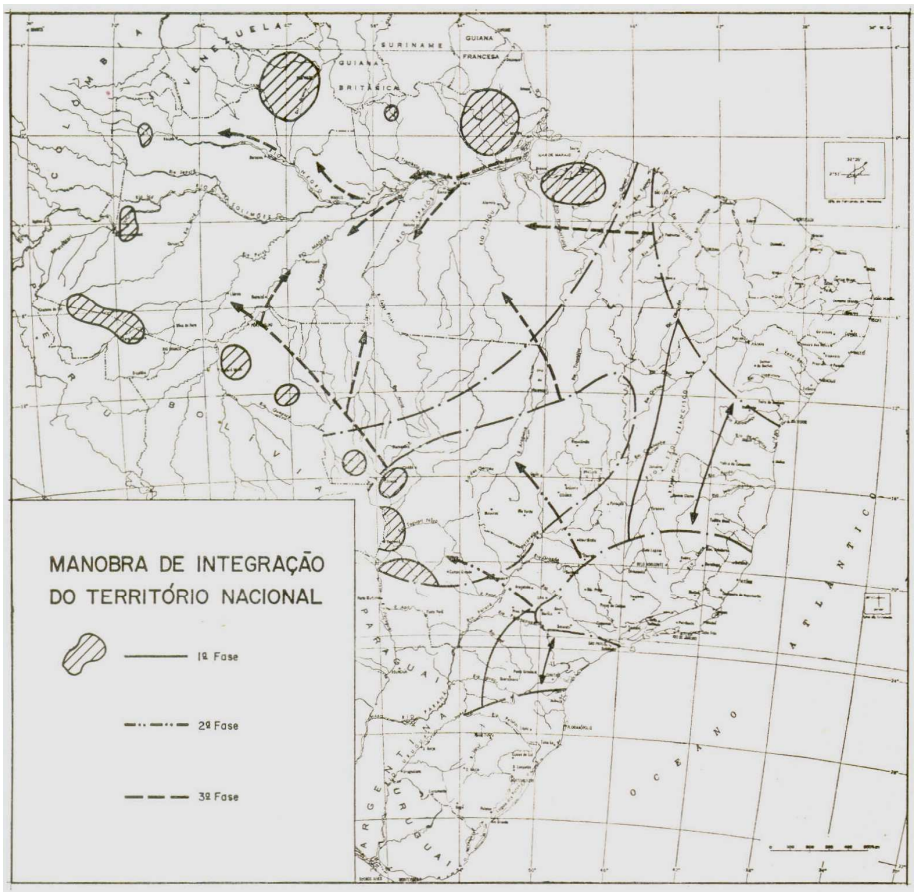
No entanto, apesar de ter declinado internacionalmente, a geopolítica seguiu sendo uma base teórica constantemente apropriada por autores brasileiros para discutir as fronteiras do país. Escrevendo em 1979, o militar norte-americano Jack Child defendia que o Brasil seria "a principal escola de Geopolítica na América Latina", local "onde os mais importantes pensadores e escritores sobre a geopolítica tem estado nos últimos 30 anos" (p.89). Segundo Child (1979), a associação simplista entre a Geopolítica e o nazismo estaria impedindo militares e estrategistas norte-americanos e europeus de observarem o desenvolvimento da Geopolítica brasileira. Neste sentido, o autor se apresenta bastante interessado na forma como os militares brasileiros rejeitam aspectos da escola Alemã, mas "aceitam os conceitos básicos do estado como um organismo vivo que responde a pressões geográficas, políticas, militares, econômicas, demográficas e psicológicas no desafio para sobreviver e competir com outros estados" (Child, 1979:89).

No entanto, embora exista uma continuidade no pensamento geopolítico brasileiro após a segunda guerra mundial, deve-se observar os variados contextos de circulação destas idéias. Segundo Backheuser (1947:5), nos anos após a guerra, "quem falasse em geopolítica no Brasil era logo incriminado de inimigo da democracia". Segundo o autor, a geopolítica era vista como "Ciência Alemã" e conseqüentemente era apresentada como uma "ciência da qual ninguém se deveria aproximar por trazer eiva de nazismo e germanismo" (p.6). Ou seja, também existiu um certo "declínio" da geopolítica no Brasil, mas este saber permaneceu sendo produzido e voltou a ser valorizado no país durante a década de 1950 e principalmente no final da década de 1960.

Talvez o autor mais importante na história militar da geopolítica brasileira tenha sido o general Golbery do Couto e Silva, não só pelos seus livros e aulas na Escola Superior de Guerra, mas também por ter sido consultor próximo de praticamente todos os presidentes brasileiros durante a ditadura militar que teve início em 1964. Embora utilize uma variedade de matrizes teóricas, citando autores como Rousseau, Maquiavel, Nieztsche, Spykman, Mackinder entre outros, Golbery segue utilizando a geopolítica alemã como importante referência e suas visões sobre o território brasileiro apresentam grandes similaridades com as perspectivas defendidas no início do século XX. A diferença neste momento é que os militares brasileiros irão adotar as idéias deste autor de forma intensa para promover políticas públicas de forma sistemática no território nacional.

Da mesma forma que os demais autores, Golbery (1967) apresenta a "Geopolítica do Brasil" através de um antagonismo entre "forças continentais e as atrações marítimas" (p.62). A constatação obvia se repete, e o autor nos alerta que "o ecúmeno brasileiro é ainda, como vimos, faixa relativamente estreita ao largo do litoral atlântico de leste" (p.62). Neste sentido, o Brasil deve ocupar a sua "vasta hinterlândia, quase deserta ainda, à espera de vitalização, riquezas desconhecidas que, com razão ou sem ela, a alma popular instintivamente sempre imaginou portentosas" (p.63). Couto e Silva (1967) falava, portanto, da intensificação do poder de atração do interior brasileiro, apresentando planos detalhados para levar a colonização até as fronteiras políticas do Brasil. Para difundir seus objetivos de forma mais sistemática, Golbery produzia uma série de mapas para evidenciar as estratégias de ação do governo federal tanto na escala nacional como nas relações entre o Brasil e seus países limítrofes.

Figura 4.7



Fonte: Couto e Silva,1967.

O mapa acima sintetiza o projeto de Golbery para a solidificação das fronteiras e a integração do território nacional. Este processo de ocupação, a ser realizado em três fases, deveria ocorrer a partir de um povoamento progressivo do interior do país e da solidificação de pontos específicos de ocupação próximos ao limite internacional. A primeira fase, representada através de símbolos de áreas situados no limite internacional e linhas ligando a região sudeste e nordeste, teria o objetivo de "articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental", além de "garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento das possíveis vias de penetração", ou seja, a ocupação e o fechamento de pontos estratégicos na fronteira. A segunda fase buscaria solidificar a ocupação da plataforma central do país, ou "impulsionar o avanço para o noroeste da onda colonizadora". Por fim, o objetivo seria "inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no centro-oeste" (Couto e Silva,1955:48).

Através deste mapa, Golbery sintetizava as idéias tão recorrentes na "escola

brasileira de geopolítica", alertando sobre a necessidade de interiorização do país e vigilância na região de fronteira. Essas idéias foram seguidas fielmente pelo governo militar brasileiro, com projetos que disponibilizavam recursos para a concretização da sonhada "integração nacional". A crise econômica e a reduzida capacidade de intervenção do Estado brasileiro no início dos anos 1980, fez com que muitos destes projetos ficassem pela metade, tendo como grande exemplo a inacabada e ineficiente construção da via transamazônica. No entanto, os slogans utilizados pelos governantes brasileiros, como "integrar para não entregar" ou "terras sem homens para os homens sem terra", ficaram na memória dos cidadãos por muito tempo, evidenciando como este foi um momento único de convergência entre pensamento geopolítico e a elaboração de políticas públicas governamentais no Brasil.

Além das políticas internas de colonização do território, o pensamento dos geopolíticos brasileiros também influenciou a política externa e as relações continentais brasileiras. Com ambiciosos planos geopolíticos, Golbery defendia que o Brasil deveria exercer um papel de liderança no desenvolvimento da América do Sul e promover uma aliança, "sem subordinação", com os Estados Unidos. Buscando definir a "Compartimentação Geopolítica da América do Sul", o autor constatava que o Brasil participa "de todas as áreas geopolíticas do continente, em cada uma delas integrando poções inegavelmente expressivas de seus amplos domínios" (Couto e Silva, 1967:90). O mapa a seguir, que classifica a região sudeste brasileira como "plataforma central de manobra", têm sido utilizado com freqüência para exemplificar as pretensões "imperialistas" brasileiras na América do Sul durante a década de 1970 (Child, 1979, 1985).

Figura 4.8

Fonte: Couto e Silva, 1955.

Certamente Golbery não foi o primeiro geopolítico brasileiro a sugerir a liderança do país no continente, mas o contexto no qual o fez e a forma gráfica de representação são elementos que facilitaram a difusão de suas idéias. Separando o "centro de manobra" de outras áreas que contemplam grandes extensões do território brasileiro e a totalidade dos países vizinhos, o autor buscava influenciar uma política ativa para o Brasil no continente: "Eis aí uma imagem reticulada do continente sul-americano, a qual, parece-nos, deveria *orientar toda a ação geopolítica do Brasil* em sua imediata circunvizinhança política" (Couto e Silva, 1967:92 grifo nosso).

A diferenciação de um "núcleo central brasileiro, estruturado sobre o formidável triângulo de potência Rio - São Paulo - Belo Horizonte" (p.90), e uma vasta extensão de áreas "semi-desertas, instáveis ainda, quase de todo abandonadas, abertas a penetrações de grupos sem bandeira definida e a correrias de nômades sem lei", estimulava o autor a propor uma ampla ação governamental de ocupação do território, para que o Brasil pudesse desenvolver toda sua "grandeza" no continente Sul Americano.

As propostas de Golbery evidenciam a relação de exterioridade que grande parte dos governantes brasileiros tinham em relação aos países sul-americanos e ao

seu próprio território, ambos fazendo parte de uma grande área que deveria ser comandada e "colonizada" por um poder centralizado brasileiro. Neste contexto, Golbery dá especial importância ao controle das fronteiras nacionais, "ainda em grande parte mal guarnecidas e de todo desertas" (p.177), sendo atualmente "pouco mais do que mera representação cartográfica" (p.178). Todo este discurso certamente reforçava uma espécie de cultura da exploração relacionada às fronteiras brasileiras, que deveriam ser "descobertas" e "colonizadas" no intuito de garantir a inviolabilidade do território nacional. Segundo o autor, o Brasil deveria ocupar o quanto antes estes espaços, pois conflitos poderiam emergir no "grande vazio do indiferentismo bilateral que a distância e o deserto, afinal, plenamente justificam" (p.178).

A Escola Superior de Guerra e as publicações de artigos no periódico "Desenvolvimento e Segurança", publicado pela biblioteca do exército nacional, certamente foram elementos importantes na difusão do pensamento geopolítico brasileiro durante a ditadura militar. No entanto, se concordamos com a perspectiva de Tuathail e Agnew (1992) de que a geopolítica não pode ser simplesmente caracterizada por um grupo de idéias de circulação limitada a uma elite dominante, pode-se considerar a existência de uma expressão "popular" dessa geopolítica que circulava, principalmente, através dos meios de comunicação de massa do período.

Como evidenciamos no início desta seção, as idéias de exploração e “desbravamento” das fronteiras seguiam vivas no discurso de jornalistas que faziam reportagens especiais nas fronteiras brasileiras. Além desta temática, as concepções geopolíticas também eram veiculadas em reportagens que destacavam as ações do exército na região de fronteira, e comunicavam para a população em geral os planos governamentais de "colonização e vigilância das fronteiras". O mapa abaixo, publicado no Jornal do Brasil em 26/8/1974 a partir da reprodução de um documento militar de 1970[4], é um exemplo bastante significativo desta relação entre pensamento geopolítico brasileiro e difusão de geografias imaginativas sobre as fronteiras na imprensa.

[4] Observa-se a data e a numeração do documento publicado pelo EME nas pequenas letras abaixo do título.

Figura 4.9

Fonte: Jornal do Brasil, 26/8/1974.

Representando os fortes do exército brasileiro nas fronteiras através de triângulos desenhados em mapa em escala nacional, a imagem acima pode conduzir a idéia de que os problemas relacionados a falta de segurança nas fronteiras brasileiras - tão destacados nos trabalhos dos geopolíticos - estavam sendo resolvidos pela ação militar. Os triângulos preenchem toda a extensão do limite internacional e não há uma representação dos vizinhos, promovendo um grande vazio - ou um silêncio - do outro lado da fronteira, práticas que auxiliam na comunicação da idéia de que o Brasil está relativamente protegido através da presença do exército nos limites internacionais.

Apesar da palavra "colonização" estar presente no título do mapa, nenhuma prática cartográfica representa este processo, pois os triângulos, linhas e topônimos se limitam a localizar, sem nenhuma precisão devido a escala nacional, os pontos de "vigilância" no território. No entanto, a idéia de colonização está bastante presente no texto da reportagem que têm um tom muito similar aos textos dos autores militares que difundiam idéias geopolíticas no mesmo período. Segundo a reportagem, "a

revolução de 1964 imprimiu novos rumos ao Brasil e o Exército, lançando-se a conquista do Inferno Verde com seus batalhões de engenharia, resgatando estradas e semeando núcleos de colonização, ocupando de fato a imensa área, já de direito incontestavelmente brasileira".

O interessante desta reportagem é observar como ela difundia para o grande publico as concepções geopolíticas existentes em trabalhos acadêmicos, evidenciando a possibilidade de se estudar uma "geopolítica popular" sobre as fronteiras no contexto da ditadura militar brasileira. Freqüentemente o texto da reportagem parece "ecoar" as palavras de artigos geopolíticos, dividindo inclusive as ações do governo em fases, como era muito comum no pensamento de Couto e Silva. Segundo o repórter, após as políticas de articulação e colonização do território "seguiu-se a necessidade de guarnecer a nossa imensa linha fronteiriça", pois as transformações no mundo após a segunda guerra mundial "evidenciaram a urgência de reforçarmos a vigilância nas nossas fronteiras e de ocuparmos os imensos espaços vazios da área amazônica, alvos da cobiça internacional" (Jornal do Brasil, 1974).

Influenciando as políticas governamentais e sendo constantemente difundido da mídia durante a década de 1970, o pensamento geopolítico brasileiro foi um fator importante na difusão de geografias imaginativas que seguiram associando os espaços de fronteiras a regiões "remotas", "perigosas" e "desconhecidas". Há aqui uma profunda relação entre uma "geopolítica formal" - desenvolvida principalmente pelos militares acadêmicos da Escola Superior de Guerra - uma geopolítica prática - que aplicava as idéias geopolíticas no ordenamento do território brasileiro - e uma geopolítica popular - que era difundida para o grande público informando e legitimando as ações governamentais.

Estas relações são particularmente fortes no período aqui analisado e os mapas são utilizados em diferentes esferas para difundir uma geografia imaginativa que associa estes espaços com "vazios" populacionais a serem colonizados e ocupados pelo Estado. A face popular do pensamento geopolítico desenvolvido no Brasil tem nos mapas da imprensa um grande aliado para difundir idéias sobre esta ocupação do território nacional. Foi através destes mapas que grande parte da população dos centros metropolitanos acompanhou a construção de estradas e os projetos de colonização implementados durante o regime militar. O mapa abaixo foi publicado no Jornal do Brasil em 25/10/1981 e mostrava várias estradas pelo governo militar no intuito de viabilizar a ocupação e a expansão das fronteiras de povoamento no país.

Figura 4.10

Fonte: Jornal do Brasil, 25/10/1981

O mapa representa vários projetos de vias rodoviárias que viabilizariam a ocupação do território nacional, estimulando fluxos migratórios do sudeste e do nordeste do país. As estradas são identificadas na legenda a partir do uso de símbolos distintos, e ao lado dos nomes os signos o texto nos informa o estado de cada estrada, "a ser asfaltada", "abandonada", "pronta em terra". Entre as obras abandonadas apresentadas, estão a Perimetral Norte e a Transamazônica dois grandes símbolos do tipo de projeto concebido pelos militares sob forte influência de idéias geopolíticas de ocupação da Amazônia e proteção das fronteiras.

No quadro menor, é representada apenas a rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR 364), onde, segundo a reportagem estaria ocorrendo uma intensa ocupação próxima a fronteira internacional. Duas setas representadas no mapa saem da estrada no Brasil rumo a Bolívia, evidenciando as possibilidades de conexão com o território vizinho.

Nas setas que saem de Porto Velho observa-se a indicação para o Peru e a Venezuela, este último país situado a uma distância consideravelmente grande. Mesmo que as estradas representadas sejam cortadas nos limites internacionais, as setas presentes no mapa menor podem indicar as novas trocas que poderiam ser estabelecidas com a ocupação da região.

Considerando este processo histórico com suas mudanças e continuidades, os capítulos seguintes tratam dos variados discursos associados às fronteiras na cartografia da imprensa brasileira.

V – Cartografia das Fronteiras Sul-Americanas na Imprensa: Porosidade e Abertura

Este capítulo apresenta resultados da pesquisa documental realizada na imprensa brasileira. Seu objetivo é compreender as relações entre fronteiras e cartografia na imprensa a partir de três indagações: *como a fronteira é representada? O que é representado na fronteira? O que a fronteira representa?* Contemplando uma descrição formal saberemos *como* a fronteira é representada. Identificando os motivos e assuntos associados às fronteiras, discutiremos *o que* é representado nos mapas. Por fim, associando as imagens analisadas com modelos gerais de representação das fronteiras e suas geografias imaginativas, pode-se compreender *o que* a fronteira representa.

Para tanto, seguindo o diálogo com as metodologias visuais já iniciado no segundo capítulo desta tese, busca-se aqui estabelecer movimentos que conduzam da descrição para a interpretação, da denotação para a conotação, da iconografia para a iconologia. Embora o objetivo não seja aplicar rigidamente nenhum destes caminhos de análise das imagens, pode-se dizer que os dois capítulos a seguir se propõem inicialmente "catalogar" as relações entre "motivos e assuntos específicos" - iconografia – para, posteriormente, discutir as "implicações políticas sugeridas pela escolha particular de um tema e a forma como este é representado" - iconologia (Cassid, 1993:5).

De acordo com a enciclopédia *World Art* (1963), as tendências da iconografia e da iconologia buscam estabelecer "o estudo descritivo e classificatório da imagem com o objetivo de entender os significados diretos ou indiretos do assunto representado" (Moxey, 1993). Para classificar e interpretar o material levantado na pesquisa documental realizada e sistematizar as associações entre as práticas cartográficas e os assuntos relacionados às fronteiras, foi construída uma tabela que considerou uma série de variáveis, a saber: data, jornal, seção, escala[1], segmento de fronteira[2], país limítrofe representado, prática cartográfica aplicada e temática da

[1] Considerei aqui que os mapas poderiam estar em escala local - representando cidades fronteiriças específicas - regional/subnacional - representando uma área mais abrangente nas fronteiras onde mais de um país vizinho ou estado brasileiro seja representado - continental/nacional - representando o sub-continente sul-americano ou a totalidade das fronteiras brasileiras, e internacional, quando algum continente externo também é destacado.

[2] Seguindo proposta oficial do governo brasileiro, dividi as reportagens em três arcos fronteiriços:

reportagem.

Entre as variáveis destacadas na tabela em questão, duas merecem atenção especial por constituírem a base de uma análise iconográfica: as práticas cartográficas e as temáticas das reportagens. O estudo das práticas cartográficas foi realizado através da classificação dos mapas considerando a presença ou ausência de três tipos de signos: signos cartográficos - como pontos, linhas, áreas, setas, símbolos pictóricos, cores e uso da perspectiva - signos lingüísticos - como o uso de legendas e caixas de texto - e signos icônicos - presentes através do diálogo com as linguagens dos quadrinhos e da fotografia. A idéia é discutir estes aspectos formais através de uma relação com as distintas temáticas representadas nas fronteiras sul-americanas.

As temáticas, por sua vez, foram definidas através do agrupamento das reportagens coletadas. Frente à ampla diversidade encontrada na pesquisa documental, definiram-se sete temas principais que foram recorrentemente associados às fronteiras através do uso dos mapas. São eles: infra-estrutura conectiva, turismo, questões ambientais, blocos econômicos, demarcação territorial, ilegalidade e geopolítica. Os quatro primeiros temas selecionados, que serão tratados neste capítulo, oferecem mapas que claramente tratam de fenômenos trans-fronteiriços e integrativos. Os três últimos, que serão discutidos no capítulo a seguir, tratam de processos que estimulam a qualificação das fronteiras como espaços de disjunção, ameaça e militarização.

Estabelecer associações entre os temas tratados nas reportagens e os modelos de representação dos espaços de fronteira não é uma tarefa simples. Um tema pode ser apresentado de múltiplas formas e muitos casos são híbridos e apresentam sentidos contraditórios. No entanto, a idéia aqui é identificar na imprensa as tendências e alguns padrões recorrentes na representação cartográfica de cada temática associada às fronteiras, o que será sintetizado a partir de uma análise iconológica das imagens ao final de cada capítulo. É a partir das omissões e destaques identificadas em aspectos formais dos mapas e suas relações com "atitudes básicas" (Panofsky, 1979:52) em relação às fronteiras, que se busca aqui estabelecer uma iconologia da cartografia na imprensa brasileira.

---

arco norte, arco central e arco sul. O Arco Norte compreende as fronteiras internacionais nos estados brasileiros do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O arco central, é relativo as fronteiras dos estados de Rondônia, Mato grosso e Mato Grosso do Sul e o arco sul inclui as fronteiras do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MIN Brasil, 2005).

5.1 - Infra-Estrutura Conectiva: Vias de Articulação com o Vizinho

A linha que demarca o limite e representa as possessões territoriais de Estados nacionais é, certamente, um signo que conota ruptura e exclusão. No entanto, outros tipos de linha podem trazer significados distintos aos espaços de fronteira. O primeiro tema escolhido para a discussão do material coletado é majoritariamente representado através de linhas que sugerem a integração e a circulação no território Sul-Americano. Cortando os limites, as linhas que representam rodovias, hidrovias, ferrovias ou conexões aéreas são formas que têm o objetivo de evidenciar as possibilidades de contato com os vizinhos. Não se trata, portanto, de considerar as linhas que separam áreas, mas sim aquelas que ligam pontos, representando a infra-estrutura existente ou desejada que pode conectar os territórios nacionais no sub-continente.

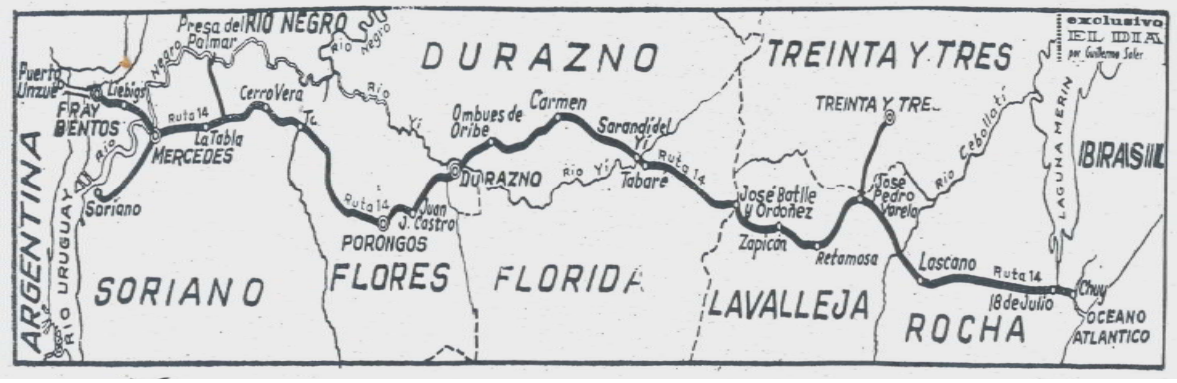
No contexto da representação de linhas de conexão, um país vizinho, geralmente visto como oponente, pode passar a ser um parceiro na construção de uma ponte ou uma estrada que facilite a circulação e o fluxo entre os territórios. Sabe-se que este tipo de iniciativa foi bastante rara ao longo da história dos países sul-americanos, pois o colonialismo e o enfoque em concepções geopolíticas tradicionais acabaram estimulando a "pouca disposição para cooperação na estrutura de circulação" (Costa, 1999:30). Para exemplificar a segregação das redes de transporte na história sul-americana, Costa (1999) nos recorda do trabalho de Camargo (1999) que identificou disjunções entre as redes ferroviárias próximas as regiões de fronteira e o uso de cinco tipos diferentes de bitolas nos trilhos do sub-continente (de 910 a 1.676 mm). Mesmo com estas limitações, muitas mapas na imprensa apresentaram vias de conexão cruzando tanto as fronteiras ao sul quanto aquelas situadas ao norte do país.

Vias de Conexão ao Sul

Embora saibamos que políticas públicas sistemáticas relativas à infra-estrutura conectiva tenham se intensificado apenas na década de 1990 (Costa, 1999), o material jornalístico pode evidenciar como as intenções e os discursos relacionados à infra-estrutura de integração já apareciam de forma bastante enfática desde a década de 1970. A representação de conexões nas fronteiras com os países do Cone Sul pode ser um bom exemplo a este respeito, pois mesmo que existisse rivalidade e desconfiança

entre o Brasil e os vizinhos durante os governos militares, algumas reportagens destacavam a necessidade de integração regional através do investimento em infra-estrutura conectiva. O mapa abaixo pode exemplificar esta tendência, pois acompanhava uma reportagem sobre a criação de vias de circulação entre Argentina, Uruguai e Brasil, e alertava para a necessidade de investimento na região.

Figura 5.1



Fonte: Jornal do Brasil, 2/7/1972

No intuito de mostrar a construção de uma estrada no Uruguai, o Jornal do Brasil (2/7/1972) adotou uma prática pouco comum na imprensa brasileira, pois reproduziu um mapa em espanhol publicado no jornal do país vizinho, o uruguaio *El Dia*. Segundo a reportagem, este mapa evidenciava como o Uruguai e a Argentina estariam "promovendo um admirável trabalho em prol da rápida integração continental, através da construção de rodovias e pontes", e o Brasil não deveria se furtar da participação deste processo.

O mapa (5.1) representa a chamada rota 14, que mesmo estando dentro do território uruguaio apresenta claramente um grande potencial para articular o país com seus vizinhos - Argentina e Brasil - nomeados nas duas extremidades da imagem. A idéia aqui seria evidenciar a posição privilegiada do Uruguai entre as duas maiores economias do continente Sul-Americano. A rota é marcada com um preto forte e uma espessura larga, conectando diferentes cidades e departamentos (estados) do país. Observa-se que os departamentos são nomeados com letras grandes que equivalem ao tamanho utilizado para os países vizinhos, o que sugere a importância que as regiões do Uruguai poderiam ganhar com a articulação entre territórios nacionais distintos. Essa posição de destaque do Uruguai chega inclusive a preocupar o repórter da matéria, que escreveu uma frase enfática logo a baixo do mapa: "se o Brasil dormir o

Uruguai levará a melhor fatia!".

No entanto, uma análise mais atenta da reportagem pode evidenciar que a estrada que aparece destacada na imagem talvez não tivesse ainda uma capacidade de articulação tão ampla. Contrariando sua espessura, geralmente utilizada para estradas asfaltadas ou mesmo auto-pistas, sabemos que a estrada representada ainda não estava pavimentada, como explicita a reportagem ao afirmar que "políticos, parlamentares e empresários, desejam o aceleramento da pavimentação da pista de rolamento da rota 14". O mapa não mostra, portanto, uma conexão existente, mas apenas evidencia as possibilidades que a recém construída ponte internacional entre Puerto Unzué (Argentina) e Fray Bentos (Uruguai) traziam para o desenvolvimento do Uruguai.

Sabemos que uma estrada não pavimentada é geralmente representada através de pontilhados, tracejados, cores específicas, mas no mapa em questão ela aparece como uma linha inteira e coesa, articulando territórios de países distintos. A escolha de um tipo de linha em detrimento de outros tipos pode assim auxiliar na difusão da mensagem focada na reportagem. Neste caso o mapa foi utilizado para destacar a evolução das rodovias nos países vizinhos e a necessidade que o Brasil teria de acompanhar este processo. É importante destacar que mesmo que a estrada uruguaia ainda não estivesse pavimentada, não se trata aqui de denunciar a escolha de um tipo de linha grossa como uma "falsidade" por parte do autor do mapa. A idéia é apenas destacar as relações entre o conteúdo da reportagem e as escolhas existentes na representação cartográfica.

Muitos mapas que serão mostrados nesta seção representam estradas que ainda não existiam no terreno e uma boa forma de evidenciar como estas linhas não podem ser consideradas como "verdadeiras" ou "falsas" aparece em um exemplo oferecido por Gombrich (1986). Em sua análise de um quadro de George Inness (1855) encomendado para o anúncio de uma estrada de ferro, Gombrich (1986) relata como embora existisse apenas uma linha que levava o trem para o galpão de reparos, o presidente que encomendara o quadro solicitou a Innes que pintasse três ou quatro linhas férreas. O pintor protestou e mesmo inserindo as linhas desejadas pelo presidente, cobriu-as com uma fumaça que saia da locomotiva do trem, tornando-as quase imperceptíveis para o observador.

Incomodado, Innes considerava que "esse trecho era uma falsidade e nenhuma explicação estética sobre imagens mentais ou verdade superior poderia negar este fato" (Gombrich, 1986:59). Mas para Gombrich (1986) "a mentira não estava no

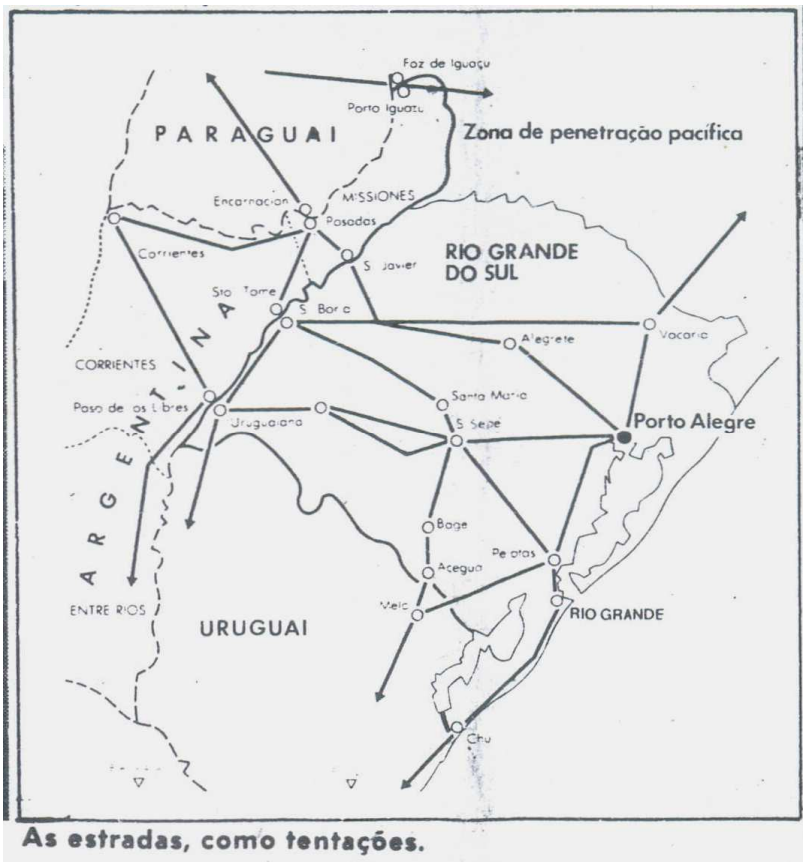
quadro", pois caso este fosse mostrado como a declaração de um projeto, "um croqui ou uma planta", poderia ser considerado como verdadeiro. Neste sentido, uma imagem nunca pode ser "verdadeira" ou "falsa", pois não é, em si, uma declaração. A mesma idéia pode ser aplicada ao nosso mapa uruguaio de estradas, que pode ser apresentado como um projeto, uma perspectiva para o desenvolvimento da região representada através de novos investimentos em infra-estrutura conectiva. Tudo depende do tipo de declaração que acompanha a imagem na imprensa.

Não sabemos que tipo de declaração acompanhava este mapa na imprensa uruguaia, mas seu papel na reportagem do Jornal do Brasil em 1972 era claramente o de mostrar os avanços do vizinho e a urgência de participação do Brasil nos processos de integração da América do Sul. Um leitor desatento poderia facilmente não captar a informação de que a estrada ainda não estaria pavimentada, pois esta declaração aparece situada longe do mapa, inserida no interior do texto da reportagem. A reportagem parece, portanto, estar mais preocupada em alertar para a necessidade de participação nos processos de integração que vêm ocorrendo nos vizinhos do que em destacar os problemas encontrados pelo Uruguai para pavimentar a rota mostrada. A declaração tende, assim, a valorizar o desenvolvimento das rotas uruguaias e a intenção é estimular as políticas públicas de infra-estrutura conectiva no Brasil:

> "O punhado de novos fatos que divulgamos em nosso trabalho de hoje, constitui um convite aos nossos homens públicos, aos nossos estadistas, aos políticos, parlamentares e líderes empresariais, para que o Brasil também participe celeremente da integração continental, na área do Rio Grande do Sul, com Uruguai e Argentina". (Jornal do Brasil, 2/7/1972).

Além de representarem as estradas dos vizinhos para estimular o investimento nacional na integração, os jornais também representam as estradas brasileiras de forma recorrente, mostrando eixos de conexão que podem “apagar as fronteiras” no “rico e povoado Brasil do Sul” (O Estado de São Paulo, 12/5/1976). O mapa abaixo, publicado no Estado de São Paulo em 1976 em uma reportagem especial sobre as interações trans-fronteiriças, é um bom exemplo da representação de uma possível integração das malhas rodoviárias entre o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e o Brasil.

Figura 5.2



Fonte: O Estado de São Paulo, 12/5/1976

Como foi dito nas considerações metodológicas desta tese, a identificação do que é enfatizado e do que é suprimido nas imagens pode auxiliar na discussão sobre os significados e tendências existentes na representação. Nos mapas que representam os limites estatais, as linhas mais fortes geralmente são aquelas que circundam os Estados e elementos como rios e estradas geralmente são representados com linhas mais fracas e descontínuas. No exemplo acima, observamos o oposto, pois os limites entre os Estados aparecem em linhas pontilhadas ou fracas e as estradas e rios em linhas mais fortes, que se transformam em setas sugerindo uma circulação em direções distintas. Como é “ancorado” pela legenda do mapa, as estradas aparecem “como tentações” para a concretização de projetos de integração (O Estado de São Paulo, 12/5/1976).

Neste caso, as setas que foram tão freqüentemente utilizadas na história da cartografia "persuasiva" para conotar ameaça e perigo, sugerem aqui um movimento de integração, como se a malha de estradas seguisse para o interior dos países representados em direções diversas. A cidade de Chuí, que no mapa anterior era o

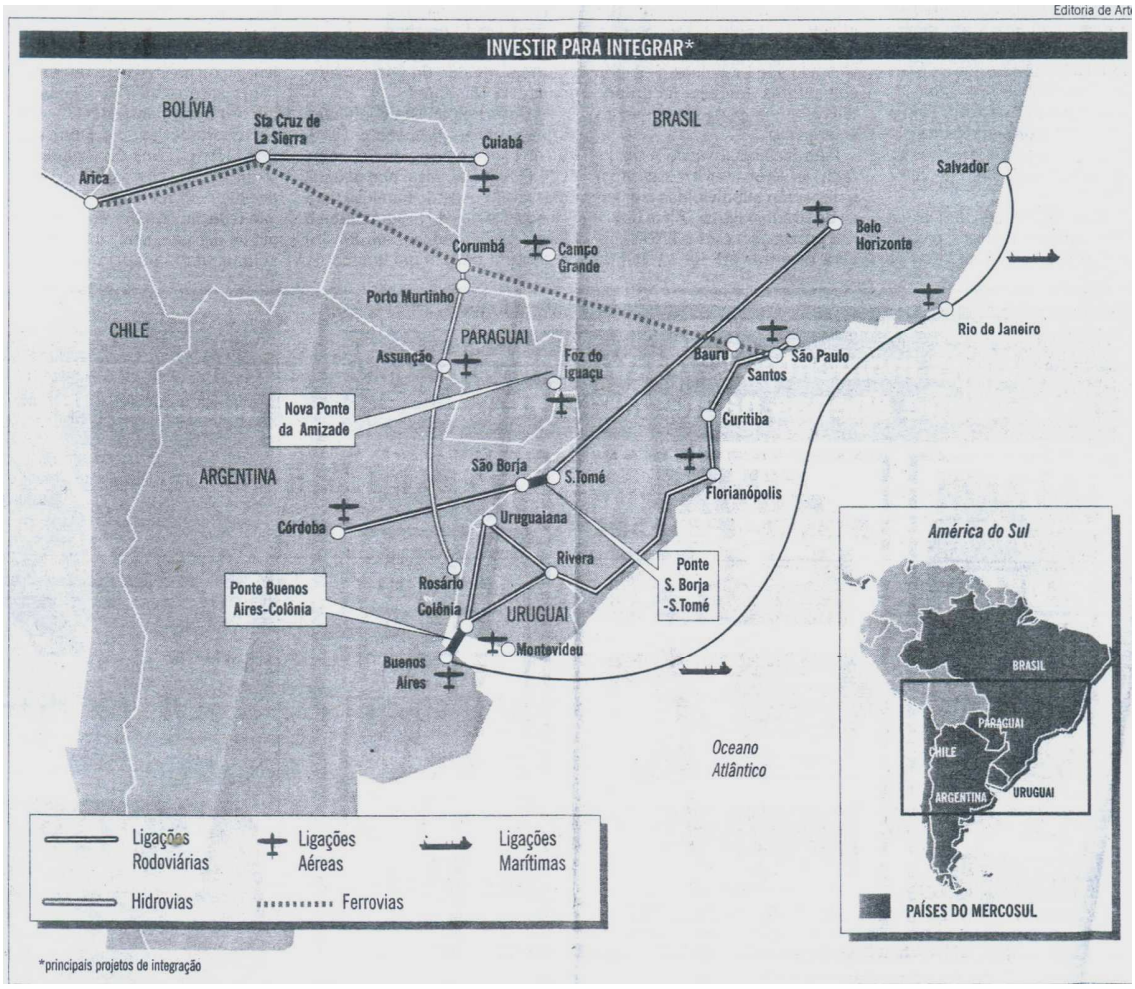
ponto de interação entre o território brasileiro e uruguaio, é aqui ponto de partida para uma seta que sugere a penetração no território vizinho. É interessante observar também a direção das setas, pois das sete setas existentes no mapa, apenas duas penetram o território brasileiro.

As duas setas que penetram o território brasileiro têm como último ponto representado uma cidade já situada no interior do país, Vacaria - no Rio Grande do Sul - e Foz do Iguaçu - no Paraná, o que pode diminuir qualquer reação negativa ou temerosa por parte dos leitores brasileiros com relação a uma "invasão" de produtos ou populações estrangeiras. Sabe-se que geralmente são os brasileiros que mais "avançam" e "ameaçam" os vizinhos, mas mesmo assim o autor do mapa fez questão de não deixar espaço para uma possível interpretação equivocada das setas apontadas para o interior do território nacional, qualificando a possível área de influência das setas como "zona de penetração pacífica".

Apesar de existir um estímulo para a integração econômica presente em muitas reportagens nas décadas de 1970 e 1980, a criação de uma infra-estrutura conectiva não foi certamente a prioridade dos governos nacionais durante estas décadas. A implementação do Mercosul a partir de meados da década de 1990 dará um novo impulso para a representação das possíveis conexões a serem utilizadas na integração dos territórios. Neste sentido, o discurso relacionado à necessidade de investimento em infra-estrutura para articular os países do cone sul aparece com força renovada com o novo contexto político, pois muitas reportagens alertam como "a falta de rotas confiáveis podem emperrar o Mercado Comum do Sul" (O Estado de São Paulo, 27/12/1994).

O mapa abaixo, publicado no jornal O Globo (7/7/1996), também representa linhas que podem auxiliar na integração econômica, evidenciando como mais de vinte anos após as reportagens anteriores ainda havia a necessidade de "investir para integrar".

Figura 5.3



Fonte: O Globo, 7/7/1996.

O titulo do mapa e sua pequena nota nos informam que trata-se da representação dos “principais projetos de integração”. Ou seja, a reportagem citada fazia questão de declarar que as linhas do mapa não representam conexões que existem no terreno, mas sim articulações planejadas para o futuro através de investimentos que se iniciavam no presente. Esta idéia é também reforçada pelo subtítulo da matéria: “em dez anos, investimento para melhorar e modernizar infra-estrutura deve chegar a US$ 55 bilhões” (O Globo, 7/7/1996). Este tipo de declaração dos conduz necessariamente à leitura da imagem enquanto a representação de um cenário futuro, uma previsão, um croqui ou uma planta (Gombrich, 1986).

O cenário previsto pelo mapa parece de intensa integração e até a Bolívia, que não pertencia ao Mercosul, é incluída para representar uma possível rota de escoamento da produção brasileira. O alinhamento entre os portos brasileiros, voltados para o Atlântico, e o porto de Arica no Chile, voltado para o Pacífico, pode

sugerir um território articulado verticalmente com plataformas de exportação variadas. Similarmente aos mapas anteriores, as linhas que delimitam os países - representadas em branco - aparecem com menor destaque do que as linhas que ligam pontos. Diferentemente dos outros exemplos, que representavam apenas as conexões rodoviárias, neste mapa podemos observar variados tipos de linha que se cruzam e se complementam.

O uso de diferentes tipos de linha geralmente traz a necessidade do uso da legenda, que aparece no mapa diferenciando cinco formas de transporte. Os símbolos escolhidos para as ligações aéreas e marítimas são pictóricos e pontuais. No caso dos aviões, o símbolo é utilizado para representar a presença de uma infra-estrutura conectiva em um ponto do espaço, qualificando a conectividade das cidades destacadas e nomeadas no mapa. Já o signo que representa um navio, é aplicado para qualificar uma linha e não um ponto no espaço, pois como não há um tipo de linha específico para as ligações marítimas, é a partir deste símbolo que o leitor qualifica, com maior facilidade, a linha que liga Buenos Aires, Rio de Janeiro e Salvador como a representação de uma conexão marítima.

Este tipo de símbolo pictórico não aparece no caso das rodovias, hidrovias e ferrovias, que são representadas através de signos puramente convencionais, esclarecidos na legenda. A similaridade do tipo de linha utilizada para as rodovias e hidrovias dificulta uma diferenciação destas conexões no mapa, mas a presença de vários tipos de linha utilizadas para representar um transporte inter-modal passa claramente a idéia de um cone sul economicamente muito integrado, o que correspondia com as expectativa dos investidores privados atuantes dos processos de integração do bloco. Talvez, para o autor do mapa, mais importante do que diferenciar cada linha específica fosse passar a idéia de complementaridade e abrangência do sistema de transporte em um estágio futuro do Mercosul.

Como observamos até aqui, o interesse pelo território dos vizinhos aparece de diversas formas quando se trata da representação das fronteiras com os países do cone sul. Através de linhas de transporte que se articulam e adentram o território vizinho, os mapas parecem valorizar a interação com o país limítrofe. Mas como seria a representação da infra-estrutura conectiva projetada para as fronteiras situadas ao Norte da América do Sul? Como os jornais brasileiros representam as conexões de transporte com vizinhos como a Bolívia, o Peru, a Colômbia, as Guianas ou a Venezuela?

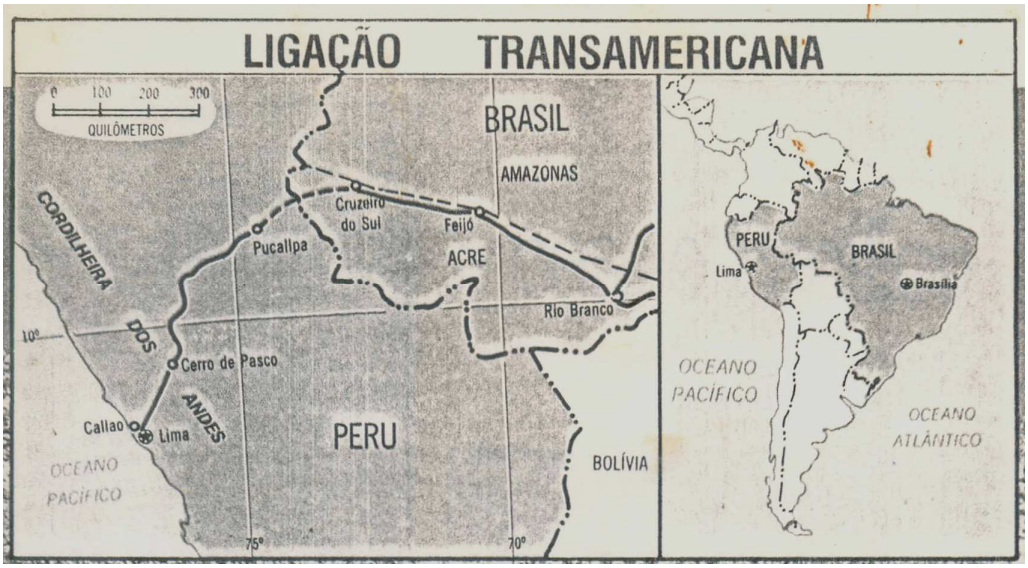
Vias de Conexão ao Norte

Para exemplificar a representação de eixos de conexão nas fronteiras do arco norte gostaria de mostrar como o Brasil já tinha há bastante tempo o projeto de construir vias que cruzassem os países vizinhos para garantir o escoamento de sua produção para o Pacífico e o Caribe. O projeto de uma estrada "transamericana" ou "bioceânica", que sai da floresta amazônica rumo aos portos do Pacífico é um dos exemplos mais significativos deste tipo de infra-estrutura conectiva representada nas fronteiras do arco norte que aparecem com freqüência como vias projetadas na imprensa brasileira.

A idéia de construir um corredor que encurte o caminho das exportações para a Ásia é bastante antiga e já aparecia nos trabalhos dos geopolíticos brasileiros desde o início do século XX que valorizavam a "projeção continental" do país. Travassos (1931), por exemplo, já colocava a necessidade de estreitar as relações terrestres com a Bolívia e o Peru, áreas que corresponderiam a "*hinterland"* brasileira e poderiam garantir uma saída para o Pacífico. Embora o projeto desta estrada tenha sido representado de forma recorrente em muitos mapas jornalísticos ao longo do século, sua concretização necessita de grandes investimentos, pois uma estrada para o Pacífico a partir da região norte brasileira tem necessariamente que cruzar a floresta amazônica e vencer a barreira natural imposta pela cordilheira dos Andes.

Comparando com os mapas anteriores, que representavam o território vizinho como uma "tentação" atraente para os investimentos e a circulação, aqui o país limítrofe é uma área a ser vencida, transposta o mais rapidamente possível rumo a um porto no Pacífico. Como não existe uma articulação econômica muito forte na região poucas empresas privadas se interessam em participar da construção deste tipo de estrada, pois trata-se de um projeto de alto risco econômico. Mesmo assim, os Estados envolvidos buscaram diferentes formas de financiamento para viabilizar o projeto, que foi destaque na mídia a partir do final da década de 1980. Os mapas abaixo, publicados com mais de sete anos de diferença nas revistas Veja (em 1989) e Istoé (em 1996) representam dois caminhos possíveis para a tão sonhada rota para o Pacífico.

Figura 5.4



Fonte: Veja, 13/5/1989

Figura 5.5

Fonte: Istoé, 13/7/1996

No primeiro mapa (fig. 5.4), observamos a representação da rota que cruza quase todo o território do Acre, passa a fronteira articulando as cidades de Cruzeiro do Sul, no Brasil e Pucalipa, no Peru, seguindo em direção ao porto próximo a Lima, capital do Peru. A linha que cruza o limite internacional é apresentada de forma tracejada, sugerindo que não se trata de uma obra concluída e as linhas que separam os países são intercaladas por pontos, evidenciando o desejo de uma porosidade entre os vizinhos na região. No entanto, uma leitura do texto da reportagem pode mostrar

que este projeto ainda iria demorar muito “para sair do mapa” e se concretizar no terreno.

Duas possibilidades são apresentadas para a construção da estrada na reportagem. A primeira passaria "pela fronteira com a Bolívia (Cobija) e atingia Arequipa, em território peruano" enquanto a segunda, representada no mapa, cortaria "seis municípios acreanos, atingindo Pucalpa, já no Peru, até alcançar Callao, no Pacífico" (Veja, 30/5/1989). Embora o mapa da reportagem represente a segunda rota, os jornalistas que fizeram a matéria percorreram a primeira possibilidade, evidenciando sua maior viabilidade. No entanto, mesmo cruzando diversos trechos de estrada já abertos e projetados, os jornalistas caracterizaram o trajeto como "uma viagem imponderável", tendo como elementos constantes os "ingredientes" do "desconhecido, do perigo, e do imprevisível". Deste sentido, a idéia de se estabelecer uma rota segura e movimentada ainda parecia um sonho distante que necessitaria de muito investimento para se concretizar em um prazo médio:

> "Uma década antes do Terceiro Milênio - os mais otimistas acreditam que já na metade dos anos 90 - a interconexão do Atlântico ao oceano Pacífico, via norte da América do Sul, será uma travessia tranqüila, deslumbrante e infinitamente bela. No momento, entretanto, é mais que uma aventura" (Veja, 30/5/89).

Publicado justamente no período em que se imaginava a conclusão da obra - "meados dos anos 90" - o segundo mapa (fig 5.5) evidenciava que as previsões mais "otimistas" não haviam ainda se realizado. Neste mapa a rota para o Pacífico já não segue nenhum dos dois caminhos possíveis definidos na reportagem anterior, pois a linha vermelha que sai do Brasil em direção a Bolívia e o Chile não passam mais pelo estado brasileiro do Acre e nem pelo interior do Peru. Buscando mostrar "os caminhos do desenvolvimento" o mapa representa duas vias de exportação saindo da cidade de Porto Velho no Brasil, localizada no estado de Rondônia, único limite interno do país representado no mapa. A primeira via segue pelo interior do território brasileiro através de uma hidrovia a se construída no rio Madeira, enquanto a segunda entra no estado de Rondônia através da rodovia BR 364 e segue para três portos situados no Pacífico. Segundo o texto inserido no mapa a saída pelo Pacífico diminuiria as rotas de exportação brasileiras em 8mil quilômetros, utilizando as "portas" no Chile e no

Peru.

A linha vermelha do mapa não diferencia os trechos já construídos e aqueles que seriam concretizados no futuro, nem localiza as cidades por onde passaria este corredor de exportação, preocupando-se apenas em situar o leitor nos caminhos possíveis para o escoamento dos produtos brasileiros citados na reportagem. No entanto, mesmo que a linha vermelha pareça cruzar o território com uma certa facilidade, a representação em perspectiva do relevo dos Andes nos oferece uma dimensão das dificuldades de construção da estrada, que deveria cruzar uma dos maiores acidentes geográficos do mundo, que atinge quase 7 mil metros de altitude em sua parte mais alta, próxima ao pico do Aconcágua. Para um leitor que não tem muita informação sobre o terreno em questão, a ausência da representação da cordilheira - como no mapa 5.4 - ou sua presença - como no mapa 5.5 - pode trazer uma diferença marcante para sua percepção sobre a construção da rodovia.

O status do projeto de conexão da região norte do Brasil com o Pacífico só deixará de aparecer nos mapas jornalísticos como um projeto distante e generalista na segunda metade dos anos 2000. Recuperando sua capacidade de investimento em infra-estrutura de grande porte, o Estado brasileiro renova neste momento uma série de projetos de conexão para a região norte do país. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo (27/6/2008), neste momento o Brasil estaria "abrindo o até então intocável santuário amazônico para seus vizinhos hispânicos, no maior projeto de integração econômica e fronteiriça na região desde que nela aportaram portugueses e espanhóis". Através do investimento de US$ 1,8 bilhões o Brasil estaria construindo "pontes, estradas e hidrovias que dariam ao país condições concretas de avançar rumo aos portos do Pacífico a partir do Peru, do Chile e do Equador".

É curioso observar como os discursos envolvidos na construção desta infra-estrutura conectiva nos fazem muitas vezes recordar os discursos geopolíticos relacionados ao "imperialismo brasileiro" no continente sul-americano. Grande parte das vias de conexão na região norte estaria sendo financiada pelo programa do governo brasileiro de incentivo a exportação (Proex) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O interesse do Brasil em guiar o desenvolvimento da região aparecia de forma explícita no comentário do assessor da presidência Marco Aurélio Garcia: “queremos o fortalecimento da região. E, se isso acontecer com investimento brasileiro, melhor”. O mapa abaixo, publicado no jornal O Estado de São Paulo em 27/6/2008 mostrava como os "projetos financiados pelo

governo brasileiro espalham-se por toda a América do Sul".

Figura 5.6

Fonte: O Estado de São Paulo, 27/6/2008.

Diferentemente dos demais exemplos, as linhas e os pontos existentes no mapa acima são classificados em três categorias, considerando o grau de concretização dos projetos no terreno. Através da legenda e do uso de cores, o mapa diferencia os projetos em "concluídos", "em execução" e "em negociação", declarando seu estágio de desenvolvimento. Pela primeira vez a agora chamada "Rodovia Interoceânica", que liga o estado brasileiro do Acre com os portos no Pacífico, aparece como um projeto que estaria sendo realizado, através de uma linha verde que parece vencer a cordilheira dos Andes.

Segundo a reportagem, "daqui a menos de dois anos deverão ficar prontos os

2,5 mil quilômetros da rodovia que ligará Rio Branco, no Acre, aos portos de Ilo, Mataranie e San Juan, no Peru". As pontes sobre o rio Acre e entre Assis Brasil e Iñapari, fundamentais para a construção da rodovia aparecem destacados em laranja, enquanto projetos já concluídos. Outros projetos como uma estrada na Guiana e o "Eixo Multimodal Manta-Manaus", que viabilizaria outra saída para o Pacífico pelo Equador, aparecem "em negociação", representados em vermelho.

Mesmo que o mapa em questão apresente muitos projetos de infra-estrutura conectiva que cruzam as fronteiras da região norte, é curioso observar como as linhas parecem desarticuladas, apenas conectando o interior do território brasileiro com os limites do continente em alguma plataforma de exportação. Comparando este mapa com o mapa 5.3, que representava os projetos de conexão para o cone sul, representado repleto de linhas que articulavam o interior dos países envolvidos, podemos evidenciar tendências distintas na representação de vias de transporte trans-fronteiriça ao longo das fronteiras brasileiras.

Na maioria dos mapas associados a esta temática, os territórios vizinhos ao sul apareciam como espaços de interesse conectivo, com linhas que tinham suas capitais como destino final. Já o território dos países ao norte aparece mais como um elemento a ser superado e vencido. Para além das especificidades de cada localidade e dos inúmeros exemplos aqui excluídos, pode-se concluir que a criação de uma infra-estrutura conectiva é um tema que estimula a representação de linhas que articulam os estados nacionais, ligando pontos que cruzam os limites internacionais.

No entanto, se por um lado estas linhas podem significar trocas comerciais e oportunidades de encontro entre Estados distintos, por outro, não há muitas vezes uma representação específica das regiões de fronteira. Além disso, mesmo que exista uma intenção conectiva, nas reportagens analisadas explicita-se a preocupação de estabelecer conexões que coloquem o Brasil como pivô central no processo de integração econômica do continente. Neste sentido, pode haver uma intencionalidade geopolítica na própria representação da integração.

Representado as conexões através de linhas de diversas cores e formas, esse tema também privilegia basicamente as interações econômicas em grande escala, não considerando muito quais seriam os efeitos destes empreendimentos nas localidades de fronteira. A visão aqui é basicamente economicista e não se considera as trocas entre as populações que estariam "no meio do caminho" destes grandes empreendimentos. De certa forma, o tema a seguir, que considera as relações culturais

entre os países e o investimento no turismo entre territórios sul-americanos, destaca mais as relações pessoais e os intercâmbios culturais existentes nas localidades fronteiriças.

5.3 - Turismo e Irmandade: A Fronteira como Encontro

A maioria dos mapas coletados para a pesquisa aparecerem nos cadernos jornalísticos relativos a política internacional, economia ou crime. No entanto, foi bastante surpreendente constatar a existência de muitos mapas que representavam as fronteiras sul-americanas nos cadernos de turismo, onde se encontra uma grande concentração de reportagens que destacam as similaridades encontradas em ambos os lados da fronteira. Talvez os cadernos de turismo tenham sido a parte do jornal onde as fronteiras foram caracterizadas através do encontro e da semelhança de forma mais freqüente e intensa, revelando para o leitor "a magia que transforma a fronteira em união" (Folha de São Paulo, 22/2/1985).

A representação do turismo pode dar origem a mapas com escalas e símbolos muito distintos e considerei aqui três possibilidades de relação entre o turismo e a fronteira nas imagens pesquisadas. A primeira delas é quando a própria existência da fronteira é a principal atração turística destacada na reportagem. O ato de cruzar uma rua e estar em outro país, a observação da mistura das línguas e dos costumes ou o aproveitamento das diferenças cambiais para efetuar compras, são fatores que podem, em si, ser considerados como atrativos turísticos na fronteira, estimulando mapas que geralmente localizam cidades gêmeas específicas.

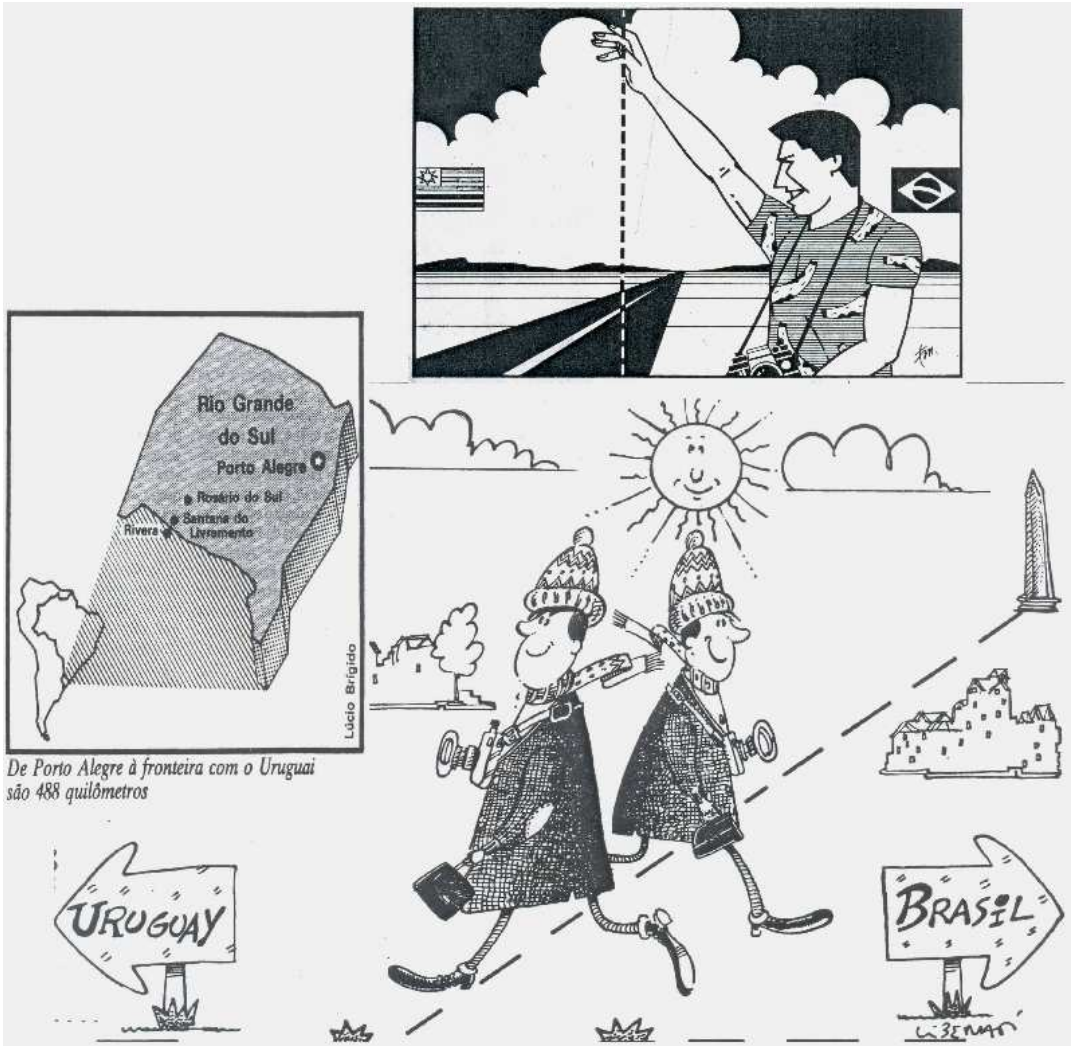
Em segundo lugar, o turismo também pode representar as fronteiras quando trata de atrativos que não respeitam os limites estatais, como acidentes naturais ou roteiros históricos. Neste caso geralmente são representadas regiões de fronteira, destacando elementos que podem estar situados no território de dois ou mais países. Por fim, o turismo também pode ser simplesmente “cruzar a fronteira”, buscando atrações no interior do território vizinho. Neste caso, o turismo não seria feito na própria região de fronteira, mas estimularia sua superação e cruzamento através de mapas que mostram atrativos turísticos situados do outro lado do limite.

Turismo nas Cidades Fronteiriças

Para exemplificar a primeira forma de relação entre fronteira e turismo na imprensa brasileira provavelmente não há caso melhor do que as relações existentes entre as cidades de Santana do Livramento, no Brasil e Riviera, no Uruguai. Situadas em uma fronteira historicamente pacífica e tendo se desenvolvido de forma intensamente conjunta, estas cidades são recorrentemente destacadas como um destino turístico justamente por se tratar de um lugar de contato e mistura entre povos. Segundo reportagem da Folha de São Paulo (22/2/1985), "essa fronteira típica serviria a um tratado sociológico sobre a convivência e entrelaçamento familiar entre dois povos de idiomas e pátrias diferentes", pois em vez de linha divisória, os marcos de fronteira pareceriam mais com "monumentos de concórdia".

Como pode ser evidenciado por uma matéria publicada no jornal O Globo (5/7/1973), as duas cidades procuram, há bastante tempo, "atrair juntas turistas para as coisas do Brasil e Uruguai". Classificando esta como a "mais irmã de todas as fronteiras" a reportagem estimula o turismo na localidade, descrevendo sua paisagem, marcada por "largas avenidas e praças internacionais" e sua população, que "chega a esquecer a existência dos dois países". Observamos aqui como no início da década de 1970 já existia uma intencionalidade por parte de Santana do Livramento e Rivera de se unirem para "melhor explorar a peculiaridade geográfica" e atuarem "sempre visando atrair turistas" (O Globo, 5/7/1973). Os desenhos e o mapa abaixo foram publicados em duas reportagens distintas publicadas no ano de 1985, veiculadas na Folha de São Paulo (22/2/1985) e no Jornal do Brasil (29/5/1985).

Figura 5.7 e Figura 5.8



Fonte: Folha de São Paulo, 22/2/1985; Jornal do Brasil, 29/5/1985.

Representando um turismo localizado em um ponto do espaço onde se encontram as cidades gêmeas, esta temática geralmente estimula mapas simples acompanhados de fotos e desenhos esquemáticos. A função do mapa é somente localizar, de forma bastante generalizada, as cidades citadas, evidenciando como se tratam de dois pontos conectados, separados pelo limite internacional. O território utilizado como referência para a representação foi o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, que tem sua capital, Porto Alegre, localizada no mapa. Observa-se que em nenhuma das duas escalas existentes na imagem conseguimos saber a forma do território uruguaio, que não foi representado. Enquanto o mapa se limita a localizar as cidades em questão, os desenhos que o acompanham apresentam um papel mais ativo

através da ilustração dos aspectos citados no texto da reportagem.

Na primeira imagem observamos as bandeiras do Uruguai e do Brasil colocadas em cantos opostos divididos por uma estrada. Uma linha pontilhada separa a figura em duas partes e um turista brasileiro estende a mão em direção a bandeira uruguaia cruzando a linha divisória. Sabemos que se trata de um turista brasileiro através de signos como a máquina fotográfica, freqüentemente utilizada como índice para o turismo e a camisa decorada com bananas, fruta geralmente associada ao Brasil. Esta imagem corrobora com o texto da reportagem que apresenta a própria linha como a principal atração turística da localidade: "dá mesmo para colocar um pé em cada país" (Folha de São Paulo, 22/2/1985). Para o jornalista, "um visitante encontra muito o que fazer" na fronteira, como por exemplo saciar a "irresistível vontade de tirar uma foto junto a um dos marcos divisórios que, por exemplo, podem estar no meio da rua".

Já na segunda imagem, vê-se também uma linha sendo ultrapassada, mas agora por dois turistas iguais seguindo em direções opostas, sugerindo a intensa troca entre as populações na localidade. Os turistas são novamente identificados através de suas máquinas fotográficas e além do marco ao fundo, observamos setas que apontam a direção dos territórios brasileiros e uruguaios. Esta imagem corrobora com a idéia passada no texto de que Rivera estaria "reconquistando rapidamente sua condição de 'portão central' do Uruguai para os brasileiros - e vice-versa" (Jornal do Brasil, 29/5/1985). Neste sentido o turismo também se justificaria pela troca e pelo intercâmbio, tanto comercial quanto cultural.

A reportagem publicada no Globo em 1973 (5/7/1973) já destacava as compras como principal atrativo da localidade, afirmando que "como atualmente a estabilidade do cruzeiro favorece os brasileiros, os preços dos abrigos de pele e tecidos de lã são irresistivelmente baratos". Neste sentido, o consumo de artigos específicos apareceria como "uma atração especial para justificar uma viagem até aquela fronteira". Este aspecto também era destacado na reportagem do Jornal do Brasil de 1985 (29/5/1985), quando mesmo como câmbio "equivalente", ainda valia a pena ir a localidade para comprar "casacos de pele", "jogos de porcelana inglesa", "cristais tchecos e artigos eletrônicos mais baratos que no Brasil".

Para além do consumo e das trocas comerciais possíveis, as reportagens também geralmente enfatizam muito as trocas culturais, pois nessa localidade o "público divide graciosamente o português e o espanhol numa mesma mesa de bate

papo" (Folha de São Paulo, 22/2/1985). Algumas reportagens focam também a vida noturna nas cidades, onde a seleção musical "misturando samba e tango é uma atração" (O Globo, 5/7/1973). Através desta combinação, a formação de casais bi-nacionais seria uma constante, pois "namoros acabam em casamento, amizades viram parentesco, tudo é possível nessas fronteiras" (Jornal do Brasil, 29/9/1978).

Observamos assim como os casos específicos de Santana do Livramento e Rivera estimularam uma representação da própria localidade de fronteira como uma atração turística, devido a marcos institucionais, trocas comerciais ou culturais. No entanto, esta representação localizada em apenas duas cidades não estimulou o uso de práticas cartográficas muito diversificadas. A maioria dos mapas encontrados para esta temática era de localização e estavam geralmente acompanhados com desenhos e fotos que ilustravam aspectos citados na reportagem.

Atrações Turísticas em Regiões de Fronteira

Os mapas de localização também foram os mais presentes na representação da segunda forma de relação entre fronteira e turismo aqui levantada. No entanto, estes mapas apresentam geralmente uma escala mais abrangente, pois consideram atrativos situados de forma dispersa entre as fronteiras nacionais e não apenas localizados em um ponto peculiar. O exemplo aqui escolhido para ilustrar as representações de atrativos dispersos nas regiões fronteiriças foi o roteiro histórico relacionado as missões jesuíticas situado entre o Brasil, Argentina e Paraguai. Trata-se de uma atração turística que nos remete a um período histórico antes da institucionalização dos Estados na região, que, portanto, não se limita ao território de um país específico.

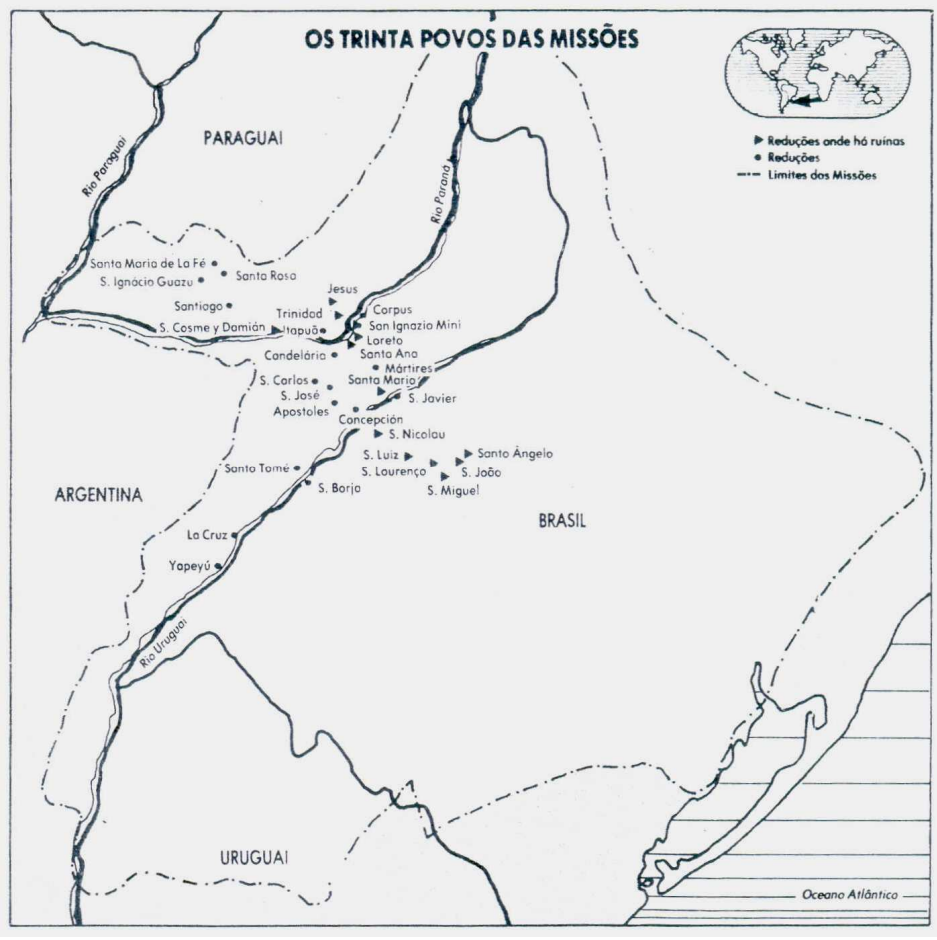
Sabe-se que os Jesuítas foram pioneiros na colonização de muitas regiões na América do Sul, pois estes alcançaram um sucesso no estabelecimento de núcleos de povoamento, para converter os índios ao cristianismo e ensinar as línguas européias. A região de Missões (ou *Missiones*), hoje situada em uma tríplice fronteira, foi um dos adensamentos populacionais mais bem sucedidos dos Jesuítas. Uma matéria publicada no caderno de turismo do jornal Folha de São Paulo (11/12/1986) buscava justamente explorar estes aspectos históricos para atrair o leitor, relatando como "numa região situada hoje entre três países, no alto rio Paraná, os jesuítas criaram uma verdadeira nação". Sendo pioneira na ocupação colonial na região, essa missão alcançou seu apogeu "por volta do ano 1720 [e] chegou a contar com trinta aldeias,

habitadas por cerca de cem mil pessoas, na sua maioria índios guaranis".

A autonomia crescente das missões, que se transformavam em "verdadeiros países dentro de outros países" (Folha de São Paulo, 24/3/1988), foi um dos fatores que estimularam a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas e espanholas no final do século XVIII. Com o fim do trabalho dos jesuítas os povoados entraram em rápida decadência e em 1800 já estavam completamente abandonados. Sobraram as ruínas das muitas igrejas construídas em estilo barroco e das casas dos povoados, que no final do século XX passaram a ser construções que poderiam atrair os turistas.

Trata-se, portanto, de uma atração turística necessariamente trans-nacional, pois dos trinta povoados existentes nas Missões, sete estão hoje em terras brasileiras, quinze na Argentina e oito no Paraguai. Para localizar esta área e estimular o turismo na região, a Folha de São Paulo (24/3/1988) publicou o mapa abaixo, situando "os trinta povoados das missões".

Figura 5.9



Fonte: Folha de São Paulo, 24/3/1988.

Através do uso da legenda com símbolos de triângulos e círculos, o mapa identifica os antigos povoamentos das missões (ou reduções, como eram chamadas) onde há e onde não há ruínas, uma informação essencial para o leitor que é considerado como um turista em potencial. O outro símbolo existente na legenda é o tipo de linha que representa os "limites das missões". Mesmo que os limites nacionais apareçam bem demarcados e os nomes dos países apresentem um certo destaque, observamos que a área das missões é bastante extensa e envolve poções do território brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio. O Uruguai, no entanto, não apresenta nenhuma ruína em seu território e o roteiro turístico fica restrito aos três primeiros países.

Na reportagem, o jornalista começa descrevendo o lado brasileiro, onde se encontra os famosos "sete povos das missões". A partir da visita as ruínas do lado brasileiro há uma intenção natural de cruzar as fronteiras para seguir no roteiro das ruínas nos países vizinhos, mas em 1988 ainda poderiam existir alguns empecilhos para seguir com este trajeto, descritos pelo jornalista. Ao alugar um carro no lado brasileiro, por exemplo, seria "possível ir ao exterior - Argentina e Paraguai - com uma autorização especial da locadora, mas teoricamente é necessário um carimbo do consulado argentino". Segundo o jornalista, o problema é que a representação diplomática da Argentina ficava em Uruguaiana o que inviabilizaria a trajetória, mas "sempre se pode tentar conversar com as autoridades argentinas, mas nada garante a passagem" (Folha de São Paulo, 24/3/1988).

Mesmo que a atração turística seja trans-fronteiriça, é interessante notar como a fronteira influencia na forma como a região é experimentada e apresentada. Os próprios pontos de partida e os espaços de referência citados na reportagem podem evidenciar como o jornal apresenta a região a partir de uma ótica brasileira, pois estes estão sempre situados no território nacional, já que se trata de uma reportagem escrita para possíveis turistas do centro-sul do país. As indicações de "como chegar" à localidade evidenciam esta questão, pois as referências são as cidades de Porto Alegre, que está a 455 quilômetros da região e até mesmo São Paulo, pois há informação de vôos que saem para Porto Alegre de onde se pode fazer uma conexão direta para Santo Ângelo, na região das Missões.

De fato, o espaço de referência para o leitor é geralmente o seu próprio território nacional e as ruínas das Missões do lado brasileiro foram mais freqüentemente destacadas nas reportagens encontradas sobre esta atração turística.

No entanto, há por vezes o interesse de representar as atrações que se encontram nos países vizinhos, o que pode estimular a utilização de outras cidades como ponto de partida para o roteiro histórico na região. O mapa abaixo, publicado na Folha de São Paulo (11/12/1986) acompanhava uma reportagem sobre o roteiro das Missões focando exclusivamente no território paraguaio, evidenciando a existência de um interesse pela exploração das ruínas e atrações existentes do outro lado da fronteira.

Figura 5.10

Fonte: Folha de São Paulo, 11/12/1986.

Assim como o mapa anterior, este exemplo também localiza as ruínas das Missões situadas em território brasileiro, argentino e paraguaio, no entanto, a utilização de uma série de práticas cartográficas evidencia como o interesse da reportagem se concentra no Paraguai. O território deste país aparece destacado em amarelo, se diferenciando dos demais, representados em rosa. Além disso, a rota percorrida pelo repórter, representada através de linhas vermelhas, esta situada exclusivamente no país vizinho e em nenhum momento as fronteiras são cruzadas. É curioso observar como, contrastando com a reportagem anterior, não são as cidades brasileiras que servem aqui como ponto de referencia e de partida para a viagem, mas sim paraguaias: "a partir de Assunção, a capital do Paraguai, segue-se pela estrada chamada de *Ruta 1*, que tem com destino final a cidade de *Encarnacion* e atravessa

uma região de rara beleza" (Folha de São Paulo, 11/12/1986).

Embora o mapa utilize o território paraguaio como principal referência, a reportagem é claramente escrita para os brasileiros, pois se chega a se comparar as paisagens locais com outras mais conhecidas pelos leitores do jornal. Trazendo as características da localidade para os sistemas de referência dos brasileiros, o repórter afirma que "esta região, pela presença de muita gente loira, pelo estilo de casa e pela vegetação lembra muito o Estado de Santa Catarina", situado em território brasileiro. Além de facilitar a compreensão do leitor, este tipo de comparação também pode evidenciar as similaridades existentes entre as paisagens e os habitantes localizados nos lados distintos das fronteiras. Segundo o jornalista, até a arte produzida nas igrejas situadas atualmente no Paraguai seriam muito similares as encontradas no Brasil produzidas no mesmo período, já que as "relíquias chegam a lembrar as esculturas do nosso próprio Barroco, com diferenças mínimas" (Folha de São Paulo, 11/12/1986).

No entanto, mesmo que as reportagens promovam uma série de comparações, evidenciando as similaridades existentes entre territórios distintos nas fronteiras, o interesse é claramente concentrado na exploração do território paraguaio, onde cada uma das ruínas visitada é numerada e nomeada através da legenda. A numeração das Missões no mapa auxilia o jornalista a descrever cada um dos locais visitados no texto da reportagem, que segue estritamente a numeração determinada. Ou seja, a primeira ruína comentada é a de Santo Ignácio, a segunda de Santa Rosa e assim por diante, sugerindo uma rota que deve ser feita partindo de carro da cidade de Assunção, no Paraguai.

A intensificação do turismo na região e das relações mútuas entre os países limítrofes envolvidos, estimulou o destaque dado à complementaridade entre os roteiros históricos situados em lados distintos das fronteiras. A institucionalização do Mercosul, em meados da década de 1990, também facilitou a circulação dos turistas entre as diversas ruínas e em 1997 o circuito das missões foi declarado um dos quatro roteiros históricos internacionais mais importantes do mundo pela Unesco (Veja, 12/10/1998).

Em entrevista a revista Veja em 1998, o professor de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Eduardo Neumann, louvava a iniciativa de integração internacional do roteiro turístico, pois "o incentivo ao turismo representa o resgate da memória coletiva da região, já que boa parte das pessoas desconhece esse passado e

sua importância histórica". O mapa abaixo foi veiculado junto com a reportagem da revista Veja em 1998 e, diferente dos outros mapas, apresentava o turismo na região como um "roteiro triplo" articulando a tríplice fronteira através da circulação de pessoas.

Figura 5.11

Fonte: Veja, 14/10/1998.

Este mapa certamente apresenta menos informações do que os anteriormente apresentados (5.9 e 5.10), pois ao invés de localizar onde se encontram as ruínas individuais a serem visitadas pelos turistas, apenas identifica três cidades importantes na região, São Miguel das Missões, no Brasil, San Ignacio Mini, na Argentina e Trinidad, no Paraguai. Não há aqui nenhuma informação de rotas a serem perseguidas e nenhuma estrada é apresentada no mapa. No entanto, este mapa talvez seja mais enfático que os demais na complementaridade e na articulação internacional promovida por este "roteiro triplo". Mesmo que a cidade brasileira de Porto Alegre apareça como referência e o território brasileiro tenha uma cor diferente dos demais, observa-se que o enfoque aqui é claramente vinculado à complementaridade e a

interação, pois é apenas a partir da consideração de todo o conjunto de ruínas, situado no entorno das cidades destacadas, que as Missões são consideradas um "patrimônio mundial", fato recorrentemente destacado pela reportagem da Veja (14/10/1998).

Neste sentido, o interesse por atrações turísticas situadas do outro lado das fronteiras parece fundamental para desenvolver esta atividade na região aqui discutida. Como ocorria no exemplo das cidades de Santana do Livramento e Rivera, a promoção conjunta do turismo pode certamente intensificar a atividade e criar complementaridade nos serviços oferecidos pelas cidades envolvidas. No entanto, para além do turismo interessado em localidades ou regiões de fronteira, os roteiros de viagem também podem simplesmente cruzar as fronteiras e interagir com os vizinhos através da exploração de atrativos situados no interior do seu território. Neste caso, a fronteira em si não é a atração e nem influencia diretamente nas formas de gestão e organização do turismo, mas os roteiros propostos sugerem seu cruzamento, em busca de amenidades existentes no território vizinho.

O Turismo Cruzando as Fronteiras

Esta seria a terceira forma de se relacionar cartografia, fronteira e turismo na imprensa brasileira, quando, para além de representar uma localidade ou uma região na fronteira, os mapas ilustram roteiros que propõem sua transgressão. O mapa abaixo é um exemplo desta possibilidade, propondo uma viagem a ser feita de automóvel cruzando as fronteiras entre Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai, buscando atrações nos países vizinhos no intuito promover uma "aventura sulamericana".

Figura 5.12

Fonte: Jornal do Brasil, 26/6/2006.

Contrastando com os mapas anteriormente apresentados nesta seção, que pretendiam basicamente localizar cidades e regiões fronteiriças destacando pontos a serem visitados pelo turista, este exemplo é focado na circulação, o que faz com que a linha se torne um dos símbolos mais importantes do mapa. A idéia aqui é ilustrar um trajeto, não localizar pontos específicos. O caminho feito pelos repórteres é representado através de uma linha que sai da região sudeste do Brasil, desce pelo litoral até o Uruguai, onde a fronteira com a Argentina é cruzada na cidade de Colônia do Sacramento. Ainda em território argentino, o roteiro segue até o conhecido destino turístico da chamada "terra do fogo" (região próxima à cidade de Ushuaia) para depois cruzar as fronteiras com Chile, Bolívia e Paraguai e retornar ao Brasil. Observa-se que nenhum país e nenhuma capital são nomeados no mapa, que destaca apenas as cidades citadas na reportagem como locais onde são situadas as atrações turísticas.

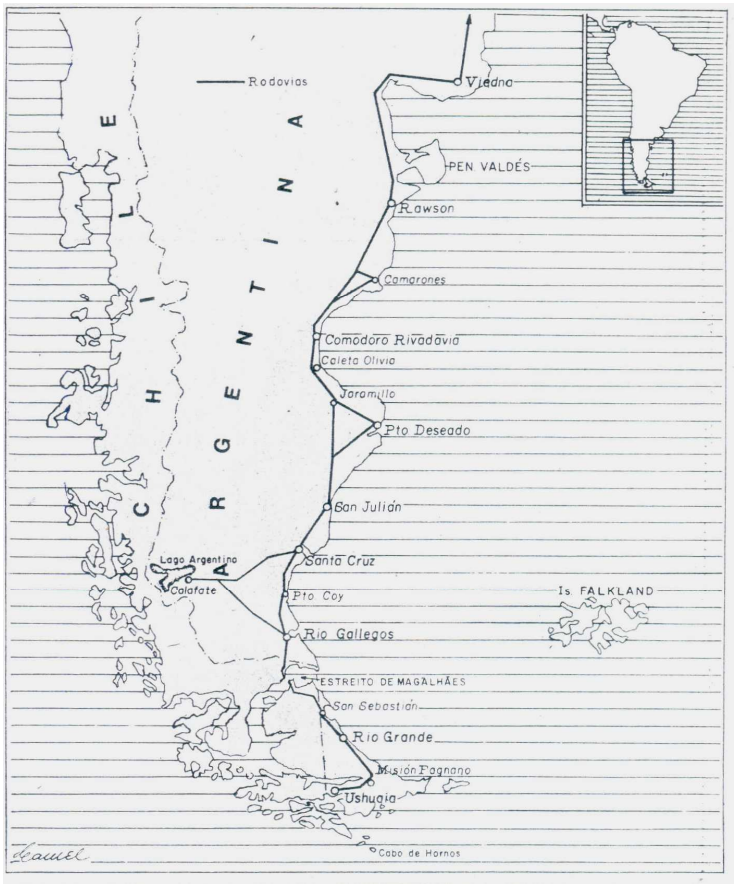
As linhas que representam os limites internacionais aparecem em branco e são quase imperceptíveis. Apenas o território brasileiro é diferenciado pelo uso de uma

tonalidade mais escura, mas de forma geral é difícil situar os pontos de transição entre os espaços nacionais representados no mapa. Os símbolos pictóricos, mostrando áreas com sítio histórico e parques nacionais são utilizados de forma pouco criteriosa e não são explicados por nenhum tipo de legenda. É curioso notar como os símbolos aqui só funcionam a partir da leitura do texto da reportagem, pois as pequenas casas não nos remetem necessariamente a uma ruína histórica e as árvores verdes também certamente não são signos miméticos relativos a natureza encontrada na região representada, que é bastante fria. Neste sentido o papel dos símbolos aqui é certamente mais decorativo do que informativo, pois outros parques nacionais e ruínas históricas, comentadas ao longo da reportagem, não são qualificadas com a mesma simbologia.

O mapa em questão pode atuar chamando a atenção do leitor e apresentando os traços gerais das rotas que podem ser seguidas cruzando as fronteiras ao sul da América do Sul. No entanto, este certamente não serve como um mapa guia, a ser utilizado ao longo da viagem para situar o turista. A própria reportagem alerta para o fato de que para se fazer esta viagem "um bom mapa é fundamental" pois como se trata de um percurso longo, o turista necessita de uma base cartográfica mais detalhada para orientar sua locomoção nas estradas. De fato, os mapas de turismo apresentados nos jornais dificilmente se propõem a orientar o turista ao longo da viagem. O objetivo principal seria oferecer uma idéia de viagem e chamar a atenção para uma área específica que vale a pena ser visitada, não necessariamente detalhar o percurso e as estradas a serem percorridas.

No entanto, mesmo que a orientação não seja o objetivo principal de um mapa de rotas turísticas para além das fronteiras nacionais, alguns exemplos representam o espaço de forma mais detalhada, utilizando uma escala maior para situar as estradas e cidades a serem percorridas. O mapa abaixo, publicado na Folha de São Paulo (1/7/1983) é um último desta relação entre turismo e cartografia na imprensa, representando com maior detalhe o percurso - também presente no mapa anterior - que segue pelo litoral da Argentina até a cidade de Ushuaia, na Patagônia.

Figura 5.13



Fonte: Folha de São Paulo, 1/7/1983.

Observamos que este mapa apresenta a rodovia detalhando cada cidade a ser cruzada pelo turista e embora não seja exatamente um mapa rodoviário, já poderia indicar mais para o leitor o caminho a se seguido no terreno. No entanto, ao detalhar mais uma área a ser potencialmente visitada pelos leitores, situada em uma região mais afastada das fronteiras com o Brasil, o mapa necessariamente não pode representar o cruzamento do limite. O foco aqui é em um atrativo turístico no interior do território vizinho e a escala mais detalhada não permite a representação da fronteira brasileira, que poderia servir como ponto de referência para o leitor. Como se observa ao longo das análises aqui propostas, a seletividade do mapa sempre corresponde a um ganho e uma perda de informação e cabe-nos interpretar essa seletividade para compreender concepções mais abrangentes sobre as fronteiras que podem ser difundidas pelos mapas.

De forma geral, pode-se afirmar que a temática relativa ao turismo associa as fronteiras recorrentemente a lugares de encontro e contato com os países vizinhos, muitas vezes destacando as similaridades encontradas nos dois lados da fronteira. Os

mapas associados a esta temática não tendem a dar uma importância muito grande para as linhas divisórias e representam pontos, áreas ou linhas que não estariam rigidamente associados a nenhum sistema estatal específico. Mesmo que a fronteira nem apareça no mapa, como no caso do último exemplo comentado, a representação do território vizinho e o estímulo à circulação naquele espaço podem por si só representar uma idéia de superação dos limites restritos dos países sul-americanos.

Apesar de existirem muitos mapas que representam a fronteira como lugar de contato e de interesse turístico, é interessante observar como a imensa maioria dos mapas encontrados relativos a esta temática representava as fronteiras ao sul do Brasil. Mesmo que a região norte apresente um imenso potencial turístico associado às belezas naturais da floresta amazônica, por exemplo, não há um destaque freqüente nos potenciais turísticos dessas áreas. Quando se apresenta o turismo na Amazônia ele é majoritariamente focado nas redondezas da cidade de Manaus e pouco se fala das possibilidades de cruzamento das fronteiras com a Colômbia ou o Peru enquanto uma atração turística da região norte.

Além disso, mesmo que existam muitas similaridades nas populações que habitam estas localidades, como os indígenas que ocupam territórios em países distintos, estas não são muito noticiadas quando comparadas a freqüente relação feita entre as populações que habitam o sul do Brasil e seus vizinhos fronteiriços. Esta seletividade aponta para formas específicas de representação das fronteiras nos segmentos distintos reportados na imprensa brasileira.

No entanto, mesmo que não seja associado diretamente ao turismo, as belezas naturais do norte e os seus ambientes que se estendem por países distintos, podem ser um elemento que também auxilia na idéia de cruzamento e penetração das fronteiras. Na seção seguinte, buscarei trabalhar o meio ambiente como mais um tema que enfraquece os limites internacionais como os principais elementos a serem representados nos mapas jornalísticos.

5.4 - A Questão Ambiental e a Fronteira Internacional

As fronteiras políticas são necessariamente fenômenos sociais e conseqüentemente, muitas vezes, divergem de marcos e acidentes naturais. Por mais que os acidentes geográficos, como montanhas e rios, tenham sido muito freqüentemente utilizados na institucionalização de limites entre os países sul-americanos, sabe-se que muitos biomas e processos ambientais são compartilhados entre dois ou mais países. Ao longo de praticamente toda a fronteira brasileira há uma divisão política separando biomas contíguos como os pampas, o pantanal e a Amazônia.

A percepção de que qualquer política ambiental de preservação requer uma interação como o país vizinho vem sendo assimilada aos poucos pelos governantes e a população sul-americana. Como proteger um rio se sua nascente se encontra do outro lado do limite internacional? Como explorar um recurso natural situado entre as fronteiras de países distintos? Estas e outras perguntas parecem estimular uma relação entre a representação espacial de questões ambientais e uma concepção que evidencia a delimitação das fronteiras políticas internacionais na gestão dos recursos naturais. A constatação de que os processos naturais transbordam as fronteiras pode estimular uma geografia imaginativa que articule territórios vizinhos e evidencie a urgência de ações conjuntas.

Mesmo que a maioria das reportagens apresente um enfoque preservacionista, valorizando a proteção dos recursos naturais em ambos os lados da fronteira, é valido considerar como a institucionalização de áreas de preservação também pode criar "zonas-tampão". O termo "zona-tampão" pode ser aplicado às zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa de fronteira, criando, por exemplo, parques naturais, áreas protegidas de reserva ou terras indígenas (Brasil, 2005:145). Neste sentido uma área de preservação pode atuar também na separação entre sistemas territoriais distintos impedindo, por exemplo, a intensificação de vias de comunicação e frentes populacionais.

A criação de um bloqueio espaço-institucional pode, assim, tanto corresponder ao reconhecimento da ocupação do território por grupos locais, quanto ser justificado pela proteção de recursos próximos a fronteira, diminuindo os custos da infra-estrutura de defesa e vigilância. Esta tendência dupla relacionada tanto a questões ambientais que ultrapassam as fronteiras, quanto a marcos institucionais que podem

dificultar fenômenos de interação apareceu com um certo destaque nos mapas jornalísticos pesquisados.

Por um lado, observou-se que haviam processos ambientais mapeados para além das fronteiras nacionais, destacando a necessidade de complementaridade e integração para explorar e preservar os recursos. Por outro, foram encontrados muitos mapas localizando zonas de proteção especial que estariam sendo institucionalizadas nas fronteiras, que mesmo associadas a um discurso preservacionista poderiam estar atuando como zonas-tampão delimitadas para "proteger" o território brasileiro. A seguir, apresentarei alguns exemplos relacionados com estas duas tendências distintas.

A Natureza para Além das Fronteiras Políticas

Não é de hoje que as barreiras institucionais e as possessões territoriais se chocam com ambiente natural e o seu estudo. Até mesmo os naturalistas e exploradores do século XVIII já tinham muitas vezes que guiar e limitar suas pesquisas respeitando linhas imaginárias projetadas no espaço através da geopolítica internacional. No contexto da América do Sul, um caso bastante famoso é a exploração feita pelo "geógrafo" e naturalista alemão Alexander von Humboldt que esteve, em 1800, na região onde hoje se localiza a tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. Esta expedição tinha o objetivo de revelar processos naturais específicos na região amazônica, mas foi limitada pela divisão entre as possessões portuguesas e espanholas, pois apenas os últimos permitiram a presença do cientista em suas colônias.

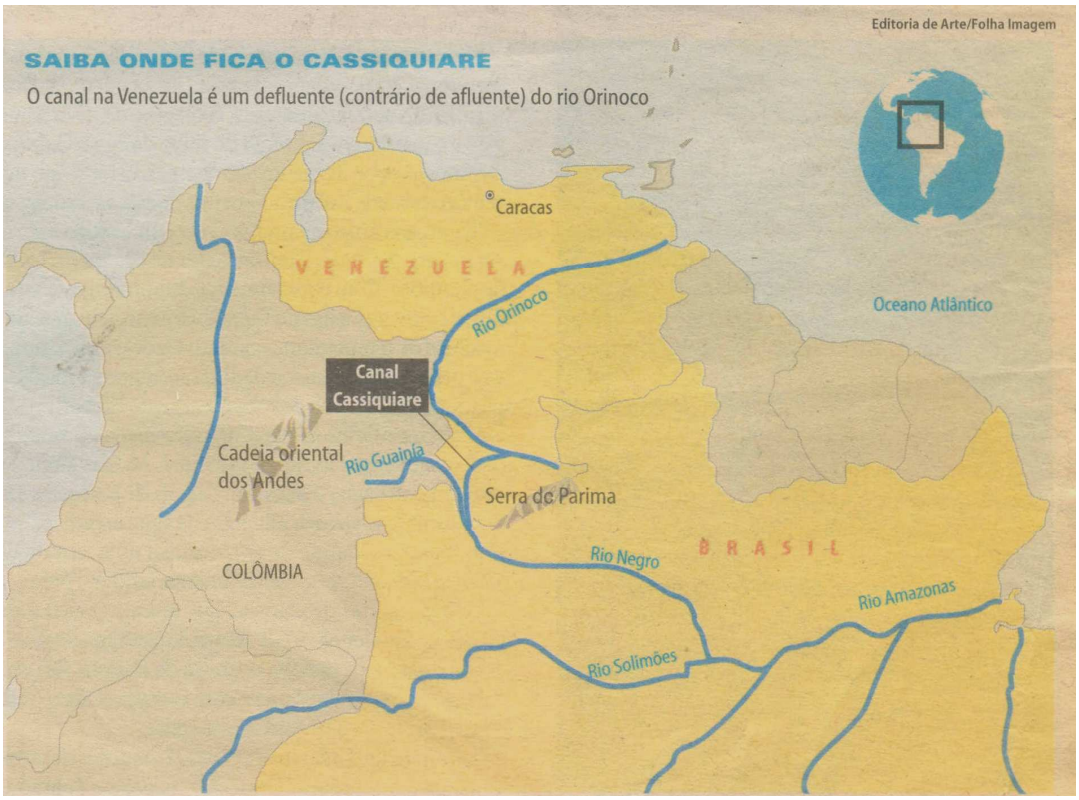
Uma das principais hipóteses de Humboldt em sua visita a região onde atualmente localiza-se a tríplice fronteira, era a de que havia um canal sazonal que ligaria o rio Orinoco, principal rio da Venezuela, com o rio Negro que corre para o Brasil e se junta com o rio Solimões para formar o rio Amazonas. Buscando confirmar a hipótese construída através do relato de uma índia Cariacani (Safier, 2009), Humboldt cruzou o hoje famoso canal Cassiquiare, que conecta as redes de drenagem entre as bacias do Orinoco e do rio Negro. No entanto, ao seguir pelo rio Negro Humboldt foi barrado pelas autoridades portuguesas e impedido de entrar em território brasileiro.

Como não possuía autorização prévia para circular em território brasileiro a expedição de Humboldt teve que permanecer por mais cinco anos percorrendo apenas

as possessões das colônias espanholas. Segundo Safier (2009), o Conde Antônio de Araújo e Azevedo teria inclusive tentado em vão convencer João VI da importância das expedições científicas do naturalista, mas estas foram consideradas "suspeitas". Incomodado, Humboldt lamentava em seu diário sobre as "animosidades nacionais" com suas "vans disputas territoriais" que contribuíam para a imperfeição do conhecimento geográfico, ou seja, "as rivalidades imperiais tornavam os mapas piores" (Safier, 2009). Este caso pode exemplificar claramente esta tensão entre o ambiente natural e a fronteira política, evidenciando como o cruzamento das fronteiras é um princípio fundamental para o estudo dos processos ambientais.

Duzentos anos depois da expedição de Humboldt, um projeto da Universidade de Brasília, chamado "Humboldt Amazônia 2000", articulou pesquisadores brasileiros e venezuelanos, da Universidade Simón Bolivar, para refazer os caminhos do naturalista e estudar a fundo a hidrologia da região. Nesta pesquisa, os cientistas constataram a grande importância do canal Cassiquiare, que seria um defluente do rio Orinoco fundamental para a formação do rio Negro e, conseqüentemente, para o volume de água do rio Amazonas. O mapa abaixo foi publicado em uma reportagem da Folha de São Paulo (15/10/2000) que apresentava os resultados da pesquisa e reconstituía a história das explorações de Humboldt na região. O objetivo do mapa era, portanto, localizar o canal do Cassiquiare e a conexão entre as bacias do rio Negro e do Orinoco.

Figura 5.14



Fonte: Folha de São Paulo, 15/10/2000.

Seguindo as linhas azuis que representam os rios no mapa observamos como as nascentes dos rios Negro e Solimões, como já foi dito fundamentais para a formação do rio Amazonas, não estão situadas em território brasileiro. O rio Negro é formado pela junção entre o rio Guainía e Cassiquiare, com nascentes na Colômbia e na Venezuela e a nascente do Solimões, embora não apareça no mapa, claramente ultrapassa os limites do território brasileiro. A cadeia oriental do Andes e a serra da Parima foram destacadas e os territórios dos três países envolvidos foram nomeados, com destaque para Venezuela e Brasil enfatizados em amarelo.

A descrição dos povoados que atualmente ocupam a região evidencia como é difícil seguir a lógica dos Estados nacionais na circulação nesta complexa rede de canais interligados. Após a junção do Cassiquiare com o Negro, se um viajante simplesmente desce o rio, observará o surgimento de um povoado de cada nacionalidade: "as primeiras são as cidades de San Carlos de Rio Negro, do lado venezuelano, e de San Felipe, no colombiano. Menos de cem quilômetros rio abaixo, está o povoado de Cucuí, a primeira localidade brasileira" (Folha de São Paulo, 15/10/2000).

É curioso observar como duzentos anos após a passagem de Humboldt, os conflitos envolvendo os limites territoriais ainda influenciavam de alguma forma a acessibilidade da região. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo (15/10/2000), a expedição ao Cassiquiare foi a única que os cientistas brasileiros foram autorizados a fazer na Venezuela, "devido ao rigor das leis daquele país quanto a pesquisa por estrangeiros". Em algumas áreas de pesquisa, os cientistas também foram limitados a apenas observar a paisagem de helicóptero, por se tratar de áreas onde o exército colombiano combatia guerrilheiros e o exército brasileiro também intensificava a presença militar para proteger seu território. Neste sentido, a geopolítica dos estados segue ainda influenciando e limitando a exploração dos biomas da região.

Mesmo com as limitações estatais citadas na reportagem, este mapa estimula uma concepção mais integrativa das fronteiras, através de linhas azuis que conectam os territórios entre países distintos. Muitos brasileiros sabem que o rio Amazonas é um dos rios com o maior volume de água do mundo e é uma riqueza natural muito valiosa, mas talvez poucos saibam que as principais nascentes deste rio se encontram do outro lado das fronteiras, nas cadeias montanhosas situadas nos países vizinhos. Neste sentido a representação do meio ambiente pode estimular o interesse sobre elementos que estão além das fronteiras nacionais, quebrando uma visão bastante difundida da Amazônia brasileira como um espaço vazio e um sistema fechado (Machado, 2002).

A informação de que a Amazônia não acaba no Brasil, mas é um bioma que se estende por mais oito países vizinhos pode ser surpreendente para muitos leitores brasileiros e essa idéia é mais freqüentemente apresentada na imprensa quando se trata de questões ambientais compartilhadas. O mapa abaixo, publicado na revista Veja (24/12/1997) evidencia este interesse pela "Amazônia dos vizinhos", utilizando caixas de texto para relatar processos que ocorreriam em cada um dos países que compartilham o bioma em questão.

Figura 5.15

Fonte: Veja, 24/12/1997.

No mapa observamos os limites da Amazônia Legal brasileira representados através de uma linha vermelha, mas as linhas separando os países são praticamente imperceptíveis pois estão representadas com um pontilhado em preto sobre o fundo verde escuro. Neste sentido, as linhas azuis dos rios aparecem com mais destaque do que os limites internacionais, valorizando a contigüidade da bacia amazônica. Outra prática que também sugere esta idéia é a escolha das cores do mapa, pois o verde predomina com muita intensidade evidenciando como a floresta segue para além das fronteiras brasileiras. O autor não utilizou outras cores para diferenciar, por exemplo, as áreas de cerrado ou a cordilheira dos Andes e apenas pequenas manchas brancas aparecem em locais específicos. O verde, associado à floresta amazônica, predomina, como se tomasse toda a América do Sul com um único bioma compartilhado por

vários países.

Através das caixas de texto são comunicadas informações gerais sobre as florestas nos outros países e grande parte dos textos acentua a idéia de interconexão e complementaridade na bacia amazônica. Na Venezuela, por exemplo, são destacadas as terras dos índios Ianomami, que possuiriam "um território igual ao dobro de Portugal" e viveriam "perambulando de uma aldeia para outra sem reconhecer as marcas de fronteira" (Veja, 24/12/1997). Já quanto ao Peru, destaca-se que "o rio Amazonas nasce na região dos Andes peruanos, mas há uma enorme polêmica sobre qual é o seu lugar exato". As riquezas da amazônia colombiana e a migração dos garimpeiros brasileiros para a Venezuela e para a Guiana também são informações que corroboram com a idéia de que a Amazônia vai muito além das fronteiras brasileiras.

Mais recentemente, as próprias descrições dos processos relacionados ao aquecimento global e ao desmatamento também podem intensificar este tipo de geografia imaginativa que estimula uma concepção trans-fronteiriça através da representação do ambiente. O discurso ecológico, que passa a ser difundido com bastante intensidade no Brasil após a década de 1990 - a partir da realização da ECO 92 - chega ao século XXI dando bastante ênfase aos processos de mudança climática e seus impactos no ambiente. As questões ambientais são necessariamente trans-nacionais, pois os processos naturais e suas transformações não podem ser tratados como circunscritos ao território de um Estado nacional. O mapa abaixo, por exemplo, publicado do jornal O Estado de São Paulo (8/4/2007), mostrava um regime de ventos influenciado pela interação entre a Amazônia e os Andes, que seria fundamental para garantir a umidade no interior da América do Sul e estaria sendo ameaçado pelo desmatamento.

Figura 5.16

Fonte: O Estado de São Paulo, 8/4/2007.

O objetivo da reportagem na qual o mapa acima estava inserido era divulgar pesquisas acadêmicas que evidenciavam a importância da floresta amazônica para a circulação do ar sobre o Atlântico e o Pacífico. A incorporação de um esquema gráfico teve a intenção de fazer com que o leitor "entenda o processo" descrito na reportagem. A idéia básica seria mostrar como o aquecimento da floresta amazônica atrai os ventos alísios do oceano que trazem a umidade do mar para o continente. A corrente de vento que atravessa a Amazônia encontra os Andes e é refletida para o interior da América do Sul, sendo importante para amenizar o clima nas cidades brasileiras, como São Paulo, representada no mapa.

Através do uso de símbolos pictóricos miméticos e uma visão em perspectiva, o mapa representa a floresta, os Andes e a cidade de São Paulo, o que evidencia que a

intenção é mostrar para o leitor como o desmatamento da Amazônia pode afetar a sua vida, ou seja, o clima de São Paulo, onde a maioria dos jornais é vendida. Mostrando como a floresta influencia toda a circulação de ventos na região, a reportagem induz o leitor a imaginar como o clima ficaria sem a mata que atrai a umidade e impede que o país fique seco ou "savanizado". Enquanto no mapa anterior os Andes foram suprimidos, no intuito de destacar o tamanho da Amazônia fora do território brasileiro, aqui a cordilheira é destacada, pois se descreve um processo natural onde a interação entre a floresta e a montanha é fundamental.

Muitos mapas sobre processos ambientais passam esta concepção trans-fronteiriça representando os territórios entre países vizinhos sem diferenciá-los como unidades autônomas e independentes. No entanto, estes mapas não representam necessariamente os espaços de fronteiras, mas apenas sua transgressão através de processos naturais que não condizem com as divisões políticas. Em síntese, as reportagens e os mapas analisados indicam que a questão ambiental também é representada de forma mais pontual nos espaços fronteiriços, sobretudo através de notícias que informam a criação de parques nacionais, reservas indígenas, extrativistas ou áreas de proteção ambiental. Nestes casos, os mapas geralmente localizam as áreas a serem protegidas que se situam próximas aos limites internacionais.

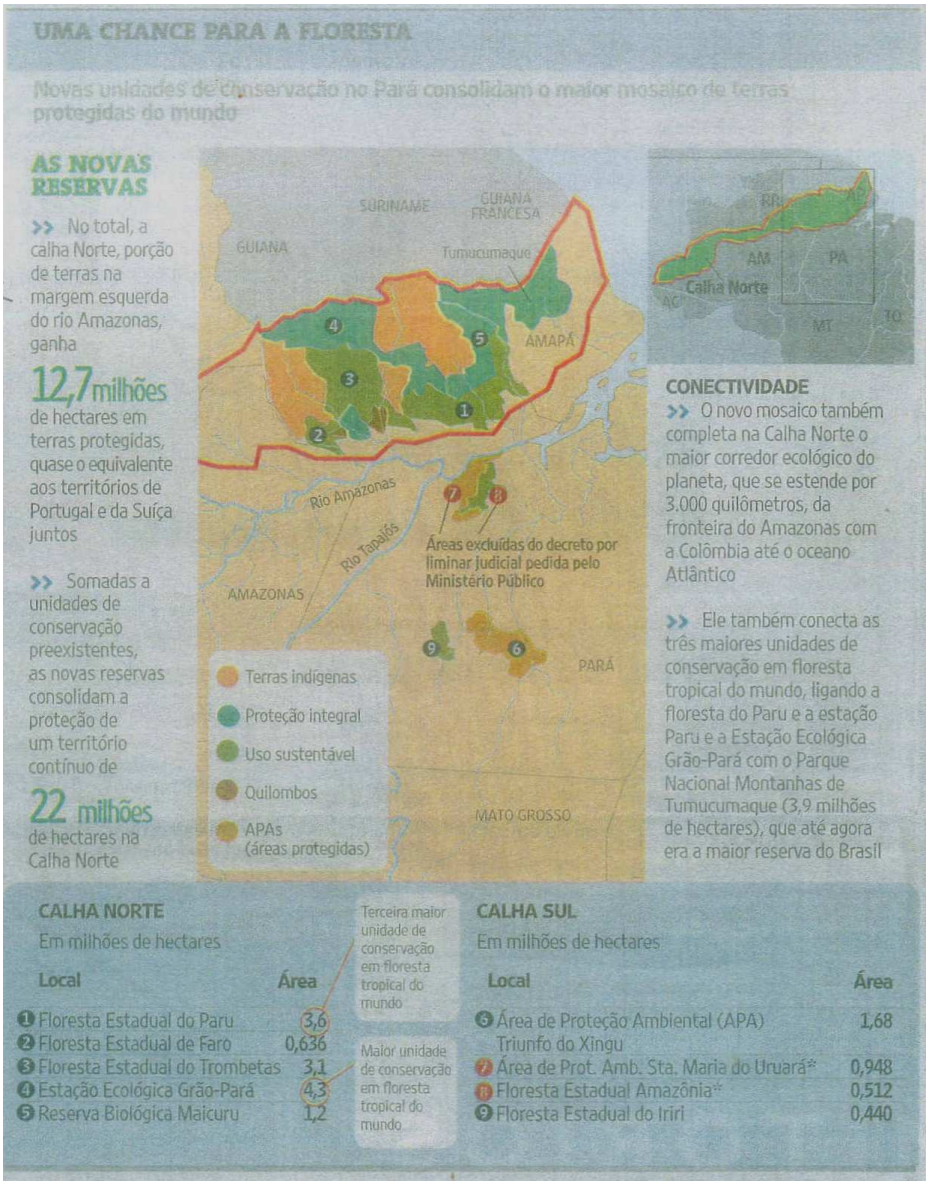
Reservas Ambientais como Zonas-Tampão

Certamente existem muitos locais onde existe um reconhecimento da ocupação do território por grupos locais que justifica a criação de um bloqueio institucional em uma área específica - como é o caso dos índios e dos seringueiros. Porém, vários fatores podem estimular este tipo de política próxima à faixa de fronteira, como a proteção de recursos naturais, a limitação de frentes de povoamento, a existência de áreas de tensão militar e a perspectiva de diminuição dos custos da infra-estrutura para a defesa do território (MIN, Brasil, 2005). De forma geral, a proteção dos recursos naturais é uma questão fundamental na fronteira ao norte do país, mas pode-se afirmar que a adoção de modelos que estimulavam frentes militares e colonização - como era proposto pelo programa Calha Norte - vêm sendo vencida pelo modelo da "zona-tampão", que seria mais barato do ponto de vista orçamentário (MIN, Brasil, 2005).

Mesmo que se saiba da importância das áreas protegidas enquanto "tampões"

que protegem o território nacional, dificilmente uma reportagem jornalística associa a criação de parques e áreas de proteção com a geopolítica continental ou a necessidade de proteção de recursos das ambições do vizinho. De fato, os jornais destacam com maior freqüência a importância ambiental e ecológica da criação destas áreas, difundindo um discurso do tipo preservacionista. O mapa abaixo, por exemplo, publicado na Folha de São Paulo (5/12/2006), representava uma série de reservas contíguas que estariam sendo criadas na Calha Norte do rio Amazonas, destacando a importância ambiental da criação da "maior reserva florestal do mundo".

Figura 5.17



Fonte: Folha de São Paulo, 5/12/2006.

A reportagem que continha o mapa acima destacava como o rio Amazonas passaria a ter 12,7 milhões de hectares de unidades de conservação em terras contínuas. No mapa observamos como as cores diferenciam, através da legenda, os tipos de áreas protegidas criadas no estado do Pará, entre terras indígenas, áreas de proteção integral, reservas de uso sustentável, quilombos e APAs (áreas de proteção ambiental). Uma linha vermelha envolve as áreas da Calha Norte do rio Amazonas no Pará que fazem parte do "maior corredor ecológico do planeta, que se estende por 3.000 quilômetros da fronteira do Amazonas com a Colômbia até o oceano Atlântico" (Folha de São Paulo, 5/12/2006). Através dos números no mapa observamos uma segunda legenda, que nomeia e define a área ocupada pelas reservas em questão.

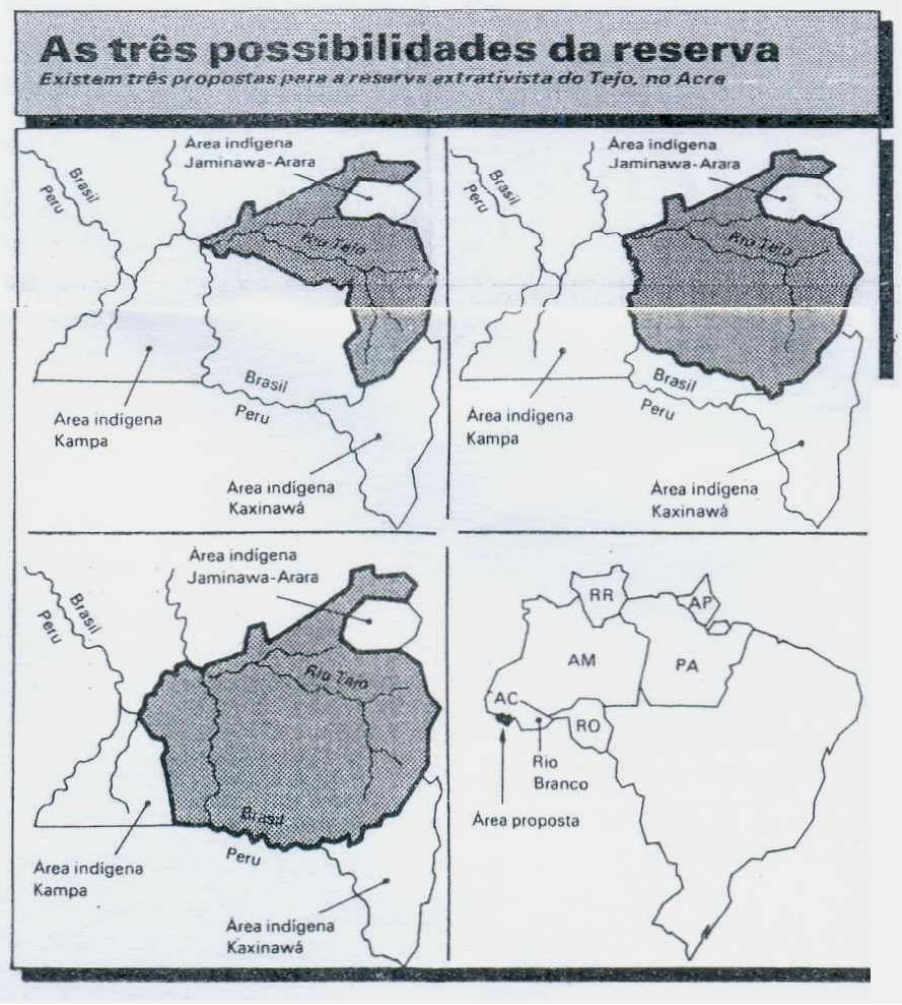
Segundo a reportagem, a criação das áreas de proteção representadas atenderia aos interesses preservacionistas, pois se trata de uma área com imensa biodiversidade. Nada se discute, no entanto, sobre o possível papel geopolítico na criação destes parques, que, estando situado nas fronteiras podem atuar como "zonas-tampão". É curioso notar como a maioria das "áreas de proteção integral", representadas em verde escuro, se encontra justamente mais próximas ao limite internacional, pois são áreas onde nenhum tipo de frente de expansão seria permitido. Observa-se também como as áreas protegidas se encontram muito concentradas na Calha Norte do rio e as áreas sete e oito, situadas na Calha Sul, haviam sido "suspensas a pedido do ministério público". Não pretendo aqui entrar nos detalhes de cada uma das áreas protegidas representadas, mas apenas evidenciar sua tendência de concentração próxima às fronteiras internacionais, o que pode reforçar sua função de "tampão".

No mapa menor que representa todo o corredor ecológico, podemos observar como há uma relação entre os discursos preservacionistas e a proteção geopolítica das fronteiras ao norte do país. Uma grande faixa verde protege uma poção significativa dos recursos naturais na Amazônia brasileira e dificulta a criação de estruturas conectivas que estimulem frentes de povoamento nas fronteiras internacionais. Embora não seja destacado pelo jornal, é importante reconhecer que um corredor ecológico pode atender a interesses ligados tanto a preservação quanto a proteção do território nacional.

A importante relação entre a escolha de áreas para institucionalizar parques e reservas e a presença da fronteira internacional ficou bastante explicita em uma reportagem sobre o primeiro projeto de criação de uma reserva extrativista no estado brasileiro do Acre, publicada pelo Estado de São Paulo em 1989 (24/12/1989). A

proposta de criação da reserva surgia no contexto de pressões internacionais um ano após a morte do líder seringueiro Chico Mendes, que havia sido assassinado nos conflitos de terra existentes na região. A proposta da reserva seria garantir o trabalho dos seringueiros em uma área de mata específica que também seria preservada, já que a atividade de extração da seringa depende da preservação das árvores. Entre as várias áreas disponíveis - e já ocupadas pelos seringueiros - para a institucionalização da reserva extrativista, foi escolhida justamente uma área mais isolada próxima a fronteira com o Peru. As possibilidades de demarcação da reserva apareciam na reportagem através de três mapas com delimitações distintas.

Figura 5.18



Fonte: O Estado de São Paulo, 24/12/1989.

Segundo a reportagem (O Estado de São Paulo, 24/12/1989), a prioridade para a escolha desta área, reconhecidamente "uma das mais inacessíveis dentre as ocupadas pelos seringueiros tradicionais", teriam três justificativas: "localização em

faixa de fronteira, necessidade de proteção dos mananciais dos rios formadores do rio Juruá e ameaça do impacto da futura estrada entre o Brasil e o Pacífico". Observamos assim que a proximidade do limite internacional é muitas vezes um fator explicitamente utilizado para justificar a localização de uma área de preservação. Observamos que entre as três possibilidades de reserva destacada no mapa, a terceira, apresentada na reportagem como "mais provável", era a única que tocava o limite internacional e por isso poderia atuar mais eficazmente como uma "zona-tampão" em conjunto com as reservas indígenas que estavam no seu entorno.

Não havia nem no texto da reportagem e nem no mapa nenhuma informação sobre o que existia do outro lado da fronteira ou sobre possíveis diálogos entre o Peru e o Brasil na institucionalização das áreas de proteção na região. O próprio mapa do Brasil utilizado para localizar o leitor na área representada evidencia este "silêncio" na representação do território vizinho, pois embora o mapa localize a "área proposta" para criação da reserva em um ponto situado praticamente sobre a fronteira internacional, nem os nomes nem as formas dos países limítrofes foram acrescentados na imagem.

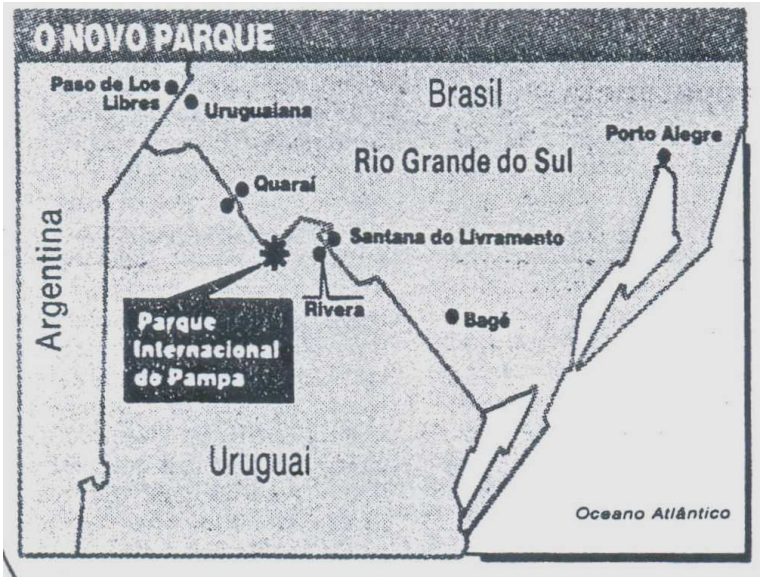
Mesmo que a preservação do ambiente seja necessariamente uma questão trans-nacional, pode-se afirmar que grande parte das medidas protecionistas é tomada na esfera nacional, delimitando áreas sem um diálogo com o vizinho, que não necessita ter seu território representado nos mapas sobre as reservas. Embora existam casos de reservas internacionais e áreas indígenas comuns - como no caso da reserva indígena Ianomani entre o Brasil e a Venezuela - a grande maioria dos mapas sobre áreas de preservação encontrados na presente investigação, não qualificava o que estaria para além das fronteiras, limitando-se a representar reservas situadas em território brasileiro. Esta tendência na representação das reservas brasileiras situadas nas fronteiras internacionais pode evidenciar como além da preservação estes contribuem para "tampar" as fronteiras e limitar conexões mais intensas com o vizinho.

Se os mapas relacionados às reportagens sobre o turismo se concentraram claramente nas fronteiras ao sul do continente, como foi explicitado na seção anterior, no caso da questão ambiental os mapas certamente se concentram nas fronteiras com os países situados ao norte. A existência da Amazônia e a concentração de políticas preservacionistas nesta região estimularam uma série de reportagens que atendem a uma lógica contraditória. Por um lado, os mapas coletados mostram como o bioma

amazônico transborda as fronteiras políticas e seus processos devem ser considerados para além das escala nacionais. Por outro a localização de áreas protegidas evidenciam como as políticas de preservação se fazem majoritariamente na escala nacional, pois os mapas raramente representam áreas de reserva contínua entre países distintos.

Curiosamente, algumas reportagens e mapas representando a possibilidade de institucionalização de parques internacionais, focados na participação conjunta dos países situados dos dois lados da fronteira apareceram com maior freqüência nas fronteiras ao sul do país, como, por exemplo, nas já comentadas "pacíficas" fronteiras entre o Brasil e o Uruguai. O mapa abaixo, publicado no Jornal do Brasil (14/6/1994), situa a proposta da criação de um parque florestal na fronteira internacional ao sul do país e não apresenta alguns dos "silêncios" identificados nos exemplos anteriores.

Figura 5.19



Fonte: Jornal do Brasil, 14/6/1994.

Observamos que o território do Uruguai não aparece aqui como espaço em branco além das fronteiras, pois o país é nomeado e tem cidades gêmeas com o Brasil representadas através de pontos (como Rivera e Santana do Livramento). Embora neste caso o parque não seja representado com símbolo de área e sim através de um ponto, observamos que o ponto se encontra propositalmente situado em cima do limite internacional, evidenciando como o parque estaria situado do "território brasileiro e uruguaio" (Jornal do Brasil, 14/6/1994). O próprio nome do parque, "Parque Florestal Internacional do Pampa Latino-Americano", mostra claramente

como trata-se de um arranjo institucional bi-nacional, ocupando "uma área de 30 mil hectares comuns aos dois países".

A idéia principal deste parque seria preservação dos rios da região, que nascem "no contra-forte da chamada Coxilha Negra, comum ao Brasil e Uruguai" e estariam sendo "depredados pelo assoreamento dos arroios, agrotóxico, pesca predatória e bombeamento irregular de água para as plantações de arroz". A possibilidade de um arranjo institucional bi-nacional para a criação do parque nasceu a partir de um acordo entre os presidentes assinado três anos antes da reportagem (em 1991), mas a matéria foca bastante no impulso que o recém-implementado Mercosul poderia dar a este tipo de iniciativa. Segundo o jornalista, esta seria "uma ação comum na área de meio ambiente dentro dos objetivos do Mercosul, de integração do Brasil com seus vizinhos".

Certamente a criação de um bloco econômico entre os países do cone sul auxilia e facilita a formação de arranjos institucionais para cooperação nas regiões de fronteira. Na realidade, a existência de um bloco pode intensificar políticas relativas às várias temáticas até aqui trabalhadas, como a criação de infra-estrutura conectiva e o incentivo ao turismo internacional. Mas até que ponto os blocos econômicos realmente têm o interesse em intensificar uma política de abertura das fronteiras? Como o Mercosul é representado cartograficamente na imprensa brasileira e quais são seus possíveis impactos sobre as geografias imaginativas associadas às fronteiras sul-americanas? A seção seguinte busca apontar tendências para se responder estas questões através da interpretação de alguns mapas que representam os blocos econômicos no continente sul-americano.

5.5 - Blocos Econômicos: O Fim das Fronteiras?

Os blocos econômicos constituem um elemento fundamental para se compreender as geografias imaginativas das fronteiras políticas a partir do final do século XX. Como discutido em outros momentos da tese, sabe-se que a institucionalização de espaços econômicos integrados foi um elemento fundamental para o surgimento de novos paradigmas do estudo das fronteiras, focados na complementaridade infra-estrutural e nas políticas de cooperação em localidades específicas. A União Européia serviu de modelo para a institucionalização de blocos econômicos em diferentes regiões do planeta e as iniciativas na América do Sul

apresentam uma série de especificidades. Meu objetivo aqui não é reconstituir a história dos processos de integração econômica no sub-continente, mas apenas apresentar as formas mais freqüentes de representação espacial veiculadas na mídia brasileira sobre o bloco mais significativo já criado na região: o Mercosul.

Muitas iniciativas de integração econômica foram tomadas na América do Sul a partir da segunda metade do século XX, como a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alac) e a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (Aladi), ambas criadas através de tratados assinados em Montevidéu em 1960 e 1980 respectivamente. Há também a importante criação do Pacto Andino em 1969, que buscava integrar economicamente os países presentes na cordilheira dos Andes e também despertou bastante o interesse da mídia brasileira[3]. No entanto, devido a sua dimensão econômica e evolução normativa mais avançada, pode-se considerar que o Mercado Comum do Sul - Mercosul institucionalizado em 1991 - é a iniciativa de integração econômica da América do Sul que mais tem recebido atenção por parte da imprensa nacional e internacional.

Instigado pela grande mobilização midiática relativa ao Mercosul no Uruguai, o segundo secretário da Embaixada do Brasil em Montevidéu, Antônio Francisco da Costa e Silva, resolveu quantificar as referencias feitas ao bloco econômico na imprensa uruguaia em alguns meses do ano de 1991. Neste período, o secretário encontrou até 56 artigos sobre a temática publicados em um mesmo dia (Jornal do Brasil, 2/9/1991). No Brasil o interesse certamente não foi menor, pois as pastas temáticas sobre o Mercosul consultadas durante a pesquisa documental eram organizadas por anos e continham um material muito extenso veiculado deste o início da década de 1990.

O Mercosul foi institucionalizado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai através do Tratado de Assunção assinado em 26 de março de 1991. Neste documento ficou estabelecido que a união aduaneira entraria em vigor em 31 de dezembro de

[3]Embora tenha havido uma busca específica por mapas sobre o pacto andino para observar a representação das fronteiras, estes eram raros e não justificaram um comentário mais aprofundado aqui. No entanto, vale a pena destacar duas reportagens que continham mapas e chamaram a atenção por seu conteúdo, ambas veiculadas no Jornal do Brasil. Em "Na cordilheira o vizinho X", publicada em 21/10/1972, o jornal noticiava a formação de um novo "país" vizinho unindo os territórios andinos, como se o bloco fosse deslanchar rapidamente. Já na reportagem com a manchete: "Pacto Andino enfrenta hoje sua crise mais séria", de 29/8/1976, eram noticiados os atritos entre o Chile e o resto do bloco após o golpe militar naquele país. Contrariando as políticas de integração estabelecidas entre os países no período do governo de esquerda de Salvador Allende, o general Augusto Pinochet promovia acordos diretos com países estrangeiros e abria seus mercados para o mundo no que ficou conhecido como uma das primeiras experiências de políticas neo-liberais no mundo.

1994 instituindo a "livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países" (Tratado de Assunção, 1991). Como já foi dito, o estabelecimento do tratado é claramente inspirado no modelo da União Européia, destacando a "evolução dos acontecimentos internacionais, em especial na consolidação de grandes espaços econômicos" (Tratado de Assunção, 1991). Influenciado por processos que vinham ocorrendo em outras partes do mundo, o Mercosul buscou articular economias de relativa importância e chamou a atenção da mídia para suas potencialidades e especificidades.

Para além de apenas reconhecer que o Mercosul é o bloco econômico mais noticiado da América do Sul ou de questionar sua eficiência, gostaria aqui de conduzir a análise do material coletado na imprensa brasileira a partir de uma indagação básica: quais foram as notícias que mais estimulam a presença do Mercosul na mídia e que tipo de mapas acompanham as reportagens sobre esta temática na imprensa brasileira? Quatro sub-eixos temáticos foram identificados nas matérias jornalísticas coletadas.

As primeiras notícias encontradas sobre o Mercosul tinham relação com o próprio processo de institucionalização do bloco, pois as reuniões governamentais e as datas de implementação de medidas são acontecimentos recorrentemente noticiados. Em segundo lugar, identificou-se a existência de reportagens focadas nas novas expectativas que o bloco traria para o sub-continente, destacando um possível crescimento da importância da região no cenário internacional. Existem ainda as reportagens focadas na intensificação das trocas econômicas entre os países envolvidos e aquelas que destacam os problemas e as limitações encontradas no processo de integração proposto. A seguir, buscarei exemplificar como estas temáticas estimulara diferentes formas de representação espacial do Mercosul na cartografia da imprensa brasileira.

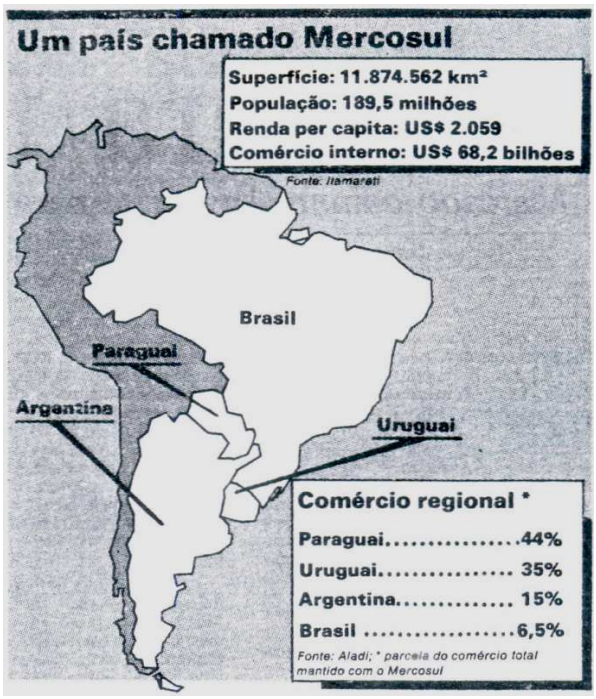
Institucionalização do Mercosul

.

Após a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, observa-se a existência de muitas reportagens que buscavam informar o leitor sobre surgimento do Mercosul, destacando a emergência de um "novo continente sul-americano" (O Estado de São Paulo, 1/7/1992) ou até mesmo - metaforicamente - de um novo "país" (Jornal do Brasil, 2/9/1991). Estes exemplos fariam parte da idéia de institucionalização do bloco, pois noticiavam os passos dados na sua constituição. Os mapas abaixo foram

veiculados após a assinatura do tratado e utilizavam as palavras citadas acima - "novo continente" e "país" - com o intuito evidente de apresentar as linhas gerais do novo bloco econômico para os leitores.

Figura 5.20



Fonte: O Estado de São Paulo, 1/7/1992.

Figura 5.21

Fonte: Jornal do Brasil, 2/9/1991.

O primeiro mapa (fig.5.20) foi publicado alguns meses após a institucionalização inicial do bloco e é um exemplo básico repetido constantemente em vários jornais brasileiros. Utilizando formatos e designers diferenciados, muitos mapas apresentam o simples intuito de localizar os países membros do novo bloco econômico. A idéia seria identificar os territórios participantes e passar informação sobre "um país chamado Mercosul" através do uso das tabelas, que informam dados sobre população, superfície e comércio do bloco. Enquanto a tabela superior apresenta dados somados sobre o conjunto de países membros do acordo, a tabela inferior evidencia a diferença entre os participantes, que apresentavam diferentes graus de dependência com relação às trocas no interior do sub-continente.

Já o segundo mapa faz um estilo pictórico menos comum na representação desta temática, buscando evidenciar as possíveis complementaridades entre as atividades dos países do bloco. Segundo a reportagem do Estado de São Paulo (1/7/1992) que busca destacar "o novo continente sul-americano", em janeiro de 1995 quatro países da América do Sul colocariam "em prática um plano audacioso de reforma econômica, inspirado na Comunidade Econômica Européia, que poderá redesenhar o mapa dos aspectos comerciais no continente". O mapa representa este continente futuro através de uma série de atividades a serem oferecidas nas trocas comerciais a serem intensificadas.

É curioso observar como embora estejam situadas em áreas afastadas dos países envolvidos na criação do Mercosul, as regiões amazônica e nordestina do Brasil são destacadas através de uma árvore, representando a floresta e um boneco deitado com óculos de sol, representando um turista nas praias do atlântico brasileiro. O turismo também aparece na Argentina, através do pequeno esquiador situado na região onde se encontram as cordilheiras nevadas no território do país.

A Argentina oferece ainda produtos derivados da produção pecuária, representados através do desenho de uma vaca ao sul de seu território. O Paraguai parece contribuir com a produção de grãos e o Uruguai com a produção têxtil. A sensação geral é de harmonia e complementaridade entre as áreas representadas no mapa. Dois barcos se localizam nas duas costas marítimas, sugerindo um continente integrado com saídas de exportação pelos dois oceanos, Atlântico e Pacífico.

De forma geral, a maioria das matérias veiculadas entre a institucionalização do Mercosul - em 1991 - e sua a implementação - em 1995 - pareciam bastante otimistas, enaltecendo as futuras trocas comerciais e a nova "cara" que seria dada ao

sub-continente sul-americano. No anseio de destacar as transformações rápidas que o Mercosul poderia trazer nas diferenças entre os países envolvidos, algumas reportagens chegaram até a produzir mapas eliminando totalmente as fronteiras entre os países. Ao invés de apresentar os países signatários como partes distintas que se juntam e interagem, o mapa abaixo, publicado na Gazeta Mercantil (23/2/1994), criava uma nova forma para o grande "país" que emergiria brevemente.

Figura 5.22

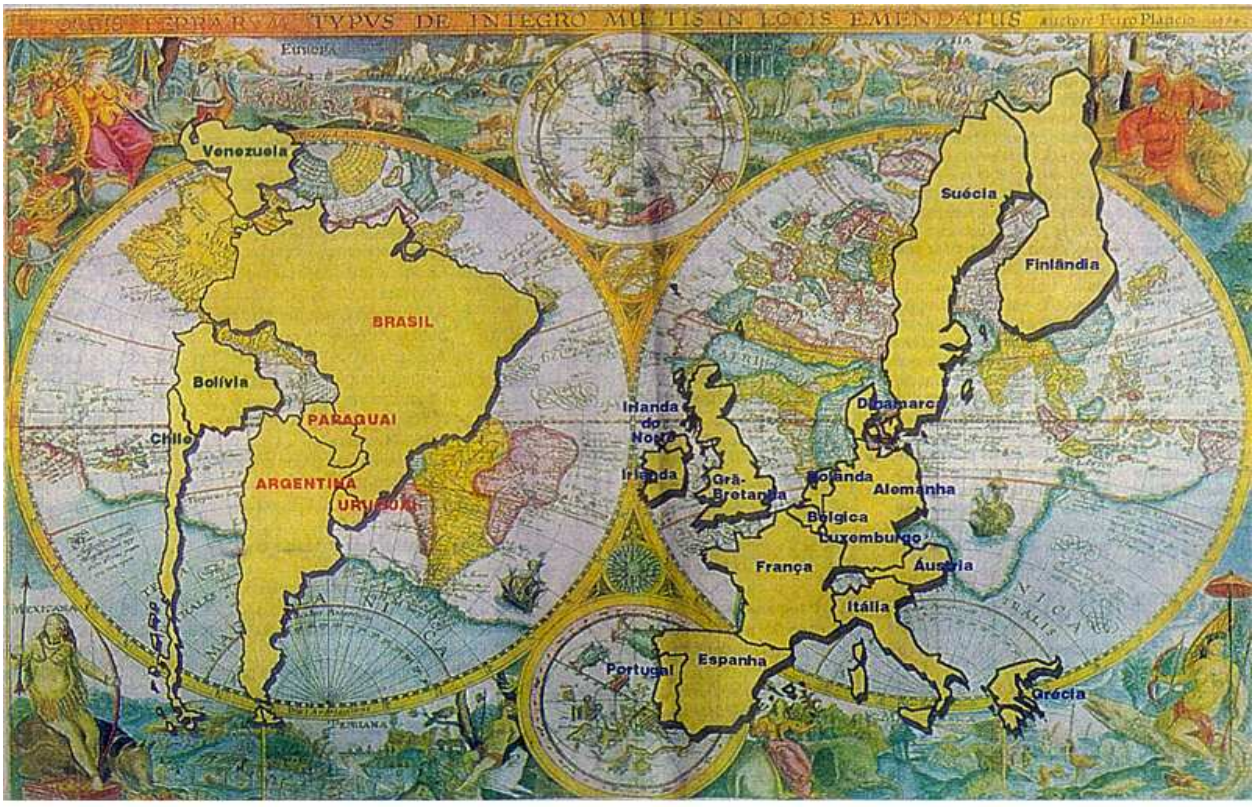
Fonte: Gazeta Mercantil, 23/2/1994.

Este otimismo relacionado a apresentação do Mercosul talvez tenha alcançado seu auge no momento em que se iniciou a implementação das políticas de integração em 1995. No primeiro dia de vigência do bloco econômico em 1/1/1995, o Jornal do Brasil já anunciava através de uma grande manchete: "Mercosul já é uma realidade continental". Em um tom claramente otimista a reportagem anunciava como a "segunda maior união aduaneira do mundo abre boas perspectivas de progresso para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai". Esta tendência de avaliação positiva das perspectivas futuras do Mercosul fazia também com que os jornais enaltecessem as possíveis posições de destaque que os países membros poderiam assumir futuramente no comércio mundial.

Mercosul e Otimismo no Cenário Internacional

Esta seria a segunda tendência identificada na representação do Mercosul na imprensa brasileira, que através de mapas que relacionavam a América do Sul com outras regiões no mundo, enalteciam o papel central que o bloco passaria a desempenhar. Publicado no final do primeiro ano de implementação do bloco no jornal Gazeta Mercantil (15/12/1995), o mapa abaixo foi utilizado para ilustrar uma reportagem que tratava do estabelecimento de relações entre o Mercosul e a União Européia. Naquele momento, os blocos assinavam um acordo de cooperação comercial e econômica e o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, afirmava que o dialogo com os europeus viria para "coroar o aniversário" do Mercosul.

Figura 5.23



Fonte: Gazeta Mercantil, 15/12/1995.

Utilizando como pano de fundo o famoso mapa de Petro Plancio, feito em 1594, a imagem acima destaca países Sul-Americanos e Europeus que parecem formar dois blocos consistentes prontos para estabelecerem relações comerciais

mutuas. É curioso observar como o mapa de 1594 é constantemente comentado como um símbolo do colonialismo europeu no século XVI, pois as duas esferas claramente separam a América colonial, ou o "novo mundo", da Europa e suas colônias mais antigas localizadas na Ásia. As figuras que decoram os quatro cantos do mapa reforçam esta idéia, pois na parte superior são representados tipos de paisagens e pessoas vestidas e mais "civilizadas" que seriam encontradas na Europa e na Ásia, enquanto que na parte inferior do mapa observamos pessoas desnudas e animais pitorescos representando tipos "mexicanos", "peruanos", entre outros.

Mas se no mapa de 1594 os europeus parecem ter uma posição superior representados através de uma mulher com trajes dourados que olha em direção ao continente americano no canto superior esquerdo do mapa. Na superposição mais atual as relações parecem mais simétricas. Sem se preocupar com a orientação dos continentes no mapa, o designer colocou o Mercosul e a União Européia frente a frente, como se os países agora negociassem em pé de igualdade. Os países que realmente pertenciam ao Mercosul naquele momento são nomeados em vermelho, e os países que estariam sendo convidados a participar como membros associados do bloco - Chile, Bolívia e Venezuela - apareciam destacados do resto e nomeados em preto. Nesta forma, o Mercosul tanto estaria possibilitando um diálogo diferente com a Europa como atraindo e aproximando outros vizinhos sul-americanos.

A idéia de "superposição" de duas ordens geopolíticas distintas é mostrada de forma explícita neste exemplo, que "sobrepõe" imagens produzidas em épocas variadas. Há aqui um otimismo claro com relação ao Mercosul e seus efeitos na inserção do Brasil na geopolítica mundial. Estas expectativas positivas com relação aos processos de integração eram corroboradas pelas palavras do presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, citadas na matéria: "o Mercosul tem a magia do nome, hoje uma marca registrada". "Assim como a Alemanha e a França se uniram para permitir o funcionamento da Europa, o Brasil e a Argentina se uniram para permitir o funcionamento do Mercosul" (Gazeta Mercantil, 15/12/1995).

Todo este otimismo estimulou algumas representações que evidenciavam a esperança em uma mudança de papel dos países do Mercosul na geopolítica mundial. O exemplo abaixo, publicado no jornal O Globo (29/12/1996), também é bastante explícito e altera a posição usual dos continentes para mostrar como o "Mercosul desenha um novo mapa, em que a América do Sul ocupa o centro do mundo".

Figura 5.24

Fonte: O Globo, 29/12/1996.

Ao contrário de países como os EUA e o Japão, que há bastante tempo difundem nas escolas mapas que tem seus países como o centro do mundo, no Brasil, e na América do Sul em geral, esta não é uma prática muito comum. Como explicita a reportagem, "o mapa-múndi que estamos acostumados a ver, tem a Europa no centro, com destaque para o Hemisfério Norte. No mapa a Europa pode parecer mais ampla do que toda a América do Sul, embora em área tenha de fato cerca de 55% do nosso continente".

O mapa acima foi feito com o objetivo de ser distribuído para estudantes e empresários brasileiros, evidenciando como as relações entre cartografia e imaginação geopolítica são reconhecidas em diferentes meios. Segundo o empresário Paulo Protásio, que encomendou a produção do mapa em questão: "pode parecer um detalhe sem importância, mas o mapa-múndi tradicional contribui para que os brasileiros se sintam ainda mais periféricos".

No mapa a ser divulgado, o Mercosul ocupa uma posição central no mundo e o Brasil ocupa uma posição central no Mercosul, destacado através de letras grandes e brancas, distintas das dos outros países também nomeados que formam o bloco. A imagem aqui reproduzida é provavelmente uma adaptação jornalística do mapa original que utilizava a projeção Wan Der Griten na escala 1:39.000.000 e foi publicado no "Atlas Socio-Cultural do Mercosul". Nesta configuração do mapa-

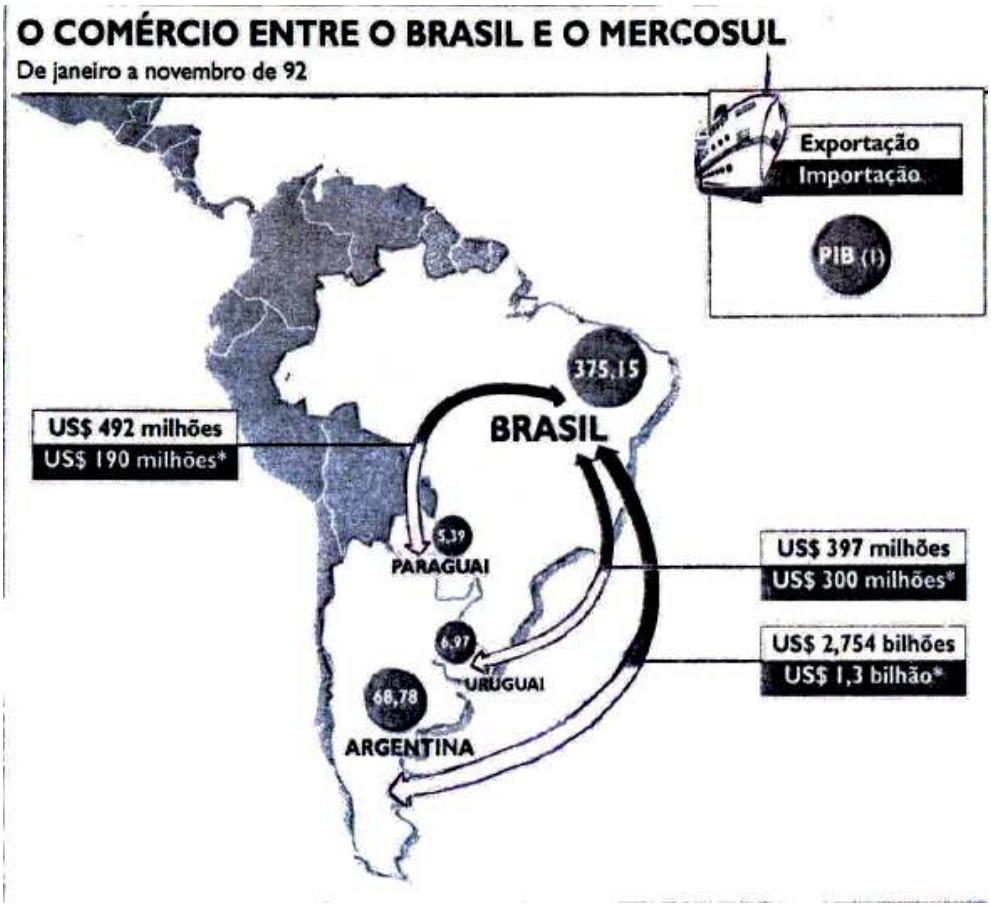
múndi, a Austrália e parte da Ásia são divididas, mas a regiões como a América do Norte - 19 milhões de quilômetros quadrados - e o território da antiga União Soviética - 22 milhões de quilômetros quadrados - deixam de aparecer com tamanhos maiores do que a África - que possui 30 milhões de metros quadrados (O Globo, 29/12/1996).

Segundo a reportagem acima citada, o empresário Paulo Protásio foi estimulado a produzir este mapa após ter "tomado um susto" ao se deparar com uma representação do mundo focada no Japão em uma visita a Tóquio. Observando como outros países representavam com freqüência seus territórios como centro do mundo, o empresário conseguiu apoio da de instituições como a Petrobrás e do Ministério da Educação para produzir e publicar os mapas. As primeiras cópias foram entregues aos presidentes e ministros das relações exteriores dos países do Mercosul em uma conferencia realizada naquele ano na cidade brasileira de Fortaleza e os exemplares seriam posteriormente distribuídos nas escolas brasileiras.

Intensificação das Trocas Comerciais entre os Países do Mercosul

Um certo otimismo acerca do Mercosul também aparece quando se apresenta, por exemplo, as trocas entre os países membros do bloco econômico e as possíveis atrações de investimento para a região. Esta é a terceira temática identificada nos mapas recolhidos. Ela também esteve muito presente na imprensa na primeira metade da década de 1990 e tinha geralmente suas notícias acompanhadas por mapas que representam os fluxos comerciais de importação e exportação entre os países signatários do bloco. O mapa abaixo, publicado na Folha de São Paulo (6/1/1993) é trata justamente do "comércio entre o Brasil e o Mercosul".

Figura 5.25



Fonte: Folha de São Paulo, 6/1/1993.

Através de setas e caixas com informações numéricas, a imagem representa as importações e exportações entre o Brasil e seus vizinhos participantes do bloco econômico. A letra maior na nomenclatura do país e o destaque de seu Produto Interno Bruto (PIB), correspondente a 375,15 bilhões de dólares evidenciam a posição de destaque que o Brasil detém no bloco. Se observarmos com atenção os números, podemos também constatar que a balança comercial com todos os países é favorável ao Brasil, que sempre exporta mais do que importa.

A reportagem da Folha de São Paulo (6/1/1993) destaca justamente a participação brasileira que estaria intensificando suas exportações para os vizinhos, pois desde a assinatura dos acordos do Mercosul o Brasil teria dobrado suas exportações para a Argentina e intensificado suas relações comerciais com Uruguai e Paraguai. Neste sentido é curioso observar que quando se trata do comércio no interior do bloco, as reportagens geralmente apresentam um forte teor nacionalista. Mesmo que as empresas "brasileiras" tenham relações com o capital internacional e se

apropriem de formas distintas dos territórios dos diferentes países da região, algumas reportagens destacam como várias companhias estariam "fincando a bandeira verde-amarela nos territórios vizinhos" (Isto é, 26/1/1994).

Neste contexto de expansão e integração dos mercados, a Argentina seria um dos principais alvos das empresas brasileiras. Segundo um levantamento da Associação de Empresas Brasileiras para a Integração no Mercosul em 1993 haveria mais de 300 empresas brasileiras com bases de operação instaladas na Argentina e este mercado estaria atraindo um "gordo e variado leque de companhias" (Isto é, 26/1/1994). O mapa abaixo ilustra esta tendência tão comentada na revista Isto é (26/1/1994) que descrevia vários casos de empresas brasileiras que estariam "a caminho de *la plata*".

Figura 5.26

Fonte: Istoé, 26/1/1994.

Associando-se com empresas locais, ou simplesmente expandindo seus negócios, as empresas parecem literalmente estarem saindo do Brasil para "fincar suas bandeiras" no país vizinho. A empresas destacadas na imagem são justamente aquelas a serem comentadas no texto da reportagem, que inicia com uma entrevista com os representantes da indústria gaúcha de auto-peças DHB, fabricantes de bombas

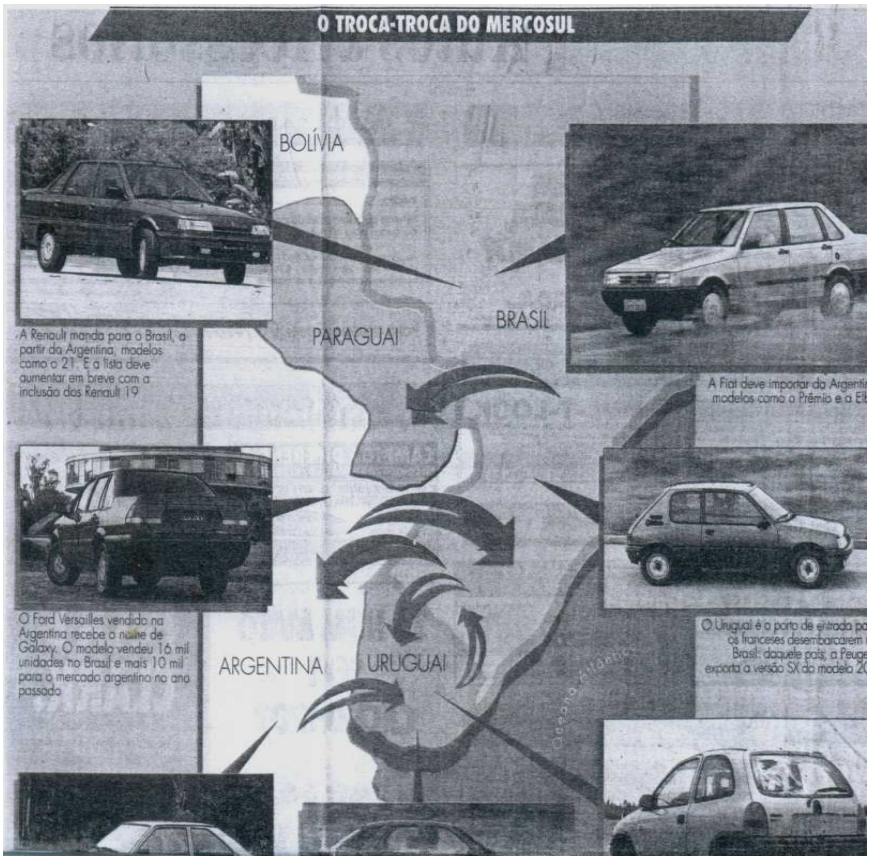
hidráulicas e colunas de direção. Esta empresa teria comprado uma concorrente argentina e iniciado uma produção local par atender a crescente indústria automobilística naquele país. A marca de louças e metais sanitários Deca e a lider no mercado nacional de conexões de PVC, Tigre, também estariam utilizando a mesma estratégia. A reportagem anuncia com bastante surpresa o fato de que até a cerveja Brahma teria chegado à conclusão de que "vale mais a pena fabricar as suas loiras naquele território do que simplesmente promover exportações" (Isto é, 26/1/1994).

Mas certamente um dos setores que mais lucrou com atuações conjuntas em diferentes países do Mercosul foi a produção automobilística que reestruturou sua logística produtiva na região através da interação entre países distintos. No entanto, mesmo que algumas destas empresas tenham iniciado sua inserção na América do Sul pelo Brasil, estas certamente não podem ser chamadas de brasileiras, pois via de regra se trata de grandes corporações internacionais que atuam diferentes partes do mundo e passaram a ser, cada vez mais, atraídas pelo mercado consumidor do Mercosul. A montadora GM, por exemplo, que também esta representada no mapa, decidia no ano de 1994 "fincar sua bandeira" em Córdoba, na Argentina, para produzir pick-ups que anteriormente eram feitas no Brasil.

Segundo reportagem do Estado de São Paulo (30/1/1994) "o Mercosul tornou-se um dos mais atraentes mercados automobilísticos do mundo" e os planos das montadoras agora seriam "regionais", pois "os fabricantes de veículos olham o Mercosul como um único mercado". Ao mesmo tempo em que a GM passava a produzir na Argentina carros que seriam vendidos no Brasil, a produção brasileira também passava a ser direcionada para outros países, como o Uruguai. Neste sentido, os carros produzidos em um país são vendidos com maior intensidade nos seus vizinhos e a racionalização da produção promoveria uma integração das vendas nos quatro países membros do bloco.

Estratégias deste tipo acabaram atraindo novas empresas e o Uruguai, por exemplo, ganhou fábricas da Citroen, Fiat e GM para atender o mercado brasileiro. Este "troca-troca" nos modelos produzidos e vendidos em diferentes países foi ilustrado no mapa abaixo que, através de setas, fotografias e textos, representa quais carros estariam sendo produzidos nos diferentes países envolvidos no comercio regional integrado.

Figura 5.27



Fonte: O Estado de São Paulo, 30/1/1994.

No entanto, apesar de todo este entusiasmo aqui evidenciado através de mapas que ilustravam as novas posições e trocas comerciais externas e internas do Mercosul, é importante observar que muitas matérias também buscavam destacar os limites e os problemas existentes no bloco econômico. Um dos principais limites destacados se relaciona justamente com os espaços de fronteira, que muitas vezes não se tornaram mais desenvolvidos, dinâmicos e abertos com a implementação das políticas do Mercosul.

Mesmo uma observação rápida deixa evidente que os mapas até aqui apresentados não priorizam a representação dos espaços de fronteira como áreas de destaque no interior dos blocos. De forma geral, as representações são mais focadas nas trocas comerciais entre grandes pólos industriais, o que estimula a produção de mapas na escala continental e internacional. Poucas reportagens sobre o impacto do Mercosul na escala local das cidades fronteiriças foram acompanhadas de mapas e não por acaso as reportagens focadas nestes espaços mostravam como mesmo antes da implementação do bloco as fronteiras teriam razões para "temer o Mercosul"

(Jornal do Brasil, 2/9/1991).

Problemas e Limitações do Mercosul nas Fronteiras

Utilizando como exemplo as cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Argentina), uma reportagem do Jornal o Globo (2/9/1991) destacava como apesar de estarem situadas "no coração do Mercosul", "as duas cidades podem virar apenas corredor de passagem". Entrevistando comerciantes locais, os jornalistas constatavam uma grande apreensão com relação aos processos de integração na localidade, pois muitos entrevistados consideravam que o Mercosul seria um "processo de gabinete", ou uma "risível retórica" das autoridades que não traria benefícios para as regiões fronteiriças (Jornal do Brasil, 2/9/1991). Segundo o diretor do clube dos lojistas de Livramento, como o objetivo do bloco seria integrar os centros industriais "os caminhões passarão pela fronteira só para apresentar documentos e para o motorista tomar um cafezinho".

Além das previsões de que o Mercosul não beneficiaria o desenvolvimento das áreas fronteiriças, algumas notícias também destacavam as dificuldades encontradas para integrar as aduanas e flexibilizar a circulação entre os países do bloco. Nos raros momentos em que as fronteiras são destacadas nas reportagens sobre o Mercosul, estas são freqüentemente utilizadas para evidenciar os limites da integração aduaneira, afirmando como "na fronteira, por enquanto, nada mudou" (Gazeta Mercantil, 2/1/1995), ou que o "Mercosul não integrou ainda a própria fronteira" (O Estado de São Paulo,16/6/1995).

Um dia após a data prevista para a entrada em vigor da união aduaneira do Mercosul, em 2 de janeiro de 1995, o jornal Gazeta Mercantil fez uma reportagem em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) mostrando como a livre circulação de veículos e o novo regime de bagagens aprovados no Mercosul "foram totalmente ignorados pelos fiscais das aduanas brasileiras e paraguaias". Uma reportagem similar, feita em Uruguaiana (Brasil) seis meses depois pelo O Estado de São Paulo (16/6/1995), denunciava como a realidade local também estaria "ignorando todas as solenidades, acordos e declarações de boa vontade das autoridades dos dois países" e as aduanas prosseguiam "trabalhando como sempre fizeram: sem integração".

Observa-se, portanto, que se havia um comércio crescente entre os países no

início da década de 1990, que triplicou os negócios no interior do bloco em pouco tempo, nas fronteiras as mudanças ainda não tinham um impacto tão forte. Seis meses após o prazo institucionalizado para a união aduaneira, os próprios despachantes afirmavam que "noventa e nove por cento do Mercosul ainda não saiu do papel" (O Estado de São Paulo, 16/6/1995). Estas mudanças se tornaram ainda menos efetivas devido às sucessivas crises econômicas dos países membro. No segundo semestre de 1995 muitas matérias já anunciavam que os negócios do Mercosul estariam "perdendo fôlego" e que após um início animador o "crescimento [parecia] ter adquirido um ritmo bem mais lento" (Jornal do Brasil, 23/9/1995).

A grave crise na Argentina e a ameaça de turbulências financeiras internacionais estimularam os países a proteger suas economias. Estes fatos estimularam a permanência de muitos produtos nas chamadas "listas de exceção", através das quais são mantidas as barreiras para preservar setores específicos da concorrência com outros países. No final de 1995, cerca de mil produtos ainda continuavam "circulando pelas fronteiras dos quatro países com algum imposto ou mesmo restrição" (Jornal do Brasil, 23/9/1995). Quase dez anos após a implementação do Mercosul, os jornais ainda mostravam como o bloco seria uma "união aduaneira imperfeita" (Folha de São Paulo, 12/12/2004), pois tinha dificuldade de zerar as tarifas internas e estabelecer tarifas externas comuns. Neste sentido, para muitos analistas, a evolução do Mercosul a partir da década de 1990 não passaria de uma "caricatura":

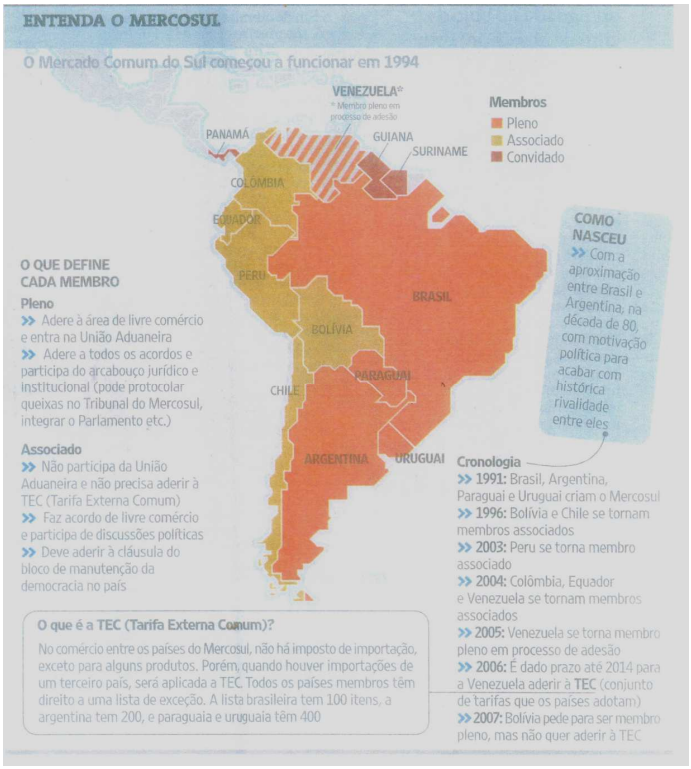
> "O Mercosul, nossa mais importante experiência, nunca passou de uma caricatura limitada a acordos comerciais tímidos e repletos de exceções. Ele se deteriorou a partir de 1999 com crises e instabilidades cambiais de Brasil e Argentina, parceiros que detém 97% do PIB e cujo comércio regrediu atualmente ao velho padrão minimalista de especificidades" (declaração de Gilberto Dupas, coordenador geral do grupo de análise da conjuntura internacional da USP, à Folha de São Paulo, 12/12/2004).

Os comentários não eram muito diferentes no aniversário de quinze anos do bloco, momento no qual as interações estariam "em crise e sem festa", segundo reportagem da Folha de São Paulo (26/3/2006). Entraves já comentados seguiriam importantes para os analistas, que destacavam como "a união aduaneira não funciona" e mais de mil normas aprovadas durante os quinze anos de existência do bloco "não

conseguiam sair do papel" (Folha de São Paulo, 26/3/2006). Neste contexto, o Mercosul seguiu sendo noticiado com poucas reportagens diretamente focadas nos espaços de fronteira, pois os impactos do bloco nestas localidades são relativamente limitados.

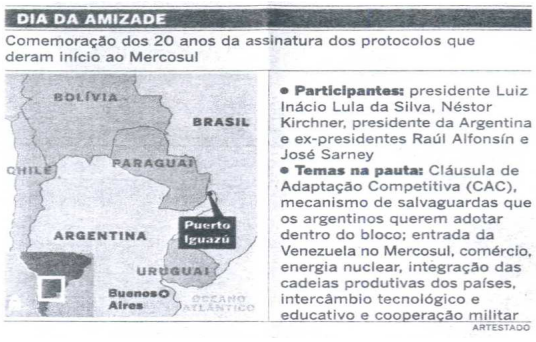
A comparação entre os mapas abaixo pode exemplificar esta tendência continental na representação da temática. O primeiro é um mapa muito recorrente, apresentando os membros do bloco e suas posições em 2007 (Folha de São Paulo, 25/10/2007). Já o segundo é um raro mapa sobre o Mercosul que localiza e destaca uma cidade fronteiriça (O Estado de São Paulo, 30/11/2005).

Figura 5.28



Fonte: Folha de São Paulo, 25/10/2007.

Figura 5.29



Fonte: O Estado de São Paulo, 30/11/2005

O primeiro mapa, em escala continental (fig. 5.28), foi publicado diversas

vezes com pequenas modificações em reportagens da Folha de São Paulo (20/1/2007) que tratavam da incorporação da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Destacada e qualificada no mapa enquanto "membro pleno em processo de adesão", a Venezuela certamente despertou debates muito interessantes e polêmicos na imprensa brasileira. No entanto, para além de explorar as questões geopolíticas específicas que envolvem a incorporação de novos membros ao Mercosul, gostaria apenas de destacar que o papel do mapa nesta reportagem publicada na primeira década do século XXI não diverge muito daquele desempenhado pelos primeiros exemplos apresentados nesta seção: o mapa localiza e qualifica os países membros do Mercosul.

Há certamente diferenças, como as variadas categorias dos membros e a maior abrangência regional do bloco, que ocupa todo o sub-continente. Mas a essência do mapa é a mesma, pois os países são representados enquanto unidades territoriais homogêneas, completas, que tem todo seu território qualificado através de uma cor relativa aos acordos políticos instituídos nas grandes capitais de cada país. Não há aqui representação de fragmentos do território e nem de processos de interação entre os países. As linhas que representam os limites internacionais dividem o espaço em unidades políticas autônomas e individuais, conseqüentemente, nenhuma cidade fronteiriça é destacada. Este talvez seja o tipo de mapa mais recorrentemente encontrado na representação do Mercosul, devido ao seu caráter majoritariamente diplomático e prospectivo até a atualidade.

Contrastando com a predominância de mapas na escala continental, o segundo mapa, em escala local, acompanhava uma reportagem sobre o Mercosul e tinha o objetivo de localizar e destacar a cidade de Puerto Iguaçu, na fronteira paraguaia (O Estado de São Paulo, 20/11/2005). É um mapa de localização bastante simples, produzido para situar a cidade onde ocorreria uma reunião oficial de comemoração dos vinte anos de assinatura do primeiro tratado de intenções do Mercosul. De forma geral, os mapas que localizavam cidades fronteiriças encontrados em notícias sobre a formação do bloco econômico acompanhavam dois tipos de reportagens. Ou tratava-se de mostrar o local de um encontro ou reunião institucional, como no exemplo acima, ou as representações cartográficas mostravam localidades que na reportagem eram associadas a algum tipo de problema para o bloco, como a permanência de barreiras burocráticas ou a existência de processos ilegais/informais que poderiam "ameaçar o Mercosul" (Jornal do Brasil, 11/11/1995). A seguir, gostaria de propor uma análise sintética das formas e dos conteúdos dos mapas apresentados

ao longo desta seção.

5. 5 - Iconologia dos Temas de Abertura

A iconologia busca explorar as implicações políticas na escolha de um tema e sua forma de representação (Cassid, 1993:5). Relacionando aspectos formais das imagens com atitudes e valores compartilhados por grupos sociais específicos, cabe aqui uma indagação: quais foram as práticas cartográficas mais utilizadas nos mapas apresentados e como elas podem revelar "modelos" e "esquemas" existentes para se representar as fronteiras sul-americanas?

As imagens apresentadas ao longo deste capítulo mostram uma série de fenômenos trans-fronteiriços, que envolvem mais de um país sul-americano e estimulam a representação dos territórios vizinhos. Salvo algumas exceções, a maioria dos mapas aqui apresentados evoca algum atributo do outro lado da fronteira, fosse ele uma estrada, uma cidade, um rio ou ao menos o nome do país vizinho. Através de símbolos de linhas que cruzam os limites ou do simples destaque do vizinho, os temas debatidos ao longo deste capítulo dificilmente "silenciam" (Harley, 1988) completamente o outro lado da fronteira.

Constata-se, assim, que estes mapas tratam de assuntos trans-fronteiriços, mas até que ponto é possível associar as formas destas representações com uma concepção de fronteira relacionada à abertura e porosidade, como sugere o título do presente capítulo? Para responder a esta indagação é preciso relacionar de forma mais sistemática as formas e os significados dos mapas em questão. É o que buscarei fazer uma breve análise da tabela abaixo, que apresenta algumas tendências gerais identificadas na representação das fronteiras a partir das temáticas selecionadas.

Tabela 2 - Tendências na Representação dos Temas de Abertura

Tema	Segmento	Período	Prática Cartográfica	Abertura	Fechamento
Infra-Estrutura Conectiva	Arco sul, interesse por conexões com mercados regionais. Arco norte, território vizinho como barreira a ser transposta para alcançar plataformas de exportação.	Década de 1990, intensificação relacionada ao Mercosul e ao crescimento de investimentos brasileiro nos vizinhos.	Símbolos de linhas e setas cruzando as fronteiras. Uso da legenda para diferenciar meios de transporte. Mapas em escala regional.	Estimula interesse pelo território vizinho e pelas possibilidades de conexão com novas plataformas de exportação.	
Turismo	Arco sul, concentração nas fronteiras com Argentina e Uruguai.	Década de 1970, reportagens sobre a peculiaridade de pontos na fronteira. Década de 1990, em diante parece crescer o interesse pelo interior do território vizinho.	Símbolos de pontos e área para localizar regiões e cidades de interesse na escala local. Uso de linha para mostrar rotas turísticas em escala regional.	Estimula exploração do território vizinho e por vezes destaca a similaridade dos povos dos dois lados da fronteira.	
Meio-Ambiente	Arco norte, concentração nas fronteiras amazônicas.	Década de 1990, relação com a Eco-92 e Chico Mendes. Década de 2000, intensifica representação de processos ambientais.	Símbolos de área e ponto para localizar reservas. Setas e símbolos pictóricos representando processos ambientais. Escalas regional e local.	Evidencia como os processos naturais não coincidem com as fronteiras políticas.	Parques e reservas ignorando o outro lado da fronteira pode evidenciar a importância destas áreas enquanto "zonas-tampão".
Blocos-Econômicos	Arco sul, concentração nas fronteiras com os membros do Mercosul.	Década de 1990, período em que o bloco foi institucionalizado e implementado.	Símbolos de área representando países membros do bloco. Setas representando trocas econômicas. Escala continental e internacional.	Estimula idéia de troca no continente e possível fim das aduanas	

As análises iconográficas apresentadas ao longo do capítulo buscaram fazer uma leitura da tabela acima no sentido horizontal. Ou seja, foram propostas interpretações tanto sobre o espaço representado e o período de produção do mapa, quanto sobre as práticas cartográficas utilizadas e alguns possíveis discursos associados às fronteiras. No presente momento, com o intuito de desenvolver uma análise iconológica dos temas relacionados a "abertura" das fronteiras, gostaria de propor uma leitura na tabela no sentido vertical. A comparação entre os temas de abertura pode permitir a identificação de possíveis padrões nas formas de representação destes espaços que os associem com "valores simbólicos" específicos a partir da representação de temáticas específica.

A primeira variável apresentada na tabela trata da distribuição dos mapas jornalísticos de acordo com os arcos de fronteira. Ao observar os distintos espaços representados na imprensa evidencia-se uma tendência: os temas relativos à abertura estão majoritariamente situados ao sul. A única exceção a ser destacada é o meio ambiente, que apresenta grande concentração na região amazônica. Não por acaso este é o único tema que pode representar o "fechamento" das fronteiras através da localização de reservas naturais situadas nas fronteiras que funcionam como “zonas-tampão”, auxiliando no fechamento e na proteção do território. Desta forma, o único tema que foi representado aqui com maior recorrência ao norte apresenta claramente um significado dual e conflitante dependendo do assunto tratado.

De resto, muitos mapas se concentram nas fronteiras ao sul, como é o caso do turismo, intensivamente concentrado nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai. Esta temática apresentou textos e imagens que valorizavam o encontro e a similaridade com o "outro", mas apareceram com abrangência espacial muito limitada. Mesmo que a Amazônia apresente um grande potencial turístico e que existam povos com muita similaridade dos dois lados da fronteiras - como no exemplo extremo das tribos indígenas - estes similaridades dificilmente são destacadas como uma atração turística, como é feito no sul. A identificação da ausência da região norte no mapeamento do turismo na fronteira pode evidenciar um tipo de "silêncio", pois nenhum mapa encontrado associou pontos específicos na fronteira com norte com atividades turísticas.

Com relação à cronologia, os períodos identificados como sendo importantes para a intensificação na produção de mapas sobre uma temática específica, revelam como a década de 1990 foi importante para o surgimento de muitos temas aqui analisados. A representação da infra-estrutura conectiva, que durante a década de 1970 aparecia mais concentrada em projetos no interior do país, passou a ser mais recorrentemente voltada para o exterior a partir da década de 1990, o que também ocorre com o turismo, ambos influenciados pela

institucionalização do Mercosul no início da década.

Já o meio ambiente também emerge como um tema destacado nacionalmente no mesmo período. A morte do ativista e seringueiro Chico Mendes e a realização da Eco-92 no Brasil foram acontecimentos que geraram muitas notícias nesta época. A intensificação da representação destes temas também deve ser justificada pelas transformações nas formas de produção e reprodução dos mapas na imprensa brasileira, que se desenvolveram muito ao longo da década de 1990.

A maior quantidade de mapas na imprensa estimulou também o uso de práticas cartográficas diferenciadas, contudo podemos observar que a maioria dos mapas apresentados é estática e não mostra processos muito complexos que estariam ocorrendo nos espaços fronteiriços. Símbolos de linha e de área aparecem cruzando as fronteiras e as poucas setas utilizadas geralmente apenas saem do Brasil em direção aos vizinhos. Dificilmente algum evento ou símbolo pictórico é associado especificamente às fronteiras e as práticas cartográficas utilizadas parecem querem mais ultrapassá-la do que qualificá-la enquanto um espaço específico.

Esta tendência de ignorar as localidades fronteiriças fica muito clara quando observamos as escalas majoritariamente representadas nos mapas, pois as escalas regionais e continentais prevalecem em detrimento das representações locais. A escolha das escalas pode evidenciar como os processos de interação não necessariamente valorizam as localidades fronteiriças. Dois casos podem ser aqui destacados como exemplares na atribuição de significados a um certo "silêncio" existente aqui na representação das particularidades existentes nas fronteiras.

O primeiro deles refere-se à infra-estrutura conectiva, tema que muitas vezes é representado através de linhas que cruzam as regiões de fronteiras sem localizar nenhuma cidade ou região importante na transição entre os países envolvidos. As estradas cruzam os limites, mas seus destinos são centros consumidores ou plataformas de exportação no país vizinho. No caso do arco norte, principalmente, o território vizinho pode aparecer menos como uma área de interesse para trocas regionais e mais como uma barreira a ser vencida, rumo a novos portos que diversifiquem as exportações brasileiras. Não há aqui exatamente uma representação do contato e do encontro com o vizinho a partir da fronteira.

O segundo exemplo se refere à surpreendente ausência de mapas em escala local na representação do Mercosul, que se concentrou muito na escala continental e até mesmo internacional. Era de se esperar que a representação de um bloco econômico, que pretendia integrar as aduanas e intensificar o comércio, ofereceria muitos mapas representando a

"abertura" das fronteiras e suas interações. No entanto, estes mapas se concentraram muito na escala continental, representando apenas os "países membros" sem localizar ou especificar nada sobre as localidades fronteiriças.

Em ambos os casos, os temas que representam conexões com os vizinhos não dão muito destaque aos espaços de fronteira, focando basicamente nas relações entre os centros dos Estados nacionais envolvidos. Neste sentido, evidencia-se a dificuldade de associar os mapas apresentados neste capítulo com uma visão das fronteiras enquanto um lugar "poroso" e "aberto". Mesmo que se trate de ações que visam estimular o interesse pelo território vizinho, tal perspectiva otimista é limitada a pontos específicos e a fronteira é aqui muito mais ignorada do que destacada enquanto um local de troca e encontro com o "outro". Uma iconologia da cartografia sobre as fronteiras a partir dos temas relacionados à abertura pode estar, assim, evidenciando a relativa falta de interesse em relação a estes espaços nos projetos de desenvolvimento (geralmente pensados nos centros metropolitanos dos países sul-americanos).

A partir das mesmas perguntas e critérios, buscando comparar as práticas cartográficas e os seus significados em mapas veiculados na imprensa, o capítulo seguinte oferece uma análise dos temas relativos à vigilância e ao fechamento das fronteiras.

VI - Cartografia das Fronteiras Sul-Americanas: Vigilância e Fechamento

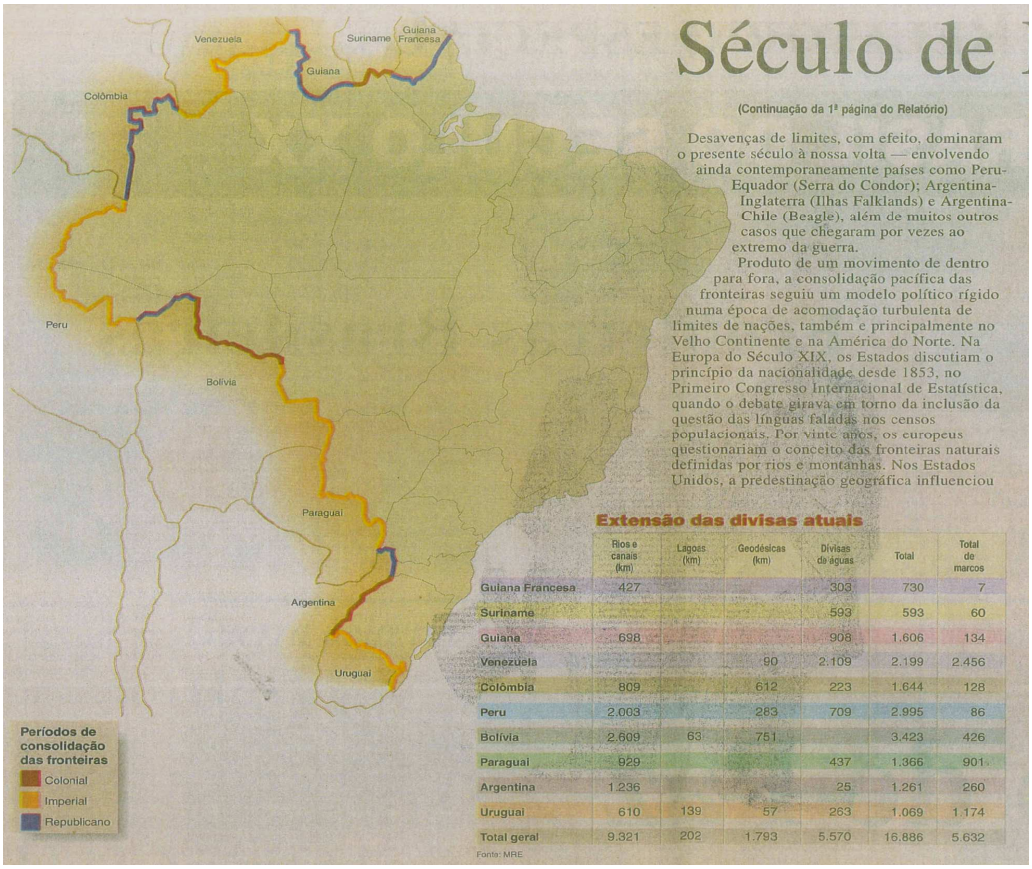
Como se sabe na história da cartografia o mapa foi majoritariamente utilizado para separar e delimitar os Estados Nacionais. Ainda que no decorrer dos anos tenham se ampliado os temas que representam as fronteiras sendo ultrapassadas e que podem estimular as trocas com os territórios vizinhos, pode-se dizer que predominam preocupações com a vigilância e com temas que sugerem o fechamento das fronteiras do Brasil com diferentes países da América do Sul. Seja representando a simples demarcação dos limites internacionais ou qualificando o território vizinho como fonte de processos ameaçadores que devem ser evitados e combatidos, algumas temáticas podem acabar reforçando mais explicitamente as idéias de soberania territorial e fechamento das fronteiras.

6.1 - Delimitação Territorial: A Fronteira como Limite

Para noticiar a existência de zonas de litígio ou a colocação de novos marcos nos limites internacionais, a imprensa geralmente necessita fazer uso de mapas. Neste sentido, a cartografia não é apenas um instrumento importante para viabilizar a delimitação territorial no terreno, mas também é fundamental para divulgar os resultados desta delimitação. É através dos mapas que a população recebe informação sobre o "desenho" do seu país, conquistado e definido através de acordos instituídos com os territórios vizinhos - com diferentes graus de atrito diplomático ou militar.

A história de formação dos limites internacionais é geralmente uma história muito importante para qualquer perspectiva nacional com base territorial. A descrição do "solo da pátria" e de suas "riquezas" é necessariamente precedida por uma delimitação territorial. Embora não sejam muito freqüentes, as reconstituições históricas da formação dos limites territoriais brasileiros na imprensa geralmente destacam como o Brasil conseguiu delimitar seu território de forma pacífica e definitiva desde o início do século XX. O mapa abaixo, retirado de uma reportagem publicada na Gazeta Mercantil (25/5/1999), buscava justamente destacar como a história das "fronteiras do país pode ser descrita como a mais bem concebida e realizada operação pacífica para definir, traçar e delimitar uma *fronteira* terrestre de 16. 886 quilômetros".

Figura 6.1



Século de

(Continuação da 1ª página do Relatório)

Desavenças de limites, com efeito, dominaram o presente século à nossa volta — envolvendo ainda contemporaneamente países como Peru-Equador (Serra do Condor); Argentina-Inglaterra (Ilhas Falklands) e Argentina-Chile (Beagle), além de muitos outros casos que chegaram por vezes ao extremo da guerra.

Produto de um movimento de dentro para fora, a consolidação pacífica das fronteiras seguiu um modelo político rígido numa época de acomodação turbulenta de limites de nações, também e principalmente no Velho Continente e na América do Norte. Na Europa do Século XIX, os Estados discutiam o princípio da nacionalidade desde 1853, no Primeiro Congresso Internacional de Estatística, quando o debate girava em torno da inclusão da questão das línguas faladas nos censos populacionais. Por vinte anos, os europeus questionariam o conceito das fronteiras naturais definidas por rios e montanhas. Nos Estados Unidos, a predestinação geográfica influenciou

Extensão das divisas atuais

	Rios e canais (km)	Lagoas (km)	Geodésicas (km)	Divisas de águas	Total	Total de marcos
Guiana Francesa	427			303	730	7
Suriname				593	593	60
Guiana	698			908	1.606	134
Venezuela			90	2.109	2.199	2.456
Colômbia	809		612	223	1.644	128
Peru	2.003		283	709	2.995	86
Bolívia	2.609	63	751		3.423	426
Paraguai	929			437	1.366	901
Argentina	1.236			25	1.261	260
Uruguai	610	139	57	263	1.069	1.174
Total geral	9.321	202	1.793	5.570	16.886	5.632

Fonte: MRE

Fonte: Gazeta Mercantil, 25/5/1999.

O mapa representa a constituição dos limites identificando o período em que se instituíram acordos bi-nacionais para delimitar cada segmento. Através da utilização de uma legenda com três cores, são identificados os "períodos de consolidação das fronteiras". Enquanto os limites internacionais são bem destacados na imagem, as divisões políticas internas do território brasileiro são representadas através de linhas quase imperceptíveis e a maioria dos vizinhos não tem todo o seu território delineado. Um sombreamento amarelo na faixa de fronteira nos países limítrofes também ajuda a destacar as cores que representam os limites internacionais.

Observa-se que há um predomínio da delimitação das fronteiras no período imperial, representado em amarelo, quando a "coroa portuguesa forjou no século XIX uma doutrina de limites inspirada na Revolução Francesa" (Gazeta Mercantil, 25/5/1999). No entanto, muitas fronteiras também já haviam sido delimitadas no período colonial, representado em vermelho, e seu traçado final se dá durante a república, representada em azul. Para além de diferenciar cada período, o objetivo da

reportagem é claramente evidenciar como este processo estaria há bastante tempo consolidado e instituído, sendo "um dos grandes marcos da nacionalidade do século XX". Segundo o texto da reportagem, o Brasil teria uma "tradição" na solução pacífica de litígios de fronteira através do uso de material cartográfico, pois durante o século XIX o país "soube usar o máximo a condição de Estado estável e independente numa época em que isso era uma raridade no Hemisfério Sul".

A tabela ao lado do mapa, representando a "extensão das divisas atuais" entre o Brasil e os países limítrofes, mostra o total de quilômetros e de marcos estabelecidos com cada vizinho, intensificando a mensagem do mapa de que as fronteiras já estão demarcadas e instituídas desde o período republicano no início do século XX. A idéia aqui é claramente louvar a iniciativa brasileira, que através de suas atuações diplomáticas em "um século de paz" (...) "projetou-se na construção de suas fronteiras como um trapezista que salta para o futuro em busca do seu apoio", promovendo "um golpe político espetacular". Todas estas afirmações, acompanhadas pela presença de um mapa onde as fronteiras aparecem delimitadas e destacadas em cores fortes que representam processos históricos antigos e focam claramente na "consolidação" definitiva dos limites nacionais.

É curioso observar como quando se noticia o processo de delimitação do território nacional há geralmente uma confusão entre fronteiras e limites, palavras utilizadas muitas vezes como sinônimos na imprensa. Grande parte dos mapas que trata desse tema apresenta linhas que foram ou devem ser traçadas nos mapas e demarcadas no terreno. Estas linhas formam a base da idéia de limite internacional e teoricamente divergem da idéia de "faixa" ou "zona", comumente aplicada às fronteiras.

No entanto, embora as fronteiras - aqui confundidas com os limites internacionais - apareçam como definitivamente delimitadas no mapa, cabe destacar que a sua escala inviabiliza a extração de qualquer informação sobre os marcos de fronteira e a localização mais precisa dos limites. Em um mapa em escala nacional, uma linha colorida visível, como uma estrada, um rio ou um limite é sempre uma abstração, pois se considerássemos a proporção da espessura da linha com o terreno esta poderia cobrir uma imensa extensão territorial. Neste sentido, é interessante constatar que mesmo após a tão louvada "demarcação pacífica" que "marcou a história nacional no início do século [XX]" (Gazeta Mercantil, 25/5/1999), os jornais seguiram representando áreas disputadas e utilizando mapas em escala local que

evidenciam como os limites foram sendo redesenhados e reajustados ainda na segunda metade do século XX.

Muitos são os casos de problemas de litígios noticiados na imprensa brasileira e representados através de mapas em escala local durante grande parte do período aqui estudado. Não se trata aqui de oferecer um inventário da totalidade dos casos recolhidos na pesquisa documental mas, à titulo de ilustração, refletir sobre os litígios representativos através de mapas publicados na imprensa brasileira. Com este intuito, gostaria de explorar três casos noticiados em diferentes momentos, que tratam de "problemas" na demarcação territorial com o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

Litígios com o Paraguai

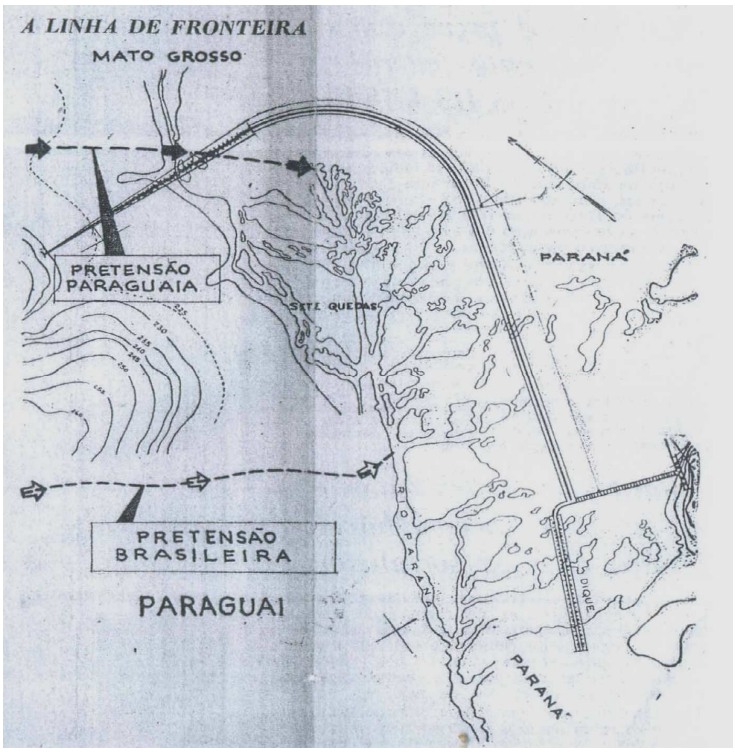
No caso do Paraguai, gostaria de evidenciar uma disputa específica que só poderia ser representada em uma escala cartograficamente grande, captando detalhes do terreno em questão. Trata-se da demarcação dos limites internacionais no famoso "Salto de Sete Quedas" situado no rio Paraná na divisa entre o Paraguai e os estados brasileiros do Paraná e do Mato Grosso. Segundo uma reportagem publicada no Jornal do Brasil em 1966, Brasil e Paraguai disputariam "há séculos" o local exato de delimitação dos seus territórios nesta parte do rio, que já havia sido demarcada de formas diferenciadas e agora despertavam novamente o interesse dos países devido ao seu potencial hidroelétrico.

Os tratados de 1750 e 1777 firmados pela Espanha e Portugal deram ao Brasil pela primeira vez a pose dos Saltos de Sete Quedas, que voltaram a ser território paraguaio após a primeira demarcação prevista no segundo tratado. A questão ficou aberta e, no século XIX, voltou a ser discutida entre os países, o que culminou na assinatura de um tratado em 1872. No entanto, a interpretação do texto deste tratado voltou a ser debatida no final da década de 1960, quando há o interesse em se construir a "maior hidrelétrica do mundo, que possibilitaria ao Brasil um grande estímulo no desenvolvimento econômico e permitiria que galgasse a posição de potência mundial, de acordo com as previsões otimistas" (Jornal do Brasil, 5/1/1966).

Esta pretensão brasileira estaria causando "uma série de manifestações anti-brasileiras no Paraguai", tendo ocorrido inclusive uma "depredação do consulado brasileiro em Assunção por estudantes que queimaram a bandeira brasileira" (Jornal do Brasil, 5/1/1966). A preocupação dos paraguaios se justificava pelas articulações

internacionais que o Brasil fazia desde o início da década de 1960 para a construção de uma hidrelétrica na localidade. Fato que já havia levado o governo paraguaio a encaminhar uma nota de protesto ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil em 1962, utilizando como base uma reportagem publicada no jornal do Brasil (Jornal do Brasil, 5/1/1966). Através do mapa abaixo, a reportagem do Jornal do Brasil buscava mostrar o local da disputa territorial entre os dois países.

Figura 6.2



Fonte: Jornal do Brasil, 5/1/1966.

Este mapa foi claramente construído a partir de cartas topográficas em grande escala, pois podemos observar os detalhes do traçado do rio e do terreno em questão. Como não havia nenhuma fonte creditada na reportagem, não podemos saber se este foi produzido no próprio jornal, encomendado para a notícia ou - talvez o mais provável - reproduzido de documentos oficiais. De qualquer forma o mapa permite uma visualização fundamental para que os leitores compreendam a "pretensão paraguaia" e a "pretensão brasileira" na localidade, informação que dificilmente seria comunicada através do uso exclusivo do texto.

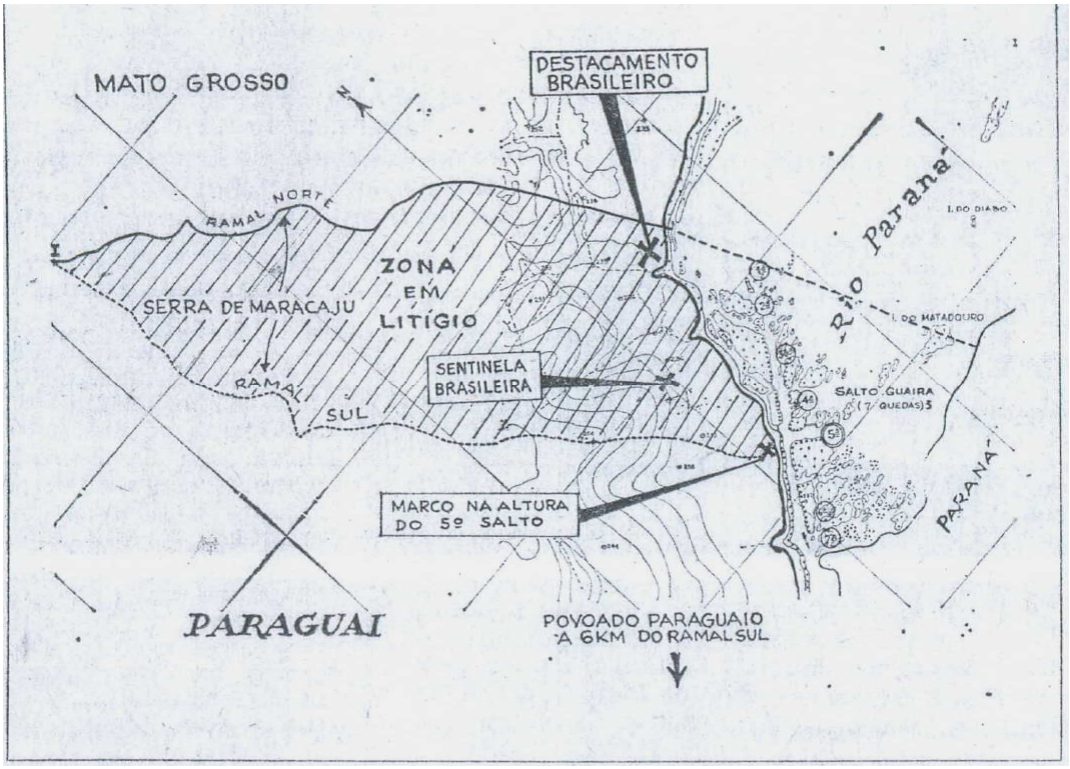
O primeiro mapa representa estas "pretensões" através de linhas e setas. As setas paraguaias são pretas e a linha é reta e direta, parecendo mais agressiva, já a

linha brasileira faz pequenas curvas e sua seta é camuflada pelos traços da linha que a preenchem. Esta forma de representação nos recorda as regras definidas pelo alemão R. Schumacher (1932), nas quais os símbolos sugeridos para caracterizar o inimigo nas disputas fronteiriças eram geralmente preenchidos de preto enquanto os nacionais apareciam representados através do branco.

Além das setas, o mapa apresenta um projeto de dique ao longo do rio e algumas curvas de nível, que representam a Serra de Maracaju. Esta serra serviu de base para a divisão inicial dos territórios e seria um dos motivos dos problemas para se definir o local exato para o limite internacional. Segundo o texto da reportagem (Jornal do Brasil, 25/1/1966), vinte quilômetros antes de chegar no rio Paraná a serra se "bifurca em dois contrafortes: o do Sul forma a quinta queda e o do Norte marca o início do Salto das Sete Quedas". Estes dois pontos serviriam de referência para ambas as "pretensões" representadas no mapa. O título do mapa - "A linha de fronteira" - evidencia a comentada confusão entre as fronteiras e os limites e a importância destes espaços enquanto locais de disputa entre os Estados Nacionais.

Embora se trate de um mapa bastante detalhado, é importante identificar algumas limitações na imagem com relação às informações existentes no texto da reportagem. Um leitor pode, por exemplo, ter dificuldade de situar as quedas do rio Paraná e os dois "contrafortes" da serra, citados no texto. Sabemos pelo texto, que as pretensões brasileiras para resolver a questão tinha como marco a quinta queda do rio, mas nenhum símbolo no mapa a situa este ponto para o leitor. Seis anos depois esta questão ainda continuada em aberto, e em 11/9/1972 o Jornal do Brasil publicou uma versão mais aperfeiçoada do mapa anterior, na qual se observa com maior facilidade os contrafortes e a numeração das sete quedas .

Figura 6.3



Fonte: Jornal do Brasil, 11/9/1972

Embora seja muito similar ao exemplo acima comentado, este mapa apresenta uma série de elementos que o tornaram mais informativo que o anterior. Neste exemplo, a "zona em litígio" aparece destacada a partir de uma rachura que representa a região entre os dois "ramais" da serra de Maracaju. Construído em uma escala um pouco menor, o mapa nos permite visualizar o início da bifurcação dos "ramais" da serra. De forma similar ao exemplo anterior, as pretensões brasileiras - no ramal sul - são representadas com uma linha pontilhada e descontínua, enquanto as pretensões paraguaias - ramal norte - aparecem através de uma linha preenchida e escura.

Uma das vantagens desta representação é a facilidade que o leitor tem de identificar a quinta queda e o marco a ela correspondente. Enquanto na reportagem passada este marco era citado na reportagem, mas não era representado no mapa, aqui há uma numeração de todas as quedas através de números envoltos em círculos localizados no rio. A quinta queda é representada através de um circo duplo e o marco é destacado através de uma caixa de texto onde se lê "marco na altura do quinto salto". No mapa podemos observar ainda a representação de um destacamento e uma sentinela do exercito brasileiro situados na área de litígio, o que contribuiu para

acentuar as preocupações paraguaias com relação à demarcação dos limites na região. Mas qual teria sido o motivo para que este limite específico fosse requerido pelo Brasil e ganhasse destaque na imprensa? Por que existia uma necessidade de delimitação tão precisa na região?

Um dos motivos mais comuns que acirram as disputas por territórios é a exploração de recursos naturais nas regiões fronteiriças. Segundo a reportagem (Jornal do Brasil, 1972), embora o litígio em questão fosse "uma das velhas questões existentes entre Brasil e Paraguai", este estaria se reativando devido a "pretensão dos dois países, de construir no rio Paraná a super-usina hidrelétrica". Mesmo com a existência de alguns atritos diplomáticos, Brasil e Paraguai chegaram a um acordo para construir a usina a 200 quilômetros dos saltos do rio Paraná. O tratado de Itaipu, de 26 de abril de 1973, acabou instituindo o uso compartilhado das quedas do rio Paraná e após a definição do litígio não foram encontrados mais mapas tão detalhados para representar esta região na imprensa brasileira.

Litígios com o Uruguai

Na realidade, a escala e a quantidade de informações presentes na representação deste caso específico entre o Brasil e o Paraguai não são tão comuns com relação a outros casos de definição dos limites. Muitas vezes os mapas se limitam a localizar as regiões em questão, não identificando pretensões ou marcos específicos. No caso dos litígios entre o Brasil e o Uruguai, por exemplo, apesar de existirem informações contraditórias sobre onde passariam os limites em um córrego específico - o "Rincão de Artigas" ou "de Maneco" - os mapas encontrados na imprensa brasileira não foram feitos em escala tão grande como nos exemplos anteriores. O mapa abaixo, por exemplo, publicado no Estado de São Paulo em 1988 representava de forma extremamente generalizada uma "área em disputa" entre o Brasil e o Uruguai.

Figura 6.4

Fonte: O Estado de São Paulo, 1988

Construído em uma escala pequena para se observar qualquer marco no limite internacional, o mapa acima serve apenas para situar o leitor na região do país que estaria em questão. É fácil identificar que se trata do Sul do Brasil e as cidades maiores da localidade - Santana do Livramento no Brasil e Riviera no Uruguai - são representadas como pontos de referência. Um grande círculo engloba as duas cidades mas certamente essa não poderia ser a "área em disputa", pois trata-se de um círculo que atinge a metade to território uruguaio. O tratado de limites entre o Brasil e o Uruguai é de 1851, mas após a delimitação dos territórios o Uruguai contestou algumas áreas alegando erros no processo demarcatório, causados pela nomenclatura diferenciada utilizada por brasileiros e uruguaios no "arroio da Invernada", que teria sido confundido com o "arroio do Maneco".

A declaração de um deputado uruguaio - Luiz Alberto Blanco - que defendia a retomada dos territórios evidencia como a escala do litígio é extremamente localizada: "o demarcado brasileiro acampou na beira do arroio Invernada certo, mas o uruguaio se confundiu e foi para o arroio Maneco. O brasileiro se deu conta do equívoco do outro, levantou acampamento e passou ao outro riacho, começando uma demarcação

mais vantajosa para o Brasil" (O Estado de São Paulo, 1988). Os "arroios" e "riachos" em questão não são representados no mapa que busca cumprir uma outra função, mostrando apenas uma localização generalizada da área. Neste sentido, a área de 22 mil hectares "em disputa" não é mostrada no mapa.

Observando estas diferenças escalares cabe aqui uma breve especulação sobre como se daria o processo de leitura dos mapas detalhados apresentados no caso com o Paraguai em comparação com a representação generalizada dos litígios com o Uruguai. Os mapas anteriores apresentavam uma região muito detalhada, mas até que ponto os leitores seriam capazes de situar a região em questão no mapa do Brasil? O perigo da utilização de um mapa muito detalhado é justamente a dificuldade de leitura que pode existir por parte do observador, que pode não ter conhecimento cartográfico suficiente para saber onde se localiza, por exemplo, o rio Paraná. Já o mapa utilizado para representar o limite com o Uruguai abdica de representar a área disputada, mas situa o leitor com maior facilidade na região do país que está sendo tratada na reportagem.

Embora os uruguaios já tivessem contestado a demarcação dos limites em diversas oportunidades e em 1934 tenham inclusive declarado a área como "contestada", o Brasil nunca deu muita atenção a este litígio, talvez porque o povoamento escasso não justificava uma intensificação de negociações diplomáticas. Com o processo de povoamento na região e a criação de uma vila brasileira na área em disputa em 1985, chamada Thomaz Vares Albornoz, intensificaram o debate e a reação uruguaia para se discutir a posse do território. A reivindicação da área onde se localizou a cidade foi o grande estímulo à publicação de reportagens sobre estas fronteiras no ano de 1988 quando um chanceler uruguaio voltou a contestar as possessões brasileiras (O Estado de São Paulo, 18/8/1988). No mapa abaixo, publicado no Jornal do Brasil no mesmo ano de 1988, também não há uma representação localizada dos litígios de fronteira, mas, ao menos, o rio Quaraí e a cidade de Thomaz Albornoz são apontados no mapa.

Figura 6.5

A cidade de Thomaz Albornoz fica na área reivindicada

Fonte: O Estado de São Paulo, 18/8/1988

É curioso observar como, segundo a reportagem, os sentimentos da população que habitava esta "área reivindicada" pareciam bastante conflitantes. Mesmo que a reportagem do Estado de São Paulo (1988) afirme que a "vila não quer ser do Uruguai", em uma leitura mais atenta da reportagem percebe-se que os depoimentos coletados entre os 43 moradores da vila não são tão consensuais, apresentando diferentes ênfases. Enquanto um enfermeiro entrevistado pelo repórter afirmava que "a reivindicação do Uruguai é absurda" um veterinário deixava escapar suas dúvidas, afirmando que "se a terra fosse mesmo do Uruguai eles já teriam acertado tudo". Na escola local, onde estudavam 17 crianças as divergências se explicitaram: enquanto um aluno afirmava que iria embora "se o Uruguai tomar conta", outro afirmava que "a terra é do Uruguai porque a nascente do rio (que serve de marco) está no Uruguai". Alheio a este debate, o mapa permanece estático, apenas representa a cidade em questão do lado brasileiro, sem considerá-la como área de litígio.

Diferente do caso anterior, onde os mapas reconheciam uma área em disputa, representando as reivindicações e pretensões do Paraguai, a cidade disputada com o Uruguai aparece situada de maneira natural na parte cinza do mapa, onde se encontra o território brasileiro. Neste sentido, a representação jornalística corrobora com o grau de importância dado a cada caso pelos responsáveis pela política externa brasileira.

Enquanto no caso paraguaio a construção de Itaipu estimulou uma política de negociação para viabilizar as obras pretendidas pelo Brasil, no caso uruguaio a postura brasileira foi mais intransigente e nenhum acordo novo foi consolidado. Ao que se pode deduzir das informações disseminadas na imprensa, o Brasil se nega a discutir o assunto. Como afirmava em tom irônico o chanceler brasileiro Abreu Sodré, "reclamações por parte do governo uruguaio ocorrem a mais de um século e é natural que se estendam por mais dois séculos" (Jornal do Brasil, 1988).

Litígios com a Venezuela

A ausência de mapas detalhados sobre o litígio com o Uruguai na imprensa pode se explicar, portanto, pela falta de atenção dada ao caso pelo próprio governo brasileiro. No entanto, em algumas localidades a ausência de mapas com escala muito localizada se deu pela própria falta de conhecimento do terreno. O último caso aqui selecionado para exemplificar a representação contínua da demarcação dos limites internacionais como um tema importante para a cartografia da imprensa brasileira no final do século XX, envolve uma das fronteiras que mais demoraram a serem conhecidas, demarcadas e mapeadas: as fronteiras entre o Brasil e a Venezuela.

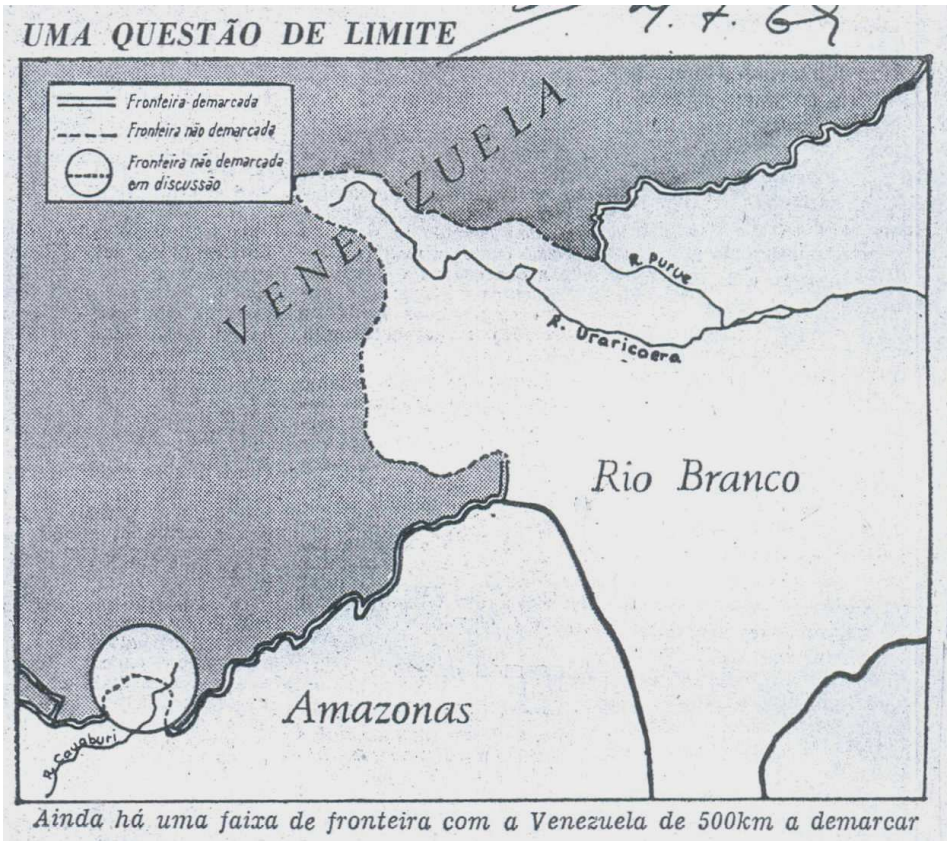
Contrastando com os dois casos anteriores, que tratavam do estabelecimento de limites em regiões já conhecidas que chamavam a atenção por grandes empreendimentos - Paraguai - ou novas frentes populacionais - Uruguai - a fronteira da Venezuela com o Brasil não podia ser representada em grande escala na imprensa até o final do século XX simplesmente porque não havia mapas precisos disponíveis sobre a região. As primeiras notícias sobre estas fronteiras encontradas nos mapas da imprensa coletados tratavam justamente das expedições demarcatórias realizadas por comissões mistas na década de 1960.

Embora o Brasil e a Venezuela tenham assinado um tratado de limites em 1859, este foi basicamente baseado em marcos naturais que não haviam sido totalmente explorados, como as serras do Imari, Parima e Pacaraima. Os trabalhos de demarcação destes limites, que se iniciaram em 1881 pelo Barão de Parima, foram feitos de forma descontínua e limitada, contanto com pouco apoio institucional dos governos centrais. No século XX, coronéis, generais e comandantes[1] coordenaram

[1] No século XX as expedições passaram a ser uma tarefa do exército, mas seguiram inconstantes e insuficientes. O coronel Cunha Melo ficou encarregado da demarcação do limite entre o Brasil e a

expedições demarcatórias na região, mas estas seguiam ainda limitadas frente a extensão do terreno. Em 1969, o Jornal do Brasil afirmava que a fronteira entre os dois países "deve ter 1.500 quilômetros de extensão, sendo que aproximadamente 600 quilômetros ainda não foram demarcados"[2]. O mapa abaixo acompanhava esta reportagem sobre as expedições demarcatórias e os novos acordos fronteiriços ente Brasil e Venezuela, evidenciando a grande área de "fronteira não demarcada".

Figura 6.6



Fonte: Jornal do Brasil, 4/7/1969

Através do uso de uma linha pontilhada, relacionada à incerteza e a porosidade nestas áreas, o mapa evidencia a ausência de demarcação em uma parte significativa das fronteiras entre o Brasil e Venezuela. A reportagem de 1969 foi estimulada pela reunião da comissão de limites em Caracas que tratava de "formalizar a aprovação dos trabalhos de demarcação que deram como localizado no Brasil o pico da neblina"

Venezuela de 1911 à 1913. Após nova pausa, o comandante Brás Dias de Aguiar assumiu as expedições entre 1931 e 1945 e o General Ernesto Bandeira Coelho atuou na região de 1945 até a década de 1970.

[2] É interessante observar como a incerteza dos números citados se revela na reportagem. Enquanto no texto fala-se 600 km a serem demarcados, a legenda do mapa fala em 500 km. A própria expressão

(Jornal do Brasil, 1969). No entanto, mesmo que houvesse o reconhecimento de áreas em discussão, como a representada no mapa através de um pequeno círculo, a reportagem faz questão de afirmar que, diferentemente de outros casos de litígio, não haveria aqui a "cessão de território por nenhuma das partes e sim o restabelecimento da verdade jurídica e geográfica a luz dos trados" (Jornal do Brasil, 1969).

Relatando o penoso processo de demarcação das fronteiras na região, os jornais normalmente classificam o espaço representado enquanto um espaço "montanhoso e de difícil acesso" onde "não se sabe" da existência de "civilizados" (Jornal do Brasil, 1969). Os únicos habitantes reconhecidos da região seriam os índios Atroaris, que "massacraram a expedição do padre Calleri" (Jornal do Brasil, 1969). Situada em uma região isolada e sem interesse econômico, as fronteiras entre o Brasil e a Venezuela ainda eram representadas de forma recorrente como uma *terra incógnita* a ser explorada e descoberta no final da década de 1960.

O general Ernesto Bandeira Coelho foi justamente este "explorador" que atuou na demarcação dos limites na região de 1945 até a década de 1970, se dedicando a mais de 35 anos a esta atividade (Jornal do Brasil, 1974). No momento de publicação da reportagem do mapa acima, em 1969, eram oficializadas algumas das descobertas de suas expedições, como a incorporação do pico da neblina ao Brasil. Entrevistando o general após anos de trabalho, o repórter do Jornal do Brasil (1969) considerava que este teria um "tom melancólico", ao afirmar que "as marchas de reconhecimento da linha de fronteira ainda são realizadas nas mesmas condições daquelas feitas na época do tratado de Madrid em 1750". Neste sentido, o general denunciava a "ausência de técnicos e de pessoal para serviços braçais, além da falta de verbas" (jornal do Brasil, 1969).

De fato, o alto escalão do exército e do governo brasileiro não considerava a região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela como prioritária, o que explica as descontinuidades na demarcação de limites. O próprio presidente do Instituto de Colonização Nacional, General Frederico Augusto Rondon - sobrinho do Marechal Cândido Rondon - afirmava que o trabalho das expedições nesta área trataria "apenas da retificação política de um traçado numa região de exploração impossível" (Jornal do Brasil, 1969). É curioso observar como o General insistia na pouca importância econômica da área e chega até a sugerir que se estabeleça uma faixa de fronteira neutra para facilitar a demarcação:

"deve ter" e o valor bastante arredondado, "1500 km" de extensão, evidenciam esta imprecisão.

> "ao invés de uma linha de fronteira, o Governo brasileiro deveria sugerir a adoção de uma faixa de fronteira, que seria uma área mais ampla de terra, funcionando como território neutro. Houve apenas uma retificação cartográfica em uma região inacessível e sem nenhum interesse econômico" (Jornal do Brasil, 4/71969).

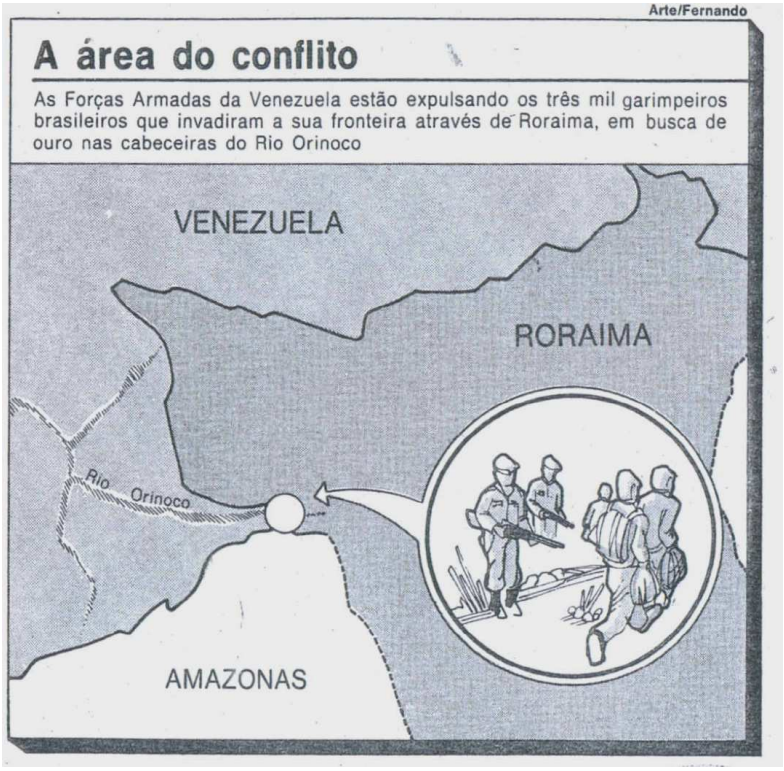
Mesmo não dando muito valor a região e a considerando "sem interesse econômico" é curioso observar que o governo brasileiro fazia questão de frisar, em quase todas as reportagens, que "não se podia falar em ganhos ou perdas de territórios para um ou outro país, uma vez que não havia retificação de limites" (Jornal do Brasil, 1973). Ou seja, mesmo não sendo uma área em disputa o governo brasileiro fazia questão de afirmar que "não cedeu um só metro à Venezuela" (Jornal do Brasil, 1969). Alguns anos mais tarde, com a assinatura da "Carta Geral do Curso da Linha Divisória da Fronteira Brasil-Venezuela" em 23 de agosto de 1973, os jornais Brasileiros já admitiam que a superfície da Venezuela tinha sido aumentada em 4 mil quilômetros quadrados. No entanto, a pouca importância econômica justificavam a pouca preocupação com a área e geralmente afirmava-se que nada havia sido feito "em detrimento do Brasil" pois se tratava apenas de estabelecer o "verdadeiro traçado" do limite (Jornal do Brasil, 1973).

Esta situação é profundamente alterada no final dos anos 1980, quando a descoberta de ouro e diamante na fronteira entre o Brasil e a Venezuela passa a atrair muitos garimpeiros brasileiros para a região. A exploração de ouro se desenvolve de forma intensa nos anos 1980 e em 1989 torna-se um problema diplomático quando mais de 3 mil garimpeiros brasileiros foram expulsos pelo exército venezuelano por invadirem o território vizinho. Segundo reportagem o Estado de São Paulo de 1989, os garimpeiros "chegaram a montar uma pequena cidade a 20 quilômetros da fronteira", onde se encontravam "cantinas, galpões, cabaré e cinco pistas de pouso".

Após terem sido presos, obrigados a abandonar suas máquinas e voltar para o Brasil a pé pela mata, muitos garimpeiros justificaram o delito através da ausência de limites precisos entre os países: "não tinha nenhum marco, nada que dissesse que daqui para lá era Venezuela" (O Estado de São Paulo, 1989). Este incidente estimulou novos mapas na imprensa sobre a região, que não reportavam mais apenas as explorações em um local inacessível e desconhecido, mas sim uma atividade econômica de extração de um produto extremamente valioso. Além disso, este caso

também chama a atenção do governo brasileiro e venezuelano para a necessidade de um investimento maior na demarcação dos territórios na região. O mapa abaixo, publicado no jornal O Globo (10/5/1989), buscava justamente localizar e ilustrar o incidente entre garimpeiros brasileiros e exército venezuelano.

Figura 6.7



Fonte: O Globo, 10/5/1989

É curioso pensar que através das bases cartográficas disponíveis para representar a região, seria impossível mostrar as distâncias e espaços que estão sendo discutidos na reportagem. Assim como no caso uruguaio, o mapa não representa detalhes do terreno, como os "20 quilômetros além da fronteira" onde os garimpeiros foram pegos. De qualquer forma, o mapa é útil para localizar o evento ocorrido na fronteira entre o Brasil e a Venezuela próximo a nascente do rio Orinoco, contando com a habilidade do leitor para situar, sozinho, esta fronteira em um mapa na escala nacional com os estados brasileiros.

Além de localizar, o cartum presente no mapa também ilustra o evento noticiado através de um desenho esquemático. Mesmo com a grande importância dada à fotografia no jornalismo contemporâneo, é interessante constatar como o desenho esquemático assegura sua permanência nos jornais através de notícias sobre eventos que não puderam ser fotografados. Obviamente, nenhum repórter e fotografo estavam

nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela no momento em que os militares venezuelanos expulsaram os garimpeiros brasileiros, mas este fato pode ser representado através de um desenho. Este é claramente o objetivo da pequena imagem no primeiro mapa, onde homens armados expulsam um grupo que parece iniciar uma caminhada carregando mochilas e sacolas.

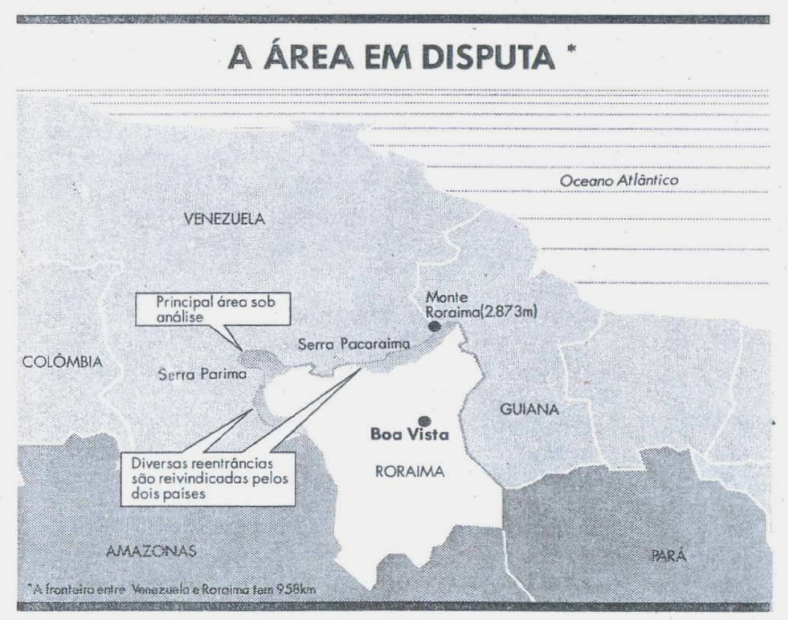
A representação deste incidente nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela estimulou uma ação demarcatória conjunta de emergência por parte dos dois países. Neste sentido, o mesmo discurso de que "não se trata de ganhar ou perder território, mas de demarcar as fronteiras com precisão" (Folha de São Paulo, 1991), volta à tona em 1991 através de novas Comissões nomeadas para demarcar os limites entre o Brasil e a Venezuela, agora estimados em 2.199 quilômetros (contrastando com os 1.500 quilômetros estimados em 1969). Segundo a reportagem da Folha de São Paulo de 1991, os dois países preparavam uma ampla Comissão para demarcar inicialmente os 120 quilômetros de fronteira na cordilheira Parima no noroeste de Roraima. Em entrevista ao jornal, o então ministro das relações exteriores, Francisco Rezek, deixava claro como o interesse pela demarcação da área tinha profunda relação com o incidente com os garimpeiros e a presença de jazidas de ouro na região:

> "A questão de fronteira envolvendo o Brasil e a Venezuela não havia surgido antes porque apenas índios Ianomami freqüentavam a área. As dúvidas foram levantadas pelo governo venezuelano depois que garimpeiros começaram a atuar ilegalmente na área indígena. Os garimpeiros passaram a serem acusados pela Venezuela de invasão territorial. Daí surgiu a necessidade de checagem das fronteiras" (Folha de São Paulo, 25/1/1991)

A existência de uma nova Comissão de Demarcação estimulou novos mapas sobre estes limites na imprensa brasileira. Agora se evidenciavam as áreas que estariam sobre análise e as possíveis perdas e ganhos territoriais. Segundo a Folha de São Paulo (22/1/1991), a demarcação da fronteira colocava em jogo "reservas minerais de ouro e cassiterita com capacidade de produção e valor desconhecidos" e este fato finalmente estimulava a produção de uma cartografia mais detalhada para a área. É curioso observar como após décadas sem se preocupar em mapear precisamente a região, o governo brasileiro afirma, já na década de 1990, que pretendia "fazer uma pesquisa fina de fronteira para uma correção cartográfica de

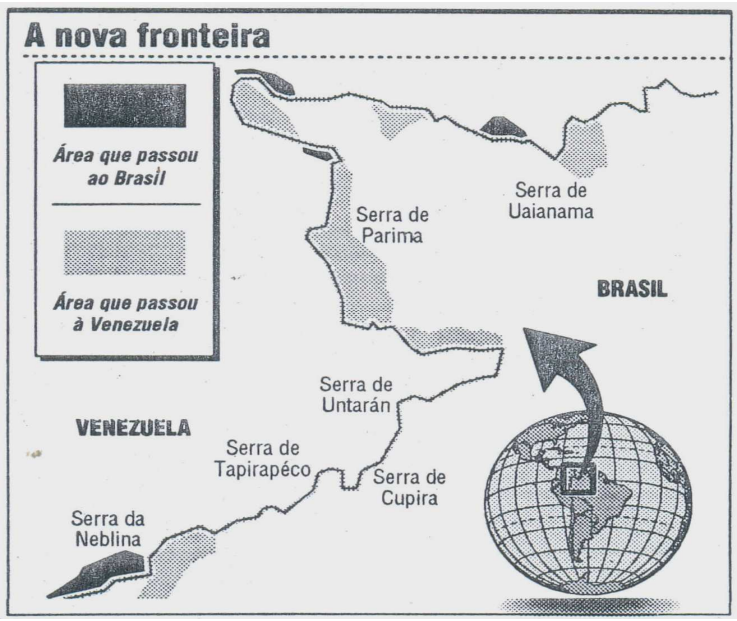
pequena escala" (declaração de Marcos Azambuja, então segundo secretário-geral de política exterior do Itamaraty). Os mapas abaixo representam respectivamente as áreas que seriam analisadas em 1991 (Folha de São Paulo 22/1/1991) e os resultados gerais das comissões de demarcação quase seis anos depois, em 1996 (Jornal do Brasil, 13/8/1996).

Figura 6.8



Fonte: Folha de São Paulo, 22/1/1991

Figura 6.9



Fonte: Jornal do Brasil, 13/8/1996

No primeiro mapa (fig.6.8), observamos como praticamente todo o estado brasileiro de Roraima tem áreas de fronteira a serem analisadas pelas Comissões Mistas e, segundo o texto abaixo do mapa, as fronteiras entre o estado brasileiro e a Venezuela somariam 958 quilômetros. Uma das caixas de texto identifica a "principal área sob análise" e a outra explicita como as disputas territoriais se dariam em uma escala maior do que a representada no mapa, afirmando que "diversas reentrâncias são reivindicadas pelos dois países". Certamente estas "reentrâncias" não são representadas neste mapa que, como nos exemplos anteriores, apenas localiza o leitor de forma mais geral.

Após seis anos de trabalho, as Comissões Mistas finalmente chegam a alguns resultados, mas os seus mapas detalhados não aparecem nas reportagens dos jornais. O segundo mapa (fig.6.9), publicado em 1996 apresentava alguns resultados da demarcação evidenciando de forma bastante esquemática e pouco detalhada a "área que passou ao Brasil" e a "área que passou à Venezuela". Anunciando o "novo perfil do Brasil", a reportagem do Jornal do Brasil de 1996 já apresentava claramente um tom de maior preocupação e desconforto com a "perda" de áreas para os venezuelanos.

Ao contrário das reportagens antigas, que sugeriam inclusive a institucionalização de uma faixa neutra para dividir uma área sem interesse econômico, a descoberta de recursos minerais na região mudou o teor da notícia, que anunciava a perda de 4.405 quilômetros quadrados para a Venezuela. No mapa este valor é claramente destacado em grandes áreas pontilhadas, contrastando com as pequenas áreas em preto que representaram os cerca de 1.700 quilômetros quadrados incorporados ao Brasil. Entendendo a disputa da fronteira como a disputa de um recurso, o jornal se incomodava com os anúncios nos meios de comunicação venezuelanos, como o jornal *El País*, que publicou uma grande manchete comemorativa: "ganhamos terreno".

Certamente a representação do limites é um tema que privilegia a representação das fronteiras como espaços de separação e ruptura. Considerando os direitos de uso dos recursos e a alocação de frentes populacionais, os litígios de fronteira expressam a necessidade de delimitação existente nos Estados Nacionais. Mesmo que os dois estados trabalhem juntos na delimitação de uma área, prevalece aqui o confronto, a disputa, o ganho territorial em detrimento do vizinho. Como vimos

na representação dos três casos aqui analisados, este confronto se intensifica com a exploração dos recursos de uma região ou com a chegada de novas frentes de povoamento, o que acaba estimulando o destaque dos litígios enquanto notícia na imprensa.

Além da disputa territorial em si, a demarcação dos limites também cria espaços com diferenças normativas explícitas que podem ser aproveitados por ambos os lados da fronteira. É a demarcação de espaços com normas e leis distintas que muitas vezes influencia na classificação das fronteiras enquanto zonas importantes para atividades ilegais e informais relacionadas ao contrabando e ao tráfico de drogas. O limite normativo e a linha imaginária que divide os territórios fazem com que os produtos tenham valores distintos dos dois lados e as polícias dificilmente trabalham de forma integrada. Estas seriam características que transformariam as fronteiras em locais freqüentemente associados à ilegalidade e ao contrabando, temas que, mesmo apresentando fenômenos que ultrapassam as fronteiras, acabam estimulando o fechamento e a vigilância nos limites, por se tratar de uma forma de interação indesejada que foge ao controle dos estados nacionais.

6.2 - Ilegalidade: A Fronteira como Lugar do Crime

A necessidade da delimitação do território e a presença fiscal e militar dos Estados nos limites internacionais evidenciam que a fronteira é um local de encontro entre normas distintas. O fato de estar "entre" normas e regras variadas tem estimulado uma representação que caracteriza as fronteiras como um local "sem norma", ou, como dizem muitas manchetes de jornal, "sem lei" (O Globo, 7/12/2003), "sem controle" (Jornal do Brasil, 2/10/1989), um "verdadeiro faroeste" (O Globo, 1/3/2007).

É importante reconhecer que a instituição de limites e normas sempre gera algum tipo de transgressão. Na realidade sul-americana, onde a capacidade de investimento dos estados muitas vezes contrasta com as suas dimensões territoriais, a transgressão acompanhou a história da constituição dos limites. Desde o momento em que se instituiu uma linha imaginária houve também sua transgressão, aproveitando as vantagens comparativas criadas por sistemas territoriais distintos e fazendo circular

produtos contrabandeados já no período colonial[3] (Machado, 2007).

Sendo uma prática freqüente, a transgressão é noticiada na imprensa em várias escalas, desde a "dona-de-casa que compra novelos de lã, pacotes de chá e alguns quilos de carne no Uruguai" (Jornal do Brasil, 29/9/1978), até as "quadrilhas de traficantes e grandes contrabandistas" que "dominam a fronteira com o Paraguai" (Estado de São Paulo, 13/12/1995). Estes tipos tão distintos de contravenção aparecem na imprensa com significados e intensidades variadas ao longo do período estudado.

O primeiro exemplo, que discute a transgressão cotidiana do limite pela população local, destacando "o intercâmbio diário de pequenas mercadorias que aliviam o orçamento doméstico" (Jornal do Brasil, 29/9/1978), é bastante raro na imprensa nacional e geralmente não estimula a produção de mapas jornalísticos. Mesmo assim, é interessante notar como existem algumas reportagens, principalmente durante a década de 1970, focadas na “naturalidade” das transgressões nas fronteiras, considerando as “formas brandas de contrabando” como uma questão local. Nestes casos, o contrabando aparece como uma prática justificável, pois ao visitar a região de fronteira o repórter por vezes destaca que "o lado de lá fica tão ali que até parece uma invenção do capeta, uma abstração moral, classificar a travessia de uma linha que nem existe, como transgressão da Lei" (O Estado de São Paulo, 12/5/1976).

Este tipo de representação compreensiva certamente não é a mais comum na imprensa brasileira. A maioria das reportagens coletadas na pesquisa era focada no segundo exemplo - relativo aos "grandes traficantes e contrabandistas" - e tendem a estimular o fechamento das fronteiras e a repressão militar aos grupos participantes do comércio ilegal. Com o crescimento de muitas redes de contrabando e tráfico de drogas ao longo da década de 1980, a imprensa brasileira passou a enfatizar menos o contrabando local e a destacar mais as fronteiras como "portas de entrada" de produtos ilegais que seguem para as regiões centrais do país (O Globo, 14/3/1995). Neste contexto, a própria escala de representação da ilegalidade e da informalidade é alterada e este tema passa a ocupar com freqüência as páginas policiais.

A constatação alarmista de que a fronteira seria um "queijo suíço" (O Globo, 15/10/2004) ou uma "peneira com grandes furos, pelos quais passam enormes

[3] Machado (2007) evidencia como este tipo de atividade é muito antiga nas fronteiras: "Nesta imensa área esparsamente ocupada, atividades trans-fronteiriças consideradas ilegais por autoridades constituídas ocorrem há séculos, desde o contrabando de ouro e prata no século XVIII até o contrabando de caucho e outras mercadorias no século XIX".

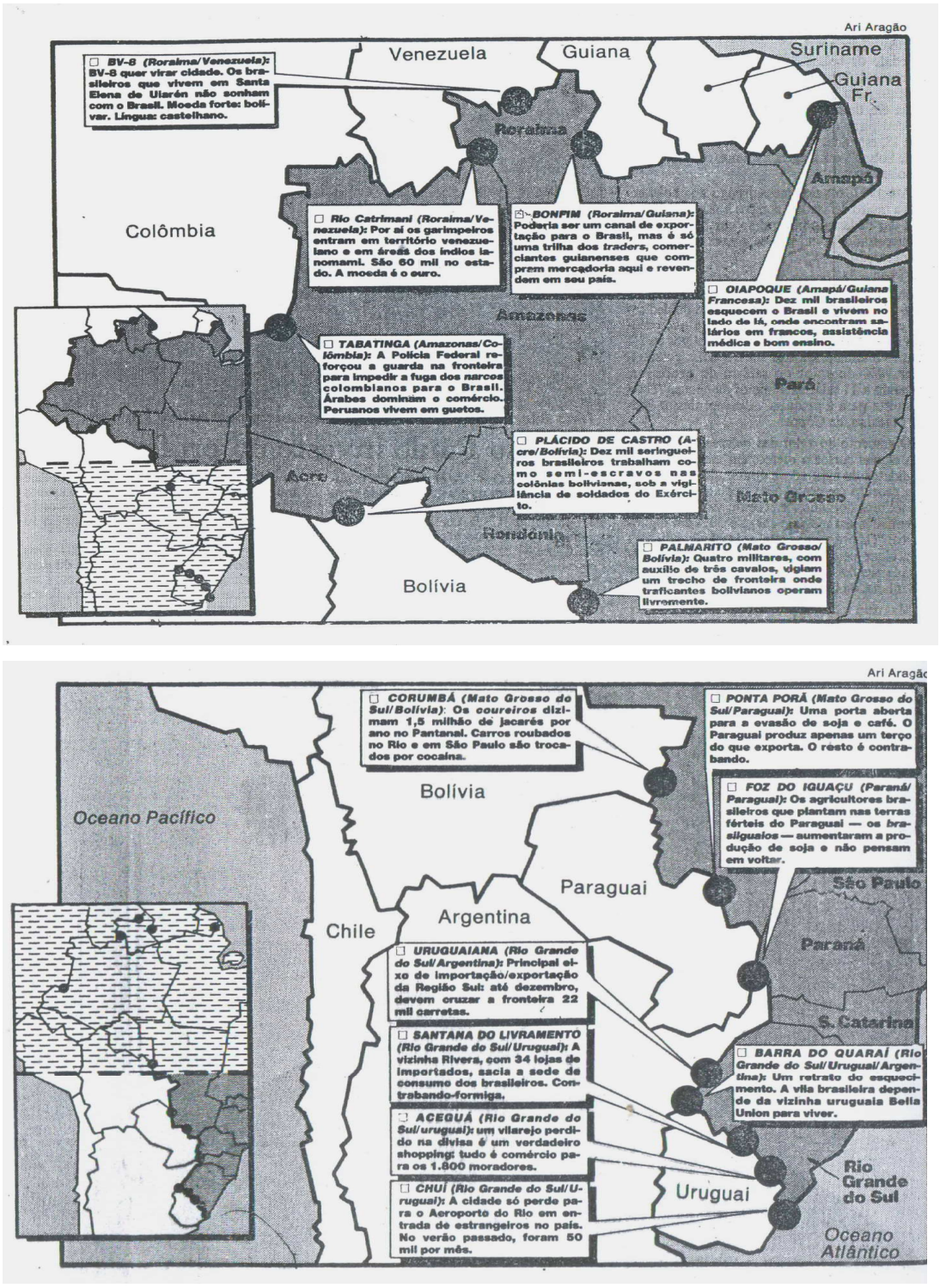
quantidades de drogas, armas e carros roubados" (O Globo, 14/5/1995), pode estimular o fechamento e a militarização destes espaços. Quando se relaciona fronteira e crime, o foco majoritário da imprensa brasileira está certamente no tráfico de drogas ilícitas e no contrabando em escala continental, temas que estimulam representações cartográficas com práticas variadas. É sobre estes mapas que se debruçará esta seção.

Localizando cidades específicas, representando rotas de circulação ou sintetizando acontecimentos criminosos ocorridos nas fronteiras, os mapas são certamente um elemento importante na caracterização dos espaços de conexão com território vizinho como fonte de ameaça e perigo. Resta compreender como estas três funções dos mapas na reportagem - localização de pontos, representação de rotas, síntese de eventos - podem atuar na difusão de discursos que criminalizam os espaços de fronteira e, por vezes, os países vizinhos, estimulando políticas de vigilância e fechamento.

Localizando as "Portas de Entrada" da Ilegalidade

As práticas cartográficas mais comuns na localização de cidades envolvidas com algum tipo de transgressão são o uso de símbolos de pontos e caixas de texto. Estes elementos são muito recorrentes para localizar pontos "vulneráveis" ao longo de toda a fronteira. O mapa a seguir (Jornal do Brasil, 1/10/1989) utilizou justamente estas práticas para localizar e fazer comentários breves sobre quinze "pontos críticos" nas fronteiras brasileiras, destacando diversas atividades ilegais que ocorreriam nestes espaços.

Figura 6.10



Fonte: Jornal do Brasil, 1/10/1989

A dimensão nacional do problema das fronteiras é aqui claramente destacada através dos dois mapas que mostram pontos de conexão com os territórios vizinhos ao longo de toda a faixa. Segundo a reportagem, publicada no Jornal do Brasil (1/10/1989), os oito repórteres e cinco fotógrafos que percorreram a fronteira para fazer a matéria "constataram por todo lado a falta de vigilância que facilita o contrabando". Alertando para a pouca presença estatal em pontos estratégicos das fronteiras brasileiras, a matéria destacava a "situação precária" das fronteiras:

> "um abandono que se repete ao longo dos 15.719 quilômetros de fronteira entre o Brasil e 10 países da América Latina, que torna os limites do país um irremediável *caso de polícia*. Passa de tudo: droga, ouro, couro de jacaré, carro, madeira, soja, café" (Jornal do Brasil, 1/10/1989).

Através da diversidade de produtos que estariam circulando ilegalmente, observa-se que não há uma uniformidade temática nos textos situados em cada localidade. O importante seria evidenciar como existem problemas em diversos pontos, destacando a necessidade de atuação governamental nas fronteiras. Enquanto Corumbá é caracterizada pelo contrabando de couro de jacaré e roubo de carros, Tabatinga aparece como possível local de fuga de "narcotraficantes" colombianos para o Brasil. Muitos textos também dão destaque às possibilidades de trabalho do outro lado das fronteiras, o que poderia atrair os brasileiros para os territórios vizinhos através da migração ilegal. A evasão de soja e café em Ponta-Porã e a falta de policiamento em Palmarito são mais algumas questões apresentadas nos textos inseridos no mapa, difundindo a idéia de que as fronteiras são repletas de crimes e contravenções ilegais.

É interessante observar que entre os pontos escolhidos para a reportagem estão algumas das principais conexões existentes entre o Brasil e os seus vizinhos. No entanto, nenhuma interação é valorizada e as trocas entre os territórios são caracterizadas sempre como um "caso de polícia". O argumento para o fechamento das fronteiras aparece assim com bastante força quanto se trata de interações indesejadas entre os dois sistemas territoriais envolvidos. Ao longo da periodização aqui definida são muitas as representações cartográficas que localizam as mesmas cidades fronteiriças, articulando a criminalidade nas fronteiras com questões relativas a soberania nacional. Estas questões ganham bastante força na transição entre as

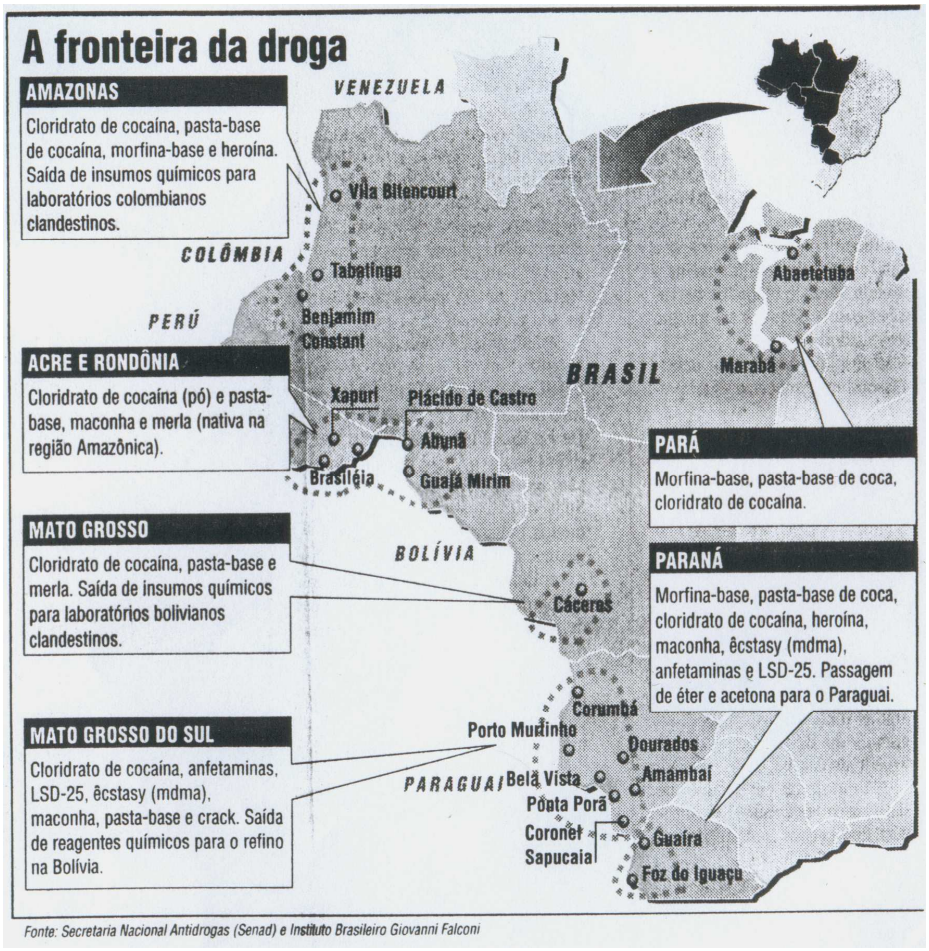
décadas de 1980 e 1990, com um enfoque crescente dado pela imprensa ao tráfico internacional de drogas e sua atuação no território brasileiro.

Observando as reportagens que relacionavam fronteiras e drogas ao longo da periodização da pesquisa, constata-se que foi a partir de meados da década de 1980 que o governo brasileiro passou a se preocupar cada vez mais com a soberania do seu território frente às redes ilegais. Segundo representantes da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo (4/5/1995), a circulação de drogas no território nacional se intensificou a partir de 1984, quando houve um reconhecimento de instituições internacionais de que o Brasil estaria incorporado ao Cartel de Medellín como "rota de trânsito".

A partir de 1989, com a invasão do Panamá, as tropas norte-americanas passaram a controlar de forma mais efetiva o espaço aéreo do Caribe, por onde seguiam muitas rotas de tráfico. Em decorrência, as grandes organizações de tráfico de drogas foram obrigadas a buscar outras plataformas de exportação para a cocaína produzida nos Andes, incorporando o território brasileiro às principais rotas de tráfico internacional. No momento em que o Brasil deixou de ser um caminho esporádico e alternativo de circulação das drogas para se tornar uma das principais plataformas de exportação da cocaína sul-americana, os jornais intensificaram significativamente a representação da temática, que mobilizava como nunca a opinião pública nacional, estimulando a produção de muitos mapas.

Publicado quase dez anos após, em relação ao exemplo anterior, o mapa abaixo (Jornal do Brasil, 30/11/1998), utilizava práticas cartográficas bastante similares - símbolos de ponto e caixas de texto - para identificar as cidades fronteiriças relacionadas com atividades ilegais. No entanto, diferentemente do mapa anterior, que enumerava uma série de práticas criminosas, o objetivo do mapa da década de 1990 seria identificar exclusivamente a "fronteira da droga". Bastante citado na reportagem, o então ministro-chefe da Casa Militar, Roberto Cardoso, evidenciava a associação entre drogas e soberania nacional que se intensifica no final do século XX: "quantos pontos de nossa fronteira estão sendo ultrapassados incolumemente neste momento" (Jornal do Brasil, 30/11/1998)?

Figura 6.11



Fonte: Jornal do Brasil, 30/11/1998

O objetivo do mapa seria identificar alguns destes pontos que preocupavam o ministro e estariam permitindo a entrada de substâncias ilícitas no território nacional. Assim como no mapa anterior, o autor optou aqui por representar os fluxos de produtos ilegais sem fazer uso de setas ou representar corredores de escoamento. Dentre os vários produtos descritos nas caixas de texto, há basicamente a entrada de drogas em diferentes estágios de processamento - "cloridrato de cocaína", "basta base", "maconha", "merla" - e a saída de insumos químicos para o processamento da droga do outro lado da fronteira.

Mesmo que se trate de uma atividade reconhecidamente transnacional, é interessante observar que em nenhum dos dois mapas aqui apresentados os vizinhos são destacados. No mapa acima, conjuntos de cidades brasileiras são circundados por áreas pontilhados que ultrapassam os limites nacionais, mas nenhuma cidade ou atributo é representado do outro lado e há um evidente "silêncio" com relação aos vizinhos. Este caso é bastante exemplar, pois diferentemente do anterior, este mapa

nem representa o traçado dos países vizinhos. Há apenas nomes soltos em um espaço branco ocupado pelas caixas de texto a esquerda do mapa. Os nomes destacados nos textos também evidenciam como o mapa é extremamente focado no território nacional, pois os estados brasileiros - não os países vizinhos - são identificados em cada caixa.

Sendo este mapa inserido em uma reportagem que tratava das políticas públicas de segurança nas fronteiras, este tipo de "silêncio", de vazio na representação dos territórios limítrofes, pode evidenciar como o discurso é aqui centrado na idéia de inviolabilidade e proteção do território nacional. Como afirmava o então Secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, "combater o crime transnacional não é só caso de polícia, mas de soberania nacional" (Jornal do Brasil, 30/11/1998). Como uma questão de soberania nacional, o combate à criminalidade dificilmente é representado de forma complementar dos dois lados da fronteira.

Não há muito interesse nos processos que ocorrem no país vizinho, já que o objetivo maior seria proteger o território brasileiro e estimular a atuação do Estado em pontos específicos para minimizar as trocas ilegais e informais nos espaços de fronteira. É interessante notar como enquanto muitas cidades nas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia, o Peru e a Colômbia se repetem nos dois mapas apresentados, as fronteiras com a Argentina e Uruguai não aparecem no mapa 6.11, que pretendia mostrar somente "a fronteira da droga".

Este tipo de seletividade nos locais e processos destacados, pode também ser evidenciada em mapas focados nos segmentos fronteiriços. As cidades entre o Brasil e o Paraguai talvez tenham sido as mais recorrentemente associadas com atividades ilegais e informais, sendo qualificadas como "Meca do contrabando", "coração da pirataria" ou "centro do tráfico" (O Globo, 27/4/2002). Estas cidades são noticiadas de forma recorrente como "terra de ninguém, dominada por quadrilhas de traficantes, contrabandistas e ladrões de carro" (O Estado de São Paulo, 13/12/1995), e este fato estimula a publicação de mapas que detalhem a região para o leitor.

O mapa abaixo representa a circulação de produtos ilegais em três pontos situados no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Segundo nos informa o título do mapa, estes seriam os "pontos críticos da peneira", por onde passariam "enormes quantidades de drogas, armas e carros roubados, além do contrabando de todo tipo" (O Globo, 14/5/1995).

Figura 6.12

Fonte: O Globo, 14/5/1995

Numerando três pontos específicos de articulação entre o território nacional e os países limítrofes, o mapa busca identificar o que entra e o que sai ilegalmente do país. As três cidades brasileiras aqui destacadas - Corumbá, Ponta Porã e Coronel Sapucaia - estão também presentes no mapa anterior e são recorrentemente responsabilizadas pela entrada de produtos contrabandeados no território nacional. Uma vez dentro do país, estes produtos seguem para os grandes centros através das estradas federais e estaduais representadas no mapa - BR 262, BR, 463 e MS 156, mas o mapa não faz uso de nenhuma seta para representar esta circulação.

É através do uso da legenda, decorada com símbolos pictóricos, que o mapa elenca uma série de produtos que saem e que entram do território nacional em cada um dos pontos destacados. As setas aparecem apenas na legenda identificando a entrada e a saída de produtos ilegais. Os símbolos pictóricos relativos à entrada representam madeira contrabandeada, armas e cocaína penetrando ilegalmente o país, enquanto veículos e máquinas agrícolas saem do Brasil em direção aos vizinhos.

Este esquema de circulação de produtos ilegais ilustrava algumas informações presentes na reportagem, que buscava noticiar um esquema de troca de drogas e armas por carros e maquinários roubados, uma "interação trans-fronteiriça ilegal". Segundo o jornalista, "nem só de droga vive o submundo da fronteira. Um movimentado comércio clandestino de armas, caminhões e carros roubados alimenta uma economia paralela" (O Globo, 14/5/1995). O objetivo do mapa seria, portanto, localizar os

pontos por onde circulam ilegalmente estes produtos.

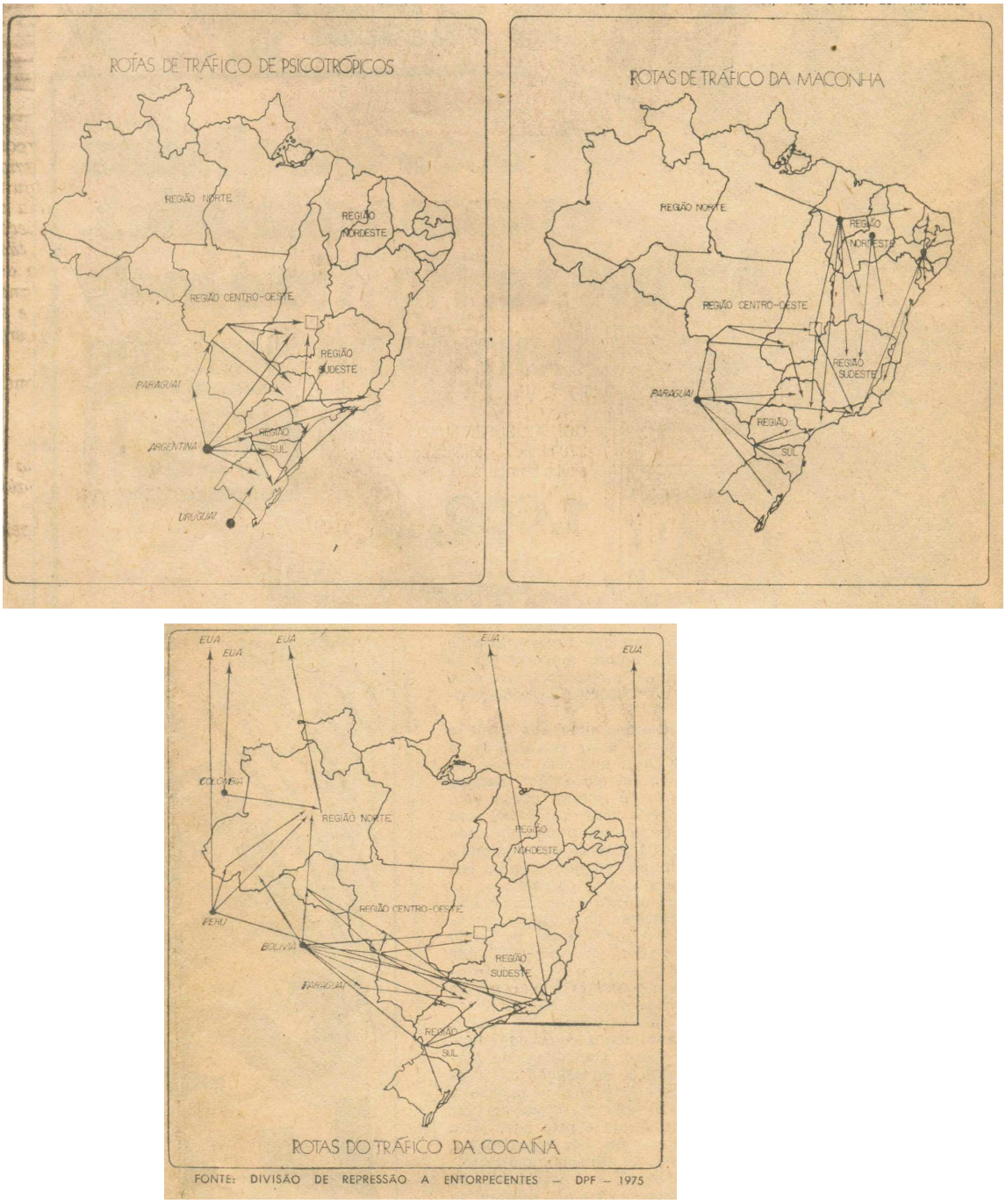
Focada na interação trans-fronteiriça, esta reportagem já apresentava um interesse maior nas cidades vizinhas que são ao menos identificadas no mapa. Observa-se que as cidades de Puerto Soares (Bolívia), San Juan Caballero (Paraguai) e Capitain Dado (Paraguai) são nomeadas, pois o texto da reportagem comenta intensamente sobre a criminalidade no território vizinho. Segundo o texto da reportagem, "nas cidades fronteiriças de Quijaro e Puerto Soares, o narcotráfico é tão disseminado que as bocas são capazes de fornecer qualquer quantidade de droga". Devido a esta facilidade, a vizinha brasileira, Corumbá, é classificada na reportagem como "capital brasileira da cocaína" (O Globo,14/5/1995). Desta forma, as cidades fronteiriças ou são ignoradas ou apresentadas como fonte do problema, sendo dificilmente incorporadas como parte da solução.

Circulação de Drogas Ilícitas

Através de outras práticas cartográficas, como o uso de setas, os mapas que acompanham as reportagens sobre as drogas ilícitas podem representar os vizinhos com maior intensidade e freqüência. No entanto, a representação dos fluxos ilegais trans-nacionais, como o tráfico de drogas, tende a caracterizar mais intensamente o território vizinho como fonte de ameaça e perigo. Ao representar uma atividade que necessariamente articula pontos em territórios nacionais distintos, os mapas jornalísticos acabam qualificando estas localidades como agressoras, por representarem “a origem do mal” que circula pelo continente.

Esta seria a segunda forma de associação entre fronteiras e crime nos mapas da imprensa, quando as imagens não apenas localizam os pontos associados a atividades ilegais, mas também ligam estes pontos através de linhas que atravessam as fronteiras e geralmente se transformam em setas penetrando o território nacional. Através de setas ameaçadoras e invasivas, há aqui um estimulo a militarização das fronteiras a partir de práticas cartográficas que vão além da simples localização de pontos de entrada. Os mapas abaixo, publicados no Jornal do Brasil (20/7/1975), são exemplos pioneiros de utilização de setas e pontos para representar rotas variadas de drogas que estariam incorporando o território brasileiro.

Figura 6.13



Fonte: Jornal do Brasil, 20/7/1975

A maioria dos caminhos representados nos mapas sai de um ponto no país vizinho e cruzam as fronteiras chegando as grandes cidades brasileiras, que, em alguns casos, são utilizadas como plataformas de exportação. Somente as rotas de maconha têm pontos de partida no interior do país - região nordeste - mas também fica evidente no mapa a importância do Paraguai como fornecedor para toda a região sul e sudeste. Já os psicotrópicos, saem da Argentina e do Uruguai e a cocaína da Bolívia, do Peru e da Colômbia. Um ponto de partida geralmente corresponde a uma

zona de produção de droga, mas nenhuma informação sobre os vizinhos é aqui detalhada, nem mesmo o traçado dos países. Basta para o leitor associar a procedência das drogas a um ponto e um nome específico: "Colômbia", "Peru", "Bolívia", "Argentina", "Uruguai".

Limitando-se a identificar os países limítrofes e as regiões brasileiras, o mapa não identifica nenhuma cidade fronteiriça. Ao encontrar as linhas que representam os limites internacionais, as setas muitas vezes nem são interrompidas, passando direto para o interior do território brasileiro. Curiosamente, as informações sobre os topônimos fronteiriços que não aparecem no mapa estão presentes no texto da reportagem. Mesmo que apareçam no mapa apenas como locais de passagem, as cidades próximas ao limite internacional são destacadas no texto como áreas que "merecem atenção pelas zonas de fronteira com a Bolívia, Peru e Colômbia, rotas do tráfico de cocaína" (Jornal do Brasil, 20/7/1975). Ausentes no mapa, as rotas aparecem descritas no texto, que cita muitas cidades brasileiras anteriormente destacadas:

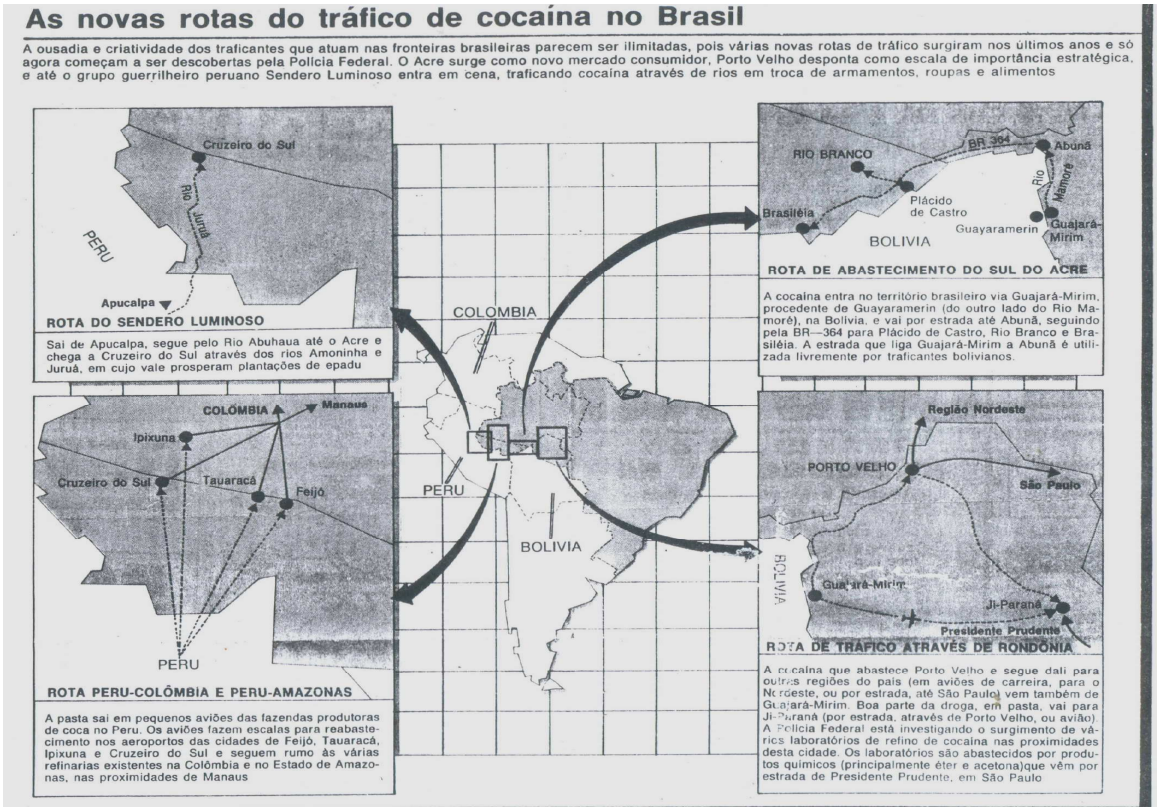
> "a cocaína procedente da Bolívia, sobe o rio Mamoré até alcançar Guajará-mirim, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC de onde é levada para São Paulo diretamente, via aérea, ou fazendo paradas em Corumbá, Campo Grande e Goiânia" (Jornal do Brasil, 20/7/1975)

Há aqui um desencontro entre a imagem e o texto, pois as informações detalhadas de forma escrita não podem ser observadas nas representações cartográficas. A partir dos mapas, o leitor pode compreender o sentido geral da circulação das drogas, mas não pode localizar o rio Mamoré ou qualquer outra cidade citada no texto. Neste sentido não haveria nenhuma "rota" sendo representada nos mapas, como sugerem seus títulos. O grau de generalização das setas faz com que muitas vezes nem as direções das principais vias de circulação sejam respeitadas, ou seja, o mapa não representa nem as rotas, nem os corredores de circulação, mas apenas as direções gerais do tráfico de drogas.

Seguindo a definição de Machado (1996), os corredores seriam as principais vias disponíveis para a circulação de produtos ilegais e as rotas seriam caminhos específicos escolhidos para utilizar estes corredores. Um mesmo corredor pode, portanto, contemplar rotas distintas e a representação destas opções de escolha tende a

estimular a presença de cidades fronteiriças nos mapas. Como a idéia seria mostrar os caminhos de entrada das drogas no território nacional, a representação das rotas tende a estimular mapas com uma escala mais detalhada, que identifique os pontos participantes da rede e não apenas generalize as direções da circulação. O conjunto de mapas abaixo, publicados pelo jornal O Globo (4/6/1990), buscava representar quatro rotas do tráfico de cocaína nas fronteiras entre o Peru a Bolívia e o Brasil, tentando mostrar como "a criatividade dos traficantes que atuam nas fronteiras brasileiras parecem ser ilimitadas".

Figura 6.14



Fonte: O Globo, 4/6/1990

Os mapas acima representam diferentes trechos por onde estaria ocorrendo o escoamento da produção de drogas ilícitas entre o Peru, a Bolívia e os estados brasileiros do Acre e Rondônia. Observamos que os caminhos das drogas aparecem de forma detalhada e distintas opções são representadas. Na "rota Peru-Colômbia e Peru-Amazonas", por exemplo, três cidades podem exercer a função de recarregar os aviões que saem do Peru trazendo pasta base de coca. Já na "rota de tráfico através de Rondônia", a droga pode seguir dois caminhos após entrar em território brasileiro por

Guajará-Mirim. Neste caso, a rota pode seguir tanto por via terrestre para Porto Velho, como optar pela via aérea para a cidade de Ji-paraná, onde existiriam laboratórios para o processamento da droga. Observa-se que a seta que chega em Ji-Paraná com procedência de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, representa justamente a rota de produtos como éter e acetona utilizados nos laboratórios.

Guajará-Mirim também é o ponto de partida da "rota de abastecimento do sul do Acre" que destacava a existência de um mercado consumidor localizado em Rio Branco e Brasiléia. Dois fatores são apresentados na reportagem como fundamentais para o crescimento da circulação e do consumo de drogas na região. O primeiro fator seria a construção de novas estradas, pois o repórter reconhece que "a utilização de droga pela população local - antes era só a maconha - cresceu, principalmente a partir da expansão da rede viária". O segundo fator seria o "aumento da repressão na Bolívia e no Peru", o que teria tornado o estado do Acre "uma rota alternativa para a pasta de coca que se destina ao refino na Colômbia e nas regiões próximas a Manaus" (O Globo, 24/6/1990). Observa-se, portanto, como crescia o interesse midiático na incorporação do território brasileiro ao tráfico internacional de drogas ilícitas.

Este interesse será solidificado e desenvolvido no final dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, quando mapas com formas e informações diversificadas aparecem muito freqüentemente na imprensa para representar os corredores e as rotas do tráfico de drogas. O mapa abaixo, publicado na revista Veja (10/1/2007), combinava práticas distintas para representar "o mapa do crime no Brasil", destacando várias cidades fronteiriças e representando diferentes vias de circulação das drogas no território sul-americano.

Figura 6.15

Fonte: Veja, 10/1/2007

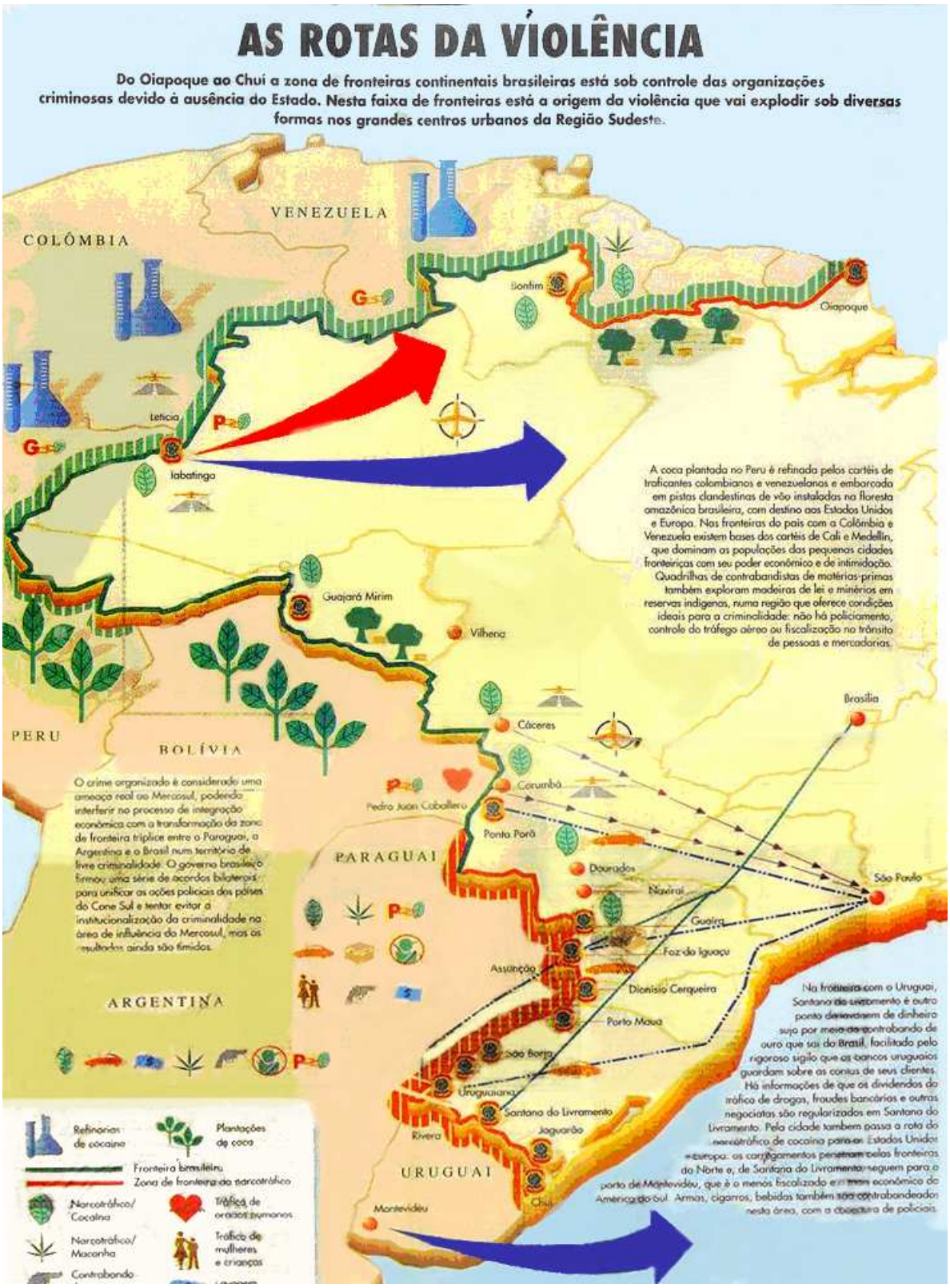
Utilizando uma série de setas colorias este mapa consegue combinar as tendências e direções gerais do tráfico - como na figura 6.15 - com informações pontuais sobre rotas específicas - como no caso da figura 6.16. O território vizinho aparece com bastante destaque, ocupando grande parte da imagem com a representação da cordilheira dos Andes. O traçado dos territórios limítrofes é bem delimitado e até algumas capitais são destacadas, mas o que mais chama a atenção nos vizinhos são as manchas rosas que representam as áreas de plantação de coca. Destas manchas saem setas amarelas bastante chamativas, correspondentes as "rotas internacionais do narcotráfico". São estas setas amarelas que chegam a várias cidades fronteiriças, como Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Guajará-Mirim, Uruguaiana e Santana do Livramento.

Através de um círculo pontilhado, o mapa destaca as quatro cidades gêmeas que seriam o "epicentro do tráfico e do contrabando", nas fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. Segunda a reportagem, estas cidades gêmeas "converteram-se nas maiores bases operacionais dos traficantes que atuam no Brasil, superando a Amazônia" como porta de entrada das drogas. Após entrarem no território brasileiro, as setas são

representadas em três cores para diferenciar as rotas fluviais, aéreas e terrestres, articulando cidades específicas em direção a grandes centros metropolitanos que atuam como mercado consumidor e plataforma de exportação. As rotas aéreas são ainda reforçadas com símbolos pictóricos representando os aviões, o que tornam mais evidentes as setas azuis escuras que representam os portos e aeroportos usados para a exportação de drogas para o exterior.

Na realidade, observa-se aqui a reprodução constante de um discurso onde o território brasileiro aparece sempre como vítima da produção de drogas e outras atividades ilegais situados do outro lado da fronteira. Alguns mapas, além de representarem a circulação de drogas, também enumeram uma série de atividades ilegais que acompanham as mesmas rotas de circulação, associando as fronteiras com a ilegalidade através de contravenções distintas. O mapa abaixo, publicado no Estado de São Paulo (15/5/1997) pode ser considerado como uma síntese deste discurso, pois representava uma série de atividades ilegais situadas nas fronteiras, acompanhadas por setas que se dirigem para o exterior e para os centros metropolitanos situados no sudeste do Brasil.

Figura 6.16



Fonte: O Estado de São Paulo, 15/5/1997.

Considerando o crime organizado como uma "afronta a soberania", o foco temático do mapa acima está claramente calcado no destaque as atividades ilegais e sua ação transnacional. Este mapa, feito com base em um “relatório reservado da polícia federal”, foi veiculado na última página de um caderno especial de domingo intitulado: “fronteiras abertas”. Evidenciando um discurso presente em grande parte dos mapas encontrados sobre esta temática, este exemplo pode atuar claramente no processo de exteriorização dos problemas relativos a ilegalidade, culpando as fronteiras e os vizinhos até mesmo pela violência nas grandes cidades brasileiras, como fica evidente no sub-título do mapa: "Nesta faixa de fronteira está a origem da violência que vai explodir sob diversas formas nos grandes centros urbanos da região sudeste".

Considerando que as "comunidades de interpretação" para as quais o mapa foi feito se encontram justamente nas grandes cidade da região sudeste, este processo de exteriorização fica muito claro. São "silenciadas" aqui as desigualdades sociais, a falta de investimento do Estado ou qualquer outro fator que explique a violência nos grandes centros urbanos a partir das suas próprias características. É na fronteira que a violência e a ilegalidade deve ser combatida, pois p "mal" vem do vizinho e deve ser impedido de entrar no território nacional.

Fazendo uso de uma rica legenda e de símbolos pictóricos coloridos, o mapa mostra as diversas atividades ilegais que ocorrem na fronteira: tráfico de drogas, contrabando de armas, roubo de carros, tráfico de órgãos humanos, contrabando de madeiras e minério, entre outros. As setas, por sua vez, traçam o caminho das drogas que seguem para os EUA, a Europa e cidades brasileiras importantes como São Paulo e Brasília. Embora toda a fronteira seja representada há um claro destaque para o tráfico de drogas nos vizinhos ao norte, destacando os países produtores - como o Peru e a Bolívia - e os países processadores - como a Colômbia e a Venezuela.

Os grandes símbolos representando as folhas de coca e os tubos de ensaio representando o processamento de cocaína, promovem uma associação simplista da totalidade do território dos países vizinhos com estas atividades ilegais. Segundo Harley (1996), este tipo de generalização seria o grande perigo na utilização de símbolos pictóricos pontuais para caracterizar uma área extensa. Esta forma de representação certamente estimula o "fechamento" das fronteiras, já que a Colômbia parece ser um imenso laboratório e a Bolívia um país tomado pela monocultura da coca.

Esta necessidade de fechamento fica evidente na representação da vigilância através de escudos da polícia federal brasileira, que distribuídos ao longo da fronteira parecem tentar atuar na vigilância dos fluxos ilegais. No entanto, principalmente ao no arco norte, esta tentativa ainda não parece ser muito eficaz, pois os escudos são representados de forma esparsa e a reportagem destaca a necessidade de se ocupar "a vasta e inóspita região amazônica", que estaria "praticamente desguarnecida de controle, fiscalização e meios de combate à criminalidade". A área verde situada ao longo do limite internacional desde o Acre o Oiapoque representa a área de atuação do Projeto Calha Norte, que após mais de dez anos de sua implementação seria marcado por um "pequeno contingente policial e falta de equipamentos".

Já nas fronteiras ao sul, há a representação de mais escudos da política federal, que parecem preencher os espaços ao longo de uma "área de fronteira viva e consolidada". A faixa vermelha que segue o limite internacional do Paraguai ao Uruguai representa a "área de fronteira homologada pelo Mercosul" e as atividades ilegais são aqui representadas com pequenos símbolos situados abaixo do nome dos países. Mesmo se tratando de países do Mercosul, a reportagem estimula claramente uma ação mais enérgica da política nas fronteiras internacionais, afirmando que nesta linha "a criminalidade é abundante e heterogênea: varia entre o contrabando de equipamentos eletro-eletrônicos, de informática e armas, até carros roubados e tráfico de drogas, mulheres e crianças". Afirmando que os resultados do Mercosul ainda são limitados, a reportagem problematiza a idéia de "abertura" das fronteiras, afirmando que "o crime organizado é considerado uma ameaça real ao Mercosul, podendo interferir no processo de integração econômica".

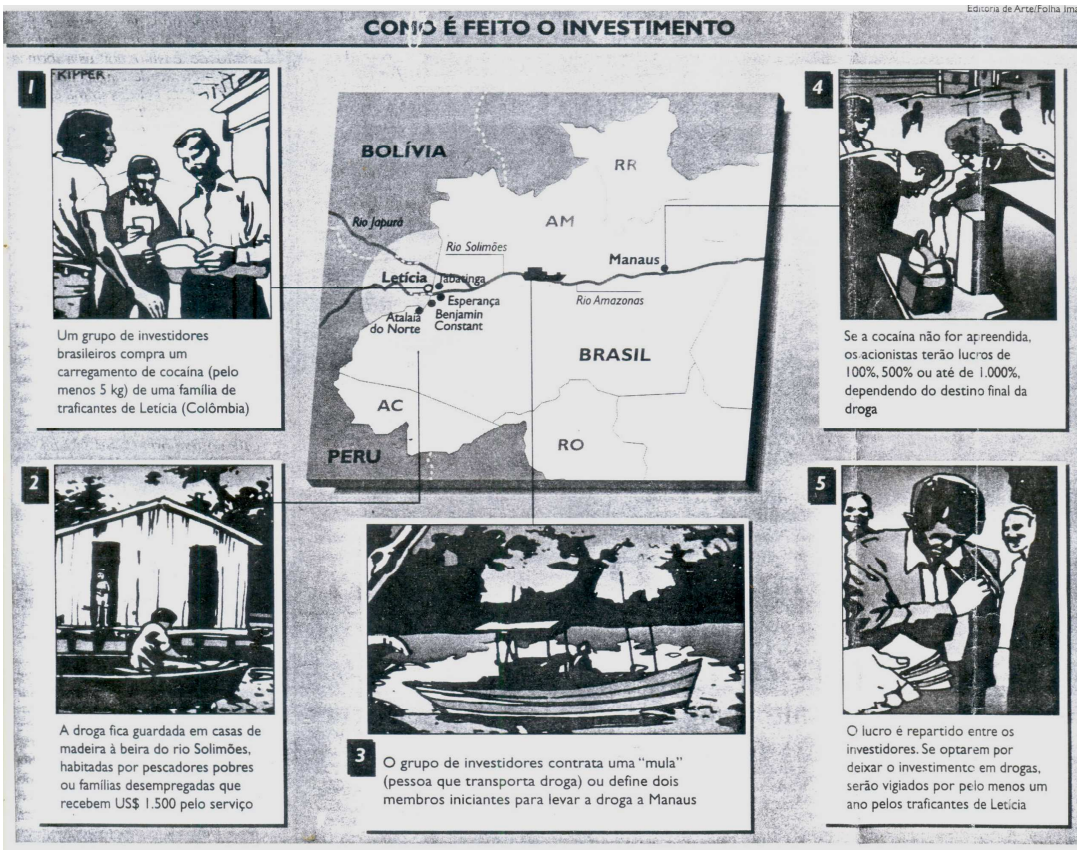
Ações Ilegais nas Fronteiras

Um último tipo de mapa que aparece na imprensa vinculando as fronteiras a ilegalidade com muita força são aqueles que representam eventos específicos ocorridos nas localidades fronteiriças. Além de localizar pontos específicos nas fronteiras e representar rotas de circulação de produtos ilegais, os mapas também podem associar as fronteiras à criminalidade a partir da ilustração de acontecimentos específicos relacionados à entrada de drogas no território nacional. A ilegalidade é aqui representada a partir de ações, sejam elas feitas por traficantes ou policiais.

Através de um diálogo com a linguagem dos quadrinhos, muitas imagens

buscam sintetizar acontecimentos que envolvem a circulação das drogas ilegais nas fronteiras. O exemplo abaixo, publicado na Folha de São Paulo (28/11/1994), buscava detalhar como as drogas entravam no território brasileiro através de uma rede de investimento que teria origem na cidade fronteiriça de Letícia, na Colômbia. Esta imagem praticamente sintetizava todo o conteúdo da reportagem que destacava como o tráfico de cocaína estaria virando uma "aplicação financeira".

Figura 6.17



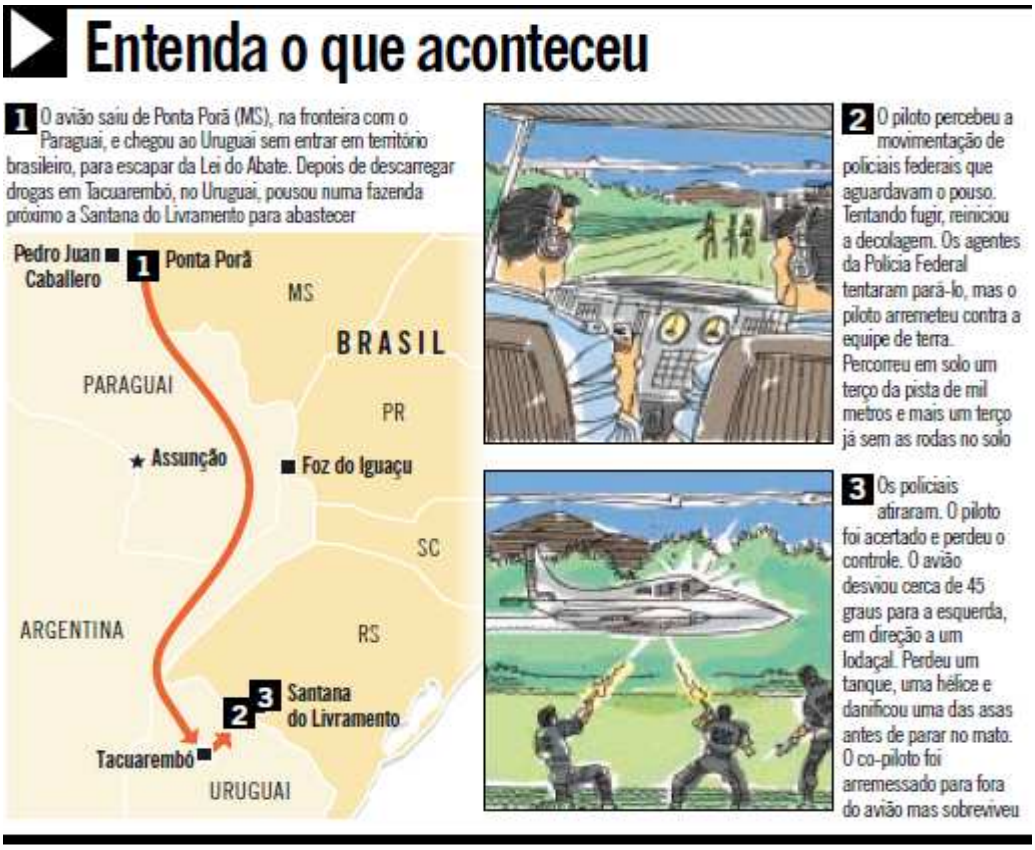
Fonte: Folha de São Paulo, 28/11/1994

O mapa da região ocupa o centro da imagem e localiza uma série de eventos organizados de forma cronológica através dos quadros numerados. O resultado é a construção de uma narrativa que é pontualmente localizada no mapa. A imagem sintetiza um esquema de investimento no tráfico de drogas na região do Alto Solimões. Grupos de brasileiros de Tabatinga estariam investindo dinheiro para comprar drogas com os traficantes colombianos e transportá-la até a cidade de Manaus, criando um mercado financeiro em torno do tráfico, no qual os investidores adiantavam o dinheiro e dividiam os lucros de um possível sucesso.

No primeiro quadro, localizado na cidade de Letícia, na Colômbia, um grupo de investidores compra a droga e no quadro seguinte a estoca na casa de um ribeirinho, que fica próxima às cidades de Atalaia do Norte e Benjamim Constant. O transporte é, então, representado no mapa através do símbolo pictórico de um navio no rio amazonas, que é reproduzido no terceiro quadro. Os quadros seguintes, já localizados na cidade de Manaus, ilustram as possibilidades de sucesso ou de fracasso do investimento, representados através de um policial revistando a mercadoria ou um grupo dividindo o dinheiro com rostos sorridentes. Através das relações entre os quadros e os pontos do mapa, a imagem representa uma rota através de uma descrição de deus passos e mecanismos não da conexão de suas linhas. Neste caso, não sabemos apenas por onde a droga passa, mas como ocorre a articulação de uma rede específica que promove seu trânsito.

Este tipo de mapa, que apareceu com freqüência acentuada apenas nesta temática, também é utilizado para representar ações da polícia no combate aos traficantes. Neste caso, a reportagem não busca apenas representar a criminalidade na fronteira e denunciar sua falta de policiamento, mas também destacar ações bem sucedidas de repressão. Na imagem abaixo, publicada no jornal O Globo (19/4/2005), observamos como práticas cartográficas similares ao exemplo anterior são aplicadas, com a diferença de que há aqui um relato de um evento ocorrido em uma operação de repressão ao tráfico de drogas.

Figura 6.18



Fonte: O Globo, 19/4/2005

O mesmo uso de uma narrativa cronologicamente organizada através de pontos numerados no mapa aparece aqui para explicar para o leitor o abate de uma avião utilizado por traficantes de drogas próximo a cidade de Santana do Livramento na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Segundo a reportagem, o avião teria saído de Ponta Porã no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, e seguido pelo Paraguai e Argentina para escapar da lei do abate, que só vigora em território brasileiro e permite a derrubada de aviões cujos pilotos não se identificarem ou não cumprirem ordens de pouso[4]. Por este motivo, o avião teria deixado 500 quilos de maconha e 30 quilos de cocaína em uma fazenda situada no interior do Uruguai, chamada Tacuerembó, representada no mapa. De lá, o avião seguiu para Santa do Livramento, onde foi abordado por militares brasileiros e abatido após tentar levantar vôo.

Como no exemplo anterior, há aqui a descrição de uma rota e dos acontecimentos que ocorreram em cada ponto do espaço. É uma forma diferenciada de representar as rotas, focando em eventos de interesse jornalístico, como a

[4] Sobre a Lei do Abate ver Monteiro 2008.

derrubada de um avião na fronteira. É interessante pensar que esta forma de diálogo com a linguagem dos quadrinhos é importante para ilustrar eventos que seriam impossíveis de serem fotografados ou filmados. Embora a fotografia tenha um papel fundamental no jornalismo atual, nem todos os eventos podem ser fotografados, pois não havia nenhum repórter ou fotógrafo no momento da queda do avião em Santana do Livramento. Neste caso o desenho torna-se a única forma de representar mimeticamente o que ocorreu e o mapa localiza cada passo dos acontecimentos. Mais uma vez, o mapa torna-se útil para associar fronteiras e criminalidade.

Em síntese, localizando cidades, representando rotas ou sintetizando acontecimentos específicos, os mapas jornalísticos auxiliam na difusão de uma geografia imaginativa pejorativa sobre espaços de fronteira. Mesmo com o uso de práticas cartográficas distintas, pode-se identificar um padrão discursivo que em grande medida se repete em todas as reportagens comentadas desta seção. Fazendo uso intenso da cartografia, estas reportagens associam as cidades fronteiriças a atividades criminosas e ilegais, para posteriormente cobrar ou valorizar qualquer presença repressiva dos Estados nestes espaços. O uso do mapa aparece aqui sempre como uma mensagem bastante clara que sempre contribui para criminalizar as cidades fronteiriças.

Mas como explicar a intensidade e a variedade de mapas sobre ilegalidade na imprensa brasileira? Quais discursos sobre as drogas ilícitas poderiam estimular esta associação entre redes ilegais e cidades fronteiriças tão constante nos mapas da imprensa? Para se compreender mais profundamente as formas de representação desta temática, ao longo do período estudado, é fundamental reconhecer a existência de certo tipo de discursos e modelos explicativos que envolvem a representação das drogas ilícitas e seu papel na geopolítica internacional.

Segundo a socióloga venezuelana Rosa del Olmo (1990) a questão das drogas ilícitas seria muitas vezes "ocultada" pela difusão de uma série de discursos contraditórios que, ao mesmo tempo, se apresentam como "modelos universais". Sob forte influência dos EUA, organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) foram responsáveis por difundir modelos explicativos como o “ético-jurídico” e o “médico-sanitário“ durante as décadas de 1950 e 1960. Mas é a partir da década de 1970 que emerge um novo discurso relacionado às drogas que, certamente, influenciou na construção de grande parte dos mapas aqui apresentados: o modelo geopolítico (Olmo, 1990, Monagas,

1991).

O primeiro discurso - ético-juridico - encarava as drogas como um problema marginal, ligado a minorias criminosas confinadas em guetos específicos. As drogas aparecem aqui como uma questão interna aos Estados e muitas vezes ganha conotações étnicas, onde o consumidor/migrante é encarado como um delinqüente. Este modelo, vigente nos anos 1950, perde força nos anos 1960, quando as drogas atingem grande parte da população branca americana, incluindo muitos ex-combatentes da guerra do Vietnã. Em 1962 a corte americana decretou que o consumidos de drogas seria "um doente que necessita de tratamento médico", aplicando o modelo "médico-sanitário" (Olmo, 1990). Neste caso, as drogas passam a ser encaradas como um problema de saúde pública e o usuário passa de delinqüente à doente.

Focados na delinqüência e no consumo estes modelos não estimulavam muito a produção de mapas na imprensa. As drogas aqui eram um "inimigo interno" dos Estados, sem endereço muito bem definido. A partir dos anos 1970, o então presidente dos EUA, R. Nixon, deu início a um processo de politização no discurso acerca das drogas ilícitas, partindo do pressuposto de que "a solução do problema do consumo de drogas nos Estados Unidos está nos países estrangeiros que produzem as drogas ilícitas mais importantes" (Olmo, 1990). Há, assim, um progressivo direcionamento da repressão militar as drogas ilícitas fora dos EUA.

Neste contexto, as drogas passam a ser vistas como um “inimigo externo”, incorporando o postulados da doutrina de segurança nacional ao discurso sobre a ilegalidade. Como uma das opções para preencher a lacuna deixava pelo declínio dos inimigos comunistas, a “guerra às drogas” vira prioridade na política externa norte-americana durante os anos 1980. Neste novo modelo, as drogas tinham um “endereço”, um palco para o seu combate, geralmente localizado em países sul-americanos e regiões de fronteira.

Sendo assim, foi o surgimento de um discurso geopolítico sobre as drogas que estimulou a intensidade e a variedade da produção cartográfica sobre esta temática na imprensa brasileira. Os discursos ético-jurídicos e médico-sanitaristas até foram difundidos na América do Sul na década de 1960, mas estes não ganharam muito destaque pois as drogas não eram percebidas como uma problema social (Monagas, 1991). Contrastando com os discursos anteriores, o modelo geopolítico é amplamente difundido e adaptado na América do Sul, como podemos observar nos mapas

apresentados ao longo desta seção.

Segundo Olmo (1990), a adaptação deste modelo pode produzir, por exemplo, o "estereótipo-criminoso colombiano, temido principalmente pelos países fronteiriços" e, pode-se acrescentar, muito recorrente na imprensa brasileira. Ao representar o tráfico de drogas como um mal que nasce nos países vizinhos e entra no Brasil através de fronteiras desprotegidas, os mapas analisados podem significar uma clara reprodução do modelo geopolítico, que exterioriza o combate às drogas e estigmatiza tanto os países vizinhos como os espaços de fronteira. Definindo o "endereço" da ilegalidade como o país vizinho, a imprensa brasileira foi estimulada a produzir uma série de mapas para acompanhar as notícias que relacionavam fronteira e crime.

O crescimento da intensidade e da diversidade de mapas representando as drogas ilícitas na imprensa no momento em que este tema é reconhecido como um problema geopolítico, mostra como há uma profunda relação entre geopolítica e cartografia na imprensa. Se a geopolítica é uma prática discursiva que relaciona política e espaço (Tuathail e Agnew, 1992), pode-se considerar que a cartografia na imprensa é um veículo muito comumente utilizado para difundir discursos geopolíticos para o grande público.

6.3 - Geopolítica: Vigilância e Conflito na Fronteira

Considerando a geopolítica como um tipo de discurso, que justifica ações políticas específicas no espaço, Tuathail e Agnew (1992:95) sugerem que os estudos geopolíticos devem estar atentos a forma como o mundo é representado através de "tipos particulares de lugares, pessoas e dramas". Esta seção trabalhará com alguns acontecimentos que foram noticiados a partir de narrativas peculiares, considerando possíveis ameaças ao território nacional através do enfoque em lugares e atores bastante recorrentes. Todo tipo de discurso sobre acontecimentos que ameaçam a soberania nacional e estimulam políticas de vigilância e militarização das fronteiras foram aqui considerados como geopolíticos, um eixo temático representado cartograficamente na imprensa com muita intensidade e diversidade.

A geopolítica brasileira na América do Sul apresenta dois momentos distintos ao longo da periodização aqui definida. O primeiro momento corresponde ao contexto das ditaduras no sub-continente - até meados da década de 1980 - quando a presença

militar no território brasileiro ainda estava bem concentrada no sul e os principais discursos geopolíticos tinham relação com a rivalidade Brasil-Argentina. O segundo momento pode ser caracterizado pela necessidade de ocupação e militarização das fronteiras ao norte, justificada pela necessidade de proteção dos recursos naturais, bem como pela presença de guerrilheiros e narcotraficantes nos países vizinhos.

É curioso observar como durante a década de 1970, embora os vizinhos brasileiros ao sul reclamassem da "excessiva presença brasileira no Prata", ou do "sub-imperialismo regional brasileiro" (entrevista do general argentino Juan Enrique Guglialmelli ao Estado de São Paulo, 14/5/1976), os jornais brasileiros pareciam não dar muita atenção as rivalidades políticas no cone sul. Neste contexto, a geopolítica aparecia mais na consolidação da ocupação e do povoamento do território brasileiro - como vimos no capítulo 4 - e a militarização das fronteiras não aparecia representada na imprensa como uma questão essencial.

Segundo Miyamoto (2008), foi ainda durante a década de 1970, com ambos os países governados por ditaduras militares, que o Brasil e a Argentina põem fim aos seus atritos. Para o autor, os acordos e a construção da usina de Itaipu evidenciam que há uma mudança nas relações entre os países neste período, pois se deixa para traz um momento em que "os desentendimentos eram constantes e a relação bastante tensa" (p.78), e observa-se a emergência de um novo contexto de maior entendimento mútuo. A construção de Itaipu seria assim "como um divisor de água no relacionamento regional, fazendo com que o clima passasse a ser mais ameno, reduzindo-se, desta forma, os ataques argentinos à conduta brasileira como imperialista" (p.78).

Por outro lado, a recorrência de mapas que associam fronteiras sul-americanas e geopolítica se intensificou na imprensa brasileira em meados da década de 1980, quando há uma preocupação em militarizar as fronteiras ao norte do país. É sobre a produção cartográfica deste período que se debruçará esta seção, pois o crescente temor com relação à violação das fronteiras na Amazônia brasileira talvez tenha sido um dos temas mais mapeados na imprensa brasileira no final do século XX.

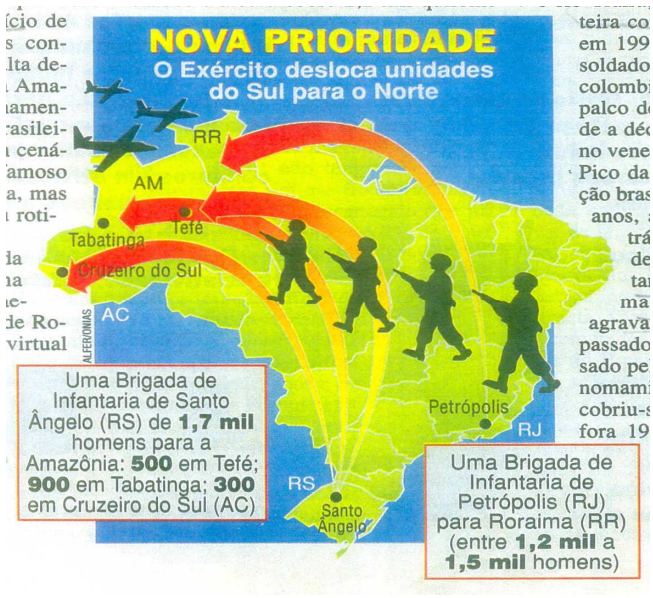
O declínio das rivalidades com a Argentina no cone sul e as tensões crescentes ao norte estimularam a transferência de soldados e equipamentos militares para a Amazônia, processo muitas vezes representado através de mapas na imprensa. Como evidencia o trecho abaixo (Jornal do Brasil, 31/8/1986), em meados da década de 1980 havia uma preocupação crescente com os vizinhos andinos e caribenhos, o que

poderia estimular uma estratégia inédita de ocupação das fronteiras amazônicas:

> "em meios diplomáticos, comenta-se que a situação explosiva nos países andinos e a consolidação de alianças com os vizinhos na Bacia do Prata levarão a um novo redimensionamento da política de defesa do Brasil: esvaziar os quartéis do Sul (antes preparados para uma hipótese de confronto com a Argentina) e fortalecer os do Norte" (Jornal do Brasil, 31/8/1986).

O "redimensionamento" da política de defesa estava sendo programado pelo governo brasileiro desde 1985, com o chamado "Projeto Calha Norte". Este projeto, concebido por militares da Escola Superior de Guerra, influentes no governo do presidente José Sarney, pretendia preencher o "vazio demográfico" da região Amazônica e proteger as fronteiras brasileiras. Entre as várias justificativas utilizadas para legitimar o projeto, estavam a "coibição de práticas de guerrilha", a repressão de "atividades ilícitas", a "proteção da população indígena" e a vigilância contra a "cobiça internacional nos recursos naturais amazônicos" (Brasil, 1986). Promoviam-se assim, vários argumentos para a militarização da região fronteiriça ao norte do país. Este processo de ocupação militar das fronteiras amazônicas pode ser observado em muitos mapas jornalísticos, como nos dois exemplos abaixo, publicados na revista Istoé (13/4/1994) e no Jornal do Brasil (30/11/1986).

Figura 6.19



Fonte: Istoé, 13/4/1994

Figura 6.20

Fonte: Jornal do Brasil:30/11/1986

O primeiro mapa (fig. 6.19) mostra a transferência de contingente militar do centro sul do país para as fronteiras ao norte, anunciando a "nova prioridade" do Exército brasileiro. No mapa estão representadas duas brigadas de infantaria do Exército que estariam se deslocando, a brigada de Santo Ângelo (RS), que se transferia para Tefé, Tabatinga e Cruzeiro do Sul, e a de Petrópolis, que estaria indo para Roraima. As setas e os símbolos pictóricos acentuam a intensificação da presença militar brasileira ao norte do país e os aviões representam a presença da Aeronáutica na operação. Os vizinhos e seus perigos não são aqui representados, mas apenas a atuação enérgica do Estado brasileiro.

O segundo exemplo (fig.6.20) tem um resultado bastante similar, mas parece mais focado nas relações com as regiões vizinhas nos Andes e no Caribe. Soldados e aviões chegam às fronteiras e inclusive a ultrapassam, parecendo promover uma ofensiva contra as ameaças existentes para além dos limites nacionais. Mesmo que se saiba que o Projeto Calha Norte tinha apenas a intenção de fechar as fronteiras brasileiras e não apresentava ambições territoriais, é curioso observar como muitos mapas sobre o projeto apresentam soldados brasileiros situados nos territórios

vizinhos.

A reportagem reconhece os perigos existentes nos países vizinhos e enfatiza como o Projeto Calha Norte tinha uma função de criar bases para futuras cidades e "intensificar a presença brasileira para além da linha do equador em direção ao Caribe" (Jornal do Brasil, 30/11/1986). Ao contrário do mapa anterior, focado exclusivamente na ação militar brasileira, este exemplo sugere alguns motivos para a ocupação como "a presença indígena e a influência cubana", destacados na reportagem (Jornal do Brasil, 30/11/1986).

A "presença indígena" é representada através de símbolos de área cinzas que indicam as reservas que na maioria dos casos coincidem com a presença militar. Já a "influencia cubana", se referia às ondas de guerrilhas comunistas que ainda estavam presentes com intensidade na região durante a segunda metade da década de 1980. É através do uso de uma projeção que lembra a "idade do ar" na cartografia jornalística norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial[5] que o mapa destaca possíveis ameaças que estariam vindo do Caribe. Lembrando práticas utilizadas por artistas como Harrison, o autor do mapa explorou a esfericidade da terra para evidenciar a proximidade dos "inimigos" situados em Cuba e na América Central, os dois nomes destacados na parte superior do mapa. Mesmo localizando possíveis pontos de influencia ideológica comunista nas proximidades das fronteiras na Amazônia brasileira, pode-se afirmar que este mapa também enfatiza mais as ações do exército brasileiro do que as ameaças existentes nos territórios vizinhos.

No entanto, muitos mapas jornalísticos apresentam as justificativas para o Projeto Calha Norte e as ameaças e perigos no território vizinho com maior intensidade e destaque. Vejamos alguns exemplos de mapas que poderiam legitimar as ações militares na região explicitando diferentes tipos de ameaça: *guerrilhas comunistas, a proteção dos recursos naturais e a associação entre guerrilha e narcotráfico*.

Ameaça das Guerrilhas Comunistas

Evidenciando as fragilidades das fronteiras ou as ameaças existentes nos países vizinhos, estes mapas podem revelar os discursos que envolvem

[5] Sobre a linguagem cartográfica desenvolvida na imprensa durante a segunda guerra mundial, ver capítulo 3.

acontecimentos de caráter geopolítico na região. O mapa abaixo, publicado no Jornal do Brasil (31/8/1986), buscava mostrar para o leitor como a "luta de guerrilha continua ativa na América Latina", o que justificaria o Projeto Calha Norte, lançado no mesmo ano de 1986. Segundo a reportagem, a luta armada continuaria sendo uma alternativa escolhida por "organizações extremistas" no continente e estaria ocorrendo "em regiões relativamente próximas ao Brasil - no Peru e na Colômbia - [onde] travam-se intermináveis guerras de guerrilha".

Figura 6.21

Fonte: Jornal do Brasil, 31/8/1986

Comparando este mapa com o anterior, chama a atenção o fato de que aqui também é utilizada uma projeção que lembra os mapas da "idade do ar" nos EUA. A curvatura do globo e o posicionamento voltado para o Pacífico destacam os países

situados nos Andes e na América Central. Os territórios que apresentam guerrilhas aparecem em branco e as informações sobre cada grupo armado são apresentadas com textos organizados a partir dos países envolvidos. É como se este mapa revelasse mais detalhadamente as ameaças que justificavam a presença militar apresentada no exemplo anterior. No entanto, é interessante observar as omissões e destaques existentes na representação das guerrilhas nas Américas do Sul e Central.

Os símbolos de soldados armados acima de cada país não são proporcionais ao número de homens em cada grupo, mas destacam o poder ofensivo de algumas áreas e atenuam o de outras. A Colômbia, por exemplo, ocupa o centro da imagem e tem cinco soldados representando as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) que segundo a reportagem contaria com "12 mil homens". Já o grupo guerrilheiro que atuava na Nicarágua, FDN (Força Democrática Nicaragüense) é representado por apenas um símbolo de soldado, embora seu contingente seja de "10 mil homens", evidenciando a ausência de uma lógica quantitativa no número de soldados representados acima do nome de cada país.

A lógica de inserção de símbolos no mapa é claramente social, como afirmava Harley (1988), uma vez que o texto nos informa que a guerrilha representada na Nicarágua - com apenas um símbolo de soldado - é a única aliada aos EUA em todo o continente. Apoiando uma guerrilha de direita em um país onde os grupos de esquerda conseguiram tomar o poder, os EUA davam amplo suporte a FDN, que segundo a reportagem iriam contar com a "ajuda de 100 milhões de dólares aprovada pelo Congresso americano" e o suporte das "tropas especiais - os boinas verdes - para treinar a guerrilha anti-sandinista" (Jornal do Brasil, 31/8/1986). Mesmo com todo este apoio e poder bélico, apenas um símbolo de soldado foi representado em cima da Nicarágua, evidenciando seletividades ideológicas na ênfase dada a cada grupo guerrilheiro representado[6].

O destaque para as ameaças que vem do Peru e da Colômbia é intensificado também por suas extensões, claramente desproporcionais e enfatizadas pelo ponto de vista do observador do mapa. Este tipo de seletividade, que destaca algumas ameaças e omite outras, se repete com freqüência nos mapas publicados no final da década de 1980, que chamavam a atenção para os perigosos grupos armados atuantes nos

[6] Embora a qualidade do mapa esteja bastante reduzida e não seja fácil identificar o texto referente a Nicarágua, que se encontra entre os textos sobre a Costa Rica e El Salvador, creio ter sido relevante comentar este caso devido a força da seletividade aplicada na representação das ameaças externas.

territórios vizinhos. Ilustrando uma reportagem sobre um dossiê feito pelo exército norte-americano sobre o "terror no continente", o mapa abaixo, publicado no Estado de São Paulo (29/1/1989), localiza os grupos armados com ênfases muito similares as anteriormente apontadas.

Figura 6.22

Fonte: O Estado de São Paulo, 29/1/1989

Ao invés de passar a informação com textos inseridos no mapa, este exemplo optou por numerar as organizações "terroristas" em cada um dos países destacados e descrever suas características ao longo do texto da matéria. Confundindo a origem de um grupo armado colombiano, a reportagem alertava que "os guerrilheiros do M-19 do Peru já *cruzaram as fronteiras com o Brasil* em muitas ocasiões, uma das quais para receber uma partilha de metralhadoras leves vendida clandestinamente" (O Estado de São Paulo, 29/1/1989). A imagem de um grupo armado com feições andinas pode intensificar o temor relativo a este tipo de "violação da soberania nacional" nas fronteiras brasileiras.

É curioso observar como a ênfase aqui é novamente dada para os mesmos

grupos destacados na reportagem anterior. Enquanto a reportagem alerta que "só a Colômbia tem cinco grupos armados", observamos não há o reconhecimento da existência de qualquer grupo na Nicarágua. Ao explicitar que o mapa teve como base um "documento do Pentágono", o próprio repórter evidencia como há uma profunda lógica geopolítica na seletividade da representação, pois não haveria a identificação de "nenhum dos grupos armados de extrema direita responsáveis por centenas de mortes" (O Estado de São Paulo, 29/1/1989). É a partir de uma série de omissões e destaques que a reportagem legitima uma militarização das fronteiras ao norte do país, estimulando e justificando uma transferência de contingente para esta região.

No entanto, é interessante notar como o combate à ameaça guerrilheira ligada ao comunismo faz parte de um discurso que vai perdendo força no final da década de 1980. Apesar de toda a intenção de movimentação do exército brasileiro nas fronteiras ao norte, a ameaça comunista parecia cada vez mais remota com o declínio da guerra fria. Segundo uma reportagem do Estado de São Paulo (5/3/1991), cujo título era "América Latina se cansa da guerrilha", com o fim da guerra fria o continente teria deixado de ser um "campo de batalha" e Cuba, representada como uma ameaça nos mapas, "viu-se de repente sem dinheiro e sem ideologia convincente para distribuir".

Na Nicarágua, por sua vez, os sandinistas - grupo de esquerda que havia tomado o governo - "deixam o poder, perdendo influência sobre as guerrilhas de seus países vizinhos". Neste novo contexto, a ameaça de grupos armados comunistas não poderia mais justificar a militarização urgente dos espaços fronteiriços, mas novos acontecimentos no início dos anos 1990 intensificaram a representação da vulnerabilidade destas fronteiras e da necessidade de presença militar.

Exploração e Proteção dos Recursos Naturais

O segundo fator que justificaria a militarização das fronteiras na Amazônia brasileira e que, mesmo após a guerra fria, estimulava a presença da geopolítica nos mapas da imprensa brasileira, seria a proteção dos recursos naturais. Muitas reportagens destacavam como a fronteira defendida pelo Projeto Calha Norte seria, "sem muitos exageros, a mais rica região do mundo e a última reserva mineral do planeta", "um verdadeiro Eldorado" (Jornal do Brasil, 30/11/1986). Também destacando esta questão, uma reportagem do jornal O Globo (5/3/1989) afirmava que "as riquezas minerais existentes na Amazônia estão mapeadas" e a presença militar

seria importante para proteger os "subsolos extremamente ricos em recursos minerais, objeto da cobiça de outros países".

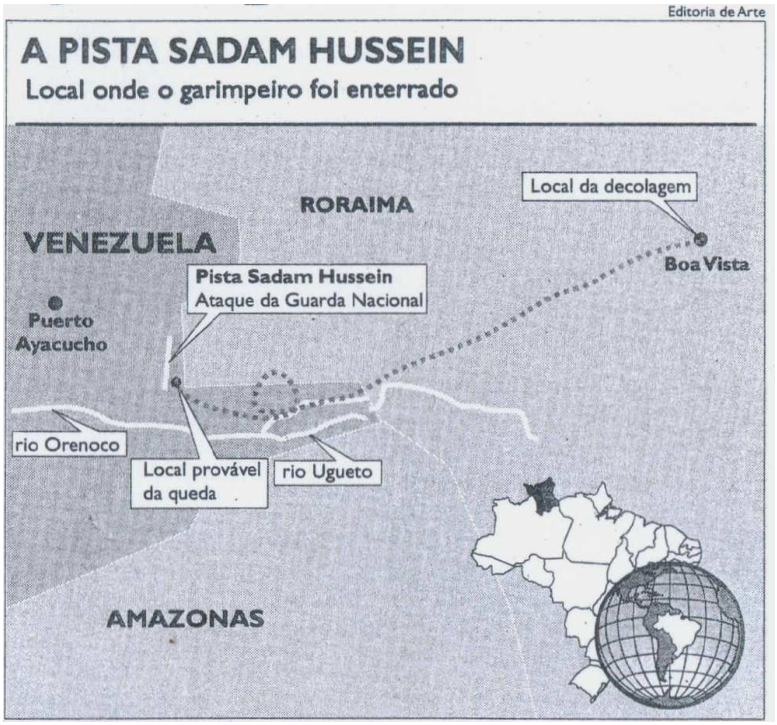
No entanto, mesmo que haja um grande destaque para as riquezas existentes em território brasileiro, a cobiça na região muitas vezes corre em direção oposta. Ou seja, são muitas vezes os brasileiros que acabam sendo atraídos pela exploração de riquezas no "Eldorado" dos vizinhos, principalmente nas serras que dividem Brasil e Venezuela. A presença de garimpeiros brasileiros no território venezuelano e as reações do exército deste país - exploradas na primeira seção deste capítulo considerando os processos de demarcação - acabaram dando origem a uma série de atritos diplomáticos intensamente representados na imprensa brasileira no início dos anos 1990.

Um dos episódios mais retratados ocorreu quando o exército venezuelano derrubou um avião que transportava garimpeiros brasileiros em 16 de janeiro de 1992. O avião teria saído de Boa Vista (Brasil) com cinco garimpeiros para pousar em uma pista clandestina em território venezuelano, mas foi abatido e caiu na mata. Um garimpeiro morto foi enterrado próximo à pista clandestina, mas o governo venezuelano não informou ao Brasil que o avião havia sido encontrado e alegou que sua queda se deu pela falta de combustível. Os fatos aparecem de forma confusa e contraditória em reportagens publicadas em praticamente todos os veículos midiáticos aqui estudados.

Este incidente diplomático se intensifica quando uma reportagem da TV Globo divulga imagens do avião dos garimpeiros brasileiros derrubado na mata com marcas de tiro. Neste momento, se deflagra uma crise, pois a Venezuela não cessa as operações de repressão ao garimpo e pede explicações quanto à violação do seu território pela equipe de TV, enquanto o Brasil pede o fim das operações de repressão e cobra explicações sobre o caso dos garimpeiros mortos.

O fato é que esta confusão nas fronteiras com a Venezuela apareciam como mais um argumento para a militarização destes espaços, agora associado à exploração dos recursos naturais. Este episódio rendeu muitos mapas na imprensa e o exemplo abaixo, publicado na Folha de São Paulo (28/1/1992), acompanhava uma reportagem sobre a localização do garimpeiro morto em território venezuelano. Através de uma linha pontilhada, o mapa representa o trajeto do avião que teria saído do Brasil e sido atacado na Venezuela.

Figura 6.23



Fonte: Folha de São Paulo, 28/1/1992

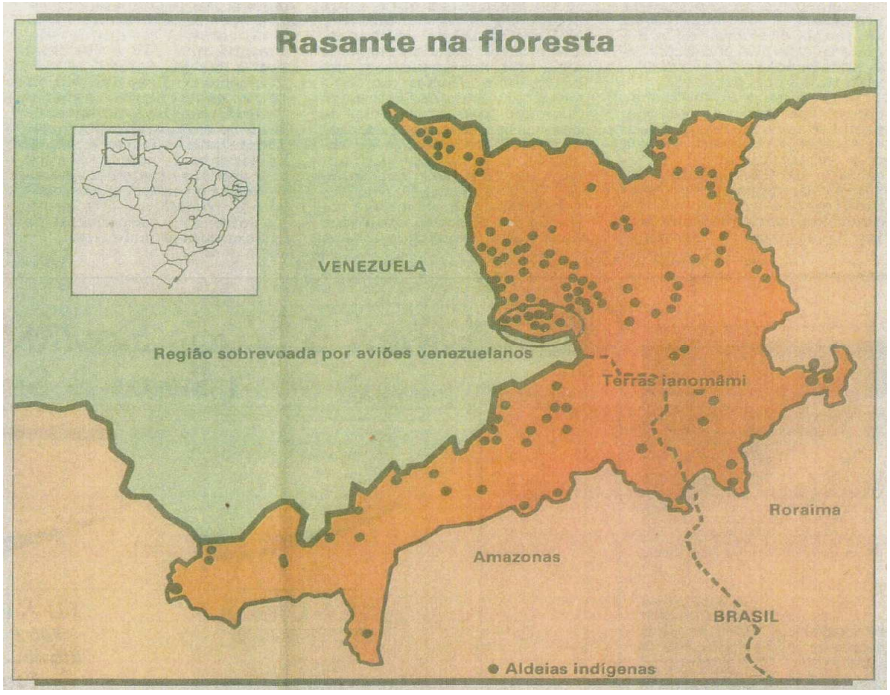
O mapa localiza a pista de pouso "Sadam Hussein" que se situava a trinta quilômetros da fronteira com o Brasil - "construída e batizada pelos garimpeiros quando o dirigente iraquiano estava para invadir o Kuait" (Folha de São Paulo, 28/1/1992). Nesta pista teria sido encontrada a cova onde o corpo do garimpeiro havia sido enterrado, mas a Venezuela seguia negando a interceptação do avião e a execução dos brasileiros. A esta altura, as informações jornalísticas apresentavam muitas versões contraditórias. Segundo o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, "o problema é que os fatos ocorreram muito longe dos focos de poder do Brasil e da Venezuela" (Folha de São Paulo, 28/1/1992). Alheio às versões contraditórias, o mapa em questão representava um único trajeto possível para o avião abatido e localizava sem dubiedade o ponto onde teria ocorrido o "ataque da guarda nacional".

A forma como a reportagem da TV Globo atuou neste caso pode ser considerada exemplar da relação entre mídia e geopolítica na atualidade. Embora já existisse um interesse por parte da opinião pública sobre a questão, este é muito intensificado pelo "furo" de reportagem que mostrava o avião brasileiro baleado na Venezuela. A emissora foi inclusive acusada pelo embaixador venezuelano no Brasil,

Sebastian Alegrette, de estar fazendo uma "campanha" para criar um atrito diplomático, o que seria uma contravenção, pois "criar animosidade entre os dois países e suas populações é crime" (Folha de São Paulo, 26/1/1992). A partir desta reportagem, ocorreu uma grande mobilização da mídia e as representações cartográficas se tornaram cada vez mais voltadas para as possibilidades de agressão e confronto.

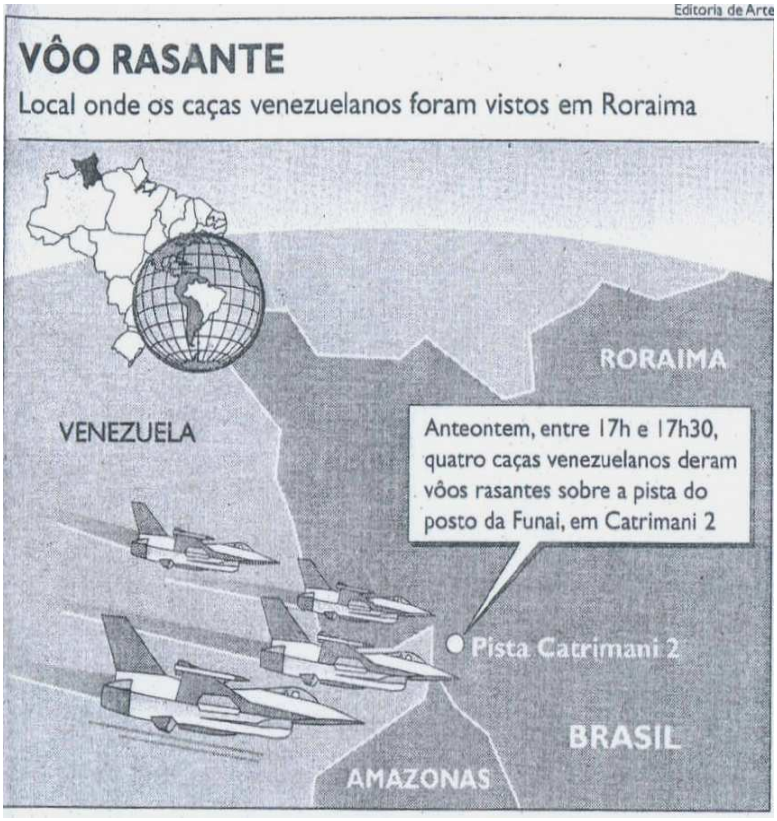
Os dois mapas abaixo foram publicados dias após o anterior (Folha de São Paulo, 29/1/1992 e O Estado de São Paulo, 30/1/1992) e representavam a ação de caças do exercito venezuelano que teriam invadido o espaço aéreo brasileiro. Provavelmente procurando localizar as pistas clandestinas utilizadas por garimpeiros, quatro caças venezuelanos teriam dado vôos rasantes na pista de pouso do posto da Funai (Fundação Nacional do Índio) e na aldeia indígena Catrimani 2.

Figura 6.24



Fonte: Folha de São Paulo, 29/1/1992

Figura 6.25



Fonte: O Estado de São Paulo, 30/1/1992

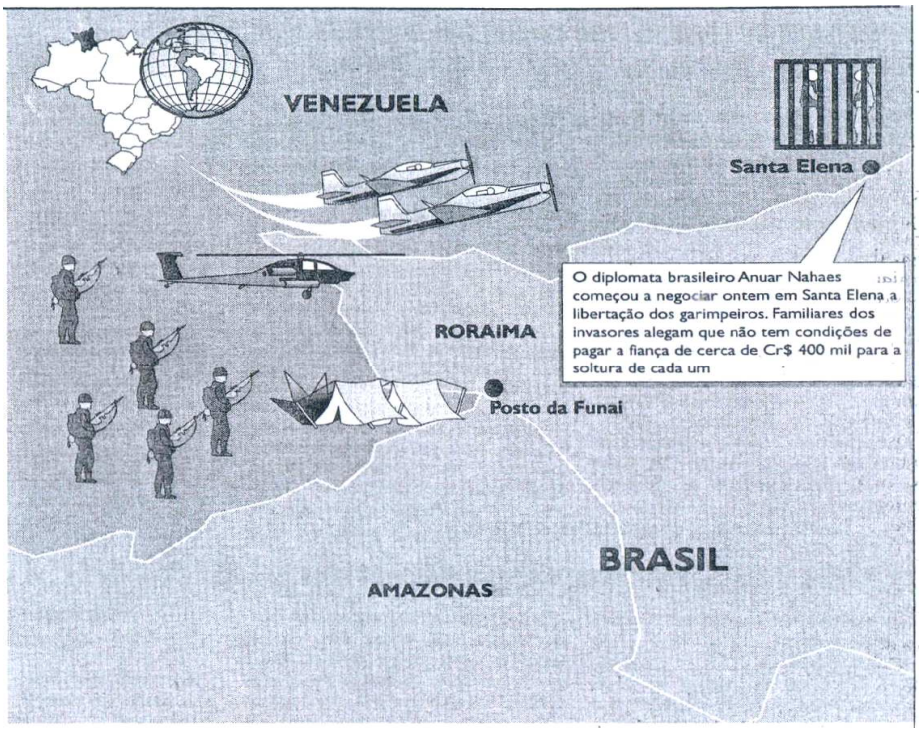
O primeiro mapa (fig. 6.24) utiliza cores para diferenciar os territórios brasileiros e venezuelanos e várias aldeias indígenas são representadas através de pontos pretos. A "região sobrevoada por aviões venezuelanos" é representada com um círculo que envolve várias aldeias e define uma área entre os territórios nacionais. Apesar do título - "rasante na floresta" - este mapa não representa os aviões, limitando-se a apenas circunscrever sua área de atuação. Neste sentido, talvez seguindo o tipo de análise comparativa nos moldes de Schumacher (1934), pode-se dizer que as práticas cartográficas aqui empregadas localizam a região com eficiência, mais não dramatizam muito o acontecimento para "atuar psicologicamente na população".

A matéria do segundo mapa (fig.6.25) tem um enfoque maior na ameaça trazida pelos aviões, que teriam "amedrontado" os índios e funcionários, pois "estavam com seus compartimentos de bombas abertos, o que deu a impressão da possibilidade de um eventual ataque" (Folha de São Paulo, 29/1/1992). As práticas cartográficas neste exemplo condizem com o tom mais alarmista da reportagem, pois

utilizando símbolos pictóricos o mapa representa os aviões venezuelanos de forma bastante agressiva, com seus mísseis voltados para o território brasileiro. O tamanho dos caças e a sua orientação enfatizam as ações do exército venezuelano e é muito interessante notar como o mesmo evento pode ser representado através de práticas cartográficas distintas.

As tendências do segundo exemplo foram certamente mais recorrentes na cobertura sobre este caso e como as repressões venezuelanas ao garimpo seguiram intensas, novos mapas surgiam para representar as possíveis ameaças a soberania nacional na região. Com a acumulação de uma série de eventos a serem destacados, que ocorriam quase que diariamente, os mapas muitas vezes não substituem um acontecimento por outro, mas representam um conjunto de acontecimentos, que podem evidenciar uma ofensiva sistemática por parte do exército vizinho. O mapa abaixo, publicado na Folha de São Paulo (2/2/1992), combinava vários acontecimentos para evidenciar como a Venezuela estaria promovendo uma "operação de guerra" contra o garimpo.

Figura 6.26



Fonte: Folha de São Paulo, 2/2/1992

É como se ao cobrir uma série de eventos geopolíticos o mapa fosse acumulando vários fenômenos a serem representados. Os aviões invadindo o espaço

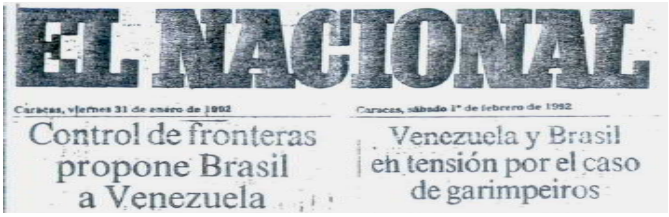
aéreo e a referência ao posto da Funai - presentes no exemplo anterior - seguem no mapa, mas agora observamos outros eventos, como o bombardeio dos acampamentos e a prisão de garimpeiros, que aparecem "atrás das grades" na cidade de Santa Elena . Os soldados e o helicóptero representam as prisões de setenta garimpeiros brasileiros em território venezuelano e as barracas representam os locais bombardeados. A utilização dos símbolos pictóricos no mapa revela um claro diálogo com a linguagem dos quadrinhos, pois elementos como os riscos brancos atrás dos aviões ou a representação das explosões nos acampamentos auxiliam na impressão de movimento e dinamicidade da imagem.

Este conjunto de ações de repressão ao garimpo parece ameaçar o território nacional e é caracterizada na matéria como uma grande operação militar. A violação da soberania nacional é muito destacada nas reportagens, mas não se pode esquecer que a intenção venezuelana é reprimir uma violação brasileira anterior ao seu território. Ou seja, os mapas apresentam uma tendência de enfatizar as atividades repressivas dos vizinhos e não a penetração de migrantes brasileiros ilegais, que só foram representadas na rota do avião derrubado do mapa 6.22.

Os garimpeiros brasileiros que vão trabalhar clandestinamente na Venezuela causam danos ambientais intensos nas nascentes do rio Orinoco, o mais importante do país, mas este fato é dificilmente representado nos mapas da imprensa brasileira. Como o jornalismo é sempre feito de versões, os jornais venezuelanos provavelmente representavam estes mesmos acontecimentos de forma distinta. Mesmo que não tenha sido possível fazer uma pesquisa nos jornais venezuelanos, é interessante notar como as visões dos vizinhos por vezes aparecem nos jornais brasileiros como objeto de discussão.

Na reportagem que acompanha o mapa 6.24, por exemplo, há uma reprodução de um jornal venezuelano que destacava o conflito ocorrido nas fronteiras com o Brasil. Neste caso, os jornais davam destaque para as reações brasileiras a derrubada do avião de garimpeiros pela Guarda Nacional. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo (2/2/1992), "os conflitos entre militares venezuelanos e garimpeiros brasileiros na fronteira dos dois países foram as manchetes dos principais jornais e telejornais [venezuelanos]". Abaixo, segue a manchete do jornal *El Nacional*, um dos maiores do país.

Figura 6.27


EL NACIONAL

Caracas, viernes 31 de enero de 1992

Control de fronteras propone Brasil a Venezuela

Caracas, sábado 1° de febrero de 1992

Venezuela y Brasil en tensión por el caso de garimpeiros

Fonte: Folha de São Paulo, 2/2/1992

Mas se neste caso os jornais venezuelanos apenas destacam as reações brasileiras e os conflitos com os garimpeiros, em outros momentos pode haver um questionamento mais incisivo dos vizinhos com relação às ações militares brasileiras nas regiões fronteiriças. Segundo uma reportagem do jornal O Globo (5/5/1993), o jornal venezuelano "*El Universal*" teria divulgado documentos da Câmara dos Deputados da Venezuela que "acusavam o Brasil de planejar invadir a fronteira que divide os dois países". Uma comissão de parlamentares que estaria estudando a questão do garimpo nas fronteiras citava o Projeto Calha Norte como "instrumento que propiciaria a invasão de 80 mil garimpeiros brasileiros em território venezuelano, estimulados por programas de desenvolvimento". Ainda segundo o jornal venezuelano, os parlamentares se basearam em dados militares para concluir que "o Projeto Calha Norte consiste em invadir uma faixa de 1.495 quilômetros de fronteira".

Os comentários desta reportagem no jornal brasileiro pretendiam obviamente desmentir a acusação e esclarecer que "as informações são completamente infundadas" (O Globo, 5/5/1993). Segundo o conselheiro da embaixada do Brasil na Venezuela, Dante Coelho Lima, "os meios de comunicação [venezuelanos] interpretaram mal os projetos brasileiros para promover desenvolvimento no norte do país". A idéia final passada pela reportagem seria, portanto, a de que o Calha Norte não é agressivo, mas "um programa de interação fronteiriça com os países vizinhos" (O Globo, 5/5/1993). Para além deste tom apaziguador, o mapa que acompanhava esta reportagem representava a ação do exército brasileiro de forma bastante ofensiva, protegendo os recursos naturais através de uma forte presença militar nas fronteiras.

Figura 6.28

Fonte: O Globo, 5/5/1993

Curiosamente este mapa repete a prática do exemplo 6.21, onde observamos os soldados brasileiros situados para além das fronteiras do país. A ocupação dos territórios vizinhos certamente não era um dos objetivos do Projeto Calha Norte, mas é interessante observar como esta prática se repete, colocando aviões e soldados brasileiros para além dos limites nacionais. A faixa de fronteira é representada neste exemplo através de uma linha pontilhada e os recursos minerais são destacados com triângulos brancos. Através da legenda são localizadas algumas áreas indígenas mais importantes. Este mapa sintetiza, portanto, o discurso do governo brasileiro que pretendia militarizar a faixa de fronteira utilizando como justificativa a proteção dos recursos naturais e da população indígena.

A necessidade de proteção dos recursos naturais na região aparece aqui, portanto, como mais uma justificativa para a militarização e a vigilância nas fronteiras ao norte do país. Uma ultima justificativa, que talvez tenha sido a mais importante para a manutenção do Projeto Calha Norte e da continuidade da transferência de contingentes militares, tem relação com a associação de antigos grupos insurgentes com os negócios do narcotráfico, que, como vimos na seção anterior, se desenvolvem muito na região nas décadas de 1980 e 1990.

Ameaça das Guerrilhas Colombianas

Com o fim da guerra fria e conseqüentemente de qualquer ajuda externa para as guerrilhas, muitos grupos buscam controlar áreas estratégicas para o tráfico de drogas como meio de financiar suas ações. Segundo Torbón (2008:235), foi nos anos 1980 que ocorreram "as primeiras coincidências e alianças táticas entre a guerrilha e os cartéis de droga", que se desenvolveria intensamente na Colômbia durante a década seguinte. A cobertura jornalística sobre a ação de grupos armados na Colômbia é certamente um dos temas que mais estimulou a produção de mapas que relacionassem geopolítica e fronteira na imprensa brasileira durante a década de 1990.

As relações entre violência e organização social têm uma longa história na Colômbia. Segundo Torbón (2008), o marco inicial destes processos seria as desapropriações e a "colonização armada" na década de 1920, que "estimulou a criação de ligas e sindicatos nos anos 1940" (p.241). Nos anos de 1950, após um período de forte violência entre liberais e conservadores, há a fundação de núcleos agrários que estabelecem autodefesas armadas no campo. São estes núcleos de autodefesa que, ao serem reprimidos pelo exercito em operações militares, darão origem as FARC (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas) em 27 de Maio de 1964[7].

No entanto, é válido ressaltar que, embora fossem processos violentos e ameaçadores, a formação de grupos armados na Colômbia ocorria muito longe das fronteiras com o Brasil. Esta região fronteiriça se situa em uma área de floresta amazônica afastada das regiões mais povoadas do país. Alocados no interior do país e lutando para tomar o poder nas capitais, os grupos guerrilheiros pareciam não atribuir muita importância estratégica aos espaços fronteiriços. Neste sentido, poder-se-ia perguntar como a atuação de grupos armados no interior do território colombiano ameaçaria as fronteiras brasileiras.

Uma primeira resposta poderia destacar as crescentes relações entre guerrilha e tráfico na década de 1990, que geralmente é instituída através da cobrança de "pedágios" para a produção e a circulação da droga. A necessidade de controle territorial sobre locais de produção e de passagem das drogas ilícitas e o maior contato

[7] Embora a organização tenha iniciado suas primeiras ações neste período seu nome atual - FARC - surgiu apenas na sétima conferencia da guerrilha em 1982.

com redes ilegais nos países vizinhos, são fatores que podem ter contribuído para intensificar a atuação das guerrilhas nas zonas de fronteiras. Uma segunda resposta pode ser encontrada na forte repressão militar e paramilitar (Autodefesas Colombianas - AUC) que se inicia na Colômbia no final da década de 1990, empurrando grupos como as FARC e o ELN (Exército de Libertação Nacional) para as "bordas" do país.

Porém, através de que tipo de discurso os jornais brasileiros e seus mapas exploraram os grupos armados colombianos como um perigo e uma ameaça para as fronteiras do país? Quais notícias e eventos auxiliaram na construção desta associação entre guerrilha e perigo nas fronteiras? Embora se trate de uma história com muitas versões, grande parte da imprensa brasileira considera que o primeiro episódio, revelador da presença das FARC na fronteira com o Brasil teria ocorrido no dia 26 de fevereiro de 1991, quando um grupo de colombianos atacou uma guarnição do exército brasileiro situada às margens do rio Traíra matando três soldados e ferindo nove.

Em 1º de março de 1991, o exército notifica a imprensa brasileira do ocorrido, informando que cerca de "40 guerrilheiros colombianos teriam atacado o posto para roubar armas" (O Globo, 2/3/1991). Embora existam informações contraditórias sobre o caso, a morte dos soldados brasileiros garantiu uma cobertura intensa da imprensa brasileira e mobilizou a opinião pública. Para localizar o ponto na fronteira onde teria ocorrido o ataque, muitos mapas foram veiculados, pois poucos leitores seriam capazes de situar onde estaria o rio Traíra no mapa brasileiro. Os três mapas abaixo (O Globo, 2/3/1991, Jornal do Brasil, 3/3/1991, Istoé, 13/3/1991) apresentavam o mesmo objetivo, localizar a "área do conflito" ou a "região do ataque".

Figura6.29

Fonte: O Globo, 2/3/1991

Figura6.30

Fonte: Jornal do Brasil, 3/3/1991

Figura 6.31

Fonte: Istoé, 13/3/1991

Os dois primeiros mapas (fig. 6.29 e 6.30) apresentam práticas cartográficas muito similares para localizar o evento e representar o movimento de ataque ao território brasileiro. As setas e o "asterisco" representam o movimento e o ataque sendo executado, dinamizando e dramatizando a imagem em uma apropriação da linguagem dos quadrinhos. Em ambos os mapas os rios Amazonas, Japurá e Traíra são nomeados e os limites são representados com linhas tracejadas. Embora o

primeiro mapa tenha sido claramente feito à mão e o segundo pareça ter utilizado técnicas digitais, o resultado da visualização é bem semelhante.

Já terceiro mapa (fig.6.31) não representa nenhum movimento através de setas ou símbolos de ataque, mas utiliza as cores para dramatizar o ocorrido. Com mais tempo para a elaboração do mapa, a revista Istoé destacou de forma bastante simples e enfática as mortes dos soldados, localizando o "rio de sangue" através de um ponto colorido de vermelho. Neste sentido, embora o objetivo inicial dos mapas aqui apresentados tenha sido a localização de um ponto nas fronteiras, há geralmente a utilização de práticas que acabam acrescentando informação à imagem e dramatizando o evento.

"Ferido na carne e nos brios" com o episódio (Istoé, 13/3/1991), o exército brasileiro envia 47 homens para a localidade e atua em conjunto com o colombiano - que enviava 50 homens para a operação - no intuito de "limpar a fronteira e mantê-la segura" (Jornal do Brasil, 3/3/1991). A reação do exército brasileiro foi bastante enfática e muitos militares superiores afirmavam as intenções de "destruir e eliminar as pessoas que fizeram isso": "eles procuraram sarna para se coçar e vão ter" (coronel Pamplona Vaz entrevista ao Jornal do Brasil, 5/3/1991). A reação veio no dia 5 de março de 1991, quando uma patrulha brasileira abriu fogo contra 15 colombianos no rio Traíra. No dia seguinte o comandante do Batalhão Especial de Fronteira anunciava que três "guerrilheiros" haviam sido mortos, mas dois dias depois o exército descobriu mais quatro cadáveres de "guerrilheiros" mortos no mesmo confronto.

Com os mortos, o exército brasileiro teria encontrado um dos fuzis roubados no ataque ao destacamento, mas, de resto, havia apenas espingardas de "repetição" e botas de borracha, "normalmente usadas por garimpeiros" (Istoé, 13/3/1991). Em Bogotá, o presidente colombiano considerou que a ação brasileira foi justa, mas alguns jornais colombianos e brasileiros passam a se indagar se o ataque teria sido feito mesmo por guerrilheiros ou se trava de ações de garimpeiros que atuavam na localidade. O governador do estado colombiano do Amazonas estranha os confrontos, pois afirma que "nunca viu guerrilheiros na área" e um jornalista colombiano do jornal *El Tiempo*, afirmava que "as ações dos supostos guerrilheiros não conferem com guerrilheiros de carne e osso" (Istoé, 13/3/1991).

No Brasil, a suspeita de que o confronto estaria sendo travado com garimpeiros é estimulada pelo depoimento do diretor da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, que no dia 5 de março de

1991 afirmava que o ataque havia sido feito por garimpeiros colombianos (O Estado de São Paulo, 5/3/1991). De fato, o exercito brasileiro estaria atuando em uma região onde, ao contrário do exemplo anterior na Venezuela, os colombianos é que invadiam o território brasileiro para garimpar.

Lendo mais atentamente as reportagens, sabe-se que no lado colombiano existiria uma área de garimpo decadente, chamada "Garimpito", onde viviam centenas de garimpeiros colombianos que passavam para o lado brasileiro para explorar uma área de mineração abandonada por uma das "maiores mineradoras de cassiterita do mundo, a Paranapanema" (O Estado de São Paulo, 5/3/1991). Era justamente na entrada da lavra abandonada que os militares brasileiros se situavam, fazendo inclusive uso da infra-estrutura de um antigo acampamento da empresa. O diretor-superintendente da empresa Paranapanema afirmava não acreditar que o ataque teria sido feito por guerrilheiros, também defendendo a tese de que os garimpeiros estariam envolvidos. Contrastando com os mapas anteriores, o exemplo abaixo, publicado no Jornal do Brasil (5/3/1991), foi o único encontrado a focar especificamente na questão do garimpo na localidade.

Figura 6.32

Fonte: Jornal do Brasil, 5/3/1991

Em nenhum outro mapa foi encontrada a representação das áreas de garimpo, aqui destacadas com áreas preenchidas com rachuras dos dois lados da fronteira. De um lado observa-se o "Garimpito", que estaria em decadência, mas abrigaria muitos colombianos, do outro a "Lavra abandonada Paranapanema", onde os garimpeiros desejavam trabalhar. No meio, o destacamento do exército brasileiro, que vinham "intensificando a repressão aos colombianos" (Jornal do Brasil, 5/3/1991). O pequeno desenho no quadro ao lado do mapa tenta representar pictoricamente para o leitor como o primeiro comando de fronteira brasileiro estaria muito próximo da Colômbia, sendo separado apenas pelo rio Traíra.

É curioso notar que ao contrário do exemplo venezuelano, aqui o Brasil é o repressor do garimpo e segundo a reportagem somente em novembro de 1991, 92 garimpeiros colombianos haviam sido presos. Segundo o coronel Pamplona, responsável pelas ações do exército brasileiro na região, a repressão aos garimpeiros colombianos vinha sendo feita sistematicamente: "se não deixo os garimpeiros brasileiros pegarem ouro também não vou deixar garimpeiros colombianos. Essa é uma questão de soberania nacional" (Jornal do Brasil, 5/3/1991).

A despeito das grandes evidências de participação dos garimpeiros no ataque ao destacamento brasileiro, a atenção maior dada na imprensa foi a ação de "guerrilheiros". Por vezes o grupo colombiano M-19 eram associados com as ações na região, pois mesmo tendo se tornado um partido político em 1989, algumas reportagens alertavam que este seria o grupo "que mais fincou raízes na fronteira com o Brasil" e poderia ter relações com o garimpo (O Estado de São Paulo, 5/3/1991). Mas a maioria das reportagens seguia mesmo as informações do exército brasileiro e assumiam que o ataque teria sido feito por "40 guerrilheiros das FARC" (O Globo, 2/5/1991), o que, segundo o general brasileiro Taumaturgo Sotero Vaz, era evidenciado pelas "táticas de guerrilha utilizadas" (Folha de São Paulo, 9/3/1991).

Mais uma vez é difícil afirmar ao certo o que ocorreu em uma área situada nos "confins" do território brasileiro e igualmente afastada do poder político vizinho. Como notícia jornalística, os acontecimentos geopolíticos na fronteira são sempre re-trabalhados e re-direcionados através de discursos específicos. Não me interessa aqui responder qual foi o grupo que fez o ataque de fato, mas sim evidenciar como este acontecimento foi apropriado pelos discursos que buscavam legitimar a militarização das fronteiras ao norte do país. Para aqueles que lutavam por verbas para o Projeto

Calha Norte, este acontecimento pareceu muito proveitoso, pois a morte de membros do exército brasileiro por "guerrilheiros colombianos" era certamente um indício da necessidade de vigilância nas fronteiras.

Segundo o general Hyran Ribeiro, entrevistado pela Folha de São Paulo (6/3/1991), "o ataque ao posto do exército na serra do Traíra demonstra a vulnerabilidade da fronteira amazônica e a legitimidade do Projeto Calha Norte". Esta associação bastante óbvia será destacada com muita intensidade em uma reportagem da revista Istoé (13/3/1991), ironicamente intitulada de "ataque a calhar". Esta talvez tenha sido a reportagem que fez uma relação mais direta entre o ataque nas fronteiras com a Colômbia e a valorização do Projeto Calha Norte. Segundo a matéria, os militares brasileiros teriam um plano ambicioso de atuação nas fronteiras desde meados da década de 1980, mas o projeto teria adentrado os anos 1990 "com sérios problemas de caixa" e contabilizando "a esquálida presença na área de menos de 500 homens, divididos em 13 pelotões". Mas, segundo a reportagem, esta tendência deveria mudar:

> Agora, os investimentos no Calha Norte devem aumentar substancialmente: dez cadáveres estirados no meio da selva surgiram como um grande argumento para sensibilizar o governo federal" (Istoé, 13/3/1991).

Ao que parece o governo foi, de fato, sensibilizado e as reivindicações dos militares para o investimento na vigilância da fronteiras se intensificaram. O mapa abaixo, publicado na Folha de São Paulo (12/8/1993), pode evidenciar este momento de revalorização da militarização das fronteiras na primeira metade da década de 1990. Sob impacto dos acontecimentos nas fronteiras com a Colômbia, os militares seguem estimulando a transferência de um grande contingente para as fronteiras e exigem mais verbas para vigilância na Amazônia.

Figura 6.33

Fonte: Folha de São Paulo, 12/8/1993

Observa-se no mapa que as solicitações dos militares não estão mais concentradas na calha norte do rio Amazonas, mas seguem até as divisas com a Bolívia. Através de símbolos pictóricos identificados na legenda, o mapa diferencia distintos elementos que atuam na vigilância do território. A novidade aqui está por conta da presença dos radares de grande porte, que já tinham quatro unidades instaladas no Amazonas e em Roraima. A associação entre radares de pequeno e de grande porte evidenciava uma concepção renovada que buscava incorporar tecnologia na defesa do território - o que será intensificado com o projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), atuante a partir de 1999.

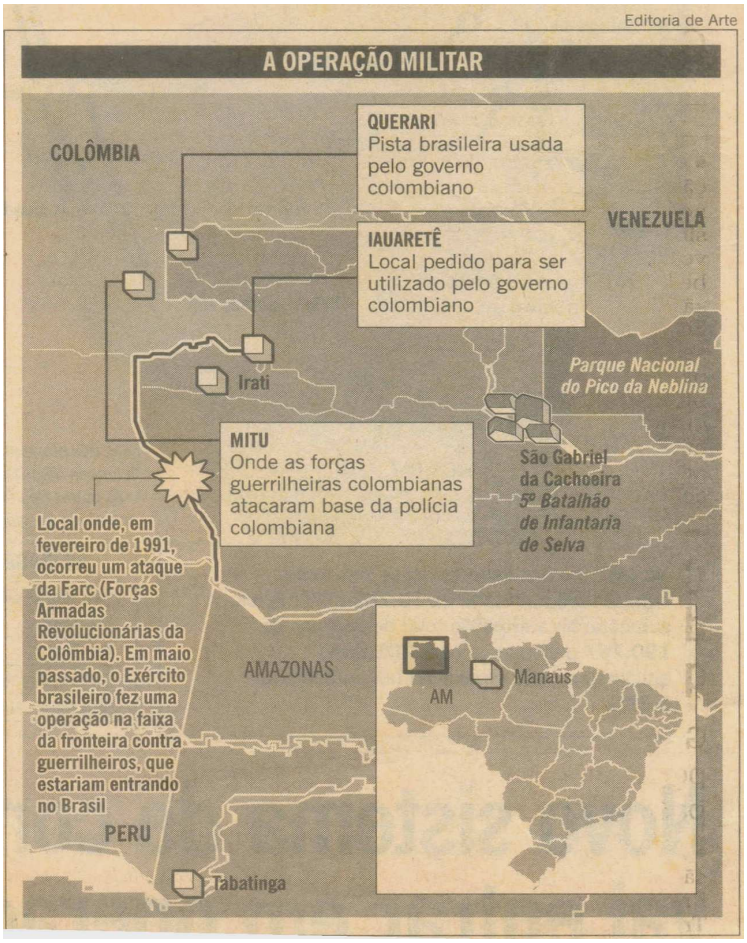
Para além dos casos específicos, é importante reconhecer o nascimento de um discurso geopolítico renovado no início da década de 1990, que reacende - talvez de forma inédita - os temores e ameaças existentes nas fronteiras brasileiras. Em contextos distintos ao longo dos anos 1990 e 2000, há a reprodução deste discurso que reconhece as fronteiras como vulneráveis e porosas frente aos grupos guerrilheiros para em seguida estimular o seu fechamento e militarização. Vários acontecimentos no final do século XX e início do século XXI estimularam a reprodução deste modelo

discursivo e para evidenciar este padrão gostaria apenas de explorar mais dois exemplos que chamaram a atenção da imprensa brasileira: a invasão de uma pista em território brasileiro pelo exército colombiano em 1998 e a ofensiva militar contra guerrilha promovida através do Plano Colômbia, realizado com auxilio militar norte-americano a partir dos anos 2000.

Embora se proponha a combater os grupos guerrilheiros na fronteira, o exercito brasileiro tem uma colaboração muito limitada com o colombiano. As operações conjuntas são geralmente feitas a partir de ocorrências específicas e por vezes dão origem a acontecimentos descoordenados que evidenciam a falta de diálogo, como quando soldados do exército brasileiro metralharam, por engano, uma lancha militar com soldados colombianos (Jornal do Brasil, 22/6/1991). Os colombianos se jogaram na água e se identificaram. "Felizmente não houve mortos nem feridos", afirmou o deputado federal João Fagundes em entrevista ao Jornal do Brasil (22/6/1991).

Esta falta de diálogo entre os dois Estados e os dois Exércitos também foi evidenciada em 1998, quando após um ataque das FARC a uma cidade colombiana situada na fronteira, o Brasil não autorizou que os colombianos utilizassem uma base militar do lado brasileiro para reabastecer helicópteros e um avião. Antes de obter uma resposta oficial, que segundo o governo brasileiro "envolveria a permissão do presidente e, dependendo da operação até do Congresso" (O Globo, 4/11/1998), a pista foi utilizada para socorrer a cidade colombiana de Mitu. O uso da pista para o reabastecimento foi tido pelo governo brasileiro como uma "invasão de tropas colombianas". O mapa abaixo, publicado no jornal O Globo (4/11/1998), localizava a cidade colombiana e a pista de pouso do exército brasileiro.

Figura 6.34



Fonte: O Globo, 4/11/1998

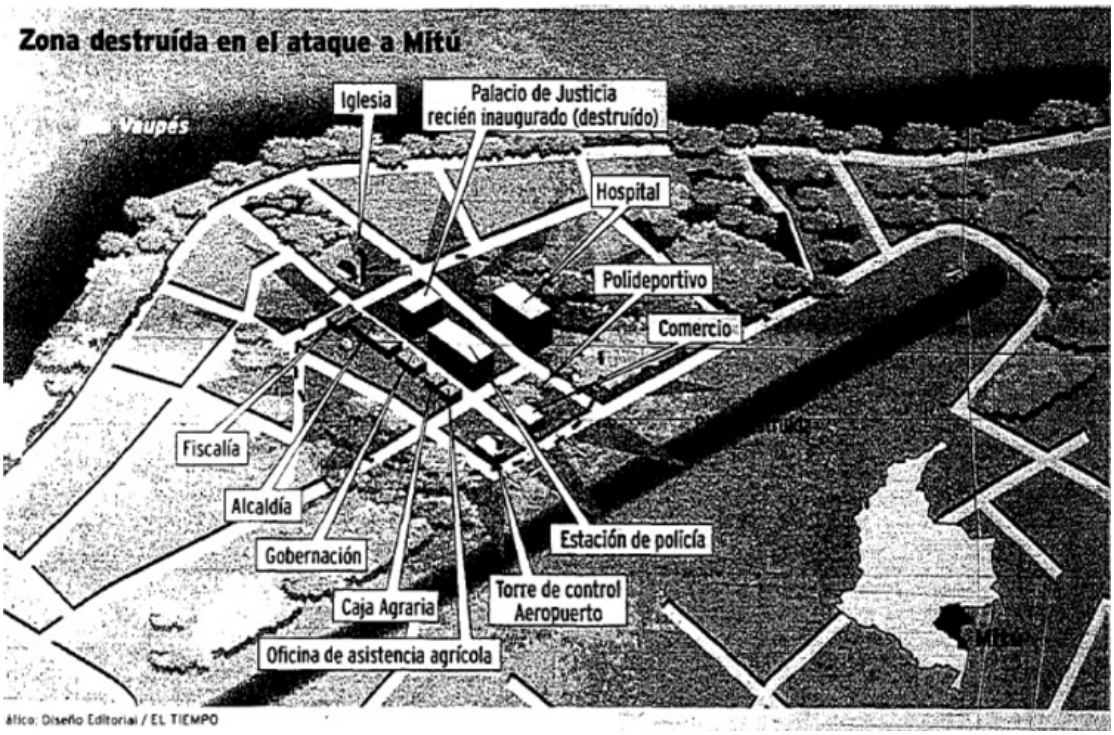
A cidade colombiana de Mitu, identificada através de um símbolo de ponto e uma caixa de texto, é o único elemento representado no território vizinho. A mesma prática é utilizada para localizar a pista de pouso - Querari - e o local que havia sido solicitado pelo governo colombiano - Iauretê. Através de símbolos miméticos de casas vistas em perspectiva é representada a cidade brasileira de São Gabriel da Cachoeira, onde se encontrava o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, situado ao lado do Parque Nacional do Pico da Neblina. Observamos, portanto, que os elementos destacados no mapa são focados no território brasileiro, mesmo que a cidade atacada esteja do outro lado da fronteira.

Seguindo a tendência de acumular em um mapa eventos distintos que ocorreram em uma mesma região fronteiriça - como observamos que ocorreu no caso do conflito com a Venezuela - o mapa também representa o local do ataque no rio

Traíra ocorrido em 1991. A relatar uma tensão existente na região sete anos após a anterior, o mapa deu bastante destaque para o local do ataque no Traíra e reforçou as informações sobre o perigo existente na atualidade: "em maio passado o Exército brasileiro fez uma operação na faixa de fronteira contra guerrilheiros, que estariam entrando no Brasil". Segundo a reportagem do jornal O Globo (4/11/1998), na ocasião houve contato com os guerrilheiros colombianos, mas "o Exército não informou se ouve combates, alegando que a operação era secreta".

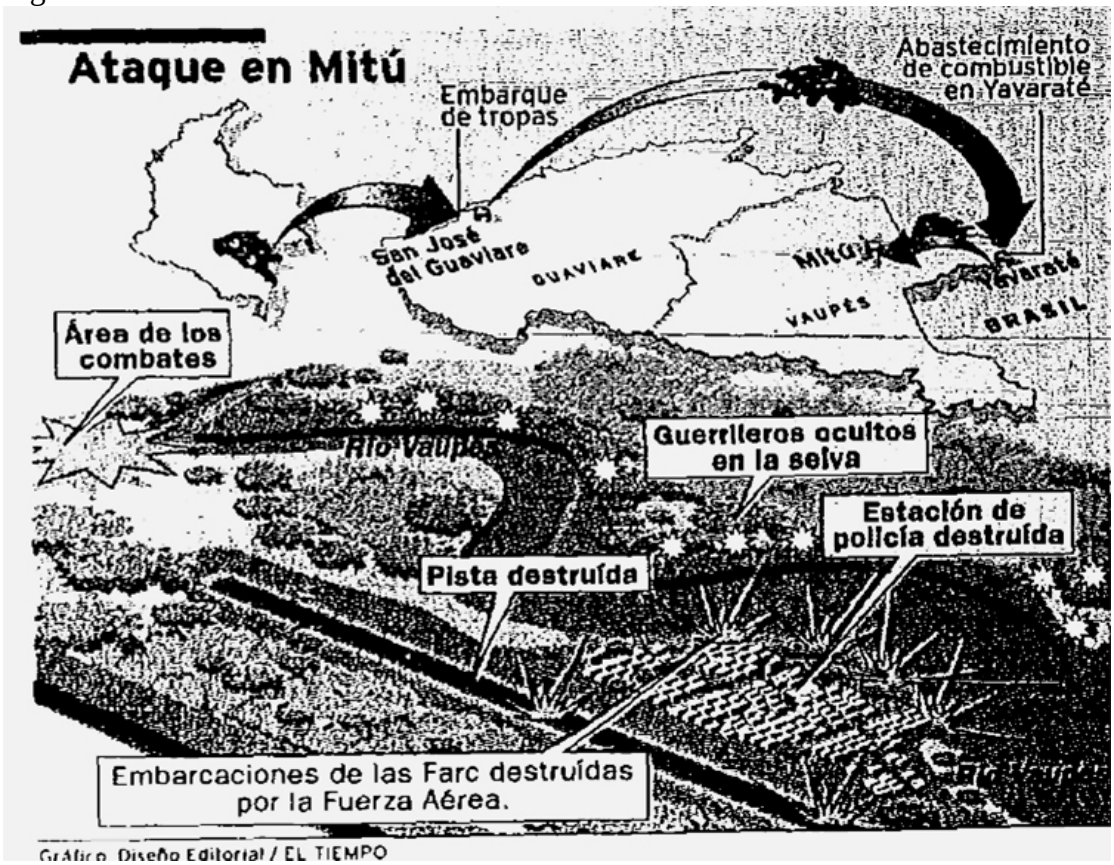
Noticiando sem muito destaque que "segundo jornais colombianos, 700 guerrilheiros das FARC mataram 80 pessoas em Mitu", a imprensa brasileira enfatizava muito mais a nota de protesto divulgada pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. A invasão da pista de pouso brasileira foi a informação que mais chamou atenção na imprensa e o Alto Comandante das Forças Armadas dava um "ultimato ao país vizinho para se retirar da Amazônia Brasileira" (O Globo, 4/11/1998). A atenção dada ao número de mortos e a destruição da cidade foi evidentemente muito maior nos jornais colombianos, que frente à tragédia humanitária divulgaram poucas informações sobre o incidente diplomático com o Brasil. Mesmo com uma baixa qualidade de reprodução, creio ser relevante mostrar dois mapas publicados no jornal colombiano El Tiempo (9/11/1998 e 4/11/1998), que evidenciam como, contrastando com o Brasil, o incidente gerou representações detalhadas da destruição da cidade no país vizinho.

Figura 6.35



Fonte: *El Tiempo*, 9/11/1998

Figura 6.36



Fonte: *El Tiempo*, 4/11/1998

A cidade de Mitu que era apenas um ponto do outro lado da fronteira no mapa publicado no jornal brasileiro (O Globo, 4/11/1998) aparece nos jornais colombianos de forma detalhada através de representações em perspectiva. O primeiro mapa (fig. 6.36) mostra em detalhes a área da cidade que foi destruída, localizando os prédios que abrigavam a igreja, o hospital, os comércios, a prefeitura, a oficina de assistência agrícola, o palácio da justiça - "recém inaugurado" - entre outros. Uma das possíveis intenções na construção de um mapa tão detalhado era evidenciar como o governo colombiano estava presente na cidade antes do atentado guerrilheiro. Esta idéia é reforçada pela entrevista de governantes locais, que justificavam a ausência de um pelotão militar na região afirmando: "para nós a guerra era algo longínquo, porque aqui não se tinha vivido a violência, sempre tínhamos mantido a tranqüilidade e a paz e agora estamos desesperados" (El Tiempo, 9/11/1998).

Já o segundo mapa (6.37), mostra a ação militar do exército colombiano para recuperar a cidade. A imagem articula três escalas, para localizar o incidente no mapa da Colômbia, representar o trajeto dos militares passando por território brasileiro e detalhar acontecimentos na cidade. Na imagem detalhada observamos a destruição da pista de pouso, das embarcações das FARC e da delegacia. Os guerrilheiros são representados nas matas próximas a cidade e o mesmo símbolo que aparece no mapa brasileiro (O Globo, 4/11/1998) para localizar o ataque ocorrido no rio Traíra - "asterisco" - é aqui utilizado para identificar a área onde estariam ocorrendo os combates.

É curioso evidenciar como o mapa jornalístico colombiano não viu nenhum problema em representar como os militares colombianos abasteceram em "Yavaraté", no Brasil, antes de promover o "ataque em Mitu", não dando muita atenção para o incidente diplomático que este fato causou. Os jornais colombianos até noticiaram a "nota de protesto veemente" do governo brasileiro contra a violação de sua soberania (El Tiempo, 4/11/1998), mas os "mortos incontáveis" que transformavam a "cidade em um cemitério" (El Tiempo, 5/11/1998) obviamente ganhavam mais destaque.

Ao noticiar como o Brasil teria ficado incomodado com a utilização da base no seu território para fins militares e não humanitários, os jornais colombianos também divulgavam a versão do comandante geral das Forças Armadas Colombianas, que afirmava que "o apoio foi estritamente humanitário para evacuar os feridos" (El Tiempo, 4/11/1998). Em resposta a nota brasileira a chancelaria colombiana dizia que o incidente teria sido um "mal entendido" e reafirmava que a pista brasileira teria sido

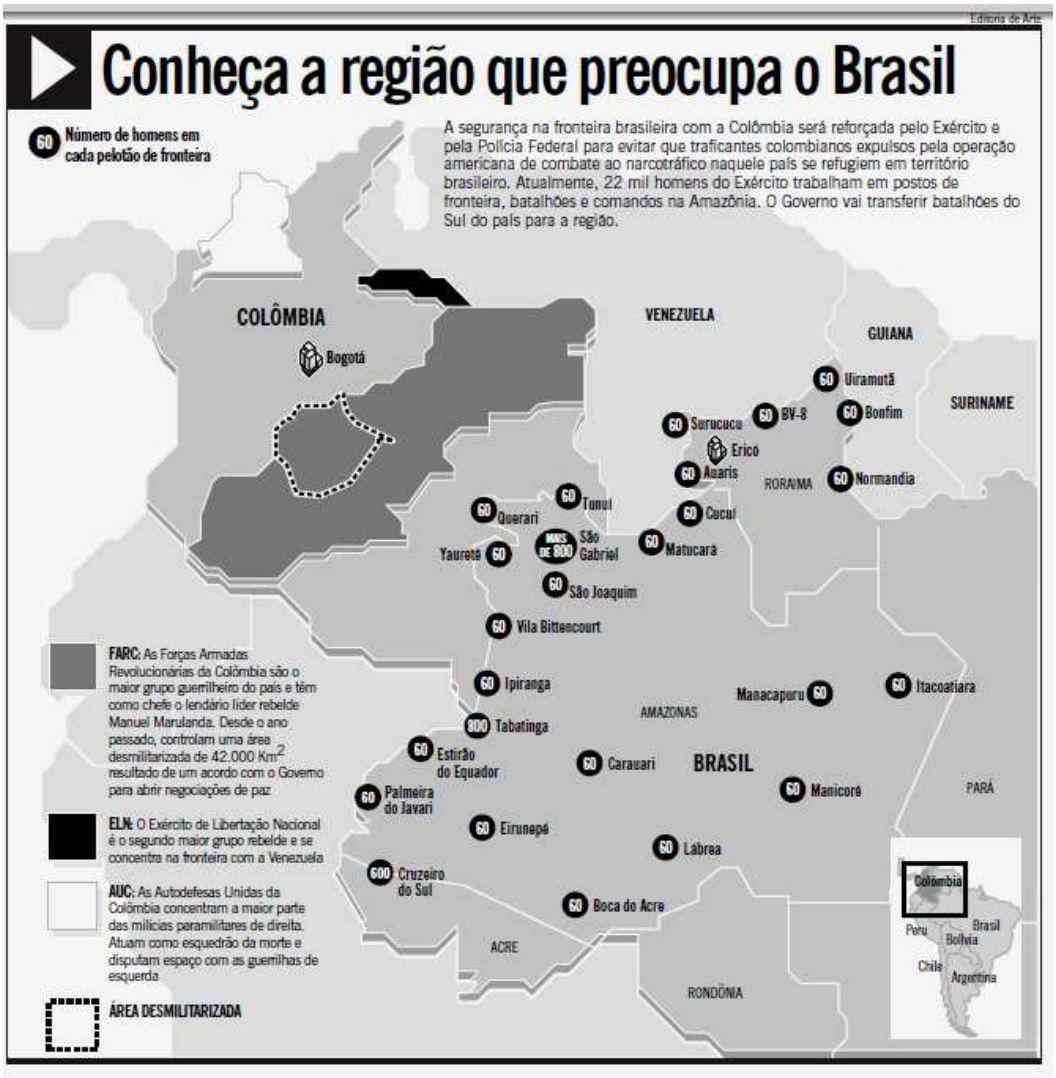
utilizada exclusivamente para "fins humanitários". Na mesma página onde se encontravam estas declarações dois mapas representavam o trajeto do ataque militar do Exército colombiano incorporando o território brasileiro.

Embora este incidente com as FARC no lado colombiano tenha evidenciado a presença da guerrilha na região, poucos casos de confronto ou contato com o exército brasileiro foram de fato registrados. O último episódio a ser destacado que estimulou a produção de muitos mapas caracterizando as FARC e os outros grupos armados colombianos como uma ameaça a soberania brasileira, não foi decorrente de nenhum registro de confronto, mas sim dos possíveis impactos que o Plano Colômbia poderia gerar na região. Proposto pelo presidente colombiano Andrés Pastrana no final da década de 1990, o plano de combate ao narcotráfico e a guerrilha, que também previa ações sociais e criação de infra-estrutura básica, foi implementado no ano de 2000.

O Plano Colômbia recebia apoio financeiro e militar dos EUA, e representava um alinhamento total da política internacional de combate as drogas entre os dois países. Em entrevista ao jornal O Globo (30/8/2000), o presidente colombiano deixava claro que o plano refletia “o compromisso sólido e de longo prazo entre Estados Unidos e Colômbia”. Embora a proposta previsse uma grande aplicação de verbas na substituição de cultivos e desenvolvimento social, muitos analistas sabiam que se tratava majoritariamente de um projeto militar, que teria grande impacto nos conflitos internos do país. As drogas foram majoritariamente combatidas através de fumigações aéreas e uma grande ofensiva militar foi montada, fortalecida pela união do paramilitarismo em torno das AUC em 1997.

Neste contexto, o temor do governo brasileiro se relacionava com o possível transbordamento do conflito para o seu território. Em reportagem no jornal O Globo (30/8/2000), no dia em que o presidente norte-americano Bill Clinton chegava na cidade de Bogotá para lançar o plano, o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso se dizia preocupado em evitar que “traficantes e guerrilheiros fujam para o território brasileiro“. Segundo nota da presidência, divulgada no jornal, devido a situação de instabilidade “foi acentuada a necessidade de aumentar a capacidade de vigilância e de operações no terreno das forças militares e policiais”. Claramente, o Plano Colômbia é mais um fator que legitima a militarização das fronteiras amazônicas. O mapa abaixo foi publicado na mesma reportagem do jornal O Globo (30/8/2000) já citada e localizava “a região que preocupa o Brasil”.

Figura 6.37



Fonte: O Globo, 30/8/2000

A maioria dos mapas mostrados até aqui destaca a atuação do exército brasileiro ou as ameaças existentes nos países vizinhos, mas o mapa acima representa os dois. Na Colômbia, os símbolos de área representam os diferentes grupos armados que atuavam no país, com as AUC - ao norte - o ELN - na fronteira com a Venezuela - e as FARC, dominando uma grande área que atravessa o país. No interior do território das FARC é representada a área desmilitarizada, criada a partir de um acordo com o governo para garantir o processo de negociação da paz.

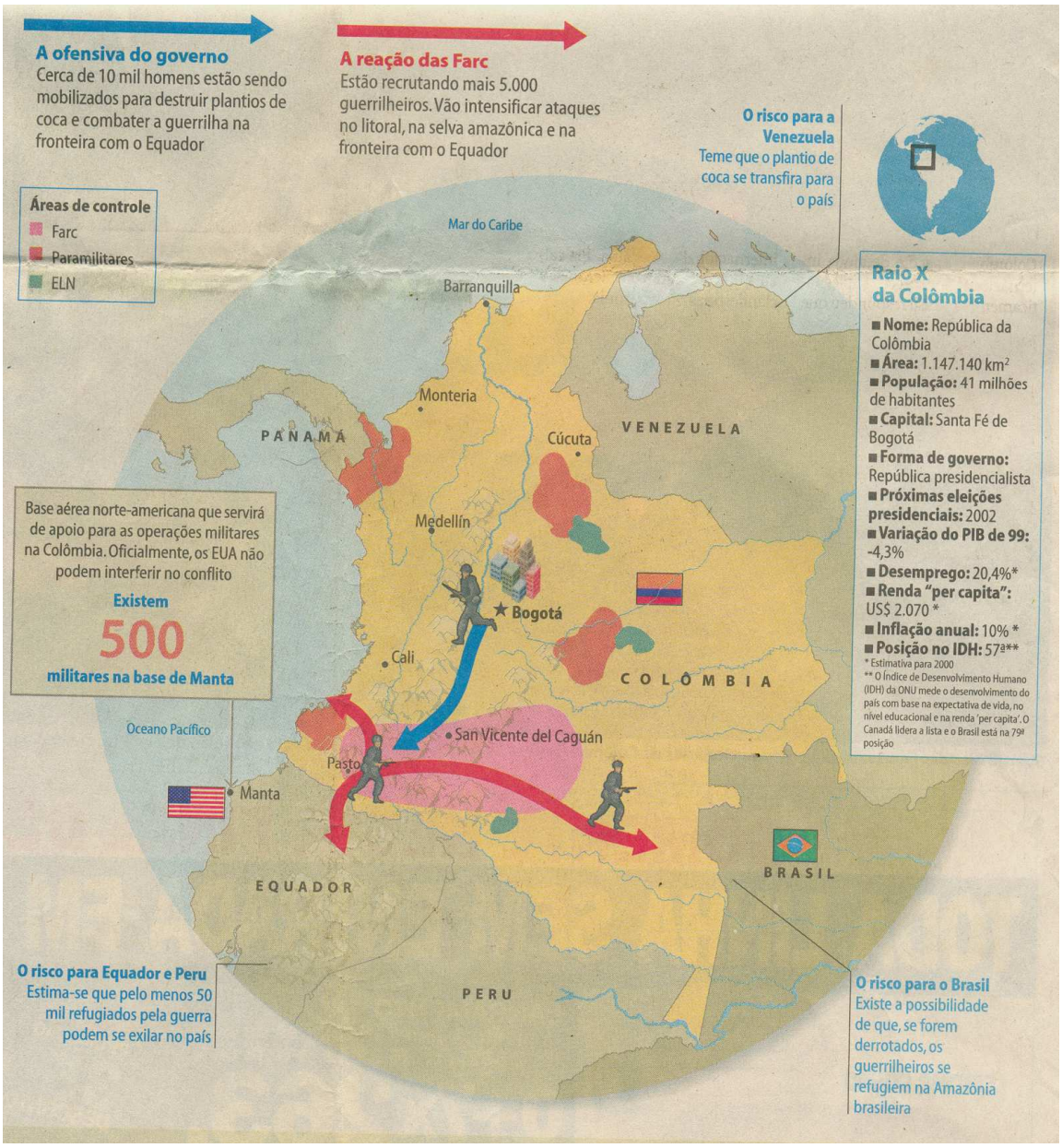
Respondendo as ameaças no território vizinho, o Brasil aparece bloqueando suas fronteiras através de símbolos de ponto, que representam os pelotões de fronteiras ao longo do limite internacional. A presença do Exército brasileiro é quantificada no mapa a partir do número de homens em cada pelotão e o fato de

definir, por exemplo, que São Gabriel da Cachoeira tem “mais de 800” soldados, pode reforçar a idéia de proteção das fronteiras, tão destacada no texto: “Atualmente, 22 mil homens do Exército trabalham em postos de fronteira, batalhões e comandos na Amazônia. O Governo vai transferir batalhões do Sul do país para a região“ (O Globo, 30/8/2000).

Reproduzindo um discurso muito comum ao longo de toda a periodização aqui definida, o general Alberto Cardoso era citado na matéria, afirmando que o Exército teria 6 mil homens nas fronteiras mas que a idéia seria dobrar este contingente em um ano. Além disso, recordando episódios anteriores - como o caso de Mitu - os militares e governantes davam declarações para deixar claro que o Brasil “não admite o uso do seu território como ponto de apoio para qualquer ação militar“.

Representando os grupos guerrilheiros de forma estática a partir de símbolos de área e enfatizando a presença militar brasileira, o mapa em questão (fig. 6.38) não destacava muito as possibilidades de invasão territorial. É um mapa que mostra a situação da Colômbia antes da ofensiva militar, mas não representa um possível cenário futuro. Através do uso de símbolos pictóricos e setas, o mapa abaixo, publicado no jornal Folha de São Paulo (20/8/2000), enfatiza mais os possíveis impactos da ação do Plano Colômbia no território brasileiro.

Figura 6.38



Fonte: Folha de São Paulo, 20/8/2000

Ao invés de destacar os pelotões do Exército brasileiro protegendo as fronteiras, o mapa acima foca apenas na Colômbia e representa - através do uso de setas - os possíveis impactos da ofensiva militar do governo. Como em uma história em quadrinhos, vemos o exército colombiano avançando através de uma seta azul e empurrando soldados das FARC para o Pacífico, o Equador e o Brasil - representados com a seta vermelha. Complementando esta representação bastante enfática, os textos inseridos no mapa apresentam os "riscos" do plano para cada país vizinho da Colômbia. Enquanto no Equador o temor estaria relacionado com os refugiados e na

Venezuela com a transferência do plantio de coca, no Brasil a ameaça seria a entrada de guerrilheiros refugiados na Amazônia brasileira.

Outra diferença deste mapa (fig. 6.39) para o anterior (fig. 6.38) aparece na representação da área de atuação dos grupos guerrilheiros. No primeiro mapa as FARC aparecem com um território muito destacado, cruzando todo o país e tendo no centro a região desmilitarizada. Já no segundo, os grupos aparecem mais distribuídos e a presença paramilitar é muito maior. As FARC ocupam aqui uma área rosa bem mais limitada e não há destaque para a zona desmilitarizada. Observa-se assim dois padrões bem distintos na representação da distribuição espacial dos grupos armados em território colombiano.

Na realidade, o mapeamento das organizações armadas na Colômbia é um fenômeno de tratamento extremamente difícil e muito debatido por acadêmicos daquele país. Estudando "a representação cartográfica da violência nas ciências sociais colombianas", Pissoat e Gouëset (2002) apresentam vários mapas que tentaram localizar estes grupos em momentos distintos e evidenciam como mesmo na academia há muito contraste entre os mapas. Os significados e as práticas cartográficas se modificam muito rapidamente para atender a própria dinamicidade do fenômeno. Analisando uma série de mapas sobre a distribuição da violência no país, os autores concluem que "as representações, assim como as interpretações se modificam na medida em que a violência se desenvolve e muda de natureza" (Pissoat e Gouëset, 2002:9).

No entanto, contrastando com a dinâmica do fenômeno, que passava por profunda transformação com o avanço dos paramilitares e a dispersão das guerrilhas em núcleos menores e mais esparsos no território, os mapas da imprensa brasileira repetiram com muita freqüência o padrão de distribuição mais simplista situado no primeiro exemplo (fig. 6.38). Neste padrão, os paramilitares (AUC) e o ELN aparecem limitados ao norte, enquanto as FARC dominam um território muito amplo que divide o país.

O intuito de destacar o poder das FARC no território colombiano é tão evidente que muitas vezes apenas este grupo é representado como ameaça, principalmente em mapas focados na região de fronteira. Em alguns exemplos, ao invés de utilizarem cores e símbolos de área, os mapas optam por práticas mais chamativas, como os símbolos pictóricos e as fotomontagens, que podem reforçar associação do outro lado da fronteira com a atividade guerrilheira. O mapa abaixo (O

Globo,11/6/2000), utilizava a foto de um guerrilheiro no território vizinho e se propunha a fazer com que o leitor "conheça a região na fronteira com a Colômbia".

Figura 6.39

Fonte: O Globo, 11/6/2000

Através da foto de um guerrilheiro, o mapa destaca a área sobre controle das FARC e associa todas as trocas feitas entre os dois países com a atividade guerrilheira e o tráfico de drogas. As setas pretas - que sobem o rio - levam alimentos e medicamentos para as FARC, enquanto as brancas representariam os caminhos das drogas ilícitas. Como ocorreu em muitos mapas aqui discutidos, nenhuma cidade ou via de circulação do outro lado da fronteira é destacada e as informações sobre a Colômbia são limitadas. O que o leitor precisa saber sobre o país vizinho é que se trata de um território dominado pela guerrilha, que é financiada pelo tráfico de drogas e atua violando a soberania nacional.

Como foi evidenciado ao longo desta seção, a representação repetitiva e diversificada dos perigos que existem do outro lado da fronteira facilitam a difusão de um discurso que legitima sua militarização e fechamento. Vários exemplos desta seção evidenciaram as possíveis ameaças à soberania nacional. As guerrilhas de

esquerda, a extração de recursos naturais e a atuação de grupos guerrilheiros associados ao narcotráfico são apenas algumas das temáticas mais recorrentemente noticiadas como perigos que deveriam ser enfrentados. Estas podem ser consideradas temáticas geopolíticas, pois tendem a levantar questões relativas a violação da soberania dos Estados Nacionais e podem criar atritos diplomáticos na América do Sul. Neste sentido, a presença intensa de discursos geopolíticos pode influenciar as geografias imaginativas sobre as fronteiras sul-americanas, tratadas ao longo desta seção enquanto espaços de disjunção e conflito.

6.4 - Iconologia dos Temas de Fechamento

As omissões e destaques identificados nos mapas, ao longo deste capítulo, permitem a construção de uma síntese com as principais tendências na representação cartográfica dos temas apresentados. Com este intuito, seguindo o mesmo caminho percorrido no capítulo anterior, as principais tendências formais presentes nos mapas apresentados serão aqui relacionadas com valores simbólicos específicos referidos aos espaços de fronteira. Se uma abordagem iconológica pressupõe uma "intuição sintética" (Panofsky, 1979) sobre os significados dos temas representados e suas formas mais recorrentes, creio ser importante oferecer uma análise mais geral das tendências de qualificação das fronteiras na representação cartográfica que se associam ao fechamento e à vigilância.

Contrastando com os mapas do capítulo anterior, onde espaços fronteiriços são silenciados, aqui a fronteira é claramente destacada e enfatizada, sendo qualificada a partir de símbolos pictóricos diversificados. Ao invés de aparecerem somente como lugares de passagem, graficamente pouco destacados, as fronteiras são aqui caracterizadas como espaços de ruptura, separação, confronto e ameaça ao Estado nacional. A tabela abaixo, relacionando as temáticas aqui discutidas com discursos sobre as fronteiras a partir dos espaços, períodos e práticas cartográficas mais recorrentemente utilizadas, oferece uma síntese que pode ser útil para a reflexão.

Tabela 3 - Tendências na Representação dos Temas de Fechamento

Tema	Arco Fronteiriço	Período	Prática Cartográfica	Abertura	Fechamento
Demarcação Territorial	Toda a Faixa, representada em pontos de litígio dispersos. Arco Norte, muitas reportagens sobre o tema na fronteira com a Venezuela.	Década de 1960 e 1970, mais litígios representados no arco sul, Paraguai e Uruguai. Década de 1990, últimas reportagens encontradas na fronteira com a Venezuela.	Símbolos de linha, muitas vezes qualificados através do uso de legendas. Escala local		Demarcação evidencia a disjunção e a separação entre os Estados nacionais. Idéia de posse e soberania.
Ilegalidade	Toda a Faixa, representada para evidenciar a extensão dos problemas fronteiriços. Arco norte, concentração nos países andinos produtores de coca. Arco Central, destaque para as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.	Final da década de 1980 em diante, quando intensifica o tráfico de drogas e as políticas de repressão.	Símbolos de seta para representar as rotas de tráfico. Símbolos pictóricos, linguagem dos cartuns e fotomontagens dramatizando eventos na fronteira. Escalas local, regional e continental.	Evidencia a existência de atividades trans-fronteiriças e pode defender o direito do comércio local (raramente com mapas)	Responsabilização dos vizinhos e necessidade de repressão estimulam a militarização e a vigilância das fronteiras.
Geopolítica	Arco norte, intensificação de mapas relativos as ameaças e as necessidades de proteção das fronteiras amazônicas.	Final da década de 1980 em diante, a partir do Projeto Calha Norte e do temor das associações entre guerrilhas e tráfico na Colômbia.	Símbolos de setas mostrando avanço do exército brasileiro e das ameaças eternas. Símbolos pictóricos e relação com cartum narrando eventos diplomáticos . Escala local e regional.		Conflitos diplomáticos e ameaças externas ameaçando a soberania do território nacional.

Se a maioria dos temas relativos aos processos trans-fronteiriços de abertura mostrados no Capítulo anterior se concentravam no arco sul, os exemplos explorados neste capítulo apresentam uma clara concentração no arco norte. Este fato justifica-se tanto pelas “ameaças” ao território nacional - guerrilha, tráfico de drogas, garimpo, entre outras - como pela “reação” do governo brasileiro a partir de políticas públicas de militarização e vigilância concentradas nesta região - como o Projeto Calha Norte.

Certamente os temas presentes na tabela acima não aparecem exclusivamente no arco norte. A *demarcação territorial*, por exemplo, representa pontos de litígio dispersos pela faixa de fronteira internacional e a ilegalidade gerou muitos mapas na escala nacional e continental. No entanto, é curioso notar como por estarem situadas em áreas consideradas "longínquas" e "inexploradas" as fronteiras ao norte acabaram demorando mais para serem demarcadas. Não por acaso, na investigação realizada nos grandes jornais brasileiros, estes temas se concentraram os casos de litígios reportados na imprensa nesta região durante a década de 1990.

Já o tema da *ilegalidade*, que muitas vezes estimula mapas que representem toda a faixa de fronteira, também tem um enfoque majoritário no arco norte, enfatizando as regiões limítrofes com os países produtores de drogas orgânicas - Peru, Bolívia e Colômbia.

Muitos mapas sobre *ilegalidade* destacam exclusivamente o arco norte e central, mas poucos exemplos aparecem representando o sul com exclusividade. Além disso, mesmo nos mapas na escala continental, as localidades situadas nas fronteiras ao norte são normalmente mais destacadas e comentadas nos textos da reportagem. Quanto à geopolítica, foi bastante surpreendente a concentração identificada no arco norte. As rivalidades no cone sul não parecem ter estimulado muitos mapas jornalísticos na década de 1970, enquanto as ameaças e políticas de militarização foram vastamente representadas ao norte nas décadas subseqüentes.

Quanto à temporalidade, os mapas analisados também apresentam concentrações bem evidentes. Se a *delimitação territorial* é um tema que está mais presente no início da periodização aqui definida e que praticamente não aparece mais representado após o final da década de 1990, a *ilegalidade* e a *geopolítica* parecem crescer consideravelmente a partir da década de 1990 até o final dos anos 2000. Estas duas temáticas aparecem com muita força na imprensa brasileira na década de 1990 e se mantém sendo representadas através de mapas cada vez mais ricos e chamativos na década seguinte.

Dentre as temáticas emergentes na imprensa, que valorizam a representação das fronteiras a partir da década de 1990, talvez a *ilegalidade* e a *geopolítica* tenham sido as que mais se apropriaram das novas tecnologias e editorias de arte. Sendo estes temas muito recorrentes na imprensa brasileira a partir da década de 1990, nota-se nos jornais brasileiros neste período um uso crescente e diversificado de práticas cartográficas.

Se nos temas que evocam fronteiras abertas e porosas - discutidos no capítulo anterior – as setas eram raras e geralmente saiam do Brasil em direção aos países vizinhos, aqui elas aparecem com muita importância, representando tanto as ameaças a soberania do território nacional, quanto o deslocamento do exército brasileiro para as regiões fronteiriças. Enquanto grande parte dos mapas apresentados para ilustrar os temas relacionados à infra-estrura conectiva, turismo, meio ambiente e blocos econômicos eram estáticos, apenas localizando atributos sem representar sua circulação, a maioria dos mapas explorados neste capítulo são dinâmicos, representando movimentos e relações entre elementos específicos contidos na imagem.

Os símbolos pictóricos, por sua vez, são muito comuns na representação de eventos relativos a ilegalidade e a geopolítica e há inclusive o desenvolvimento de formas bastante originais de diálogo com a linguagem dos cartuns. Assim, mais uma vez diferentemente dos temas representados no capítulo anterior, os dois últimos assuntos aqui explorados geralmente se vinculam a eventos ou acontecimentos jornalísticos específicos, representados seguidamente através de acontecimentos sucessivos. Como o tráfico de drogas e a geopolítica são temas geralmente associados a ações que se desenrolam nas fronteiras, o cartum aparece como uma forma de representar estes acontecimentos, situando no mapa eventos ilustrados a partir de desenhos esquemáticos.

Para além do incessante desenvolvimento de tecnologias que mudam constantemente as condições de produção da cartografia jornalística, pode-se dizer que a ampla diversidade de signos cartográficos, lingüísticos e icônicos aplicados na representação de fenômenos geopolíticos e ilegais, pode evidenciar um interesse específico que os jornais têm em destacar estas temáticas e suas relações com os espaços fronteiriços, dramatizando e chamando a atenção do leitor para estas questões.

Contrastando com os mapas relativos aos temas de "abertura", que geralmente

apenas cruzavam ou transbordavam as fronteiras sem nomear ou destacar nenhuma cidade ou região fronteiriça, os mapas apresentados neste capítulo têm claramente a fronteira como foco. A escala local é muito presente aqui e sempre há algum atributo ou elemento destacado nas fronteiras. As cidades situadas próximas aos limites internacionais são recorrentemente destacadas e muitos processos são ilustrados nestes espaços através de símbolos pictóricos correspondentes a atividades ilegais ou a presença militar.

O caso da *delimitação territorial* é bastante exemplar quanto ao uso da escala local, pois a reportagem sempre trata de uma pequena poção do território situada nos limites internacionais. Porém, mesmo que existam muitos mapas na escala continental na representação das drogas ilícitas, por exemplo, normalmente há um destaque marcante para pontos ou áreas situadas nas fronteiras. Já os países vizinhos, seguem aparecendo de forma muito simplista e poucos processos são representados do outro lado da fronteira, que geralmente aparece como ponto de partida para a circulação de substâncias ilegais ou outros tipos de ameaças a soberania do território nacional.

Utilizando uma variedade de práticas cartográficas que destacam áreas e pontos situados nas fronteiras, os mapas apresentados ao longo deste capítulo parecem corroborar com discursos relativos ao fechamento e a vigilância. Apenas o contrabando local, principalmente representado na década de 1970, poderia oferecer uma idéia relacionada à legitimidade das trocas e a falta de necessidade de repressão, mas estes exemplos aparecem de forma muito limitada e dificilmente são acompanhados por mapas. De resto, os mapas que destacam as fronteiras parecem estimular o fechamento e a militarização destes espaços de forma extremamente enfática, evidenciando a urgência de ações governamentais para conter os perigos provenientes dos vizinhos.

Se o título do capítulo anterior pode conter uma certa incongruência com os mapas apresentados – já que embora representem temáticas relativas à abertura e a porosidade, acabam recorrentemente ignorando os espaços fronteiriços - o título do presente capítulo parece ser bastante adequado para os mapas aqui interpretados, pois majoritariamente estimulam políticas de fechamento, militarização e vigilância.

Para Concluir

Os mapas**, e**nquanto meios privilegiados para evidenciar padrões espaciais e qualificar poções específicas da superfície terrestre, são imagens que sempre estarão associadas com o trabalho do geógrafo. No entanto, contrastando com o vasto uso da cartografia na disciplina, ainda são raros os trabalhos que buscam apreender de forma sistemática os significados difundidos por este tipo de imagem e sua linguagem peculiar.

Assim como os desenhos, fotografias, pinturas e filmes, os mapas são um tipo de imagem que difunde geografias imaginativas específicas sobre os espaços terrestres e seus habitantes. Enquanto uma forma de re-apresentação do mundo, a cartografia é sempre produzida a partir de relações de poder e produz poder na sociedade (Harley, 1996). Como lembra Wrigth (1942), "todo cartógrafo é humano" e os mapas sempre aplicam seletividades, omitindo certos elementos e destacando outros para representar fenômenos distintos na superfície terrestre. Levar em conta este contexto é importante para entender os mapas sobre as fronteiras sul-americanas publicados na imprensa brasileira.

A cartografia da imprensa brasileira é uma rica fonte de informação sobre as distintas geografias imaginativas associadas às fronteiras nacionais. Ora ignoradas, ora destacadas, ora transgredidas, ora protegidas, estas regiões assumem múltiplos significados nos mapas e podem ser associadas com modelos distintos de interpretação. Mas quais seriam as principais omissões e destaques identificados nos mapas jornalísticos aqui analisados?

Gostaria de iniciar esta reflexão destacando algumas omissões que remetem tanto as formas de representação das fronteiras quanto aos temas a ela associados. Um primeiro expediente seletivo nos remete a temas relevantes que não foram aqui incluídos por não apresentarem um número significativo de mapas que justificassem sua análise. Este é o caso, por exemplo, do importante movimento migratório de brasileiros para os países vizinhos. Foram coletadas reportagens que tratavam da migração brasileira, discutindo como os brasileiros "criam bois no Uruguai" (Veja, 10/11/1999), "vivem sob ameaça na Bolívia" (Folha de São Paulo, 25/6/1995) ou "invadem o Paraguai" (Veja, 24/9/1975), contudo poucos mapas representavam este fenômeno.

A timidez na representação da migração brasileira em direção aos países limítrofes nos mapas na imprensa é, certamente, um dado importante. Os poucos mapas encontrados sobre este tema apenas localizavam alguma região importante onde se encontrariam os brasileiros no país vizinho, mas nenhuma seta, símbolo pictórico enfatizava a presença brasileira "situada fora do mapa do Brasil" (Veja, 10/11/1999). Como diria Harley (2002), há aqui um claro "silêncio" cartográfico com relação a esta temática.

Outra questão profundamente omitida diz respeito às trocas locais que também parecem não estimular muitos mapas focados nas regiões fronteiriças. Como observamos a partir das análises realizadas no quinto capítulo, a representação de trocas econômicas entre os países sul-americanos geralmente destaca as conexões feitas "pelo alto", ou seja, entre os centros econômicos e políticos dos países envolvidos. Neste caso, as setas e linhas até cruzam as fronteiras em direção aos territórios vizinhos, mas dificilmente há algum esquema de troca local, de complementaridade produtiva ou interação infra-estrutural representado nos mapas da imprensa. Este tipo de omissão pode evidenciar uma certa persistência na posição marginal das fronteiras sob o ponto de vista dos centros de poder. Construídos pela e para as “comunidades de interpretação” situadas nos grandes centros metropolitanos, os mapas da imprensa não apresentaram um interesse na representação de trocas econômicas e arranjos institucionais construídos "desde baixo".

A terceira ausência que gostaria de chamar a atenção, tem relação com a escassa representação de questões relativas à geopolítica sul-americana durante a década de 1970, período em que grande parte dos países do continente era governado por ditaduras militares. Segundo muitos analistas, os anos 1970 poderiam ser caracterizados como uma década de "tensões e disputas militares" devido a uma "geopolítica aplicada" (Kacowicz, 2000:82) que criava atritos calcados na conhecida rivalidade entre Brasil e Argentina. Já as décadas de 1980 e 1990, representariam uma transição para uma nova tendência de "geopolítica positiva, em direção a geoeconomia", inaugurando um novo período de "integração econômica e acordos de paz" na América do Sul (Kelly, 1988:120). Contrastando com estas análises, não foram encontrados mapas com exemplos significativos sobre as rivalidades geopolíticas no cone sul na década de 1970, e a geopolítica apareceu com força renovada no continente na década de 1990.

Certamente esta ausência pode ser explicada, ao menos em parte, pela menor quantidade de mapas veiculados na imprensa na década de 1970 e pelo grande desenvolvimento do uso destas imagens na imprensa brasileira no final da década de 1980. No entanto, este fator sozinho não oferece uma explicação satisfatória, pois mapas relativos a muitas outras temáticas foram encontrados antes da introdução dos computadores na infografia dos jornais do país. Este "silêncio" na representação de ameaças externas no período da ditadura militar talvez possa evidenciar como muitos grupos situados nos centros metropolitanos brasileiros não viam os vizinhos como uma ameaça real neste período, se preocupando mais com as fronteiras de povoamento internas e com o combate as "células cancerígenas" comunistas (Couto e Silva, 1967) do que com as fronteiras internacionais propriamente ditas.

É curioso observar como foi justamente nos momentos de "abertura política" que novas geopolíticas são destacadas na imprensa brasileira, tendo como foco claro às fronteiras sul-americanas. No mesmo momento em que a maioria dos países sul-americanos volta a ter governos democráticos e que muitos teóricos internacionais passam a discutir as fronteiras a partir de um novo vocabulário, valorizando estes espaços enquanto "zonas de transição", "pontos de interação" e "lugares de troca" (Newman, 2006), a geopolítica aparece com uma força sem precedentes na representação midiática das fronteiras sul-americanas.

Por outro lado, contrastando com as ausências até aqui identificadas, podemos constatar um grande destaque dado à representação dos espaços de fronteira a partir do final da década de 1980. Neste momento as localidades fronteiriças se destacam de forma inédita na imprensa brasileira, sendo recorrentemente associadas a uma série de representações pejorativas ligadas principalmente ao tráfico internacional de drogas ilícitas. É a partir da representação desta temática que se intensifica o interesse pela representação de pontos específicos situados nas fronteiras internacionais, justificando uma certa "persistência da geopolítica" na América do Sul (Dalby 2001).

Sendo assim, grande parte dos destaques dados as localidades fronteiriças apareceram na pesquisa através de uma associação com idéias que dialogam com concepções provenientes da geopolítica tradicional relativas à proteção da soberania nacional e a qualificação do território vizinho como fonte de ameaça e perigo. Como foi possível observar nas análises dos mapas apresentados no sexto capítulo, os temas da ilegalidade e da geopolítica não só apresentaram uma maior quantidade de mapas

na imprensa e destacaram com maior freqüência as cidades e regiões de fronteira, como também promoveram um uso mais rico e diversificado de práticas cartográficas. Representando os espaços de fronteira a partir de símbolos pictóricos, setas coloridas, fotomontagens e desenhos esquemáticos, estes temas parecem despertar um interesse maior da imprensa brasileira na construção e veiculação de mapas chamativos para o grande público.

Estas constatações podem corroborar a hipótese apresentada no início desta tese onde se indicava uma significativa persistência de idéias geopolíticas tradicionais, relacionadas à proteção do território e à soberania nacional, como fundamentais para se compreender a difusão de geografias imaginativas sobre as fronteiras através dos mapas na imprensa. Esta conclusão, certamente, não é surpreendente nem do ponto de vista daqueles que estudam as fronteiras na atualidade, nem para aqueles especificamente preocupados com as temáticas exploradas na cartografia da imprensa.

Para Newman (2006), a idéia de que o fechamento segue fundamental na caracterização das fronteiras pode ser evidenciada facilmente através de uma análise das políticas públicas atualmente direcionadas para estes espaços. Segundo o autor, quando há um choque entre discursos de abertura de fechamento das fronteiras, os medos relativos a novas ameaças que vêm de fora acabam privilegiando a militarização e a vigilância destes espaços. Se considerarmos as muitas localidades fronteiriças no mundo, a perspectiva da abertura institucionalizada ainda é frágil, e as pontes podem ser destruídas para a colocação de cercas em um curto espaço de tempo. Neste sentido, o contato e as trocas locais seguem sendo feitas às margens dos Estados e a idéia de que a fronteira seria um espaço de transição e encontro entre "outros" ainda é percebida como uma "desviante" (Newman, 2006:150).

A confirmação da hipótese aqui levantada, tampouco será surpreendente para os estudiosos da cartografia na imprensa. Não são raros os trabalhos que, através da aplicação de uma metodologia quantitativa concluíram que mesmo com a diversificação nas temáticas dos mapas jornalísticos no final do século XX, estes seguem concentrados em questões geopolíticas (Monmonier, 1989, Kent e Sanders, 1993). Monmonier (1989), por exemplo, dividiu os mapas utilizados na imprensa norte-americana em nove categorias, que agrupavam questões distintas em torno de temas como crime, transporte público, turismo, esporte, eleições, entre outros. O tema

classificado como "conflitos militares, defesa, geopolítica, tratados e insurgências", apareceu com grande destaque em amostras coletadas durante diferentes períodos ao longo do século XX (Monmonier, 1989:60).

Em um certo sentido, este trabalho chegou às mesmas conclusões de Monmonier (1989) a partir de um caminho distinto. Enquanto o autor explorou os números para evidenciar a concentração da cartografia jornalística em temas geopolíticos, o método aqui foi baseado na própria linguagem dos mapas. Estes aparecem de forma mais diversificada e destacam as localidades fronteiriças com maior intensidade ao representarem questões geopolíticas, o que indica que não é apenas a quantidade de mapas que privilegiam estas temáticas, mas também suas formas ou qualidades estéticas.

Neste cenário, como explicar os destaques da imprensa na criminalidade e no confronto com o "outro" na representação dos espaços fronteiriços? No campo do jornalismo, geralmente se justifica a transformação de um acontecimento em notícia através de dois caminhos distintos (Motta, 2002). O primeiro deles valoriza as características da própria notícia, definindo "valores-notícia" que "operacionalizam as práticas profissionais nas redações, sugerindo o que deve ser escolhido, omitido, realçado" (Motta, 2002:308). Nesta linha, são focados os atributos do fato em si, e um fato negativo, por exemplo, que represente ruptura social - como o tráfico de drogas ou um confronto geopolítico - "exige menos tempo, é menos ambíguo e se desenrola integralmente entre duas edições de jornal", sendo, portanto, mais "noticiável" (Motta, 2002:311).

Contudo, para além do fato em si, a notícia é fruto de uma construção do jornalista que reúne totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos. Seguindo este segundo caminho, Motta (2002) esclarece que "embora as notícias não sejam ficção, são estórias sobre a realidade e não a realidade em si" (p.317). Se a notícia é mais do que seu referente, não podemos buscar a explicação para as concentrações temáticas aqui encontradas na própria fronteira, com seus múltiplos acontecimentos de contato e de conflito entre os povos, mas antes nas geografias imaginativas que dão sentido aquilo que se passa nas fronteiras. Nunca é demais esclarecer que o interesse da análise interpretativa da imprensa ao longo da tese não teve relação com os fatos, mas sim com suas versões e valores simbólicos que os acompanhavam. Com colocou Motta (2002:315), "não é o fato que conta, mas sim o

conto do fato".

As imagens e textos aqui discutidos apresentaram uma forma peculiar de "contar" o que as fronteiras são e que tipo de acontecimento estão a elas vinculados. Neste sentido, os mapas na imprensa se mostraram aqui como um objeto de estudo bastante promissor, que pode revelar formas de imaginação específicas sobre o espaço geográfico. Interagindo fortemente com os textos das reportagens, os mapas aqui estudados qualificaram as fronteiras a partir de uma série de omissões e destaques, revelando a força dos discursos geopolíticos que envolvem a representação das fronteiras na atualidade. Neste sentido, a possibilidade de associação entre os mapas e uma série de valores simbólicos que circulam na sociedade pode ser aqui considerada como um esboço para um possível desenvolvimento de uma abordagem iconológica para o estudo dos mapas na imprensa.

Discutindo criticamente as possibilidades de desenvolvimento de uma abordagem iconológica para o estudo das imagens, Ginzburg (1985) definiu dois caminhos distintos que foram aqui combinados na análise dos mapas na imprensa. Por um lado, foi importante "considerar as imagens a partir de testemunhos históricos que esclarecessem a gênese de seu significado e suas articulações com o quadro da época". Ou seja, para compreender o significado de um mapa, que contém uma seta chamativa saindo das zonas produtoras de drogas na Colômbia em direção as fronteiras brasileiras, foi necessário reconstruir a "gênese do seu significado", relacionando a imagem com um discurso geopolítico sobre as drogas ilícitas, que exterioriza seu combate e criminaliza os países produtores de drogas orgânicas.

Por outro lado, uma abordagem iconológica também pressupõe que as próprias imagens sejam "fontes *suis generis* de informação" (Ginzburg, 1985) sobre a temática estudada, ou seja, os mapas jornalísticos não apenas sintetizariam modelos de representação das fronteiras, mas também revelariam concepções associadas a estes espaços. Neste caso, as presenças e ausências dos mapas podem nos informar sobre problemas históricos específicos, revelando porque alguns temas são mais representados, com maior recorrência, em momentos específicos. A ausência de representações geopolíticas nas fronteiras sobre a rivalidade entre Brasil e Argentina na década de 1970, por exemplo, foi uma informação - até certo ponto surpreendente - que evidenciou a força inédita da representação de ameaças externas a "soberania nacional" nas décadas de 1980 e 1990.

Utilizando a cartografia da imprensa como fonte de informação, observa-se que a geopolítica e o tráfico de drogas ilícitas foram temas que estimularam um uso intenso de mapas para representar as fronteiras sul-americanas a partir da segunda metade da década de 1980. Por fim, é válido ressaltar as possíveis incoerências dos discursos mais recorrentes sobre as fronteiras que, muitas vezes, partem do pressuposto de que a repressão e a militarização dos chamados "pontos vulneráveis" resolveriam o problema do déficit de segurança interna dos Estados.

A idéia de “controlar” a fronteira através da repressão de locais específicos de conexão expressa um claro confronto entre as lógicas territoriais do Estado e o caráter internacional das atividades ilegais. Parafraseando Giovanni Arrigi (1995), Machado (2007) utiliza as idéias de "espaço-de-fluxos" e "espaço-de-lugares" para evidenciar como as redes ilegais não seguem as mesmas lógicas territoriais dos Estados nacionais. Considerando que uma rede necessariamente "*ocupa* os lugares, mas não é *definida* pelos lugares que ocupa", Machado (2007:13) busca mostrar como "cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema". Ou seja, justamente por atuarem em rede, as organizações ilegais não podem ser associadas diretamente a "pontos" no espaço.

Esta perspectiva pode contribuir para problematizar a prática de associar atividades ilegais a cidades fronteiriças e países andinos, como foi tão recorrentemente feito dos mapas aqui analisados. Neste sentido, nenhuma cidade ou país seriam tão fundamentais para o sistema organizacional do tráfico de drogas e do contrabando a ponto de serem qualificados como "porta de entrada", "capital da cocaína" ou "Meca do contrabando" (Veja, 13/11/2001). Como evidencia Machado (2007), a prática tão comum na imprensa de associar o tráfico internacional, o contrabando ou a atividade guerrilheira ao "nome de um lugar" – muitas vezes situado nas fronteiras - parece não condizer com a estrutura organizacional destas atividades, baseadas em uma “rede transnacional com múltiplas ramificações em lugares espalhados pelo globo" (Machado, 2007:13).

Ignorando a questão colocada acima, muitos mapas seguem destacando as mesmas cidades como "portas de entrada" de diversos perigos provenientes do território vizinho. Tabatinga, Corumbá, Foz do Iguaçu, são apenas alguns exemplos de cidades fronteiriças, ou "nomes", que estão em grande parte dos mapas relativos a

ilegalidade e a geopolítica, temas que estimulam o “fechamento” e a vigilância nas fronteiras a partir de mapas chamativos que sintetizam uma grande quantidade de informação.

Mesmo que sejam “nós” importantes para as redes ilegais, a repressão militar e policial a estas cidades pode não ser a melhor forma de atuação na busca por um "controle" do território nacional. Pouco se fala, por exemplo, sobre a cooperação bi-nacional na repressão as atividades ilegais, ou sobre a criação de alternativas econômica para a população local. Esta falta de interesse no território vizinho é evidente nos mapas aqui estudados, majoritariamente focados no território nacional brasileiro.

O alerta de Machado (2007:19), para quem "fechar as fronteiras não é a única nem mesmo a melhor estratégia de defesa dos estados", é útil para relacionar as conclusões desta tese com possíveis transformações nas políticas públicas concebidas para os espaços de fronteira. Como observamos, as possibilidades de uma cooperação sistemática e a valorização das trocas com os territórios vizinhos ainda aparecem de forma tímida na imprensa frente ao potencial de troca existente entre os países sul-americanos, que ainda seguem temerosos com relação ao possível déficit de segurança interna proveniente da "abertura das fronteiras". Como também evidencia Machado (2007), a melhor forma para defesa do território pode estar, ao contrário do que circula no senso comum, na criação de um desenvolvimento social conjunto e na interação nas áreas fronteiriças. Nas próprias palavras da autora: "ao contrário do que supõe o senso comum e o ‘non-sense’ de alguns raciocínios geopolíticos, não é o fechamento das fronteiras que assegura no longo prazo a defesa do território contra a ação de atividades ilegais e outras, consideradas lesivas ao interesse de cada país, e sim a presença de alternativas viáveis e *diferenciadas* de vida social, econômica e cultural no ecúmeno” (Machado, 2007:20).

Como representações feitas por e para os centros metropolitanos brasileiros, os mapas estudados nos informam pouco sobre as próprias fronteiras. A análise destes mapas não oferece informações sobre a vida nas fronteiras, ou sobre as trocas existentes em diversas localidades, eles são antes uma projeção externa, que representa questões que interessam aos centros e, muitas vezes, ignoram as localidades fronteiriças. Ao localizarem e qualificarem terras "incógnitas" e "longínquas", os mapas veiculados na imprensa brasileira nos informam mais sobre

quem representa do que sobre que é representado, oferecendo informações valiosas sobre as concepções compartilhadas pelas "comunidades de interpretação" situadas nas grandes cidades brasileiras.

Para Said (2007), o desenvolvimento da tecnologia e da imprensa não tem sido utilizado muito freqüentemente para representar visões alternativas de lugares e pessoas. De forma geral, haveria uma reprodução de arquétipos e estereótipos simplistas utilizando meios cada vez mais diversificados de difusão. Este processo certamente ocorre com os espaços de fronteira sul-americanos, que mesmo em um momento relacionado à “abertura” e a porosidade, seus habitantes são geralmente classificados como criminosos, guerrilheiros, contrabandistas e traficantes, estimulando políticas de fechamento e vigilância pontuais nestes espaços.

Sabe-se, no entanto, que os arquétipos são uma constante na classificação e na representação de populações que ocupam distintas poções do espaço terrestre. Lowenthal (1961) já nos alertava para este fato, afirmando que não é suficiente criticar as representações “míopes e limitantes” da "China como lugar de tintureiros” ou da “França como lugar onde as pessoas comem caracóis”. Como afirma autor, "é mais fácil deplorar estas generalizações do que substituí-las por imagens mais adequadas e convincentes" (p.213). Se é verdade que este trabalho jamais teve a intenção de oferecer para o leitor uma representação "real" da fronteira para substituir as representações limitadas e estereotipadas da imprensa, espera-se que ele seja útil para discutir a existência de representações alternativas sobre estes espaços.

Parafraseando Said (2007), creio que uma tarefa muito importante pode ser relacionada com as alternativas contemporâneas na qualificação das fronteiras, perguntando-se "como é possível estudar outras culturas e povos a partir de uma perspectiva libertária ou não repressiva e manipuladora" (p.58). Estas alternativas certamente não serão dadas pelo centro, mas sim a partir do momento em que a fronteira deixe de ser concebida somente sob a ótica das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida e representada também pelas comunidades fronteiriças e suas articulações regionais. Neste sentido, novas imagens, com novos significados podem emergir difundindo geografias imaginativas renovadas sobre as fronteiras internacionais na América do Sul.

Bibliografia Consultada

AGER, J. (1977). 'Maps & propaganda', Bulletin of the Society of University Cartographers, 11,1-15.

AGNEW, J. et alli (1996): “Human Geography: An Essential Anthology”. Oxford: Blackwell Publishes.

ANDERSON, B. (2008): Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

AITKEN, C. e ZONN, E. (1991): *Place, Power, Situation and Spectacle. A Geography of Film*. Boston, Rowman e Littlefield Publishers.

ANDREWS, J.H., 1994: *Meaning, knowledge and power in the map philosophy of J.B. Harley.* Trinity Papers in Geography 6. Trinity College. Department of Geography, Dublin.

AKERMAN, J. R. (2009): The Imperial Map. Cartography and the Mastery of Empire. University of Chicago Press. Chicago and London.

ALLEN. E. (1992). Calha None: notary development in Brasilian Amazonia. *Development* and Change 23, 71-99.

ALLEN. J. L. (1971): Lands of Myth, Wathers of Worder: The Place of Imagination in The History of Geographical Exploration. In: LOWENTHAL, D. e BOWDEN, M. (eds): Geographies of the Mind: Essays in Historical Geosophy. New York and Oxford. Oxford University Press.

ARGAN, G. C. (1980): Ideology and Iconology. In: MITCHELL, W. J. T. (org), *The Language of Images.* Chicago and London. University of Chicago Press.

ATKINSON, D. (1995): Geopolitics, cartography and geographical knowledge: Envisioning Africa from fascist Italy. In B. Bell, & M. Heffernan (Eds.), Geography and imperialism, 1820e1940 (pp. 265e297). Manchester, UK: Manchester University Press.

_____ (2001): Commentaries on Hepple's "The revival of Geopolitics". Progress in Human Geography. Vol.25 nº3 p.426-427.

BACKHEUSER, E. (1926). Das politische conglomerat Brasilien. Zeitschriftfiir *Geopolitik 3, 625-630*.

BAL, M. e BRYSON, N. (1991): “Semiotics and Art History”, Art Bulletin 73:174-208.

BALCHIN, W.G.V., (1985): Media map watch: a report. *Geography*, 70, 339–343.

_____ (1988): “The Media Map Watch in The United Kingdom”. In: *Cartography in the Media*. GAUTHIER, M. J. (ed). Quebec. Presses de l’Université du Québec.

_____ (1990): Reviewed work(s): Maps with the News: The Development of American Journalistic Cartography by Mark Monmonier. The Geographical Journal, Vol. 156, No. 1 (Mar., 1990), p. 104.

BANN, S. (1986): How Revolutionary is the New Art History?. In: REES, A. L. and BORZELLO, F. (ed) (1986): The New History of Art. London. Camden Press.

BARNETT, C. (1998): The Cultural Turn: fashion or progress in human geography? Antipode 30.4: 379-94.

BARTHES, R. (1971): *Elementos de Semiologia*. São Paulo. Cultrix.

_____(1990): O Óbvio e o Obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____(1993): *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª ed.,(1º edição de 1956).

BASSIN, M. (1987): Imperialism and the Nation State in Friedrich Ratzel's Political Geography. Progress in Human Geography 11:123 - 32.

BELTINH, H. (1995): The End of the History of Art? (from 1984) In: FERNIE, E. (1995): Art History and its Methods. A critical Anthology. Hong Kong. Phaidon Press.

BELYEA, B. (1992): "Review Article of Denis Wood the Power of Maps and the Author's Reply". *Cartographica* .29 (3): 94-99.

_____ (1992): Images of Power: Derrida/Foucault/Harley. Cartographica 21, 1-9.

BERTIN, J. (1967). *Sémiologie Graphique*. Mouton, París. Gauthier-Villars.

BIAGGI DE, E. M. (1996): Cartografia e Grande Imprensa. Análise das Representações do Leste Europeu - 1992. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

BLACK, J. (1997): Maps and Politics. Chicago: The University of Chicago Press.

_____(2005): Mapas e História: Construindo imagens do passado. Bauru, SP: Edusc.

BLAKEMORE, M. J. and HARLEY, J. B. (1980). Concepts in the History of Cartography: A Review and Perspective, Cartographica, 17, 4 (Monograph 26).

BIGO, D. (1997): "Security, Borders and The State". In: GANSTER, P. et alli (eds): Border and Border Regions In Europe and North América. San Diego. IRSC/SDSU Press.p. 81 – 102.

BLAKE, G. H. (2000): Borderlands under stress: some global perspectives. Eds M. Pratt, J. Brown. Borderlands Under Stress. London: Kluwer, 2000. P. 1–16.

BOARD, C. (1967): "Maps as Models". Em: R.J. CHORLEY e P. HAGGETT (eds), *Models in Geography*. Londres. Methuen. P. 671-725.

BODIN, S. (1982): "Novas Perspectivas para o Ensino da Cartografia". Boletin Goiano de Geografia. 2(1). Jan/jun. p.73-87.

_____(1988): Um Bilan dês Images Graphiques (Diagrame et Cartes) dans la Presse Francese, 1980 – 1986. In: *Cartography in the Media*. GAUTHIER, M. J. (ed). Quebec. Presses de l'Université du Québec.

BOOGS, S. (1940): International Boundaries: A Study of Boundaries Function. New York: Columbia University Press.

_____ (1947). Cartohypnosis. Scientific Monthly 64 (6): 469-75.

BOER, I. E. (2003): Imaginative geographies and the discourse of the Orientalism. Thamyris/Intersecting No. 10.p. 9-21.

BOSSE, D. (1993): Civil War Newspaper Maps: Cartobibliography of the Northen Daily Press. Westport, CT. Greenwood Press.

BRASIL (2005). Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

BRAUER, R. W. (1995): Baundaries and Frontiers in Medieval Muslin Geography. Transactions of

the American Philosophical Society. Vol. 85, Part 6. p.1-73.

BRUNET, R. (1974): Geographie et Sémiologie. *L"Espace Géographique*, n°2.

_____ (1974): Analyse des Paysages et Sémiologie. Elements pour un débat. *L'Espace Géographique*, n°2, 120 - 126.

_____ (1992): Lês Mots de la Geographie – dicionnaire critique, Montpellier-Paris. RECLUS, 520p.

BRYSON, N. (1988): Essays in New Art History from France. Cambridge.

_____(1991): Semiology and visual interpretation. In N Bryson, M A Holly and K Moxey (eds) *Visual Theory: Painting and Interpretation* (pp 61–73). Cambridge, UK: Polity Press

BRYSON, N. HOLLY, M. and MOXEY, K. (1991): Visual Theory: Painting and Interpretation. Cambridge.

BURGESS, J. (1978): *Image and Identity*, Occasional Paper in Geography. Nº23 University of Hull.

BUGESS, J. e GOLD, J. (eds) (1987): *Geography, Media and Popular Culture*. London. Croom Helm.

BURGIN, J. (1986): Something about Photography Theory. In: REES, A. L. and BORZELLO, F. (ed): The New History of Art. London.

CAMPBELL, E. M. J. (1962): The Beguining of Caracteristic Sheets to English Maps. Geographical Journal 128: 411-15.

CANCLINI, N. G. (1993): Museos, Aeropuertos y Ventas de Garage (las identidades culturales en un tiempo de desterritorialización). In: FONSECA, C. (org). Fronteiras da Cultura: Horizontes da Antropologia na América Latina. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

CARROLL, L. (1995): The Hunting of the Snark. London. Penguin Classics.

CASSIDY, B. (1993): Iconography at the Crossroads. Papers from the Colloquium sponsored by the Index of Christian art Princeton University. Princeton University Press.

_____ (1993): Introduction: Iconography, Text and Audiences. In: Cassidy, B (edt): Iconography at the Crossroads. Papers from the Colloquium sponsored by the Index of Christian art Princeton University. Princeton University Press.

CHILD, J. (1979): Geopolitical Thinking in Latin America. Latin America Research Review. nº 14. p.89-111.

_____ (1985): Geopolitics and Conflict in South America: Quarrels Among Neighbors . New York: Praeger.

_____ (1988). *Antarctica and South American Geopolitics. New* York: Praeger.

CHILD, J. e KELLY, P. (1988): Geopolitics, Integration, and Conflict in the Southern Cone and Antarctica, in Philip Kelly and Jack Child (eds.), Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica (Boulder, CO: Lynne Rienner 1988) pp.1-10.

CHILD, J. (1990): The Status of South American Geopolitical Thinking', in G. Pope Atkins (ed.). *South America in the 1990s.* Boulder, CO: Westview Press 1990) pp.53-85, see pp.56-8.

_____(2008): Miniature Messages: The Semiotics and Politics of South America Postage Stamps. Duke University Press.

CHURCHILL, R., e SLARSHY, S. (2004): Mapping September 11, 2001: Cartographic narrative in

the print media. Cartographic Perspectives, 47(Winter), 13e27.

CHURCHILL, R. e STEGE, H. (2006): From Afghanistan to Iraq in Media Maps: Journalistic Construction of Geographic Knowledge. Cartographic Perspectives. N.58. Spring.

CLARCK, T. J. (1985): The Painting of Modern Life: Paris in the Art of Manet and his Followers. London. Thames e Hudson.

CLAVAL, P. (1974): Géographie et Semiologie. L'Espace Géographique, nº2, 113-119.

CORTESÃO, J. (1953): *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, parte IV, tomo I, doc. LXXVIII.

_____(1965): História do Brasil nos Velhos Mapas. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco.

COSGROVE, D. (1984): *Social Formation and Symbolic Landscape*. London, Croom Helm.

COSGROVE, D. e DANIELS, S. (orgs), (1987): *The Iconography of Landscape*. Cambridge, Cambridge University Press.

COSGROVE, D. (1994): Worlds of Meaning: Cultural Geography and the Imagination. In: FOOTE, K. E., HUGILL, P. J. (et alli) (eds) Re-reading Cultural Geography. Austin. University of Texas Press.

_____ (1996): Geography and Vision. An Inaugural Lecture by Danis Cosgrove. Presented at Royal Holloway, University of London on February 29.

_____ (1998): Mappings. London: Reaktion Books.

COSGROVE, D. e JACKSON, P. (2000): Novos Rumos da Geografia Cultural. In Corrêa e Rosendahl (orgs): *Geografia Cultural: Um Século (2).* Rio de Janeiro. EdUERJ. p. 15-32.

COSGROVE, D. (2001): Apollo's Eye: A Cartographic genealogy of the Earth in the Western Imagination. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2001) 243-48.

_____ (2005): Mapping/Cartography. In: ATKINSON, D., JACKSON, P. (et alli) (eds). Cultural Geography. A critical Dictionary of Key Concepts. London. I.B Tauris

_____ (2005): Maps, mapping, modernity: art and cartography in the twentieth century. Imago Mundi 57, 35-54.

COSGROVE, D, dell Dora, V. (2005): Mapping Global War: Los Angeles, the Pacific, and Charles Owens's Pictorial Cartography. Annal of Association of American Geographers, 95 (2), p. 373- 90.

COSGROVE, D. (2006): Art and Mapping: An Introduction. Cartographic Perspectives. n.53 winter. p.4.

_____ (2008): Geography and Vision: Seeing, Imagining and Representing world. London. New York. I.B Tauris.

COSTA, W. M. (1999): Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV n" 7. p. 25-41, jul./dez. 1999

COUTO E SILVA, G. (1955). *Planejamento Estratigico.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exercito.

_____ (1957). *Aspectos Geopoliticos do Brasil. Rio* de Janeiro:. Biblioteca do Exercito.

_____ (1967). *Geopolitica do Brasil.* Rio de Janeiro: Jose Olympio.

_____(1981): Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.

CRAMPTON, J. W. (2001): "Maps as Social Constructions: Power, Communication and Visualization". *Progress in Human Geography* 25 (2): 235-252.

CRAMPTON, A. e POWELL, M. (2005): Reel Geopolitics: Cinemato-graphing Political Space. Geopolitics. 10:193 - 203.

CULCASI, K. (2006): Cartographically constructing Kurdistan within geopolitical and orientalist discourses. Political Geography 25 (2006) 680-706.

DALBY, S. (1990): American Security Discourse: The persistence of Geopolitics. Political Geography Quarterly 9, 171-188.

_____ (1990): Creating the Second Cold War: The Discourse of Politics. London. Printer.

_____(1991). Critical geopolitics: discourse, difference and dissent. *Environment and* Planning D: Society *and Space* 9, 261-283.

DELANO-SMITH, C. (1989): Art or Cartography? The Wrong Question *History of the Human Sciences*; 2; p. 89-110.

DENIL, M. (2006): Opinion Column Denis Wood's article "Map Art". Cartographic Perspectives. N. 53. Fall.

_____ (2007): A Response to Denis Wood Cartographic Perspectives. N.57. Spring.

DITTMER J. (2005): Captain America's empire: Reflections on identity, popular culture, and pos-9;11 geopolitics. Annals of the Association of American Geographers 95: 626-43.

_____ (2007): The Tyranny of the serial: popular geopolitics, the nation, and comic book discourse. Antipode 39.2:247-68.

DODDS, K. (1993): Geopolitics, Cartography, and the State in South America, *Political Geography* 12/4 (1993) pp.361-81, see pp.361-2.

_____(1994): Geopolitics and Foreigh Policy: Recent Developments in Anglo-American Political Geography and International Relations. Progress in Human Geography. Vol. 18. nº2.p.186-208.

_____(1996): The 1982 Falklands War and a critical geopolitcs eye: Steve Bell and the If...cartoons. Political Geography 15. 6;7:517-92.

_____(2001): Political Geography III: Critical Geopolitics after ten years. Progress in Human Geography. Vol.25. nº3. p.469-484.

_____(2008): Hollywood and the popular geopolitics of the war on terror. Third World Quarterly, vol.29,nº 8. p.1621-1637.

DONNAN, H and WILSON, T. M. (1998): Border Identities. Nation and State at International Frontiers. Cambridge. University of Cambridge press.

_____ (2001): Borders: Frontiers of Identity, Nation and State. Oxford. New York. Oxford Press.

DRIVER, F. (1991): Political Geography and the State Formation: Disputed Territory. Progress in Human Geography. vol.15. p.268-280.

_____ (1992): "Geography's Empire: Histories of Geographical Knowledge".

Environment and Planning D: Society and Space. Vol.10. pages23-40.

_____ (1995): Visualizing Geography: a journey to the heart of the discipline. Progress in Human Geography. 19:123-34.

_____(2001): Geography Militant: Cultures of Exploration in an Age of Empire. London. Blachwell.

_____(2003): On Geography as a Visual Discipline. Antipode. 35:227-231.

_____(2005): "Imaginative Geographies". In: CLOKE, P. CRANG, P. GOODWIN, M. (orgs). Introducing Human Geographies. London. Arnold.

DRIVER, F. e JONES, L. (2009): Hidden Histories of Exploration: Researching Geographical Collections - RGS-IBG/Royal Holloway.

DUNCAN, J. (1990): City as Text. The Politics of Landscape Interpretation in The Kandian Kindon. Cambridge. Cambridge University Press.

DUNCAN, J. S. e DUNCAN, N. G. (1992): Ideology and Bliss: Roland Barthes and the Secret Histories of Landscape. In: BARNES, T. e DUNCAN, J. S: Writing Worlds. Discourse, text e metaphor in the representation of landscape. London. Routledge.

DUNCAN, J. (1993): Sites of Representation. Place, time and the discourse of the Other. In: Duncan, J. and LEY, D. Place/Culture/Representation. London and New York. Routldge.

DUNCAN, J. and D. GREGORY (1999). Writes of passage. London: Routledge.

ECO, U. (1970): Apocalípticos e Integrados. São Paulo. Perspectiva.

_____(2004): As Formas do Conteúdo. São Paulo. Perspectiva.

EDNEY, M. H. (1993) 'Cartography without progress: reinterpreting the nature and historical development of mapmaking' Cartographica 30:2-3. p. 54-68.

_____ (1996): Theory and the history of cartography. In E. Dahl (Ed.), Theoretical aspects of the history of cartography. Imago Mundi, 48 (pp. 185e191).

FEL, A. (1974): Paysages, Geographie, Sémiologie. L'Espace Géographique, nº2, 149.

FERREIRA, M. C. (2007): O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid. A Cartografia a serviço da diplomacia. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun.

FERNIE, E. (1995): Art History and its Methods. A critical Anthology. Hong Kong. Phaidon Press.

FOUCAULT, M. (1968): As Palavras e as Coisas. Lisboa. Portugália Editora.

_____ (1997): A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCHER, M. (1991): *Fronts et Frontières – un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard.

FYFE, G. and LAW, J. (1988): Introduction: On the invisibility of the visible. In G Fyfe and J Law (eds) *Picturing Power: Visual Description and Social Relations* (pp 1–14). London: Routledge

GAUTHIER, M. J (1988): Les Cartes et Les Diagrammes das les Médias: Reflexions Générales et Quelques Exemples Procédant de la Graphique. In: *Cartography in the Media*. GAUTHIER, M. J. (ed). Quebec. Presses de l'Université du Québec.

GINZBURG, C. (1989): De A. Warburg a E. H. Gombrich: Notas sobre um problema de método. In: GINZBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História. São Paulo. Companhia das Letras.

_____(1989): O Paradigma Indiciário. In: GINZBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História. São Paulo. Companhia das Letras.

GILMARTIN, P. (1982): The instructional efficacy of maps in geographical text. Journal of Geography, 81(4), 145e150.

_____(1985): "The Design of Journalistic Maps/ Purposes, Parameters and Prospects." *Cartographica* 22 (4): 1-18.

GOES FILHO, S. S. (1999): Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio sobre a Formação das Fronteiras no Brasil. São Paulo.Martins Fontes.

GOMBRICH, E. H. (1963): Controversial Methods and Methods of Controversy. The Burlington Magazine, Vol. 105, No. 720 (Mar., 1963), pp. 90-93.

_____ (1971): On Information Available in Pictures (Continued). Leonardo, Vol. 4, No. 3 (Summer, 1971), p. 308

_____(1986): *Arte e Ilusão*. Um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo. Martins Fontes. (1ºedicção de 1959).

_____(1975): Review Lecture Mirror and Map: Theories of Pictorial Representation. Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences, Vol. 270, No. 903 (Mar. 13), pp. 119-149

_____(1996): Aims and Limits of Iconology. In: The Essential Gombrich. Hong Kong. Haidon.

_____(1999): Aby Warburg: His Aims and Methods: An Anniversary Lecture. Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, Vol. 62, pp. 268−282

_____(1999): Meditações sobre um Cavalinho de Pau e Outros ensaios sobre a Teoria da Arte. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo. Edusp.

_____ (2006): The Story of Art. London. Phaidon.

GOTTMANN, J. (1952): *La Politique des États et leur Géographie*. Paris. Librairie Armand Colin.

GREEN, D. R. (1999): "Journalistic Cartography: Good or Bad? A Debatable Point". The Cartographic Journal. 36 (2): 141-153.

GREGORY, D. (1993): Geographical Imaginations. Oxford, UK. Blackwell.

_____(1995): Between the Book and the Lamp: Imaginative Geographies of Egypt, 1849-50 Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol. 20, No. 1 (1995), pp. 29-57.

GREGOLIN, M. R. (2003): *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: laraluz.

GRIMSON, A. (ed) (2001): Introdução. Fronteras Políticas versus Fronteras Culturales?. In: GRIMSON, A. (org): *Fronteiras, Naciones e Identidades. La Periferia como Centro*. Buenos Aires. Edicciones Ciccus. La Crujia. P.9 – 40.

GRONOFF, J. D. (1988): "Approche Théorique d1un Savoir-Faire Graphique: Étude de Quelques Produits Graphiques des Hedomanaires Nordamericans, Newaweek et Time". In: *Cartography*

in the Media. GAUTHIER, M. J. (ed). Quebec. Presses de l'Université du Québec. P.15 – 32.

GURAN, M. (1997): Fotografar para Descobrir, Fotografar para Contar. II Reunião de Antropologia

do Mercosul. Uruguai.

HACKFORTH-JONES, J. and ROBERTS, M. (ed) (2005): Edges of Empire: Orientalism and Visual Culture. Oxford: Blackwell.

HALL, S. (1997): Representation: Cultural Representations an Signifying Practices. Sage Publications. The Open University. The Work of Representation. (Hall). The Spectacle of the 'Other'.

_____(2000): Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, T. T. (org.) Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.

HARLEY, J. B. e BLAKEMORE, M. J. and (1980). Concepts in the History of Cartography: A Review and Perspective, Cartographica, 17, 4 (Monograph 26).

HARLEY, J. B. (1988): "Maps, Knowledge and Power". In D.E. COSGROOVE e S. DANIELS (eds.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge. University of Cambridge Press. p.277-312.

_____(1989): 'Historical geography and the cartographic illusion', Journal of Historical Geography, 15, 1,80-91.

_____(1996): "Deconstructing the map". Em: J. AGNEW e outros (eds.). *Human geography: An essential anthology*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 422-443

_____(2002): Silences and Secrecy: The Hidden Agenda of Cartography in Early Modern Europe. In: HARLEY, B. The New Nature of Maps. Essays in the history of cartography. LAXTON (edit). Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press.

_____(2002): The New Nature of Maps. Essays in the history of cartography. LAXTON (edit).

Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press.

HARTSHORNE, R. (1936): Suggestions on the Terminology of Boundaries. Annals of the Association of American Geographers, 26 (1), 56-7.

HASENMUELLER, C. (1978): Panofsky, Iconography, and Semiotics. The Journal of Aesthetics and Art Criticism, Vol. 36, No. 3, Critical Interpretation (Spring), p. 289-301.

HAUSHOFER, K,. (1928): Die suggestive Karte. Inausteine ZIT *Geopolitik* (K. Haushofer et al. eds) pp. 343-348. Berlin: K. Vowinckel.

_____ (1932): Rtickblick und Vorschau auf das geopolitische Kartenwesen. Zeitxhriftfiir *Geopolitik 9,* 735-745.

HEFFERNAN, M. (2009): The Cartography of the Fourth Estate: Mapping the New Imperialism in British and French Newspaper, 1875 - 1925. In: AKERMAN, J. R. The Imperial Map. Cartpgraphy and the Mastery of Empire. Chicago and London. University of Chicago Press.

HENRIKSON, A. K (1974). 'Maps, globes and the 'Cold War"', Special Libraries, 65, 10-11,445-54.

_____(1975): The map as an idea: The role of cartographic imagery during the Second War World. American Cartographer 2 (1): 19-88.

_____ (1979): All the world's a map. The Wilson Quarterly. Spring, 164 - 177.

_____ (1994): The power and politics of maps. In G. Demko, & W. Wood (Eds.), Reordering the world, geopolitical perspectives on the 21st century (pp. 49e70). Boulder, CO:

Westview Press.

HECKSCHER, W. S. (1969): Erwin Panofsky: A Curriculum Vitae. Record of the Art Museum, Princeton University, Vol. 28, No. 1, Erwin Panofsky: In Memoriam (1969), pp. 4-21.

_____ (1985): "The Genesis of Iconology". In: VERHEYEN, DURHAM, N. C. and BADEN-BADEN. Art and Literature, Study in Relationship.

HEPPLE, L. W. (1986): Geopolitics, generals and the state in Brazil. Political Geography Quarterly. Supplement to Vol. 5, No. 4, October 1986, S79-S90.

_____(1986): The Revival of Geopolitics. Political Geography Quarterly. 5 (4). p.21-36.

_____(1992): Metaphor, Geopolitical Discourse and the Military in South America. In:BARNES, T. e DUNCAN, J. S: Writing Worlds. Discourse, text e metaphor in the representation of landscape. London. Routledge.

_____(2001): Reply to Simon Dalby and David Atkinson. commentaries. Progress in Human Geography. 25. 3. p.426.

_____(2004): 'South American Heartland: The Charcas, Latin American Geopolitics and Global Strategies', *Geographical Journal* 170/4 (2004) pp. 359–367.

HERB, H. G. (1989): "Persuasive Cartography in Geopolitik and National Socialism". *Political Geography Quarterly* 8 (3): 289-303.

_____ (1997): Under the map of Germany: Nationalism and propaganda 1918e1945. New York: Routledge.

HIATT, A. (2008): Terra Incognita. Mapping the Antipodes before 1600. London: British Library.

HOLLY, M. A. (1993): Unwriting Iconogoly. In: CASSIDY, B. (1993): Iconography at the Crossroads. Papers from the Colloquium sponsored by the Index of Christian art Princeton University. Princeton University Press.

HONS, A. (1984): La presse de São PAulo et Rio de Janeiro: 1930 - 1983. Paris, Tese de Doutorado, Univ. de Paris III.

HOUSE, J. (1980): "The Frontier. A Conceptual Problem for Police Makers", International Political Science Review 4(1). P. 456-477.

HUBBARD, P. et alli (2002): "Geographies of Text". In: HUBBARD, P, KITCHIN, R.. et alli (orgs), *Thinhing Geographically. Space, Theory, and Contemporary Geography*. London. Continuum. p.124 - 145.

IVERSEN, M. (1986): Saussurre v. Peirce: Models for a Semiotics of Visual Art. In: REES, A. L. and BORZELLO, F. (ed) (1986): The New History of Art. London. Camden Press.

JACKSON, P. (1989): The Politics of Language. In: JACKSON, P. Maps of Meaning: An Introduction to Cultural Geography. London and New York. Routledge.

JOLY, M. (2000): Introdução a Análise da Imagem. São Paulo. Papirus Editora.

KACOWICZ, A. M. (2000): Geopolitics and territorial issues: Relevance for South America. Geopolitics,5:1,81 — 100.

_____ (2000): Stable Peace in South America: The ABC Triangle, 1979-1999', in Arie M. Kacowicz, Yaacov Bar-Siman-Tov, Öle Elgstrom and Magnus Jerneck (eds.), *Stable Peace among Nations* (Lanham, MD: Rowman and Littlefield), pp.200-19

KELLY, P. (1984): Geopolitical themes in the writings of General Carlos de Meira Mattos. Journal of Latin America Studies. 16, 439-461.

KENT, R. B. e SANDERS, J. M. (1993): "Map use in Regional Newspaper in Midwestern nited States 1930-1985." *Cartographica* .30 (2): 94-101.

KITCHIN, R. e DODGE, M. (2007): "Rethinking Maps". Progress in Human Geography 31 (3). P. 331 44.

KOLACNY, A. (1968): Cartographic information - a fundamental concept and term in modern cartography. The Cartographic Journal. n.19. pp. 39 a 45

KORZYBSKI, A. (1947): *Science and Sanity: An Introduction to Non-Aristotelian Systems and General Semantics*. 3rd edn. Lakeville: The Internal Non-Aristotelian Library.

KOSONEN, K. (1999): Maps, newspapers and nationalism: The Finnish historical experience. GeoJournal, 48, 91 - 100.

LACOSTE, Y. (2003): A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas. P:Papirus.

LAVIN, I. (1993): Iconography as a Humanistic Discipline ("Iconography at the Crossroads"). In: CASSIDY, B. (1993): Iconography at the Crossroads. Papers from the Colloquium sponsored by the Index of Christian art Princeton University. Princeton University Press.

LIVINGSTONE, D. N. (1998) Reproduction, representation and authenticity: A rereading. *Transactions of the Institute of British Geographers NS* 23:13–20

LOVISOLO, H. (2000): Vizinhos Distantes. Universidade e Ciência na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro. EdUERJ.

LOWENTHAL, D. (1961): "Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical ep'istemology". Annals of the Association of American Geographers. Vol. (51). Nº 3 : 241 – 260.

LOWENTHAL, D. and BOWDEN, M. (1971):Geographies of the Mind: Essays in Historical Geosophy. New York and Oxford. Oxford University Press.

LUTZ, C. and COLLINS, J. (1993) Reading National Geographic. Chicago: University of Chicago press.

MACEACHEN, A. M., (1995): *How maps work. Representation, visualization and design*. The Guilford Press, New York.

MACHADO, L. O. (1989): Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540 - 1912 Doutorado em Geografia. Universidad de Barcelona, U.B.

Espanha.

_____(1998): “Limites, Fronteiras , Redes”. In: STROHAECKER et alli: Fronteiras e Espaço Global, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/ Rivera, AGB. P.41 – 49.

_____ (2000): *Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In Revista território*, Rio de Janeiro, ano V, n8, pp 7-23, jan/jun.

_____(2002a): “Sistemas, Fronteiras e Território. In: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Coleção de Textos. UFRJ.

_____e STEIMAN, R. (2002b): Limites e Fronteiras Internacionais: Uma discussão histórico-geográfica. In: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Coleção de Textos. UFRJ.

_____ (2007): Região, Fronteiras e Redes Ilegais. Estratégias Territoriais na amazônia Sul-Americana. LIMES - Revista Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali, Supllemento al n.3/2007, p.173-183

_____ (2009): Redes de Tráfico de Drogas Ilícitas e Territorio no Brasil: Concepções e Questões. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevidéu, abril 2009.

MACHADO, L. O. NOVAES, A. e MONTEIRO, L. C. (2009): *Building Walls, Breaking Barriers: Territory, Integration and the Rule of Law in Frontier Zones.* Journal of Borderlands Studies. Dossier: Perspectives on Mercosul borders and border spaces: implications for border theories. Vol.24, Nº3.

MANGHANI, S. et alli (2006): Images: a reader. London. Sage Publications.

MARTIN, A. R. (1998): Fronteiras e Nações. 4a. ed. São Paulo: Contexto.

MARTÍN-BARBERO, J. (2002):Oficio de Cartógrafo. Travesías Latinoamericanas de la Comunicación en la Cultura. Bogotá. Fondo de Cultura Economica.

MEIRA MATTOS, C. DE (1960). *Projeção Mundiai do Brasil. São* Paula: Grafica Leal.

_____ (1977). *A Geopolitica e as Projeções do Poder.* Rio de Janeiro: Jose Olympio.

_____(1979). Desinformação histórica e segurança nacional. *A Defesa Nacional* 66(184). 61-65.

MESA, G. M. V. L. (2002): “Fronteras: Espacios Conceptuales y Materiales em el Contexto e la Geografia”. In: GRINSON, A et alli (orgs). *Fronteras Territórios y Metáforas.* Medellín. ombre Nuevo Editores Medellín.

MCALLISTER, W. (1995): "The International Nexus? Where Worlds Collide". Em B. Bagley, W,Walker (eds.) *Drug Trafficking in the Americas*. Miami: North-South Center Press.

MEINING, D. (1983): Geography as an Art. Transactions of the Institute of British Geographers, 8, 314-328.

MINGHI, J. (1963): Boundary studies in political geography. Annals of the Association of American Geographers. 1963. V. 53. № 6. P. 407–428.

_____(1999): 'Common cause for borderland minorities? Shared status among Italy's ethnic communities',Geopolitics,4:2,199 — 208

MITCHELL, D. (1992): Iconography and locational conflict from the underside Free speech, People's Park, and the politics of homelessness in Berkeley, California. Political Geography. Vol. 11, No. 2, March 1992,152-169.

MITCHELL, W. J. T. (1986): *Iconology: Image, Text, Ideology*, Chicago, University of Chicago Press.

_____(1994): Picture Theory Essays on Verbal and Visual Representation. Chicago and London. University of Chicago Press.

_____ (2002): O Ensaio Fotográfico: quatro estudos de caso. Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro. 15(2). p. 101-131.

MONDADA, L. e RACINE, J. B. (1992): "Géographie et sémio-linguistique", *Encyclopédie de Géographie Humaine*, Paris: Economica, 257-272.

MONMONIER, M. (1984): The Rise of the National Atlas. Cartographica, vol 31 nº1 Spring.p.1-15.

_____ (1985): *Technological Transition in Cartography*. Madison, Wis. University of Wisconsin Press.

_____ (1986): The Rise of Map Use by Elite Newspapers in England, Canada, and the United States. Imago Mundi, Vol. 38 (1986), pp. 46-60.

_____ (1989): *Maps With the News: The Development of American* Journalistic Cartography. Chicago. University of Chicago Press.

_____(1991): *How to lie with maps*. Chicago: University of Chicago Press.

MONTEIRO, L. C. R. (2008): O curto vôo da Lei do Abate. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, Nº27.

MOORE, G. T.; GOLLEDGE, R. G. (Ed.) (1976): *Environmental knowing: theories, research, an methods.* Stroudsburg, Pennsylvania: Dowden, Hutchinson & Ross, Inc. p. 3-24.

MOREL, M. e BARROS, M. M. (2003): Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro. Dpa editora.

MOSER, R. H. (2005): The History of Cartography in Brazil the 1940s: Jaime Cortesão's Lecture Courses. Imago Mundi. Vol.57, part1: p.70-74.

MOTA, J. E. L. (2002): "La Frontera: Un Concepto en Construcción". In: GRINSON, A et alli (orgs). *Fronteras Territórios y Metáforas.* Medellín. Hombre Nuevo Editores Medellín.

MOTTA, L. G. (2002): "Teoria da Notícia: As Relações entre o Real e o Simbólico". In: PORTO, S. D. (org), O Jornal: da forma ao sentido. Brasília. Editora Universidade de Brasília.. 599p.

MOTTA, L. G. (2002) : *Imprensa e Poder*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado.

MOXEY, K. (1986): Panofsky's Concept of "Iconology" and the Problem of Interpretation in the

History of Art. New Literary History, Vol. 17, No. 2, Interpretation and Culture (Winter, 1986), pp. 265-274.

_____(1991): Semiotics and the Social History of Art. New Literary History, xxii, p.985-99.

_____(1993): The Politics of Iconology. In: CASSIDY, B. (1993): Iconography at the Crossroads. Papers from the Colloquium sponsored by the Index of Christian art Princeton University. Princeton University Press.

MIYAMOTO, S. (2008): Amazônia, política e defesa. In: Durbens M. Nascimento (org.). Relações internacionais e defesa na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

NEIVA**,** E. J. (1986): *A Imagem.* Rio de Janeiro. Ática.

NEWMAN, D. (1998): Geopolitics Renaissant: Territory, sovereignty and the world political map',Geopolitics,3:1,1 — 16.

_____ (2001): Boundaries, territory and postmodernity: towards shared or separate spaces? Eds Pratt M., Brown J. Borderlands Under Stress. London: Kluwer, 2001. P. 17–34.

_____(2006): The lines that continue to separate us: borders in our `borderless' world. Progress in Human Geography, Vol. 30, No. 2, 143-161 DOI: 10.1191/0309132506ph599xx

_____(2008): Borders. In: Ó TUATHAIL and AGNEW, J. (eds). A Companion to Political Geography. Oxford: Blackwell, 2002. P. 212–236.

NETO, A. T. (1982): Imagem... e imagens. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v.2, n.1, p.123-135, jan./jun. 1982.

_____(2003): Haverá, também, uma Semiologia Gráfica? Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 4/6 , n.1/2, p.13-54, jan./dez.

NETTO, J. T. C. (1980): Semiótica, Informação e Comunicação. Diagrama da Teoria do Signo. São Paulo. Editora Perspectiva.

NOVAES, A R. (2002): "As Redes de Tráfico e de Lavagem na Amazônia Brasileira". (Monografia de encerramento de curso para submetida ao Departamento de Geografia da UFRJ).

_____ (2005): "A Iconografia das Drogas na Imprensa (1975 – 2002)". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ.

OLMO, R. D. (1990): *A face oculta da droga.* Tradução de Teresa Ottoni – Rio de Janeiro. Ed. Revan.

ORTÍZ, C. P. (2004): "La Triple Fronteira Argentina/ Brasil/ Paraguai": Uma Aproximación a Lãs Representaciones Periodísticas Sobre um Espacio Sociocultural. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.

PANOFSKY, E. (1939): Note on the Importance of Iconographical Exactitude. The Art Bulletin, Vol. 21, No. 4 (Dec., 1939), p. 402.

_____(1979): *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo. Ed. Perspectiva, (1º edição de 1955).

_____ (1997): *Perspective as Symbolic Form.* New York. Zone Books. (1º edição de 1925).

PEIRCE, C. S. (2006): The Sign: Icon, Idex and Symbol. In: MANGHANI, S. et alli: Images: a reader. London. Sage Publications. (original de 1932).

PENN, G. (2000): "Análise Semiótica de Imagens Paradas". In: GASKELL, G. e BAUER, M. W.

Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som. Um Manual Prático. Petrópolis. RJ: Vozes.

PICKLES, J. (1992): Texts, Hermeneutics and propaganda maps' in Writting Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape. (eds) T. J. Barnes and J. S. Duncan. London Routlege, 1992) 193-230

PISSOAT, O. e GOUËSET, V. (2002): La representación cartográfica de la violencia en las ciencias sociales colombianas. In: Analises Politico. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. Universidad Nacional de Colombia. nº45.

PITTMAN, H. (1981): Geopolitics in ABC counties: a Comparison. unpublished Phd thesis. The American University.

_____(1988). El impacto geopolitico sobre la democratization y conflicros en el Cono Sur. *Geopolitica* 37, 17-52.

PHILIP, G. (1984). Military-authoritarianism in South America: Brazil. Chile, Uruguay and Argentina. Political Studies. 32, l-20.

POLLARD, E. B. (1986): Visual Arts Research: A Handbook. London Greenwood Press.

POLLOCK, G. (1988): Vision and Difference: Femininity, Feminism and the Histories of Art. London. Routledge.

POLLOCK, G. (1995): Feminis Interventions in the History of Art. In: FERNIE, E. (1995): Art History and its Methods. A critical Anthology. Hong Kong. Phaidon Press.

QUAM, L. (1943): The use of maps in propaganda. Journal of Geography. 42:21-42.

RADCLIFE, S.A. (1996): Imaginative geographies, postcolonialism, and national identities: contemporary discourses of the nation in Ecuador. *Ecumene* 3, 23–42.

_____ (1998): 'Frontiers and Popular Nationhood: Geographies of Identity in the 1995 Ecuador-Peru Border Dispute', *Political Geography* 17/3 (1998) pp.273-93.

RAFFESTIN, C. (1974): Élements pour une Problematique des Regions Frontalières. L'espace Geographique, nº1. 12 - 18.

_____ (1993): *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática.

RAMÍREZ, S., CADENAS, M. (2006): Colombia-Venezuela: retos de la convivencia. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia. Instituto de Estudios Politicos y Relaciones Internacionais. Universidad Central de Venezuela. Centro de Estudios de América. Casa Editorial El Tiempo.

RAMÍREZ MONAGAS, B. et al. (1991): *Consideraciones sobre la sociología des discurso en materia de drogas. La cuestión de las drogas en Amèrica Latina*. Caracas: Monte Ávila ed.

_____ (1991). "Reflexiones para el analisis del problema del trafico y consume de drogas en las Américas". Em: *La cuestión de las drogas em America Latina*. Caracas: Ed Monte Ávila, p.59-93.

REES, A. L. e BORZELLO, F. (ed) (1986): The New History of Art. London. Camden Press.

REES, R. (1980): "Historical Links between Cartography and Art". *Geographical Review* 70: 60-78.

REMENTERÍA, I. (1991): "Production: panorama mondiale des cultures de drogue". Em G.DELBREL (org). *Geopolitique de la Drogue*. Paris, Paris, La Decouverte, p.40-49.

RIBEIRO, L. P. (2002): Zonas de Fronteira Internacionais na Atualidade: Uma Discussão. In: Atlas da

Fronteira Continental do Brasil. Coleção de Textos. UFRJ. 29p.

RICARDO, C. (1970): Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil. 4o ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (original de 1942).

RISTOW, W. (1944): Air age geography: A critical appraisal and bibliography. The Journal of Geography. 43: 331-43.

_____ (1957): "Journalistic Cartography". *Surveying and Mapping* 17, (4): 369 – 390.

ROBINSON, A. et alli (1984): *Elements of Cartography*, fifth edition, John Wiley & Sons, New York.

ROBINSON, A. H, (1993): *Elements of Cartography*. New York. John Wiley and Sons.

ROBINSON, A. H. and PETCHENIK, B. (1977): The Map as Communication System. Cartographica 19, 92-110.

RODRIGUES, L. A. (1947): Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro. Ministério da Guerra. Biblioteca Militar.

RORTY, R. (1979): Philosophy and the Mirror of Nature. Princeton. Princeton University Press.

ROSE, G. (1997) Engendering the slum: Photography in East London in the 1930s. *Gender, Place and Culture* 4:277–300.

_____(2001): Visual Methodologies. An Introduction to the Interpretation of Visual Materials. London. Sage publications.

_____(2003): On the need to ask how, exactly, is geography ''visual''? Antipode 35(2):212–221.

_____(2004) On the Importance of Asking the Right Questions, or What is the Power of PowerPoint, Exactly? Antipode. p. 795 - 797.

RYAN, J. (2003): Who's afraid of visual culture? Antipode 35:232–237

SADER, E. (2001): "Introdução" In: FREIRE, S. M (org): *Mercosul em Debate: Desafios da Integração na América Latina.* Rio de Janeiro. Ed UERJ.

SAFIER, N. (2009): The Confines of the Colony: Boundaries, Ethnographic Landscapes, and Imperial Cartography in Iberoamerica, In: AKERMAN, J. R. The Imperial Map. Cartpgraphy and the Mastery of Empire. Chicago and London. University of Chicago Press.

SAID, E. W. (1990): Narrative , Geography and Interpretation. New Left Review. 180. p.81-97.

_____ (1993): Culture and Imperialism. New York. Knopf.

_____ (1997): Covering Islam. How the Media and the experts Determine How we see the World. New York. Vintage Books.

_____ (2003): Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rousaura Eichenberg. São Paulo. Companhia das Letras.

SAUSSURE, F. (1980): Curso de Lingüística Geral. Tradução de Ghelini, A. Paes, J. e Blikstein, I. (original de 1916). São Paulo. Cultrix.

SALX, F. (1957): La vida de las imágenes. Estudios Iconográficos sobre el arte ocidental. Barcelona. Alianza Editorial. (original de 1933).

SCHARFE, W. (ed.) (1997): Proceedings for the International Conference in Mass Media Maps. Germany: Berlin.

SCHULTEN, S. (1998): 'Richard Edes Harrison and the challenge to American Cartography'. Imago

Mundi 50 (1998):174-88.

_____ (2001): The Geographical Imagination in America, 1880-1950 (Chicago, University of Chicago Press.

SCHUMACHER., R. V.(1934): Zur Theorie der Raumdarsteilung. *Zeitscbriffiir Geofolitik* 11,635-652.

_____(1935): Zur Theorie der geopolitischen Signatur. *Zeitscbriftfiir Geopolitik 12,247-265*.

SCHUWARTZ, J. M. (1996): *The geography lesson*: Photographs and the construction of imaginative geographies. *Journal of Historical Geography* 22:16–45

SILVA, C. E. L. (1989): "La Influencia Americana en el Periodismo Brasilenõ". *Dialogos de la Comuicacion.* Junho, 24, p.7-18.

SHARP, J. (1996): Hegemony, popular culture and geopolitics: The Reader's Digest and the construction of danger. Political Geography, 15(6/7), 557e570.

_____(2000): Condensing the Cold War: Reader's Digest and American identity. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____(2003): Indigestible Geopolitics: The Many Readers of the Digest. Geopolitics. Vol. 8 N. 2. p.197 - 206.

_____(2009): Geographies of Postcolonialism. Space of Power and Representation. Los Angeles. Sage.

SILVA, M. M. F. (1942): "Geografia das Fronteiras no Brasil. Outubro/Desembro.

SILVA, C. E. L. (1989): "La Influencia Americana en el Periodismo Brasilenõ". *Dialogos de la Comuicacion.* Junho, 24, p.7-18.

SMITH, S. J. (1985): News and the dissemination of fear. In: Burgess, J. and Gold (eds). Geography, the Media and Popular Culture. New York. St Martin's Press.

SMITH, N. (1994): Geography, empire and social theory, Progress in Human Geography, 18(4), pp.491-500.

_____ (2000): Performing the (sound) world. *Environment and Planning D: Society and Space* 18:615–637

SOARES, T. (1973): História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro editora. Biblioteca do Exército.

SPEIER, H. (1941): "Magic Geography". *Social Research*, 8, p. 310-330.

SPYKMAN, J. N. (1942): "Frontiers, Security and International Organization". *The Geographical Review.* Julho, 436 – 447.

STEINBERGER, M. B. (2005): Discurso Geopolítico da Mídia: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo. EDUC.

STRATEN, R. V. (1986): Panofsky and ICONCLASS. Artibus et Historiae, Vol. 7, No. 13 (1986), pp. 165-181.

TAYLOR, P. (1992): Politics in Maps, maps in politics: A tribute to Brian Harley. Political Geography, (11). nº2 p. 127-129.

THORNES, J. E. (2004): The Visual Turn and Geography (Response to Rose 2003 Intervention). Antipode. 787 - 94.

TOBÓN, W. R. (2008): “Violencia y democracia en Colombia”, In: TOBÓN et. al, *Guerra en Colombia: democracia y conflicto agrario.* Bogotá.

TUAN, Y. F. (1979): "Sight and Pictures". *Geographical Review*, v.69: 413-422.

TUATHAIL, G. and AGNEW, J. (1992): Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. Political Geography, 11:190 - 204.

TUATHAIL, G. (1992): Political geographers of the past VIII Putting Mackinder in his place Material transformations and myth. Political Geography. Vol. II, No. 1, January 1992,100-l 18

_____(1996): Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 412 p.

_____ (1998): 'De-Territorialised threats and global dangers: Geopolitics and risk society',Geopolitics,3:1,17 — 31

TUATHAIL, G. e DALBY, S. (orgs) (1998): Rethinking Geopolitics. New York. Routledge.

TUATHAIL, G. (1999): 'Borderless worlds? Problematising discourses of deterritorialisation',Geopolitics,4:2,139 — 154

_____ (2005): Geopolitics. In: ATKINSON, D., JACKSON, P. (et alli) (eds). Cultural Geography. A critical Dictionary of Key Concepts. London. I.B Tauris

TUATHAIL, G. DALBY, S. and ROUTLEDGE, P. (eds) (2006): The Geopolitics Reader. London and New York. Routledge.

TUATHAIL and AGNEW, J. (eds) (2008): A Companion to Political Geography. Oxford: Blackwell.

TUFTE, E. R. (1983): The Visual Display of Quantitative Information. New York. Graphics Press.

VALENTINE, G. (1999): Imagined Geographies: Geograpphical Knowledge of Self and Other in Everyday Life. In: MASSEy, D. , ALLEN, J. SARPE, P. Human Geography Today. Oxford. Blackwell Publishies.

VERÍSSIMO, J. (1986): *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

VUJAKOVIC, P. (1998): Reading Between the Lines: using news media materials for geography. Journal of Geography in Higher education, Vol.22 n.1. p. 147-55.

_____ (1999): 'A new map is unrolling before us’: Cartography in the news media representations of post-Cold War Europe. The Cartographic Journal, 36(1), 43e57.

_____(1999): Views of the world: maps in the British prestige ‘press’. *SoC Bulletin*, 33, 1–14.

_____(1999). 'A new map is unrolling before us': Cartography in News Media Representations of Post-Cold War Europe *The* Cartographic Journal *Vol.*36 *No.1 pp.43-57 June 1999*

_____(2002): Mapping the war zone: Cartography, geopolitics and security discourse in the UK press. Journalism Studies, 3(2), 187e202.

WOOD, D. and FELDS (1986): Designs on Signs/myth and meaning in Maps. Cartographica 23, 54-103.

WOOD, D. (1992): *The power of maps*. London: Ed. Routledge.

_____(2006): Map Art. Cartographic Perspectives. Number 53. Winter

_____ (2007): A Map Is an Image Proclaiming Its Objective Neutrality: A Response to Denil. Cartographic perspectives. Number 56. Winter.

WOODWARD, D. (1987): Art and Cartography: Six Historical Essays. Chicago. University of Chicago Press.

WOODFIELD, R. (edt) (2001): Art history as Cultural history. Warburg's Projects. Amsterdam. Biel. Londin. University Press.

WRIGHT, J. K. (1942) : "Map Makers are Human : Comments on the Subjective in Maps". *Geographical Review* v.32: 527-544.

_____ (1984) : "Terrae Incognitae : El sitio de la imaginación en geografia". In : P. H. RANDLE (ed): *Teoria de la Geografia*. Buenos Aires. GAEA. (artigo originalmente publicado em 1947 na AAAG)